

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

EDUARDO HELENO DE JESUS SANTOS

**GRUPOS DE PRESSÃO POLÍTICA FORMADOS
POR MILITARES DA RESERVA NO MERCOSUL**

NITERÓI

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

EDUARDO HELENO DE JESUS SANTOS

**GRUPOS DE PRESSÃO POLÍTICA FORMADOS
POR MILITARES DA RESERVA NO MERCOSUL**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal Fluminense (UFF), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política. Área de Concentração: Estudos Estratégicos.

**Orientador: Prof. Dr. Vágner Camilo
Alves**

NITERÓI

2015

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S237 Santos, Eduardo Heleno de Jesus.
Grupos de pressão política formados por militares da reserva no Mercosul / Eduardo Heleno de Jesus Santos. – 2015.

321 f. ; il.

Orientador: Vágner Camilo Alves.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciência Política, 2015.

Bibliografia: f. 259-286.

1. Controle civil. 2. Forças Armadas. 3. Militar. 4. Partido político. 5. Redemocratização. I. Alves, Vágner Camilo. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 322.5



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ATA DE DEFESA DE TESE

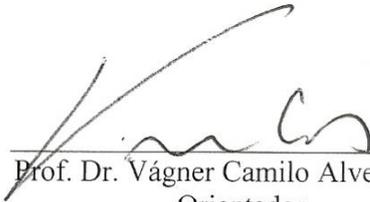
Aos dezesseis dias do mês de janeiro de dois e mil e quinze, às dez e trinta horas, na sala René Dreifuss, Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense, reuniu-se a Comissão Examinadora designada para arguir a Tese de Doutorado em Ciência Política de **EDUARDO HELENO DE JESUS SANTOS**, sob o título "**Grupos de Pressão Política Formados por militares da reserva no Mercosul**", sendo a referida Comissão constituída pelo (as) Professor(es) Doutores (as) titulares Vágner Camilo Alves (UFF), Adriano de Freixo (UFF), João Baptista de Abreu (UFF), Maurício Santoro (UCAM) e Paulo Ribeiro da Cunha (UNESP/ Marília) e os suplentes Eurico de Lima Figueiredo (UFF) e Maud Chirio (Université Paris-Est Marne-la-Vallé).

A banca examinadora, em sessão secreta, deliberou pela

- Aprovação
 Reprovação
 Aprovação com restrições

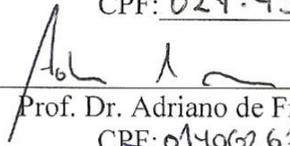
do candidato.

Niterói, 16 de janeiro de 2015

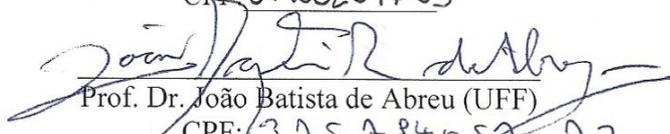

Prof. Dr. Vágner Camilo Alves (UFF)

Orientador

CPF: 024.454.077-76


Prof. Dr. Adriano de Freixo (UFF)

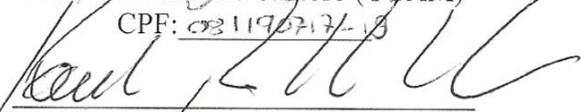
CPF: 014062644-83


Prof. Dr. João Batista de Abreu (UFF)

CPF: 375 784 057-72


Prof. Dr. Mauricio Santoro (UCAM)

CPF: 031190717-13


Prof. Dr. Paulo Ribeiro da Cunha (UNESP/ Marília)

CPF: 373407846-20

Para todos aqueles que acreditam na democracia e na República.
Para todos aqueles que acreditam que o poder de uma sociedade está
na força do diálogo e não no diálogo da força.

AGRADECIMENTOS

Essa tese encerra um esforço de quatro anos de pesquisa no doutorado. Esse trabalho jamais seria realizado sem o apoio de pessoas e instituições que listarei aqui. A eles, devo e reconheço os meus agradecimentos.

Para o professor Vágner Camilo Alves, que foi muito mais que meu orientador, um incentivador da minha entrada no doutorado, da minha formação como docente, e um amigo, do qual pude dividir as angústias e inquietações, típicas da passagem de rito. Repetimos a parceria estabelecida no mestrado, com o mesmo rigor. Deixo aqui meus sinceros agradecimentos.

Ao professor titular Eurico de Lima Figueiredo, incansável promotor do espírito republicano, da democracia e da educação de qualidade, a qual tive honra de receber incentivo para seguir a vida acadêmica desde a minha graduação. Foi através de seu esforço diuturno que as estruturas das quais eu pude fazer meus estudos foram criadas: a Pós Graduação em Ciência Política (PPGCP-UFF) e o Instituto de Estudos Estratégicos (INEST-UFF).

Todo esse trabalho de pesquisa seria pouco profícuo sem a intervenção crítica dos membros da banca. À atenção e leitura dispensados, aos comentários efetuados, às ponderações só posso agradecer pois seguem no sentido de aprimoramento desse trabalho. A qualidade dessa tese deve em muito a Maurício Santoro (Universidade Candido Mendes), Paulo Ribeiro Cunha (UNESP-Marília), Maud Chirio (Université Paris Est Marne la Vallée), João Batista de Abreu (IACS-UFF), Eurico de Lima Figueiredo e Adriano de Freixo (ambos do INEST-UFF).

A entrada no doutorado não seria possível sem o apoio dos professores Dante Gastaldoni e João Batista de Abreu, que firmaram a carta de recomendação e com os quais tive o prazer de dividir aulas, como monitor, no Instituto de Artes e Comunicação Social. Além deles, os professores Sylvia Moretzsohn, Ildo Nascimento, Ana Baumworcel, Julio Tavares, Alex Farbiarz, Aníbal Bragança e Antonio Serra contribuíram em muito para o meu aprimoramento como docente e pesquisador.

Ao longo da Pós-Graduação, foi decisivo o apoio do professor Luiz Pedone para minha inclusão no Programa Sistema de Defesa e Segurança do Brasil - Sisdebrás/Capes. O professor Fernando Roberto de Freitas Almeida foi também um incentivador dessa pesquisa e uma pessoa da qual partilhei muitas inquietações científicas. Suas reflexões

me ajudaram muito e sou grato pelo convívio, pela amizade e pelo exemplo. O professor Thiago Rodrigues, pesquisador exemplar, também me ajudou muito, com boas dicas de livros e filmes que pudessem ajudar na compreensão das relações entre civis e militares na Argentina. Os apontamentos do professor Adriano de Freixo foram cruciais para melhor compreensão das relações civis e militares no cone sul em perspectiva comparada.

A pesquisa no doutorado é extremamente solitária. A originalidade do tema nos impõe cumprir rotinas e caminhos isolados do convívio. Essa adaptação seria muito mais difícil sem os companheiros da Pós Graduação, Flávia Seidel, Miguel Dhenin, Suhayla Khalil, Bruno Pessoa Villela, Jacqueline Ventapane, Natalie Serrão, Maria Luiza Muniz, Mariana Kalil, João Louro, Ana Oliveira e os doutorandos da turma de 2010, conhecidos como doutorandos de Platão. Os amigos da Graduação, com quem pude partilhar minhas poucas horas vagas, com amizade e afetos, Tália Rocha, Clarice Auto, Sylvia Dietrich, Leon Correa, Julio Lubianco, Carol Bittencourt, Gabriel Benamor, Frederico Lopes, Vinicius Mol, Álvaro Faria, Natássia Andrade e Mariana Areia também foram importantes nesse processo.

Essa jornada ainda me trouxe a amizade do agora compadre, Edson Medeiros Branco Luiz, com quem dividi o mestrado e o doutorado. Por sua vez, Niousha Roshani, me brindou com seu hábito de ouvinte e com o incentivo especial em um momento extremamente delicado dessa pesquisa. Partilhei, com essas pessoas, apreensões e expectativas sobre a vida depois do doutorado.

Como se trata de uma pesquisa que envolveu viagens aos países da região, agradeço às pessoas que me ajudaram nesses andanças, auxiliando no levantamento de bibliografia e de contatos para um tema inédito. Elas são: Alejandra Bonaglia, Beatriz Bissio, Julián Gonzales Guyer, Paulo Sabroza, Roberto Paredes, Roger Rodriguez, Silvia Andrea, Thelma Resende, Thiago Rodrigues, Virgínia Melían e Veronica Pozo.

Contei com a revisão técnica, em uma primeira fase, dos professores Edson Medeiros Branco Luiz e Claudio Esteves Ferreira, e em uma segunda fase, da jornalista Flávia Midori. A todos vocês, deixo registrada minha gratidão.

Algumas boas dicas foram dadas ao longo do doutorado em diversos eventos acadêmicos. Ademais os colegas da UFF, deixo aqui meus agradecimentos a Adriana Barreto, Celso Castro, Cláudio Silveira, Frank McCann, Juan Rial, Maria Celina D'Araújo, Maurício Bruno de Sá, Piero Lerner e Sérgio Sant'anna. Deixo um agradecimento especial para Germán Soprano, da Universidade de Quilmes, por sua amizade, incentivo e pelos aportes que trouxe para essa tese.

Em nome de todos os docentes com quem tive contato na vida, agradeço à Vitória Lúcia de Melo, minha professora de primário. Ela despertou em mim a vocação para pesquisa, estimulando um tímido aluno a acreditar em seu potencial. Esse reconhecimento, feito com certo atraso, pois só estabelecido no doutorado, é uma singela homenagem a todos que fazem da prática de lecionar uma arte capaz de sensibilizar alunos e ajudá-los a se tornarem melhores cidadãos.

Feitos esses agradecimentos, devo lembrar que essa pesquisa contou com apoio fundamental de algumas instituições.

O Instituto de Estudos Estratégicos, único, original e inédito, local onde tive um ambiente estimulante para a pesquisa sobre as relações civis e militares e onde pude aprimorar a docência. A equipe de professores, funcionários, os alunos do PPGEST e da graduação, todos eles me incentivaram a seguir na vida acadêmica. Sem dúvida, o estímulo de colegas do INEST, Gabriel Passetti, Marcio Rocha e Thomas Heye foram importantes para a confecção dessa tese. No início de todo esse processo, ainda na graduação, a assistência técnica da funcionária Graça Reis foi crucial, sem ela, provavelmente não teria chegado tão longe. Em nome dela, agradeço a todos os funcionários do Instituto.

O PPGCP-UFF, no qual agradeço ao professor Carlos Henrique Serra, em nome de todos os professores, e ao funcionário Emanuel, em nome de todos os funcionários.

Para Capes, que, por meio do Programa Sisdebrás, proporcionou a bolsa de doutorado com a qual pude adquirir livros, viajar para quatro países, além de participar de fóruns de pesquisadores. Espero que essa pesquisa possa contribuir para a produção científica de novos pesquisadores e para difusão da ciência. E o mais importante, que possa contribuir para um novo olhar sobre a instituição militar e sua relação com a sociedade.

Termino meus agradecimentos, deixando registrado meu eterno reconhecimento à minha família, que, mesmo privada da minha atenção, colaborou com paciência e compreensão, em todo esse longo processo. Para Erenilda, minha mãe, a quem a vida deu uma série de dificuldades, muitas delas incompreensíveis para este que vos escreve. Seu exemplo de superação me ensinou virtudes, incentivando a olhar com mais atenção as planícies e as montanhas da sociedade. Para Carla, Kiko e Dito, meus irmãos. Para Sara e Luciano, os chegados. Para Neci, Maria, Jonas e Alessandra, os queridos mais velhos. Para Sinho, Cecília e Clara, os queridos mais novos. Sem vocês, nada disso seria realizado.

RESUMO

Esta tese explica o surgimento de grupos de pressão política formados por militares da reserva após a redemocratização nos quatro países que formaram o Mercado Comum do Sul: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Esses grupos de pressão política são constituídos por generais e coronéis já na reserva, que atuaram nas quebras institucionais e nos regimes militares ocorridos na região. Entre esses oficiais, há muitos que atuaram nos serviços de inteligência e na área de informações. Eles buscam por meio dos grupos de pressão sensibilizar a sociedade, reivindicando o antigo *status quo* e o não julgamentos dos militares envolvidos em violações dos Direitos Humanos ocorridas na ditadura. A análise comparada das relações civis e militares nesses países mostra que o surgimento desses grupos tem relação direta com o grau de isolamento político das Forças Armadas. Nas sociedades em que houve maior isolamento, ocorreu de maneira mais expressiva o surgimento de grupos de pressão política formados por militares da reserva.

Palavras-chave: Controle civil, Forças Armadas, militares, partidos políticos, redemocratização.

RESÚMEN

Esta tesis explica la aparición de los grupos de presión política formados por militares retirados desde el fin de las dictaduras militares en los cuatro países del Mercado Comum del Sur: Argentina, Brasil, Paraguay e Uruguay. Esos grupos son constituidos por generales y coroneles en retiro, que actuaron en los cierres institucionales y en los regímenes militares en la región. Entre estos oficiales, hay muchos que trabajaron en los servicios de inteligencia y en el área de informaciones. Ellos buscan a través de los grupos de presión sensibilizar la sociedad, reivindicando el antiguo *status quo* y evitar los juicios de los militares involucrados en crímenes de lesa-humanidad hechos en la dictadura. Un análisis comparado de las relaciones cívico-militares en estos países muestra que la aparición de estos grupos está directamente relacionada con el grado de aislamiento político de los militares. En las sociedades donde hubo más aislamiento, ha sido mucho más inmediato y expresivo el surgimiento de grupos de presión políticos formados por militares retirados.

Palabras-clave: Control civil, Fuerzas Armadas, militares, partidos políticos, democracia.

ABSTRACT

This thesis explains the emergence of political pressure groups formed by the retired military after the return to democracy in the four countries that formed the Southern Common Market (MERCOSUL): Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay. These political pressure groups are made up of generals and colonels, who worked in institutional breaks and military regimes occurring in the region. Among these officers, there are many who worked in the intelligence services and the information operations. They seek through pressure groups to sensitize society, claiming the old status quo and to avoid the trials of military personnel involved in human rights violations that occurred during the dictatorship. An analysis compared of the civil-military relations in these countries shows that the emergence of these groups is directly related to the degree of political isolation of the military. In societies where there was greater isolation, was more expressive the emergence of political pressure groups formed by retired military.

Keywords: Civil control, armed forces, military, political parties, democracy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 – CONCEITOS TEÓRICOS	4
1.1 OS GRUPOS DE PRESSÃO POLÍTICA	4
1.1.1 Caracterização dos grupos de pressão política formados por militares da reserva	7
1.2. AS RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES E OS GRUPOS DE PRESSÃO POLÍTICA FORMADOS POR MILITARES DA RESERVA	9
1.2.1 O Controle civil	10
1.2.2 A autonomia política militar e a sociedade pretoriana	15
1.2.3 Os regimes autoritários	19
1.2.4 A transição para a democracia	21
1.2.5 O isolamento político das Forças Armadas e o surgimento de grupos de pressão política formados por militares da reserva na redemocratização	21
2 – O SURGIMENTO DOS GRUPOS DE PRESSÃO FORMADOS POR MILITARES DA RESERVA NOS PAÍSES DO MERCOSUL	22
2.1 ARGENTINA	
2.1.1 Os grupos de pressão política formados por militares da reserva na transição e no governo de Raul Alfonsín (1983-1989)	22
2.1.2 Os grupos de pressão política formados por militares da reserva no governo de Carlos Menem (1989-1999)	39
2.1.3 Os grupos de pressão política formados por militares da reserva no governo de Fernando de La Rúa (1999-2001) e Eduardo Duhalde (2002-2003)	53
2.1.4 Os grupos de pressão política formados por militares da reserva no governo de Nestor Kirchner (2003-2008) e de Cristina de Fernandez Kirchner (2008-2014)	57
2.2 BRASIL	
2.2.1 Os grupos de pressão política formados por militares da reserva na transição e no governo de José Sarney (1985-1990)	66
2.2.2 Os grupos de pressão política formados por militares da reserva no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1993-1994)	85
2.2.3 Os grupos de pressão política formados por militares da reserva no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)	99
2.2.4 Os grupos de pressão política formados por militares da reserva no governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010)	103
2.2.5 Os grupos de pressão política formados por militares da reserva no governo de Dilma Rousseff (2011-2014)	106

2.3 PARAGUAI	
2.3.1 A transição, os governos de Andrés Rodriguez (1989-1992), Juan Carlos Wasmosy (1993-1998), Raul Cubas (1998-1999), Luiz Macchi (1999-2003), Nicanor Duarte Frutos (2003-2006) e o contrapoder militar	109
2.3.2 Os grupos de pressão política formados por militares da reserva no governo de Fernando Lugo (2008-2012)	120
2.4 URUGUAI	
2.4.1 A transição, os governos de Julio Maria Sanguinetti (1984-1990/1995-2000), Luis Alberto Lacalle (1990-1995) e Jorge Batlle (2000-2005)	123
2.4.3 Os grupos de pressão política formados por militares da reserva no governo de Tabaré Vasquez (2005-2010)	128
2.4.2 Os grupos de pressão política formados por militares da reserva no governo de José Mujica (2010-2015)	134
2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS GRUPOS	138
3- CONDIÇÕES ANTECEDENTES PARA O SURGIMENTO DOS GRUPOS DE PRESSÃO POLÍTICA FORMADOS POR MILITARES DA RESERVA	141
3.1 A CONSTRUÇÃO DO STATUS QUO PRETORIANO E DA TRADIÇÃO INTERVENCIONISTA NA ARGENTINA E NO BRASIL	142
3.1.1 Argentina e Brasil: O controle civil subjetivo das Forças Armadas (1900-1930)	142
3.1.2 Argentina e Brasil: O processo de fortalecimento e participação política das Forças Armadas (1930-1946)	152
3.1.3 Argentina e Brasil: A autonomia e a participação política das Forças Armadas (1946-1964)	161
3.2 OS REGIMES AUTORITÁRIOS NA ARGENTINA (1966-1973 E 1976-1983) E NO BRASIL (1964-1984)	176
3.2.1 Violência Política na Argentina e interações Partidos-Forças Armadas	177
3.2.2 Violência Política no Brasil e interações Partidos-Forças Armadas	183
4 - O ISOLAMENTO POLÍTICO DAS FORÇAS ARMADAS E OS GRUPOS DE PRESSÃO POLÍTICA FORMADOS POR MILITARES DA RESERVA	192
4.1 O CASO ARGENTINO	192
4.2 O CASO BRASILEIRO	200
5 - O CASO PARAGUAIO	
5.1 CONDIÇÕES ANTECEDENTES	211
5.1.1 O controle civil subjetivo das Forças Armadas no Paraguai (1900-1936)	211
5.1.2 A efêmera autonomia das Forças Armadas e a aproximação com o partido Colorado (1936-1954)	214
5.1.3 O regime sultanista de Stroessner e o controle total das Forças Armadas e do Partido Colorado (1954-1989)	217

5.1.4 A violência política	219
5.2 O ISOLAMENTO POLÍTICO TARDIO DAS FORÇAS ARMADAS	222
5.2.1 A ausência de isolamento político das Forças Armadas do Paraguai no período de transição	222
5.2.2 O isolamento político das Forças Armadas no governo Lugo	225
6 – O CASO URUGUAIO	
6.1 CONDIÇÕES ANTECEDENTES	227
6.1.1 A tradição democrática e o controle civil subjetivo das Forças Armadas (1900-1967)	227
6.1.2 Autoritarismo civil e participação política das Forças Armadas (1967-1973)	233
6.1.3 A violência política	236
6.1.4 autonomia das Forças Armadas e o regime militar (1973-1985)	238
6.2 O ISOLAMENTO POLÍTICO TARDIO DAS FORÇAS ARMADAS	241
6.2.1 A ausência de isolamento político das Forças Armadas do Uruguai no período de transição	241
6.2.2 O isolamento político das Forças Armadas nos governos da Frente Ampla	247
7 - CONCLUSÃO	250
8 - BIBLIOGRAFIA	259
9 - ANEXOS	286

RELAÇÃO DOS GRUPOS DE PRESSÃO FORMADOS POR MILITARES DA
RESERVA DOS PAÍSES DO MERCOSUL APRESENTADOS NESSA
PESQUISA

ARGENTINA

Grupos surgidos na transição e no governo de Raul Alfonsín (1983-1989)	
FAMUS – Familiares y Amigos de los Muertos por la Subversión (1984)	33
Grupos surgidos no governo de Carlos Menem (1989-1999)	
Asociación Unidad Argentina – AUNAR (1993)	42
Foro de Generales Retirados (1996)	48
Grupo de Almirantes Retirados/Foro de Almirantes Retirados (1998)	51
Grupo de Brigadeiros da Reserva (1998)	53
Grupos surgidos no governo de Nestór Kirchner (2003-2008)	
Unión de Promociones - UP (2005)	59

BRASIL

Grupos anteriores que passam a atuar na transição	
Letras em Marcha (1971)	68
Grupos surgidos na transição e no governo de José Sarney (1985-1990)	
Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD-1985) e União Brasileira de Defesa da Democracia (UNDD) (1987)	75
Ombro a Ombro (1988)	80
Grupo Independente 31 de Março (G.I. 31 de Março) (1988)	82
Grupo Anhanguera (1989)	85
Grupos surgidos no governo de Fernando Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994)	
Grupo Guararapes (1991)	88
Grupo Farroupilha (1992)	89
Conselho de Mobilização Nacional (1992)	89
Grupo Inconfidência (1993)	89
Centelha Nativista / Movimento Nativista (1969/1994)	90
Grupo Araucária (1993)	91
Grupo das Bandeiras (1993)	91
Grupo Potiguar (1993)	92
Grupo Cabanos (1993)	92
Grupo Estácio de Sá (1994)	92
Instituto Cata-vento (1994)	92
Grupos surgidos no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)	
Grupo Terrorismo Nunca Mais (1998)	99
Grupo Catarina (1996)	101
Grupo Quero-Quero (2001)	101

PARAGUAI

Grupos anteriores que passam a atuar na transição	
Movimento Institucionalista Militar (1952)	118
Grupos surgidos no governo de Fernando Lugo	
Foro de Generales y Almirantes Retirados (2011)	121

URUGUAI

Grupos anteriores que passam a atuar no governo de Tabaré Vasquez

Logía / Legión Tenientes de Artigas (1964 - 2006) 130

Grupos surgidos no governo de Tabaré Vasquez

Grupo Unidos por la Libertad de los Prisioneros Políticos – Uruguay (2006) 129

Foro Libertad y Concordia (2010) 136

INTRODUÇÃO

Desde a redemocratização, em diferentes momentos de crise política no Brasil, proliferaram, nos mais diversos *media*, notícias sobre grupos de oficiais da reserva que reivindicavam o reconhecimento dos regimes militares e que se colocavam contra os governos civis. Nos seus discursos, eles faziam a defesa de soluções radicais, como o fechamento do Congresso e o uso das Forças Armadas em um eventual golpe de Estado. Esses grupos, formados por oficiais da reserva de alta patente, como generais e coronéis, atuavam como grupos de pressão política, difundindo o discurso maniqueísta da Guerra Fria não só para a imprensa, mas em quartéis e clubes militares. Em um país marcado pela lembrança da ditadura, o espectro de uma nova quebra institucional parecia rondar a sociedade.

Ao observar a história política de outros três países que constituíram o Mercosul, pode-se notar que grupos de militares da reserva atuaram de forma semelhante, quase sempre se colocando contra os governos civis. O passado em comum dos quatro países da região, caracterizados por períodos de regime militar, nos colocou a seguinte pergunta: Por que surgem esses grupos de pressão política?

Veremos nessa tese que o surgimento desses grupos de pressão política não é sinal de uma nova intervenção militar ou de uma nova etapa de participação dos militares na política. Muito pelo contrário, mostramos nessa pesquisa que eles são fruto do isolamento das Forças Armadas da competição político-partidária e do aumento do controle civil sobre os militares. Para isso, realizamos um estudo comparado, com foco nas relações entre civis e militares dos quatro países, com a seguinte estrutura:

No primeiro capítulo, apresentamos os principais conceitos teóricos que norteiam esse trabalho, dando especial ênfase aos grupos de pressão política e sua caracterização, aos tipos de controle civil sobre os militares, à autonomia política militar e aos tipos de regimes e transições observadas nos países da região. Explicamos aqui o conceito de isolamento político das Forças Armadas, cerne de nosso estudo.

No segundo capítulo, descrevemos a formação dos grupos de pressão política formados por militares da reserva nos quatro países originais do Mercosul, em cada um dos governos civis que se sucederam após o fim dos regimes militares. Esse mapeamento envolveu entrevistas, pesquisas em jornais da grande imprensa e em documentos emitidos por esses grupos. Por meio do material produzido por esses oficiais, pode-se constatar a

natureza do discurso, seu público-alvo, os interesses de cada entidade e o impacto de suas ações.

Em nosso trabalho foram relatados 30 grupos de pressão política. Desses, seis foram formados na Argentina; vinte, no Brasil; um, no Paraguai; e três, no Uruguai. Embora o efetivo militar argentino e brasileiro sejam muito superiores aos demais países, o que nos interessa é o momento em que surgem esses grupos. Os primeiros grupos surgiram na Argentina e no Brasil na transição democrática, para tentar impedir o avanço do poder civil sobre os militares. Em uma análise mais aprofundada dos discursos desses grupos, nota-se que, entre os interesses em disputa, havia a questão da anistia, da memória do regime militar e da recuperação do *status* social.

No terceiro capítulo, mostramos como as condições antecedentes, existentes na Argentina e no Brasil, permitiram a intensa politização dos militares. As Forças Armadas desses dois países desenvolveram autonomia política, respaldadas por uma sociedade pretoriana, a ponto de passarem de instrumento dos grupos civis em disputa a árbitros do sistema político. Esse processo de ampliação do poder das Forças Armadas resultou em regimes autoritários sob direção militar que impuseram limitações de toda sorte aos partidos, movimentos sociais e demais atores da sociedade. Além da perda de direitos, o período sobre controle militar foi marcado pela repressão e seus efeitos na imagem que os civis tinham das Forças Armadas como moderadoras da política. Muitos militares que fazem parte dos grupos de pressão política aqui pesquisados viveram esse processo.

No quarto capítulo, trazemos a aplicação do conceito de isolamento político das Forças Armadas para mostrar como, na Argentina e no Brasil, setores da sociedade, incluindo militares, passaram a defender a construção de um novo Estado de Direito, no qual o poder civil teria preponderância. Esse processo de isolamento político produziu um novo discurso no qual os militares perderam o *status* social de árbitros do sistema político e de reformadores do Estado. Por outro lado, as forças políticas, renovadas, acataram as regras da democracia, deixando de usar a “visita” aos quartéis como último recurso de negociação e permitiram a livre competição eleitoral. A partir desse novo comportamento, as instituições democráticas saíram fortalecidas. Além disso, foram abertas possibilidades de estender aos militares as normas que regem a sociedade como um todo. Nesse sentido, a questão dos Direitos Humanos teve papel determinante. Como reação a esse novo *status quo*, os militares da reserva, ressentidos com a nova ordem, passaram a constituir grupos de pressão política.

Dedicamos, no quinto capítulo, o estudo de caso sobre o Paraguai. Vemos que, ao longo da história do país, as relações entre civis e militares foram marcadas não por autonomia das Forças Armadas e sim por integração entre os militares e o principal partido do país, a Associação Nacional Republicana (também conhecida como Partido Colorado). Se, por um lado, foram a base da ditadura personalista de Stroessner, também foram os responsáveis por terminar com o longo regime. No processo de transição à democracia, os vínculos entre militares e militantes colorados foram mantidos. Nos primeiros anos de democracia, um dos principais operadores políticos era um militar, o general Lino Oviedo. Nesse país, portanto, não houve isolamento político das Forças Armadas, como ocorrera na Argentina e no Brasil. O primeiro grupo só foi constituído em 2011, em reação ao governo de Fernando Lugo, o primeiro político de esquerda eleito em 2011, em reação ao governo de Fernando Lugo, o primeiro político de esquerda eleito no país e que vinha tentando mudar as relações entre os militares e o Partido Colorado.

No sexto capítulo, abordamos as relações entre civis e militares no Uruguai. Como no exemplo anterior, no Uruguai, houve forte interação entre os partidos tradicionais e os militares. Porém, de maneira distinta ao Paraguai, essa interligação resultou na subordinação dos militares ao poder civil durante a maior parte do século XX. Nesse período, a história desse país foi marcada por longos períodos de vigência democrática e por dois regimes autoritários, sendo que, apenas um, com início em 1973, teve efetiva participação das Forças Armadas, que atuaram de maneira autônoma. Após o regime militar, as lideranças políticas e militares apelaram à tradição de consenso e não houve, como na Argentina e no Brasil, medidas claras em torno do isolamento político das Forças Armadas. Quando, por fim, a sociedade criou condições para que houvesse o isolamento político, os militares que seriam mais afetados, ou seja, aqueles que participaram da repressão e cometeram crimes, constituíram grupos de pressão política para persuadir a sociedade em prol de suas causas. Cabe lembrar que tal mudança só se efetivou com a chegada ao poder da Frente Ampla, em 2005.

No sétimo capítulo, trazemos a conclusão dessa tese a qual defendemos que o isolamento político das Forças Armadas é a explicação para o surgimento dos grupos de pressão política formados por militares da reserva nos países do Mercosul, após a redemocratização.

Espera-se, com esse trabalho, que possamos trazer uma contribuição ao estudo das relações entre civis e militares. Incentivamos que novas pesquisas sejam realizadas em torno dessa temática.

1. CONCEITOS TEÓRICOS

Para melhor compreensão dos grupos de pressão política formados por militares da reserva nos países do Mercosul, faremos a apresentação dos conceitos teóricos que guiam essa tese, levando em conta o papel dos grupos de pressão política na sociedade e uma sucinta reflexão sobre as relações entre civis e militares. Ao final desse capítulo, apresentaremos o conceito de isolamento político das Forças Armadas e a sua relação com os grupos de pressão política formados por militares da reserva.

1.1 OS GRUPOS DE PRESSÃO POLÍTICA

Os estudos sobre os grupos de pressão política normalmente estão relacionados à teoria dos grupos, dentro de um campo maior da Ciência Política, que tem, como marco teórico, o pluralismo.

O pluralismo surgiu nos Estados Unidos no início do século XX como uma teoria que explica o Estado pela premissa de que o poder, distribuído de forma difusa e desigual na sociedade, é alvo da competição dos vários grupos existentes, os quais, por sua vez, tentam influir sobre o governo e os demais grupos a fim de defender seus interesses.¹ Difere-se, portanto, da teoria marxista do Estado, pela qual o poder estaria concentrado em uma determinada classe social, ou da teoria das elites, segundo o mesmo poder se concentraria em determinada elite.

Para os pluralistas, o Estado exerceria o papel de mediador de interesses da sociedade e seria constrangido tanto pelos cidadãos organizados quanto pela correlação de forças dentro e fora das instituições públicas. Por isso, o estudo sobre os grupos que se formam na sociedade teve um especial apelo para os pluralistas.²

Coube a Arthur Fisher Bentley ser um dos primeiros teóricos do século XX a analisar o papel das coletividades no processo de decisão política. Ele definiu grupo, em termos políticos, como um conjunto de pessoas que realizam uma atividade em comum.

¹ Embora tenha surgido no início do século XX nos Estados Unidos, a concepção de uma sociedade na qual o poder do Estado não fosse concentrado está presente em Montesquieu (a ideia dos corpos intermédios), em Tocqueville (o relato sobre as associações nos Estados Unidos) e na proposta de James Madison na Convenção da Filadélfia. BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UnB, 2004. v. 1 e 2, pp. 928-931.

² A teoria pluralista do Estado sofreu uma série de críticas, seja por se apoiar em uma ideia de disputa (nem sempre existente) entre grupos na sociedade, seja por, inicialmente, não levar em conta o papel e os interesses dos próprios atores do governo no processo decisório. Em suas primeiras formulações, não levava em conta as distintas formas de distribuição do poder na sociedade. Sobre as várias concepções de pluralismo, a força e a fraqueza da teoria e sua evolução, veja SMITH, M. "Pluralismo", em MARSH, D. & STOKER, G. *Teoria y métodos de la Ciencia Política*. Madri: Alianza Editorial, 1995, pp.217-234.

Para Bentley, não havia como estudar as formas de vida social sem estudar os grupos, que seriam a base da vida política. Segundo ele, uma vez definido o grupo, tudo ficaria definido.

A característica inerente aos grupos seria, de acordo com o autor, os interesses envolvidos. Não haveria grupo sem que houvesse um interesse, ou seja, as atividades desenvolvidas voltam-se a um resultado específico, favorável aos seus integrantes.³

Encontramos outra definição bastante conhecida na obra *The Governmental Process: Political Interests and Public Opinion*, de David Truman. Ele define como grupo de interesse qualquer coletividade “que, na base de uma ou mais atitudes compartilhadas, faz certas reivindicações sobre outros grupos da sociedade para o estabelecimento, a manutenção ou o reforço de formas de comportamento inerentes às atitudes compartilhadas”.⁴

Nos ocuparemos de um tipo particular de grupo de interesse: o grupo de pressão política. Segundo Gianfranco Pasquino, um grupo de pressão política caracteriza-se pela organização formal e pela ação direcionada a influenciar as decisões tomadas pelo poder político.⁵ O grupo de pressão política seria então um grupo (na definição de Bentley) ou um grupo de interesse (na definição de Truman) organizado formalmente para pressionar o governo.

Mas como se daria essa pressão? Para Pasquino, a pressão pode ser exercida por meio de sanções ou ameaças. Porém, como argumenta Murillo de Aragão, a ideia de pressão apresentada por Pasquino não se trata de uma regra absoluta – afinal, pressionar o poder público nem sempre implica constrangimento. Dessa forma, os grupos de pressão

³ BENTLEY, Arthur F. *The Process of Government: A Study of Social Pressures*. University of Chicago Press: Chicago, 1908, pp.208 e 211.

⁴ TRUMAN, D. B., *The Governmental Process: Political Interests and Public Opinion*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1951. Não obstante, a ideia de unir em torno de um círculo de interesses está de acordo com a própria etimologia da palavra “grupo”, que vem tanto do provençal *crop*, que significa nó, quanto do germânico *kruppa*, uma espécie de massa redonda, círculo. Sobre a etimologia de “grupo”, ver ANZIEU, D. *O grupo e o inconsciente: imaginário grupal*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1990. Original publicado em 1966. Op. cit. in: MORETTO, C.C.; TERZIS, A. “O mito e o grupo: algumas compreensões psicanalíticas”. *Revista da SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo* Jul.-Dez. 2010, Vol. 11, nº 2, pp. 24-31. Segundo Didier Anzieu, o termo passou a ser utilizado na Itália do século XVII para designar um conjunto de objetos, assim como na França do século XVIII para designar um conjunto de pessoas.

⁵ BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UnB, 2004. v. 1 e 2, p.564.

recorrem também a procedimentos de convencimento, esclarecimento, informação e doutrinação para tentar influenciar as decisões do governo.⁶

Para Jean Meynaud, por exemplo, os métodos de pressão abarcariam, além das ameaças, a tentativa de persuasão, a cooptação pelo dinheiro, a sabotagem da ação governamental e a ação direta, representada por demonstrações de força, como manifestações e greves.⁷

Diante desse esquema teórico, entendemos os grupos de pressão como coletividades organizadas de maneira formal que buscam defender seus interesses sensibilizando a sociedade e influenciando o governo. Porém, esta definição pode se assemelhar à de outros atores que participam do processo decisório, como lobistas e partidos políticos. Cabem aqui então duas diferenciações.

Gianfranco Pasquino define o *lobby* como um processo pelo qual os grupos de interesse, por meio de seus intermediários, comunicam aos tomadores de decisão sobre suas agendas. O *lobby* é então uma atividade que pode ser feita em prol dos grupos, cujos intermediários são os lobistas.⁸

Podemos diferenciar os grupos de pressão dos partidos políticos, levando-se em conta três aspectos, segundo Domenico Fisichella. Para ele, os grupos de pressão diferem dos partidos políticos por não desempenharem as funções de competição eleitoral, gestão direta do poder e, talvez, expressão democrática.⁹

Definimos então os grupos de pressão como coletividades organizadas de maneira formal que buscam defender seus interesses sensibilizando a sociedade e influenciando o governo, seja por meio da persuasão, do *lobby*, das ameaças ou outras formas de

⁶ ARAGÃO, M. *Grupos de pressão no Congresso Nacional – Como a sociedade pode defender licitamente seus direitos no poder legislativo*, São Paulo: Maltese, 1994, p.37.

⁷ MEYNAUD, J. *Os grupos de pressão*. Trad. de Pedro Lopes de Azevedo. Coleção Saber. Lisboa: Publicações Europa-América, 1966.

⁸ De acordo com Murillo de Aragão, a palavra inglesa *lobby* designa as áreas de acesso de hotéis, bares e restaurantes. Essas áreas costumavam ser ponto de encontro entre políticos e representantes de empresas e de grupos, e de tal prática resultou a expressão *lobby agent*. Ainda, segundo o autor, o sentido atual do termo *lobby* teria sido empregado pela primeira vez em 1819 por David Tilden Lynch. Porém, Aragão também cita um estudo de Karl Schhritgiesser, para quem o termo *lobby* surge em 1829. ARAGÃO, 1994, p.18. Por outro lado, de acordo com Leda Boechat Rodrigues, Arthur F. Bentley teria sido, no ano de 1908, o primeiro a utilizar a palavra com o significado que conhecemos. BOBBIO, Norberto *et al*, *Curso de introdução à Ciência Política. Unidade VI. Elites, grupos de pressão e mudança política*. Brasília: Ed. UnB, 1984, p. 29.

⁹ Fisichella, D. “Partito e gruppi di pressione”. Il Mulino, Bologna, 1972, p.21 In: BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 2004, p.564. Veja também OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: EdUSP, 2011, p.174.

constrangimento. A esses grupos não importa disputar o poder, como acontece com os partidos, mas sim ter seus objetivos alcançados. Tendo esta definição como guia, a seguir procederemos à caracterização dos grupos de pressão formados por militares da reserva, considerando o perfil dos integrantes, seus interesses e suas formas de pressão.

1.1.1 Caracterização dos grupos de pressão formados por militares da reserva

Perfil dos integrantes – Os grupos de pressão formados por militares da reserva apresentados neste trabalho são entidades que reúnem oficiais gerais e oficiais superiores que serviram às Forças Armadas – em especial, o Exército – durante o regime militar. Eles buscam sensibilizar a sociedade a favor de seus interesses, entre os quais: evitar a abertura de processos por crimes de violação dos Direitos Humanos ocorridos na ditadura e recuperar a projeção social.

A organização dos grupos pode contar com dezenas, centenas de integrantes, espalhados em todo o território nacional. Não raro, essas entidades possuem estatutos próprios e são formalizados em cartório como pessoa jurídica.

Interesses – Notamos que os interesses que revestem a formação dos grupos de pressão são de caráter majoritariamente político. Para evitar a abertura dos processos e recuperar a projeção social, eles questionam as políticas públicas de reconstrução da memória recente, julgadas por eles como revanchismo, e promovem a defesa das ações cometidas pelas Forças Armadas durante o regime, entendidas por eles como legítimas.

Na agenda dos grupos pesquisados subjaz a preocupação com o controle político dos civis em relação às Forças Armadas. Tal controle poderia significar uma forma de “enquadrar” os militares que teriam cometido abusos ao longo do período, facilitando o julgamento. Essa preocupação aumenta diante da possibilidade de eleição dos políticos que defendem uma revisão do passado. Assim, também podemos caracterizar esses grupos políticos pelo seu posicionamento contra os governos surgidos após o regime, em especial, e de maneira mais radicalizada, os de tendência política de centro-esquerda.

Outros interesses identificados têm relação com a melhoria salarial e das condições de operacionalidade das Forças Armadas. Porém, cabe salientar que os grupos aqui estudados se diferenciam de associações e clubes de militares da reserva que se dedicam *apenas* a defender melhorias salariais e ampliação de benefícios, devido aos interesses de caráter político apontados anteriormente.

A maior parte dos grupos tem, entre seus integrantes, oficiais que atuaram na área de informações ou nos serviços de inteligência durante o regime militar, o que reforça o conteúdo político de suas demandas, pois muitos militares ligados a essas atividades atuaram direta ou indiretamente na repressão.

Formas de pressão – Os grupos de pressão formados por militares da reserva buscam influenciar o governo, por meio da sensibilização da sociedade a favor de suas demandas. Tal persuasão é promovida por mídia própria, como publicações jornalísticas, correspondência por mala direta e websites, no qual dissertam sobre os mais diversos assuntos que possam estar associados aos seus interesses.

Certos grupos organizam manifestações em espaços públicos e, em alguns casos, em quartéis – um importante aspecto no que tange às relações entre civis e militares, como veremos mais adiante, pois podem ser reflexo e ou indutor de comportamento reativo, dentro das fileiras, ao governo e ao ordenamento do Estado.

O público-alvo desses grupos de pressão não se caracteriza somente pelos militares da ativa, como também abrange o que podemos chamar de Sociedade Política Armada¹⁰, a parcela da sociedade que inclui cidadãos e organizações da sociedade civil, que de alguma forma interagem de modo mais direto com as Forças Armadas, como instituição e ator político.

Podemos definir em dois níveis o público-alvo desses grupos de pressão política. O primeiro é formado por indivíduos mais velhos – em geral, militares da reserva e familiares – com quem partilham o ressentimento com o tratamento dado pela sociedade. Esse ressentimento tem origem na maneira como a produção da memória sobre o regime militar foi feita tanto na transição democrática quanto na democracia estabelecida. Ciosos de reconhecimento pelo que fizeram, como forma de legitimar a vivência profundamente baseada na imagem dos militares como salvadores da Pátria, esses oficiais de reserva reagem aos discursos que apresentam qualquer tom de crítica sobre a ditadura.

O segundo e mais importante nível é formado por jovens que não viveram o regime militar e em quem aqueles grupos buscam apoio para disseminar suas mensagens ao restante da sociedade. Por meio de um discurso nada equilibrado, procuram contrapor os avanços obtidos no regime e as mazelas da democracia.

¹⁰ Este conceito, de autoria de René Armand Dreifuss e presente no livro *O jogo da direita*, considera o alcance político das Forças Armadas na sociedade e, em especial, sua projeção em um público indiretamente ligado à instituição – familiares, integrantes das Forças Auxiliares e entidades afins, como colégios militares, clubes e agremiações. DREIFUSS, R. *O jogo da direita*, Rio de Janeiro: Vozes, 1989, p.26.

Estes grupos procuram criticar o *status quo*, desqualificando a política feita por civis. Para deslegitimar seus adversários, os grupos de pressão política aqui apresentados reverberam, com forte maniqueísmo, o discurso anticomunista dos tempos da Guerra Fria. Também rememoram fatos positivos ocorridos na ditadura e suas versões sobre o regime, chegando, em alguns casos, a defender um golpe militar como se fosse o retorno à idade do ouro. Além disso, tentam mostrar que a implementação de uma política de revisão do passado seria revanchismo, pois seus inimigos à época – em geral, os militantes e simpatizantes dos movimentos de esquerda – também teriam cometido crimes.

A maior parte dos grupos aqui pesquisados não estão voltados à ação violenta com propósitos políticos, embora tenha sido notada em diversos textos a existência de ameaças à ordem constituída, como, por exemplo, a incitação ao fechamento do Congresso Nacional ou mesmo a proposição de uma ação *manu militari* para restaurar a ordem.

É claro que se procurou examinar com equilíbrio os discursos feitos por membros dessas entidades, tendo como parâmetro o conceito estabelecido por Didier Anzieu, pelo qual um grupo, em termos psicológicos, é um lugar fomentador de imagens que conservam ou desencadeiam emoções,¹¹ além do cuidado assinalado por Arthur Fisher Bentley de que “a mera vociferação não pode ser confundida com intensidade”.¹²

Desta maneira, soluções radicais prescritas à ordem estabelecida, por meio de manifestos organizados por esses grupos, podem revelar mais sobre suas limitações e seu isolamento do que sobre sua capacidade de ação e influência. Tocaremos nesse aspecto mais adiante. Por enquanto, nos ateremos a outras conceituações teóricas que são basilares para essa pesquisa.

1.2 AS RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES E OS GRUPOS DE PRESSÃO POLÍTICA FORMADOS POR MILITARES DA RESERVA

Para entender o surgimento dos grupos de pressão política formados por militares da reserva é essencial a compreensão de como as sociedades controlam o seu aparato militar, legitimam o seu uso para fins não militares, como permitem que tomem o poder, ou que atuem como partido. Essa compreensão está ligada a uma preocupação latente do poder civil em qualquer sociedade, que se resume em como exercer controle de quem,

¹¹ ANZIEU, Didier. *O grupo e o inconsciente*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995, pp.21-24.

¹² BENTLEY, 1908, p.216.

parafrazeando Max Weber, detém o monopólio da força. O controle civil é o conceito-chave da Ciência Política para o estudo das relações entre civis e militares e guiará o nosso estudo.

1.2.1 O controle civil

A ideia de controle sobre os militares não é recente. O filósofo Sun-tzu, em sua obra *A Arte da Guerra*, escrita há 2.500 anos, ressaltava que cabia ao soberano nomear seus generais, e aos generais, a vitória na guerra. Meio milênio depois, a República romana tornou célebre o rio Rubicão, que separava Roma da Gália Cisalpina, por ser este o limite natural que impedia as legiões retornarem para a capital. Os soldados só poderiam cruzar o Rubicão e adentrar o território romano com autorização do Senado. Cruzar o rio era motivo para a pena de morte, por traição. Não à toa, o general Júlio César, ao atravessá-lo, teria dito: *Alea Jacta Est*, pois, mesmo sendo o comandante das tropas que conseguiram vencer a campanha da Gália, sua atitude poderia ser considerada pelo Senado uma tentativa de golpe de Estado e, não obstante, foi ela que acabou dando início à guerra civil em 49 A.C. Os romanos também nos legaram uma primeira ideia de profissionalismo para os militares, que deveriam sempre se manter se exercitando, daí a palavra Exército, pelo qual designavam as tropas terrestres.

Maquiavel, em *O Príncipe*, sua *opus mater*, nos legou há 500 anos o aprendizado de que cabia ao soberano, se não controlar diretamente as tropas, delegar a quem tinha mais confiança o controle sobre as mesmas. Ensinava o secretário florentino que devia-se ter cuidado com os mercenários, que não tinham compromisso com as cidades-Estado e sim com quem lhe contratava os serviços.¹³

O sucesso da França do cardeal de Richelieu na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) foi tributária das regras de Maquiavel. Durante um longo período, os demais Estados europeus, como ela, passaram a centralizar a burocracia a utilizar exércitos permanentes e a preparar seus oficiais sobre a arte da guerra. Fora no meio desse conflito que o holandês Maurício de Nassau havia criado a primeira academia militar da Europa.

¹³ A despeito de Sun-Tzu, Maquiavel e Clausewitz, a fonte é FERREIRA, J.J.B. O militar e o cidadão e as relações civis e militares, *Nação e Defesa*, Instituto de Defesa Nacional, Portugal, nº 57, 1991, p.64. Disponível em <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD57.pdf>, acesso em 27 de abril de 2014. Sobre Roma, veja BATAGLINO, J. La política militar de Alfonsín. La implementación del control civil en un contexto desfavorable. In: GARGARELLA, R., MURILLO, M.V., PECHENY, M. *Discutir Alfonsín*. Buenos Aires, Siglo Veinteuno Editores, 2010, p.163. Sobre a etimologia da palavra exército, a fonte é GIBBON, E. *Declínio e Queda do Império Romano*, Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 37.

Os oficiais, aqueles que comandariam essas tropas, provinham da aristocracia e o controle sobre os militares era garantido pela congruência de valores e interesses na manutenção do *status quo* da elite política e da elite castrense. Esse tipo de relação é considerada por autores como Alfred Stepan e Samuel Huntington como um modelo aristocrático de subordinação militar.

Ainda segundo Stepan, com o avanço da industrialização, esse modelo de subordinação começou a perder força. Isso porque as rápidas mudanças causadas pela tecnologia e seus efeitos tanto na estratégia quanto nas táticas militares demandaram a formação de um corpo de oficiais mais especializado, que teria a preocupação de se definir como profissional e não como nobre. Paralelo aos efeitos da tecnologia, no campo político, o próprio enfraquecimento do Antigo Regime formaria um novo tipo de Estado que adotaria a concepção liberal de poder e de subordinação dos militares. Em suma, quem detinha o poder militar e quem detinha o poder político não eram as mesmas pessoas.

Essa concepção liberal prescrevia que, para o melhor controle das Forças Armadas, o militar deveria ser apolítico, isso porque, estava imanente a possibilidade de conflito entre as elites políticas e militar. Para evitar que os militares ameaçassem o *status quo*, os efetivos deveriam ser reduzidos em tempo de paz. Em caso de guerra, deveria haver desmobilização logo após o fim do conflito.¹⁴ Adam Smith, por exemplo, enxergava o Exército permanente como ameaça à liberdade, embora concluísse que, com algumas precauções, poderia ser o suporte da autoridade constitucional.¹⁵

Na Congresso da Filadélfia, os líderes daquilo que seriam os Estados Unidos se preocupavam com a presença das Forças Armadas em tempo de paz ao discutirem a base constitucional do país. Para alguns deles, a existência de um exército permanente sob controle de um poder central poderia sujeitar as colônias à mesma tirania da metrópole. Para outros, como Alexander Hamilton, um dos defensores do federalismo norte-americano, era importante para garantia da liberdade um exército não só em tempo de guerra, mas em tempo de paz. Esse exército deveria ser profissional e permanente.¹⁶

¹⁴ STEPAN, A. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p.46-47.

¹⁵ EARLE, E.M. Adam Smith, Alexander Hamilton, Friedrich List: Fundamentos Econômicos do Poder Militar. In: PARET, P. (org.) *Construtores da Estratégia Moderna*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2010, Tomo I, p.309.

¹⁶ EARLE, 2010, p.309; BATAGLINO, 2010, p.163.

A preocupação com os militares continuou na sociedade norte-americana. Em 1878, como resultado da reconstrução realizada após a Guerra de Secessão (1864-1870), o Congresso aprovou o *Posse Comitatus Act*, pelo qual proibia o emprego das Forças Armadas em funções policiais nos estados, possibilitando o uso das tropas somente em casos especiais, com a autorização do presidente da República.

A preocupação com os efetivos se fez presente também no Brasil Império. Embora o recém criado Exército tenha sido importante para a independência, sua presença fora diminuída devido ao esforços do Regente Feijó. Como bem lembra Bóris Fausto, para Feijó e os demais liberais brasileiros, manter um exército permanente poderia resultar em novos Bonapartes, como havia na Argentina e no México. Por isso, eles criariam a Guarda Nacional.¹⁷

Não devemos nos esquecer que, do outro lado do Atlântico, Clausewitz escreveria em *Der Krieg* sua concepção teórica de submissão do poder militar ao poder político, que ficaria cristalizada com a frase “a guerra é a continuação da política por outros meios”, ou seja, a dinâmica de emprego da força responde a objetivos políticos.

Colocando-se contra a concepção liberal, Engels via o Exército com importante papel político, o de condutor da sociedade democrática. Baseava-se ele no poder da nação em armas da França Revolucionária, para pensar a força terrestre como um vetor de transformação social. A sociedade seria protegida por um exército de massa; a democracia, balizada pelo número de soldados; e o partido teria, como fonte de energia, a juventude nas fileiras. A profissionalização, para Engels, não era bem vista. Preocupado mais com a democratização, via a Força Armada como uma instituição democrática e democratizante. Dessa maneira, a politização, ou seja o engajamento com a revolução, e não o mérito estritamente militar, era o mais importante.¹⁸

Seguindo essa lógica, Lenin, quando organizou o Exército Vermelho, não somente vinculou as Forças Armadas ao partido, por meio dos comissariados locais, como estabeleceu os Conselhos Militares da Revolução. Esse órgão, criado em 1918, reunia a cúpula militar e estava sob controle direto do Comitê Central do Partido Comunista. Os comandantes eram escolhidos mediante sua dedicação ao partido e tinham, além das

¹⁷ FAUSTO, B. *História do Brasil*, São Paulo: EdUSP, 1994, p. 230.

¹⁸ NEUMANN, S. VON HAGEN, M. *Engels e Marx: Revolução, Guerra e o Exército na Sociedade*. In: PARET, P. (org.) *Construtores da Estratégia Moderna*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2010, Tomo I, p.309.

funções militares comuns, a tarefa de educar e politizar seus comandados.¹⁹ Se os comunistas dedicavam especial atenção para a politização de seus oficiais, alguns liberais viam essa politização como um perigo para a estabilidade das relações entre civis e militares.

O modelo de relações entre civis e militares baseado no profissionalismo e na neutralidade política dos militares que levaremos como parâmetro conceitual para esse trabalho é tributário à obra do cientista político norte-americano Samuel Huntington. Para Huntington, haveria, nas sociedades modernas, dois grandes tipos de controle sobre os militares. O primeiro seria o controle civil subjetivo. O controle civil subjetivo envolve, para Huntington, a relação de poder entre os grupos civis presentes na sociedade e teria como fim a maximização do poder de um desses grupos e a minimização do poder militar. Essa maximização do poder se traduziria pelo papel dos partidos e das instituições de controle, tais como o parlamento; uma determinada classe social, como a burguesia; ou de um dispositivo constitucional. Independente da fonte, contudo, o controle subjetivo, resultado das disputas entre os correntes civis, acabaria por fortalecer determinada corrente dentro da sociedade, tornando as Forças Armadas seu instrumento.

Em que pese esse controle garantir a ascensão de um poder civil, a estabilidade dessas sociedades passou a ser abalada quando as Forças Armadas começaram a atuar mais na política. A ascensão das Forças Armadas como ator político em todo mundo ao longo do século XX, permitindo que elas excedessem suas funções, vindo a inclusive controlar o poder civil, fora um dos motivos pelos quais pensadores como Huntington, Stepan e tantos outros refletissem sobre uma nova forma de controle sobre os militares para que se mantivessem os regimes liberais democráticos.

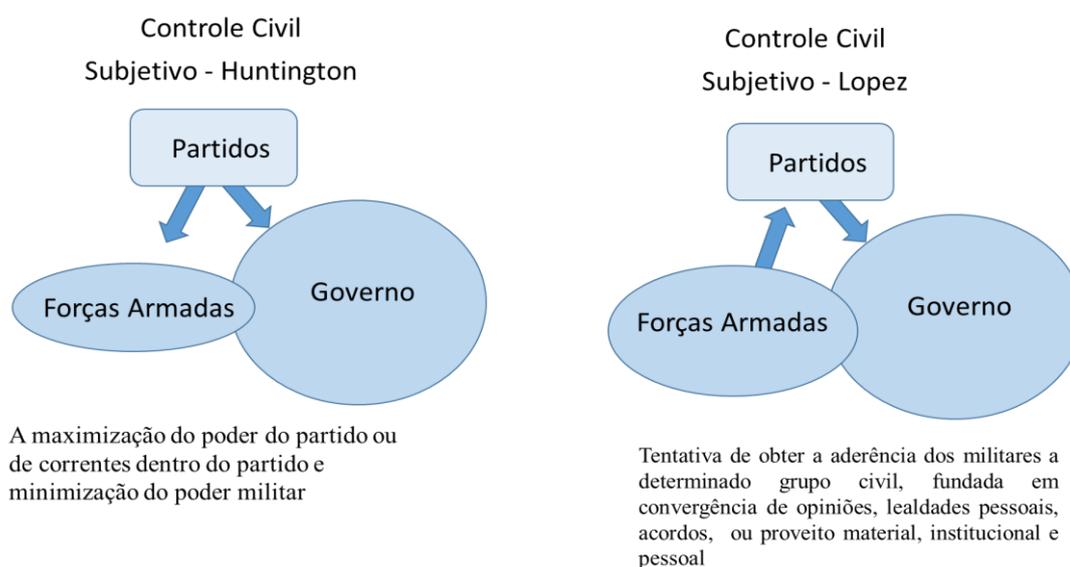
A solução apontada por Huntington, o segundo controle de que falaremos, seria um tipo ideal de subordinação dos militares que ele chamará de controle civil objetivo. Esse tipo ideal de controle se caracteriza pela maximização do poder civil, tal qual o modelo de controle subjetivo, e pela maximização do profissionalismo militar, se diferenciando, portanto, do modelo anterior. Essa seria a fórmula, segundo autor, pela qual os militares não seriam mais instrumentos dos grupos dentro da sociedade e sim instrumentos do Estado, se afastando inclusive da política. Para que esse controle pudesse

¹⁹ LENIN, V.I. *Las Fuerzas Armadas Soviéticas*, tradução de Joaquín Rodríguez. Moscou: Progreso, 1973, p.153. Stepan lembra que no caso chinês, durante a Revolução Cultural, os militares do Exército tentaram dominar o partido, devido sua fragilidade, invertendo a lógica comunista de subordinação militar. STEPAN, 1975, p.47.

ser implementado, seria condição fundamental o consenso entre a classe política sobre o respeito às regras do jogo, o que garantiria a estabilidade política.²⁰

Como são tipos ideais, veremos que esses controles definidos por Huntington se aproximam em maior ou menor grau das realidades vividas pelos países da região. Como o modelo de Huntington traz certas características de países onde a democracia liberal se enraizou, como os Estados Unidos e a Inglaterra, sua aplicação para a realidade dos países latino-americanos revela a necessidade de acrescentarmos novos aspectos. Temos aqui o aporte de Ernesto López. Para o autor, a melhor maneira de interpretar as relações entre civis e militares na América Latina é agregar ao conceito de controle civil, a ideia de dominação formulada por Max Weber. Ele inverte o ponto de vista, colocando os militares como o ator principal, que podem ou não aceitar a subordinação e vê os controles como tentativas feitas pelos civis. Dessa maneira, para López, o controle civil subjetivo seria entendido como a tentativa de obter a aderência dos militares a determinado grupo civil, fundada em convergência de opiniões, lealdades pessoais, acordos, ou proveito material, institucional e pessoal, como vemos na figura 1.1:

Figura 1.1 – Controle civil subjetivo nas interpretações de Samuel Huntington e Ernesto López

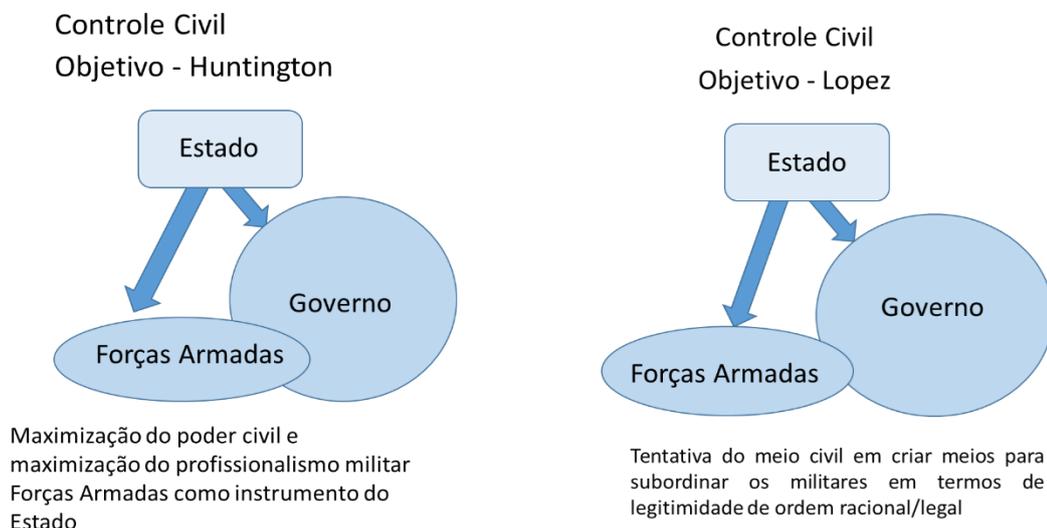


O controle civil objetivo, por sua vez, se relaciona com a tentativa do meio civil em criar meios para subordinar os militares em termos de legitimidade de ordem racional/legal. Nesse caso, ressalta o autor, a subordinação dos militares se dá em

²⁰ HUNTINGTON, S. *O Soldado e o Estado. Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996, p.99-103.

obediência às leis e na regência de uma ordem normativa abstrata e impessoal respeitada por todos os cidadãos,²¹ como podemos ver na figura 1.2:

Figura 1.2 – Controle civil objetivo nas interpretações de Samuel Huntington e Ernesto López



Ao analisarmos a história dos países do Mercosul, notamos que o controle civil subjetivo foi exercido em alguns períodos. Em outros, os militares ocuparam o poder de maneira direta ou indireta. Para melhor entender porque isso ocorreu, devemos trazer à luz alguns conceitos, entre eles, a autonomia política militar e a sociedade pretoriana.

1.2.2 A autonomia política militar e a sociedade pretoriana

A existência e o discurso dos grupos de pressão política aqui apresentados estão intrinsecamente ligados à participação das Forças Armadas na política, em especial, nos períodos em que os militares estiveram no poder. Por sua vez, as intervenções militares estão vinculadas ao crescimento da autonomia política militar.

Ernesto López define a autonomia política militar como a capacidade de a instituição definir seus objetivos, missão, doutrinas e modos de se relacionar com o mundo da política. Essa capacidade, segundo López, cedo ou tarde, faz dos militares poderosos atores políticos em relação aos civis.²²

²¹ LOPEZ, E. Objective and Subjective Control Revisited. In: PION-BERLIN, D. (Org). *Civil-Military Relations in Latin-America: New Analytical Perspectives*. North Carolina Press, 2001, p.99.

²² LOPEZ, 2001, p.95.

Samuel Alves Soares observa dois tipos de autonomia militar. A autonomia orientada para o poder político, como a existente no período entre 1946 e 1964 no Brasil (no qual podemos acrescentar como exemplo a Argentina desse mesmo período) e a autonomia autárquica, de cunho institucional, observada após a redemocratização.²³

Prudêncio Garcia nos dá uma definição de autonomia política militar em dois aspectos importantes em relação ao jogo de forças com o poder civil: a) a existência de uma convicção entre os militares que eles podem e devem intervir nas grandes questões nacionais; b) a existência de uma convicção entre os militares de que eles devem e podem atuar, seja através da pressão ou de um golpe de Estado, em um governo constitucional que não seja do seu agrado.²⁴

Temos aqui, por meio dessas três definições que se complementam, que a autonomia política das Forças Armadas é a capacidade de a instituição e seus integrantes definirem espaços de atuação e decisão em relação ao poder civil, que abrange desde normas, procedimentos, metodologias dentro da instituição até a intervenção direta no processo político. A afirmação de Berthold Klinger, em 1930, sobre o papel das Forças Armadas é bem representativa dessa autonomia. Para esse oficial brasileiro, “o posto supremo de direção (do país) é problema do Estado-Maior”.²⁵

Esse processo de autonomização, que correrá em paralelo com a modernização das Forças Armadas, terá o seu primeiro marco tanto na Argentina quanto no Brasil a partir de 1930 e seguirá por meio século. No Paraguai, há um período curto de autonomia em 1936 e 1937 e, no Uruguai, o processo de autonomia se inicia em 1973, terminando em 1985.²⁶

Veremos, ao longo dessa tese, que os militares não somente foram ganhando autonomia, mas que tiveram apoio de forças civis que legitimaram a ampliação do seu

²³ Embora a autonomia autárquica sugira uma ideia de menor politização, devemos vê-la dentro de seu contexto. A orientação em torno de uma autonomia autárquica no Brasil pós-ditadura tende a ser política, por manter certas prerrogativas regime militar. SOARES, S. A. *Controle e autonomia. As Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999)*. São Paulo: Ed.Unesp, 2006, p.16.

²⁴ GARCIA, P. *El drama de la autonomía militar*. Madri: Alianza Editorial, 1995, p.351.

²⁵ CARVALHO, J.M. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, B.(org) *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano: sociedade e instituição (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.214. Apud ALVES, V.C. *Da Itália à Coréia: decisões sobre ir ou não à guerra*. Rio de Janeiro: Ed. Iuperj; Ed.UCAM; Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2007, p.61.

²⁶ O Paraguai, embora tenha vivido sob as ditaduras dos generais Higinio Morínigo (1940-1948) e Alfredo Stroessner (1954-1989) foram marcadas, como veremos adiante por Forças Armadas com pouca autonomia.

poder. Na falta de mediação política, os civis viram os militares como instrumento para contestação do *status quo*, o que abriu caminho para intervenções. Essa autonomia só ganhou alcance e influência a partir do momento em que foi legitimada pela sociedade. Outro aspecto importante sobre a autonomia é que se amplia, em especial, nos países latino-americanos, com a modernização das Forças Armadas. Dessa forma, o processo de profissionalização dos militares, em vez de afastá-los da política, os aproxima ainda mais. Para entender por que isso ocorre, devemos nos ater a maneira como a sociedade e as Forças Armadas interagem.

A autonomia política dos militares se vincula, para o nosso estudo, a outro conceito, que é a sociedade pretoriana. Samuel Huntington define a sociedade pretoriana como resultado do aumento do grau de politização dos diversos grupos sociais e a falta de instituições capazes de mediar os conflitos. Em uma sociedade pretoriana, segundo o autor, as forças sociais se enfrentam de cara a cara e normalmente ocorrem intervenções militares:

Cada grupo utiliza os meios que refletem sua natureza peculiar e suas capacidades. Os ricos subornam; os estudantes se amotinam; os operários fazem greve; as massas promovem manifestações e os militares efetuam golpes. As técnicas de intervenção militar são apenas mais dramáticas e eficientes que as outras porque, como diz Hobbes: “quando nada mais se apresenta, o trunfo é paus.”²⁷

Com uma visão conservadora do processo político, Huntington distingue dessa forma as sociedades democráticas, nas quais o aumento da participação política abrandou os conflitos, das demais sociedades, em que esse mesmo aumento gerou mais conflitos e intervenções. Para Huntington, a natureza das intervenções tem relação direta com o grau de desenvolvimento das sociedades:

À medida que a sociedade muda, muda também o papel dos militares. No mundo da oligarquia, o soldado é um radical; no mundo da classe média, é um participante e um árbitro; à medida que a sociedade de massa desponta no horizonte, torna-se um guardião conservador da ordem existente.²⁸

Como defende o autor, os militares acabam servindo como guardiões da classe média. Mas isso não quer dizer que se tornem instrumento dela. A autonomia dos militares permite que eles ajam em prol de uma série de interesses específicos.

²⁷ HUNTINGTON, S. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: EdUSP, 1975, pp. 208-209;

²⁸ HUNTINGTON, 1975, p.233.

Alain Rouquié concorda com a ideia de sociedades pretorianas, porém discorda que sejam apenas resultado da fraqueza das instituições. Ele mostra que os militares passam a atuar na política na Argentina e no Brasil como uma espécie de partido, intervindo em prol da preservação do modelo de Estado que eles acreditam diante da ameaça constituída pelas crises políticas ou, mais especificamente, no caso argentino, pela hegemonia de um grupo social.²⁹

A sociedade pretoriana se aproxima do conceito de Estado-Militar criado por Harold Lasswell. Em seu artigo *The Garrison State*, de 1941, ele previa que os especialistas em violência assumiriam o grupo mais importante da sociedade, exercendo a supremacia sobre os homens de negócios e os políticos. Ainda segundo o autor, quanto mais as sociedades modernas se tornavam militarizadas, mais os militares passariam a se preocupar em atividades não-violentas. Para ele, os governos seriam altamente centralizados, estando presentes em várias áreas da sociedade.³⁰ Esse Estado-Militar guarda algumas semelhanças com o que ocorre em países como a Argentina, o Brasil e o Paraguai.

O crescimento da autonomia política dos militares e o apoio de setores civis permitiram que as Forças Armadas desempenhassem o papel de árbitro nas sociedades pretorianas. Esse comportamento foi observado em vários países latino-americanos.

Ao estudar o caso brasileiro, Alfred Stepan definiu que as relações entre civis e militares poderiam ser melhor caracterizadas pela lógica do Poder Moderador. Stepan retoma a expressão utilizada pelo jornalista Aristides Lobo, logo da Proclamação da República, para mostrar que as Forças Armadas estavam fazendo que antes cabia ao imperador: moderar as crises políticas. Com esse papel, os militares conservar o sistema político, retirando o chefe do Executivo e entregando o poder a outro grupo civil.³¹

O padrão brasileiro, usado como modelo por Stepan, se caracterizava pela crença de que a intervenção deveria ser curta; dessa maneira, os militares deveriam entregar o poder o quanto antes aos civis. Stepan ressalta que esse modelo poderia, com certas

²⁹ ROUQUIÉ, A. *O Estado-Militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984, p.330.

³⁰ LASSWELL, H.D. *The Garrison State*, *The American Journal of Sociology*, Vol. 46, No. 4, Jan., 1941, pp. 455-468.

³¹ STEPAN, A. *Os militares na política. As mudanças de padrões na vida brasileira*. Trad. de Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p.50.

adaptações, ser utilizado para explicar a participação política dos militares em outros países latino-americanos.

Mas a participação dos militares não se limitou apenas ao papel moderador nessas democracias emergentes. A partir de 1964, no Brasil e de 1966, na Argentina, os militares assumiram o poder por um longo tempo, subordinando os civis ao seu projeto de Estado. No Uruguai, país que experimentava um longo período de democracia, a ordem foi quebrada a partir de 1973, com o início do regime militar.

Por sua vez, no Paraguai, desde 1940, as Forças Armadas, em forte interação com o Partido Colorado, eram a base dos regimes autoritários que se sucedem naquele país. Esse tipo de interação foi denominada “unidade granítica” e se caracterizava por uma associação entre o poder militar e o poder político, ambos subordinados ao ditador.

Para melhor entender esse período de participação ativa dos militares apresentaremos alguns conceitos teóricos sobre os regimes militares ocorridos nos quatro países do Mercosul.

1.2.3 Os regimes autoritários

Os regimes que passam a vigorar na Argentina (1966/1973 e 1976/1983) e no Brasil (1964/1984) conceituamos como regimes autoritários. Para melhor entendermos essa definição, tomaremos como referência a tipologia empregada por Alfred Stepan e Juan Linz, em seu estudo *A Transição e Consolidação da Democracia*.³² Para esses autores, os regimes poderiam ser classificados em cinco categorias: democracia, autoritarismo, sultanismo, totalitarismo e pós-totalitarismo. Dessas cinco categorias, três (democracia, autoritarismo e sultanismo) serviram como base para a análise dos regimes militares que existiram nos países do Mercosul e que antecederam a redemocratização. Vamos à definição de cada um deles.

Para Linz e Stepan, a democracia moderna consolidada é uma forma de governo que pressupõe cinco condições, que se correlacionam: *uma sociedade civil livre e ativa; uma sociedade política relativamente autônoma e valorizada; a existência de garantias dadas pelos Estado de Direito em relação às liberdades individuais e de associação; uma*

³² Utilizaremos os conceitos de Autoritarismo e Sultanismo para mostrar como os partidos políticos foram afetados pelos regimes militares e como reagiram no retorno à democracia. STEPAN, A. LINZ, J. *A Transição e Consolidação da Democracia. A Experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. Trad. de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

*burocracia estatal que possa ser utilizada pelo governo e uma sociedade econômica institucionalizada.*³³

Uma vez cumpridos esses requisitos, os autores conceituam a democracia dentro de quatro elementos-chave: pluralismo político, econômico e social, protegido pelas leis; uma ideologia voltada à valorização da cidadania; a capacidade de mobilização social e tolerância à oposição pacífica e ordeira; a escolha da liderança através de eleições livres, realizadas periodicamente.

Completamente oposto à democracia é um regime totalitário. Esse tipo de regime não permite qualquer forma de pluralismo, é guiado por uma ideologia única, articulada, norteadora e utópica, que utiliza a mobilização como um instrumento e quase sempre é guiada por uma liderança imprevisível.

O meio termo para esses dois tipos ideais, seria, para os autores, os regimes autoritários, sultanísticos e pós-totalitários. Os autores definem o autoritarismo como um regime no qual há uma limitação do pluralismo; no qual não há uma ideologia complexa que os guie; em que há baixo grau de mobilização social, no qual um líder ou um pequeno grupo exerce o poder dentro de limites mal definidos, embora previsíveis.³⁴

A definição de regime autoritário abarca não somente os casos argentino, brasileiro e uruguaio, mas a maior parte dos regimes existentes nas décadas de 1960 e 1970.

O sultanismo, por sua vez, seria uma espécie de regime não democrático com algumas particularidades em relação ao regime autoritário. A primeira delas é o domínio do governante sobre as várias esferas da sociedade. Esse domínio faz com que indivíduos, grupos e instituições estejam sob a intervenção imprevisível do governante. A outra é que a liderança sultanística funde o público e o privado: sua sucessão tende a ocorrer por passagem dinástica e não por eleições livres; e também funde o civil com o militar, o que dificulta categorizá-lo como um governo militar como os demais.

Além disso, os países onde ocorre esse tipo de regime apresentam baixo grau de autonomia da sociedade civil e da sociedade política. Esse modelo esteve mais presente no Paraguai e explica porque as Forças Armadas paraguaias tinham menos autonomia

³³ Por sociedade civil, Linz e Stepan entendem ser uma comunidade política composta por indivíduos e grupos independentes do Estado. Sociedade política, no entendimento daqueles autores, é o campo do qual a comunidade política se organiza de forma específica para reivindicar o direito legítimo de exercer controle sobre o poder público e o aparato estatal. STEPAN, LINZ, 1999, pp.26, 27.

³⁴ A definição de autoritarismo foi inicialmente elaborada por Juan Linz em 1964, no artigo “*An Authoritarian Regime: Spain*”.

política, embora as ditaduras do general Higinio Morínigo (1940-1948) e Alfredo Stroessner (1954-1989) tenham sido as mais longevas da região.

1.2.4 A transição para a democracia

Ainda tomando como referência à obra de Linz e Stepan, faremos uma breve comparação entre os tipos de transição para a democracia que ocorreu nos quatro países do Mercosul.³⁵

O primeiro tipo de transição é por colapso, que surge, por exemplo, ao fim de guerras, como aconteceu ao final da Guerra das Malvinas. A principal característica da transição por colapso é que os militares ficam com pouca margem de manobra para negociar, como ocorreu na Argentina.

O segundo tipo de transição que levaremos em conta é a transição pactuada, ou por tutela. Nesse tipo de transição, os militares mantêm certas prerrogativas e são capazes de definir importantes pontos do processo de transição, como ocorreu no Brasil e no Uruguai.

O terceiro tipo é a transição por golpe. Nesse tipo de transição, o setor que deu o golpe define se haverá ou não a mudança no regime. Esse tipo ocorreu no Paraguai.

1.2.5 O isolamento político das Forças Armadas e o surgimento dos grupos de pressão política formados por militares da reserva na redemocratização

Por fim, essa tese apresenta o conceito de isolamento político das Forças Armadas. Trata-se do processo gradual e realizado muitas vezes de maneira não coordenada, pelo qual setores influentes da sociedade, como os partidos, sindicatos, associações, universidades e parte das lideranças militares passam a apoiar um novo de Estado de Direito no qual as Forças Armadas estejam afastadas da competição política.

O isolamento político das Forças Armadas, para as lideranças civis em geral, reside na valorização das regras da democracia, na tentativa de estabelecer controles e limites às Forças Armadas. Essa valorização tem, como pressuposto, a negação do discurso pretoriano e do recurso militar, que haviam sido comuns nessas sociedades e que haviam permitido a ocorrência dos regimes militares.

No caso das lideranças partidárias, o isolamento político das Forças Armadas retira da competição política um importante e influente ator, que poderia ser utilizado pelos adversários como *ultima ratio* da disputa pelo poder.

³⁵ STEPAN, LINZ, 1999, pp.82-84.

Como processo realizado de maneira difusa, em prol do não retorno dos regimes militares, o isolamento político das Forças Armadas conta com uma série de iniciativas vindas não somente das lideranças políticas, mas de setores como as universidades. No meio acadêmico, por exemplo, o isolamento político das Forças Armadas se embasa na produção da reflexão sobre as relações entre civis e militares.

Na cúpula militar, o isolamento político das Forças Armadas é uma forma de evitar que a competição política abale a hierarquia e a disciplina, a base da instituição. Além disso, o isolamento político é uma maneira de se aproximar da atividade fim da instituição que é a preparação e o uso da força para a proteção do território.

O isolamento político das Forças Armadas afeta o grau de autonomia política militar, uma vez que reduz a possibilidade de uso das Forças Armadas nas crises políticas. Ele também afeta o grau de autonomia institucional, uma vez que tende a readequar as prerrogativas herdadas do passado autoritário ao novo *status quo*.

Porém, esse isolamento não significa a erradicação da autonomia das Forças Armadas: trata-se antes de um conjunto de medidas para que haja nova configuração da autonomia política e institucional, retirando os excessos que permitiram o surgimento dos regimes militares e garantindo que as Forças Armadas sejam apenas instrumento do Estado e não dos partidos. A instituição continua com voz, representatividade e mantém certos parâmetros de autonomia, porém não tem mais o papel e nem a legitimidade para mediar e intervir nos problemas causados pela competição político-partidária.

Como o isolamento político das Forças Armadas é um processo relacionado à reconstrução e aperfeiçoamento do Estado de Direito após a experiência dos regimes militares, veremos que esse processo é mais incisivo nos países em que a autonomia militar foi mais intensa. Ou seja, nos países em que as Forças Armadas competiram com os partidos pelo poder, o isolamento teve como consequências imediatas. Nos países em que os militares tinham autonomia política mais moderada e forte ligação com os partidos, o processo de isolamento político das Forças Armadas foi tardio.

Esse conceito é essencial para explicar o aparecimento dos grupos de pressão política formados por militares da reserva, pois eles surgem como uma resposta ao isolamento político das Forças Armadas.

Veremos no próximo capítulo, como eles foram constituídos.

2 – O SURGIMENTO DOS GRUPOS DE PRESSÃO FORMADOS POR MILITARES DA RESERVA NOS PAÍSES DO MERCOSUL

Como vimos anteriormente, conceituamos os grupos de pressão formados por militares da reserva como coletividades organizadas de maneira formal que buscam defender seus interesses sensibilizando a sociedade e influenciando o governo, seja por meio de persuasão, *lobby*, ameaças e outras formas de constrangimento. A esses grupos não importa disputar o poder, como no caso dos partidos, e sim ter os seus interesses levados em consideração para que sejam alcançados.

Diante desta resumida caracterização teórica, passemos à descrição dos grupos encontrados na Argentina, no Brasil, no Paraguai e no Uruguai. Para facilitar a leitura, a descrição a seguir foi sistematizada da seguinte maneira: primeiramente, um breve histórico de cada governo pós-ditadura militar; em seguida, a descrição dos grupos surgidos nos respectivos governos; e, por último, a atuação dos grupos de pressão política.

2.1 ARGENTINA

2.1.1 Os grupos de pressão política formados por militares da reserva na transição e no governo Alfonsín (1983-1989)

Em suas memórias, Raul Alfonsín revela que muitas vezes lhe perguntavam se ele, por defender os Direitos Humanos que haviam sido violados no passado, acabava arriscando os Direitos Humanos daqueles que estavam por vir. A tensão era tanta em seu mandato que nunca fora descartada a possibilidade de sofrer um golpe de Estado.³⁶

Eleito com 51,7% dos votos contra 40,1% do peronista Ítalo Luder, Raul Alfonsín foi o primeiro presidente que a União Cívica Radical (UCR) colocava no poder desde Arturo Umberto Illia (1963-1966) e o primeiro radical a não sofrer um golpe desde Marcelo T. Alvear (1922-1928).³⁷ Tinha a maior bancada na Câmara dos Deputados, mas não no Senado e nas demais províncias. A UCR, apesar de vitoriosa, ainda era um partido não muito homogêneo.³⁸

³⁶ ALFONSÍN, R. *Memoria política, transición a la democracia y derechos humanos*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009, p.36.

³⁷ Além de representar a primeira vitória da UCR sobre os peronistas em eleições livres.

³⁸ ROMERO, L.A. *Breve história contemporânea da Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica 2011, pp.244-245.

Alfonsín tomou posse no dia 10 de dezembro de 1983 e enfrentou os efeitos da crise econômica de 1981, no Processo de Reorganização Nacional, como era conhecido o regime militar. A inflação de 345% ao ano, o pagamento da dívida externa – que consumia 40% das receitas do país – e a redução de cerca de 10% do investimento estrangeiro se refletiam na diminuição do poder de compra dos argentinos e no aumento do desemprego. Para piorar, mesmo com a redemocratização, havia setores do sindicalismo que já se mobilizavam contra o governo. Alfonsín, durante a campanha presidencial, denunciara um pacto entre sindicalistas e militares em prol da vitória do peronista Ítalo Luder.³⁹ As tensões entre o presidente e os sindicatos resultaram em treze greves gerais e três mil paralisações.⁴⁰

Na Igreja Católica, em que pese ter apoiado definitivamente a democracia a partir de 1981, setores mais conservadores seriam contrários ao governo de Alfonsín. A aprovação da lei do divórcio e o tom laico do programa de governo eram percebidos como uma redução do poder em um país eminentemente católico e cuja religião estava entranhada no meio militar e na ideia de nação.⁴¹ Segundo Luís Alberto Romero, a democracia era descrita por alguns bispos opositores como o compêndio dos males do século: a droga, o terrorismo, o aborto e a pornografia.⁴² O discurso laudatório ao

³⁹ O pré-acordo teria sido decidido pelo general Juan Carlos Ricardo Trimarco e pelo sindicalista Hermínio Iglesias. BALZA, M. *Mi historia argentina*. Buenos Aires: Norma, 2011, p.266.

⁴⁰ Sobre o assunto, ver NOVARO, M. e PALERMO, V. *A ditadura militar argentina 1976-1983, Do golpe de Estado à restauração democrática*. São Paulo: Edusp, 2007, p. 702-703; ROMERO, L.A. *Breve história contemporânea da Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011, p. 248-259 e ALFONSÍN, 2009, p.50. Apesar da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) da rua Azopardo ter apoiado o governo quando do Plano Austral, outro setor, mais renovado, a CGT da rua Brasil, se colocou contra Alfonsín.

⁴¹ A influência da Igreja Católica no Exército argentino é um caso peculiar. No Colégio Militar da Nação, onde são formados os oficiais, por muito tempo não foram aceitos candidatos de outra religião. Desde 1959, o Colégio receberia a incumbência de não somente prepará-los para a guerra, como de instruí-los nos mistérios da fé. O cristianismo está evidente também na escolha das datas comemorativas e dos patronos das armas, quadros e serviços. No Dia da Imaculada Conceição e de Santa Bárbara são comemorados, respectivamente, o Dia da Infantaria e o Dia da Artilharia. No Brasil, há também uma equivalência entre armas, quadros e serviços e seus padroeiros. São Jorge, por exemplo, é padroeiro da Cavalaria. Sobre essa temática, vale a pena ver, entre outros, ZANATA, L.E. *Del Estado liberal a la nación católica. Iglesia y Ejército en los orígenes del peronismo*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1996. O ensino religioso foi abolido nos colégios militares daquele país apenas em 2012. Uma produção de discurso, seja em livros, revistas ou sermões, ajudou a demonizar a imagem dos militantes de esquerda e a naturalizar a perseguição a eles, que resultaria em milhares de sequestros, assassinatos e outras formas de violência política. Ver mais em SANTOS, E.H.J. *Forças Armadas, o Estado laico e a “ameaça vermelha”: o papel do conservadorismo religioso nas relações civis militares do Cone Sul no século XX*. Artigo apresentado no VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (Abed) realizado em 2012 em São Paulo.

Processo de Reorganização Nacional por parte desses clérigos revelava não somente a visão negativa sobre a democracia, mas, em alguns casos, servia como salvaguarda para justificar práticas cometidas durante a ditadura.⁴³

Por sua vez, as Forças Armadas argentinas viviam um divórcio com a população. Se, por um lado, a ditadura teve inicialmente apoio de boa parte da sociedade por conta da contenção das guerrilhas, a inserção do vocábulo “desaparecido” pelas entidades de Direitos Humanos surgia como uma chaga à imagem dos militares. Em 1976, quando assumiram novamente o poder depois de um interregno de três anos, os militares tinham o desafio de frear a onda de violência oriunda das organizações de extrema direita e extrema esquerda. Entre 1973 e 1976, a Aliança Anticomunista Argentina (*Triple A*), de extrema-direita, comandada por José de Lopez Rega, havia assassinado mais de duas mil pessoas.⁴⁴ Entre 1970 e 1979, as guerrilhas de esquerda, como o Exército Revolucionário do Povo (ERP) e os *montoneros*, mataram 688 pessoas.⁴⁵

Nos primeiros anos do regime militar, a violência dos movimentos extremistas foi contida, porém com um alto custo: as Forças Armadas e os órgãos a ela vinculados durante a repressão foram consideradas responsáveis pelo desaparecimento de pelo menos 8.960 pessoas. Acrescenta-se a isso os milhares casos de tortura, sequestros e perseguição.

Além disso, a mal-aventurada experiência na Guerra das Malvinas expunha problemas graves de coordenação, controle e disputas internas⁴⁶ nas Forças Armadas que vinham se acumulando nos cinquenta anos de intervenções na política e que se agravaram

⁴² ROMERO, 2011, p.247.

⁴³ Basta lembrar o papel dos capelães militares na época da repressão, misturando religião e política. Na repressão, o monsenhor Tortolo chegou a rezar missas antes das sessões do filme *A batalha de Argel* (1966), ao qual os militares assistiram para aprendizado de técnicas de contrainsurgência. VERBISTSKY, H. *Doble Juego. La Argentina católica y militar*. Buenos Aires: Sudamericana, 2006, pp.30-31.

⁴⁴ NOVARO e PALERMO (2007, p.105) defendem que o número de mortos esteja em torno de novecentos. O jornalista Ignacio González Janzen crê que tenham sido duas mil vítimas. AMATO, A. La Triple A, el embrión que alumbró el terrorismo de Estado en la Argentina. *Clarín*, 14 de janeiro de 2007, disponível em <<http://edant.clarin.com/diario/2007/01/14/elpais/p-00601.htm/>>. Segundo Zaverucha, a Triple A foi a responsável pela morte do sindicalista José Ignacio Rucci, da Central Geral dos Trabalhadores. Para Larraquy, a autoria coube aos *montoneros*. ZAVERUCHA, 1994, p.84. LARRAQUY, M. *De Perón a los montoneros*. Buenos Aires: Aguilar, 2010, pp.198-200.

⁴⁵ DELLASOPPA, E. *Ao inimigo, nem a Justiça. Violência política na Argentina, 1943-1983*. São Paulo: Hucitec, 1998, p.331.

⁴⁶ ROMERO, 2006, pp.212-213.

a partir de 1976.⁴⁷ Ademais das disputas horizontais entre os oficiais gerais do Exército e da Marinha, havia também dissensões de caráter vertical, pois, dentro de cada Força, os mais jovens, veteranos de uma curta, porém traumática guerra perdida, tinham sido marcados por uma espécie de abandono, sem equipamento e recursos, longe dos altos comandantes que coordenavam a operação.⁴⁸

Alfonsín fora eleito como o reformador da democracia. Mas o que fazer com os militares que participaram da repressão e com os militantes das organizações clandestinas? Segundo o ex-presidente, a solução foi desenvolver, dentro da sociedade argentina, um padrão de relação em que houvesse a valorização dos Direitos Humanos, o respeito ao Estado de Direito e à tolerância ideológica.⁴⁹

O governo e a sociedade tiveram de criar um modelo jurídico que permitisse o julgamento e a punição dos envolvidos na repressão e, ao mesmo tempo, lidar com o fato de que havia militares e familiares vítimas do terrorismo.⁵⁰ Antes mesmo de ser eleito, Alfonsín havia elaborado um esquema jurídico com três níveis de responsabilidade para os crimes na repressão: o primeiro era dos que deram as ordens; o segundo, dos subordinados que cumpriram as ordens em um clima de horror e coerção; o terceiro, dos subordinados que cometeram excessos.⁵¹

Uma das primeiras medidas de Alfonsín, efetuada em 12 de dezembro de 1983, por meio dos Decretos 157 e 158/83, foi a anulação da Lei de Anistia imposta pelos militares, que beneficiava os integrantes das Forças Armadas e das organizações da luta armada. A nova lei previa o julgamento de nove membros da Junta Militar.

No dia 15 de dezembro daquele ano, Alfonsín decretou a criação da Comissão Nacional Sobre Desaparecimento de Pessoas (Conadep), responsável por apurar os casos de desaparecimento forçado, sequestros e assassinatos cometidos no regime militar. Finalizada em 20 de setembro do ano seguinte, a Comissão apurou que havia no mínimo 8.960 casos de pessoas desaparecidas, a existência de 380 Centros Clandestinos de

⁴⁷ NOVARO e PALERMO, 2007, p.230.

⁴⁸ JAUNARENA, H. *La casa está en orden. Memoria de la transición*. Buenos Aires: Treda Libros, 2012, p. 32.

⁴⁹ ALFONSÍN, 2009, pp.36-37 e 39-48.

⁵⁰ JAUNARENA, 2011, pp.33-34.

⁵¹ ALFONSÍN, 2009, p.35.

Detenção e a ocorrência de sequestros de crianças e recém-nascidos.⁵² A Comissão enumerou 1.315 membros das forças de segurança envolvidos nos crimes cometidos na repressão.⁵³

Os processos judiciais que envolviam os militares passassem a ter duas instâncias: a primeira, no âmbito da Justiça Militar; e a segunda, nas Câmaras Federais, que poderiam atuar ou requerer agilidade do processo em qualquer momento, em suspeita de prevaricação. Segundo Jorge Zaverucha, com essa estratégia, Alfonsín mostrava que se comprometia em não denegrir a instituição militar e que se preocupava apenas em punir os indivíduos. Além disso, jogava a instituição contra os próprios membros, mantendo os militares politicamente divididos. A deliberação serviu para a autodepuração das Forças Armadas, uma vez que os próprios militares decidiam quem deveria ser punido.⁵⁴ Paralelamente, os tribunais civis passaram a ter independência para analisar e julgar os processos.

Entre abril e dezembro de 1985, por fim, foram realizados os julgamentos dos oficiais gerais que fizeram parte das três Juntas Militares, como previa os Decretos 157/83 e 158/83. Se, por um lado, o governo teve êxito em cumprir a promessa de campanha de punir os principais responsáveis pelos crimes cometidos na ditadura, por outro, pela lógica dos três níveis de responsabilidade de Alfonsín, ainda havia a necessidade de punir os agentes da repressão dos escalões imediatamente inferiores.

A morosidade no julgamento dos demais militares envolvidos na repressão criava um ambiente de suspeita entre os militares e aumentava a distância entre o governo e as Forças Armadas. Segundo o ex-presidente Alfonsín, a demora dos processos permitiu que “campanhas de ações psicológicas” criassem um clima de inquietude nos quartéis no qual cada homem se sentia ameaçado.⁵⁵ Ficou claro para ele, naquele momento, a necessidade de se agilizar o trabalho da Justiça e julgar os principais envolvidos, criando um prazo limite de sessenta dias, pelo qual não seriam mais aceitos novos processos envolvendo crimes ocorridos na ditadura. Esse prazo foi formalizado pela Lei de

⁵² Publicado em 28 de novembro de 1984, seus 40 mil exemplares seriam esgotados na mesma noite de lançamento. SAVOIA, C., CALVO, P., 20 años del Nunca Más, un legado que perdura. *Clarín*, 19 de setembro de 2004. Disponível em <<http://edant.clarin.com/suplementos/zona/2004/09/19/z-03015.htm>>, acesso em 1º Jul. 2014.

⁵³ ZAVERUCHA, 1994, p.113.

⁵⁴ *Idem*, p.100.

⁵⁵ ALFONSÍN, 2009, p. 49.

Caducidade da Ação Penal, mais conhecida como Lei do Ponto Final, sancionada em 23 de dezembro de 1986.

A lei, criada para agilizar os processos e diminuir o clima de insatisfação nos quartéis, teve efeitos diversos: o governo previa que, com a medida, os processos judiciais demandassem a responsabilidade de trinta a quarenta militares, na melhor expectativa, e de uma centena, na avaliação mais pessimista. Ao final do prazo, em fevereiro, 139 militares e doze civis estavam listados nos processos. Nas semanas seguintes, devido aos recursos extraordinários, que dilataram o prazo, o número de processados chegou a 450.⁵⁶ Alfonsín, em suas memórias, revela que seu propósito de centralizar os processos nos principais responsáveis foi superado a tal extremo que todos os militares se sentiam julgados.⁵⁷

A solução para abrandar o problema da tropa viria em 1987. Em abril, Alfonsín preparara um projeto de lei que seria remetido ao Congresso Nacional a fim de que os oficiais com patente inferior a tenente-coronel ficassem isentos de responsabilidade pelos crimes cometidos durante o período de repressão. Porém, na Semana Santa, antes que o projeto fosse entregue ao Congresso, uma sublevação militar afetou os planos do presidente.⁵⁸

A crise teve início em 15 de abril de 1987, quando o major Ernesto Barreiros, convocado para depor pela Câmara Federal de Córdoba, se recusou a fazê-lo e se refugiou no 14º Regimento de Infantaria. Ato contínuo, o tenente-coronel Aldo Rico, veterano da Guerra das Malvinas, reuniu uma equipe e partiu de Córdoba para a guarnição do Campo de Maio, em Buenos Aires, para dar início a uma sublevação.

⁵⁶ O prazo começava em dezembro e, no mês seguinte, teria início o recesso judicial, o que afetaria novas demandas. Porém, as Câmaras Federais suspenderam as férias de janeiro para poder dar conta do trabalho. FRAGA, Rosendo. *La cuestión militar 1987-1989*. Buenos Aires: Editorial Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría, 1989, pp. 117-120. Apud: SAIN, M.F., *Alfonsín, Menem e as relações cívico-militares. A construção do controle sobre as Forças Armadas na Argentina democrática (1983-1995)*. Disponível em < <http://www.resdal.org/Archivo/sain-cap3-3.htm#n359/>>. Acesso em 2 Jul. 2014. VERBITSKY, H. *Civiles y militares, la memoria secreta de la transición*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003, p.228.

⁵⁷ ALFONSÍN, 2009, p.50.

⁵⁸ Idem, p.53.

O alvo da revolta de Rico era o alto generalato. Segundo Zaverucha, os sublevados haviam perdido as esperanças de que a cúpula militar pudesse pôr fim às injustiças e humilhações praticadas contra as Forças Armadas.⁵⁹

De acordo com Roberto Battaglino, os rebeldes, além de criticarem os generais da cúpula, tinham a percepção de que a oficialidade média era a mais prejudicada pela revisão judicial e que, por isso, estavam pagando os custos da luta subversiva. Ainda segundo Battaglino, o mesmo não ocorria com os ideólogos e responsáveis pela luta antissubversiva, que não assumiam sua culpa.⁶⁰

Luis Alberto Romero, por sua vez, lembra que o episódio da Semana Santa de 1987 não se tratava de um levante como os que a Argentina sofrera desde 1930, caracterizados pelo apoio da sociedade. Ademais, seus líderes não contestavam a ordem constitucional, apenas desejavam negociar com o governo.⁶¹

Em pouco tempo, os rebeldes ganharam apoio de cinco regimentos, localizados nas províncias de Córdoba, Misiones, Neuquén, Santa Cruz e Tucumán.

Alfonsín, com forte apoio da sociedade, negociou pessoalmente com os rebeldes, que ficariam conhecidos como *carapintadas*. Nos arredores do Campo de Maio, manifestantes gritavam palavras de ordem a favor da democracia. A Plaza de Maio havia sido tomada por milhares de pessoas que saudaram o presidente após a negociação. A casa estava em ordem, diria o presidente, após se referir aos militares, em um discurso de conciliação, como heróis das Malvinas.

Na semana seguinte, Alfonsín mandou para a reserva todos os generais que tiveram problemas disciplinares com os rebelados. O chefe do estado-maior conjunto, general Ríos Ereñú, foi exonerado, como desejavam os rebeldes, e em seu lugar assumiu o general José Segundo Dante Caridi.⁶² Aldo Rico acabaria sendo preso por insubordinação.

O projeto de lei de Alfonsín que isentava os militares com patentes abaixo de tenente-coronel e cuja tramitação sofreu os efeitos da crise da Semana Santa foi aprovado em maio, com algumas emendas. Isso porque o Senado acolheu a solicitação do general

⁵⁹ ZAVERUCHA, 1994, p.137.

⁶⁰ BATTAGLINO, J. *La política militar de Alfonsín: la implementación del control civil en un contexto desfavorable*. GARGARELLA, R., MURILLO, M.V., PECHENY, M. *Discutir Alfonsín*, Buenos Aires: Siglo XXI, 2010, pp. 170-171.

⁶¹ ROMERO, 2011, p.250.

⁶² ZAVERUCHA, 1994, p.141. Em que pese a insatisfação dos *carapintadas*, o governo teve autonomia nessa escolha, pois Caridi não fazia parte da lista de oficiais generais que os rebeldes escolheram para o lugar de Ríos Ereñú.

Caridi, que pediu que coronéis e generais também fossem beneficiados. A lei, conhecida como Obediência Devida, foi aprovada pela Câmara em junho daquele ano e não abarcava os casos de estupro, roubo, prisão arbitrária, sequestro de menores e falsificação do estado civil.⁶³

Com a nova lei, diminuiu a insatisfação dos oficiais de baixo escalão. Porém, as divisões dentro do Exército ainda existiam e o tenente-coronel Aldo Rico tornar-se-ia seu epicentro.

No dia 27 de setembro de 1987, militares do 3º Regimento de Infantaria, da guarnição de La Tablada, iniciaram um protesto, permanecendo aquartelados. O motivo teria sido a passagem para a reserva do tenente-coronel Dario Fernandez Maguer, ex-comandante da unidade, por se mostrar simpático à rebelião da Semana Santa de 1987 e não cumprir a ordem de sufocar o movimento.⁶⁴

A punição caracterizou uma quebra no suposto pacto entre a cúpula militar e os *carapintadas* e mostrou que o episódio da Semana Santa não estava superado. Outros exemplos ainda estavam por vir.

Em 15 de janeiro de 1988, cumprindo prisão domiciliar, Aldo Rico fugiu para o 4º Regimento de Infantaria, em Monte Caseros. Dali, começou uma nova sublevação. Embora tenha contado com o apoio de outros regimentos, o novo levantamento dos *carapintadas* foi rapidamente sufocado pelo governo e, no dia 19, Aldo Rico se entregou.⁶⁵

No dia 2 de dezembro, houve outro levantamento. Uma equipe formada por quatro oficiais e 49 suboficiais do Grupamento Albatroz, da Polícia Costeira, roubou armamentos e veículos para tentar libertar Aldo Rico da prisão e se refugiou em um quartel da guarnição do Campo de Maio. Mesmo sem conseguir libertar Rico, teve início uma sublevação, sob o comando do coronel Mohamed Ali Seineldín. Esse veterano da Guerra das Malvinas estava lotado como adido militar na Nicarágua (destino de alguns militares que estavam sendo processados pelo governo) e entrou clandestinamente no país para liderar os rebeldes. Inicialmente, não apoiava os *carapintadas* e buscava, a sua

⁶³ ZAVERUCHA, 1994, p.143.

⁶⁴ ZAVERUCHA, 1994, p.145 e PRIETO, M. 'Suave' insurrección militar en un regimiento argentino, *El País*, Madri, 29 de setembro de 1987. Disponível em <http://elpais.com/diario/1987/09/29/internacional/559868418_850215.html>. Acesso em 2 Jul. 2014.

⁶⁵ ZAVERUCHA, 1994, p.147.

maneira, recuperar o Exército das constantes divisões.⁶⁶ Ele tinha como meta forçar o governo a conceder uma anistia geral aos militares envolvidos em crimes ocorridos na ditadura, reconhecer a luta contra a subversão, indultar os rebeldes e exonerar o general Caridi.⁶⁷ Após ocupar uma unidade no Campo de Maio, Seineldín e os rebeldes fugiram para uma unidade militar de Villa Martelli, onde continuaram a sublevação.⁶⁸ A rendição ocorreria no dia 9, depois dos rebeldes negociarem com o general Isidro Bonifácio Cáceres. O general Caridi acabaria pedindo para ir à reserva, sendo substituído pelo general Francisco Gassino.

Apesar de ter conseguido a exoneração dos generais Ríos Ereñú e Caridi, o movimento *carapintada* perdeu força, graças ao empenho do governo em isolar suas lideranças e excluí-las das Forças Armadas. Além disso, a lei de Obediência Devida criada por Alfonsín serviu para eliminar a principal bandeira dos *carapintadas*, ao resolver o problema dos julgamentos, concentrando os processos apenas nos militares de alta patente. Como vimos, o número de militares que respondiam a processos por crimes ocorridos na ditadura já havia sido reduzido, com a Lei do Ponto Final, de 1.500 para 450. E, após a lei de Obediência Devida, havia apenas vinte militares respondendo à Justiça. Por outro lado, 432 militares foram julgados pelas revoltas militares da Semana Santa, de Monte Caseros e de Villa Martelli.⁶⁹

O governo Alfonsín ainda enfrentaria outra crise nos quartéis devido a um atentado terrorista perpetrado pelo Movimento Todos pela Pátria, da extrema esquerda. No dia 23 de janeiro de 1989, militantes liderados por Jorge Baños e Enrique Gorriarán Merlo tentaram tomar o 3º Regimento de Infantaria Mecanizado, em La Tablada, sem sucesso. A ação violenta causou a morte de 28 guerrilheiros, nove militares e dois policiais.

⁶⁶ De acordo com Norma Morandini, Seineldín havia sido contra a ditadura militar. MORANDINI, N. *El harén. Menem-Zuleima-Seineldín. Los árabes y el poder político en Argentina*. Buenos Aires, Sudamericana, 1998, p.189.

⁶⁷ ROMERO, 2011, 265.

⁶⁸ ZAVERUCHA, 1994, p.150.

⁶⁹ BATTAGLINO, 2010, pp. 178-179.

Na época, fontes do MTP informaram que o atentado tinha como objetivo evitar um golpe de Estado que estaria sendo conduzido pelo coronel Seineldín, pelo dirigente sindical Lorenzo Miguel e pelo candidato à presidência, o peronista Carlos Menem.⁷⁰

Em um ambiente político em que se evitava validar o discurso dos militares da luta contra a subversão, o ataque do MTP acabou sendo a prova viva das ações do extremismo de esquerda. Serviu, como bem lembra Jorge Zaverucha, para aumentar o poder de barganha das Forças Armadas.⁷¹ Logo após o ataque à La Tablada, seria criado o Conselho Nacional de Segurança.

Como vimos, as Forças Armadas tiveram reduzido o tradicional papel político no governo Alfonsín. Cabe ressaltar, antes de encerrarmos o histórico, que logo no início do governo, o então presidente iniciara uma política de diminuição dos efetivos militares, o que também foi importante para diminuir o poderio militar. Como resultado dessa política, o governo Alfonsín gastou em 1987 apenas um terço do correspondente a 1984. Nesse período, o efetivo militar havia sido reduzido pela metade.⁷² O presidente conduziu, a partir de 1983, uma política de desmilitarização da Secretaria de Inteligência do Estado (SIDE), substituindo os militares por quadros da União Cívica Radical, seu partido.⁷³

Além disso, a aprovação da Lei de Defesa Nacional (Lei 23.554, de 13 de abril de 1988) excluiu as Forças Armadas da Segurança Pública, desmilitarizando o setor e deixando aos militares a função de defender o país apenas em caso de ameaça externa.⁷⁴

Para encerrar este breve histórico, vimos como o governo Alfonsín respondeu ao problema militar que envolvia a questão dos julgamentos, as fraturas internas nas Forças Armadas e a criação de um novo padrão de relações entre civis e militares. Mostraremos

⁷⁰ SAIN, M.F., *Alfonsín, Menem e as relações cívico-militares. A construção do controle sobre as Forças Armadas na Argentina democrática (1983-1995)*. Disponível em < <http://www.resdal.org/Archivo/sain-cap3-4.htm> />. Acesso em 2 Jul. 2014.

⁷¹ ZAVERUCHA, 1994, p.151.

⁷² FRAGA, R. LESLIE, V. *La Cuestión Militar 1987-1989*, Buenos Aires: Centro de Estudios para la Nueva Mayoría, 1989, p.63. O gasto militar na Argentina em 1984 foi de 2,67 bilhões de dólares. Em 1987, o gasto alcançou apenas 979 milhões. O efetivo em 1984 era de 153 mil soldados. Três anos depois, havia sido reduzido para 78 mil.

⁷³ FRAGA, R. OVALLES, E. *Menem y la Cuestión Militar*. Buenos Aires: Centro de Estudios para la Nueva Mayoría, 1991, p.86. O retorno dos militares aos órgãos de inteligência no governo Menem pode ser associado à tentativa de tomada do quartel de La Tablada feita pelo Movimento Todos pela Pátria em janeiro de 1989. A partir de então, a ameaça subversiva voltou à fazer parte das preocupações com a segurança.

⁷⁴ SAIN, M.F. *Entre los votos y las botas. Estudios sobre la defensa nacional y las relaciones civiles-militares en la democracia argentina*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010, pp.153-159.

que, além dos militares da ativa que se opunham ao governo, Alfonsín também teve de lidar com militares da reserva que se reuniram em um grupo de pressão política para tentar denunciar a política de memória e de direitos humanos e até mesmo incitar os militares da ativa. Vejamos então.

Famus – Familiares y Amigos de los Muertos por la Subversión (1984)

A Famus surge na imprensa argentina em agosto de 1983, quatro meses antes de o presidente Raul Alfonsín decretar a criação da Conadep. A entidade, por meio de um comunicado publicado na revista *Cabildo*, aproveitou o aniversário de oito anos da morte do tenente-coronel Julio Argentino Larraburre para falar ao público que o assassinato desse oficial não fora discutido pelas entidades de Direitos Humanos e que eles buscavam trazer à “opinião pública elementos de juízo”, que se constituíssem “como antídoto da atmosfera intoxicada que parecia obnubilar as consciências”.⁷⁵

Há ao menos duas versões para a fundação dessa entidade. A primeira, mais conhecida, é a de que teria sido fundada em 1983, de maneira espontânea, pela iniciativa de Leonor Barceló e Hebe Susana Solari de Berdina, duas mulheres que perderam seus filhos, Diego e Rodolfo Hernan, ambos segundos-tenentes, vítimas de ações do Exército Revolucionário Popular (ERP), na província de Tucumán, em 1975.⁷⁶

A entidade reuniu militares da reserva e civis e propôs, no início de suas atividades, a realização de missas em homenagem às vítimas das organizações de esquerda.⁷⁷

⁷⁵ FERRARI, G. *Símbolos y fantasmas. Las víctimas de la guerrilla: de la amnistía a la “justicia para todos”*. Buenos Aires. Sudamericana, 2009, p.91.

⁷⁶ El recuerdo de los caídos en acciones terroristas. *La Nación*, Buenos Aires, 30 de abril de 2002, disponível em <<http://www.lanacion.com.ar/392846-el-recuerdo-de-los-caidos-en-acciones-terroristas>> Acesso em 25 Fev. 2013. O tenente Rodolfo Berdina morreu na Operação Independência, em uma emboscada do ERP, da qual também foi vítima o soldado Ismael Maldonado. O tenente Diego foi morto em 20 de outubro de 1975 em um combate noturno em Arroyo Fronteirita. Com ele, morreu o soldado Orlando Amaya, além de três integrantes do ERP. Informações disponíveis em http://www.tumblr.com/tagged/historia%20mundial?language=nl_NL, acesso em 24 Fev. 2013. Uma relação parecida pode ser encontrada no site do Grupo Guararapes, do Brasil, no seguinte endereço: <http://www.fortalweb.com.br/grupoguararapes/upload/MEMORIA%25202.pps>.

Outra versão, trazida pelo jornalista German Ferrari, com base no depoimento de Gustavo Adolfo Contepomi, sobrevivente da repressão no campo de detenção de La Perla, na província de Córdoba, aponta que, em 1977, devido à visita da subsecretária de Direitos Humanos dos Estados Unidos, Patrícia Derian, à região, os militares, liderados pelo tenente Ernesto Barreiro, instaram a ideia de criar uma associação de direitos humanos para os militares e os familiares vítimas da guerrilha. Os primeiros panfletos com o nome Famus começaram a ser mimeografados com a solicitação de adesão, mas também havia nomes alternativos, como “Falange de Fé” e “Tradição, Família e Propriedade”. FERRARI, 2009, p.91.

⁷⁷ SALVI, V. *Memoria en las aulas*. Comisión provincial de la Memoria. Memorias Militares. Dossier 11, 2008-a. Disponível em

A Famus como grupo de pressão política

Podemos afirmar que a Famus atuou como um grupo de pressão política, buscando sensibilizar a sociedade no sentido de se solidarizar com os militares que começavam a ser processados pelos crimes cometidos no período de repressão.

Uma das formas de persuasão foi a realização de missas em louvor aos mortos pela guerrilha nos quais havia participação de importantes nomes do regime militar.

Como grupo de pressão, não havia por parte da Famus a intenção de criar um partido político. E, apesar de a direção da entidade afirmar não ter pretensões políticas, as missas acabavam se inserindo na agenda da política de memória no país.⁷⁸

Dos cultos, realizados inicialmente na Igreja Stella Maris, em Buenos Aires, e que se propagaram posteriormente a importantes cidades argentinas⁷⁹, participavam também militares da ativa, alguns dos quais acusados de participarem da repressão. As missas homenageavam aqueles que eram para a Famus “as vítimas da luta contra a subversão” e reforçavam os laços cooperativos e familiares, colaborando para a supressão e o esquecimento de acontecimentos ligados ao violento perfil do regime militar. Em um aspecto mais que simbólico, a liturgia⁸⁰ servia como um contraponto às atividades de entidades como as *Madres de la Plaza de Mayo* e as *Abuelas de la Plaza de Mayo*, e não raro eram feitas críticas ao governo.

A representatividade entre os militares pode ser notada no momento em que a Famus recebeu, em 10 de abril de 1984, uma carta do general Jorge Rafael Videla, a primeira mensagem pública do ex-ditador argentino desde 1981, na qual ele empenhava a palavra como contribuição à verdade histórica “ante a insistência em deformar o sentido e o alcance das ações empreendidas pelas Forças Armadas”.⁸¹ Tanto Videla quanto os

<<http://www.comisionporlamemoria.org/investigacionyense%C3%Blanza/dossiers/con%20issn/dossier11-%20Memorias%20militares.pdf/>>. Acesso em 24 Jun. 2013.

⁷⁸ SALVI, 2008-a, p.7.

⁷⁹ Entre as cidades, temos La Plata, Rosário, Mar del Plata, Tucumán, Córdoba, Corrientes, Salta e Bahía Blanca.

⁸⁰ Salvi a chama de liturgia semicastrense e religiosa em sua tese. SALVI, V. *Nem burocratas nem cruzados: militares argentinos. Memórias castrenses sobre a repressão*. Campinas, SP: [s. n.], 2008, Tese de doutorado.

⁸¹ Nessa mesma semana, alguns oficiais da reserva, conhecido como Grupo dos 67, lançaram em Córdoba um comunicado no qual denunciavam a campanha de desprestígio das Forças Armadas. Entre integrantes das três Forças Armadas, havia quatro generais e quatro brigadeiros. A imprensa na época informou que os dois casos estariam relacionados. ARES, C. *Manifiestos de Videla y otros 67 altos oficiales*

generais e ex-presidentes Roberto Viola e Roberto Levingston frequentavam as missas. Era comum também a participação militares da reserva ligados aos ministérios da Defesa e do Interior.

A entidade contava com o apoio de setores do Serviço de Inteligência do Exército. De acordo com o general Martín Antônio Balza, ex-comandante do Exército entre 1991 e 1999, e uma das poucas vozes na Força Terrestre argentina que se posicionou contra os militares acusados de tortura, a Famus recebia dinheiro do Exército e:

Organizava missas de indubitável conteúdo ideológico e político das quais participavam militares de uniforme e civis, e se escutavam vivas a Videla. Em algumas oportunidades, ordenou-se a participação de cadetes do Colégio Militar. Isso se fez rotina e não ocultava uma clara intencionalidade reivindicatória daquilo que ocorreu na luta contra a subversão, utilizando politicamente a memória de nossos mortos. As missas finalizam com o canto católico “Salva ao povo argentino”, coroado com fervor por conhecidos generais acusados por violação dos direitos humanos, e que se esqueceram de que a adesão ao Nosso Senhor e à Sua mensagem não é ideológica nem política.⁸²

As missas produziam também um discurso de crítica ao governo. De acordo com o historiador uruguaio Aldo Marchesi, as críticas não se dirigiam somente ao passado recente, mas também ao presente e ao futuro da Argentina. Não obstante, ademais das organizações clandestinas da esquerda, o alvo dos discursos da Famus foi em grande parte as organizações de Direitos Humanos que buscavam apurar e pressionar por julgar os militares acusados de crimes de lesa-humanidade, como as Madres e as Abuelas de la Plaza de Mayo.⁸³ Para Marchesi, o teor discursivo da Famus era muito mais radical do que o dos militares pouco antes do fim da ditadura. O historiador relembra um episódio especial envolvendo a entidade, no qual:

O presbítero Julio Triviño, em um sermão de uma missa da Famus, a catorze dias da entrega do informe da Conadep [Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas], se referia à

em defesa de la ‘guerra sucia’ en Argentina. *El País*, Madri, 13 de abril de 1984. Disponível em <http://elpais.com/diario/1984/04/13/internacional/450655201_850215.html/>, acesso em 10 Jul. 2014. Deve-se atentar que, se essa correlação realmente ocorreu, haveria subsídio para a versão do qual a Famus se forma nos primeiros dias do Processo.

⁸² BALZA, 2011, p.267.

⁸³ FERRARI, 2009, p.91. Conta Horacio Verbitsky que, em agosto de 1984, ao final de uma missa, majores e capitães da ativa ali presentes deram vivas aos generais Camps e Menéndez ao gritarem: “Morram as mães da Plaza de Mayo!”

democracia como pornográfica e delitiva. Por outro lado, militares da reserva, e alguns em funções, emitiam sinais em similar direção.⁸⁴

A missa de Triviño, realizada no dia 24 de outubro de 1984, na paróquia de Nossa Senhora de Lujan, teve, como público estimado, 1.500 pessoas, segundo o jornal *Clarín*. Dentre os espectadores, estava o ex-presidente Roberto Levingston, generais que haviam sido ministros, comandantes de corpos de Exército e oficiais de todas as patentes. Além de criticar a democracia, o sacerdote acabou aumentando a polêmica quando declarou que os militares deveriam “levantar as armas espirituais e, se for necessário também, as armas materiais àqueles que correspondam, para defender o que alguns pretendem atacar”.⁸⁵

No fim da missa, cadetes fecharam a rua, e ouviu-se uma série de insultos cometidos por parte dos militares e familiares presentes, além de agressões aos jornalistas que cobriam o evento. Entre as palavras de (des)ordem entoadas por militares e familiares, estavam: “Morra Alfonsín, entregador!”, “Abaixo a sinagoga radical!” e as iniciais “MM” – “muitos mais”, em contraponto à sigla “NN”, que significa “nenhum nome”, como eram classificadas as vítimas da repressão sepultadas clandestinamente.⁸⁶

As declarações de Triviño e o tumulto causado pelos oficiais tiveram impacto. Naquela semana, uma militante peronista fora sequestrada e morta – o primeiro caso do tipo desde a redemocratização –, e foram realizadas marchas massivas em prol dos Direitos Humanos.

A pressão exercida pela Famus chegou ao presidente Raul Alfonsín, que viajara a Roma. Ele recebeu com preocupação as primeiras informações sobre a missa, ficou indignado com a atitude de Triviño e entrou em contato cinco vezes com o ministro do Interior, Antonio Tróccoli, procurando saber que conexões o padre tinha com os militares. Cinco ministros se reuniram para deliberar sobre a situação. O juiz federal Alberto Daniel Piotti apresentou queixa contra o religioso por instigar a rebelião, fazer apologia ao delito

⁸⁴ MARCHESI, A. Vencedores vencidos. In: HERSHBERGER, E., AGÜERO, F. *Memorias militares sobre la represión en el Cono Sur: Visiones en disputa en dictadura y democracia*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005, p.180.

⁸⁵ Incitación de un sacerdote y crítica a Alfonsín. *Clarín*, Buenos Aires, 25 de outubro de 1984, p.10.

⁸⁶ PRIETO, M. Se encuentran ya en la cárcel los tres miembros de la junta militar que derribó al régimen democrático argentino en 1976, *El País*, 28 de outubro de 1987. Disponível em <http://elpais.com/diario/1984/10/27/internacional/467679616_850215.html>. Acesso em 13 Jul. 2013. Entre os presentes a essa cerimônia, estavam o comandante do I Corpo de Exército, general Guillermo Fonseca, o coronel Mohamed Ali Seineldín, veterano da Guerra das Malvinas e ex-comandante do 25º Regimento de Infantaria, além de cadetes do Colégio Militar da Nação. FERRARI, 2009, p.92.

e violar a Lei de Defesa da Democracia e teve o apoio do ministro da Justiça, Carlos Alconada Aramburu, e do vice-presidente Víctor Martínez. O ministro da Defesa, Raul Borras, informou que analisaria se era o caso de punir os oficiais da ativa que compareceram à missa, pois havia não somente aqueles que foram honrar seus mortos, mas também os que aproveitaram a ocasião para fins políticos. A União Cívica Radical, por sua vez, elaborou uma nota contra Triviño.

No dia 27 de outubro de 1984, o *Clarín* publicou uma declaração do ministro do Interior, Antonio Tróccoli, no qual denunciava a tentativa de criar um clima de intranquilidade no país. No dia seguinte, o jornal entrevistou o presidente Raul Alfonsín, em que ele qualificava os eventos ocorridos como “coincidências suspeitas”, pelo fato de esses episódios envolvendo militares ocorrerem na sua ausência. No dia anterior, uma bomba havia sido jogada na porta da igreja onde fora realizada a missa da Famus, explodindo vidros de prédios ao redor do templo e na semana da missa.⁸⁷

A Famus e suas missas em honra aos mortos pela guerrilha acabavam por fazer um papel político do qual tomavam proveito tanto os familiares que perderam entes para a guerrilha quanto os oficiais que cometeram abusos na ditadura. Segundo uma análise política do articulista Joaquín Morales Solá, do *Clarín*, o núcleo duro que comparecia às missas era formado por trinta generais que tiveram importantes cargos na ditadura. Na batalha por corações e mentes dentro das Forças Armadas, que opusera o governo e os velhos generais, o alvo eram os oficiais mais jovens:

(...) No fundo, entre o governo e os militares da reserva se dá uma batalha fundamental: conseguir a simpatia dos quadros intermediários e inferiores das Forças Armadas. Estes setores veem com suspeita e crítica ao governo, mas não são menos duros para julgar seus chefes anteriores. A administração do presidente Alfonsín parece haver conseguido por hora a adesão até o nível relativo de coronel; até aí entendem os conflitos políticos do poder civil e se razea sobre as experiências frustrantes das Forças Armadas no poder. Mas abaixo de tais postos a estrutura militar se comove fundamentalmente por três razões: o desprestígio público, a situação que provocou inúmeras baixas e a insegurança jurídica. Costumam atribuir tais desventuras a uma ação política pré-estabelecida e o que se sucede – bem ou mal – é anulado de imediato a tais estratégias. Esses quadros falam depreciativamente também de seus velhos generais: eles nos levaram a essa situação e não nos permitiremos que nos levem a outro fracasso. Dizem que uma caixa de ovos estava esperando na igreja

⁸⁷ *Clarín*, Buenos Aires, 26 de outubro de 1984, pp. 6-7 e *Clarín*, Buenos Aires, 28 de outubro de 1984, pp.2-6. Era sem dúvida um período de grandes mobilizações na Argentina. Naqueles dias, uma marcha de 15 mil pessoas percorreu as ruas de Buenos Aires defendendo a democracia. Outra marcha foi organizada em nome dos presos políticos. Na Igreja Católica também houve reação: o bispo de Quilmes, monsenhor Novak, instou aos religiosos darem um “rotundo sim” à democracia na assembleia episcopal que realizaria em San Luís.

onde pregou Triviño a presença do ex-ministro do Interior Albano Harguindeguy, e que outros camaradas seus haviam recebido a advertência de que não fossem. Alguns fizeram caso e outros não. O certo é que em tais meios havia caído muito mal a presença radiante de Harguindeguy na missa anterior da Famus. (...)⁸⁸

Oficiais do núcleo duro que compareciam às missas da Famus teriam sido os responsáveis por escrever um memorando que passou a circular dentro do Exército com sérias críticas aos generais em atividade.⁸⁹

Além dos rituais, a Famus, como grupo de pressão política, também elaborou pronunciamentos e documentos a favor das operações feitas pelos militares durante o Processo de Reorganização Nacional.⁹⁰ A argumentação tinha como base documentos oficiais das Forças Armadas, em especial o *Documento Final Sobre a Guerra Contra a Subversão e o Terrorismo*, elaborado pela Junta Militar e difundido em 28 de abril de 1983. E passou também a publicar em 1987 uma revista, a *Tributo*, pela qual tentava justificar ações do governo militar e desqualificar os integrantes das organizações de luta armada. E em 1988 publicou um livro chamado *Operação Independência*, no qual expunha o seu lado da história sobre as ações realizadas na repressão à guerrilha em 1975.

De acordo com German Ferrari, a Famus teve um notório protagonismo no início do governo Alfonsín, e tal feito se deve muito mais ao teor beligerante de seus discursos do que à capacidade de atrair pessoas em torno da causa.⁹¹ Em uma fase em que a democracia buscava se consolidar, a entidade acabou se tornando conhecida, em parte, devido à agressividade na fala dos clérigos. Em seus sermões, eles naturalizaram a violência do Estado e pregaram o retorno ao regime militar, tratado como Providência Divina.

Para Valentina Salvi, a Famus atuou como uma espécie de “caixa de ressonância” das tensões que ocorriam dentro das Forças Armadas argentinas, dos anseios da parcela de militares da reserva, da ativa e de civis que se colocavam contra o julgamento de militares que teriam praticado crimes na ditadura:

Certamente, os trabalhos da Comissão Nacional sobre Desaparecimentos de Pessoas (Conadep), o julgamento das Juntas Militares, o julgamento de oficiais por violação de direitos humanos antes da promulgação da Lei de Obediência Devida, o levantamento *carapintada* da

⁸⁸ SOLA, J.M. Panorama político. *Clarín*. 28 de outubro de 1984, pp.14-15.

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ CAMACHO, F. Memórias enfrentadas: reacciones a los informes Nunca Más de Argentina y Chile. *Persona y Sociedad*. Vol. XXII. Nº2, 2008, p.76.

⁹¹ FERRARI, 2009, p.92.

Semana Santa, a prisão de ex-comandantes no presídio militar de Magdalena, o ataque ao 3º Regimento de La Tablada e os indultos do presidente Carlos Menem marcaram as atividades políticas da Famus. Em todos esses anos as missas da Famus foram uma espécie de “caixa de ressonância” das tensões que ocorriam no interior das Forças Armadas argentinas e nos momentos de maior conflito contavam com a notória assistência de oficiais e suboficiais da reserva e em atividade e da reserva. Entre os assistentes se destacavam os generais Bignone [ex-presidente], Reston [ministro do Trabalho no governo Videla], Saint-Jean [ministro do Interior no governo Viola], Guerrero [ex-comandante da polícia da província de Buenos Aires], Bussi [comandante da Operação Independência e interventor de Tucumán], Arguindegui [comandante do Exército no governo Alfonsín], Alais [general que recebera ordem de Alfonsín para reprimir o primeiro levante *carapintada*, mas não o fez], o comissário Etchecolatz [assessor direto de Ramon Camps, chefe da polícia de Buenos Aires na repressão], a esposa de Videla, Raquel Hardtrige, entre outros. (...) ⁹²

A entidade acabou sendo desfeita em dezembro de 1991. Muito ajudou para o seu encerramento o fato de o governo Alfonsín ter reduzido o número de oficiais processados com a Lei do Ponto Final (1986) e a Lei de Obediência Devida (1987). Além disso, corroborou para o término da Famus os indultos concedidos pelo presidente Carlos Menem. Segundo Leonor Barceló, sua presidente e fundadora:

Depois dos indultos e das leis de Obediência Devida e do Ponto Final, que também beneficiaram os terroristas, consideramos que devíamos somar à pacificação nacional e deixamos de fazer as cerimônias públicas. ⁹³

Porém, em seu lugar, foi criado outro grupo de militares da reserva, que tentaria pressionar o governo Menem para a garantia do *statuo quo ante*. Antes de mostrá-los, seguiremos com um breve resumo do governo Menem.

2.1.2 Os grupos de pressão política formados por militares da reserva no governo Carlos Menem (1989-1999)

Ao assumir o cargo em 9 de julho de 1989, Carlos Saul Menem inaugurou um período de alternância política sem intervenção dos militares, o primeiro desde a década de 1930. ⁹⁴ Como bem observa Luiz Alberto Romero, era a primeira sucessão

⁹² SALVI, V. *Violencia, olvido y victimización colectiva. El discurso de las agrupaciones de “Memoria Completa”*, 2010, disponível em http://www.derhuman.jus.gov.ar/conti/2011/10/mesa_24/salvi_mesa_34.pdf, acesso em 25 Fev. 2013. Informações nossas entre colchetes.

⁹³ El recuerdo de los caídos en acciones terroristas, *La Nación*, 30 de abril de 2002, disponível em <http://www.lanacion.com.ar/392846-el-recuerdo-de-los-caidos-en-acciones-terroristas/>. Acesso em 13 Mai. 2014.

⁹⁴ O mandato de Alfonsín chegaria ao fim em dezembro de 1989, mas ele antecipou as eleições para o dia 14 de maio. Sob pressão da forte crise inflacionária, que resultou em uma série de saques a

constitucional desde 1928 e a primeira vez, desde 1916, que um presidente recebia a faixa presidencial de um antecessor vinculado ao partido de oposição.⁹⁵

Menem também foi o responsável por estancar, por pelo menos uma década, a hiperinflação que afetava a economia do país. A alta inflação, preocupação constante no governo Alfonsín, inclusive com a implementação dos malsucedidos Planos Austral e Primavera, chegara a níveis estratosféricos em 1989. Quando Alfonsín abreviou seu mandato para que Menem tomasse posse, a hiperinflação atingia 4.900% ao ano. No mês em que o novo presidente assumiu, o índice de inflação girava em torno de 200%.

Com Domingo Cavallo como ministro da Economia, Menem adotou o plano de conversão do peso ao dólar e iniciou uma série de medidas para redução dos gastos públicos, incluindo privatizações, demissão de funcionários públicos e diminuição do papel do Estado, com a abertura da economia. Seu governo ficaria caracterizado pela implementação de medidas neoliberais no âmbito interno e pela aproximação com os Estados Unidos na política externa.

Com o sucesso do plano de conversibilidade e da abertura econômica dentro da concepção neoliberal, em pouco tempo a inflação foi controlada e a Argentina passou a crescer, atraindo investimentos estrangeiros. Apesar do sucesso inicial, a conversibilidade ao dólar traria um alto custo para a produtividade do país no fim da década de 1990, como veremos mais adiante.

Menem também conseguiu empreender a reforma constitucional e, com a nova Carta Magna, regulamentou a reeleição, permitindo-lhe que fosse o primeiro presidente, desde Juan Domingo Perón, a ser reeleito.

Com as medidas neoliberais de Menem, estabelecimentos militares foram fechados. Além disso, a aproximação com antigos rivais – Brasil e Chile – e a vigência da nova Lei de Defesa Nacional causaram uma crise de identidade às instituições militares.⁹⁶

Na área de Inteligência, Menem interrompeu a política de Alfonsín e passou a incorporar militares da ativa e da reserva na SIDE. Embora tenha trazido de volta os

estabelecimentos comerciais no país, Alfonsín tomou esta decisão para que Menem assumisse ainda em julho. Sobre a redução do mandato, o ex-presidente dedicou um capítulo de suas memórias que podem ser lidas em ALFONSÍN, 2009, pp. 133-154.

⁹⁵ ROMERO, 2011, p.269.

⁹⁶ CANELO, Paula. Consideraciones sobre la subordinación de las Fuerzas Armadas argentinas durante los años noventa. In: PUCCIARELLI, Alfredo (coord). *Los Años de Menem, la construcción del orden neoliberal*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2011, p.143.

militares, Menem reduziu o número de funcionários, o que diminuiu a influência do órgão.

O estilo personalista de Carlos Menem contribuiu para uma gradativa, mas não completa, submissão dos militares ao poder civil. Um dos primeiros desafios de Carlos Menem foi acabar de vez com a influência dos *carapintadas* no Exército argentino. Em que pese Alfonsín ter diminuído o poder desses militares, havia ainda a preocupação do generalato em retirar das fileiras os oficiais de maior escalão envolvidos no movimento.

Mesmo havendo vínculo entre Menem e o coronel Seineldín, o presidente usou do rigor e do perdão para liquidar os *carapintadas* dentro do Exército. No Alto Comando, ele contou com o apoio dos “oficialistas” – generais da turma de 1955 do Colégio Militar da Nação.⁹⁷

Menem aceitou as recomendações da alta cúpula militar no sentido de que os líderes do movimento *carapintada* fossem punidos pela Justiça Militar e excluídos da Força. Com isso, eles não teriam direito aos benefícios da política de pacificação nacional, sua promessa de campanha. A punição legitimou a força da cúpula militar, reestabelecendo a hierarquia, em especial, no Exército.⁹⁸

Cumprindo sua promessa de pacificação nacional, Menem concedeu indultos aos *carapintadas* que não faziam parte da cabeça do movimento, assim como aos militares envolvidos em crimes cometidos na ditadura e na Guerra das Malvinas. Ele também indultou militantes da guerrilha. No total, 277 pessoas, entre civis e militares, foram beneficiadas.

Mas ainda havia insatisfação nos quartéis: apesar do indulto, os líderes *carapintadas* continuavam punidos. Além disso, o coronel Seineldín, sem respeitar as linhas de comando, escreveu uma carta ao presidente afirmando que novas rebeliões teriam início se Menem não cumprisse o trato feito em 1989.⁹⁹

O último levantamento teria início no dia 3 dezembro de 1990. Seineldín, junto com um grupo de rebeldes absolvido por Menem, tomou o Edifício Libertador, as instalações

⁹⁷ Romero afirma que Menem possivelmente teve contato com os *carapintadas* e inclusive tenha alimentado a revolta de 1988. ROMERO, 2011, 282.

⁹⁸ ACUÑA, C.H; SMULOVITZ, C. Militares en la transición argentina: del gobierno a la subordinación Inconstitucional. In: *Juicios, castigos y memorias*, Buenos Aires: Nueva Visión, 1995, p.74.

⁹⁹ Esse trato pressupunha a escopilha de Italo Luder como ministro da Defesa, o indulto aos militares, a criação de um batalhão de elite para cuidar da repressão ao narcotráfico, no qual fariam parte os *carapintadas*. MORANDINI, 1998, p.194-195.

da Fábrica de Tanques Militares, o 1º Batalhão de Infantaria, o 601º Batalhão de Infantaria, entre outras unidades. No ataque, dois militares foram mortos pelos *carapintadas*. Menem, diferentemente de Alfonsín, que procurava negociar, ordenou ao comandante do Exército que agisse energicamente. Como resultado, o movimento logo foi desarticulado. Durante as ações, treze pessoas morreram e mais de duzentas ficaram feridas. Seineldín, que assumiu a responsabilidade pela quartelada, foi condenado à prisão perpétua.¹⁰⁰ A ação enérgica, segundo Norma Morandini, teve como um dos motivos mostrar ao presidente George Bush, que visitava o país, que o chefe de Estado da Argentina era um homem de coragem e decisão.¹⁰¹

O fenômeno *carapintada* foi finalmente controlado, mas o problema dos militares vinculados à ditadura, mesmo com o indulto presidencial, voltou a aflorar. Durante a década de 1990, o principal conflito, no que tange aos militares argentinos, se deu em torno da questão da memória do Processo de Reorganização Nacional.

Esta questão veio à tona quando Menem escolheu para o comando do Exército o general Martin Antonio Balza. Ao mesmo tempo que novas informações sobre a repressão vinham a público, o general Balza fez uma autocrítica das Forças Armadas, provocando reações entre os militares da reserva. Para o oficial, a reivindicação da luta contra a subversão, feita pelos militares vinculados à ditadura, só servia para atrapalhar o processo de pacificação nacional.

Feito esse breve resumo, mostraremos como a política de Menem em relação às Forças Armadas e os reflexos do modelo neoliberal implantado na economia acabaram criando ressentimento e insatisfação entre os oficiais da ativa e da reserva, se tornando o mote para a criação de novos grupos de pressão política formados por militares da reserva. Conheçamos então esses grupos:

Asociación Unidad Argentina – Aunar (1993) – Fundada em 23 de agosto de 1993 pelo general da reserva Fernando Exequiel Verplaetsen, a Associação Unidade Argentina (Aunar) foi formalizada como entidade civil sem fins lucrativos em 11 de novembro daquele ano.¹⁰² Esse grupo de pressão política sediado em Buenos Aires congrega oficiais

¹⁰⁰ ROMERO, 2011, p.283. Da prisão, Seineldín articulou o Movimiento por la Identidad Nacional e Integración Iberoamericana, cuja direção foi dada ao ex-capitão Breide Obeid. Em 1996, essa entidade se transformou no Partido Popular da Reconstrução (PPR). O coronel teve a liberdade concedida em 2002, no governo provisório de Eduardo Duhalde e faleceu em 2009.

¹⁰¹ MORANDINI, 1998, p.197.

¹⁰² Disponível em <<http://trade.nosis.com/es/ASOCIACION-UNIDAD-ARGENTINA-AUNAR/>>

da reserva de alta patente do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e ex-integrantes da Polícia.

Antes da fundação oficial, em maio de 1993, os integrantes do movimento começaram a batalha por corações e mentes por meio do lançamento de um boletim com tiragem de 12 mil exemplares, distribuído para funcionários públicos, empresários, legisladores, autoridades, entre outros. Os boletins reiteravam os preceitos da Aunar: invocar “paz, reconciliação, tolerância e concórdia dos argentinos, deixando para trás as divisões e buscando por todos os caminhos a grandeza de nossa amada pátria”.¹⁰³ Para melhor difundir suas ideias, eles criaram 12 escritórios regionais pelo país, aproveitando as cidades com bases militares.

A transcrição de alguns dos motivos para a formação da Aunar pode explicar não apenas os receios de parte da oficialidade argentina com o novo *status quo*, mas a necessidade de se estabelecer uma clara oposição ao governo:

A partir dos anos 1990 e 1991 se sucederam, tanto no âmbito civil quanto no militar, uma série de reuniões entre amigos preocupados com o caráter que ia tomando a situação nacional em geral e nas Forças Armadas, de Segurança e Policiais, em particular.

Isso se fazendo patente um giro em direção a um rebaixamento das instituições, como as violações da Constituição e das Leis, o controle total das Legislaturas e a subordinação da justiça, com o qual se destruía a essência do sistema republicano baseado fundamentalmente na divisão dos poderes.

Aqueles que acreditavam que os erros e defeitos da administração alfonsinista seriam corrigidos a pouco andar advertiram com alarme que o que ocorria era, sem dúvida, pior que o passado.

Das reuniões iniciais durante o transcurso de 1992 um grupo de amigos e camaradas, civis e militares, decidimos a criação de uma Instituição Civil sem Fins Lucrativos que nos permitisse, no uso dos direitos constitucionais, lutar contra esse estado de coisas, no campo das ideias, tratando de esclarecer a uma ampla faixa da cidadania que representa a verdadeira opinião pública, e não a falsa opinião formada pelos meios de comunicação de massa, dominados atualmente por empresas estrangeiras, pelos governos de turno ou pela esquerda marxista-gramsciana ou pelos mercenários de sempre.

Havia também interesses individuais, não tão claros no discurso. A defesa de uma propaganda favorável às Forças Armadas, reconhecendo os feitos ocorridos no Processo de Reorganização Nacional, e o proselitismo nacionalista poderiam evitar, no futuro, o julgamento dos oficiais condenados por crimes cometidos na ditadura. E, em uma

30680550170/1/p#.UR6BIR04s0k/>. Acesso em 15 Fev. 2013.

¹⁰³ Breve historia de su creación. AUNAR. Disponível em <http://aunar.org.ar/HTML/Quienes_Somos_BreveHistoria.html>. Acesso em 16 Fev. 2013.

conjuntura de fraturas dentro das Forças Armadas, a Aunar poderia exercer o papel de porta-voz dos militares.

Entre os integrantes da Aunar, havia aqueles que perderam familiares para a guerrilha e aqueles acusados por crimes contra a humanidade ocorridos durante o Processo. O fundador do grupo constava entre os últimos. Fernando Exequiel Verplaetsen, oficial da arma de Comunicações da turma de 1950 do Colégio Militar da Nação, foi o coronel responsável pelo Departamento de Inteligência II (D-II) do Comando de Institutos Militares do Campo de Maio, a mais importante base militar do país, entre 24 de março de 1976 e 4 de dezembro de 1977¹⁰⁴. Ele era responsável pela *Casita*, como era chamado um dos quatro Centros Clandestinos de Detenção¹⁰⁵ (CCD) existentes ali, onde eram presos e interrogados os integrantes das organizações armadas de esquerda. Durante o Processo, foi um dos auxiliares do general Santiago Omar Riveros, comandante do IV Exército, e, ao final da ditadura, comandaria a Polícia de Buenos Aires. Já no período democrático, Verplaetsen se tornaria comandante da VI Brigada de Montanha, em Neuquén.¹⁰⁶

Aunar como grupo de pressão no governo Menem

O caráter de grupo de pressão da Aunar se tornou evidente em 1995, por dois motivos que mais tarde soube-se inter-relacionados. O primeiro foram as denúncias por parte do ex-capitão de corveta Adolfo Francisco Scilingo e do ex-sargento Victor Ibañez. Em março daquele ano, Scilingo confessara ao jornalista Horácio Verbitsky que, na época em que serviu na Escola de Mecânica da Armada como capitão-tenente, não apenas soube dos voos da morte, como participou de ao menos dois traslados de prisioneiros. Esses prisioneiros recebiam uma injeção com sedativos, eram conduzidos “como zumbis” para a aeronave, e então lançados nus ao mar. A experiência, segundo Scilingo, o marcou profundamente, e ele se tornou dependente de psicotrópicos, além de ter indeferida sua ascensão profissional.¹⁰⁷

¹⁰⁴ *Sentencia por crímenes contra la humanidad cometidos por el General Riveros y otros en el caso de Floreal Edgardo Avellaneda y otros.* Disponível em <<http://www.derechos.org/nizkor/arg/doc/riveros8.html>>, acesso em 15 Fev. 2012.

¹⁰⁵ De acordo com o relatório *Nunca Más*, da Conadep, existiram pelo menos 340 Centros Clandestinos de Detenção.

¹⁰⁶ Riveros substituiu o general Ramon Camps, conhecido como o Carniceiro. BALZA, 2011, p.469.

¹⁰⁷ VERBITSKY, H. *El vuelo. Una forma cristiana de muerte. Confesiones de un oficial de la Armada.* Buenos Aires: Sudamericana. 2004.

Em abril, o ex-sargento Victor Ibañez denunciou à imprensa as condições em que se operavam os campos clandestinos de detenção, em especial o *Campito*, também localizado no Campo de Maio, fazendo com que o público tivesse a dimensão dos crimes ocorridos ali. Das 5 mil pessoas que passaram pelo *campito*, apenas 43 teriam sobrevivido. Um dos principais envolvidos era o general Fernando Verplaetsen, presidente da Aunar que, como vimos, fora responsável pelo CCD da *Casita*.¹⁰⁸

O segundo motivo para a pronta reação da Aunar foram as desculpas pedidas pelo general Martín Antonio Balza, chefe do Estado-Maior do Exército (EMGE, da sigla em espanhol) e, pela lei argentina, comandante do Exército. Balza preparou um discurso que causaria comoção no país: foi o primeiro general, na ativa, a fazer uma profunda autocrítica à atuação dos militares durante o Processo de Reorganização Nacional.

No governo Menem, Balza havia chegado ao comando do EMGE por sua postura oficialista, contrária aos *carapintadas*. De acordo com Paula Canelo, o general tinha um “alto perfil político” e devido à sua trajetória militar, por não ter atuado na linha de frente da repressão, encontrava-se em “uma conveniente posição de equidistância das frações internas do Exército”.¹⁰⁹ Foi com essa folha de serviços que o general Balza fez, para o programa de TV *Tiempo Nuevo*, no dia 25 de abril de 1995, seu pedido de desculpas em público, convocando por meio de “difícil e dramática mensagem” a comunidade argentina ao “diálogo doloroso sobre o passado, que nunca havia sido sustentado e que se agita como um fantasma sobre a consciência coletiva”. Em um trecho, ele deixa claro que a revisão do passado pode evitar novos abusos e a perda de credibilidade das Forças Armadas:

Medito largamente sobre essas palavras e sei que ao pronunciá-las sempre deixarei setores descontentes. Assumo esse custo, convencido de que a obrigação da hora e o cargo que tenho a honra de ostentar me impõem. Sem dúvida, de pouco serviria o mínimo de sinceridade, se ao nos empenharmos na revisão do passado não aprendêssemos para não repetir no futuro. Sem buscar palavras inovadoras, mas apelando aos velhos regulamentos militares,

¹⁰⁸ Disponíveis no livro *Campo Santo*, escrito por Fernando Almirón. ALMIRÓN, F. *Campo Santo*. Buenos Aires: Editorial 21, 1999.

¹⁰⁹ O general Balza fora coronel durante os anos do processo. Oriundo da turma de 1955 do Colégio Militar da Nação, Balza optou pela arma de Artilharia. Coursou a Escola Superior de Guerra no Peru entre 1976 e 1977 e, após terminar o curso de Estado-Maior, chefiou, por um ano, o Departamento de Ensino da Escola de Artilharia. Entre 1979 e 1982, exerceu simultaneamente as funções de instrutor da Escola de Guerra do Exército e de comandante do 3º Grupo de Artilharia, chegando a atuar na Guerra das Malvinas. Ou seja, no período do Processo de Reorganização Nacional, Balza estava distante dos escalões que eram empregados na luta contra a guerrilha. CANELO, 2011, p.153.

ordeno mais uma vez, ao Exército argentino, em presença de toda a sociedade argentina, que:

Ninguém está obrigado a cumprir uma ordem imoral ou que se aparta das leis e regulamentos militares. Quem o fizer incorre em uma conduta viciosa, digna da sanção que a sua gravidade requer. Sem eufemismos, digo claramente. Delinque quem vulnera a Constituição nacional. Delinque quem dá ordens imorais. Delinque quem cumpre ordens imorais. Delinque quem, para cumprir um fim que seja justo, emprega meios injustos, imorais.

A compreensão desses aspectos essenciais faz a vida republicana de um Estado e, quando esse Estado está em perigo, não é o Exército a única reserva da Pátria, palavras ditas aos ouvidos militares por muitos, muitas vezes.

Pelo contrário, as reservas que uma Nação tem nascem dos núcleos dirigentes de todas as instituições, de seus claustros universitários, de sua cultura, de seu povo, de suas instituições públicas, religiosas, sindicais, empresariais, e também de seus dirigentes militares.

Compreender isso, abandonar definitivamente a visão apocalíptica, a soberba, aceitar o dissenso e respeitar a vontade soberana, esse é o primeiro que estamos transitando desde anos, para deixar para trás o passado, para ajudar a construir a Argentina do futuro, uma Argentina madurada na dor que possa chegar algum dia a um abraço fraterno.

Se não conseguimos superar a perda e fechar as feridas, não teremos futuro. Não devemos negar mais o horror vivido; assim poderemos pensar em nossa como sociedade para adiante, superando a dor e o sofrimento.

Nessas horas cruciais para a nossa sociedade, quero lhes dizer, como Chefe do Exército, que, assegurando sua continuidade histórica como instituição da Nação, assumo nossa parte da responsabilidade pelos erros dessa luta entre argentinos, que hoje volta a nos comover.¹¹⁰

No dia 3 de maio, os comandantes da Marinha, almirante Enrique Molina Pico, e da Aeronáutica, brigadeiro Juan Paulik, admitiram os excessos cometidos pelos militares. Por outro lado, os líderes dos *Montoneros* – Mário Firmenich e Fernando Vaca Narvajo – também foram a público expressar arrependimento por ações cometidas na repressão, elogiando o gesto de conciliação de Balza. Em que pese a comoção gerada em boa parte da sociedade argentina, houve também repulsa ao pronunciamento do Comandante do Exército. A representante das Madres de la Plaza de Mayo, Hebe de Bonafini, acusou Balza de hipocrisia por não informar sobre o paradeiro dos corpos.¹¹¹

Entre os oficiais da reserva, um grupo de quarenta generais da Aunar preparou uma série de documentos para responder à sociedade argentina sobre as ações militares.¹¹² Em

¹¹⁰ DESAPARECIDOS. Documento del Jefe del Ejército Teniente General Martín Balza, Disponível em <<http://www.desaparecidos.org/arg/doc/arrepentimiento/balza.html>>, acesso em 16 Fev. 2013. Grifo e tradução nossos.

¹¹¹ ROCHA, J. A. Las Madres acusan a Balza de hipócrita y al presidente de electoralista. *El País*, Madri, 28 de abril de 1995. Disponível em <http://elpais.com/diario/1995/04/28/internacional/799020001_850215.html>, acesso em 16 Fev. 2013.

¹¹² GONZÁLEZ, P. *Montoneros se arrependem*, *Jornal do Brasil*, 4 de maio de 1995, p.11.

junho daquele ano, eles lançaram uma série de fascículos chamada *Recordando crimes e atos de barbárie executados pela delinquência subversiva com anterioridade a março de 1976*. A série, uma forma de desvalorizar a política de conciliação de Balza dentro e fora da caserna, foi publicada até janeiro de 1997.

Três anos depois, o general Balza pronunciou a segunda autocrítica sobre as Forças Armadas, afirmando que estas perderam, no dia em que deram o golpe, a legalidade institucional do uso da força proporcionada pelo Estado de Direito. Mais uma vez, a Aunar faria uma crítica ao governo e ao comandante do Exército. A entidade enviou cartas para os comandantes de cada Força e para o ministro da Defesa reclamando como as Forças Armadas estavam sendo tratadas e inclusive afirmou que era o momento de reivindicar a “sã e patriota” luta contra a subversão. Como réplica, Balza ordenou a prisão de Verplaetsen, aplicando-lhe vinte dias de pena¹¹³.

Em fevereiro de 1998, a Aunar havia lançado o livro *Subversión la história olvidada*, uma resposta ao já conhecido *Nunca Más*, obra que traz na íntegra o relatório feito em 1984 pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep), liderada pelo escritor Ernesto Sábato. Uma análise desse livro mostra que a maior parte da obra se refere ao período entre 1955 e 1976. Os autores, apoiados por documentos oficiais e pelo livro *Guerra Revolucionária na Argentina*, do general de divisão Ramón Genaro Díaz Bessone¹¹⁴, tentam mostrar o grau de violência política que a Argentina vivia nesse período. Segundo os autores, entre 1969 e 1976 ocorreram 21.649 “atos subversivos”; em 1974, houve 21 tentativas de tomada de quartéis, 466 atentados com explosivos, 16 roubos de grandes valores, 117 pessoas sequestradas e 110 assassinadas; em 1976, houve uma escalada da violência, com 600 sequestros e 646 assassinatos.¹¹⁵ A lista de crimes ocorridos é o argumento para os autores criticarem as políticas de transição, justiça e memória no país.

Esses grupo de pressão também tentava mostrar, com esse discurso, a incoerência da “teoria dos dois demônios”, segundo a qual a violência política ocorreu apenas devido ao enfrentamento das forças do governo de um lado e dos subversivos de outro. Segundo eles, a teoria, fruto da “filosofia gramsciana” de Raul Alfonsín, seria uma maneira pelo

¹¹³ Arresto de 20 días a Verplaetsen, *La Nación*, Buenos Aires, 19 de fevereiro de 1998. Disponível em <<http://www.lanacion.com.ar/88354-arresto-de-20-dias-a-verplaetsen/>>. Acesso em 6 Fev. 2013.

¹¹⁴ Da turma de 1945 do Colégio Militar da Nação. Foi comandante do II Corpo de Exército.

¹¹⁵ AUNAR, *Subversión la história olvidada*. Buenos Aires: Aunar, 1998, pp.184-185.

qual o restante da sociedade saiu incólume de qualquer responsabilidade sobre as atrocidades cometidas. Para a Aunar, o Congresso, que aprovou a anistia política em 1973, as universidades – “escolas de corrupção ideológica” –, os sindicatos, os artistas e comunicadores, as instituições religiosas – que pregavam a Teologia da Libertação –, todos tinham seu grau de responsabilidade na violência política.¹¹⁶

Em 1999, a Aunar voltaria ao noticiário. Segundo o jornal *Clarín*, um dos motivos para a transferência para reserva do general Eduardo Rodolfo Cabanillas, comandante do II Corpo do Exército, foi o fato de ter distribuído, entre os oficiais da ativa, o livro *Subversión la história olvidada*, da Aunar. Apesar de receber um pedido pessoal de dispensa do general Balza, ele se recusou a deixar o cargo e exigiu que a ordem fosse dada pelo presidente Carlos Menem, o que acabou ocorrendo dias depois.¹¹⁷

Foro de Generales Retirados (1996)

Criado no dia 4 de dezembro de 1996, a entidade surge como uma resposta ao discurso de reconciliação e autocrítica feita pelo general Martín Balza, então comandante do Exército¹¹⁸.

Seu primeiro presidente foi o general da reserva Augusto Jacinto Bruno Alemanzor, ex-diretor de produção das Fábricas Militares (DPFM) e ex-comandante do 101º Grupo de Artilharia, de Ciudadela e oriundo da turma de 1949 do Colégio Militar da Nação.

Esse grupo concentrou pelo menos 50% dos generais da reserva, entre eles, vários processados e condenados por delitos de lesa-humanidade.¹¹⁹ Logo no início de suas atividades, o foro reunia mais de 200 generais – dos 320 já na reserva¹²⁰ – e abrangia um “espectro geracional” de 45 turmas da academia militar argentina, correspondentes ao intervalo entre 1924 e 1964.¹²¹

¹¹⁶ AUNAR, 1998, pp.5-20.

¹¹⁷ Detalhes na reportagem: Después de resistir, Cabanillas tuvo que ser relevado por decreto, *Clarín*, Buenos Aires, 08 de junho de 1999. Cabanillas havia sido citado em uma investigação sobre violações dos Direitos Humanos na ditadura.

¹¹⁸ CANELO, ,2011, 156.

¹¹⁹ BALZA, ,2011, p.470.

¹²⁰ Ver também a reportagem: Denuncia de 200 generales en retiro, *La Nación*, Buenos Aires, em 7 de março de 1997 e disponível em <<http://www.lanacion.com.ar/64785-denuncia-de-200-generales-en-retiro/>>. Acesso em 20 Fev. 2013.

¹²¹ CANELO, 2011, p.156. FORO DE GENERALES RETIRADOS, *Las Fuerzas Armadas y la crisis militar*. Buenos Aires: Edivern, 2006, p.110.

Entre os seus interesses, estava “contribuir para revitalizar a presença das Forças Armadas como instituição fundacional da República e de seus integrantes, como membros da sociedade argentina”.¹²²

Para persuadir a sociedade sobre os seus interesses, o FGR elaborava comunicados geralmente relacionados a quatro áreas: Defesa Nacional, Marco Institucional, Problemas Conjunturais do Exército e o que eles chamavam de a “Guerra provocada pelo terrorismo subversivo”.

Nos documentos disponíveis desse grupo, nota-se uma percepção de que havia uma crise militar e ela estava relacionada com o tratamento dado pela sociedade (e pelo poder civil) aos militares. No documento número 1, divulgado em março de 1997, embora reconhecessem os danos causados pela ditadura militar à atividade castrense durante o Processo de Reorganização Nacional, o FGR culpava também os governos civis que se seguiram pela crise que viviam as Forças Armadas.¹²³

O Foro de Generales Retirados como grupo de pressão

A atuação do FGR como grupo de pressão esteve muito relacionada ao mandato do general Balza como chefe do Estado-Maior do Exército. Enquanto Balza buscava defender aqueles que eram inocentes e punir os culpados, a FGR atuava no sentido de desconstruir a legitimidade do novo comandante. Segundo Paula Canelo:

A nova associação apresentava características muito particulares. Em primeiro lugar, entre as figuras de grande protagonismo em distintas etapas da história das Forças Armadas (entre elas, Roberto Levingston, ex-presidente da Nação; Alcides Lopes Aufranc, ex-chefe do EMGE; e Pascoal Pistarini, ex-comandante em chefe), estava integrada por altos funcionários do Processo de Reorganização Nacional (como Reynaldo Bignone, ex-presidente da Nação), tanto da fração “dura” do Exército quanto da fração “industrialista”, o que resultava pouco auspicioso em um contexto no qual as “autocríticas” se combinavam com as reformas estruturais. Em segundo lugar, muitos de seus integrantes tiveram uma importante capacidade de decisão durante a ditadura, dado pouco favorável para um chefe de Estado-Maior¹²⁴ que construía sua liderança em defesa da “oficialidade inocente”.¹²⁵

¹²² FORO DE GENERALES RETIRADOS, 2006, p.4.

¹²³ FORO DE GENERALES RETIRADOS, op.cit. p.75.

¹²⁴ Na Argentina, o chefe do Estado-Maior do Exército seria o equivalente no Brasil ao comandante daquela Força.

¹²⁵ CANELO, 2011, p.156.

Em 1997, o general Martín Balza defendera diante do Senado Federal a promoção do tenente-coronel Carlos Enrique Villanueva, que estava sendo alvo de veto por ter sido listado como um dos responsáveis pela repressão em Córdoba na época da ditadura. Balza salientou que Villanueva “não cometeu e não consentiu com violações aos direitos humanos”. A fala do comandante do Exército causou espécie aos generais da reserva. O general Luciano Benjamim Menéndez, que fora comandante do III Exército, com sede naquela província argentina, teceu críticas a Balza, afirmando que o comandante atual da Força Terrestre “reduziu a guerra revolucionária comunista a um terrorismo demencial, ou seja, a uma mínima e isolada expressão de violência”. Por sua vez, o presidente do Foro de Generales Retirados disse à imprensa que Balza:

(...) “formula, desnecessária e injustificadamente, infundadas considerações sobre essa guerra e dirige gravíssimas imputações aos mandos militares que a conduziram em cumprimento de uma ordem emitida por um governo constitucional.”¹²⁶

Como resposta, Balza ordenou a prisão domiciliar do general Luciano Menéndez e a do presidente do Foro, general Augusto Alemanzor. Apesar de a pena ser curta – dez dias –, não passou muito tempo para que o comandante do Exército indultasse aqueles generais.

No início de 1998, Balza voltaria a ser o foco das atenções do noticiário, ao pronunciar em público mais uma autocrítica. De acordo com Paula Canelo, haveria dois motivos para que ele novamente pedisse desculpas: por um lado, iniciava-se um novo debate sobre o fim das leis de anistia, graças à vitória dos parlamentares da União Cívica Radical (UCR) e Frente País Solidário (Frepaso) nas eleições.¹²⁷ Por outro, as declarações polêmicas do capitão da ativa Alfredo Ignácio Astiz, em uma entrevista à repórter Gabriela Cerruti, da revista *Três Pontos*, manchavam ainda mais a imagem das Forças Armadas que Balza vinha tentando limpar.¹²⁸

¹²⁶ Sancionaron a dos generales, *Clarín*, 5 de maio de 1998, disponível em <<http://edant.clarin.com/diario/1997/07/05/t-01503d.htm>>. Acesso em 20 Fev. 2013.

¹²⁷ Os deputados Alfredo Bravo e Juan Carlos Cafiero apresentaram, em 6 de janeiro de 1998, um projeto de lei que propunha a revogação e a declaração de nulidade das Leis do Ponto Final e de Obediência Devida.

¹²⁸ Astiz, conhecido como o Anjo Louro, havia trabalhado na repressão como agente infiltrado na organização *Madres de la Plaza de Mayo* e também participou de várias missões na área de inteligência contra os *montoneros*. Mais tarde, seria condenado à prisão por ser o responsável pelo sequestro de 12 pessoas e a morte de Azucena Villaflor, fundadora das *Madres de la Plaza de Mayo*, e das monjas francesas Leónie Duquet e Alice Domon. “Argentina condena ‘Anjo louro da morte’ à prisão perpétua”. *Portal G1*.

O discurso do general, segundo Paula Canelo, buscou enfrentar vários desafios: conter os militares da ativa e da reserva, frear o projeto que anulava as leis de anistia e conseguir apoio dentro do Congresso Nacional no sentido de aprovar promoções de oficiais que eram (apenas) suspeitos de terem participado da repressão.¹²⁹

Balza foi para a reserva no final do governo Menem. Em reação ao seu mandato, o presidente do Círculo Militar Argentino, general da reserva Ramon Diaz Bessone, por meio de uma Comissão Diretora, ordenou a expulsão de Balza daquela tradicional entidade. Segundo Paula Canelo, os integrantes da comissão do Círculo eram os generais Leandro Anaya (chefe do Exército entre 1973 e 1975), Julio Fernández Torres (chefe do Estado-Maior Conjunto entre 1983 e 1985), José Dante Caridi (chefe do Exército entre 1987 e 1988), Francisco Gassino (chefe do Exército entre 1988 e 1989) e Mario Cándido Díaz (chefe do Estado-Maior Conjunto entre 1992 e 1996). Para Canelo, o posicionamento desses generais demonstrava como a gestão de Balza conseguira “crispar a estabilidade interna” do Exército. Por outro lado, tanto o partido peronista quanto o novo comandante do Exército, general Roberto Brinzoni, apoiaram Balza,¹³⁰ o que evidencia o afastamento do governo e dos políticos em relação a esses militares da reserva.

Grupo de Almirantes Retirados/Foro de Almirantes Retirados (1998)

Surgido de uma assembleia realizada no Clube Naval em 24 de agosto de 1998, mesmo dia em que o almirante Emilio Massera foi condenado mais uma vez à prisão, o Grupo de Almirantes Retirados representou a versão naval do Foro de Generais. Sua criação foi aprovada por 83 dos 93 almirantes da reserva presentes naquela assembleia. Em novembro do mesmo ano, a adesão ao grupo aumentou, e 125 dos 200 almirantes na reserva apoiavam a nova entidade.¹³¹

De acordo com documentos preparados por esses oficiais do alto escalão da Marinha argentina, o grupo tem origem, em parte, no Foro criado em 1996 pelos generais e, em parte, no chamado Grupo de Apoio de Oficiais Superiores da Armada, fundado em

Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/10/prisao-perpetua-para-astiz-na-argentina.html/>>. Acesso em 20 Fev. 2013.

¹²⁹ CANELO, 2009, p.162.

¹³⁰ CANELO, P. *¿Un nuevo rol para las Fuerzas Armadas?: políticos y militares frente a la protesta social, los derechos humanos y la crisis presupuestaria: Argentina, 1995-2002*, Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso, 2010, p. 61.

¹³¹ Votaram a favor da criação do fórum 83 almirantes, enquanto dez se posicionaram contra. Em outra assembleia, realizada em novembro, 125 foram favoráveis e 15 contra.

1987.¹³² Eles surgem como uma resposta às mudanças nas relações civis e militares da era Menem, ao fato de os três comandantes das Forças Armadas terem se desculpado publicamente pelos atos cometidos no processo e também pela nova condenação ao almirante Emilio Massera.

Entre 1997 e 1998 nos encontramos em três circunstâncias: uma piora da política, no que se refere à agressividade contra as Forças Armadas em seu conjunto e contra alguns membros em particular; uma rápida mudança no teor da propaganda realizada pelos meios de comunicação, no que se refere à qualificação das operações de guerra contra a subversão, substituindo o termo repressão por genocídio, figura penal imprescritível e a abertura de novos julgamentos, no país e no estrangeiro contra os integrantes das forças que participaram na guerra revolucionária desatada pelos subversivos. Por essas razões, durante esses anos, duas comissões sucessivas, presididas pelos contra-almirantes Gonzalo Bustamante e Horacio Mayorga, efetuaram uma série de consultas sobre a conveniência e/ou a necessidade de trocar opiniões para contribuir para a solução dos problemas que afetam as Forças Armadas em geral e nossa Instituição Naval em particular, estabelecer se é possível ter representatividade e flexibilidade da ação necessária, e os temas a tratar, ideias e alternativas.¹³³

Em seu estatuto inicial, o grupo se propunha a contribuir para o fortalecimento da imagem das Forças Armadas, apoiar os militares que sofressem algum tipo de consequência devida aos julgamentos, entre outras funções.

Nesse sentido, em 1999, eles criaram website chamado *True Peace – Terrorismo na Argentina – para que a violência não retorne Nunca Mais*, no qual, além de defender os militares envolvidos em crimes, teciam fortes críticas às organizações e a todos aqueles que pudessem advogar pelos Direitos Humanos. O grupo mantinha na página um fórum de debates para que o público participasse e seções elaboradas para os usuários mais jovens, de tal maneira que eles conhecessem a versão dada por eles.¹³⁴

Como os demais grupos, eles também prepararam manifestos para divulgação em jornais e documentos com as suas versões sobre o Processo de Reorganização Nacional.

Quem primeiro assumiu a presidência da entidade foi o vice-almirante Carlos Torlaschi, ex-presidente dos Estaleiros e Fábricas Navais do Estado e ex-diretor de

¹³² Das escassas informações sobre essa entidade da década de 1980, sabe-se que, em 20 de março de 1987, foi publicada uma matéria no jornal *La Nación* sobre um manifesto assinado por 89 almirantes daquele grupo. Esses oficiais haviam feito parte do Conselho da Marinha entre 1975 e 1981. CENTRO NAVAL. Diez años de existencia del Foro de Almirantes Retirados. *Boletim do Clube Naval*. Buenos Aires, nº 823, 2008. Disponível em <<http://www.centronaval.org.ar/boletin/BCN823/823foro.pdf>>. Acesso em 3 de Abr. 2013.

¹³³ Idem.

¹³⁴ MEYER, A. Guerra Sucia en la web. *Página 12*, Buenos Aires, 8 de agosto de 1999. Disponível em <<http://www.pagina12.com.ar/1999/99-08/99-08-08/pag04.htm>>. Acesso em 2 Jun. 2014.

Material Naval na época da ditadura. Ele teve como sucessor imediato o contra-almirante Raúl A. Fitte.

Assumiram o cargo o vice-almirante Juan Carlos Bou,¹³⁵ nos dois mandatos seguintes, e o vice-almirante Héctor Júlio Alvarez, de 2003 a 2006. Ao longo desses anos, o Foro ampliou o número de participantes. Em 2008, 148 pessoas eram associadas ao Foro, dos 235 almirantes da reserva ainda vivos na Argentina.

Outros grupos de menor expressão no período

Grupo de Brigadeiros da Reserva (1998) – São escassas as informações sobre esse grupo que seria composto por cerca de cem brigadeiros da reserva em 1998. Um dos presidentes foi o brigadeiro Jorge Rojas Silveyra, oficial antiperonista que em 1955 apoiou o general Luciano Benjamín Menéndez em uma rebelião em Mendoza, e que seria secretário de Estado da Aeronáutica durante a presidência de Arturo Frondizi. Outras informações mais relevantes desse grupo e de seus correspondentes no Exército e na Marinha aparecem a partir de 2003, já no governo Kirchner.

2.1.3 Os grupos de pressão política formados por militares da reserva no governo de Fernando De La Rúa (1999-2001) e Eduardo Duhalde (2002-2003)

O curto governo de Fernando de La Rúa (UCR), entre dezembro de 1999 e dezembro de 2001, foi marcado pela incapacidade de solucionar o desgaste do modelo de paridade cambial e privatizações, herdado do governo Menem. O sistema de conversão do peso ao dólar reduzira a inflação e estimulava um forte crescimento econômico na primeira metade da década de 1990, porém diminuiu a competitividade do país no exterior, causando desconfiança nos credores e aumento dos juros da dívida pública, ingredientes que aumentariam o desequilíbrio econômico, que resultou em aumento do desemprego e do número de pobres no país.

Além disso, a crise política, com a descoberta de novos esquemas de corrupção, abalaria o governo De La Rúa. Ainda em 2000, o vice-presidente Carlos Alvarez, da Frente País Solidário – partido que conformava, junto com a UCR, a Aliança pelo

¹³⁵ Os demais mandatos foram exercidos pelos vice-almirantes Horacio Mayorga (2002-2003), Héctor Álvarez (2003-2006), Eduardo Llambí (2006-2008) e Rodolfo Tettamanti (2008-2010). O último foi comandante dos fuzileiros navais no governo Alfonsín. Em setembro de 1986, segundo reportagem do jornal espanhol *El País*, ele havia declarado que sentia em relação à Câmara dos Deputados “*profundo desprezo por quem nos deprecia, e uma enorme solidariedade com nossos pares, condenados injustamente*”. ARES, C. Alfonsín destituye a un general tras la ofensiva militar contra los tribunales civiles. *El País*, 6 de setembro de 1986. Disponível em <http://elpais.com/diario/1986/09/06/internacional/526341624_850215.html>. Acesso em 3 Abr. 2013.

Trabalho, pela Justiça e Educação –, renunciou ao cargo devido ao escândalo de compra de votos no Senado.¹³⁶ Em dezembro de 2001, com a crise evidente nas ruas, o presidente ainda insistiu em um plano econômico, o *corralito*, para conter o colapso. No entanto, ainda nesse mês, ele acabou por renunciar ao cargo.

No que se refere às Forças Armadas, em seu curto mandato, De La Rúa assinou um decreto impedindo que os militares acusados fossem extraditados. Afinal, além da demanda do Judiciário argentino, tribunais de outras nações, como a Espanha, estavam sentenciando oficiais do Processo de Reorganização Nacional por crimes cometidos contra cidadãos de seus países.¹³⁷

De La Rúa nomeou Ricardo Lopez Murphy, um economista sem experiência na área de Defesa, para assumir o ministério. Disposto a conter e racionalizar os gastos, a Lopez Murphy coube também a tarefa de deter os processos judiciais relacionados a violações dos Direitos Humanos na ditadura. Murphy chegou a apoiar a promoção dos militares que haviam sido questionados pelo Senado por suposta participação na repressão.

Como chefe do Estado-Maior do Exército, exercia o cargo o general Ricardo Brinzoni. Ele foi o responsável por tomar uma atitude mais corporativista diante das acusações que envolviam militares por crimes cometidos na repressão. Segundo Paula Canelo, Brinzoni buscou diminuir a tensão e a divisão entre os oficiais inocentes e aqueles que haviam cometido crimes na ditadura, atuando em torno da unificação da “família militar” e da reconciliação com a sociedade.¹³⁸

De acordo com Valentina Salvi, na administração Brinzoni colocou-se em prática a ideia de uma memória completa, pela qual o Exército seria uma vítima a mais, e não o único responsável pelo ocorrido na repressão. O discurso triunfalista, alvo da autocrítica do general Balza, pelo qual as Forças Armadas haviam vencido a subversão terrorista, foi modificado por uma narrativa e por rituais que ressaltavam que a instituição e seus integrantes, assim como toda a sociedade, é que foram vítimas das ações da guerrilha. Discurso esse bem condizente com que reivindicavam os grupos de pressão política.

¹³⁶ A compra de votos garantiu a eliminação de alguns direitos trabalhistas, uma imposição do Fundo Monetário Internacional (FMI) para que mantivesse a linha de crédito ao país.

¹³⁷ DIAMINT, R. La historia sin fin: el control de los militares en Argentina. *Nueva Sociedad*. Janeiro-fevereiro de 2008, nº 213, p.105. Disponível em <http://www.nuso.org/upload/articulos/3496_1.pdf> Acesso em 14 Fev. 2013.

¹³⁸ CANELO, 2010, pp.66-67.

Com essa lógica, Brinzoni permitiu o retorno ao discurso da luta contra subversão dentro das fileiras, agora com um novo prisma. No período em que comandou o Estado-Maior, foram institucionalizadas as homenagens aos militares mortos por ações da guerrilha.

Fora dos quartéis, Brinzoni implementou uma mesa de diálogo para tentar, em tom mais corporativista, chegar à conciliação nacional. Ele chegou a pedir perdão pelos excessos cometidos, ressaltando que também perdoava aqueles que fizeram parte do outro lado da luta armada.¹³⁹ Ademais, deu apoio institucional para que os oficiais processados pela Justiça pudessem se defender, diferentemente de Balza.

Em março de 2001, Horácio Jaunarena, ministro da Defesa no governo Alfonsín, foi escolhido para retornar à pasta. Assumiu tendo diante de si um quadro marcado pela movimentação dos militares da ativa e da reserva em evitar a punição pelos crimes cometidos na repressão e pela necessidade de uma definição sobre o papel das Forças Armadas. Em seu segundo mandato, a avaliação de Jaunarena era que, diferentemente de 1983, em 2001 a democracia estava consolidada. Isso explica o apoio que ele deu ao general Brinzoni e sua política de conciliação. Jaunarena chegou a pedir que os chefes militares não falassem sobre o 26 de março de 1976, data do golpe, o que foi acatado.

Além disso, para Jaunarena, os militares, que nas crises políticas eram um parte do problema, passaram a ser, segundo o ministro, parte da solução; em geral, por seu posicionamento não intervencionista em relação ao poder civil, e, em especial, pelo fato de que as tropas foram utilizadas a fim de distribuir alimentos nos rincões do país para diminuir os efeitos da crise.¹⁴⁰

Quanto aos julgamentos, o aumento das demandas judiciais ampliou a percepção de ameaça por parte dos militares da ativa e da reserva. Em fevereiro de 2001, 700 oficiais do Exército apresentaram um pedido de *habeas data* diretamente às organizações de Direitos Humanos para ter acesso às informações vinculadas a violações. Na Marinha, 160 oficiais encaminharam o pedido de *habeas data* ao comandante da Armada, almirante Joaquim Stella, que, por sua vez, encaminhou-o ao ministro Jaunarena.

No início de março de 2001, o juiz Gabriel Cavallo afirmara que as Leis do Ponto Final e de Obediência Devida eram inválidas, inconstitucionais e de nulidade “insanável”.

¹³⁹ SALVI, V. La memoria institucional del Ejército Argentino sobre el pasado reciente (1999-2008). *Revista Militares e Política*, n.º 8, jan-jun. 2011, p. 39-54.

¹⁴⁰ JAUNARENA, 2011, p.298.

Embora o ministro Jaunarena tenha minimizado a fala, um alto chefe do Exército havia declarado existir uma preocupação institucional, uma vez que a sentença, aplicada a muitos ou poucos, afetava como um todo as Forças Armadas. O Foro de Generales da Reserva, por sua vez, condenou a fala do juiz, acusando-a de ser uma agressão deliberada, como parte de um plano ideológico.

Não obstante, o próprio general Brinzoni foi alvo de uma ação judicial do Centro de Estudos Legais e Sociais (Cels, da sigla em espanhol) em maio de 2001, no qual era acusado, junto a outros militares e agentes de segurança, por sequestro, homicídio, tortura e genocídio.¹⁴¹

O caminho para a conciliação dos militares com o restante da sociedade se distanciava cada vez mais; no entanto, as posições do Foro de Generales e do Ministério da Defesa se aproximavam. Em março de 2001, o FGR havia lançado um manifesto no qual questionava as ponderações de entidades e movimentos sociais na Comissão de Acordos do Senado a respeito da promoção de oficiais suspeitos de crimes na ditadura. Para o FGR, eram cometidos erros de toda a sorte, como a imputação de crimes a oficiais inocentes e a acusação com base em homônimos. Em outro comunicado realizado no mesmo mês, eles ressaltavam que esquecer não era o caminho para a conciliação, tampouco lembrar parcialmente.¹⁴²

Em junho, o FGR conseguiu uma audiência com o ministro da Defesa para discutir temas como os salários dos militares da reserva e a questão dos julgamentos dos oficiais.¹⁴³ Diferentemente do que ocorrera no mandato de Menem, o alvo dos comunicados do FGR deixara de ser alguém do Ministério da Defesa: as críticas se dirigiam aos representantes do Poder Judiciário, aos partidos e à política econômica. Tampouco surgiram grupos de pressão política formados por militares da reserva para se opor ao governo De La Rúa, o que pode ser creditado às escolhas do ex-ministro da Defesa, Ricardo Lopez Murphy, do seu sucessor, Horácio Jaunarena, e do comandante do Exército, Ricardo Brinzoni, que acabaram por aumentar os laços corporativos,

¹⁴¹ CANELO, 2010, pp.82-83.

¹⁴² Em seu comunicado nº 25, de 21 de março de 2001, sobre como as organizações de Direitos Humanos estavam interferindo nas promoções dos militares aprovadas no Senado, o Foro afirmava que elas confundiram o nome de dois oficiais da lista de promoção atual com homônimos. O primeiro caso era de um oficial já falecido, mas que havia se transferido para a reserva vinte anos antes. Em outro caso, tratava-se de um oficial com o mesmo nome de guerra do pai, este um militar já na reserva. FORO DE GENERALES RETIRADOS, 2004, pp. 135-139.

¹⁴³ Idem, pp. 140-145.

diminuindo o isolamento político das Forças Armadas e dos militares da reserva, que reivindicavam a memória do Processo de Reorganização Nacional.

O governo De La Rúa teria fim em dezembro de 2001, em um período de forte mobilização popular e protestos. Mais uma vez, um presidente da UCR não conseguia completar o mandato, algo que, com exceção do mandato de Alfonsín, se repete na Argentina desde 1930. Porém, diferentemente do que ocorrera no passado distante, a crise foi resolvida pelos políticos sem que as Forças Armadas saíssem dos quartéis – um comportamento parecido com o que ocorrera no Brasil, em 1992.

Eduardo Duhalde, o presidente interino, governou de janeiro de 2002 a março de 2003, mantendo Jaunarena e o general Brinzoni na pasta da Defesa. Os grupos de pressão política formados por militares da reserva, que até então tinham reduzido sua atuação, participaram até da despedida do ministro, mas voltariam a toda carga no período Kirchner.

2.1.4 Os grupos de pressão política formados por militares da reserva no governo de Nestor Kirchner (2003-2007) e Cristina Kirchner (2008-2014)

Como vimos, em 2001, a Argentina enfrentou uma grave crise econômica e política. Se a primeira derivou a perda do poder aquisitivo da população e o fim da paridade do peso ao dólar, a segunda resultou, por meio de ampla mobilização, na renúncia do presidente Fernando de La Rúa. A presidência foi ocupada provisória e sucessivamente por cinco políticos, uma vez que o vice, Carlos Alvarez, também já havia renunciado.

Nas eleições para presidente, em 2002, dois dos três candidatos do Partido Justicialista, Carlos Menem e Nestor Kirchner, receberam o maior número de votos e seguiram para o segundo turno. Embora tivesse uma proporção maior de votos, Carlos Menem abriu mão da disputa e Kirchner, governador da província de Santa Cruz, acabou assumindo a presidência da Argentina.

Um de seus primeiros atos de governo foi passar para a reserva 27 dos 36 generais na ativa do Exército, 13 almirantes e 12 brigadeiros (a metade do generalato nessas Forças), renovando quase toda a cúpula militar.¹⁴⁴

¹⁴⁴ A Argentina assinara a adesão em 1970 e o Congresso havia referendado em 1995, porém ainda era necessária a assinatura do decreto presidencial, a fim de que os termos da Convenção tivessem validade como lei no país. Veja mais em: Kirchner relevó a toda la cúpula militar y adelantó los câmbios, *Clarín*, Buenos Aires, 28 de maio de 2003. Disponível em <<http://edant.clarin.com/diario/2003/05/28/p-00601.htm/>> Acesso em 3 Mai. 2014. Veja também: Los analistas dicen que los cambios castrenses son un

Para ocupar o ministério da Defesa, foi nomeado José Pampuro. O general Roberto Bendini substituiu o general Ricardo Brinzoni como comandante em chefe do Exército. Com essas mudanças, Kirchner iniciou um processo de reestruturação da memória institucional das Forças Armadas em relação à repressão.

O presidente também deu especial atenção aos Direitos Humanos e a entidades como as *Madres e Abuelas de la Plaza de Mayo*. Em agosto de 2003, ele assinou o decreto pelo qual a Argentina aderiu à Convenção das Nações Unidas sobre a imprescritibilidade dos crimes de lesa-humanidade. Nesse mesmo mês, o Senado argentino aprovou o fim das leis do Ponto Final e de Obediência Devida, abrindo caminho para que fossem abertos e reabertos processos contra os militares que cometeram crimes de lesa-humanidade na ditadura.¹⁴⁵

Kirchner tornou sem efeito o decreto assinado por Fernando De La Rúa que impedia a extradição de militares. Em julho de 2003, a pedido do juiz espanhol Baltasar Garzon, 45 militares acusados por crimes de lesa-humanidade receberam ordem de prisão. Entre eles, já detidos por ordem judicial de outro processo, o general Jorge Rafael Videla e o almirante Emilio Eduardo Massera.

Em 2004, dentro da política de revisão do passado e renovação das Forças Armadas, Kirchner ordenou a retirada das imagens dos generais Videla e Bignone do saguão do Colégio Militar. Revestida de simbolismo, a ação marcava uma série de iniciativas para mudar o ensino naquele estabelecimento. No âmbito da Marinha, as instalações da Escola da Armada, em Buenos Aires, conhecidas por sediar operações de repressão, tortura e desaparecimento, tornaram-se, em 2007, por decisão de Nestor Kirchner, a sede do Museu da Memória, criado em 2004.

Ao longo do governo Kirchner, novas iniciativas reforçaram a aplicação de penas aos militares acusados de crimes contra a humanidade, o que provocou a reação dos militares da reserva, seja por meio dos grupos de pressão política constituídos (Associação Unidade Argentina, Foro de Generais da Reserva, Grupo de Almirantes da

error político, *Infobae*, Buenos Aires, 24 de maio de 2003. Disponível em <<http://www.infobae.com/2003/05/24/58293-los-analistas-dicen-que-los-cambios-castrenses-son-un-error-politico>> Acesso em 3 Mai. 2014.

¹⁴⁵ Kirchner apela a un decreto para forzar los juicios contra militares. *La Nación*, 12 de agosto de 2003. Disponível em <<http://www.lanacion.com.ar/518729-kirchner-apela-a-un-decreto-para-forzar-los-juicios-contra-militares/>>. El Senado anuló las leyes de Punto Final y Obediencia Devida. *Clarín*, 21 de agosto de 2003. Disponível em <<http://edant.clarin.com/diario/2003/08/21/p-01001.htm/>>. Acesso em 4 Mai. 2014.

Reserva, Grupo de Brigadeiros da Reserva), seja pela criação de novos grupos, como veremos agora.

Unión de Promociones – UP (2005) – O grupo, criado em 29 de maio de 2005 (Dia do Exército argentino), juntou 29 turmas (*promociones*, em espanhol) de formação do Colégio Militar da Nação. O motivo pelo qual se formou está diretamente vinculado à política de Memória e Direitos Humanos realizada pelo presidente Nestor Kirchner. Na época de sua formação, era iminente a decisão da Suprema Corte em declarar como inconstitucional as leis de Obediência Devida e Ponto Final.¹⁴⁶

O objetivo do grupo era dar apoio aos militares presos ou processados por crimes cometidos quando do Processo de Reorganização Nacional e sensibilizar a opinião pública “para o esclarecimento da verdade histórica completa, guardando especial interesse pela memória dos mortos”.

O general de brigada da reserva Juan Miguel Angel Giuliano foi o primeiro presidente do movimento, cujo primeiro ato foi reunir autoridades do governo e políticos favoráveis à causa. Também buscaram aumentar seu apoio entre os militares, criando o que eles chamaram de “mesa coordenadora”, com representantes da Marinha, da Força Aérea, da Gendarmeria e das Polícias e integrantes de Organizações Não Governamentais, como a Associação de Familiares e Amigos dos Presos Políticos da Argentina (Afyapp, na sigla em espanhol).

Procurando fazer o papel de interlocutor, a UP elaborou uma cartilha jurídica e enviou cartas de apoio ao presos. A estratégia de persuasão do grupo também tinha como alvo a adesão de representantes da Justiça Federal.

Como os demais grupos de pressão pesquisados, a UP emitiu boletins temáticos sobre o que ocorria na década de 1970, período em que as Forças Armadas estavam no poder; cartas para os grandes jornais; e livretos voltados não somente para a sociedade argentina, mas para outros países, como os Estados Unidos e o Vaticano.¹⁴⁷

Ao longo dos anos, junto com os boletins impressos, o grupo ampliou sua estratégia de persuasão, obtendo um espaço para veicular um programa semanal, com

¹⁴⁶ BRASLAVISKY, G. *Enemigos íntimos. Los militares y Kirchner. De la purga a los juicios. Crónica de una confrontación (2003-2008)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009. 2012, p.20.

¹⁴⁷ UNIÓN DE PROMOCIONES, Boletim Informativo nº1, dezembro de 2005; Boletim Informativo nº 2, fevereiro de 2006. Disponível em <<http://uniondepromociones.info/boletines.htm>>. Acesso em 4 Mai. 2014.

uma hora de duração, chamado *A voz dos presos políticos* e transmitido pela rádio Identidade (1300 AM).

A UP também promoveu e participou de cerimônias em homenagem aos mortos pela guerrilha. A primeira, realizada em frente ao Tribunal Federal e liderada pela Associação Amigos e Familiares de Presos Políticos, reuniu trezentas pessoas.

Assim como o Foro de Generales, a Unión de Promociones teve outras duas versões, na Marinha e na Aeronáutica, incentivadas desde o início pela UP original. No entanto, esses grupos não repercutiram na imprensa e não apresentaram o mesmo grau de organização e difusão do grupo de pressão criado no Colégio Militar da Nação.

Os grupos de pressão formados por militares da reserva e sua atuação no governo Nestor Kirchner

Em julho de 2003, o presidente Néstor Kirchner derrubou o decreto do ex-presidente Fernando De La Rúa que impedia a extradição de militares envolvidos em crimes na ditadura. Por solicitação do juiz espanhol Baltazar Garçon, foram presos e extraditados 45 militares e um civil.

Reagindo à decisão do governo, o Grupo de Brigadeiros da Reserva emitiu um comunicado no qual reforçava a ideia de superar o passado com equilíbrio e inteligência e que a Justiça também deveria ser feita com aqueles que nunca foram chamados: os que atuaram nos grupos terroristas, seus mentores, seus apoios, os que abriram as prisões para permitir a reincidência e quem, a partir do governo, ordenou o aniquilamento.¹⁴⁸

Em agosto, oficiais da reserva da Associação Unidade Argentina (Aunar) se reuniram em frente à Casa Rosada, sede do governo argentino, para participar de uma manifestação contra o pedido do juiz Baltazar Garzón. Eles aproveitaram a ocasião para distribuir panfletos denunciando o ex-comandante do Exército, general Martín Balza, por sua política frente à força terrestre.¹⁴⁹

O Grupo de Almirantes da Reserva, por sua vez, buscou dar apoio aos oficiais processados pela justiça e produzir documentos para “desconstruir mitos, criticar a insegurança jurídica dos militares processados por crimes de lesa-humanidade e tentar estabelecer uma concórdia nacional”.¹⁵⁰

¹⁴⁸ Brigadieres piden “signos de sensatez”, *La Nación*, 26 de julho de 2003.

¹⁴⁹ Marcha en rechazo de las extradiciones. *La Nación*, 9 de agosto de 2003. Disponível em <<http://www.lanacion.com.ar/518116-marcha-en-rechazo-de-las-extradiciones>>. Acesso em 04 Nov. 2014.

¹⁵⁰ CENTRO NAVAL, 2008, p.25.

Depois desse episódio, o evento que mais marcou a relação entre o presidente Nestor Kirchner e os grupos de pressão formados por militares da reserva ocorreu em 24 de maio de 2006.

Nesse dia, a UP, junto com a Afyapp¹⁵¹ e a Associação por Memória Completa, além de outras ONGs de menor expressão, conseguiu reunir em Buenos Aires, na Praça San Martín (onde fica o Centro Militar), entre 10 e 12 mil pessoas para celebrar a memória dos mortos pela guerrilha.

Na cerimônia, o presidente da UP, o general da reserva Juan Miguel Ángel Giuliano, discursou para o público, ressaltando que os militares processados pelos crimes cometidos na ditadura eram camaradas de farda que estavam sendo perseguidos politicamente. Também afirmou que, nos 23 anos de democracia, as vítimas do terrorismo haviam sido esquecidas.

O evento acabou tendo um apelo especial para a imprensa não somente pelo público ou pelo discurso do general da reserva, mas pelo fato de que havia oficiais da ativa, uniformizados, entre os presentes, pelo princípio de tumulto que tinha como alvo os repórteres e pelos xingamentos dirigidos ao comandante do Exército, general Bendini, que recebeu a alcunha de lacaios e traidor. A cerimônia oficiosa também afetava a imagem da advogada e parlamentar Nilda Garré, a primeira mulher a comandar o ministério da Defesa.

Como resposta, o governo ordenou a instauração de um inquérito. Três capitães e dois tenentes da 601ª companhia de Comandos que compareceram ao evento, além do major comandante da unidade, foram detidos. O general da reserva Giuliano, presidente da UP, por suas declarações não autorizadas, foi indiciado, assim como quatro coronéis e um tenente-coronel da reserva, estes por terem ido à cerimônia fardados.¹⁵²

¹⁵¹ A Afyapp havia sido criada por Cecília Pando. A ativista se tornou conhecida por defender o capelão militar Antonio Baseotto, que fora transferido para a reserva por ordem de Kirchner. Logo após a publicação de uma carta no *La Nación*, seu marido, o major Pedro Mercado, também foi transferido para a reserva. De acordo com Cecília, esses atos estariam conectados. Ela criou a associação e, no seu entender, os militares condenados pela Justiça pelos crimes cometidos na repressão seriam presos políticos. Integrava a Afyapp Karina Mujica, então namorada do capitão Alfredo Astiz, conhecido repressor e envolvido na morte de três avós da Plaza de Mayo. Pando, por seu ativismo e por suas intervenções em comícios e eventos presidenciais, chamou a atenção da mídia e dos militares da reserva das demais entidades pesquisadas nesse trabalho e, desta forma, foi protagonista no evento de maio de 2006.

¹⁵² BRASLAVSKY, op.cit. p.289. Ver também Llegan Las sanciones para retirados, *Página 12*, 17 de outubro de 2006. Disponível em <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-74615-2006-10-17.html>>. Acesso em 4 Mai. 2014. A 601ª Companhia de Comandos, unidade de elite do Exército argentino, também esteve envolvida nos levantes *carapintadas*.

Cinco dias depois da afronta, o presidente Kirchner, em cerimônia pelo Dia do Exército realizada no Colégio Militar da Nação, ante a 5 mil militares, confrontou os descontentes em um forte discurso, cujo trecho segue abaixo:

Quero que fique claro que, como Presidente, não tenho medo e nem tenho medo de vocês. Queremos o Exército de San Martín, Belgrano, Mosconi e Sávio, e não daqueles que assassinaram aos seus próprios irmãos, que foi [*o Exército*] de Videla, Galtieri, Viola e Bignone.

Após o discurso, Kirchner seguiu para o helicóptero e não prestigiou o desfile da tropa, como forma de demonstrar sua reprovação.

O general Bendini, em consonância com a ministra Garré, já havia falado para a tropa, um pouco antes do presidente, que a lealdade, a subordinação e a disciplina eram a coluna vertebral do Exército e quem não estivesse disposto a respeitar esses valores que abandonasse a Força. Ele deixou claro que havia assumido o compromisso para que os desatinos do passado não impedissem a construção do Exército que a Nação precisava.

Algumas semanas depois, os oficiais da ativa envolvidos foram julgados. O ministério da Defesa concluiu que aqueles capitães e tenentes foram usados por grupos de militares da reserva que tinham claro interesse na política de revisão judicial. Na interpretação da pasta, tratava-se então de uma operação política contra o presidente Kirchner e a ministra Garré. Os cinco oficiais, assim que saíram da prisão, foram expulsos do Exército.¹⁵³

Embora Kirchner tenha ameaçado expulsar o presidente da UP do quadro de oficiais da reserva remunerada, a sentença final para o general Giuliano e alguns oficiais da reserva que foram à cerimônia fardados variou de sessenta a dez dias de prisão. Digase de passagem, a sentença não foi cumprida.¹⁵⁴

No entanto, o recado estava dado. Nestor Kirchner não toleraria ações mais incisivas dos grupos de pressão política formados por militares da reserva. A política de confrontação afetou a escala de promoções das Forças Armadas argentinas. A ministra Nilda Garré passou a se impor cada vez mais e não permitiu que oficiais que tivessem alguma ligação com a ditadura fossem promovidos. Tal decisão criaria um clima de desconfiança entre os oficiais, e a queixa de que muitos foram preteridos por ostentar o

¹⁵³ De acordo com Guido Braslavsky, o pai de um dos cinco oficiais envolvidos foi vítima da guerrilha. Os pais de dois deles haviam se rebelado na revolta dos carapintadas, na Semana Santa de 1987. E o avô de um desses últimos atuara na repressão. BRASLAVSKY, 2012, p.31.

¹⁵⁴ BRASLAVSKY, 2012, p.28.

mesmo sobrenome ou o mesmo nome de guerra de familiares ou homônimos ligados à repressão.¹⁵⁵

Os grupos de pressão formados por militares da reserva na Argentina continuaram atuando, embora de maneira mais discreta do que o evento de maio de 2006. Com o passar dos anos, alguns oficiais pertencentes a esses grupos foram indiciados, processados e condenados pela Justiça.

Em junho de 2006, devido à política de Direitos Humanos implementada por Kirchner, a Aunar preparou “uma denúncia contra a República argentina” por violação às garantias de direito dos Direitos Humanos e do Direito Humanitário” (*sic*).¹⁵⁶

No ano seguinte, a Aunar editou mais um livro sobre a história recente do país, enumerando os crimes cometidos pelas organizações de esquerda da luta armada. Como estratégia de persuasão, a entidade utilizou dados de vários livros escritos por organizações da própria esquerda armada a fim de balizar sua visão sobre o passado.

Em 2008, Cristina de Fernandez Kirchner assumiu a Presidência da República, mantendo na cúpula do governo as pessoas-chave que haviam atuado no mandato de seu marido Nestor. Segundo Guido Braslavisky, em que pese esse aspecto de continuidade, Cristina Kirchner adotou uma postura mais conciliadora com os militares. Em 2008, na tradicional reunião da Presidência com a cúpula militar, que antecede ao feriado nacional de 9 de julho, ela deixou claro que era a primeira e última vez que iria se referir ao 24 de março de 1976 (dia do golpe militar); reconheceu que, embora os militares estivessem historicamente na proa dos golpes, eram motivados por lideranças civis. Disse ainda que havia coisas que só podiam ser resolvidas com a “coronel Justiça e o general Tempo”; e insistiu na ideia que os argentinos mereciam construir uma história diferente.¹⁵⁷

Apesar desse indicativo de conciliação, no ano seguinte, as relações de um oficial com um grupo de pressão política seria o mote para descredenciá-lo de um novo cargo no governo. Em 2009, o contra-almirante Edgardo Campiatico, vice-presidente do Grupo de Almirantes entre 2006 e 2008, chegou a ser designado para a direção do Centro de Estudos Estratégicos Manuel Belgrano. Segundo o jornal *Página 12*, o Centro havia sido criado pelo governo com o intuito de coordenar o trabalho conjunto das três Forças,

¹⁵⁵ Idem, pp.353-354.

¹⁵⁶ Aunar, *breve historia y motivaciones de su creación*. Disponível em <http://aunar.org.ar/breve%20historia_motivaciones%20de%20su%20creacion.htm> Acesso em 15 Fev. 2013.

¹⁵⁷ BRASLAVISKY, 2012, p.364.

incorporar a participação de acadêmicos e desarmar o pensamento mais reacionário. Após a publicação de seu perfil no jornal e de suas veiculações com o Foro, incluindo o trecho de uma declaração do grupo em que dava apoio aos militares processados, Campiantico foi exonerado do cargo.¹⁵⁸

Como resultado da política de Direitos Humanos de Nestor Kirchner, em maio de 2009, segundo levantamento de Braslavisky, havia 1.234 processos abertos por crimes de lesa-humanidade cometidos na repressão, dos quais 984 estavam em estágio inicial. Do total, 43 pessoas haviam sido condenadas, 621 eram alvo de acusação, 530 estavam sendo processadas e 48 eram foragidas. 119 cumpriam prisão domiciliar e 189 viraram presos comuns.¹⁵⁹ Entre eles, alguns integrantes dos grupos de pressão política aqui descritos.

Para finalizar esse subcapítulo, ressaltamos que os grupos de pressão política formados por militares da reserva surgiram como resposta às políticas públicas voltadas ao controle civil objetivo dos militares, dentro de uma lógica maior, de isolamento político das Forças Armadas. Esse grupos tinham como interesses a anistia geral aos militares envolvidos em crimes de lesa-humanidade e o reconhecimento da luta contra a subversão, fatores que importariam na recuperação do *status* social que os militares disfrutavam anteriormente.

Observamos, nos seis grupos de pressão política formados por militares da reserva argentinos, a grande adesão dos oficiais generais. A Famus, embora tenha sido criada por civis, foi integrada por importantes oficiais pertencentes ao regime militar, incluindo o ex-ditador general Jorge Videla. A repercussão de suas missas e o material de divulgação

¹⁵⁸ Campiantico tendrá que tomarse el buque, *Página 12*, 22 de julho de 2009. Disponível em <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-128639-2009-07-22.html>>. Acesso em 5 Abr. 2013.

¹⁵⁹ Entre os condenados, estava o ex-presidente da Aunar, o general Verplaetsen, que teria assumido a responsabilidade pela morte dos militantes Osvaldo Cambiasso e Eduardo Pereyra Rossi, ocorrida em 1983. Por esse crime, ele foi condenado à detenção pelo juiz federal Martin Alberto Suarez Araújo, da província de San Martín, em 2008. Ele também foi condenado com outros cinco réus a 25 anos de prisão pelo caso Floreal Avellaneda Teve a mesma pena para o caso Campo de Maio, no qual ele e o ex-presidente Reynaldo Bignone, além de outros cinco militares, foram responsabilizados pela detenção e tortura de 56 pessoas. Em ambas condenações, o general teve a pena abrandada para prisão domiciliar, devido à idade avançada. BRASLAVISKY, 2009, p.289. O general Ramon Diaz Bessone, ex-presidente do Círculo Militar, foi condenado e preso por atuar na repressão na província de Rosario na época da ditadura. “El caso de Floreal Avellaneda llega a juicio”. *Página 12*, Buenos Aires, 18 de abril de 2009. Disponível em <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-123441-2009-04-18.html>>. Acesso em 16 Fev. 2013. Fernando Exequiel Verplaetsen. TRIAL PROFILES. Disponível em <<http://www.trial-ch.org/en/resources/trial-watch/trial-watch/profiles/profile/1026/action/show/controller/Profile/tab/legal-procedure.html>>. Acesso em 16 Fev. 2013.

do grupo serviu, como afirma Paula Canelo, como uma caixa de ressonância do que acontecia nas Forças Armadas argentinas no governo Alfonsín.

No governo Menem, a reação da Associação Unidade Argentina (Aunar) e dos grupos de Generais, Almirantes e Brigadeiros da reserva aos discursos do general Balza mostraram as divisões existentes no alto oficialato. A questão da memória colocava não somente civis e militares em lados opostos, mas também dividia a instituição entre militares partidários do Processo de Reorganização Nacional e militares legalistas.

No governo de Fernando de La Rúa e no mandato interino de Eduardo Duhalde, a atividade dos grupos foi reduzida devido aos apoios obtidos no Ministério da Defesa. No entanto, as atividades retornaram nos governos de Nestor Kirchner e Cristina de Fernandez Kirchner, quando foi feita a reabertura dos processos de crimes ocorridos na ditadura. A criação da *Unión de Promociones*, que se juntou aos demais grupos constituídos, foi indicativo dos efeitos que o isolamento político das Forças Armadas teve entre os militares. Vejamos agora os grupos de pressão política formados por militares da reserva no Brasil.

2.2 BRASIL

2.2.1 Os grupos de pressão política formados por militares da reserva na transição e no governo Sarney (1985-1990)

A transição brasileira começou em 1974, no mesmo ano em que as Forças Armadas acabaram com o último foco de guerrilha. Os presidentes militares Ernesto Geisel, João Batista Figueiredo e o general Golbery do Couto e Silva, foram os artífices de um projeto de transição que durou dez anos, o mais longo entre os países dessa pesquisa. O processo, cuja referência na tipologia da Ciência Política classifica como transição tutelada, garantiu aos militares a adoção de seu próprio modelo de Lei de Anistia em 1979 (em que pesem os esforços civis) e a entrega do poder aos civis em 1985, com a permanência de uma série de prerrogativas militares.

É fato que essa corrente militar voltada para a transição, apesar de hegemônica, sofrera o assédio dos setores castrenses da linha-dura, em geral, associados à comunidade de inteligência. A partir de 1979, quando a Lei de Anistia foi aprovada, possibilitando o retorno dos exilados políticos, os núcleos mais reativos dessa corrente ortodoxa apelaram para a propagação de atentados. O mais conhecido – e, por sorte, o derradeiro e mais malsucedido – ocorreu no dia 30 de abril de 1981, no show do Dia do Trabalhador, no Riocentro, no Rio de Janeiro. Além de manchar a imagem das Forças Armadas, a atuação dos setores de extrema direita ligados à comunidade de inteligência também afetava a promoção dos demais militares.

O atentado do Riocentro acabou causando o efeito inverso e acelerando o lento processo de transição brasileiro. Ademais, a partir de 1982, a situação na vizinha Argentina, cujo governo militar foi condenado pelo fiasco na Guerra das Malvinas, deu novas razões para o fim do regime militar no Brasil. Em novembro desse mesmo ano, foram realizadas eleições diretas para governador, algo que não ocorria desde 1964. Em março de 1983, a proposta de eleição direta para presidente, apresentada pelo deputado Dante de Oliveira, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro do Mato Grosso (PMDB/MT), deu origem a um movimento de repercussão nacional chamado Diretas Já!. Nesse contexto, o racha dentro do Partido Democrático Social (PDS), da base governista, já indicava o fim do apoio parlamentar ao regime militar.

A grande mobilização para as eleições diretas em 1984 fez renascer entre os militares (em especial, os da extrema direita) uma percepção sobre um possível revanchismo. Tomando como exemplo a Argentina, onde o governo Alfonsín revogou a Lei de Anistia, militares da ativa e da reserva, muitos ligados aos serviços de inteligência

e ao aparato de repressão, tentaram desestabilizar as campanhas de Tancredo Neves, candidato da Aliança Democrática e governador de Minas Gerais, e do deputado José Sarney, candidato a vice-presidente. Porém, a contrapropaganda desses militares acabou sendo malsucedida, assim como, pelo lado dos civis, foi infrutífera a tentativa de obter eleições diretas ainda em 1984.

Eleito pelo Colégio Eleitoral, Tancredo não chegou a assumir o cargo. Internado no Hospital de Base de Brasília com o diagnóstico de diverticulite, o presidente escolhido para iniciar a Nova República morreria em São Paulo, no Hospital das Clínicas, aos 75 anos. José Sarney, sem a legitimidade de ter sido eleito para o cargo mais alto da Nação e tampouco o carisma que se construiu sobre o seu companheiro de chapa, teve de assumir um governo sem as credenciais de uma votação popular expressiva para se impor aos militares ou a quem quisesse obstruir a democracia. Além disso, vinha do Partido da Frente Liberal (PFL), dissidência do Partido Democrático Social, governista e portanto de viés conservador.

Pesava ainda contra Sarney um dos problemas enfrentados por várias democracias emergentes da década de 1980: o desequilíbrio econômico herdado dos governos militares. Em 1983, ainda no governo Figueiredo, a inflação chegara aos 211,0% anuais. Em 1984, a desvalorização da moeda atingira os 223,9%. Para piorar, em 1985, o Fundo Monetário Internacional (FMI) se negou a autorizar empréstimos ao país. E a taxa inflacionária continuava crescendo: 235,1% aquele ano.

É senso comum entre os cientistas políticos, tais como Eliezer Rizzo Oliveira e Jorge Zaverucha,¹⁶⁰ que o governo Sarney caracteriza-se como um governo de tutela dos militares. Dos 26 ministros que compunham a alta cúpula, seis eram militares. O ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, era conhecido por suas declarações polêmicas, assim como o ministro da Aeronáutica, Ivan Frota. Os militares também estavam enraizados na burocracia. O maior desafio para o primeiro governo civil depois de quase 21 anos de autoritarismo era lidar com a autonomia das Forças Armadas, submetê-las ao poder civil e criar condições para que um retrocesso como o ocorrido em 1964 jamais voltasse a ocorrer.

No que tange aos julgamentos por crimes cometidos na ditadura, a autonomia estava expressa na conhecida declaração do ex-ministro do Exército do governo Figueiredo, o general Walter Pires: “Enquanto eu for ministro, ninguém irá para o banco

¹⁶⁰ MORAES, J.Q., Costa, W. P., OLIVEIRA, E. R. *A tutela militar*. Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987 e ZAVERUCHA, J. *Rumor de Sabres*, São Paulo, Ática, 1994.

dos réus.”¹⁶¹ De certa forma, foi continuada pelo general Leônidas Pires Gonçalves, em sua reação favorável ao coronel Ustra em 1985, quando este, então adido militar no Uruguai, foi acusado de ser o “doutor Tibiriçá”, um dos torturadores do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi).¹⁶²

Sarney não enfrentou esses desafios diretamente. Mas alguns políticos, alguns partidos e alguns órgãos de imprensa continuaram a mobilização para acabar de vez com os ranços de autoritarismo e promover uma revisão judicial.

Diante da possibilidade de julgamento, como ocorrera na Argentina, os militares mais ligados aos serviços de Inteligência e à repressão começaram a se organizar em grupos de pressão política. Apresentaremos agora esses grupos que surgem pouco antes e ao longo da redemocratização no Brasil.

Letras em Marcha (1971)

Apesar de ser uma publicação, consideramos para esse estudo que os militares que participavam do jornal constituíam, por suas declarações e atividades, um grupo de pressão política. Criado em 1970, data fora do recorte histórico desta pesquisa, vale a pena citar o periódico por três motivos: 1) atuou como grupo de pressão em importantes demandas relacionadas à transição, em especial fazendo contrapropaganda da campanha das Diretas Já! nos quartéis; 2) funcionou até 2000, o que dá um bom panorama do que repercutia entre os militares da reserva ao longo da redemocratização; 3) foi o principal meio de comunicação de alguns dos grupos pesquisados nesse trabalho.

O *Letras em Marcha* foi fundado e dirigido pelos coronéis Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves e Neomil Portella Ferreira Alves, ambos da arma de artilharia. A inauguração do jornal ocorreu no dia 15 de novembro de 1970, no Círculo Militar de São Paulo, com a presença do então prefeito da cidade, Paulo Maluf.

Joaquim Victorino serviu na Força Expedicionária Brasileira (FEB) em 1943 como capitão e oficial observador. Em 1959, já como coronel, seria um dos 15 oficiais do Exército que realizaram, na Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio de Janeiro, o Curso de Estado-Maior e Comando das Forças (CEMCFA).¹⁶³ Joaquim Victorino foi um dos oficiais que entregaram pessoalmente intimações ao presidente Juscelino Kubitschek

¹⁶¹ “Menor e menos poderoso, o DOI volta à cena”. *Veja*, 3 de junho de 1981, p.26

¹⁶² ZAVERUCHA, 1994, p.171.

¹⁶³ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, turma de 1959. Informação disponível em <<http://www.esg.br/a-esg/diplomados-da-esg/turma-de-1959/>>. Acesso em 2 Mai. 2014.

quando de seu retorno ao Brasil em outubro de 1965, para que prestasse depoimento no Inquérito Policial Militar que apurava a participação de esquerdistas no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Ele também foi responsável por indiciar outro ex-presidente, Jânio Quadros, sobre o mesmo assunto. Anos mais tarde, seria conhecido informalmente como um dos “coronéis do IPM”, ligado ao que se convencionou chamar de “linha-dura”, dentro do regime militar brasileiro.¹⁶⁴ Entre 1966 e 1968, Joaquim Victorino fazia parte do Corpo Permanente da ESG, escola que foi, durante muito tempo, um centro irradiador da doutrina de Segurança Nacional.¹⁶⁵ Em julho de 1984, já na reserva, receberia do presidente João Batista Figueiredo a condecoração de Comendador da Ordem do Mérito Militar.¹⁶⁶

Neomil Portella Ferreira Alves, irmão de Joaquim Victorino, era formado em jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Como militar, serviu no 1º Grupo de Artilharia de Costa em 1966, onde se tornou major, e, em 1974, chegou, como tenente-coronel, à subdireção da Biblioteca do Exército. Foi transferido para a reserva remunerada, como coronel, em 30 de dezembro de 1980. Em 1984, foi agraciado com a Ordem do Mérito Militar, no nível oficial.¹⁶⁷ Em 1996, o general Zenildo Zoroastro de Lucena, ministro do Exército, homenageou o falecido fundador do *Letras em Marcha* batizando com o nome dele a sucursal da Biblioteca do Exército situada no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro.

Embora tenha sido fundado em São Paulo, a sede do jornal funcionava em Copacabana, no Rio de Janeiro. Participavam do *Letras em Marcha* oficiais alunos do curso de Comunicação Social do Exército, militares já na reserva – como os oficiais generais Aurélio de Lyra Tavares (integrante da Junta Militar que antecedeu o governo Médici), Carlos Alberto Fontoura (ex-chefe do Serviço Nacional de Informações no governo Médici), João Paulo Moreira Burnier (notório conspirador da Força Aérea), Carlos de Meira Mattos (um dos formuladores da geopolítica brasileira na Escola Superior de Guerra) e Sebastião Ramos de Castro (ex-chefe da Agência Central do SNI e ex-comandante do II Exército); os coronéis Antônio Erasmo Dias (ex-secretário de

¹⁶⁴ CHIRIO, 2012, pp. 58-59. Veja também o depoimento do general Gustavo Moraes Rego Reis ao CPDOC disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista631.pdf>

¹⁶⁵ Diário Oficial da União de 28/09/1966, p. 3. Seção 1.

¹⁶⁶ Diário Oficial da União de 25/07/1984, p. 7. Seção 1.

¹⁶⁷ Diário Oficial da União de 25 de julho de 1984, p. 7. Seção 1.

Segurança Pública de São Paulo, responsável pela invasão à PUC em 1977), Hélio Ibiapina de Lima (um dos coronéis do IPM), Renato Brilhante Ustra (irmão do também coronel Ustra, acusado de ser torturador no DOI-Codi), entre outros.

Havia também, entre os civis, artigos de intelectuais notórios como Gilberto Freyre e Pedro Calmon. Parlamentares também se posicionaram, como os ex-deputados Emílio Antônio Mallet de Souza Aguiar Nina Ribeiro, do partido da situação Aliança Renovadora Nacional (Arena), e Anísio Rocha, do partido da oposição Movimento Democrático Brasileiro (MDB), além do vereador Wilson Leite Passos, um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN), que militou pela Arena, pelo Partido Democrático Social (PDS), entre outros.

Cabe destacar que participavam do jornal *Letras em Marcha* alguns integrantes dos serviços de inteligência e ex-alunos da ESG.

Pode-se dizer que o *Letras em Marcha* teve certa influência na máquina burocrática militar. O periódico chegou a ser anexado ao *Noticiário do Exército*, boletim oficial da Instituição e contava com anúncios do Ministério da Aeronáutica, da Carteira Hipotecária da Aeronáutica, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e da empresa de eletrônicos Sharp.¹⁶⁸ Um de seus administradores era o marechal Denys¹⁶⁹, e, graças à intervenção dele, no início da década de 1980, o jornal, que quase fechou por falta de recursos, recebeu um aporte de publicidade do Banco Nacional, controlado pelo ex-governador de Minas, Magalhães Pinto.¹⁷⁰ Além disso, o sistema de distribuição recebia apoio dos oficiais da 5ª Seção, de Relações Públicas e dos chefes de serviços de correios dos grandes comandos.¹⁷¹ Dos 15 mil exemplares do jornal, 70% eram distribuídos para a tropa.

A publicação era considerada pela grande imprensa a porta-voz da linha-dura militar. Em 1981, um mês depois do atentado a bomba no Riocentro, do qual foi imputada a culpa a integrantes dos órgãos de inteligência¹⁷², o editorial do *Letras em Marcha*

¹⁶⁸ Ver mais em SANTOS, 2009.

¹⁶⁹ Odílio Denys foi ministro da Guerra no governo Jânio Quadros. Apesar de ter participado das principais articulações militares na República, deixou a vida política em 1964.

¹⁷⁰ BOECHAT, R. e BOJUNGA, C. Em marcha contra a esquerda. *Jornal do Brasil*, 5 de junho de 1987, Caderno B, p.12.

¹⁷¹ Jornal acusa imprensa de fazer campanha contra órgãos de informações. *Jornal do Brasil*, 5 de junho de 1981, p.4.

(edição nº 115) dava a entender que tal responsabilização era uma campanha da imprensa, supostamente infiltrada por esquerdistas, para “acabar com os órgãos de informação, em especial, com os DOI-Codi”. Em outro trecho, eles ressaltavam que:

Não é à toa que as organizações comunistas colocam, como suas principais palavras de ordem, o fim da doutrina de segurança nacional e da LSN, o desmantelamento dos órgãos de segurança. Não é à toa que procuram enlamear e enxovalhar todos aqueles que trabalham em prol da segurança interna. Não é à toa que desenvolvem diuturnamente um incansável trabalho sobre a massa, visando politizá-la sob uma perspectiva da esquerda e a conscientizá-la da “justeza” dos princípios socialistas e da violência revolucionária.¹⁷³

O Letras em Marcha como grupo de pressão na transição (1984-1985)

Em julho de 1984, o jornal realizou uma sondagem com os militares do Rio de Janeiro, diante da expectativa do PMDB de chegar à presidência com Tancredo Neves. A pesquisa buscava avaliar também as semelhanças identificadas pelos entrevistados entre o candidato brasileiro e o presidente da Argentina Raúl Alfonsín.¹⁷⁴ Nesse mesmo mês, um artigo do coronel da reserva Armando de Freitas Rolim para o *Letras em Marcha* ganhou destaque na edição de 3 de agosto do jornal *Última Hora*, de Brasília. No artigo, intitulado “Tancredo: o Alfonsín brasileiro”, o oficial demonstrava preocupação com a possibilidade de o candidato da oposição Tancredo Neves representar a figura mais “kerenskiável”¹⁷⁵ do panorama político brasileiro e deixar se envolver pelos “dirigentes comunistas e pelos inimigos da Revolução de 1964”, transformando-se no “Alfonsín brasileiro”.

Na Argentina, procuravam cadáveres; no Brasil, os radicalistas, sedentos de revanche, irão localizar os focos de corrupção e neles procurar só militares para compor um quadro desmoralizante para as Forças Armadas. No Brasil, como na Argentina, não escaparão das denúncias os presidentes militares, os ministros, principalmente os da área econômica, generais, governadores, empresários e políticos.¹⁷⁶

¹⁷² Reportagem da revista *Veja*, de 1º de maio de 1991, revelou que, para o ex-presidente Figueiredo, o Centro de Inteligência do Exército (CIE) havia sido o responsável pelo atentado. FILHO, E. “Farsa bombástica”, *Veja*, 1º de maio de 1991, edição nº 1180, pp.62-63.

¹⁷³ JORNAL, 1981, p.4.

¹⁷⁴ *Jornal do Brasil*, 22 de julho de 1984, Caderno B, p.3.

¹⁷⁵ Alexander Kerensky foi um dos líderes da Revolução de Fevereiro, que depôs o czar Nicolau II e estabeleceu um governo republicano e democrático na Rússia. Atuou como primeiro-ministro a partir de julho de 1917, tendo seu mandato interrompido pela Revolução de Outubro. Esse novo movimento, sob a liderança de Vladimir Lênin, encerrou a curta experiência liberal e implantou o comunismo no país. Implícito ao discurso dos integrantes do *Letras em Marcha*, esse seria o papel de Tancredo.

¹⁷⁶ Diário do Congresso Nacional, 14 de agosto de 1984, Seção 1, p.7700.

Em um momento sensível da redemocratização brasileira, o jornal foi alvo de reprimenda no Congresso Nacional. No dia 10 de agosto de 1984, o deputado Gílson de Barros, do PMDB/MT, criticou abertamente a politização das Forças Armadas, mostrando como uma das evidências a edição de julho do *Letras em Marcha*.¹⁷⁷ No dia 14 de agosto foi a vez de o deputado Osvaldo Nascimento, do PDT/RS, discursar em plenário dizendo sentir pena que Tancredo não fosse Alfonsín e, em tom de ironia, concluir: “Fique tranquilo, coronel, o manto da impunidade sempre beneficiou os corruptos. São pouquíssimos os casos em que os desonestos, neste país, foram parar na cadeia.”¹⁷⁸

Na edição de outubro do *Letras em Marcha*, o jurista Mario Pessoa, ex-catedrático da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e ex-membro do corpo permanente da ESG, escreveu um artigo no qual também acusou Tancredo Neves de ser comunista. Ele ainda alertou aos leitores, em maioria militares, que, se os políticos do entorno do candidato da oposição “forem derrotados, ou tiverem a certeza de o serem, acionarão o dispositivo oculto onde se resguardam as forças de subversão como reserva estratégica”.¹⁷⁹

No mês de novembro, as manchetes do *Letras em Marcha* intitulavam-se: “Tancredo Neves – governou Minas Gerais durante 427 dias, passando em seu Estado apenas 149 dias” e “Tancredo Neves: ministro da Justiça de um presidente suicida e primeiro-ministro de um presidente deposto”. Porém, os ataques à candidatura de Tancredo, da Aliança Democrática, mais evidentes na coluna Subversão em Marcha do jornal, sofreram uma interrupção em dezembro de 1984. A direção do jornal mudou sua linha editorial e justificou a atitude como “oportuna, equilibrada, patriótica”, ressaltando que não havia adesismo por parte dos editores.¹⁸⁰

No entanto, em 1985, nos últimos dias do longo regime militar, a publicação mais uma vez alfinetou o governo e incitou os leitores para uma tomada de posição, fato que acabou sendo publicado na *Folha de São Paulo* em 9 de fevereiro:

¹⁷⁷ Diário do Congresso Nacional, 11 de agosto de 1984, Seção 1, p.7631.

¹⁷⁸ Diário do Congresso Nacional, 14 de agosto de 1984, Seção 1, p.7700.

¹⁷⁹ Jornal de militares acusa Tancredo de comunista e critica Frente Liberal. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 de novembro de 1984, p.10.

¹⁸⁰ AZEVEDO, Z. Jornal ligado a militares não combate mais Tancredo, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1984, p.2.

Um bom *slogan* para quem fica em cima do muro, com medo de enfrentar a agressividade da esquerda: saia do muro hoje. Para não enfrentar o paredão amanhã.¹⁸¹

A campanha que vinculava Tancredo aos comunistas, presente no *Letras em Marcha*, teria surgido no Centro de Inteligência do Exército (CIE), comandado pelo general Iris Lustosa e teve o apoio do comandante do Exército, o general Walter Pires, e do chefe de gabinete, general José Luiz Coelho Netto.

A operação feita para desestabilizar a imagem do candidato se deu em duas frentes: a primeira, voltada para o público externo, utilizava equipes para pichar muros das cidades onde haveria comício, associando símbolos, palavras e imagens do partido comunista a Tancredo e Sarney. Para se ter uma ideia, em agosto de 1984, mês em que Paulo Maluf, do Partido Democrático Social (PDS), seria escolhido como candidato do governo, muros da capital federal amanheceram pichados com a inscrição “chegaremos lá” e o símbolo do Partido Comunista. Por sorte, os autores foram presos, e o que parecia ser uma provocação da esquerda se revelou como uma desastrosa ação da inteligência do Exército: os pichadores eram militares ligados ao comandante do CIE.¹⁸²

A segunda frente aconteceu no âmbito interno, com outros recursos de contrapropaganda: o CIE organizou uma conferência em Brasília com duração de uma hora para os oficiais, e, entre as informações trazidas à baila em um dos *slides*, estava uma foto do candidato a vice, José Sarney, ao lado de Giocondo Dias, secretário-geral do Partido Comunista. A ideia ao reacender o discurso alarmista da Guerra Fria era mostrar que os comunistas teriam feito um pacto com a Aliança Democrática. Essa deliberada contrapropaganda, conhecida como Operação Bruxos, tinha o objetivo de incompatibilizar a candidatura de Tancredo junto aos militares mais conservadores, de tal maneira que legitimasse as condições para que o presidente Figueiredo permanecesse no cargo por mais dois anos.¹⁸³

¹⁸¹ *Folha de São Paulo*, 9 de fevereiro de 1985. Disponível em <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R02989.pdf>>. Acesso em 6 Mai. 2014.

¹⁸² “Morte suspeita”. *Isto é*. 19 de abril de 2000. Disponível em <http://www.istoe.com.br/reportagens/34410_MORTE+SUSPEITA/>. Acesso em 15 Mai. 2014.

¹⁸³ TOGNOZZI, Marcelo, DIAS, Etevaldo. FILHO, Expedito, “Linha-dura do Exército se une para fazer política”. *Jornal do Brasil*, 18 de outubro de 1987, p.8. Ver também DREIFUSS, 1989, p.87.

Nesse aspecto, pelo teor dos textos do jornal *Letras em Marcha*, pela proximidade da comunidade de informações com o seu corpo editorial e pelo seu enraizamento dentro das Forças Armadas, há claras evidências de que o jornal seria um dos braços da Operação Bruxos. Isso explica por que, durante o primeiro governo civil da redemocratização, o *Letras em Marcha* era lido por assessores do gabinete da Presidência da República: eles buscavam monitorar uma possível reação dos militares ao novo regime. Outro sinal de repercussão do periódico foi a leitura de um dos artigos da publicação no Congresso Nacional.

Em setembro de 1986, o jornal incitou os militares a reagir contra o que chamou de comunização do país e informava que eles não ficariam de braços cruzados diante da esquerdização da Nova República. Para o jornal, a população “estava sendo submetida a uma monstruosa lavagem cerebral, por ação de pessoas sob influência do comunismo internacional”. Entre os responsáveis pela comunização, a publicação acusava o poeta Ferreira Gullar e o dramaturgo Dias Gomes, autor da novela *Roque Santeiro*, um sucesso de público à época.¹⁸⁴ No início de outubro, o próprio ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, criticou publicamente o *Letras em Marcha*. Em uma entrevista coletiva dada na ESG, ele ressaltou que a publicação não representava o Exército e que:

“Os extremados não prestam bons serviços à Nação. Tanto a extrema esquerda quanto a extrema direita devem ser repudiadas. Devemos nos ater aos homens de centro, com ideias democráticas puras, que admitem a convivência, embora com discordâncias.”¹⁸⁵

Na edição de outubro, o *Letras em Marcha* corroborou a fala do ministro, posicionando-se contra extremismos, e acusou o jornal *O Globo* de fazer campanha contra o tabloide.¹⁸⁶

Em 1987, como veremos mais adiante, a direção do jornal apoiou a Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD), criada por militares da ativa e da reserva, entre eles muitos do CIE, para disseminar o discurso anticomunista, em um momento em que se debatia na Assembleia Constituinte a nova Carta Magna.

¹⁸⁴ “*Letras em Marcha* aponta comunização”, *O Globo*, 30 de setembro de 1986. Disponível em <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R06152.pdf>>. Acesso em 6 Mar. 2014.

¹⁸⁵ “Leônidas critica militares do jornal *Letras em Marcha*”, *O Globo*, 1º de outubro de 1986, recorte disponível na página virtual da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). *Arquivo Ana Lagoa*. Disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R06158.pdf>>. Acesso em 6 Mar. 2014.

¹⁸⁶ *Letras em Marcha*, outubro de 1986.

Com a aproximação da primeira eleição geral para presidente da República, o jornal preparou um suplemento político para as eleições presidenciais de 1989. Das dez páginas, oito eram dedicadas, sempre em tom alarmista, à campanha contra quem representava a esquerda naquele momento: o Partido dos Trabalhadores e seu candidato Luís Inácio Lula da Silva.¹⁸⁷

Em abril de 1987, faleceu o coronel Neomil Portella. Nesse mesmo ano, além do apoio tácito à Associação Brasileira de Defesa da Democracia, surgiram novos grupos de pressão formados por militares da reserva e jornais criados por ex-colaboradores do *Letras em Marcha*: o Grupo 31 de Março, com o *Informativo 31 de Março* e o jornal *Ombro a Ombro*. O *Letras em Marcha* iniciava lentamente o seu processo de encolhimento. Com a redução da base de leitores e a morte dos fundadores, o jornal deixou de circular em 2000.

Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD), mais tarde chamada de União Brasileira de Defesa da Democracia (UNDD) (1985)

Formalizada em uma reunião em 9 de janeiro de 1985 e em um cartório de Brasília no dia 15 do mesmo mês pelo coronel da reserva José Leopoldino e Silva, a ABDD foi registrada representando um grupo de 45 pessoas, entre elas 31 militares, sendo 21 oficiais da ativa.¹⁸⁸

De acordo com uma reportagem escrita por Marcelo Tognozzi, Etevaldo Dias e Expedito Filho, publicada pelo *Jornal do Brasil* em 18 de outubro de 1987, a origem da entidade está ligada ao Centro de Inteligência do Exército.

Faziam parte da ABDD, entre oficiais da ativa e da reserva, 17 coronéis, sendo oito com curso de Informações. Entre os integrantes do CIE, estavam o coronel Audir Santos Maciel, comandante do DOI-Codi na época em que foram mortos o jornalista Vladimir Herzog e o operário Manoel Fiel Filho; o coronel Agnaldo Del Nero Augusto, chefe do Departamento de Subversão; e o coronel José Augusto da Silveira Andrade Netto, chefe do Departamento de Propaganda e Contrainformação. A ABDD surgira de articulações realizadas nas repartições comandadas pelos coronéis Agnaldo Del Nero Augusto e José Augusto da Silveira Andrade Netto. Segundo a reportagem:

¹⁸⁷ Ver mais em SANTOS, 2009.

¹⁸⁸ TOGNOZZI, M., DIAS, E. e FILHO, E., 1987, p.8. Ver também DREIFUSS, 1989, p.87.

O mais estranho nessa Associação constituída dentro das normas legais é que quase todos os 31 militares, tanto da ativa quanto da reserva, que faziam parte da lista de Fundadores, e especialmente os ligados ao CIE, não constam como membros das Forças Armadas no espaço destinado à profissão. O coronel Agnaldo Del Nero aparece como economista; o coronel Audir Santos Maciel é um técnico de ensino, o mesmo acontecendo com o coronel José Augusto Silveira Andrade Neto, outro economista. O coronel Rosalindo Hernandez Cândia, da arma de Cavalaria, ex-assessor do general Íris Lustosa, aparece como pecuarista de Uruguaiana (RS), mas é oficial da ativa. O coronel Maurizil Othon Neves Gonzaga, também da Cavalaria, especialista em informações, em operações anfíbias e em manutenção de material bélico, é um técnico em construção civil que comanda o Batalhão Logístico que funciona dentro do setor Militar Urbano, em Brasília, local, aliás, onde ele reside. O próprio presidente da ABDD, coronel Leopoldino, é técnico em administração. O coronel Renato Brilhante Ustra, que serviu no CIE, aparece como técnico em administração, e o coronel Jorge Carlos Porto Alegre Rosa, que trabalhou com o ex-presidente Figueiredo, aparece na lista fornecida pelo cartório como professor.¹⁸⁹

O coronel Leopoldino, presidente do grupo, que aparece no documento como técnico em administração, trabalhou em seus últimos dias na ativa como coordenador da produção de manuais de campanha no Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, entidade responsável pela realização dos serviços gráficos de boa parte do material didático do Exército. Logo depois de ter ido para a reserva, foi designado para trabalhar na diretoria regional da Pouplex, a caderneta poupança dos militares.

Quando a lista dos fundadores com falsas profissões e endereços foi divulgada pelo mesmo *Jornal do Brasil*, em outubro de 1987, houve reação no Congresso Nacional. Afinal, de acordo com o Regulamento Disciplinar do Exército, o militar da ativa não poderia fazer parte de associação de caráter político. O deputado Maurílio Ferreira Lima, do PMDB/PE, afirmou em plenário:

Mas é necessário, no momento em que há inquietação nas casernas brasileiras – inquietação que é justa, em função dos baixos soldos pagos aos militares, como baixos também são os salários dos funcionários civis e o salário mínimo que é pago ao trabalhador brasileiro – que o Governo, através das suas autoridades responsáveis, sobretudo as do Ministério do Exército, dê uma resposta à opinião pública brasileira. Queremos saber se isso é legal, se é legítimo perante o Requerimento Disciplinar do Exército. Será que oficiais da ativa, alguns com a responsabilidade maior do Comando da 7ª Região Militar, como é o caso do general Íris Lustosa, não estão pisando no Regimento Disciplinar do Exército, quando se engajam na fundação de sociedades civis, mesmo com o objetivo magnânimo de defender a democracia e os postulados democráticos? A Nação espera do general Leônidas Pires Gonçalves e do Ministério do Exército uma satisfação. A Nação espera que o Ministério do Exército aplique o Regimento Disciplinar do Exército, ou, então, mostre que está impotente diante de uma movimentação, sem dúvida alguma de fundo golpista no

¹⁸⁹ TOGNOZZI, DIAS e FILHO, op. cit.

Brasil, e que é sequência de uma série de artigos que a Imprensa vem publicando, como aquele que a revista *Veja* publicou, do ministro Mário Simonsen, e a entrevista do Sr. Antônio Ermírio de Moraes, procurando desmoralizar o poder civil e, sobretudo, a Assembleia Nacional Constituinte.¹⁹⁰

Esse fato de certa forma expôs a dificuldade de imposição do poder civil aos militares no Brasil daquela época. Ao que se sabe, os oficiais da ativa integrantes da ABDD não foram punidos.

Dentre os fundadores que tinham a profissão correta no estatuto original, estavam os jornalistas Aécio Diniz Almeida, do *Jornal de Alagoas*, Lenildo Tabosa Pessoa, de *O Estado de São Paulo*, Fernando Luiz da Câmara Cascudo, ex-chefe da TV Manchete em Recife, José Osvaldo de Meira Pena, professor da Universidade de Brasília, e o jurista Mario Pessoa, amigo pessoal do general Íris Lustosa e que escrevera um artigo no *Letras em Marcha* no qual acusava Tancredo Neves de comunista.

Representantes da entidade afirmavam que a ABDD tinha em torno de 5 mil sócios, número que correspondia à tiragem da revista *Ponto de Vista*, criada por eles para disseminar o discurso anticomunista. A publicação também contava com a colaboração do *Letras em Marcha*, cujo fundador, o coronel Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves, publicava artigos de integrantes da ABDD, além de organizar eventos nos clubes militares para a entidade.¹⁹¹

O apoio financeiro vinha de empresários, entre eles, o mais notório, Ingo Hering, dono de um conglomerado que inclui a estampanaria que leva o seu sobrenome, e Carlos Eduardo Ferreira, então vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).¹⁹² Segundo René Dreifuss em seu estudo sobre os movimentos da direita no Brasil, o ideólogo da ABDD era Jorge Boaventura, professor da Escola Superior de Guerra, que fora por muito tempo o centro irradiador da Doutrina de Segurança Nacional. Além de lecionar no lugar, Boaventura era presidente da Federação de Entidades Democráticas da América Latina (Fedal), ex-chefe da Divisão de Estudos Sociais do Colégio Interamericano de Defesa e representante da World Anti Communist League¹⁹³, organização fundada em 1966 em Taipei.

¹⁹⁰ Diário do Congresso Nacional, 21 de outubro de 1987, p.3156.

¹⁹¹ DREIFUSS, 1989, p.90.

¹⁹² TOGNOZZI, ETEVALDO e FILHO, 1987, p.8.

¹⁹³ DREIFUSS, 1989, pp.90 e 166 e *Jornal do Brasil*, 20 de outubro de 1987.

A União Brasileira de Defesa da Democracia como grupo de pressão no governo Sarney

A ABDD mudou de nome para União Brasileira de Defesa da Democracia (UNDD) em dezembro de 1987, em uma reunião no Clube da Aeronáutica, que teve como participantes os generais Euclides Figueiredo, irmão do ex-presidente João Batista Figueiredo, Coelho Neto, Hélio de Lima Ibiapina e Murilo Alexander, além dos brigadeiros Márcio Coqueiro Leal e João Paulo Burnier. Foi a partir desse período que os documentos, acessados por esta pesquisa, podem explicar melhor sua atuação como grupo de pressão.

Uma reportagem do *Jornal do Brasil* afirmou que, mais do que uma troca de nome, a entidade passaria por uma mudança de comportamento – além de transferir a sede de Brasília para o Rio de Janeiro, o discurso extremista seria atenuado: a antiga ABDD era acusada de ter pretensões golpistas, então a nova sigla não queria ser associada a essa imagem.¹⁹⁴ Porém, na inauguração da UNDD, em março de 1988, no Iate Club do Rio de Janeiro, Jorge Boaventura disse aos repórteres que as “as forças progressistas no poder estavam destruindo o que a Revolução (*sic*) levou vinte anos para construir” e Paulo Zingg, secretário de Educação de São Paulo, acrescentou: “Ou jogamos uma cartada decisiva como a de 1964 ou seremos engolidos por essa onda avassaladora de desagregação.” Boaventura ainda citou que havia “uma possibilidade média de convulsão social. Se isso acontecer e se houver ameaça ao patrimônio e à ordem, é provável que elas [as Forças Armadas] intervenham”.¹⁹⁵

Outra incoerência na clareza das intenções da UNDD é apontada por René Dreifuss. Mesmo sem querer ter relação com o radicalismo da extrema direita, e sim como os moderados da democracia, o próprio discurso da entidade e de seus membros demonstrava uma noção deturpada de liberdade política, tão cara à democracia representativa:

O esforço da extrema direita civil-militar seria coroado no início de dezembro de 1987, quando foi criada a União Nacional de Defesa da Democracia. Enquanto saudava esse fato com entusiasmo, o general Tasso Villar de Aquino rejeitaria o rótulo de direita militar por duas razões. A primeira, segundo o general, porque os militares, em qualquer

¹⁹⁴ Direita militar inaugura nova entidade no Rio. *Jornal do Brasil*, 16 de março de 1988, p.3.

¹⁹⁵ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 de março de 1988, p.4, DREIFUSS, 1989, p.172 e REZENDE, S. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 17 de março de 1988.

situação – ativa, reserva ou reforma –, politicamente falando, “rigorosamente não têm lado”. Mais: “Nem mesmo o centro lhes convém, muito menos direita ou esquerda, sobretudo extrema.” **Sua posição nesse particular precisa ser acima.** Mas, ao explicar a segunda razão, o general desmentiria sua posição anterior: “A UNDD, como o nome indica, é um entidade civil legalmente constituída, aberta a pessoas, entidades, associações etc., **dispostas, leal e sinceramente, a combater a esquerda deletéria (...) na sua nefasta, cavilosa, mesquinha e constante atuação contra o Brasil livre, soberano, cristão, democrático, solidário e digno, intensificada, infelizmente com sucesso, nessa desastrada (sic) chamada Nova República.** (grifo nosso)

Como as demais entidades pesquisadas, esse conceito estreito de democracia estabelecia que os militares estavam acima dos poderes políticos e por isso, deveriam evitar a todo custo o avanço da esquerda. Mas não é apenas um movimento reacionário. Havia mais interesses em jogo. Para René Dreifuss, um dos objetivos dessa extrema direita ao qual estava vinculada a UNDD era o “modelamento de opinião e pressão sobre a Constituinte, que se preparava para discutir em plenário o trabalho da Comissão de Sistematização”.¹⁹⁶

Dessa forma, deve-se pensar que a UNDD fazia parte de um esforço mais amplo da extrema direita civil-militar e que incluiria reunião com empresários e militares e o uso da figura pública do presidente João Batista Figueiredo como representante desses setores para exercer pressão no momento em que se discutia a nova Constituição do País, quando o governo Sarney vivia as incertezas da crise econômica, além do descontentamento nos quartéis e no funcionalismo público em relação aos salários.

Havia também a questão da memória sobre o regime militar e o que fazer com os acusados de serem torturadores. Porém, a nova Carta Magna, aprovada em 1988, apesar de ter ampliado os direitos da cidadania, não alterou a Lei de Anistia.

A UNDD deixou de ser vista no noticiário, embora alguns integrantes tivessem constituído novos grupos de pressão política formados por militares da reserva no final dos anos 1980 e ao longo da década seguinte.

Ombro a Ombro (1988)

O jornal *Ombro a Ombro*, no entendimento dessa pesquisa, também é considerado um grupo de pressão política formado por militares da reserva. Ele foi criado em 11 de maio de 1988, pelo coronel da reserva Pedro Schirmer, pelo tenente-coronel da reserva

¹⁹⁶ DREIFUSS, 1989, p.173. Presidida pelo senador Bernardo Cabral (PMDB), a Comissão de Sistematização foi responsável por acolher e avaliar todas as propostas e emendas aprovadas das Comissões Temáticas e transformá-las em artigos constitucionais. Dos 2.800 artigos apresentados, apenas 245 entraram na Constituição.

Antônio Gonçalves Meira e pelos civis José Augusto Galdino da Costa, Renato Osvaldo Winter e Armindo Correa. Schirmer já tinha experiência como colaborador do *Letras em Marcha*, quando era chefe da Divisão de Assuntos Internacionais da Escola Superior de Guerra (ESG).¹⁹⁷ Meira fora editor-chefe do *Letras em Marcha*.

Schirmer, da turma de Infantaria de 1956 da Aman, comandara o 27º Batalhão de Infantaria Paraquedista, no Rio de Janeiro e chefiara o Gabinete da Diretoria de Assistência Social do Exército. Antônio Gonçalves Meira era da turma de Infantaria de 1954 da Aman.

O tabloide era enviado não só para os assinantes, como também para autoridades e organizações das Forças Armadas, da Administração Pública e um seletivo público de civis e militares¹⁹⁸, seguindo os mesmos passos de distribuição do *Letras em Marcha*; a composição e a impressão do material ficavam a cargo da gráfica da editora *O Fluminense*, em Niterói, pertencente ao grupo de mídia do mesmo nome.

O lançamento do tabloide chamou a atenção dos grandes jornais, como *Folha de São Paulo*, *Folha da Tarde*, *O Globo* e *Zero Hora*. Em entrevista a *O Globo*, o diretor administrativo do *Ombro a Ombro*, o tenente-coronel Antônio Gonçalves Meira, evitava definir a linha ideológica do periódico: “Não tenho dúvida de que seremos rotulados como sendo de direita, mas ser antimarxista não significa ser de direita”, diria Meira.¹⁹⁹ A revista *Veja*, por sua vez, publicou:

Em seu número inaugural, *Ombro a Ombro* traz lado a lado um artigo de críticas ao governo sandinista da Nicarágua e outro de elogios ao ex-ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) brigadeiro Paulo Camarinha, recentemente demitido pelo presidente Sarney por ter criticado a política econômica do governo. Pela natureza ostensiva, pela qualidade gráfica e até mesmo pelo respeito às normas da Língua Portuguesa, esse tipo de publicação expressa, com vantagens, o descontentamento de uma direita de pijamas, que, até há alguns anos (*sic*), valia-se de panfletos apócrifos, produzidos nos desvãos do Centro de Inteligência do Exército e do Serviço Nacional de Informações (SNI).²⁰⁰

¹⁹⁷ *Ombro a Ombro*, edição de julho de 1988, p.1; e edição de abril de 2005, p.1.

¹⁹⁸ Primeiro Número, *Ombro a Ombro*, edição de junho de 1988, p.1.

¹⁹⁹ Na Imprensa, *Ombro a Ombro*, edição de julho de 1988, p.3.

²⁰⁰ GOMES, L. e PORRO, A. Foi fundado letras do B. Radar. *Veja*, 6 de julho de 1988, p. 49. Ver também SANTOS, 2009.

Havia certa influência deste jornal na caserna, se considerarmos que alguns leitores que enviavam cartas para o *Ombro a Ombro* eram militares da ativa, inclusive comandantes de unidades.

O jornal reunia colaboração de oficiais da reserva moderados e mais radicais, alguns pertencentes a outros grupos. Entre os seus articulistas, podemos encontrar o general da reserva Hélio de Lima Ibiapina, um dos coronéis do IPM, ligado à linha-dura, assim como o coronel da reserva Kurt Pessek, que fora, na ativa, assessor do general Hugo de Abreu na gestão Geisel, apoiou o general Euler Bentes, em sua campanha à presidência, e era a favor da abertura do regime. Pessek, já na reserva, havia sido o responsável pelo esquema de segurança para a posse de Tancredo Neves e depois assumiu a chefia da Divisão de Segurança e Informações do ministério da Justiça no governo Sarney.²⁰¹ Ele também dirigiu o jornal *Última Hora*, de Brasília.²⁰²

Ombro a Ombro como grupo de pressão no governo Sarney

Diferentemente do *Letras em Marcha*, as primeiras edições do jornal *Ombro a Ombro* tinham poucos artigos de teor alarmista anticomunista. Entre junho e novembro de 1988, apenas três editoriais expuseram opiniões contra o comunismo e, mesmo assim, de forma branda, se comparado às edições do antigo mensário militar. Os editores queriam que o veículo fosse uma espécie de tribuna para os leitores, então permitiam que cartas e textos enviados pelo público fossem publicados – e os colaboradores mostravam um discurso mais agressivo que o próprio jornal.

No final de 1988, o editorial discutia o resultado das eleições municipais de 15 de novembro. No artigo, intitulado “A esperteza das esquerdas”, eles ponderavam que o sucesso dos partidos de oposição em eleger oito prefeitos nas principais cidades do país, além de vários vereadores, faria parte de uma suposta conspiração de esquerda, cuja estratégia seria difundir-se em partidos, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Democrata Trabalhista (PDT), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido Verde (PV), a fim de obter, por meio do sistema de quociente eleitoral, mais parlamentares nas Câmaras e Assembleias Legislativas. De acordo com o editorial, “é sabido que, em todos os países onde existe um partido representativo da II Internacional Socialista (social-democracia), o Partido

²⁰¹ Gente, *Veja*, edição de 23 de abril de 1986, p.77.

²⁰² Do outro lado, *Veja*, edição de 9 de maio de 1984, p.17.

Comunista lança um partido auxiliar denominado Partido Socialista e vale-se do Partido Verde a quem auxilia financeiramente”.²⁰³

Em 1989, um mês antes das eleições, o jornal, no editorial “Uma hora decisiva”, recusando-se a se reconhecer um veículo partidário, mostrou claramente o contrário. Depois de apresentar uma lista de políticos em quem não votariam, eles afirmam que resta a consideração a outro candidato “jovem e com discurso moralista”, que tem “ânimo e disposição revelando desassombro na luta contra os apaniguados do poder econômico”. A alternativa do jornal era o candidato Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), o mesmo que fora favorecido pelas tintas do *Letras em Marcha*. Em outro artigo mais aguerrido, o general da reserva Hélio de Lima Ibiapina tentou mostrar aos leitores que o verdadeiro perigo era o socialismo.

Grupo Independente 31 de Março (G.I. 31 de Março) (1988)

Com sede no Rio de Janeiro, este grupo de pressão formado por militares da reserva foi criado pelo general de divisão da reserva Henrique Carlos de Assumpção Cardoso²⁰⁴ e, quando de sua fundação, em 15 de novembro de 1988, participaram cinco generais, três almirantes, três brigadeiros, 12 oficiais superiores e seis civis, totalizando trinta integrantes. Eles tinham como colaboradores os empresários Teófilo de Azevedo Santos e Paulo Penido.²⁰⁵

O general Henrique Cardoso fez o curso de Artilharia na Escola Militar do Realengo e formou-se em 1932. Em 1964, era chefe do Estado-Maior do I Exército. Chegou ao generalato em 1965, ano em que seria comandante da Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Exército, com sede na capital paranaense. Em 1976, foi um dos membros do Conselho Fiscal da Sharp Financeira S/A, Crédito, Financiamento e Investimentos, um dos braços da Sharp eletrônica, dirigida por Matias Machline e uma das anunciantes do jornal *Letras em Marcha*.²⁰⁶ Em 1988, ele se tornaria presidente do Conselho Deliberativo da UNDD.²⁰⁷

²⁰³ A esperteza das esquerdas. *Ombro a Ombro*. Edição de dezembro de 1988, p.1.

²⁰⁴ *Letras em Marcha*, edições de março e abril de 2000, p.2.

²⁰⁵ FILHO, A. Oficiais alertam para a atuação de facções nos quartéis. *Jornal do Brasil*, 7 de julho de 1991, p.4.

²⁰⁶ *Jornal do Brasil*, 10 de fevereiro de 1976, p.16.

²⁰⁷ DREIFUSS, 1989, p.170.

Entre os coordenadores do G.I. 31 de Março, figuravam o brigadeiro do ar da reserva Márcio César Leal Coqueiro, também colaborador do *Letras em Marcha* e do *Ombro a Ombro*, além de secretário-geral da UNDD.²⁰⁸ Coqueiro era veterano da Segunda Guerra Mundial, na qual cumpriu, como piloto, 220 missões de patrulha na defesa dos comboios contra submarinos.²⁰⁹ Em 1956, já subcomandante da Base Aérea de Cumbica (SP), foi punido por participar da revolta de Aragarças.²¹⁰ Em 1958, como tenente-coronel, seria um dos 177 oficiais da Aeronáutica a apoiar publicamente os brigadeiros que se recusaram a ir à posse do general Henrique Lott.²¹¹ Em 1959, teria sido um dos conspiradores da Revolta de Jacareacanga. Em 25 de agosto de 1961, Coqueiro participou dos preparativos da abortada Operação Mosquito, que visava derrubar o avião do vice-presidente João Goulart, para que este não assumisse. Em 1964, ele estava alocado no Estado-Maior da Aeronáutica²¹² e, anos mais tarde, seria oficial da Seção de Informações do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).²¹³ De acordo com o brigadeiro Rui Moreira Lima, também veterano da Segunda Guerra, “Coqueiro era um golpista. Sempre foi um agitador, um homem do [Carlos] Lacerda, sempre esteve contra as instituições democráticas”.²¹⁴

Outro integrante é o coronel-aviador R/1 Gustavo Eugênio de Oliveira Borges. Conspirador da Revolta de Aragarças, em 1964, ele era secretário de Segurança Pública do governo Carlos Lacerda e apoiou o golpe civil-militar. Borges também foi diretor superintendente do *Letras em Marcha*.

O brigadeiro R/1 Carlos Affonso Dellamora, outro integrante do G.I. 31 de Março que participava do *Letras em Marcha* e do Conselho da UNDD, do qual era 1º vice-

²⁰⁸ Idem, p.171.

²⁰⁹ ARGOLLO, José. RIBEIRO, Kátia. FORTUNATO, Luís. *A direita explosiva no Brasil*. Mauad: Rio de Janeiro, 1996, p.75.

²¹⁰ Em depoimento a Paulo de Mello Bastos, com quem conviveu na Aeronáutica nos primeiros anos de oficialato, Coqueiro mandara preparar um avião para retirar de Aragarças seus companheiros revoltosos. BASTOS, P.M., *A caixa-preta do golpe de 1964. A República sindicalista que não houve*, Cidade: Família Bastos Editora, 2006, p.56.

²¹¹ *Jornal do Brasil*, 16 de novembro de 1958, p.5. Lott assumia interinamente a Força Aérea, devido à viagem do titular brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello.

²¹² MOTTA, Aricildes (coord). *1964 – 31 de Março. O movimento revolucionário e sua História*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003j. Tomo 10, p.89.

²¹³ MOTTA, 2003, p.89.

²¹⁴ BASTOS, P.M., 2006, p.53.

presidente, serviu no Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa).²¹⁵ Dellamora, assim como outros integrantes desse grupo, aparece na lista de repressores brasileiros organizada pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos.

O presidente de honra do grupo é o general R/1 Sebastião Ramos de Castro. Formado na turma de Cavalaria de 1943 da Escola Militar de Realengo, foi veterano da Força Expedicionária Brasileira. Quando do golpe militar de 1964, era chefe da 3ª seção da 6ª Região Militar, em Salvador.²¹⁶ No início da década de 1970, ele trabalhou no SNI como assessor do general Carlos Fontoura e mais tarde como assessor de gabinete do general João Baptista Figueiredo, então chefe do SNI, chegando ao generalato em 1974. No ano seguinte, Castro foi designado chefe da Agência Central do SNI, cargo que ocupou até 1978.²¹⁷

Ademais desses oficiais, participava do GI 31 de Março o coronel Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves, fundador do *Letras em Marcha*, que chegou a assumir a presidência do grupo em 1994.

O 31 de Março chegou a ter 1.260 destinatários em sua mala direta, perfazendo militares da ativa e da reserva de todas as patentes.²¹⁸ O primeiro manifesto, cujo trecho segue abaixo, foi publicado no jornal *Letras em Marcha* nas edições de junho e julho de 1989:

Convocação à União Nacional

O País atravessa um dos seus mais difíceis e tumultuados momentos históricos desde a Proclamação da República. A situação exige o máximo de empenho e dedicação não só dos homens públicos, responsáveis diretos dos destinos da nação, como, em última análise, de todos os brasileiros (...)²¹⁹

Ao longo do texto, eles revelam o principal objetivo do grupo, uma vez que estão “preocupados com as obstinadas tentativas das esquerdas radicais” em implantar um “regime de inspiração marxista”. Eles formam um “grupo de brasileiros que vêm pregar

²¹⁵ MOTTA, Aricildes de Moraes (coord). *1964 – 31 de Março. O movimento revolucionário e sua história*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003b. Tomo 10, p.105.

²¹⁶ MOTTA, Aricildes de Moraes (coord). *1964 – 31 de Março. O movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003a. Tomo 1, p.117.

²¹⁷ *Folha de São Paulo*, edição de 28 de março de 1984.

²¹⁸ Entrevista ao autor em 10 de novembro de 2008.

²¹⁹ *Letras em Marcha*, edição de junho de 1989, p.7.

a união das Forças Democráticas e lança um brado, um alerta, contra a possibilidade de vitória no primeiro pleito presidencial de candidatos socialistas”.

Além do *Letras em Marcha*, eles mantinham o boletim chamado *Informativo 31 de Março*, enviado para os membros e simpatizantes. Um dos primeiros trabalhos do grupo foi elaborar uma análise dos candidatos às eleições de 1989 e definir o perfil do candidato ideal.

Outros grupos de menor expressão

Grupo Anhanguera (1989)

Fundado em 15 de julho de 1989, em Goiânia, por oficiais da reserva, esse grupo teve pouca repercussão nos jornais da grande imprensa. Entre seus integrantes figurava o coronel de Infantaria da reserva Danilo Darcy de Sá Cunha e Melo, secretário de Segurança Pública de São Paulo entre 1970 e 1971 (época em que ocorreu a Operação Bandeirante) e que, posteriormente, ocupou o mesmo cargo em Goiás.²²⁰

Outro integrante, o coronel de Infantaria da reserva Herbert de Bastos Curado, também atuara na área de Segurança Pública, tendo sido secretário da pasta em 1980 em Goiás.²²¹

2.2.2 Os grupos de pressão formados por militares da reserva no governo Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1993-1994)

Em 1989, Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), ex-governador do estado de Alagoas, foi eleito aos 40 anos e com a legitimidade de 35 milhões de votos. Primeiro presidente da Nova República, Collor era apoiado pelos militares mais conservadores, que temiam a vitória de seus opositores Leonel Brizola (PDT) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Apesar do apoio dos conservadores, o governo Collor não correspondeu à expectativa do eleitorado tanto no meio civil quanto no meio militar.²²²

²²⁰ Grupo Anhanguera, Mais que um alerta, Goiânia, 14 de abril de 1993. *Ombro a Ombro*, edição de maio de 1993, p.6 e DOCUMENTOS REVELADOS. Lista de torturadores.

Disponível em <<http://www.documentosrevelados.com.br/nome-dos-torturadores-e-dos-militares-que-aprenderam-a-torturar-na-escola-das-americas/lista-dos-torturadores/>>. Acesso em 13 Mai. 2014.

²²¹ Ditadura militar não suportava rebeldia. *Opção*, edição 1.992, de 8 a 14 de setembro de 2013. Disponível em <<http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/ditadura-militar-nao-suportava-rebeldia>>. Acesso em 13 Mai. 2014.

²²² Vindo de uma legenda pouco conhecida, o Partido da Reconstrução Nacional (PRN), e com pouca representatividade, em pouco tempo de mandato Collor sofreria pressão do Congresso Nacional em

Nos estudos sobre relações civis e militares no Brasil, o governo de Fernando Collor de Mello é reconhecido como um ponto de inflexão, pela maneira tanto como tratou os militares quanto como lidou com a influência das Forças Armadas na burocracia, em especial nos órgãos de inteligência.²²³

Em 15 de março de 1990, seu primeiro dia de governo, Collor extinguiu o Serviço Nacional de Informações, criando em seu lugar a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Dando-lhe *status* de ministério, delegou sua direção a um civil, Pedro Paulo Leoni Ramos. Nos primeiros meses da gestão de Leoni Ramos, 144 militares foram exonerados da SAE.

Collor diminuiu a influência militar no círculo decisório ao retirar o *status* de ministro dos cargos de chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e do chefe do gabinete da Casa Militar.

Além disso, escolheu, como ministros, oficiais-generais com perfil mais discreto e sem pretensões políticas para o comando das respectivas Forças Armadas.²²⁴

Na memória dos oficiais das Forças Armadas, em especial o Exército, Collor foi o primeiro a romper com a tradicional visita presidencial na celebração da Intentona Comunista, realizada no Rio de Janeiro, esvaziando mais ainda esse ritual que preservava uma memória com discurso fortemente anticomunista dentro do Exército.²²⁵

Collor diminuiu os gastos militares, devido ao fim da Guerra Fria e à redução da percepção de ameaça dos vizinhos. No novo contexto sul-americano, com o

torno da governabilidade. O plano econômico, levado adiante pela ministra Zélia Cardoso de Mello, que teve como medida o confisco de aplicações na poupança e o congelamento de preços que se seguiu, contribuiu para minar sua popularidade. Quando uma série de escândalos de corrupção envolvendo o círculo mais próximo de Collor começou a ser divulgada, a imagem do caçador de marajás, com a qual catapultou sua campanha, foi desmoralizada.

²²³ FIGUEIREDO, L. Ministério do Silêncio, *A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula, 1927-2005*, Rio de Janeiro, Record, 2005, pp. 404-405. Segundo o autor, tanto Collor quanto Lula já haviam sinalizado o fim do SNI caso vencessem as eleições.

²²⁴ ZAVERUCHA, J. *Rumor de sabres*. São Paulo: Ática, 1994, p.209. Segundo o autor, havia suspeitas de que a decisão em suprimir o SNI era pessoal e se amparava em um relatório que aquele órgão teria feito sobre ele nas eleições. Em entrevista realizada em 2006, o general Ivan de Souza Mendes, último oficial a dirigir o órgão afirmou que Collor não fechou o SNI, apenas colocou uma pessoa de confiança, mantendo o serviço e sua estrutura. Ex-chefe do SNI diz que governo Lula surpreendeu. Revista *Consultor Jurídico*, 24 de outubro de 2006. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2006-out-24/ex-chefe_sni_governo_lula_surpreendeu/>. Acesso em 13 Mai. 2014.

²²⁵ CASTRO, C. “Comemorando a “revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros”. In: FICO, C., ARAÚJO, M.P.N., FERREIRA, M. M., QUADRAT, S.V., *Ditadura e democracia na América latina: balanço histórico e perspectivas*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008, p. 128.

desenvolvimento do que seria o Mercosul, argentinos e brasileiros não se viam mais como ameaça. Collor também pôs uma pá de cal, literalmente, no Programa Nuclear desenvolvido paralela e secretamente pelas Forças Armadas.²²⁶

Ainda no que se refere ao emprego das Forças Armadas, em que pese a situação de forte crise econômica e inquietação agravada com o confisco de março de 1990, Collor não usou os militares para conter conflitos sociais.²²⁷

O período Collor também foi marcado pelo primeiro processo de *impeachment* contra um presidente da República realizado no Brasil e pelo comportamento das Forças Armadas, que não saíram dos quartéis diante da crise.²²⁸

Em maio de 1992, a divulgação das denúncias de Pedro Collor, irmão do presidente, de que o tesoureiro da campanha, Paulo César Farias, movimentava contas em paraísos fiscais, deu início à crise política que culminou na destituição de Fernando Collor de Mello. O processo, iniciado em junho pela Câmara dos Deputados, foi finalizado em dezembro pelo Senado. O presidente, cassado e sem apoio, acabou renunciando.²²⁹

A saída de Collor não resolveu a crise. A economia do país experimentou uma hiperinflação anual de 1.200%, em torno de 4% ao dia, e o maior desafio de Itamar Franco, seu substituto, foi manter a governabilidade em uma situação de descrença política e forte desequilíbrio econômico.

Novos escândalos políticos, dessa vez protagonizados por integrantes do Congresso, vieram à tona. Durante os dois anos do mandato de Itamar, uma série de grupos de pressão política formados por militares da reserva surgiu no país. Veremos cada um deles.

²²⁶ A proporção dos gastos de defesa em relação ao orçamento foi reduzida de 5,74% (1989) para 2,53% (1990), 4,09% (1991) e 3,36% (1992). “Forças Armadas, orçamento e autonomia militar”. In: SOARES, S. A., MATHIAS, S.K. *Perspectivas*, São Paulo: Editora, 2001-2002, pp. 24-25: 85-113.

²²⁷ OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas: Papirus, 1994, p. 217.

²²⁸ Em entrevista à Globo News, Collor, sem citar nomes, revelou que foi abordado por políticos com a proposta de fechar o Congresso. Sua recusa residia na ideia de que ele era o primeiro presidente eleito depois de trinta anos. Também se recusou a difundir boletins do antigo SNI sobre os seus adversários. A sugestão de difusão dos dossiês veio de políticos que haviam perdido a eleição anterior. Segundo Collor, nos dossiês feitos pelo SNI não havia informação estratégica ou de interesse para o Estado, apenas fofocas. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=YoAGxabixvY>>. Acesso em 10 Jul.2014.

²²⁹ Veja linha do tempo do *impeachment* de Collor. *Último Segundo*. Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-05-18/veja-linha-do-tempo-do-impeachment-de-collor.html>>. Acesso em 10 Jul 2014.

Grupo Guararapes (1991)

O Grupo Guararapes foi criado em outubro de 1991 em Fortaleza e foi constituído inicialmente por 17 oficiais da reserva. Atualmente mantém uma lista de 552 militares da reserva e 1806 civis, para o qual destinam suas mensagens.²³⁰

Entre os integrantes do núcleo que constituiu o Grupo Guararapes estão militares da reserva que foram integrantes do Serviço Nacional de Informações, órgão extinto por Collor, ou que tinham algum vínculo com os oficiais da área.

Segundo um dos fundadores, o general de divisão Francisco Batista Torres de Melo, um dos motivos para a fundação do grupo de pressão foi a mudança da postura conservadora de Collor para um posicionamento de esquerda. Além disso, a presença de políticos de esquerda no governo Collor suscitou a suspeita dos rumos que o país poderia tomar.

Formado pela turma de Infantaria de 1943 da Escola Militar de Realengo, o general Torres de Melo fez o curso da Escola Nacional de Informações em 1973. O general de brigada Luciano Salgado Campos, outro integrante do grupo, foi chefe da agência do SNI em Brasília durante o governo do general Costa e Silva.

O general Euclides Figueiredo, irmão do ex-presidente e general João Batista Figueiredo, também fez parte do grupo. Entre 1964 e 1966, serviu na 2ª Seção do Estado Maior do Exército. Encerrou o seu tempo na ativa em meados da década de 1980, comandando a Escola Superior de Guerra, com sede no Rio de Janeiro.

O patrono da entidade é o general do Exército Antônio Bandeira. Falecido em 2003, esse oficial atuou na área de Informações em 1964, quando do golpe militar, articulando a Marcha da Família em Recife. Bandeira também atuou nos conflitos do Araguaia e como diretor da Polícia Federal (onde cuidava da censura).²³¹

Para conseguir o apoio da sociedade, o Grupo Guararapes enviou cartas à grande mídia e aos jornais *Ombro a Ombro* e *Letras em Marcha*. Já na primeira década do século XXI, eles criaram um site no qual difundem as ideias e mantêm uma lista de membros,

²³⁰ GRUPO GUARARAPES, Resumo do grupo, disponível em <<http://www.fortalweb.com.br/grupoguararapes/resumo-do-grupo/>>, acesso em 13 Nov 2014.

²³¹ SANTOS, E.H.J. *Extrema direita volver! Os grupos formados por civis e militares da reserva*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (PPGCP-UFF), 2009, p.29-30.

além de organizar palestras, algumas delas em quartéis, para uma plateia de militares da ativa.

Grupo Farroupilha (1992)

Fundado no dia 1º de julho de 1992 pelo coronel da reserva Aécio Kauffman Colombo da Silva, em Porto Alegre, trata-se do primeiro grupo de pressão formado por militares da reserva, entre os pesquisados no Brasil, cuja liderança foi exercida por um oficial cassado pelo regime militar.²³²

A criação do grupo se insere no panorama de crise política advindo no governo Collor, devido à preocupação de seus integrantes com as consequências da crise para as Forças Armadas e com a defesa da Constituição e das Instituições.

Seus manifestos eram distribuídos para a imprensa e alguns deles divulgados na íntegra pelo *Ombro a Ombro*. Kauffman também atuou no Grêmio Beneficente do Exército, instituição que anunciava nesses jornais. O seu grupo reunia em torno de cem militares da reserva.²³³

Grupo Inconfidência (1993)

O grupo Inconfidência foi criado em 1º de agosto de 1993 em Belo Horizonte e constituído inicialmente por sessenta militares da reserva. Apesar de o estatuto de fundação defender a preservação da sociedade, do Estado de Direito, da soberania nacional e de temas como a família e a ordem social e institucional, em seus manifestos iniciais eles demonstram preocupação com a situação das Forças Armadas e com a moralização da política.²³⁴

O Inconfidência é dirigido pelo tenente-coronel da reserva Carlos Cláudio Miguez, da turma de 1955 da Aman. O coronel Waldir Abbês é o vice-coordenador do grupo. Ambos serviram às Forças Armadas como jovens oficiais em 1964. O grupo mantém, sob a direção de Miguez, um jornal de tiragem mensal, *Inconfidência*, pelo qual buscam

²³² Segundo entrevista ao autor, Kauffman, na época do golpe de 1964, era capitão e se posicionava a favor do governo constituído. Em 1961, ele fora enviado para avisar o então vice-presidente João Goulart sobre a possibilidade de um atentado. Para os interessados, há uma lista com os oficiais que foram cassados após o golpe e pode ser conferida em OLIVEIRA. P.A.M. Atos Institucionais. Sanções Políticas. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, Brasília, 2000. Disponível em <<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2011/04/atosinstitucionais.pdf>>. Acesso em 04 Nov. 2014.

²³³ Grupos independentes agem em todo o país, *O Globo*, edição de 11 de junho de 1993, p.4.

²³⁴ Grupo Inconfidência, Quousque tandem...? Até quando? *Ombro a Ombro*, edição de agosto de 1993, p.3.

difundir o discurso às escolas públicas de Minas Gerais e às escolas militares de todo o Brasil.

Um dos articulistas do *Inconfidência* é o coronel da reserva Jarbas Passarinho, oficial que logo depois do golpe de 1964 assumiu o governo do Pará. Senador por três mandatos, Passarinho foi ministro de Estado nos governos de Costa e Silva, Geisel, e Collor.²³⁵ Contribui também para o diário o general de brigada da reserva Marco Antônio Felício da Silva, que serviu como analista do Centro de Informações do Exército e no gabinete do ministro de Exército Leônidas Pires Gonçalves, em meados da década de 1980.²³⁶ O coronel da reserva Manoel Soriano Neto, historiador militar, é também um de seus colaboradores.

Outros grupos de menor expressão fundados no período

Além dos grupos de pressão apresentados, surgiram outros tipos de grupos formados por militares da reserva, cujo objetivo não era claro. Muitos advogavam pela moralização da coisa pública, mas sem definir grandes interesses.

Outros eram grupos de estudos e aderiam aos manifestos dos principais grupos de pressão seja por proximidade de ideias, seja por corporativismo.

Existiram também movimentos voltados à formação de um partido, que saem do nosso escopo de grupo de pressão. Apresentaremos sucintamente cada um deles.

Centelha Nativista/ Movimento Nativista (1969/1994)

O movimento, formado em 1969 pelo general Hélio Duarte Pereira Lemos, retornou às atividades em 1994 e criou um núcleo de estudos, no qual se dedicavam à análise das questões nacionais. Também fundaram a revista *Farol*.²³⁷

Era constituído por militares que serviram à Brigada Paraquedista.²³⁸

²³⁵ PORTAL DOS SENADORES. Senado Federal. Disponível em <http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1764&li=48&lcab=1987-1991&lf=48/>. Acesso em 13 Mai. 2014.

²³⁶ HERDY, T. General que escreveu manifesto não teme ser punido por Amorim. *O Globo*, 9 de março de 2012. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/pais/general-que-escreveu-manifesto-nao-teme-ser-punido-por-amorim-4265503>>. Acesso em 13 Mai. 2014.

²³⁷ SANTOS, 2009, p.146.

²³⁸ De acordo com a revista *Veja*, o grupo teria tentado impedir a decolagem da aeronave que levaria para o exílio os presos políticos trocados pelo embaixador norte-americano Charles Elbrick, sequestrado pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) em 1969. “Os diferentes rostos da esquerda radical”. *Veja*, 8 de abril de 1981, p.21.

Conselho de Mobilização Nacional (1992)

Fundado pelo general Euclides Figueiredo após a divulgação das informações do caso PC Farias, tornou-se conhecido pela imprensa por ter enviado um manifesto no qual pediam um golpe militar.²³⁹

De acordo com o *Jornal do Brasil*, o conselho, presidido pelo empresário Placidino Guerieri Brigagão, à época e sua fundação contava com militares da reserva e da ativa, ex-alunos da Escola Superior de Guerra, dirigentes da maçonaria, do Rotary Club e do Lions Club. Além disso, recebia o apoio do ex-presidente João Baptista Figueiredo, do general Sebastião Ramos de Castro (integrante do Grupo Independente 31 de Março) e do general Jonas Correia Neto (ex-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas).²⁴⁰ O general Euclides, assim como outros integrantes, também apoiava os demais grupos constituídos.

Grupo Araucária (1993)

Com sede em Curitiba, o movimento foi fundado pelo coronel da reserva Mario Stadler de Souza no dia 31 de março de 1993. Tornou-se conhecido na imprensa pelo teor de seus manifestos. Em um deles, acusavam os políticos de “corruptos, vadios e incompetentes”.²⁴¹ Segundo a *Folha de São Paulo*, o grupo era formado por oficiais (24 coronéis, seis tenentes-coronéis, um major, um capitão e um tenente), cuja maioria exerceu comando de tropa nos governos Geisel e Figueiredo.²⁴²

Grupo das Bandeiras (1993)

Foi criado em 1993, em São Paulo, pelo advogado e pecuarista Antônio José Ribas de Paiva. O general da reserva do Exército Antônio Ferreira Marques, que atuou contra a Intentona Comunista e os integralistas, era um dos coordenadores. Costumavam reunir cinquenta oficiais da reserva em suas reuniões. O grupo chegou a defender em 1994 a *fujimorização* do país.²⁴³

²³⁹ Grupos independentes agem em todo o país, *O Globo*, 11 de junho de 1993, p.4.

²⁴⁰ Generais defendem *impeachment*. *Jornal do Brasil*, 5 de setembro de 1992, p.2.

²⁴¹ Militares chamam políticos de vadios, *O Globo*, 3 setembro de 1993, p.4.

²⁴² Oficiais da reserva criticam políticos pela falência do Estado. *Folha de São Paulo*, 4 de junho de 1993, p.1-4. Segundo a nota, o ministro do Exército afirmou que o grupo não era porta-voz da instituição. O deputado Roberto Freire, por sua vez, criticou o movimento, ao dizer que eles não estavam acostumados com o contraditório da democracia.

²⁴³ SANTOS, 2009, p.33.

Grupo Potiguar (1993)

Fundado em 2 de julho de 1993, em Natal, pelos coronéis da reserva José Renato Leite e Dagoberto Félix de Araújo Bezerra Galvão. A intenção desses oficiais era criar um movimento cívico para salvação nacional. Reunia em torno de sessenta militares nessa época.²⁴⁴

Grupo Cabanos (1993)

Formado em Belém, teve seu primeiro manifesto divulgado em 15 de agosto de 1993. Nele, conclamava os brasileiros para buscar uma solução para a anarquia.

Grupo Estácio de Sá (1994)

Fundado no Rio de Janeiro pelo general da reserva Hélio Ibiapina Lima, o grupo era constituído, de início, por 12 oficiais, passando a 55 membros em pouco tempo. Seu principal meio de comunicação era o envio de mala direta com mais de 1.400 nomes.

Ibiapina formou-se na turma de 1940 da Escola Militar do Realengo, na arma de Engenharia, e fora um dos “coronéis do IPM” no início do regime militar, atuando na área do 4º Corpo de Exército. O general também fazia parte do Grupo Independente 31 de Março e colaborava com os jornais *Letras em Marcha* e *Ombro a Ombro*.²⁴⁵

Instituto Cata-vento (1994)

Fundado pelo coronel da reserva Péricles da Cunha, em Porto Alegre, voltava-se ao estudo do emprego das Forças Armadas no país. Se distinguia dos demais grupos pela ausência do discurso anticomunista e pela defesa de interesses voltados à transformação do Exército. Em uma entrevista ao *Jornal do Brasil*, o coronel Cunha afirmou o Exército deveria ser utilizado em duas frentes, uma institucional, que era a preparação para a guerra e outra, que era no apoio no combate à miséria. Ele também disse que a instituição carecia de força política pois não havia mais líderes militares e sim chefes. Por suas declarações à imprensa sobre o papel que ele atribuía ao Exército, foi criticado pelos jornais *Letras em Marcha*, *Ombro a Ombro*, pelo general Francisco Batista Torres de Mello, do grupo Guararapes e pelo *Noticiário do Exército*.²⁴⁶

²⁴⁴ Idem, pp.32-33.

²⁴⁵ O principal objetivo de Ibiapina era vencer as eleições do Clube Militar, o que de fato conseguiu. Com o general no cargo, a revista do Clube passou a publicar artigos sobre 1964, como veremos.

²⁴⁶ O oficial defendia que os maiores inimigos eram a fome e o analfabetismo e sugeria a criação de um contingente que constituiria Exército de Paz – destinado a combater a fome e a miséria, atuando em obras emergenciais e apoiando regiões inóspitas, enquanto outro contingente se constituiria no Exército profissional e bem-equipado. CUNHA, P. *Os militares e a guerra social*. Porto Alegre: Artes e ofícios, 1994.

As crises do impeachment e do orçamento e a atuação dos grupos de pressão formados por militares da reserva

O controle da inflação fora uma das promessas de campanha de Fernando Collor de Mello. Para resolver o problema, a ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello, aplicou em março de 1990 o confisco da poupança de toda a população e anunciou o congelamento dos salários dos funcionários públicos até o fim daquele ano, causando reação entre militares da ativa e da reserva.²⁴⁷

Com o Plano Collor, o debate sobre o reajuste dos militares, na pauta desde o governo Sarney, ganhou nova dinâmica.²⁴⁸ Em junho de 1990, o jornal *Ombro a Ombro* lançou o editorial “Negociação salarial e Forças Armadas” no qual criticava a afirmação de fontes do governo de que o reajuste dos salários deveria seguir os caminhos da livre negociação.

Na primeira metade de 1991, estava claro o descontentamento dos militares com a questão salarial. No fim de junho, uma reportagem do *Jornal do Brasil* revelava que os praças da Aeronáutica andavam se associando para reivindicar melhores salários. Nos Clubes Militares e nos Clubes de Subtenentes e Sargentos, as chapas que prometiam lutar pelos salários venciam as eleições. Paralelamente, três grupos de pressão política formados por militares da reserva – o Grupo Independente 31 de Março, o Movimento de Salvação Nacional e o Centelha Nativista – vinham, desde abril, distribuindo panfletos para a tropa e ofícios para os Clubes Militares com protestos ao governo. Um dos panfletos, do Movimento de Salvação Nacional, tinha a imagem do presidente Collor na força e a mensagem de que iam “fuzilar a quadrilha tecnocrata comunista que serve à Presidência da República”.²⁴⁹

Em julho, o *Jornal do Brasil* publicou uma entrevista feita pelo repórter Aziz Filho com integrantes do Grupo Independente 31 de Março. Os militares da reserva elaboraram um documento pelo qual denunciavam “a desprofissionalização e a campanha de descrédito das Forças Armadas”. O documento tinha como alvo os ministros militares e os congressistas, e alertava para o crescimento de organizações paralelas nos quartéis, alimentadas pelo sentimento de frustração e escassez de verbas. Ainda na entrevista, o

²⁴⁷ ZAVERUCHA, J. *Frágil democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.71.

²⁴⁸ Os gastos com defesa, incluindo o pagamento de pessoal, chegaram ao seu menor nível em 1990 (2,53%). SOARES, MATHIAS, 2001-2002.

²⁴⁹ PEDROSA, F. Queda da MP aumenta a insatisfação nos quartéis. *Jornal do Brasil*, 30 de junho de 1991, p.5. ZAVERUCHA, op. cit., p.76.

general Sebastião Ramos de Castro esclarecia ao repórter que o grupo não elaborava documentos em defesa dos salários e que se preocupava apenas com a dotação orçamentária das Forças Armadas.²⁵⁰

Durante a crise que culminou no *impeachment* do presidente Collor, o Grupo Guararapes foi um dos noticiados na imprensa por seus manifestos. Inicialmente, esses documentos eram de tom moderado e apoiavam uma saída legal para crise. Em julho de 1992, a coluna de Jânio de Freitas na *Folha de São Paulo* mostrou trechos de um manifesto do grupo, então constituído por sete generais, dois brigadeiros e quarenta oficiais da reserva, no qual reforçavam sua crença numa solução constitucional para o desfecho da situação. A moderação do movimento e sua relativa representatividade eram interpretadas por aquele colunista como sinal de que não haveria uma quebra institucional.²⁵¹

No ano seguinte, com a saída de Collor da Presidência, as denúncias de irregularidades no Congresso Nacional deram o tom do clima de insatisfação política e a tal moderação dos grupos de pressão política deu lugar a um discurso mais radical de moralização. O jornal *Ombro a Ombro* iniciou, em abril, uma mobilização em prol da união nacional a fim de que os leitores elegeassem candidatos identificados com a “família militar”. Cabe lembrar que alguns dos frequentes colaboradores da publicação eram ou passariam a ser os líderes dos grupos que se formaram no período. Em julho, o periódico publicou manifestos dos grupos Guararapes e Araucária.

Em agosto, foram realizadas reuniões no Clube Militar, uma na Lagoa e outra no Centro, às quais compareceram militares da reserva de outros grupos. Segundo o *Jornal do Brasil*, nove grupos formados por militares da reserva participaram do encontro organizado pelo Grupo Independente 31 de Março. Do Rio de Janeiro, além deste, estavam o Conselho/Movimento de Salvação Nacional, o Centelha Nativista e a União Nacional de Defesa da Democracia (UNDD). De Fortaleza, veio o Grupo Guararapes; de Natal, o Grupo Potiguar; de São Paulo; o Grupo das Bandeiras; de Campinas, o Grupo Bandeirantes; de Curitiba, o Araucária; e de Porto Alegre, os grupos Farroupilha e Cata-

²⁵⁰ FILHO, A. Oficiais alertam para a atuação de facções nos quartéis. *Jornal do Brasil*, 7 de julho de 1991, p.4. Segundo a reportagem, eles também denunciaram as intenções do grupo Centelha Nativista em realizar um atentado contra o presidente Collor. Porém, em carta publicada no dia 11 de julho, eles negaram a versão do jornal. *Jornal do Brasil*, 11 de julho de 1991, p.10.

²⁵¹ FREITAS, J. A clara posição deles. *Folha de São Paulo*, 18 de julho de 1992, p.1-5.

vento. O brigadeiro Ivan Frota, pré-candidato à Presidência, e o ex-ministro da Justiça Armando Falcão também estavam presentes.²⁵²

O tema “Intervenção Militar”, um dos pontos debatidos, foi levantado pelo general Castro, do Grupo Independente 31 de Março. O general Torres de Melo, do Grupo Guararapes, chegou a afirmar que, no Nordeste, muitos lhe perguntavam por que os militares ainda não tinham tomado conta do país. O general Euclides Figueiredo, do Conselho/Movimento de Salvação Nacional, disse à imprensa que, se Lula vencesse as eleições de 1994, ocorreria um golpe. Por sua vez, Castro descartou qualquer hipótese de emprego das Forças Armadas.

No documento do Grupo Independente 31 de Março sobre o encontro, era clara a divisão:

Restou no ar, no entanto, na maioria dos presentes, a indagação: o que fazer, afinal? Como se configuraria, no plano constitucional, por semelhança, a figura da “legítima defesa putativa”? Como voltar a viver em regime de exceção? Como evitar novo fracasso eleitoral para a Democracia, especialmente quando os que anunciam veladamente, desde já, como candidatos, não têm a menor qualificação, moral ou administrativa, para exercer o cargo máximo, e necessariamente político, de presidente da República?

253

Também nesse documento ficou clara a percepção que eles tinham sobre as atividades de pressão política. Para melhorar a eficiência, eles buscariam mais espaço na mídia para expor suas ideias.²⁵⁴

Como constituir-se, o G.I. [Grupo Independente 31 de Março], em grupo de pressão política a exercer influência para que ela não seja frustrada muito preocupou a todos, assinalando-se que não basta que o indivíduo membro se constitua em “fermento” em

²⁵² O brigadeiro Ivan Frota, logo de sua ida para a reserva, criou, em agosto de 1993, o Movimento de Democracia com Dignidade, cujo objetivo era formar um núcleo partidário para as eleições de 1994. BRAGA, T. Golpe levaria país à guerra civil. *Jornal do Brasil*, 15 de agosto de 1993, p.13.

²⁵³ Informativo Especial nº7, Grupo Independente 31 de Março, Ago/Set 1993, p.4.

²⁵⁴ O político que contava com a maior rejeição dessas entidades, o então candidato à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva, ao falar dos militares que haviam classificado o Partido dos Trabalhadores como “perigo vermelho”, afirmou tratar-se de meia dúzia de militares de pijama que não sabiam que o tal perigo vermelho havia acabado com a queda do muro de Berlim. SHOLL, D. Ameaça de golpe não assusta, *Jornal do Brasil*, 24 de agosto de 1993, p.3. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, o general da reserva Nelson Werneck Sodré ressaltou que quem definia a conduta das Forças Armadas eram os ministros militares e não considerava os grupos formados naquele período como representativos. SHOLL, D. Perigo Vermelho versão 94, *Jornal do Brasil*, 20 de agosto de 1993, p.5.

seu campo de relacionamento, mas o todo se manifeste de maneira objetiva e eficaz. Conclamaram-se também os representantes dos demais grupos a que não se manifestem apenas em suas bases, mas que, também, a exemplo do que o G.I. fará, elaborassem um rol de medidas, sugestões e, especialmente, correção de rumos, a serem oferecidos a todos os congressistas ainda dignos desse nome.²⁵⁵

Em setembro de 1993, em uma reunião com trezentas pessoas em Curitiba, o Grupo Araucária, apesar de ter defendido uma solução democrática para a crise, não descartou o emprego das Forças Armadas.²⁵⁶

Em outubro de 1993, os jornais revelaram o esquema de manipulação de emendas parlamentares para desvio de dinheiro, fato que ficou conhecido como “Escândalo do Orçamento”. O episódio mostrou que a crise política do país não fora completamente afastada com o *impeachment*.

Em dezembro de 1993, o Grupo Guararapes enviou ao presidente Itamar Franco um manifesto pedindo que ele convocasse as Forças Armadas e, por um ato institucional, interviesse nos demais poderes. No mesmo mês, o Movimento de Salvação Nacional distribuiu por todo o país um *fax* no qual pedia a renúncia de Itamar Franco, a instauração de um triunvirato militar, o fechamento do Congresso e a convocação de uma Assembleia Constituinte.²⁵⁷ Depois disso, oito grupos de militares da reserva se reuniram no Clube Militar para discutir a situação do País.

As reuniões entre grupos de pressão de militares da reserva causaram apreensão ao presidente da Câmara, o então deputado Inocêncio Oliveira, do Partido da Frente Liberal (PFL). Ele se encontrou, entre outubro e dezembro, com os ministros militares para avaliar a situação. O ministro da Justiça Maurício Corrêa revelou à imprensa que o presidente Itamar Franco havia sido sondado por essas entidades sobre a possibilidade de *fujimorização* – ou seja, um golpe de Estado – com o fechamento do Congresso e a manutenção do presidente no poder –, como ocorrido no Peru.²⁵⁸

Paralela à crise política, havia a inflação, que registrava variação de 4% ao dia, o que acirrava ainda mais os protestos contra o governo. Em março de 1994, a equipe econômica do ministério da Fazenda implantou a Unidade Real de Valor (URV), um

²⁵⁵ Informativo nº 7, Grupo Independente 31 de Março, Ago/Set 1993, p.4.

²⁵⁶ Oficiais da reserva discutem apoio em 94, *Folha de São Paulo*, 3 de setembro, p.4.

²⁵⁷ Militares inquietos, *Jornal do Brasil*, 8 de dezembro de 1993, p.5.

²⁵⁸ Câmara quer ouvir Corrêa sobre o golpe. *Jornal do Brasil*, 7 de janeiro 1994, p.3.

índice confiável pelo qual era medida a queda do poder de compra do cruzeiro real. Para garantir uma correção monetária mais eficiente, os salários do funcionalismo público passaram a ser reajustados em função da URV.

O que poderia ser uma boa notícia gerou novo desgaste, quando se soube que o Supremo Tribunal Federal (STF) interpretou o decreto da URV de outra forma, permitindo que seus membros e os congressistas tivessem vantagem sobre o funcionalismo público em geral e sobre os militares em particular. Tal decisão, somada aos vetos, enfraquecia a proposta de isonomia salarial entre os três poderes e causou forte insatisfação entre os militares da reserva e da ativa, a ponto de o presidente Itamar Franco convocar uma reunião com os comandantes militares.

A posição dos grupos de pressão política formados por militares da reserva era de apoio ao presidente e de rechaço aos demais poderes constituídos. A questão mal resolvida da isonomia salarial ampliou a descrédito desses militares com a democracia vigente, radicalizando o discurso para uma solução *manu militari*.

Descontentes com a situação e dispostos a pressionar, alguns grupos de pressão formados por militares da reserva confeccionaram panfletos que foram enviados às fileiras e também à Secretaria de Assuntos Estratégicos. Nas reuniões com o presidente, era comum, segundo noticiava a imprensa, que o secretário da pasta, o almirante da reserva Mário César Flores, informasse ao presidente sobre esses manifestos. Nesse mês, o Grupo Guararapes defendeu que o ministro Jarbas Passarinho, coronel da reserva, assumisse a Presidência interinamente.²⁵⁹ Em outro manifesto, o grupo pedia o fechamento do Congresso Nacional, a convocação de eleições e a substituição dos juízes do STF.²⁶⁰ O Grupo Cata-vento, de Porto Alegre, instou o presidente a fechar o Congresso e a criar uma Comissão Especial de Investigação.²⁶¹

Itamar Franco, ciente da insatisfação entre os militares da ativa e da reserva, acabou não autorizando datas diferentes de reajuste, diminuindo a crise.

Como não está no escopo dessa tese medir a influência desses grupos, fica registrado, para trabalhos posteriores, o fato de que o general Torres de Melo, do Grupo Guararapes, acabaria sendo convidado pelo presidente para fazer parte da Comissão

²⁵⁹ LIMA, M. Não há paralelo com 1964, *O Globo*, 27 de março de 1994, p.10.

²⁶⁰ Três horas de tensão. *Jornal do Brasil*, 21 de março de 1994, p.3.

²⁶¹ BRAGA, T. Informe JB, *Jornal do Brasil*, 23 de março de 1994, p.6.

Especial de Investigação cujo objetivo era apurar as irregularidades em relação ao orçamento no governo Collor. Itamar Franco lançou-a em fevereiro de 1994, após a crise de dezembro, e escolheu como presidente o general da reserva Romildo Canhim, que, além de secretário de Administração Financeira (pasta com *status* de ministério), fora ministro interino da Integração Regional.²⁶²

Ainda em relação ao poder de agenda desses grupos, cabe lembrar um manifesto do Movimento Nativista, do general Hélio Lemos, que se posicionava contra a proposta de reforma constitucional. Publicado em janeiro de 1994, no *Jornal do Brasil*, o documento tinha a adesão de personalidades como o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, da Associação Brasileira de Imprensa (ABI); Dom Luciano Almeida, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Aziz Ab'Saber, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); o ex-vice-presidente Aureliano Chaves; o líder estudantil Lindberg Farias; o arquiteto Oscar Niemeyer; o general Nelson Werneck Sodré; a atriz Lucélia Santos; os reitores da Universidade Federal Fluminense (UFF), da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), entre outros.²⁶³

Outro indício interessante, como bem lembra Jorge Zaverucha, é que o governo de Itamar Franco foi pontuado pela nomeação de militares para cargos de confiança: a Secretaria de Assuntos Estratégicos ficou sob direção do almirante da reserva Mário Cesar Flores; a Secretaria de Administração Financeira, a cargo do general da reserva Romildo Canhim; a Polícia Federal, sob o comando do coronel da reserva Wilson Romão, entre outros.²⁶⁴

O presidente vinha buscando o apoio dos militares da reserva desde que assumiu o governo, como uma forma de blindar a sua administração à opinião pública, devido aos ataques da oposição e à proximidade das eleições.

Por outro lado, um fator que demonstra certa fraqueza desses grupos de pressão formados por militares da reserva em impor suas agendas foi a incapacidade de eleger candidatos favoráveis à causa. O jornal *Ombro a Ombro* empreendeu uma campanha para a formação de uma bancada militar no Congresso, para que Forças Armadas, militares da ativa e da reserva tivessem uma voz que os representasse. A campanha do *Ombro a*

²⁶² Comissão Especial só assume em fevereiro. *Folha de São Paulo*, 25 de janeiro de 1994, p.4.

²⁶³ MOVIMENTO NATIVISTA, Ao povo brasileiro: em favor da democracia e em defesa da nação ameaçada. *Jornal do Brasil*, 19 de janeiro de 1994, p.13.

²⁶⁴ ZAVERUCHA, J. Itamar e os militares. *Jornal do Brasil*, 14 de janeiro de 1994, p.11.

Ombro, em que pese contar com o apoio de diversos grupos espalhados pelo país, não logrou sucesso. Os candidatos sugeridos pelos leitores, salvo engano, não conseguiram vencer as eleições.

2.2.4 Os grupos de pressão formados por militares da reserva no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003)

Com o sucesso do Plano Real, o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, conseguiu o apoio da população para se tornar presidente da República nas eleições de 1994. Antes mesmo de eleito, a crise econômica já havia sido resolvida com a implantação da nova moeda. A estabilidade do real ajudou a diminuir o desgaste político e, com a proximidade das eleições, a atividade dos grupos de pressão formados por militares da reserva ganhou outro foco.

Com relação aos militares da reserva, o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso foi marcado pela implementação da política de Defesa Nacional, a primeira adaptação formal na área para os novos tempos após o fim da Guerra Fria, além da política de direitos humanos, com a criação da Comissão de Desaparecidos e da Secretaria Especial de Direitos Humanos.²⁶⁵ No segundo mandato, os fatos mais marcantes que interessam a este trabalho foram a criação do ministério da Defesa, a criação da Comissão de Anistia, a exaustão do modelo de privatizações e a redução dos gastos públicos.

A questão da apuração dos crimes cometidos pelos integrantes das Forças Armadas motivaria a fundação de novos grupos de pressão formados por militares da reserva que se juntariam aos existentes para angariar apoio da sociedade e pressionar o governo a aceitar suas agendas.

Veremos agora cada um desses grupos:

Grupo Terrorismo Nunca Mais (1998)

O movimento começou a ser organizado em 1995, no primeiro ano de mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, mas só foi formalizado como entidade jurídica três anos depois, no dia 25 de julho de 1998, data do 32º aniversário do atentado ao aeroporto de Guararapes, no qual foram mortos o almirante Nelson Gomes Fernandes e o jornalista Edson Régis de Carvalho.

O nome do grupo é uma referência clara ao livro *Brasil: Nunca mais* e à organização Tortura Nunca Mais, que denunciaram os militares envolvidos em crimes de lesa-

²⁶⁵ A Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos não tinha o poder de investigar a autoria do crime.

humanidade da época da ditadura. Nesse sentido, o maior interesse do Ternuma, como o grupo ficou conhecido, era sensibilizar a sociedade para a versão dos militares envolvidos nos acontecimentos da ditadura. Como estratégia de persuasão, o Ternuma não somente defendia os militares, mas também mostrava os crimes cometidos pelas organizações da esquerda daquele período.

O grupo costuma reunir em torno de 150 integrantes, entre militares da reserva e civis, e envia 3 mil cartas para seus membros em todo o Brasil.²⁶⁶

O Ternuma passou a ficar conhecido pela imprensa em 2000, quando da criação do website. Além dos relatos sobre os crimes perpetrados pelas organizações de esquerda, havia um *index* com o nome dos funcionários da administração pública presentes no governo que teriam feito parte da militância armada.²⁶⁷

Durante 12 anos, o Ternuma funcionou nas dependências do Clube Militar, no Rio de Janeiro, quando foi presidido pelo coronel da reserva Juarez de Deus Gomes da Silva. Este oficial, que, em 1964, era capitão, fora preso por conspirar contra o presidente João Goulart, dando apoio ao governador Carlos Lacerda.²⁶⁸ Em 1988, já na reserva, fez parte da diretoria da UNDD.

A partir de 2011, a sede do grupo foi transferida para a sucursal em Brasília, cuja direção foi assumida pelo general da reserva Valmir Fonseca Azevedo Pereira, formado na turma de 1964 da Aman.

Outros grupos de menor expressão

Grupo Catarina (1996)

Fundado no dia 5 de outubro de 1996 em Florianópolis, o grupo teve como primeiro presidente o general de brigada da reserva Abdon Senna. Na ativa, o oficial fora comandante da 6ª Região Militar, entre 1969 e 1971, e da 1ª Região Militar, entre 1972 e 1974. Chegaram a compor o Grupo Catarina oitenta militares da reserva, entre eles oficiais das três Forças, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

O objetivo do Grupo Catarina era “rebatêr as ofensas, apresentar a verdade sobre os fatos e impedir que a imagem das Forças Armadas fosse denegrída perante o povo”.²⁶⁹

Grupo Quero-Quero (2001)

²⁶⁶ TORRES, S. Grupo quer investigar esquerda. *Folha de São Paulo*, 23 de outubro de 2000, p.6.

²⁶⁷ Idem.

²⁶⁸ SANTOS, 2009, p. 46.

²⁶⁹ Idem, p. 44.

Constituído no dia 27 de março de 2001, em uma reunião no auditório do Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército, em Porto Alegre, o grupo tinha o apoio de duzentos integrantes, entre civis e militares da reserva. Era presidido pelo general de brigada da reserva José Apolônio Fontoura Rodrigues Neto e coordenado pelo coronel da reserva Abel Monteiro.

A atuação dos grupos de pressão política formados por militares da reserva no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003)

Durante o governo FHC, os grupos de pressão política formados por militares da reserva deram especial atenção à construção da memória. Esse período foi marcado pela implementação da política de Direitos Humanos e o resgate da memória dos presos políticos.

Em 1995, o coronel Armando Avólio Filho, então adido militar na Inglaterra, foi acusado pela Anistia Internacional e pela organização *America's Watch* de ser um dos oficiais que praticaram tortura no regime militar. Atendendo à pressão dessas entidades, o presidente exonerou o coronel Avólio do cargo, o que causou revolta entre os militares da reserva.

No mesmo ano, o governo instituiu a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, cujo objetivo era apurar as vítimas do Estado entre 1961 e 1988. Novos esforços para elucidar o que ocorreu no passado vieram em 1996, com a reabertura do inquérito da morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Mais polêmica viria com o anúncio de que familiares dos mortos e desaparecidos políticos – entre eles, a família de Carlos Lamarca – seriam beneficiadas pelo governo.

Diversos grupos de pressão reagiram contra a decisão. Desde 1994, o Grupo Inconfidência, de Belo Horizonte, publicava um jornal para divulgar sua agenda. Quando a notícia da investigação da morte de JK veio à tona, eles distribuíram folhetos e jornais pela cidade. Neles, Serafim Jardim, ex-assessor de JK e então chefe de gabinete do governador Eduardo Azeredo, foi chamado de “imbecil que se promove à custa do acidente que vitimou JK”, entre outras acusações constrangedoras.²⁷⁰

O jornal *Ombro a Ombro* dedicou matérias depreciativas ao ex-capitão do Exército Carlos Lamarca e publicou editoriais elogiosos ao coronel Armando Avólio. O Grupo Estácio de Sá chegou a enviar uma carta de apoio ao ex-adido militar.²⁷¹ Também

²⁷⁰ LANA, F. Militares reagem, *Jornal do Brasil*, 4 de julho de 1996, p.10.

²⁷¹ BUENO, S. Anistia Unilateral, *Ombro a Ombro*, edição de julho de 1995, p. 3.

em 1996, com a vitória do general da reserva Hélio Ibiapina de Lima, líder do grupo Estácio de Sá, nas eleições do Clube Militar, houve uma reformulação da revista da entidade. A publicação passou a relatar a história recente do país, no período compreendido entre a renúncia de Jânio Quadros e o fim do regime militar. A iniciativa conseguiu apoio do então ministro do Exército, o general Zenildo Zoroastro de Lucena, que, em 1997, enviou uma carta de congratulações a Ibiapina, na qual criticava o teor dos livros de história.²⁷²

Em junho de 1998, o Grupo Inconfidência passou a publicar um especial anual, chamado por eles de “comunicação da educação”, no qual criticavam o viés dos livros didáticos que lidavam com o passado recente do país. O material, com tiragem de milhares de exemplares, era enviado para as escolas públicas de Minas Gerais e para os estabelecimentos militares de ensino.

Cabe lembrar que nos jornais *Ombro a Ombro* e *Letras em Marcha* eram recorrentes os artigos em homenagem à “Revolução de 1964” e aos mortos na Intentona Comunista. Porém, a partir do momento em que o governo valorizava a política de Direitos Humanos, os militares da reserva consolidaram um projeto de memória com forte grau de institucionalização. O Clube Militar, embora cada vez mais vazio pela redução do número de associados e cada vez menos representativo sobre o que pensavam os militares da ativa, passou a ser o local onde esses militares da reserva organizariam uma espécie de “projeto-verdade” para se contrapor às versões da imprensa e dos livros de história sobre a atuação das Forças Armadas durante a ditadura. A proposta, apresentada pelo coronel da reserva Luiz Guilherme Bastos Sodré de Castro, se transformaria, em junho de 1999, na portaria que autorizava a constituição do projeto de História Oral do Exército.²⁷³

Em 2001, foi criada a Comissão de Anistia, responsável pelo reconhecimento e indenização das vítimas do Estado impedidas de exercer atividades econômicas pelo governo militar.

²⁷² SANTOS, 2009, p.70.

²⁷³ Essa medida foi realizada no último dia de funcionamento do ministério do Exército. A partir de então, entrou em vigor, no Brasil, com certo atraso em relação aos vizinhos sul-americanos, o ministério da Defesa, que seria alvo de críticas desses grupos. CARDOSO, L. C. Os discursos de celebração da ‘Revolução de 1964’. *Revista Brasileira de História*, vol. 31, nº 62, pp,132-133 e CASTRO, C. Comemorando a ‘revolução’ de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros. In: FICO, C. et al (orgs.), *Ditadura e democracia na América Latina: Balanço histórico e perspectivas*, Ed.UFRJ: Ed.FGV: Rio de Janeiro, 2008.

2.2.5 Os grupos de pressão política formados por militares da reserva no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)

Depois de perder três eleições consecutivas, Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu obter a maioria dos votos no pleito de 2002. O desgaste do modelo econômico de tendências neoliberais de Fernando Henrique Cardoso produziu uma sensação de abandono em áreas importantes do funcionalismo como a Defesa, a Saúde e a Educação. A perda do poder de compra do real, devido à fuga de capitais nos Tigres Asiáticos, na Rússia e no México, também afetou a principal bandeira da campanha do ex-presidente: a estabilidade da moeda. Com isso, o programa eleitoral do Partido dos Trabalhadores ampliou a aceitação e passaria ser tolerado até entre alguns grupos de pressão de militares da reserva.

O primeiro mandato de Lula não apresentou rupturas em relação à política monetária do governo anterior, o que causou alívio aos mais refratários à sua posse. Porém, em áreas como o investimento público, houve mudanças significativas, como o incentivo ao mercado interno. Na política externa, foi notório o esforço de inserção do país na arena internacional.

Em relação às Forças Armadas, o governo promoveu um grande destaque ao ministério da Defesa, estabelecendo, em 2005, uma política de defesa nacional, mais detalhada e menos genérica que a da gestão anterior. Em 2008, foi formulada a Estratégia Nacional de Defesa (END), que, somada à lei complementar de 2010, ampliou o poder de decisão dos civis sobre as Forças Armadas. Além disso, promoveu um novo impulso para a indústria nacional de Defesa e para a inserção acadêmica nos estudos de área, baseado em uma lógica de simbiose da sociedade civil com a Defesa.²⁷⁴ Assim foi dado início a um programa de rearmamento e transferência de tecnologia militar, cuja meta era a construção de um submarino nuclear, a aquisição de novos aviões de caça e a inclusão de novos veículos blindados.

Apesar desses avanços, o governo Lula foi alvo de grupos de pressão formados por militares da reserva não somente por ser o velho adversário deles, mas por conta de certos aspectos do mandato, como a descoberta do esquema de compra de votos dos

²⁷⁴ De acordo com Samuel Alves Soares, a END sistematizou o pensamento brasileiro sobre a Defesa e deu condições para a convergência entre a defesa e a diplomacia. SOARES, S. A. A Defesa na política externa na era Lula: de uma defesa elusiva a uma liderança proclamada. In: FREIXO *et al* (Orgs). *A política externa brasileira na era Lula: um balanço*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011, pp.71-88.

deputados, o uso do caixa dois em campanha – conhecido como o Escândalo do Mensalão – e a crise aérea, que expôs fragilidades do sistema de controle de tráfego aéreo brasileiro. Mas o mais importante fato do governo Lula para a reação desses grupos de pressão foi, sem dúvida, a agenda dos Direitos Humanos.

A atuação dos grupos de pressão formados por militares da reserva no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)

Durante o governo Lula, apenas três grupos de pressão formados por militares da reserva atuavam com mais destaque: o Guararapes (1991), o Inconfidência (1993) e o Terrorismo Nunca Mais (1998). Pouco antes de Lula tomar posse, ainda em 2000, o jornal *Letras em Marcha* fechara as portas, por conta da morte do editor Joaquim Victorino Portella. Em 2005, o *Ombro a Ombro* também saiu de circulação quando da morte do coronel Pedro Schirmer. Os demais grupos ou foram desmobilizados ou assinavam manifestos gerais, sem o protagonismo dos três grupos apresentados. Apesar de haver menos grupos, o uso da internet ampliou o público-alvo dessas entidades, seja por meio do *mailing list*, seja por meio de portais e *blogs*, onde os discursos seriam disseminados, permitindo relativa visibilidade em temas mais cruciais na relação com o governo.

Podemos destacar dois pontos decisivos quanto às questões relacionadas aos Direitos Humanos (em especial, à política de memória do governo Lula): o acesso aos arquivos da repressão e a punição dos envolvidos nos crimes de lesa-humanidade.

O governo FHC havia decretado a ampliação do prazo de classificação sigilosa de documentos, o que afetaria a pesquisa sobre a atuação das Forças Armadas na repressão. Em 2004, com a divulgação de novas informações sobre a morte do jornalista Wladimir Herzog, ocorrida durante a ditadura, houve nova pressão para que os arquivos secretos das Forças Armadas fossem reabertos. Lula conseguiu reverter o decreto de FHC, e ordenou que parte dos documentos dos órgãos de inteligência da época, até então sob posse das Forças Armadas, fossem transferidos para o Arquivo Nacional.²⁷⁵

Em 2008, o ministro da Justiça, Tarso Genro, apresentou o livro *Direito à memória e à verdade*, resultado das pesquisas da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. As informações disponibilizadas permitiriam que fossem feitas as primeiras ações judiciais contra militares envolvidos na repressão. Um oficial do alto escalão, o general Luiz Edmundo de Carvalho, que interinamente comandava o Exército,

²⁷⁵ D'ARAÚJO, M. C. *Militares, democracia e desenvolvimento. Brasil e América do Sul*. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 2010, pp. 127-176.

chegou a criticar publicamente o livro. Porém, o próprio ministro da Defesa, Nelson Jobim, afirmara que demitiria todo o alto escalão se houvesse reação à publicação.²⁷⁶

Os grupos de pressão política formados por militares da reserva tentaram, então, desmoralizar tanto o ministro da Defesa quanto o ministro da Justiça com a publicação de textos de forte viés anticomunista, em que criticavam a atuação de ambos. Ainda em 2008, os grupos organizaram no Clube Militar um seminário sobre a Lei da Anistia, para o qual foram convidados profissionais intimamente relacionados a esses grupos, como o jornalista Olavo de Carvalho e o jurista Wladimir Zveiter.²⁷⁷

Em 2009, no fim do segundo mandato de Lula, uma notícia publicada pela *Folha de São Paulo* trouxe os grupos de pressão de volta ao noticiário. No dia 5 de abril, o jornal publicou a ficha policial de Dilma Rousseff, quando militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). A imagem, segundo a reportagem, teria vindo de documentos do Departamento de Ordem Político-Social (Dops) guardados no Arquivo Público de São Paulo e servia para “ilustrar” o texto que revelava o plano daquela guerrilha para sequestrar o ministro Delfim Netto. Em nota, Dilma Rousseff, então ministra da Casa Civil e candidata à Presidência, negou seu envolvimento no plano e pediu que o jornal apurasse a autenticidade do material. Ela afirmou que a suposta ficha já circulava havia seis meses no site do Ternuma. O grupo Inconfidência confirmou à *Folha* que também mantinha a ficha no site. Por sua vez, o Arquivo Público de São Paulo negou a existência do documento no catálogo bibliográfico.²⁷⁸

Os grupos de pressão formados por militares da reserva procuravam disseminar esse tipo de informação na internet, com a velha estratégia de desqualificar os políticos de esquerda. Não muito diferente do que fez o *Letras em Marcha*, ao tentar dar uma imagem de comunista a Tancredo Neves, em 1984, e ao se posicionar, junto com o jornal *Ombro a Ombro*, em 1989, contra a campanha de Lula, o Inconfidência e o Ternuma ambientavam sua campanha contra Dilma Rousseff no mundo bipolar da Guerra Fria. Só que, em vez de jornais distribuídos para a tropa, o proselitismo anticomunista alcançara

²⁷⁶ SANTOS, E.H.J., ALVES, V.C., FIGUEIREDO, E.L. *O velho e o novo no discurso das Forças Armadas*. Trabalho apresentado no GT32 – Forças Armadas e Sociedade. In: 32º Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais – Anpocs, 2008.

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ Memória dos militares sobre as ditaduras do cone sul: uma perspectiva comparada acerca das iniciativas contra o esquecimento. Trabalho apresentado no GT23 – Forças Armadas e Sociedade. In: 33º Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais – Anpocs, 2009.

a internet. Além disso, os grupos de pressão organizavam, em efemérides, eventos dentro dos quartéis, aproveitando os laços de amizade e a lógica corporativa.

2.2.5 Os grupos de pressão formados por militares da reserva no governo Dilma Rousseff (2011-2014)

Dilma Rousseff venceu as eleições de 2010 e garantiu dois fatos inéditos na democracia brasileira desde a transição: ser a primeira mulher eleita presidente e fazer parte do terceiro mandato consecutivo do Partido dos Trabalhadores. Entre as promessas de campanha, que afetariam os grupos de pressão aqui analisados, estavam a implantação do novo Programa Nacional de Direitos Humanos e a Lei de Acesso à Informação.

No que tange à Defesa e às Forças Armadas, Dilma Rousseff deu continuidade ao processo de fortalecimento do ministério da Defesa e ao programa de reaparelhamento iniciado no governo Lula.

A atuação dos grupos de pressão no governo Dilma Rousseff

Em relação aos grupos de pressão formados por militares da reserva, foi no governo de Dilma que entidades ligadas às Forças Armadas, como a Fundação Habitacional do Exército (FHE), deixaram de apoiá-los. O jornal *Inconfidência*, o único em circulação, com tiragem de 8 mil a 10 mil exemplares, recebia por mês 2 mil reais por cada anúncio da FHE e da Pouplex, entidade ligada à Fundação.²⁷⁹ Apesar de ter perdido o anunciante, o jornal se manteve.

No primeiro mandato de Dilma Rousseff, foi implantada a Comissão Nacional da Verdade, a fim de investigar os crimes cometidos na ditadura. Em fevereiro de 2012, contrapondo-se ao governo, os clubes militares das três Forças lançaram um manifesto, criticando a presidente e as ministras Eleonora Menicucci (das Mulheres) e Maria do Rosário (Direitos Humanos) pelo posicionamento contra os militares. Apesar de os clubes serem entidades civis, o governo pressionou para que o manifesto fosse retirado do ar.

Como resposta, um grupo composto inicialmente por cem oficiais, entre eles o coronel Miguez, do *Inconfidência*, redigiu um novo manifesto, chamado “Alerta à Nação: eles que venham, aqui não passarão”. No documento, assinado por generais e coronéis havia pouco tempo na ativa, os militares se recusavam a reconhecer a autoridade do

²⁷⁹ VIZEU, R. VELEDA, R. Coronel da reserva diz que seu jornal fala a ‘verdade’. *Folha On-Line*, 14 de fevereiro de 2011. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/02/875359-coronel-da-reserva-diz-que-seu-jornal-fala-a-verdade.shtml>>. Acesso em 14 Mai. 2014.

ministro da Defesa, o embaixador Celso Amorim, e tratavam a Comissão da Verdade como um ato de revanchismo. Diante da afronta, Amorim ordenou que os comandantes de cada Força repreendessem os oficiais signatários.²⁸⁰

Em 2014, completou-se o 50º aniversário do golpe militar. Dilma Rousseff ordenou que não houvesse comemoração nos quartéis.²⁸¹ A presidente se impôs aos militares e, desde 2011, proibia qualquer cerimônia alusiva à data.²⁸²

Semanas antes das comemorações, ativistas pró-intervenção militar tentaram organizar uma reedição da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. A passeata original, realizada em São Paulo em 1964, composta por um público estimado entre 100 mil e 500 mil pessoas, mostrou aos militares golpistas que eles tinham apoio civil. Cinquenta anos depois, setecentas pessoas tentaram revivê-la em São Paulo; no Rio de Janeiro, o número chegou a duzentos; nas demais capitais, foi pífio.²⁸³

Ao finalizar essa narrativa sobre os grupos de pressão política formados por militares da reserva no Brasil, notamos que os seus interesses giram em torno da anistia geral e a recuperação do *status* social dos militares. Porém, há um forte componente de intervenção militar na política desses grupos, o que espelha uma tradição de participação política e uma reação ao isolamento político das Forças Armadas.

Entre 1984 e 1985, o jornal *Letras em Marcha* foi utilizado como grupo de pressão política para criar um ambiente de oposição a Tancredo Neves dentro dos quartéis.

Ao fim do governo Sarney, os novos grupos de pressão política formados por militares da reserva fizeram campanha contra a eleição de candidatos da esquerda à presidência da República.

²⁸⁰ ÉBOLI, E. “Amorim manda punir cem oficiais da reserva”. *O Globo*, 1º de março de 2012, p.15.

²⁸¹ A proibição não era novidade. No primeiro ano do governo FHC, os militares não realizaram a comemoração por entender que o presidente havia integrado o outro lado. Já no governo Lula, a cerimônia foi, por vezes, cancelada, a fim de evitar inconvenientes. Dilma orienta Defesa a não comemorar os 50 anos do golpe militar. *O Estado de São Paulo*, 14 de março de 2014, Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,dilma-orienta-defesa-a-nao-comemorar-os-50-anos-do-golpe-militar,1140999,0.htm>>. Acesso em 20 Mai. 2014.

²⁸² SANTOS, E.H.J. “Das trincheiras à guerra de atrito: a batalha pela memória entre os militantes da esquerda e o militares da reserva de extrema-direita deixou, enfim, de ser silenciosa?” Trabalho apresentado no GT23 – Forças Armadas e Sociedade. In: 36º Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais – Anpocs, 2012.

²⁸³ Marchas da família viram fiasco em todo o país. *Brasil 247*. Disponível em <<http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/134113/Marchas-da-Fam%C3%ADlia-viram-fiasco-em-todo-o-Pa%C3%ADs.htm/>>. Acesso em 20 Mai. 2014.

Nos governos Collor e Itamar, os grupos se mobilizaram para criar uma bancada militar, para aumentar a oposição dentro dos quartéis e para serem representantes de um novo movimento cívico-militar, que incluía até mesmo o golpe do Estado como solução.

No dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, as questões estavam mais relacionadas à memória do regime militar e ao julgamento de acusados de crimes de lesa-humanidade. No entanto, a sistemática crítica aos governos civis por parte desses grupos foi constante, muito devido à criação do Ministério da Defesa.

Nos mandatos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, não houve a criação de novos grupos e sim o fortalecimento de alguns existentes. Esses grupos remanescentes iniciaram, a partir de novas plataformas de difusão (listas de e-mails, blogs, sites, redes sociais), uma contrapropaganda intensiva, de forte discurso anticomunista, para alimentar, dentro dos quartéis e na sociedade em geral, a rejeição aos líderes do Partido dos Trabalhadores.

Vimos que o padrão de aparição de grupos de pressão formados por militares da reserva no Brasil se difere do caso argentino pela quantidade e por suas aparentes divisões. Os principais grupos de pressão brasileiros atuavam basicamente no Rio de Janeiro, em Fortaleza, em Belo Horizonte, em Brasília, em Porto Alegre e em São Paulo. Os argentinos se concentravam em Buenos Aires e reuniam mais integrantes. Porém, não vemos a maior quantidade de grupos como resultado de divisões internas: ademais dos discursos convergentes e a ocorrência de difusão manifestos conjuntos, há casos em que um mesmo oficial da reserva é integrante de vários grupos.

Cabe lembrar que, diferentemente da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, nenhum militar acusado de cometer crimes durante a ditadura foi punido no Brasil. Isso mostra que a ausência de julgamentos no Brasil permitiu aos grupos de pressão política formados por militares da reserva maior diversidade de pautas. No caso argentino, os julgamentos causaram maior coesão entre os militares, um discurso mais voltado à anistia e a recuperação da imagem institucional. As punições dadas pelo Executivo argentino, por sua vez, criaram constrangimento para que eles fizessem uma “contra campanha” partidária, como ocorreu no Brasil.

Veremos agora a formação dos grupos de pressão política formados por militares no Paraguai.

2.3 PARAGUAI

2.3.1 A transição, os governos de Andrés Rodríguez (1989-1992), Juan Carlos Wasmosy (1993-1998), Raul Cubas (1998-1999), Luiz Macchi (1999-2003), Nicanor Duarte Frutos (2003-2006) e o contrapoder militar

O fim do regime militar mais longo da América do Sul ocorreu com um golpe dado pelos próprios militares. O general Andrés Rodríguez, apoiado pelas três Forças Armadas e pelo Partido Colorado²⁸⁴, deu fim a uma ditadura de 35 anos.

Desde 1954, o general Alfredo Stroessner mantinha um férreo controle sobre a sociedade paraguaia. Ele disciplinara o Partido Colorado, até então imerso em divisões, expulsando os militantes que discordavam de sua política, e partidarizou as Forças Armadas, ao exigir que os oficiais se filiassem ao partido. Dessa forma, seu longo governo ficaria marcado pela expressão “unidade *granítica*”: sua base era o principal partido do país e as Forças Armadas. O Partido Colorado não era submisso às Forças Armadas, e sim associado a elas, com concessões recíprocas.²⁸⁵

A crise da sucessão deu início à transição política no país. Em 1984, a crise se tornou evidente quando Stroessner não conseguiu obter apoio na Convenção do Partido Colorado para eleger como vice-presidente Mario Abdo Benitez, seu secretário particular.²⁸⁶ O partido, que até então tinha sido alvo do extremo controle do ditador, se dividira nas correntes *stronista* e tradicionalista.

Em 1987, os *stronistas* venceram a Convenção e o projeto de continuidade passou a ser executado com o posicionamento dos correligionários de Stroessner em importantes postos da administração pública, em geral, e das Forças Armadas, em particular.

O general Stroessner também tentou fazer com que seu filho, o coronel Gustavo Stroessner, o substituísse, e isso, além de provocar descontentamento em alguns setores do Partido Colorado, influenciou parte das Forças Armadas.

²⁸⁴ O nome oficial do Partido Colorado é Associação Nacional Republicana (ANR). Para este trabalho, optamos utilizar apenas Partido Colorado, forma mais citada na imprensa e nas fontes paraguaias.

²⁸⁵ PAREDES, R. *Stroessner y el stronismo*. Assunção: Servilibro, 2011, p.265. SIMÓN, J.L. *El Paraguay después de Stroessner: ¿de la transición incompleta a la democracia?* In: RIVAROLA, D., CAVAROZZI, N. e GARRETÓN, M.A. *Militares y políticos en una transición atípica*. Buenos Aires: Clacso: GTPP, 1991, pp.11-39.

²⁸⁶ ROLON, J.A. *Paraguai: transição democrática e política externa*. São Paulo: Editora, 2010, p.136.

Seu estilo personalista em lidar com as Forças Armadas e seu desejo de manter o filho no poder causaram a implosão do sistema que o próprio Stroessner conseguira sustentar por 35 anos. Vejamos, em detalhe, como isso ocorreu.

De acordo com Carlos Martini e Carlos Maria Lezcano, havia uma anomalia na pirâmide de oficiais do Exército paraguaio. Em 1987, o Paraguai tinha um general de Exército, 13 generais de divisão, 28 generais de brigada, 328 coronéis, 138 tenentes-coronéis e 179 majores. O alto número de oficiais superiores – principalmente com patente de coronel – devia-se ao estilo de governar de Stroessner, pelo qual as promoções não seguiam regras muito claras e dependiam apenas de sua aceitação. Assim, ressaltam os autores, enquanto Stroessner era apoiado pelos poucos generais, gerava insatisfação dos vários coronéis que não podiam ascender ao generalato.²⁸⁷

Naquele ano, Stroessner mandou 67 coronéis para a reserva.²⁸⁸ Em 1988, ordenou a promoção de 55 coronéis, incluindo o filho, Gustavo. E, no ano seguinte, exonerou 17 comandantes de grandes unidades. O mais importante para a compressão desses números é que a participação dos *stronistas* havia ampliado, e um dos poucos institucionalistas remanescentes, o general Andrés Rodriguez, comandante do 1º Corpo de Exército, ficara enfraquecido. Os militares institucionalistas, então, se uniram aos colorados tradicionalistas com o objetivo de derrubar Stroessner.

O golpe ocorreu no dia 3 de fevereiro de 1989, após uma manobra para exonerar Rodriguez do comando do 1º Corpo de Exército. Além do apoio político dos tradicionalistas, Rodriguez tinha a adesão de importantes comandantes do Exército e da Marinha. Fatores externos também contribuíram: a existência de regimes como o de Stroessner vinha perdendo legitimidade para os vizinhos da bacia do Prata – que voltaram a ser democracias –, para os Estados Unidos, para o Vaticano e outros países da Europa.

Diferentemente do que ocorrera na Argentina, no Brasil e no Uruguai, Rodriguez conseguiu, com o golpe, manter grande parte da sociedade a favor das Forças Armadas e do Partido Colorado, em um processo muito semelhante à Revolução dos Cravos em Portugal. Em seu primeiro pronunciamento, ele deixou claro que os militares a seu comando haviam saído dos quartéis em defesa da dignidade e da honra das Forças

²⁸⁷ LEZCANO, C.M., MARTINI, C. *Fuerzas Armadas y democracia. A la búsqueda del equilibrio perdido. Paraguay 1989-1993*. Assunção: CDE: CGS, 1994, p.40.

²⁸⁸ RIQUELME, M.A. *Hacia la transición a la democracia en el Paraguay. Entrevistas, análisis y documentos*. Assunção: Histórica, Fundación Friedrich Naumann, 1989, p.458.

Armadas, pela unidade do coloradismo, pelo compromisso em iniciar o processo de redemocratização e pelo respeito aos Direitos Humanos.²⁸⁹

Com isso, ele angariou apoio imediato da imprensa, dos movimentos sociais e de setores marginalizados pelo regime stronista. Em pouco tempo, o general Stroessner foi exilado (para o Brasil), e os principais acusados de repressão foram processados e presos. Diferentemente dos outros países, as Forças Armadas, até aquele momento, não estavam tão associadas à repressão quanto a Polícia e o Ministério do Interior. É certo que oficiais de alto escalão tenham sido processados por participar de esquema de corrupção e de tortura, mas foram casos isolados.²⁹⁰ A imagem das Forças Armadas e do Partido Colorado foram preservadas. Embora fossem o sustentáculo do antigo governo, serviram de base para o golpe que alijou Stroessner do poder.

De acordo com Marcial Riquelme, apesar da libertação dos presos políticos e do retorno dos exilados, da liberação das atividades partidárias e da imprensa, além da convocação de uma Assembleia Constituinte, o governo de Andrés Rodríguez herdou um padrão de participação dos colorados e das Forças Armadas que se manteria por muito tempo na política paraguaia. Isso porque, embora o governo tenha avançado em pontos importantes para a democracia, não realizou negociações amplas com os partidos da oposição nem buscou fazer a retirada gradual dos militares da política; acabou impondo uma agenda apertada pela qual os partidos de oposição tiveram dificuldade em se organizar em um primeiro momento da transição.²⁹¹

Porém, dois anos depois do golpe, a oposição se organizou e obteve maior expressão. Nas eleições municipais de 1991, ela venceu em quarenta dos duzentos municípios. Sentindo-se ameaçado, o Partido Colorado se aproximou dos militares. Segundo Carlos Martini:

Até esse momento, a retórica dos principais chefes militares era a

²⁸⁹ Salimos de nuestros cuarteles em defensa de la dignidad y del honor. *Última Hora*, Assunção, edição de 3 de fevereiro de 1989, p.6. Em diferentes circunstâncias, outros oficiais importantes do governo reiteravam o compromisso com a democracia. O chefe do gabinete militar da Presidência, general Aníbal Regis Romero, declarou que aguardava ansiosamente o momento em que Andrés Rodríguez entregaria a faixa para o próximo presidente eleito. O vice-almirante Eduardo Gonzáles Petit reiterava que não deviam causar preocupação as manifestações de movimentos sociais, com os do movimento sem-terra, pois antes eles não podiam se expressar livremente. E o coronel Pedro Fernandez Torres Martinez, comandante do Liceu Militar Acosta Ñu, deixava claro que as Forças Armadas são conscientes de seu papel na democratização do país e que o passado não deveria voltar. LEZCANO, MARTINI, 1994, pp.43-44.

²⁹⁰ SIMÓN, Op. Cit., p.20.

²⁹¹ RIQUELME, M. A. *Negociación de corredores democráticos en el Paraguay*. Pittsburgh: LASA, 1994, p.6.

institucionalização e a despartidarização militar. Contudo, essa derrota municipal acendeu uma luz de alerta na aliança de poder: as eleições podiam ser perdidas. A partir de então reapareceram publicamente os sinais que, em privado, nunca haviam desaparecido: a vinculação colorado-militar. Um dos marcos é uma reunião em um clube de futebol, o Cerro Corá, fortemente ligado à Cavalaria, arma preponderante e dominante nas Forças Armadas nos últimos setenta anos. Nessa reunião, o general Andrés Rodríguez, em companhia de outros generais, entre eles o ascendente general Lino Oviedo, depois de muito tempo voltou a referir-se à “unidade granítica entre as Forças Armadas e o Partido Colorado”, lembrando que foi um “San Blas colorado” (em alusão ao santo padroeiro paraguaio, celebrado em 3 de fevereiro, data do golpe) que o iluminara em fevereiro de 1989 e fazendo menção inclusive às milícias coloradas da guerra civil de 1947.²⁹²

O fator Oviedo na política paraguaia: o contrapoder militar

Além disso, embora houvesse sido aprovada uma lei que impedia a participação dos militares na política, um proeminente general da ativa que participara do golpe de 1989, Lino César Oviedo Silva, passou a usar sua influência para dar um novo rumo à recém-instalada democracia paraguaia. Ele e outros oficiais, mesmo proibidos por lei, votaram na Convenção do Partido Colorado para escolher o candidato à Presidência em um processo marcado pela fraude. Oviedo, apoiador do candidato Juan Carlos Wasmosy nas internas do Partido Colorado, despontava como líder, com ambições à Presidência da República. Em abril de 1993, a um mês das eleições presidenciais, ele fez campanha pelo Partido Colorado, utilizando, como correligionários, militares da reserva para percorrer o país. Com a vitória de Wasmosy, o general acabou sendo indicado para comandar o Exército.

Sobre esse aspecto, Carlos Martini chamará o general Lino Oviedo de “a estrela ascendente e vértice de poder” do pacto entre o Partido Colorado e as Forças Armadas. Segundo Martini, esse pacto se manteve porque não houve, entre os golpistas de 1989, quem “representasse uma efetiva ruptura do vínculo colorado-militar que sustentou o sistema político paraguaio na segunda metade do século XX”. Assim, mesmo que houvesse um discurso de institucionalização entre 1989 e 1991, o que se viu no Paraguai entre 1991 e 1996 foi uma interação político-militar.²⁹³ Um dos fatores que explica a preservação dessas duas entidades foi a maneira como o principal partido da oposição, o

²⁹² MARTINI, C., Paraguai: O fim da era Stroessner: militares, partidos e a rota para a democracia. In: CASTRO, C., D'ARAÚJO, M. C. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*, Rio de Janeiro: Ed. FGV, p.164.

²⁹³ MARTINI, 2000,166. PAREDES, R., *Operación 33, la versión de los protagonistas*. Assunção: Servilibros, 2009, p.205.

Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), manteve uma postura pragmática e gradual, sem pressionar, por exemplo, pela investigação de crimes ocorridos na ditadura ou denúncias de corrupção nas Forças Armadas.²⁹⁴

José Luiz Morínigo define o período entre 1991 e 1996 como o do contrapoder militar. O conceito define que o ator político, no caso o general Oviedo, procurou ofuscar o presidente da República, ao capitalizar mais atenção que Wasmosy, mostrando-se capaz, inclusive, de conseguir recursos e dar prosseguimento a importantes obras, colocando em relevância os feitos de seu aparato militar em contraponto à administração civil. De aliado, o general passou a ser um incômodo para o presidente. Wasmosy, em suas memórias sobre o período, revela que Oviedo tentou interferir em várias questões fora do âmbito castrense e aproveitou para si o fato de o Exército cuidar do grande projeto de expansão da rede elétrica, que levou energia a 86% dos lares paraguaios.²⁹⁵

Em 1994, Oviedo gerou um atrito com Wasmosy ao tentar transferir o general Carlos Ayala, comandante da primeira divisão de Infantaria para uma grande unidade localizada no Chaco. Ele chegou a ameaçar o presidente com o uso da força, caso Ayala, seu desafeto, não fosse transferido.²⁹⁶

Wasmosy decidiu mandar Lino Oviedo para a reserva em abril de 1996, e o general, apoiado por parte da Cavalaria e mais quinhentos correligionários, tentou dar um golpe. Sem apoio externo (os outros países do Mercosul e os Estados Unidos condenaram a ação) e interno (a Marinha, a Aeronáutica e parte do Exército se recusaram a ajudá-lo), Oviedo acabou tendo de aceitar sua ida para a reserva.

O que parecia ser o encerramento do protagonismo de Oviedo na política paraguaia apenas marcou uma nova série de tentativas para alcançar o poder, cujos efeitos se tornariam ainda mais dramáticos e colocariam em xeque o papel dos militares e do Partido Colorado. O general voltou à disputa pela Presidência quando se lançou como candidato das prévias coloradas. Ele criou o Movimento União dos Colorados Éticos, que mais tarde sairia do Partido Colorado e seria renomeado Partido União dos Cidadãos Éticos (Unace). Entre os colaboradores da nova legenda estavam 220 militares (52 oficiais, 67 suboficiais,

²⁹⁴ MARTINI, 2000, p.167.

²⁹⁵ WASMOSY, J.C. *Contra viento e marea. Se institucionalizaron las fuerzas armadas de la nación*. Assunção: Servilibros, 2006, p.10.

²⁹⁶ MARTINI, 2000, pp.170-171.

entre outros) que o apoiaram na tentativa de golpe e que passaram para a reserva no dia 31 de dezembro de 1996, por ordem do presidente Wasmosy.²⁹⁷

Dentro do Partido Colorado, a chapa formada por Oviedo e Raul Cubas venceu as internas. Apesar de liderar as pesquisas para as eleições, Oviedo tenderia a se afastar da corrida presidencial por estar sendo julgado por um tribunal militar. Condenado por sedição e tentativa de golpe, acabou preso. O general da reserva saiu do palco, mas continuou o trabalho nos bastidores.

Os votos que conseguira dos filiados colorados serviram para que seu companheiro de chapa, Raul Cubas Grau, se mantivesse como o principal nome do partido para as eleições presidenciais. Como vice, foi escolhido Luís Maria Argaña, político da facção Reconciliação Colorada, desafeto de Oviedo e que havia perdido nas internas.

A vitória dos colorados nas eleições de maio de 1998 garantiu, além da Presidência, a maioria simples no Senado e na Câmara dos Deputados. Embora a maioria fosse colorada, havia muito pontos de discórdia; um dos principais girava em torno de Lino Oviedo. Em agosto, apenas três dias depois de ter assumido a Presidência, Raul Cubas assinou o decreto que indultou o líder da Unace da prisão, causando reprovação do vice e dos demais parlamentares.

Em dezembro, a Suprema Corte declarou que o indulto era inconstitucional e os militantes da Unace reagiram, promovendo protestos, ameaças de morte e atentados com armas de fogo, granadas e coquetéis Molotov. Os alvos escolhidos foram as residências de reconhecidos opositores de Oviedo, como o ex-presidente Juan Carlos Wasmosy, os juízes da Suprema Corte e demais dirigentes políticos. Foram atacadas também as sedes do Poder Judicial e do Poder Legislativo.²⁹⁸

No ano seguinte, Oviedo acabou gerando outra forte crise política, que ficaria conhecida como “o massacre do março paraguaio”. No dia 23 de março de 1999, o corpo do vice-presidente Luis María Argaña foi encontrado dentro de uma caminhonete, perfurado à bala. Argaña mantinha uma forte oposição aos oviedistas e havia defendido o *impeachment* de Raul Cubas devido ao decreto que indultou Lino Oviedo. Logo se aventou que o crime teria sido feito a mando do general.

²⁹⁷ YUSTE, Juan Carlos. *Informe sobre derechos humanos em Paraguay*, SERPAJ, 1997. Disponível em <<http://www.derechos.org/nizkor/paraguay/ddhh1997/ffaa.html>>. Acesso em 17 Nov. 2013.

²⁹⁸ RIVAROLA, M. *Escritos sobre el oviedismo. (1996/2001) La herencia de largas dictaduras*. Assunção: Servilibros, 2013, p.55.

A reação ao assassinato do vice-presidente causou protestos na capital, e ao menos cem manifestantes foram feridos. Oito pessoas morreram, vítimas de franco-atiradores *oviedistas*.

Em virtude da forte suspeita de que estaria envolvido no crime, com um processo de *impeachment* em andamento e sob forte pressão de manifestação populares, Cubas acabou renunciando. Oviedo, por sua vez, se refugiou na Argentina e depois fugiu para o Brasil, quando a Justiça argentina deferiu o pedido de extradição da Justiça paraguaia.

O presidente do Senado, o colorado Luis González Macchi, assumiu como mandatário interino. No entanto, a Suprema Corte, diante da instabilidade causada pela morte de Argaña e pela renúncia de Cubas, deu poderes para que ele terminasse o mandato de cinco anos, permitindo que ele ficasse no cargo até 2003. A Corte também decidiu convocar, para agosto de 2000, eleições para a vice-presidência.

Macchi tentou fazer um governo de coalizão, convocando colorados, liberais e parlamentares do Partido Encontro Nacional para compor os ministérios. Ele vivenciou novos momentos de instabilidade política, fruto, ainda, da crise provocada pela morte de Argaña e da pressão dos colorados ligados a Lino Oviedo. Ele também foi alvo de acusações de participação em um esquema de corrupção.

Seu governo atravessou a mais forte crise em maio de 2000. No dia 18, militares da reserva das Forças Armadas e da Polícia, ligados a dirigentes da Unace e do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) e reunidos no movimento denominado Fulgencio Yegros, tentaram um golpe de Estado, ganhando o apoio dos militares da ativa dos quartéis de Cavalaria, das Forças Especiais e das unidades da Polícia. Apesar de os blindados terem ocupado as ruas, a movimentação perdeu intensidade e, no dia seguinte, o governo já tinha controlado a situação, decretando estado de exceção e, posteriormente, estado de sítio. Dos noventa detidos vinculados ao golpe, 55 eram militares da ativa ou da reserva.²⁹⁹

O golpe frustrado fez as Forças Armadas perderem força na capital, afastou mais uma vez Lino Oviedo do palco político e permitiu o surgimento, com as eleições para vice-presidente, de novas lideranças no Partido Colorado.

O ministro da Defesa, Nelson Argaña, filho do falecido vice-presidente, ordenou a reorganização do 1º Corpo de Exército. A principal unidade da Força Terrestre paraguaia, a primeira divisão de Cavalaria de Campo Grande, teve seus regimentos distribuídos para

²⁹⁹ YUSTE, J.C., VALIENTE, H. Fuerzas Armadas. In: *Derechos Humanos em Paraguay, 2000*, Assunção: Codehupy, 2000, PP-229-230.

outros departamentos do país. Da mesma forma, duas divisões de Cavalaria foram remanejadas para reduzir a influência sobre Assunção. Outros quartéis próximos à capital também foram transferidos para cidades do interior.³⁰⁰

Oviedo, mesmo no exílio, seria responsabilizado pelo golpe. Ele acabou sendo preso em junho de 2000, em Foz do Iguaçu (PR), pela polícia brasileira. Apesar de solto meses depois, ficou na condição de asilado, e só voltaria ao Paraguai em 2004.

No plano partidário, as eleições para a vice-presidência foram marcadas pelo surgimento de novas lideranças. O pleito acabou sendo disputado entre o colorado Félix Argaña e o liberal Julio César Franco. Pela primeira vez em cinquenta anos,³⁰¹ os liberais chegaram à vice-presidência, com 597.498 votos contra 587.431 dos colorados. Segundo Roberto Paredes, o sucesso dos liberais deveu-se ao forte clima de divisão entre os colorados. A Unace, facção colorada criada por Lino Oviedo, apoiou o liberal Julio Cesar Franco para se vingar dos militantes da Reconciliação Colorada, movimento ao qual era vinculado Luís Maria Argaña e que lograra lançar Félix Argaña, seu filho, às eleições. Ademais da Unace, colorados insatisfeitos com o governo de coalizão de Macchi pouco fizeram para apoiar Félix Argaña.³⁰²

Com a aproximação das eleições presidenciais de 2003, houve profundas modificações no panorama político paraguaio. Em 2002, Lino Oviedo ordenaria do Brasil que a Unace deixasse de ser uma facção das internas coloradas e se tornasse um partido, fazendo 160 mil militantes colorados saírem da ANR para a nova legenda.³⁰³ Nesse mesmo ano, o vice-presidente do Paraguai, o liberal Julio Cesar Franco, anunciou sua renúncia para concorrer às eleições presidenciais.

³⁰⁰ PAREDES, R. *25 años de democracia, 1989-2014*. Assunção: Caballo de Troya, 2014, pp.75-76.

³⁰¹ Entre 1940 e 1993, o cargo de vice-presidente havia sido extinto no Paraguai.

³⁰² PAREDES, 2014, p. 69.

³⁰³ Idem, p. 78. Deve-se lembrar que, no Paraguai, no período Stroessner, havia a filiação compulsória dos funcionários públicos ao Partido Colorado. Dados levantados em 2013 pelo jornal *ABC Color* mostram que havia 1,2 milhão de filiados ao Partido Colorado e 610 mil ao PLRA. A Unace, por sua vez, teria 79 mil filiados. No entanto, tais números levam em consideração a filiação única ao partido. Há, porém, uma grande quantidade de pessoas com mais de uma filiação – cerca de 1,7 milhão. Ao contá-las, a quantidade de filiados do Partido Colorado gira em torno de 1,9 milhão, a do PLRA em 1,1 milhão e da Unace em torno de 400 mil. Para melhor referência sobre o peso desses partidos, a população do Paraguai é estimada em 7 milhões. Veja mais em: Múltiples afiliados de ANR y PLRA superarían los 700.000 votantes. *ABC Color*. Assunção, 1º de fevereiro de 2013, disponível em <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/multiples-afiliados-de-anr-y-plra-superarian-los-700000-votantes-534131.html>>. Acesso em 2 Jul .2014.

Embora os colorados tivessem sido desfalcados pela Unace, o ex-ministro da Educação, Nicanor Duarte Frutos, conseguiu se impor como liderança colorada e venceu as eleições gerais, com 37,1% dos votos – a menor proporção obtida pelos colorados em eleições até então. Ele assumiria o poder em um ambiente no qual as Forças Armadas já não tinham a mesma força na capital e no qual Lino Oviedo, embora fosse líder da Unace, estava fora do país e com o poder de influência reduzido.

Segundo Liliana Riz, Duarte Frutos representava um novo momento na política paraguaia, pois não estava ligado aos militares (como Andrés Rodriguez e Lino Oviedo), tampouco ao empresariado (como Juan Wasmosy e Raul Cubas). Ao assumir, não contava com maioria no Congresso, o que, por um lado, o prejudicou, mas, por outro, deu-lhe liberdade, por ter menos compromissos com a dividida bancada colorada, permitiu negociar suas reformas com outros parlamentares.³⁰⁴

Seu governo foi caracterizado pelo retorno do crescimento econômico, apoiado no fortalecimento dos mecanismos de arrecadação.³⁰⁵

Embora tenha sido criticado por buscar a aprovação da reeleição para presidente e por tentar acumular os cargos de chefe da Nação e chefe do partido, cabe ressaltar que Nicanor Duarte Frutos foi o primeiro presidente, após mais de sessenta anos de hegemonia do Partido Colorado, a entregar a faixa presidencial a um presidente eleito por outro partido, marcando a alternância política no país.

No que tange às Forças Armadas, diante da influência de Lino Oviedo dentro dos quartéis, Nicanor Duarte Frutos procurou manter homens de confiança no ministério da Defesa e nos principais escalões militares. Como chefe das Forças Militares, ele escolheu o general José Key Kanazawa, que tinha um perfil institucionalista e fora comandante da Guarda Militar do presidente Juan Carlos Wasmosy. O oficial também conhecia as capacidades de Lino Oviedo, pois fora um dos encarregados de capturá-lo em 1997. Como chefe do batalhão presidencial, unidade que começou a ganhar mais poder em seu mandato, ele designou o coronel Heriberto Galeano, que também ficaria responsável pela área de inteligência nas operações de segurança interna. Aos poucos, o presidente conseguiu diminuir a influência de Oviedo na tropa, mandar para a reserva os oficiais aliados a ele e renovar sempre que possível os integrantes do generalato. Em 2006, devido

³⁰⁴ RIZ, L. Los dilemas de la democracia paraguaya. In: Cultura política y alternancia en América Latina, Editorial Pablo Iglesias, 2008, p.118.

³⁰⁵ Durante os cinco anos em que esteve no poder, a menor taxa de crescimento do Produto Interno Bruto paraguaio foi registrada em 2005 (2,86%).

à antiguidade, o general Key Kanazawa foi substituído pelo general Bernadino Soto Estigarríbia, que manteve a política de Nicanor.³⁰⁶

Nicanor Duarte Frutos buscou usar as Forças Armadas nas operações de segurança interna, contrariando a Constituição de 1992. Embora o governo do antecessor já houvesse empregado provisoriamente os militares nessas operações, Duarte Frutos obteve o aval do Congresso para a aprovação da Lei de Defesa, que permitia o uso das Forças Armadas quando o aparato policial fosse insuficiente. Militares passaram a ser utilizados no monitoramento não só de ameaças relacionadas ao narcotráfico, como também na contenção de movimentos sociais, em especial nas áreas rurais.³⁰⁷

Se, por um lado, Duarte Frutos estimulou o crescimento da economia e conteve Oviedo, por outro, acabou desgastando a si e ao partido. Em 2006, ele tentou obter a aprovação do projeto de reeleição, sem sucesso. Ciente da mudança social que o Paraguai vinha sofrendo, tentou emplacar a candidata Blanca Ovelar como a primeira mulher a ser presidente no país. No entanto, outra mudança, mais radical, estava ocorrendo com o surgimento do bispo de São Pedro como ator político. Fernando Lugo, líder religioso e político, simbolizava a renovação diante de décadas de domínio do Partido Colorado. Apoiado pelo movimento Tekojoja (“unidade”, em guarani), Lugo aceitou o convite para fazer uma coalizão com o PLRA e se tornaria o primeiro presidente a quebrar a hegemonia colorada.

O Movimento Institucionalista Militar

Em relação à formação de grupos de pressão por militares da reserva, cabe ressaltar que o Movimento Institucionalista Militar (MIM), fundado em Buenos Aires pelo coronel Juan Manuel Garay, em 1952, antes do governo Stroessner, ressurgiu em certas ocasiões pós-1989, pontuando debates na imprensa. Um dos presidentes, o capitão da reserva Federico Figueiredo, participou inclusive da Constituinte de 1992.

O movimento foi constituído por militares que haviam saído das fileiras após tentarem se rebelar contra o governo na Revolta de Concepción em 1947. Por quase uma

³⁰⁶ VIDALLET, J. B. “Lino Oviedo desapareció de la agenda de rutina de los altos jefes militares. Lugo de Obispo a presidente, traspaso de mando”. Especial *ABC Color*. Assunção, 15 de março de 2007. Disponível em <<http://abcradio.com.py/especiales/lugopresidente/articulos.php?fec=2007-03-15&pid=316980>>/. Acesso em 2 Jul. 2014. Sobre o papel de Kanazawa, veja: Cubas neutralizó a Corte. *La Nación*, San José (Costa Rica), 14 de fevereiro de 1999. Disponível em <http://www.nacion.com/ln_ee/1999/febrero/14/mundo14.html>. Acesso em 2 jul.2014.

³⁰⁷ VIDALLET, J. B. Los militares ahora se atribuyen funciones policiales en el campo. *ABC Color*, Assunção, 8 de fevereiro de 2007. Disponível em <<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/los-militares-ahora-se-atribuyen-funciones-policiales-en-el-campo-961491.html>>. Acesso em 2 Jul. 2014.

década viveram exilados, apoiando iniciativas contra o Partido Colorado, pois condenavam a influência política da ANR nas fileiras.

Das poucas notícias sobre o grupo disponíveis no principal jornal paraguaio, o *ABC Color*, destaca-se que em 2002, o MIM criticou as autoridades militares pelos casos de corrupção. No ano seguinte, teceu críticas ao comandante das Forças Militares, general Expedito Garrigoza, por ter pressionado seus subordinados a votarem em determinados candidatos colorados, e se posicionavam contra a escolha do general Kanasawa como comandante do Exército.³⁰⁸

Até 2011, o já cinquentenário MIM era o único grupo em atuação, mostrando que a formação de grupos de pressão constituídos por militares da reserva teve uma dinâmica diferente da observada na Argentina e no Brasil. Esse movimento é bem distinto dos demais grupos de pressão política aqui descritos, pois condenava a politização das Forças Armadas, o Partido Colorado e o governo Stroessner.

O primeiro grupo de pressão formado por militares da reserva que serviram As Forças Armadas nos tempos de Stroessner, o *Foro de Generales y Almirantes Retirados*, foi constituído apenas em 2011, no governo de Fernando Lugo.

Tal fato sugere que no Paraguai não houve isolamento político das Forças Armadas, como ocorrera na Argentina e no Brasil. Com isso, os focos de ressentimento, insatisfação ou ameaça, que motivaram a formação de grupos de pressão nos outros países foram diluídos na negociação existente entre as Forças Armadas e o Partido Colorado, e também pela atuação de Lino Oviedo e sua Unace como operadores políticos.

Basta lembrar que, em 1993, na eleição para a Assembleia Constituinte, as lideranças do Partido Colorado substituíram os dirigentes intermediários para colocar em seu lugar militares da reserva e coordenar a mobilização e a logística da campanha em território nacional, o que ficou conhecido como Plano Centauro.³⁰⁹ Ademais, como já foi mencionado, a Unace tinha em seus quadros militares da reserva o próprio general Oviedo.

³⁰⁸ “Retirados advierten que es imposible soportar a la actual administración”, *ABC Color*, Assunção, 1º de setembro de 2002. Disponível em <<http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/retirados-advierten-que-es-imposible-soportar-a-la-actual-administracion-661065.html/>>. Veja também: Los institucionalistas objetan designación de Kanasawa, *ABC Color*, Assunção, 6 de julho de 2003. Disponível em <<http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/los-institucionalistas-objetan-designacion-de-kanasawa-708172.html/>>. Acesso em 30 Mai. 2014.

³⁰⁹ LEZCANO, MARTINI, Op. Cit, p. 50.

Antes de iniciarmos a descrição do *Foro de Generales y Almirantes Retirados*, faremos um breve resumo do governo Lugo.

2.3.2 Os grupos de pressão formados por militares da reserva no Paraguai no governo Lugo (2008-2012)

Como vimos, em 2007, Fernando Lugo foi eleito presidente da República pela Alianza Patriótica para el Cambio e a vitória dele significou a interrupção de um ciclo de sessenta anos de hegemonia do Partido Colorado.

Ao assumir, Lugo teve o desafio não somente de mudar a burocracia paraguaia, fortemente enraizada no Partido Colorado, como também as Forças Armadas. Candidato de um partido com pouca representatividade no Congresso e dependente da coligação com o Partido Liberal Radical Autêntico, Lugo precisou fazer amplas negociações e, com o risco iminente de juízo político, conseguir que fossem aprovadas importantes pautas de sua agenda. Além disso, o vice-presidente, o liberal Federico Franco, buscou aproveitar da maior influência do PLRA para pressionar o presidente das mais diversas formas;

Tendo o vice-presidente como adversário e o Congresso como ambiente pouco colaborativo, criou-se uma ideia de um golpe iminente. Além disso, por seu posicionamento de esquerda e seu apoio aos demais países de governos dessa vertente, em especial a ex-inimiga Bolívia, Lugo era alvo de ataques na imprensa, em jornais como o conservador e nacionalista *ABC Color*. Para piorar, o ex-bispo, que representava uma ruptura com o passado político, protagonizou um escândalo quando foram divulgadas informações sobre sua vida pessoal (romances, filhos), o que lhe afetou a imagem e a credibilidade em um país extremamente católico.

Outra importante medida do governo Lugo foi a política pela memória. Embora a Comissão da Verdade tenha sido criada em 2003, no governo de Nicanor Duarte Frutos, somente no governo Lugo houve condições para ser posta em prática. A apuração dos crimes cometidos na repressão colocaria em xeque a imagem dos militares.

Lugo reagia aos rumores de golpe exercendo um controle rígido sobre a promoção dos oficiais. Entre 2008 e 2011, ele realizou seis grandes renovações da cúpula militar. Mandou para a reserva oitenta generais e almirantes, além de 559 coronéis e capitães de mar e guerra.³¹⁰ Sem dúvida, essas mudanças, por um lado, davam oportunidade de

³¹⁰ Lugo ya barrió con ochenta generales, *ABC Color*, Assunção, 9 de julho de 2011. Os dados foram compilados pelo general Carlos Liseras, fundador do Foro de Generales y Almirantes. Disponível

ascensão dos oficiais gerais mais jovens, mas, por outro, aumentavam a insatisfação dos que iam para a reserva. Foi nesse contexto que surgiu o primeiro grupo de pressão formado por militares da reserva no período de redemocratização no Paraguai.

Foro de Generales y Almirantes Retirados (2011) – Esse grupo de pressão política foi criado em Assunção em julho de 2011 e se difere dos grupos vistos na Argentina e no Brasil. Sua formação é devida à insatisfação com a política de promoções ao generalato e com os rumos da política externa.

Segundo um dos fundadores, o general da reserva Alcides Navarro, o grupo foi criado para realizar estudos de assuntos nacionais e internacionais no que tange as áreas de Defesa e Segurança. Esse foro, que reunia inicialmente oitenta generais, abrangia as turmas de 1950 a 1982 do Academia Militar do Paraguai.³¹¹ Entre seus integrantes estava o ex-comandante das Forças Militares do governo Nicanor Duarte Frutos, o general Bernardino Soto Estigarríbia e o general Carlos Liseras, ex-presidente do Tribunal Militar das Forças Armadas.

Uma das preocupações do grupo era com uma mudança radical do governo Lugo para a implementação de um modelo bolivarianista. Eles tinham como parâmetro a experiência venezuelana e sua versão na vizinha Bolívia.³¹² Naqueles países, a renovação da cúpula militar permitiu que oficiais simpáticos ao novo sistema exercessem as funções de confiança. As constantes renovações eram vistas por eles como tentativa do governo horizontalizar a cúpula militar. O grupo também se preocupava com a adoção de ideias bolivarianistas nos estabelecimentos de ensino militares.³¹³

Para persuadir a sociedade, eles buscaram alertar a classe política e os meios de comunicação sobre as decisões do governo, tendo sucesso, em especial, no jornal *ABC Color*, que fazia oposição a Lugo.

Eles também promoveram encontros. O primeiro, no Hotel Excelsior, em Assunção, reuniu quarenta generais da reserva que lançaram um manifesto contra o

em <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/lugo-ya-barrio-con--ochenta-generales-281340.html>>. Acesso em 13 Nov. 2014.

³¹¹ Entrevista ao autor em abril de 2014.

³¹² Generales retirados se organizan para hacer frente al bolivarianismo. *ABC Color*, 10 de julho de 2011. Disponível em <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/generales-retirados-se-organizan-para-hacer-frente-al-bolivarianismo-281639.html>>. Acesso em 18 Dez. 2013.

³¹³ Primera fase del chavismo en la milicia está en marcha. *ABC Color*, 22 de julho de 2011. Disponível em <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/primera-fase-del-chavismo-en-la-milicia-esta-en-marcha-286505.html>>. Acesso em 18 Dez. 2013.

governo, no qual o acusavam de transformar as Forças Armadas em agentes do socialismo do século XXI.³¹⁴ Ademais criticarem a tendência de esquerda do novo governo, algumas decisões causavam espécie ao grupo. Entre elas, estavam a adesão do Paraguai à cláusula democrática da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), a renovação da cúpula militar e a situação das Forças Armadas. Nos documentos e notas de jornal ao qual essa pesquisa teve acesso, não houve registros do grupo sobre a questão da política de memória.

Com o processo de *impeachment* que afastou o presidente Fernando Lugo, o término do mandato do presidente interino Federico Franco e a ascensão do presidente Horácio Cartes (Partido Colorado), esse grupo de pressão passou a se posicionar claramente a favor do novo governo e praticamente deixou as atividades.

No governo Cartes, o general Bernardino Soto Estigarríbia, que fora coordenador do Foro e tesoureiro do Partido Colorado, assumiu o ministério da Defesa. Por indicação dele, o general Alcides Navarro, então coordenador do Foro, passou para um cargo de confiança na entidade binacional Yacyretá. Cabe lembrar que Soto Estigarríbia havia sido, na ativa, assessor parlamentar das Forças Armadas no Congresso Nacional.³¹⁵

Pelo visto, o caso paraguaio mostra uma forte correlação entre o surgimento de grupos de pressão política de militares da reserva e o isolamento político das Forças Armadas.

³¹⁴ Soto Estigarríbia dice que el presidente es indigno de las FF. AA. *Última Hora*, 1º de julho de 2011, disponível em <<http://www.ultimahora.com/soto-estigarribia-dice-que-el-presidente-es-indigno-las-ff-aa-n442613.html>>. Acesso em 27 Mai. 2014.

³¹⁵ Curriculum de los Ministros del Gabinete. Página de Horácio Cartes. Disponível em <<http://www.hcpresidente.com/articulo/1521-curriculum-de-los-ministros-del-gabinete-.html>>. Acesso em 27 Mai. 2014.

2.4 URUGUAI

2.4.1 A transição, os governos de Julio María Sanguinetti (1984-1990/1995-2000), Luis Alberto Lacalle (1990-1995) e Jorge Batlle (2000-2005)

No dia 31 de julho de 1984, em um encontro conhecido como Pacto do Clube Naval, representantes do Partido Colorado, da União Cívica e da Frente Ampla negociaram com o general Hugo Medina a restauração dos direitos suprimidos em 1973. O encontro teve como importante consequência o retorno da democracia ao Uruguai, além de garantir que os militares não fossem alvo da revanche dos partidos políticos.

Medina representava a ala do Exército que se opunha à continuidade do regime, então presidido pelo general Gregório Alvarez. Foi por sua iniciativa que foram resolvidas as negociações entre o governo e os partidos políticos.³¹⁶ Embora fosse integrante de um grupo secreto anticomunista e autoritário com bastante influência no meio militar, a *Logía de los Tenientes Artigas*, Medina desempenhou um papel essencial para a retomada da democracia no país. Sua condução no processo de negociação acabou afastando os planos do general-presidente Gregório Alvarez em se manter no poder e também do pré-candidato pelo Partido Blanco, o exilado Wilson Ferreira Aldunate.

Apesar da rejeição do projeto de continuidade no poder, os militares uruguaios conseguiram conduzir a transição, entregando a democracia aos civis em 1985, não sem antes obter certas garantias – de modo diferente do que ocorreu na Argentina e similar ao que ocorreu no Brasil e no Paraguai.

O presidente eleito foi o *colorado* Julío Maria Sanguinetti, que buscou pautar o governo pela ideia de pacificação nacional; seu mandato se tornaria conhecido pela aprovação da Lei de Anistia e pela Lei de Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado. A Anistia, promulgada em 1986, permitiu que os presos políticos fossem soltos e os funcionários públicos demitidos injustamente retornassem a seus cargos.³¹⁷ A Lei de Caducidade, por sua vez, eximia de responsabilidade os delitos de cunho político cometidos antes de 1985. Devemos salientar que a Lei de Caducidade foi aprovada às

³¹⁶ Segundo o próprio Medina, o sucesso do Pacto do Club Naval se deu graças ao ambiente de informalidade em comparação com as reuniões do Parque Hotel. BOEKER, P. H. *Lost Illusions, Latin America's Struggle for Democracy, as Recounted by its Leaders*. Nova York: Markus Wiener Publishing, La Jolla: Institute of Americas, 1989, p.80.

³¹⁷ LESSA, F., FRIED, G., Las múltiples máscaras de la impunidad: la Ley de Caducidad desde el Sí Rosado hasta los desarrollos recientes. In: _____. *Luchas contra la impunidad. Uruguay 1985-2011*. Montevideu: Trilce, 2011, p.33.

pressas para evitar que oficiais da Marinha respondessem à convocação da Justiça para depor e foi baseada na concepção de que políticos e militares tinham sobre o Pacto do Clube Naval.³¹⁸

A lei foi reconhecida por um referendo realizado em 1989, no qual 57% dos votantes concordaram com sua aprovação. Segundo Hugo Medina, o general que conduziu a transição, se os uruguaios não tivessem aprovado a Lei de Caducidade, provavelmente ele, ou o oficial logo abaixo na hierarquia, teria realizado um golpe de Estado.³¹⁹

Em 1990, com a eleição de Luis Alberto Lacalle, do partido blanco, o Uruguai experimentou mais uma vez a alternância política. A forte inflação de 129% ao ano e a adequação do Estado ao momento neoliberal foram um dos desafios de Lacalle. O presidente buscou acordo com as correntes de seu partido e do velho rival colorado para fazer as mudanças necessárias. Entre elas, a privatização.

Em menos de dois anos, a popularidade de Lacalle sofreu um revés e o país mergulhou numa crise na qual a violência política se fez presente. A coalizão perdeu força e o projeto de privatização, sob pressão do Congresso, acabou sendo alvo de um referendo no qual os uruguaios negaram a proposta de privatização de 52% das empresas públicas.³²⁰

Além da crise política e econômica, houve também a crise militar. Em 1993, depois de denúncia anônima, foi descoberto que oficiais da Inteligência haviam trazido para o país, com cooperação de seus pares do Chile, o químico Eugênio Berríos. O ex-agente do serviço secreto chileno havia sido mandado secretamente para o Uruguai em 1991 e vivia sob custódia de militares dos dois países.³²¹ Em novembro de 1992, Berríos fugiu da escolta dos agentes e se entregou à polícia de Parque del Plata, em Canelones.

³¹⁸ STEPAN, LINZ, STEPAN, A. LINZ, J. *A transição e consolidação da democracia. A experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. Trad. de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.190.

³¹⁹ STEPAN, LINZ, 1999, p.188.

³²⁰ WAKSMAN, G. Uruguay. La gran derrota de Lacalle. *Nueva Sociedad*, nº124, Março-Abril, 1993, pp. 17-21.

³²¹ A vinda de Berríos era uma forma de dificultar as investigações sobre a morte do general Orlando Letelier, reaberta em 1991 no Chile, e que poderiam implicar na prisão do general Manuel Contreras e o ex-ditador general Augusto Pinochet. Orlando Letelier, dirigente socialista que havia sido ministro da Defesa no governo de Salvador Allende, se radicou nos Estados Unidos após o golpe de estado de 1973. Em Washington se tornou ativista contra o governo Pinochet. Foi morto em 1976 em um atentado a bomba realizado pela Direção de Inteligência Nacional, a DINA, como era chamado o serviço secreto chileno. MONTAÑO. E. A. *Batallas por la memoria. Los usos políticos del pasado reciente en Uruguay*. Montevideo: Trilce, 2010, p.124.

Porém, rapidamente capturado pelos militares uruguaios, foi executado depois de alguns dias. O caso foi abafado pela autoridade policial, coronel Mario Rivas, pelo chefe do serviço de Inteligência, general Mario Aguerrondo, e pelo comandante do Exército, general Juan Rebollo.

Porém, uma denúncia anônima, cuja autoria mais tarde soube-se vinda de policiais, trouxe a público a operação. Em junho de 1993, ao tomar conhecimento do caso, o presidente Lacalle ordenou a investigação e a aplicação rigorosa da lei. Imediatamente, a maioria dos generais que compunha a Junta de Oficiais Superiores alertou ao presidente que, se houvesse exonerações na cúpula, eles apresentariam renúncia. A justiça uruguia, ao saber do desaparecimento de Berríos, assumiu as investigações, para desconforto dos militares. Seria a primeira vez desde a redemocratização que militares uruguaios seriam punidos por crimes como sequestro e tortura. Os implicados eram o coronel Tomas Cassella e o capitão Eduardo Radaelli.³²² Como resultado, o general Mário Aguerrondo foi exonerado da chefia do Serviço de Inteligência. Os demais implicados não foram punidos: embora o corpo de Berros tenha sido reconhecido em 1995, a Justiça arquivou o caso.

Além do caso Berríos, entre 1991 e 1993, o Uruguai foi sacudido por uma série de atentados a bomba. Esses crimes tinham como alvo membros do poder judicial e políticos de todos os partidos, além de ex-presidentes, o comandante da Marinha, almirante James Coates e o presidente Luis Alberto Lacalle. Duas organizações assumiram a responsabilidade pela maior parte dos atentados: os Guardas de Artigas e o Comando Lavalleja. Ambos seriam formados por militares da ativa, supostamente capitães e tenentes. O Comando Lavalleja teria sob suas ordens 3 mil militares, distribuídos em doze quartéis de infantaria e quatro de artilharia. Eles organizaram atentados a bomba na residência de verão do presidente Lacalle e do comandante da Marinha, almirante James Coates. Os Guardas de Artigas teriam sido responsáveis pela

³²² BLIXEN, S. *Operación Condor, del archivo del Terror y el asesinato de Letelier al caso Berríos*. Brecha: Montevideú: Virus Crónica: Barcelona, 1998, pp.179-183.

bomba que estourou no escritório de advocacia do ex-presidente Julio Maria Sanguinetti, no Centro de Montevideu.³²³ Até hoje não se sabe quem fazia parte desses grupos.³²⁴

De acordo com Luis Casal Beck, esses atentados foram fruto da tentativa de Lacalle de modernizar as Forças Armadas, dos problemas decorrentes da repressão à greve dos policiais e das disputas internas dentro das Forças Armadas.³²⁵

Nos ateremos a esse último aspecto. Lacalle, ao assumir o governo, havia pactuado com Julio Maria Sanguinetti a distribuição de vagas no generalato para oficiais próximos aos colorados e aos blancos, porém deu grande preferência por oficiais com afinidades aos blancos. Se no Exército a escolha do general Juan Rebollo para o comando da Força Terrestre se guiou por esse pacto, na Marinha a situação foi distinta. Lacalle escolheu James Coates, capitão de Mar e Guerra recém promovido a almirante para assumir o comando da Força. Como resultado, houve uma proporção maior de oficiais superiores que simpatizavam com o Partido Blanco que foram promovidos a generais, o ressentimento de oficiais simpatizantes do Partido Colorado e a acusação, feita por oficiais da reserva e por parlamentares da oposição de que Lacalle havia partidariado as promoções.³²⁶

O sinal de que as disputas internas estavam afetando a instituição ficou mais claro quando foram descobertos, em agosto de 1993, equipamentos de escuta em repartições do Alto Comando. A espionagem havia sido conduzida pelo general Mario Aguerrondo, filho do fundador da *Logía Tenientes de Artigas*, ex-chefe da Inteligência Militar e implicado no caso Berríos. Com a descoberta, o caso teve grande repercussão nas fileiras.

³²³ URUGUAY: chantaje terrorista, *ABC Espanha*. Madri, 17 de maio de 1992, p.33. e Uruguay: Investigan ataque contra casa de ex presidente Sanguinetti El Universo, Guayaquil, 20 de Setembro de 2003, disponível em <http://www.eluniverso.com/2003/09/20/0001/14/4AEF662582194AB09D32FEA3D8524211.html/>, acesso em 18 Out.2014.

³²⁴ Em entrevista a esse autor, o jornalista Alfonso Lessa, que foi sequestrado pelos Guardas de Artigas, confirmou que se tratavam de jovens oficiais.

³²⁵ BECK, L. C. La paz pública no fue alterada en los últimos diecisiete años, LaRed21, Montevideu, 12 de março de 2011. Disponível em <http://www.lr21.com.uy/politica/443977-la-paz-publica-no-fue-alterada-en-los-ultimos-diecisiete-anos/>, acesso em 4 Nov. 2014.

³²⁶ Entre os que se posicionaram contra as promoções, estão o general Hugo Medina e o Foro Batllista do Partido Colorado. Até então, dos cinco generais promovidos em 1990 e 1992, três tinham afinidades com o Partido Blanco. AMADO, F. *Desconfianza Infinita. Lacalle, Sanguinetti, Batlle y Vásquez y la elección de sus cúpulas militares*. Montevideu: Editorial Fin de Siglo, 2007, p. 50.

Os Guardas de Artigas lançaram um comunicado no qual criticavam abertamente o comandante do Exército e a alta cúpula.³²⁷

Segundo Fernando Amado, Lacalle aproveitou o escândalo dos grampos para resolver a crise dentro do Exército. Ele exonerou o ministro da Defesa Mariano Brito, o comandante do Exército, general Juan Rebollo, o oficial responsável pela espionagem, general Aguerrondo e puniu oficiais do alto comando. Para recompor a cúpula, nomeou o oficial mais antigo da lista para ocupar o cargo máximo na Força Terrestre, o general Daniel Garcia.

Com as eleições de 1994, e o retorno de Sanguinetti ao poder, a tensão militar diminuiu. Ao longo de todo esse tempo, os casos envolvendo militares foram arquivados. Deve-se lembrar que, mesmo sem o apoio da Justiça, familiares das vítimas da ditadura realizaram protestos, ou *escrachos*, como são conhecidos nos países de língua hispânica, ao redor das residências dos militares suspeitos.

A mudança só foi possível devido ao caso Gelman e à vitória da Frente Ampla nas eleições presidenciais de 2005. Veremos que, diante desses dois acontecimentos, militares da reserva buscaram se opor às decisões do governo.

Em outubro de 1999, o poeta argentino Juan Gelman escreveu uma carta ao presidente do Uruguai, Julio Maria Sanguinetti, com um pedido de investigação sobre o paradeiro de sua neta, Macarena Gelman, que teria sido extraviada para o país na época da repressão. Gelman havia perdido o filho, Marcelo, morto em 1977 na Argentina, e a nora, Maria Cláudia, que teria sido levada para o Uruguai no mesmo ano, tornando-se mais uma das vítimas da Operação Condor. Sanguinetti descartou que alguma criança tivesse sido extraviada para o Uruguai e o caso acabou ganhando repercussão mundial.

Em março de 2000, após anos procurando o paradeiro da neta e contando com a ajuda de repórteres do jornal uruguaio *La República*, Gelman encontrou Macarena e obteve do presidente Jorge Batlle, sucessor de Sanguinetti, o reconhecimento do Estado uruguaio sobre as atividades de repressão. Batlle acabou criando a Comissão para a Paz, que forneceria informações para esse e outros processos. Embora uma possível imputação aos culpados do caso Gelman ainda estivesse restrita, devido à legislação, as circunstâncias em que ocorreram os crimes continuaram sendo investigadas e a questão

³²⁷ Para os Guardas de Artigas, a gestão de Rebollo era indigna e a alta cúpula era insensível aos problemas do Exército, agindo apenas pelo autointeresse. Ainda segundo o comunicado, o fim do Exército estava próximo devido ao clima de anarquia. BLIXEN, 1998, p.196.

dos direitos humanos e da abrangência da Lei da Caducidade passaram a fazer parte da agenda.

2.4.2 Os grupos de pressão formados por militares da reserva no governo Tabaré Vasquez (2005-2010)

Com a eleição de Tabaré Vasquez (2005-2010), da Frente Ampla, houve uma reviravolta no caso. Em seu discurso de posse, no dia 1º de março de 2005, ele assegurou que a Lei de Caducidade não amparava os acusados no caso Gelman e que as investigações continuariam. Vasquez, que fora prefeito de Montevidéu em 1989 e perdera as duas últimas eleições presidenciais, era o primeiro político da Frente Ampla a assumir a Presidência. Em seu governo, não só o caso Gelman, mas outros sessenta casos de violações de direitos humanos cometidas na ditadura saíram do alcance da Lei de Caducidade. O argumento para desvincular a lei desses casos era o fato de envolverem crimes cometidos antes de 1973 e delitos ocorridos em outros países, como na Argentina.³²⁸ O caso Gelman foi apresentado em 2006 na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da qual o Uruguai era signatário.³²⁹

De acordo com Elin Skaar, a mudança ocorrida no governo Tabaré Vasquez, que permitiu o questionamento e a limitação da Lei de Caducidade, deveu-se a algumas peculiaridades do sistema uruguaio. Ele cita a estrutura da Suprema Corte, pela qual seus cinco membros eram eleitos para um mandato de apenas dez anos. Até 1994, época em que *colorados* e *blancos* dominavam o Congresso Nacional, a escolha desses magistrados era feita por cada partido de dois em dois anos, o que permitia a renovação de gerações. Com o aumento da influência da Frente Ampla, que em 2005 já tinha maioria no Parlamento, a coalizão de esquerda influenciava diretamente na escolha dos magistrados. Ademais, Vásquez respondia, com sua política de Direitos Humanos, à agenda de correntes da Frente Ampla.

Em dois anos, foram processados e presos dois ex-presidentes: Juan María Bordaberry (2006) e Gregório Alvarez (2007). Além deles, foi preso o ex-ministro das Relações Exteriores Juan Carlos Blanco. A partir de 2006, os militares envolvidos em

³²⁸ SKARR, E. “Impunidad *versus* responsabilidad jurídica: el rol de la ley de caducidad en Uruguay”. In: LESSA, FRIED. *Luchas contra la impunidad*. Uruguay 1985-2011. Montevidéu: Trilce, 2011, p.145.

³²⁹ LESSA, FRIED, Op. Cit., p.37.

delitos ocorridos na ditadura passaram a ser processados e presos e, em alguns casos, extraditados.³³⁰

Em novembro de 2009, foi realizado o plebiscito que decidiria sobre a manutenção da Lei de Caducidade. 47,98% dos eleitores votaram a favor da anulação, porém o percentual mínimo para a mudança na legislação era de 50%. No entanto, em setembro, antes mesmo do plebiscito e das eleições, os magistrados da Suprema Corte (por quatro votos a um) já haviam declarado a inconstitucionalidade da Lei de Caducidade, por violar a Constituição e ser incompatível com a Convenção Interamericana de Direitos Humanos.

É nesse contexto que surge os três grupos de pressão política formados por militares da reserva no Uruguai.

Grupo Unidos por la Libertad de los Prisioneros Políticos de Uruguay (2006)

Em 3 de março de 2006, alguns dos militares encarcerados no presídio de Pedras Blancas fundaram o grupo Unidos por la Libertad de los Prisioneros Políticos de Uruguay. De acordo com o jornal *La República*, o grupo recebeu ajuda de familiares, que criaram um website chamado *En voz alta*.

O site é coordenado por familiares do coronel da reserva Ernesto Ramas e do tenente-coronel da reserva José Nino Gavazzo, ambos presos pela Justiça uruguaia por crimes cometidos no regime militar.

Ernesto Ramas entrou na academia militar em 1955, na arma de Infantaria. Em 1975, atuava como comandante do Organismo Coordenador de Operações Antisubversivas (Ocoa) e no centro de torturas conhecido como “300 Carlos”, do 13º Batalhão de Infantaria. No ano seguinte, serviu na base Valparaíso, que recebia uruguaios que haviam sido presos na Argentina no âmbito da Operação Condor.

Gavazzo ingressou no Exército em 1956 e tornou-se oficial na arma de Artilharia. Pouco antes do início do regime militar, tinha a patente de major. Atuou no Serviço de Informação da Defesa por duas vezes e foi oficial de informações do 1º Grupamento de Artilharia, quartel que estava no primeiro escalão das unidades empregadas contra a guerrilha.³³¹

³³⁰ SKARR, Op. Cit., passim.

³³¹ GAVAZZO, J. N. *Mi Testimonio*. Montevideu: Artemisa, 2012.

De acordo com documentos desclassificados do ministério da Defesa em 2009, Gavazzo era o responsável pelo braço uruguaio da operação Condor, que reuniu órgão de repressão da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e, de maneira mais distante, o Brasil.³³² Como os semelhantes encontrados na Argentina e no Brasil, esse grupo de pressão política era constituído por militares da reserva que atuaram na área de Inteligência e nos serviços de Informações.

Legión Tenientes de Artigas

Em 2006 também passou a atuar como grupo de pressão a *Legión Tenientes de Artigas*. Trata-se de uma entidade proveniente da *Logía Tenientes de Artigas*. A *logía* fora criada em 25 de agosto de 1965 pelos coronéis Julio Tanco e pelo general Mário Oscar Aguerrondo, entre outros. Oficial de cavalaria, Tanco havia sido chefe da Casa Militar no governo do Partido Blanco. Aguerrondo, oficial de Infantaria, fora chefe da Polícia de Montevideu entre 1959 e 1963 e também simpatizava com os blancos.

A *logía* tinha um perfil ultranacionalista, anticomunista e católico. Eles promoviam reuniões nos quartéis da Primeira Região Militar, a principal do país, para preparar o clima de golpe de Estado, tendo como motivação a ameaça comunista. Vale lembrar que uma ano antes de sua formação fora constituída uma missão militar norte-americana para preparar a Polícia de Montevideu nas atividades de inteligência e repressão e que, no Brasil, um golpe de Estado “preventivo” derrubara o governo de João Goulart.³³³ Ainda em 1964, em janeiro, a polícia havia descoberto uma reunião conspiratória no Departamento de Trinta e Três, no qual foram presos cinco militares e trinta civis que se identificaram como integrantes de uma entidade chamada Liga Artiguista, cujo objetivo era arrecadar fundos para um suposto golpe de Estado.³³⁴

A conspiração de Aguerrondo foi interrompida pela ação de outro oficial de renome na época, o general Líber Seregni, comandante da Segunda Região Militar, com sede em

³³² RODRIGUEZ, R. Uruguay era el "Cóndor 5" y Gavazzo figura como "el jefe" de "CONDOROP". La Red 21, Montevideu, 5 de janeiro de 2009. Disponível em <<http://www.lr21.com.uy/politica/347672-uruguay-era-el-condor-5-y-gavazzo-figura-como-el-jefe-de-condorop/>>. Acesso em 5 Nov. 2014.

³³³ BLIXEN, S. “Líber Seregni, el general del pueblo. Militares contra la dictadura en Uruguay”. Los otros militares - 4. *Le Monde Diplomatique*. Buenos Aires, Capital Intelectual, 2010, 41 e CHIRICO, 1985, p.142.

³³⁴ Os articuladores da reunião foram o coronel Carlos Acuña e o primeiro tenente da reserva Vicente Vivas Chiappe. Segundo Clara Aldrighi, a intenção não era dar um golpe de Estado, e sim conseguir dinheiro fácil com o credo anticomunista. ALDRIGHI, 2012, p.7.

San José. Esse oficial *colorado*, mais tarde seria um dos fundadores do partido Frente Ampla.³³⁵

A *Logía Tenientes de Artigas* se tornou influente na década de 1970, a ponto de os generais integrantes do grupo terem ocupado importantes cargos na Força Terrestre. Em 1972, três comandantes de Região Militar eram provenientes dessa organização.³³⁶ Mais do que isso, eles conseguiram influenciar o alto comando na direção do golpe de Estado de 1973. Na década seguinte, já na transição, dois de seus oficiais, os generais Julio Rapela e Hugo Medina, seriam responsáveis pela negociação com os políticos.

Com a redemocratização, outras *logías* foram surgindo entre os oficiais da ativa do Exército uruguaio, como a Rodosca (de oficiais formados da turma José Enrique Rodó, do Colégio Militar) e a *logía* mudou o seu nome para *Tenientes de Artigas*. Eles foram perdendo a influência, em que pese o êxito em lançar candidatos vitoriosos à eleição do Centro Militar.³³⁷ Em 1999, eles participaram de uma reunião com tupamaros, moderada pelo Monsenhor Luis de Castillo e integrantes da Maçonaria, para se chegar a um acordo em torno do julgamento dos militares que teriam cometido crimes. Esse acordo em prol da afirmação da anistia não chegou a consenso. Unia a *logía* de extrema direita aos tupamaros o sentimento nacionalista.³³⁸

No governo de Jorge Batlle, pela primeira vez na história, a *logía* ficou sem representantes no generalato. Em 2002, o coronel Carlos Silva, que seria mais tarde o

³³⁵ Existia outro grupo secreto dentro do Exército, chamado *Corriente 1815*, cujo lema era “Constituição ou morte”, formado por oficiais legalistas. Seus principais operadores eram os generais Pedro Aguerre Albano e Pedro Montañez. Além de defender uma postura legalista para as Forças Armadas, o grupo acreditava no papel do Estado como promotor do desenvolvimento econômico e social e criticava a influência dos Estados Unidos. Além da *Corriente 1815* e dos *Tenientes de Artigas*, havia também a *Logía Chucrut*, um grupo informal de oficiais de artilharia, ao qual foram somando oficiais de outras armas. De acordo com Samuel Blixen, o simbolismo do nome *Corriente 1815* está no fato de que, naquele ano, José de Artigas deu início à Liga Federal, que seria uma confederação dentro do Uruguai, e iniciou a reforma agrária no país por meio do Regulamento de Terras. BLIXEN, 2010, 49-50. Detalhes sobre a *Corriente 1815*, escritos por Aguerre, podem ser lidos em ALBANO, P.A, *Hermano, trabajaremos de presos. El coronel Pedro Montañez y la Corriente 1815*. Montevideo: Banda Oriental, 2012.

³³⁶ BECK, L.C. *La ultraderecha le declaró una 'guerra psicológica' al 'gobierno del mundo'*, *Caras y Caretas*, Montevideo, 7 de setembro de 2007, pp.24-28.

³³⁷ “Pugna en los Tenientes de Artigas por el control político del Centro Militar”. *La República*, Montevideo, 25 de maio de 2013. Disponível em <<http://www.lr21.com.uy/politica/115212-pugna-en-los-tenientes-de-artigas-por-el-control-politico-del-centro-militar/>>. Acesso em 29 Mai. 2014.

³³⁸ Segundo Alvaro Alfonso, em 1995, quando houve a visita de Fidel Castro, militares do serviço de inteligência já haviam entrado em contato com os Tupamaros para obter informações e evitar atentados. ALFONSO, A. *Jugando a la escondidas, conversaciones secretas entre tupamaros y militares*. Montevideo: Altamira, 2004, p.38

líder dos *Tenientes*, foi preterido pelo presidente. Além disso, o presidente passou a apoiar as investigações sobre os crimes ocorridos na ditadura, o que afetaria os membros da logia.³³⁹

Silva, como os demais integrantes dos grupos de pressão política vistos nesse trabalho e como muitos entre os *Tenientes de Artigas*, trabalhou na área de Inteligência. Em sua carreira, ele fez parte do Serviço de Informação de Defesa do Uruguai (SID). Ele preside a *Cooperativa de Ahorro y Crédito de los Oficiales de las Fuerzas Armadas* (CAOFA), fez parte da equipe da revista *Soldado*, do Centro Militar, e é militante do Partido União Cívica.³⁴⁰

Em 2006, ainda como líder dos *Tenientes de Artigas*, Silva criou o periódico *Nación*. Entre os seus colaboradores, estão o general Ivan Paulos, ex-chefe da Inteligência Militar e integrante da Junta de Oficiais Gerais durante a ditadura, e o coronel da reserva Walter Cibils, da turma de 1956 do Colégio Militar. Essa publicação se assemelha aos jornais feitos pelos grupos brasileiros como o *Ombro a Ombro* e o *Inconfidência*, pelo forte caráter anticomunista e de ressentimento com a sociedade e o poder político. Esse ressentimento está ligado tanto à reabertura da discussão da lei de Caducidade quanto aos efeitos na imagem das Forças Armadas.

Eles publicam textos com críticas a respeito da política de Direitos Humanos e da prisão de militares acusados de crimes na ditadura. O periódico veicula cartas e manifestos do grupo *Unidos por la Libertad de los Prisioneros Políticos de Uruguay* e é distribuído para estabelecimentos como o Centro Militar.³⁴¹

A atuação dos grupos de pressão política formados por militares da reserva no governo Vasquez (2005-2010)

Em 2007, as esposas dos integrantes do grupo *Unidos por la Libertad de los Prisioneros Políticos de Uruguay* participaram do programa de rádio *Controvérsias*, da *Legión de los Tenientes de Artigas*, transmitido pela emissora Continente. Elas aproveitaram o espaço para criticar a decisão da Justiça, que havia determinado a prisão

³³⁹ Duro golpe a los Tenientes de Artigas en el Ejército, Montevideo, 6 de dezembro de 2001.

Disponível em <<http://www.lr21.com.uy/politica/64525-duro-golpe-a-los-tenientes-de-artigas-en-el-ejercito/>>. Acesso em 18 Nov. 2014.

³⁴⁰ BECK, op.cit.

³⁴¹“Familiares de militares presos iniciaron ofensiva mediática”, *Últimas Noticias*, 8 de setembro de 2007. Disponível em <<http://www.ultimasnoticias.com.uy/hemeroteca/080907/prints/act09.html>>. Acesso em 29 Mai. 2014.

dos militares, e insinuar que se tratava de um plano maior do governo para destruir a imagem das Forças Armadas.³⁴²

Além do programa de rádio, o site *En voz alta* servia como órgão oficial de difusão do grupo *Unidos por la Libertad de los Prisioneros Políticos de Uruguay*. No site, alimentado por familiares dos oficiais com cartas dos presos e manifestos contra o governo, eles defendiam a liberdade aos militares e o direito de não serem extraditados, alegando que “sob o governo *progressista* e seus acólitos de sempre, existem prisioneiros políticos” e que “estão levando a cabo uma política estreita, tendenciosa e totalmente parcial dos tão mencionados Direitos Humanos”.³⁴³

Na tentativa de reverter os valores, eles afirmam que, “ao enfrentar esta guerra de percepções”, vão mostrar que alguns prisioneiros políticos foram sentenciados com a privação de liberdade, “quando na verdade eram integrantes das Forças Armadas e Policiais, sujeitos à hierarquia e enquadrados dentro de uma organização que combateu o terrorismo no país na década de 1970”.³⁴⁴ De forma semelhante ao site do grupo brasileiro Ternuma, eles mantêm em suas páginas arquivos sobre as ações terroristas das organizações de esquerda.

O site contém ainda informações detalhadas sobre as operações da guerrilha, chegando a incluir interceptações telefônicas das ações realizadas em 13 e 14 de abril de 1972. Esta data se tornou um marco para os militares: neste dia, integrantes do movimento Tupamaro assassinaram quatro pessoas – entre elas, civis, policiais e militares. Embora a reação do Estado tenha causado a morte de oito guerrilheiros, as vítimas dos tupamaros foram transformadas em mártires. Inicialmente a data foi nomeada como o Dia de Homenagem às Vítimas da Insanidade. E por muito tempo foi

³⁴² “Familiares de militares presos iniciaron ofensiva mediática”, *Últimas Noticias*, 8 de setembro de 2007. Disponível em <<http://www.ultimasnoticias.com.uy/hemeroteca/080907/prints/act09.html>>. Acesso em 29 Mai. 2014.

³⁴³ Grifos deles. Texto original: “nos hemos unido para denunciar, informar, concientizar y demostrar a todo aquel que quiera verlo dentro y fuera de fronteras, que bajo este gobierno ‘progresista’ y sus acólitos de siempre, existen ‘PRISIONEROS POLITICOS’ y como han llevado a cabo una política hemipléjica, tendenciosa y totalmente parcial de los tan mentados Derechos Humanos”. *EN VOZ ALTA*. Quienes Somos. Disponível em <<http://www.envozalta.org/quienessomos.html/>> e <<http://www.envozalta.org/index1.html>>. Acesso em 6 Abr. 2009. Traduzimos o termo hemipléjico levando em conta não a sua definição médica (paralisia parcial) e sim pela interpretação de Ortega y Gasset em seu livro *A Rebelião das Massas*. Para ele, a existência dos adjetivos direita/esquerda contribui para falsificar ainda mais a realidade. Nesse sentido, adotar apenas a visão de um desses pólos, de forma estreita, é uma hemiplegia moral. ORTEGA y GASSET, J. *A Rebelião das Massas*. Martins Fontes: São Paulo, 1987, p.22.

³⁴⁴ Disponível em <<http://www.envozalta.org/objetivos.html/>>. Acesso em 6 Abr. 2009.

celebrada pelos militares, tal qual no Brasil, o ritual de culto aos mortos da Intentona Comunista.³⁴⁵

Além do arsenal de informações sobre a guerrilha de esquerda, os integrantes do grupo também começaram a fazer propaganda política contra o presidente Tabaré Vasquez e suas intenções de ser reeleito. Em 2009, este grupo de militares manteve a difusão de mensagens contra o governo de Vasquez e encontrou um novo inimigo para direcionar os seus discursos: o líder da Frente Ampla, o ex-tupamaro José Mujica, que se tornara candidato oficial à Presidência.³⁴⁶ A intenção era associar a imagem do candidato de esquerda, que liderava as pesquisas de intenção de voto, aos crimes cometidos pelos militantes de esquerda na época da repressão.

Em um dos artigos em destaque no site, esta associação é evidente; nele aparece uma montagem de Mujica, com uma foto tirada quando era guerrilheiro, em sépia, na qual ele aparece mal-humorado. Ao lado, uma foto colorida recente de um sorridente Luis Alberto Lacalle, advogado e candidato do Partido Nacional. O texto dizia: “Todos conhecemos o passado, é hora de pensar no futuro.” Em agosto do mesmo ano, o site *En voz alta* disponibilizou um vídeo com título: “Tupamaros, terrorismo contra la democracia”³⁴⁷.

Neste vídeo de 12 minutos, o que se via era a relação entre os tupamaros, incluindo Mujica, e os crimes cometidos pela esquerda. Documentados com declarações de ex-militantes e informações da imprensa, utilizava como retórica principal a necessidade de “reconhecimento daqueles (militares) que libertaram a pátria do totalitarismo marxista”.

Há também outros vídeos sobre o então candidato da Frente Ampla, como “*Mujica no está preparado para ser presidente*”³⁴⁸ e “*Mujica: somos un movimiento de*

³⁴⁵ Tabaré Vasquez anulou por decreto a comemoração militar. No entanto, José Mujica, em 26 de maio de 2010, restituiu a data comemorativa dos militares, com o nome de “Dia do Soldado Caído em Ato de Serviço”.

³⁴⁶ “Represores contra la reelección”, *La República*, Montevideu, Uruguai, 18 de janeiro de 2008. Disponível em <<http://www.larepublica.com.uy/politica/293897-represores-contrala-reeleccion>>. Acesso em 20 Mai. 2014.

³⁴⁷ Disponível em: <http://www.dailymotion.com/video/xa1psb_tupamaros-terrorismo-contrala-demo_news>. Acesso em 20 Mai. 2014.

³⁴⁸ Disponível em <http://www.dailymotion.com/video/xa7mtv_mujica-no-esta-preparado-para-ser-p_news?start=0#from=embed>. Acesso em 20 Mai. 2014.

políticos con armas”.³⁴⁹ A associação entre o passado guerrilheiro de Mujica e seus planos para a Presidência não foi gratuita, ou apenas manifestação de anticomunismo. Cabe lembrar que, além das eleições presidenciais, os uruguaios também foram às urnas para votar se aceitavam ou não a mudança de interpretação na Lei de Caducidade Final, que corresponde à nossa Lei de Anistia. E os militares encarcerados na prisão de Pedras Altas utilizaram da retórica para serem chamados de presos políticos, vítimas do revanchismo dos *tupamaros*.

2.4.3 Os grupos de pressão no governo de José Mujica (2010-2015)

Apesar de ter sido guerrilheiro tupamaro, José Mujica adotou um discurso de conciliação quando assumiu a presidência, em 2010. Em sua mensagem para as Forças Armadas, deixou claro que queria um governo de unidade nacional, no qual não havia vencedores nem vencidos. O passado, segundo o presidente, não era desculpa para esquecer a importância dos militares. A repercussão de seus discursos foi grande. O comandante da Aeronáutica, brigadeiro José Bonilla, entregou para o presidente uma bandeira dos *tupamaros* que havia sido capturada nos anos de repressão.

A fala de Mujica, um ex-guerrilheiro, em torno da reconciliação nacional fazia parte da política realizada pelos *tupamaros* de se aproximar dos militares. Esse diálogo teve início em meados da década de 1990, a partir de contatos informais.³⁵⁰ Um dos nomes responsáveis por esse diálogo era o futuro ministro da Defesa de Mujica, o senador Eleutério Fernández Huidobro.

Porém, os dois *tupamaros* representavam a Frente Ampla e em que pese não desejarem a punição dos oficiais, tiveram que aceitar quando a bancada do partido no Congresso conseguiu interpor uma nova interpretação da lei de Caducidade. Em março de 2010, os advogados do Ministério Público do Uruguai solicitaram à Suprema Corte mais um pedido de inconstitucionalidade da Lei de Caducidade. Para os promotores, a legislação feria o princípio de separação dos poderes ao garantir imunidade a integrantes

³⁴⁹ Disponível em <http://www.dailymotion.com/video/xb3tsz_mujica-somos-un-movimiento-de-polit_news#from=embed/>. Acesso em 20 Mai. 2014.

³⁵⁰ Em relatos colhidos por Fernando Amado, oficiais da alta cúpula falam dessa mudança de percepção do governo da Frente Ampla e da fluidez de diálogo entre o ministro da Defesa, o ex-guerrilheiro Eleutério Huidobro, e as Forças Armadas. AMADO, F. *Bajo Sospecha: Militares en el Uruguay democrático*, Montevideu: Random House Mondadori, 2013.

do Executivo e não permitir que os familiares das vítimas acionassem a Justiça para investigar e punir os responsáveis pelos crimes cometidos na ditadura.³⁵¹

Com a nova lei, pela primeira vez no Uruguai um oficial da ativa respondeu por crimes cometidos na ditadura. O general Miguel Dalmao, chefe da 4ª Divisão de Exército, foi processado pela morte da militante comunista Nibia Sabalsagaray.³⁵² Na ação promovida pela Justiça, também foi envolvido o coronel José Chialanza. Diante desse quadro, houve nova reação dos militares da reserva. Foi constituído um novo grupo de pressão, denominado *Foro Libertad y Concórdia*.

Foro Libertad y Concórdia

Esse grupo foi constituído no dia 27 de dezembro de 2010. Ele abrange oficiais de várias turmas do Colégio Militar, inclusive a de 1970, correspondente ao general Miguel Dalmao.³⁵³ Seus coordenadores eram os coronéis Juan Perez e Juan Carlos Araújo Sbarra. Como os demais grupos, eles buscaram persuadir as autoridades a respeito das ações das Forças Armadas na repressão. Eles também mobilizam os colegas militares para arrecadar fundos para custear as ações judiciais.

O grupo se tornou conhecido da imprensa uruguaia quando enviou para o comandante do Exército, general Jorge Rosales, uma carta em que se mostravam desiludidos com o discurso de conciliação de Mujica e com a falta de reação da instituição à condenação de um general da ativa. Como o próprio nome do grupo sugere, eles defendiam a liberdade dos militares presos e a concórdia nacional.³⁵⁴ Em 2013, Dalmao e Chialanza foram condenados a 28 anos de prisão.

Em que pese o papel das *logías*, só depois de 20 anos do fim do regime militar é que foram constituídos grupos de pressão política formados por militares da reserva no

³⁵¹ “Nueva brecha a la Ley de Caducidad”. *La República*, Montevideo, 7 de março de 2010. Disponível em <<http://www.larepublica.com.uy/politica/402267-nueva-brecha-a-la-ley-de-caducidad/>>. Acesso em 20 Mai. 2014.

³⁵² MELENDREZ, P. El general Dalmao fue condenado a 28 años de prisión. *El País*, Montevideo, 9 de maio de 2013, disponível em <<http://www.elpais.com.uy/informacion/el-general-dalmao-fue-condenado-a-28-anos-de-prision.html/>>. Acesso em 18 Nov. 2014.

³⁵³ CELAYA, F. El Foro Libertad y Concordia reclamó un pronto esclarecimiento del caso “Dalmao”, *El Diálogo*, Montevideo, 21 de dezembro de 2012, Disponível em <<http://eldiario.com.uy/2012/12/21/el-foro-libertad-y-concordia-reclamo-un-pronto-esclarecimiento-del-caso-dalmao/>>. Acesso em 10 Nov. 2014.

³⁵⁴ FORO “LIBERTAD Y CONCORDIA”, carta ao comandante do Exército. Montevideo, 25 de janeiro de 2011, disponível em <<http://ciperchile.cl/wp-content/uploads/Carta-enviada-al-Comandante-en-Jefe-del-Ej%C3%A9rcito-Jorge-W.-Rosales.pdf/>>, acesso em 10 de Nov. 2014

Uruguai. A lei de Caducidade, o consenso na transição, e a falta de lideranças políticas que fossem capaz de subordinar os militares ao Estado de Direito fez com que houvesse uma acomodação política, com ganhos para as Forças Armadas e para o sistema político-partidário, que vinha se reorganizando.

O surgimento tardio dos grupos de pressão política formados por militares deve-se portanto ao reduzido grau de isolamento político das Forças Armadas. Com a abertura das investigações sobre o que ocorrera na ditadura, determinada pelos governos de Batlle, Vasquez e Mujica, a acomodação política chegou ao fim e deu-se início ao processo de isolamento das Forças Armadas.

2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS GRUPOS

Nesse capítulo, vimos a descrição de 30 grupos de pressão política formados por militares da reserva. A maior parte se encontra na Argentina e no Brasil. Em geral, eles foram fundados por militares da reserva de alta patente, cujos objetivos abarcavam pautas como o não julgamento dos crimes cometidos na ditadura e o retorno ao *status* social das Forças Armadas. O quadro 2.1 nos possibilita uma visão geral desse processo.

Quadro 2.1 - Grupos de pressão formados por civis e militares da reserva no Mercosul surgidos no período de redemocratização			
Argentina	Brasil	Paraguai **	Uruguai
1. Famus - Asociación Familiares y Amigos de Muertos por la Subversión (1984) 2. Asociación Unidad Argentina- Aunar (1993) 3. Foro de Generales Retirados (1996) 4. Grupo de Almirantes Retirados (1998) 5. Grupo de Brigadieres Retirados (1998) 6. Unión de Promociones (2005)	1. Jornal <i>Letras em marcha</i> (1971/1984)* 2. Associação Brasileira de Defesa da Democracia (1985) 3. União Nacional de Defesa da Democracia (1987) 4. Jornal <i>Ombro a ombro</i> (1988) 5. Grupo Independente 31 de Março (1988) 6. Grupo Anhaguera (1989) 7. Grupo Guararapes (1991) 8. Centelha Nativista (1964/1994) 9. Conselho de Mobilização Nacional (1992) 10. Grupo Farroupilha (1992) 11. Grupo Inconfidência (1992) 12. Grupo Araucária (1992) 13. Grupo Potiguar (1993) 14. Grupo Cabanos (1993) 15. Grupo Bandeiras (1993) 16. Instituto Catavento (1994) 17. Grupo Estácio de Sá (1994) 18. Grupo Catarina (1996) 19. Grupo Terrorismo Nunca Mais (1998) 20. Grupo Quero-Quero (2001)	I. Fórum de Generales y Almirantes (2011)	1. Legión Tenientes de Artigas (1964-2006) 2. Grupo Unidos por la Libertad de los Prisioneros Políticos / En Voz Alta (2006) 3. Foro Libertad y Concórdia (2010)
* Publicação fundada em 1971, mas que atuou como grupo de pressão política entre 1984 e 2000. ** Fundado em 1952 e atuante na década de 1990, o Movimento Institucionalista Militar, por seus objetivos, trata-se de um grupo diferente dos demais.			

De certo que os efetivos militares da Argentina e do Brasil são maiores que os equivalentes paraguaio e uruguaio, mas o mais importante para entendermos essa dinâmica não é somente a quantidade de grupos e sim a época em que surgem e como surgem.

Na Argentina e no Brasil, a maioria dos grupos foi constituída no período de transição e redemocratização, período em que se cristaliza na sociedade, em especial, nas

elites intelectual e política, a necessidade de isolamento das Forças Armadas do sistema político, com a construção de um novo modelo de democracia.

Em termos históricos, podemos notar que, tanto na Argentina quanto no Brasil, as intervenções militares se tornaram comuns entre 1930 e 1984. Muitos oficiais da reserva que fundaram esses grupos formaram-se na academia militar nas décadas de 1940 e 1950, quando havia forte presença das Forças Armadas na política dos respectivos países. Viveram períodos marcados por golpes de estado reivindicados pelo discurso salvacionista e moralizador da política. Eles também vivenciaram os anos 1960 e 1970, marcado pelo enraizamento das doutrinas de Guerra Revolucionária e Segurança Nacional, pelo enfrentamento às guerrilhas e pelo aumento do grau de intervenção militar. Traços dessa vivência autoritária e anticomunista estão presentes em seus discursos laudatórios às Forças Armadas como ator político.

No caso argentino, uma vez que os processos e julgamentos da Junta Militar foram realizados pelo governo Alfonsín, muito devido à transição por colapso que o país viveu, havia preocupação maior desses grupos com a imagem das Forças Armadas e com o reconhecimento de que eram também vítimas da guerrilha. Apesar dos indultos concedidos pelo presidente Carlos Menem, a questão da imagem das Forças Armadas teve um novo debate ao longo da década de 1990.

No caso brasileiro, além da preocupação com a imagem das Forças Armadas e do regime militar, os discursos também se destinavam a frear o avanço das esquerdas. A apreensão se fundamentava em um possível revanchismo, uma vez que não houve julgamento dos militares, devido à transição por tutela.

Pode-se verificar que os grupos argentinos contam com uma proporção maior de adesão dos oficiais em comparação aos grupos brasileiros. Além disso, os argentinos concentravam-se em Buenos Aires, enquanto os brasileiros se distribuíaam por diversas cidades, principalmente no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, em Fortaleza e em Porto Alegre.

No Paraguai e no Uruguai, os grupos foram constituídos somente após a eleição de políticos de esquerda, o que ocorreu quase duas décadas depois dos respectivos regimes militares. Durante a transição, os partidos desses dois países mantiveram um modelo de negociação com as Forças Armadas baseado nos elos tradicionais entre a cúpula militar e os políticos, em uma relação bem distinta do que ocorria na Argentina e no Brasil, onde os partidos foram proscritos ou mesmo extintos durante as intervenções militares (1930-1984).

No Paraguai, as relações entre o Partido Colorado e as Forças Armadas permitiram que fosse executada uma transição tutelada, por meio de um golpe. Os governos que se sucederam não conseguiram resolver completamente a questão dos militares na política, colaborando com a perpetuação da chamada unidade granítica entre o partido e as Forças Armadas. Essa unidade só foi afetada em 2008, com a eleição de Fernando Lugo.

No Uruguai, a transição tutelada, acordada no Pacto do Clube Naval, garantiu a anistia, o retorno à democracia e a inimizabilidade dos militares acusados de terem cometido crimes durante a ditadura. Em que pese não haver o mesmo relacionamento entre os partidos e as Forças Armadas paraguaias, no Uruguai, a cúpula militar era escolhida por afinidade dos oficiais aos partidos blanco e colorado, o que, balizado pela lei de Caducidade, manteve o consenso pela não abertura dos casos relacionados à ditadura. Além disso, havia a influência dos partidos na Suprema Corte. Esse sistema vigorou até presidência de Tabaré Vasquez, em 2005. A partir daí, surgem os primeiros grupos de pressão política formados por militares da reserva. Temos nesse caso, algo peculiar, a transformação de uma *logía* secreta em um grupo de pressão.

Pelo que vimos na descrição dos grupos de pressão política formados por militares da reserva, a maneira como cada sociedade, como cada sistema de partidos pode ou não estabelecer uma maneira de controlar os militares resultou em maior ou menor frequência de grupos de pressão política.

Nos próximos capítulos, mostraremos como as Forças Armadas de cada país interagiram com o sistema político ao longo do século XX, ou seja, descreveremos o *status quo ante* reivindicado pelos grupos. Iniciaremos nossa análise comparando as relações entre civis e militares na Argentina e Brasil, países em que houve o maior número de grupos, levando em conta o desgaste do controle civil subjetivo, o crescimento da autonomia política das Forças Armadas, a ampliação do papel dos militares na política com os regimes autoritários e a reação de setores da sociedade em prol da construção de um novo Estado de Direito. Esses aspectos são cruciais para se entender em que condições as elites civis estimularam o isolamento político das Forças Armadas. Um dos efeitos desse isolamento é a formação dos grupos de pressão política constituídos por militares da reserva.

3 - CONDIÇÕES ANTECEDENTES PARA O SURGIMENTO DOS GRUPOS DE PRESSÃO POLÍTICA FORMADOS POR MILITARES DA RESERVA

Na Argentina e no Brasil houve o surgimento de um número maior de grupos de pressão política formados por militares da reserva do que no Paraguai e no Uruguai. O surgimento desses grupos nesses países se relaciona diretamente ao isolamento político desses militares ao novo *status quo*. Nos países onde esse isolamento foi menor – Paraguai e Uruguai – os militares não viram a necessidade de formação de grupos.

Para melhor compreender esse isolamento é necessário entender em quais condições em que ele se deu, o que chamamos de condições antecedentes. Veremos que, nos casos em que houve mais grupos, Argentina e Brasil, as sociedades foram marcadas por uma maior autonomia das Forças Armadas. Em contrapartida, no Paraguai e no Uruguai, países em que houve menor autonomia das Forças Armadas, a quantidade de grupos foi menor.

Buscaremos então mostrar nesse capítulo como foi construída, ao longo do tempo, a tradição de participação política dos militares, na Argentina e no Brasil, que transformou suas sociedades em sociedades pretorianas. Vejamos.

O Status Quo Ante

Ao longo do século XX, as Forças Armadas argentinas e brasileiras deixaram de ser o instrumento das forças políticas no poder e foram ganhando autonomia, influência na burocracia estatal e legitimidade política para agir como árbitros das crises políticas e determinantes para a condução do Estado. Esse processo, oriundo do esgarçamento do controle civil subjetivo tinha, inicialmente, a legitimidade não somente das forças políticas como de parte da população, que passou a aceitar as intervenções.

De instrumento particular a árbitro, as Forças Armadas foram gradualmente aumentando a autonomia a partir das décadas de 1930 e 1940. Entre meados das décadas de 1940 e 1960, elas se tornaram árbitros políticos, intervindo na política diretamente e assumindo o poder por períodos limitados. A partir de 1964, no Brasil, e de 1966, na Argentina, suas intervenções se tornaram mais longas. Elas atingiram o ápice do poder, competindo com os partidos políticos e isolando-os do processo decisório, afetando de maneira irreversível sua imagem como moderadora das crises políticas. Ademais, em um clima de forte polarização ideológica, as Forças Armadas se ocuparam da repressão

interna com a administração da violência sobre seus próprios cidadãos, o que causaria ao longo do tempo forte rejeição ao papel e às funções dos militares.

Para melhor sistematizar essa análise, faremos a descrição desse processo de construção do *status quo* pretoriano em uma periodização especial para Argentina e Brasil, que abrange:

- *O controle civil subjetivo das Forças Armadas - 1900-1930*
- *O processo de fortalecimento das Forças Armadas – 1930-1946*
- *A autonomia e participação política das Forças Armadas – 1946-1964*
- *Os regimes militares na Argentina (1966-1973 e 1976-1984) e no Brasil (1964-1984)*
- *A violência política e interações Partidos - Forças Armadas*

Os casos paraguaio e uruguaio serão tratados em capítulos à parte.

3.1 A CONSTRUÇÃO DO STATUS QUO PRETORIANO E DA TRADIÇÃO INTERVENCIONISTA NA ARGENTINA E NO BRASIL

3.1.1 Argentina e Brasil: O Controle Civil Subjetivo das Forças Armadas (1900-1930)

Ao olharmos as relações civis e militares da Argentina e do Brasil no período entre 1900 e 1930, notamos que as Forças Armadas desses países se submetiam ao poder civil, de uma maneira muito próxima ao conceito de controle civil subjetivo criado por Huntington: os militares, eram, naquelas décadas, instrumentos das forças políticas que estavam no poder e não instrumento do Estado. Na definição de López, ainda mais precisa, temos as Forças Armadas defendendo partidos por convergência de valores. Começamos pelo que ocorria na Argentina.

Argentina - As Forças Armadas e a União Cívica Radical

Nada se aproxima tanto da concepção do controle civil subjetivo dos militares na Argentina quanto o fato de que a União Cívica (UC), criada em 1890, tenha buscado constantemente nos quartéis o apoio para tirar do poder o conservador Partido Autonomista Nacional (PAN).

Incapaz de vencer eleições fraudulentas controladas pelo PAN, a UC tentou a revolução naquele ano, obtendo a adesão de três generais de divisão, três de brigada, quatro coronéis, cinco tenentes-coronéis, 12 majores, 19 capitães, 41 tenentes e 19 aspirantes, além de alunos do Colégio Militar, como é conhecida a academia militar argentina.

Derrotada, a UC se dividiu entre os que apoiavam uma aproximação com o governo e os que defendiam a radicalização com protestos e boicotes, e daí se originou, em 1891, a União Cívica Radical, liderada por Leandro Alem e por seu sobrinho Hipólito Yrigoyen.

Excluída do jogo eleitoral, a União Cívica Radical continuou buscando nas fileiras os militares que seriam os seus militantes. O próprio irmão de Yrigoyen, Martin, coronel do Exército, era um deles. A UCR tentou tomar o poder em outros levantes, sendo o mais audacioso deles em 1905, quando, segundo Yrigoyen, mil oficiais do Exército e da Marinha aderiram à causa, e, segundo o general Francisco Reynolds, dois terços do oficialato se sublevaram em apoio aos radicais.³⁵⁵

Na visão dos radicais e dos demais políticos à época as Forças Armadas eram um instrumento de pressão e de contenção dentro do jogo político. Yrigoyen chegou a afirmar certa vez que os militares eram cidadãos que tinham o sagrado dever de exercitar o recurso ao protesto armado.³⁵⁶ Por sua vez, as lideranças do PAN usariam as Forças Armadas como elemento de legitimidade nas eleições para conter os protestos. Para cada uma dessas correntes políticas, oposição e governo, os militares poderiam ser empregados como instrumento para conquista ou manutenção do poder. Dentro dessa lógica e para evitar novas revoltas, o Exército, que já havia sido empregado em eleições provinciais, passou a ser *de direito* o árbitro das eleições.³⁵⁷

Em 1912, foi aprovada a Lei Saenz Peña, que renovou o sistema eleitoral e estabeleceu o voto universal, secreto e obrigatório para os homens argentinos maiores de 18 anos. Essa lei foi aprovada graças à percepção de lideranças do PAN, que viam como uma forma de estabilizar a política, gravemente afetada pelas revoltas liberais. Embora fosse uma lei eleitoral, o texto guardava algumas peculiaridades em relação às Forças Armadas. Por exemplo, para o cidadão poder votar, o seu registro eleitoral era feito a partir da matrícula do serviço militar, o que ampliava o poder das Forças Armadas.³⁵⁸ Além disso, como bem lembra Alain Rouquié, como condição para a UCR participar das

³⁵⁵ ROUQUIÉ, *Poder Militar y Sociedad Política en la Argentina I – hasta 1943*, Tradução de Arturo Iglesias Echegaray, Buenos Aires: Emecé, 1987, p.131-134.

³⁵⁶ ROUQUIÉ, 1987, p.135.

³⁵⁷ Desde a presidência do general Júlio Roca (1880-1886), o governo utilizava, através do ministério do Interior, a ameaça de emprego das Forças Armadas nas eleições provinciais GOLDWERT, *M. Democracy, Militarism, and Nationalism in Argentina (1930-1966), An interpretation*. Institute of Latin American Studies. Austin: University of Texas Press, 1972, p.7. ROUQUIÉ, 1987, p.63.

³⁵⁸ ROUQUIÉ, 1987, p.66. Com a reforma proposta pelo general Ricchieri, em 1901, a Argentina implantou o serviço militar, o que aumentou o papel do Exército na sociedade.

eleições, a apuração das listas eleitorais se tornou responsabilidade da autoridade militar, o que levaria a um dirigente daquele partido afirmar que “as duas forças que o partido Radical dispõe são a juventude e o Exército, pois ambas souberam conservar a integridade em meio ao desabamento geral”.³⁵⁹

Com a nova lei, a UCR venceu as eleições de 1916, 1922 e 1928. Sua hegemonia foi marcada pelas contradições que esse modelo de relações civis e militares, baseado na lógica das Forças Armadas como instrumento de um poder político e não do Estado, iria apresentar. Como os seus antecessores, Yrigoyen utilizou os militares nas eleições e interveio em províncias adversárias. As Forças Armadas argentinas continuariam como atores do jogo político.

Um dos principais focos de contradição seria em relação às promoções. Yrigoyen privilegiou oficiais que participaram das revoltas liberais, reintegrando e promovendo aqueles que haviam sido expulsos, o que causou grande ressentimento entre os oficiais de perfil mais legalista.

A maneira como Yrigoyen, o líder mais popular da política argentina até então, lidava com os emergentes movimentos sociais – ora apoiando-os, ora reprimindo com as Forças Armadas, criou um ar de desconfiança entre a oficialidade. Quando os movimentos sindicais argentinos, sob inspiração da Revolução Russa, realizaram a grande greve de 1919, os oficiais passaram a desconfiar que havia a formação de soviets no país, e criaram um grupo secreto, a *Logía San Martín*, que teria um papel importante não somente como um embrião do anticomunismo no Exército argentino, mas como contraponto às promoções realizadas por Yrigoyen.

Embora os focos de tensão no meio militar tivessem sido reduzidos com a eleição em 1922 do também radical Marcelo Alvear, assim que o seu mandato foi terminando parte dos militares e parte da oposição civil começaram a se mobilizar para evitar mais um mandato de Yrigoyen.

Antes mesmo de iniciar, o terceiro governo consecutivo dos radicais foi marcado por rumores de golpe. Setores políticos passaram a invocar, mais uma vez, os militares para mudar configuração política. Curiosamente, a adesão a esses movimentos conspiratórios não era vista entre os oficiais da ativa e sim entre os oficiais da reserva.

³⁵⁹ Corvalan, Ernesto. Pensamientos radicales. *Revista Argentina de Ciências Políticas*, 12 de julho de 1915, p. 412. Apud ROUQUIÉ, 1982, p.130. Desde 1901, com a lei Ricchieri, havia o alistamento obrigatório.

Isso porque o processo de profissionalização feito pela *logía* San Martín havia mantido um perfil legalista entre os oficiais.

O principal ator do golpe e do governo que vigorou logo após a quebra institucional foi o general José Félix Uriburu. Esse oficial da reserva, em seus tempos de tenente, participara do comício da fundação da União Cívica. Por ironia do destino, seria ele que encerraria a experiência da UCR no poder e inauguraria o período pelo qual os partidos políticos perderiam a sua capacidade de controle sobre os militares.

No dia do golpe, a inércia tomou conta do Exército. O *putsch* acabou ocorrendo com a ajuda de militares da reserva e duas tropas, a primeira, com 600 homens, constituída em sua maioria por jovens oficiais e cadetes do Colégio Militar e a segunda, com 800 integrantes, soldados da Escola de Comunicações.³⁶⁰ O sucesso do golpe de Uriburu deve-se muito ao fato de que dentro da própria Casa Rosada, no dia anterior, o vice-presidente Enrique Martínez havia decretado o Estado de Sítio após assumir o poder interinamente.

À diferença das fracassadas revoltas liberais anteriores, em que o governo conseguiu se manter, o bem sucedido golpe de 6 de setembro de 1930 daria início ao longo ciclo de intervenções militares. Segundo Robert Potash:

“Os acontecimentos do dia 6 de setembro de 1930 assinalam o fim de uma era na Argentina moderna. Esse fatídico sábado, o movimento de um reduzido número de forças militares argentinas nas ruas de Buenos Aires derrubou o segundo governo de Hipólito Yrigoyen e pôs fim ao experimento com um governo eleito pelo povo iniciado quatorze anos antes com sua chegada à presidência. Mas esse dia de inverno não só concluiu um experimento. Terminou também uma sessão ininterrupta de presidentes constitucionais que havia durado quase setenta anos, e se desfez a tradição de abstenção militar no campo político que havia durado 25 anos”.³⁶¹

Com isso, abriu-se uma nova e longa fase na Argentina, no qual as relações civis e militares seriam caracterizadas pelo enfraquecimento do controle civil subjetivo e por uma crescente participação dos militares na política. De 1930 até 1983, a maior parte dos presidentes argentinos vieram dos quartéis. Durante esse período, nenhum presidente civil eleito conseguiu terminar o mandato. O *status quo* pretoriano fez das Forças Armadas um importante ator político e afastou qualquer possibilidade de controle civil eficiente sobre

³⁶⁰ Não houve apoio da maior parte dos oficiais do Exército e da Marinha, que durante o dia 6 de setembro ficaram aguardando alguma reação do governo. No Exército, o general Justo, embora fosse opositor de Yrigoyen, não quis participar da conspiração que derrubaria o governo. ROUQUIÉ, 1987, p.194.

³⁶¹ POTASH, 1982, p.15.

os militares. Em que pese inicialmente o Exército ainda poder ser controlado pelo poder político, essa subordinação foi cada vez mais atenuada e, ao longo da década de 1940, foram os militares que se efetivaram como atores políticos predominante e decisivos.

Mas antes de continuarmos a narrativa sobre o papel dos militares na Argentina, vejamos o que ocorria no Brasil.

Brasil: As Forças Armadas e o Partido Republicano

As origens da participação dos militares na política brasileira remontam ao fim do império. Essa gênese, segundo o cientista político Eurico de Lima Figueiredo, resulta em uma dinâmica que envolveu o choque entre uma consciência militar e uma consciência civil sobre o futuro da República. Diga-se de passagem, devido às características de sua independência, o Brasil viveu um período entre 1831 e 1889 sem intervenções militares. A consciência militar referida por Figueiredo surgiu com a Guerra do Paraguai (1864-1870), quando se despertou “a unidade corporativa” e com a Proclamação da República (1889), quando foi caracterizado “o alvorecer de uma declarada vocação para o poder”. Voltada para conseguir a realização de projetos profissionais e políticos, essa consciência entrou em choque com a consciência civil existente desde o início do império e que alegava poder “controlar as aspirações políticas dos militares”.³⁶²

Essa tensão sofreu o primeiro teste na República da Espada, o período de cinco anos entre os governos do marechal Deodoro da Fonseca e do marechal Floriano Peixoto, quando as principais correntes dentro das Forças Armadas e as principais correntes políticas da nascente República tiveram de decidir qual seria o papel dos civis e dos militares. Uma vez que os dois grandes conflitos de então – a Revolta Federalista (1893-1895) e a Revolta da Armada (1893-1894), foram sufocados pelo governo central com o apoio das elites civis de São Paulo e Minas Gerais, essas duas forças consentiram em dar início ao estabelecimento de um padrão de governo eleito pelo voto, republicano e sem participação direta dos militares.

Produto desse pacto, a participação dos militares na política brasileira entre 1898 e 1930 fora marcada apenas por rebeliões militares, sem grandes efeitos para a continuidade dos governos civis. Ao longo desse período, não houve movimento que atingisse ampla adesão dentro do Exército ou da Marinha. Os movimentos insurrecionais não lograram a

³⁶² FIGUEIREDO, E.L. (org), *Os militares e a Revolução de 1930*, tradução de José Augusto Drummond, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.10.

coordenação entre as forças terrestre e naval.³⁶³ Pode-se dizer que havia controle civil subjetivo, e, diferentemente do padrão argentino, o padrão brasileiro se manteve mais estável graças ao acordo entre as lideranças políticas de Minas Gerais e São Paulo. Além disso, o pacto federativo mantinha forças estaduais que poderiam se contrapor ao Exército. Como avalia June Hahner:

“Os militares brasileiros estavam longe de ser um grupo coeso e os civis encontraram nessa desunião sua fonte de poder. A oligarquia agrária de São Paulo, interessada que estava na manutenção da estabilidade e ansiosa pelo controle da República, pela qual tinha lutado, substituiu o domínio militar pelo domínio civil. Pela criação de uma força armada própria, foi capaz de desempenhar papel decisivo durante os dias críticos da Revolta da Armada de 1893-94. Sabiamente, esquivaram-se das tentativas de derrotar a facção militar no poder mediante a adesão aos grupos militares rivais e, em retribuição a seu apoio decisivo, foi permitido a Prudente eleger-se o primeiro presidente da República do Brasil em 1894. As Forças Armadas foram, então, incapazes de impedir Prudente de assumir a presidência ou consolidar o domínio civil. Se bem que as Forças Armadas brasileiras continuassem a influir nas decisões políticas, os civis dominaram a nação até 1930”.³⁶⁴

Porém, cabe ressaltar, como Hahner, que os militares influíam nas decisões políticas e o seu peso se tornou maior quando os oficiais perceberam uma urgente necessidade de modernização das Forças Armadas e um sistema mais justo de promoções. Além disso, esses militares passaram a ser também críticos ao modelo oligárquico vigente.

Em 1910, houve uma novidade no panorama político. Foi eleito o Marechal Hermes da Fonseca, ex-ministro da Defesa, pelo Partido Republicano Conservador.³⁶⁵ De acordo com José Murilo de Carvalho, embora Hermes da Fonseca fosse um defensor da profissionalização e do afastamento dos militares da política, foi em seu governo que ocorreu a chamada Política de Salvações. Segundo o autor, essas Salvações se

³⁶³ Durante os primeiros e difíceis anos da República, o velho esteio do império, a Marinha, perdera peso com as revoltas da Armada e da Chibata (1910), sendo relegada a segundo plano na política. O Exército, embora emergente, por quase todo o período não foi dotado de força e unidade suficientes para romper o poder político dos estados da federação.

³⁶⁴ HAHNER, J.E. *Relações entre Civis e Militares no Brasil (1889-1898)*, tradução de J.S. Witter. São Paulo: Pioneira Editora, 1975, p.182.

³⁶⁵ Sua escolha resultou do impasse entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais e também do fato de que as elites civis haviam diminuído o temor em relação aos militares no poder. Para José Murilo de Carvalho a diminuição da desconfiança por parte dos civis estava ligada às mortes de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto, ao fechamento da Escola Militar da Urca e, como já citado, o perfil profissional de Hermes da Fonseca. Quando foi ministro da Guerra de Afonso Pena, Hermes da Fonseca havia incentivado a modernização do Exército com a primeira lei do Serviço Militar Obrigatório e o envio de oficiais para a Alemanha. E no seu governo, além da Política de Salvações foram criadas a Comissão Rondon e a Liga de Defesa Nacional. CARVALHO, J.M. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2005, p.46-47.

caracterizavam pelo esforço de coronéis do Exército em desalojar do poder as oligarquias estaduais, tendo o Exército como suporte. Essas intervenções tinham como justificativa a moralização política e colocou militares e políticos de confiança na chefia desses estados.³⁶⁶

Outro fato importante para o Exército, que Hermes da Fonseca havia realizado quando era ainda ministro da Guerra, em 1906, foi o envio de jovens oficiais para estagiar no Exército alemão. Conhecidos como jovens turcos³⁶⁷, esse seletivo grupo de oficiais realizou estágio no exército alemão e adotou caráter reformista. Eles se tornariam defensores da modernização. A influência deles se insere em um momento em que a preparação para a guerra na Europa – com a mobilização dos grandes exércitos e da sociedade, trouxe uma nova ideia sobre como preparar as defesas do país. Como ressalta José Murilo de Carvalho, para esses oficiais, essa “nova concepção de defesa abrangia todas as dimensões relevantes da vida nacional, desde a preparação militar propriamente dita até o desenvolvimento de indústrias estratégicas, como a siderurgia”.³⁶⁸ Reunidos depois em torno da revista *Defesa Nacional*, seus diferentes pontos de vista sobre as questões estratégicas refletiam e induziam o pensamento dos demais oficiais sobre a intervenção ou não das Forças Armadas na política.³⁶⁹

Outros aspectos interessantes nas relações civis e militares ao longo da República Velha foram a missão militar francesa e o surgimento do tenentismo.³⁷⁰ A missão militar

³⁶⁶ Elas tiveram êxito em Alagoas, Bahia, Ceará e Pernambuco e fracassaram em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Ainda segundo o autor, não se pode considerar as Salvações como intervenções militares. O apoio reivindicado pelos oficiais era em alguns casos somente presumido. CARVALHO, 2005, p.46-47;

³⁶⁷ Esse apelido, que foi utilizado não só no Brasil como em outros países, traz como referência a experiência dos oficiais do império turco-otomano que participaram de estágio no exército alemão e que em 1908 fariam a revolução que criaria a república da Turquia.

³⁶⁸ CARVALHO, 2005, p.29.

³⁶⁹ Representantes de uma nova mentalidade que florescia na baixa oficialidade, os jovens turcos ganharam a antipatia de muitos dos seus superiores hierárquicos e se tornariam ainda mais influentes com a Revolução de 1930. COELHO, 2000, pp. 92-93.

³⁷⁰ Durante a década de 1920, o Exército brasileiro, que passaria a ser ator na política, ainda estava em organização. Foi ao longo dessa década que ele passou pelo primeiro ensaio de modernização: a missão militar francesa, a construção de novas unidades (no mandato do ministro civil João Pandiá Calógeras) e a campanha do alistamento. Tais novidades poderiam conferir ao país capacidade de mobilização, uma importante lição aprendida na Primeira Guerra Mundial, permitindo ao país estar em condições de responder a uma eventual agressão da sua ameaça mais próxima, a Argentina. MCCANN, F. Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro (1888-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp.289-334. Para se ter uma ideia, um estudo militar de 1932 apontava que a Argentina possuía a capacidade de mobilizar 300 mil homens em duas semanas, posicionando-os na fronteira com o Brasil em um mês. O Brasil teria a capacidade de mobilizar a metade desse efetivo e em um prazo muito maior. HILTON, S. O

francesa trouxe a cristalização de algumas ideias desses jovens turcos ao permitir a oficialidade ter contato com o que era feito de mais moderno no planejamento estratégico. No espaço de uma década, os oficiais não somente adotaram novos regulamentos, não somente fizeram cursos de aperfeiçoamento, não somente passaram a entender melhor o funcionamento do Estado Maior, como também passaram a perceber as necessidades de superação do país para se adequar ao um novo panorama de defesa.³⁷¹

O tenentismo tem sua importância menos pelos seus efeitos imediatos, as revoltas militares, sufocadas, mas por suas consequências a longo prazo, como a afirmação de uma mentalidade de maior participação política entre os oficiais e de rejeição ao sistema oligárquico. O critério de promoções, que mantinha longo tempo de espera para sair da condição de oficial subalterno (que abarca os postos de aspirante, segundo e primeiro tenente), seria um dos principais motivos para o descontentamento dos oficiais com o governo federal e ajudaria aos oficiais de mesma hierarquia organizarem movimentos contestatórios.³⁷²

É bem verdade que a revolta tenentista de 1922 teve efeito mais simbólico, a revolta de 1924 foi mais traumática, e a coluna Prestes (1924-1927) foi mais longa e que todas elas não ofereceram a possibilidade de quebra efetiva da ordem. Mas serão os oficiais partícipes desses movimentos que serão cooptados por Getúlio Vargas para realizar o golpe de 1930. A percepção desses oficiais, mesmo que não resultasse em um conjunto claro de objetivos ou de um movimento organizado, iria se contrapor ao *status quo* e deixar como legado um sentimento de participação na política que influiria na maneira como o Exército atuaria depois. E, após o fim da República Velha, esses oficiais atuariam politicamente dentro e fora dos quartéis, influenciando o processo decisório do governo federal e a maneira de se pensar a instituição por parte dos oficiais.

Brasil e as Grandes Potências. Os aspectos políticos da rivalidade comercial, 1930-1939. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p.182.

³⁷¹ Sobre a missão militar francesa, veja NETO, M.D. Acerca da Modernização do Exército. *Revista Comunicação e Política*, Rio de Janeiro: CEBELA, v. 22, n. 3. 2004. Sobre as diferentes percepções acerca do funcionamento do Estado Maior, veja COELHO, 2000, p.96.

³⁷² José Murilo de Carvalho, em sua obra *Forças Armadas e Política no Brasil*, pontua as razões para o seu surgimento relacionadas à legislação militar, às mudanças introduzidas com a Primeira Guerra, ao baixo grau de profissionalização dos militares, à premência do alistamento universal, ao grau de atraso econômico e à crítica ao sistema oligárquico que controlava a política. Ainda, segundo Murilo de Carvalho, teriam havido duas fases tenentistas: uma, entre o final do século XIX e início do século XX e, outra, na década de 1920. CARVALHO, 2005, pp.13-61.

A esses três fatores – o trabalho dos jovens turcos, a missão militar francesa e o tenentismo, que influíram na percepção dos oficiais, podemos citar as interpretações que surgem no meio civil favoráveis a intervenção dos militares, e que se inserem no processo de modernização por estarem relacionadas a função na qual as Forças Armadas tem o maior contato com a sociedade: o serviço militar obrigatório. Em relação a esse tema, o poeta Olavo Bilac, embora fosse um antimilitarista, foi um incentivador da conscrição compulsória e dos quartéis como o *locus* formador da cidadania.³⁷³

Também no meio civil, o surgimento da Aliança Liberal como força política em 1929, reunindo políticos mineiros e gaúchos, servia como uma resposta ao desgaste da política do café com leite e foi crucial para determinar o seu fim.³⁷⁴ Essa força política, liderada por Getúlio Vargas, ex-ministro da Fazenda de Washington Luís, foi capaz de aglutinar os militares (insatisfeitos não só com o governo mas com a própria cadeia de comando), e se apropriar do controle do Exército para mudar o panorama político.

Com a ajuda de conspiradores de Minas Gerais, Paraíba e Rio de Janeiro, Vargas anulou a reação de São Paulo.³⁷⁵ A República Velha foi encerrada no dia 24 de outubro de 1930, um pouco mais de um mês após o golpe que abalou a Argentina.

No que se refere ao Exército, houve uma profunda transformação, pois o golpe não foi apenas contra o presidente Washington Luiz, mas contra a própria instituição. A grande adesão de militares no Rio Grande do Sul e na capital, ademais dos outros estados, mudaria a estrutura hierárquica do Exército. A capacidade de Vargas controlar, através

³⁷³ COELHO, 2000, p.90.

³⁷⁴ Washington Luiz, nascido em Macaé, no Rio de Janeiro, fez carreira em São Paulo, chegando à presidência daquele estado. A Aliança Liberal se formou após ele ter decidido, contrariando a política do café com leite, que o seu sucessor também seria de São Paulo.

³⁷⁵ Em 1926, essa polícia estadual contava com 14254 homens distribuídos em sete batalhões de infantaria, dois regimentos de cavalaria, um batalhão de bombeiros e um esquadrão de aviação. McCANN, 2007, p.294. O apoio do Exército era imprescindível no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, por ser onde se encontravam os maiores efetivos, e necessário nos demais estados, devido a força das polícias estaduais. No Rio Grande do Sul, Vargas conspirou com seu secretário Osvaldo Aranha, tendo, como aliado no Exército, o coronel Pedro Aurélio de Goés Monteiro. Vargas também buscou a ajuda dos tenentes rebeldes que haviam atuado em 1924 e na coluna Prestes. Cabe aqui destacar, como bem lembra José Murilo de Carvalho, tanto em 1889 quanto em 1930, não havia generais oriundos do Estado de São Paulo ou de Minas Gerais, o que evidenciava o divórcio entre a elite política e a elite militar. São Paulo, o estado mais próspero da União, contava com uma polícia que fora modernizada em 1905 por um missão militar francesa. Apesar de ter poder de fogo e influência local para se contrapor às guarnições do Exército naquele estado, a moderna Polícia de São Paulo era insuficiente para atuar em âmbito nacional. Em que pese uma junta de generais ter conseguido a renúncia de Washington Luís antes de Vargas chegar ao Rio de Janeiro, sua influência e direção no movimento já eram tão latentes que apenas coube aos velhos oficiais fazer a passagem do comando ao caudilho gaúcho. CARVALHO, 2005, p.34.

do coronel Goés Monteiro e do general Dutra, a força terrestre, após a vitória de outubro de 1930, seriam determinantes para a transformação institucional. Sobre esse fato, Frank McCann ressalta:

“O golpe de 24 de outubro foi, sobretudo, um golpe de altos oficiais contra a própria estrutura do comando do Exército, contra o presidente, o ministro e o chefe do Estado-Maior. Foi um indicador da desintegração do Exército brasileiro”.³⁷⁶

A fragilidade do Exército permitiu que Vargas, com sua característica habilidade política, mantivesse o controle civil subjetivo. As Forças Armadas se tornariam, até 1945, seu instrumento, embora estivessem em crescente processo de fortalecimento e autonomia, vindo a se tornar, depois de sua queda, um ator decisivo na política brasileira.

Embora os golpes ocorridos em 1930, na Argentina e no Brasil, não colocassem de imediato o Exército como principal força da política, serviram para aumentar gradativamente o seu poder tanto como instituição quanto como ator político.³⁷⁷

Se os trinta anos anteriores foram caracterizados pelo controle subjetivo dos militares, os cinquenta anos que se seguem tanto na Argentina quanto no Brasil terão a gradativa transição do controle subjetivo para a autonomia militar como determinante na política, em um ciclo de ascensão e queda que termina em meados da década de 1980.

Esse meio século reserva especial interesse, uma vez que os oficiais que fazem parte dos grupos de pressão política que são alvo dessa pesquisa, vivenciaram esse período. Muitos deles passaram a ver a política como um campo de disputa no qual as Forças Armadas deveriam sempre intervir.

Uma das maneiras de legitimar a intervenção fundamentava-se na crença de que as Forças Armadas eram guardiães dos valores da nacionalidade e depositárias da austeridade e da correção. Os militares, como integrantes dessa instituição, cientes e crentes dessa imagem salvacionista, tinham assim a fundamentação para a ingerência política e para a quebra da ordem. Vejamos agora como se deu o fortalecimento da autonomia das Forças Armadas, processo que permitiu os constantes golpes e que é essencial para entender o *status quo* reclamado pelos grupos de pressão formados por militares da reserva.

³⁷⁶ McCANN, 2007, p.382.

³⁷⁷ Para Frank McCann, o golpe de 1930 chegou a atrasar por alguns anos o protagonismo das Forças Armadas brasileiras. Nos primeiros anos pós-golpe, as lideranças do Exército buscaram reorganizar seu quadro de oficiais, profundamente abalado com a quebra da hierarquia e com as modificações feitas por Getúlio Vargas. McCann, 2007, p.394.

3.1.2 Argentina e Brasil: O Processo de Fortalecimento e Participação Política das Forças Armadas (1930-1946)

Argentina: a crise mundial, a Segunda Guerra e o fortalecimento das Forças Armadas (1930-1945)

Entre 1930 e 1945, notamos que, na Argentina e no Brasil, as Forças Armadas passaram gradativamente a ser um ator político relevante, capaz de definir, com crescente autonomia, os rumos políticos da nação, se afastando do conceito de controle civil subjetivo de Huntington. Passa a ocorrer o embrião do que Harold Lasswell define como Estado Militar. Nessas circunstâncias, os especialistas em violência assumiriam o grupo mais importante da sociedade, exercendo a supremacia sobre os homens de negócios e os políticos.³⁷⁸

Na Argentina, depois do golpe de 1930, como bem lembra Alain Rouquié, nenhum presidente eleito em uma sucessão formal conseguiu finalizar o seu mandato. Dos quinze presidentes que o país teve até 1973, onze eram militares.³⁷⁹ As Forças Armadas intervinham a favor ou contra as próprias ditaduras que ela ajudou a colocar no poder.

As Forças Armadas argentinas passam a fazer o papel de tutores do processo político, intervindo nos frágeis governos democráticos. Não obstante, o apoio civil foi essencial para que as Forças Armadas ampliassem suas funções como ator político. Houve casos em que os próprios militares evitaram acumular o poder enquanto os civis buscavam apoio nos quartéis para um golpe.

Em 1932, por exemplo, foram os setores do Exército que começaram a pressão pelo fim do governo ditatorial do general Uriburu e a convocação de eleições. Com a eleição do general Augustin Pedro Justo³⁸⁰ em 1932, os militares não intervieram diretamente por 11 anos, embora tenham ocorrido algumas conspirações, sejam feitas por um pequeno

³⁷⁸ LASSWELL, H.D. The Garrison State, *The American Journal of Sociology*, Vol. 46, No. 4, Jan., 1941, pp. 455-468. Ver também, GARCIA, 1995, pp. 284-285.

³⁷⁹ ROUQUIÉ, A. *O Estado Militar na América Latina*, São Paulo: Alfa Ômega, 1982, p.321.

³⁸⁰ Justo era um defensor na não participação dos militares na política e como simbologia, uma de suas primeiras medidas foi a passagem para a reserva, utilizando a partir de então o traje civil. Outro fato de aspecto mais prático é que o presidente montou seu gabinete tendo civis em seus ministérios. POTASH, 1982, p.123.

número de oficiais ligados à UCR ou por correntes de extrema-direita, todas elas sem sucesso.³⁸¹

Em que pese o retorno dos militares aos quartéis, a democracia seria, no mandato de Justo, marcada por fraudes nas eleições e pelo boicote da UCR à disputa eleitoral. Foi a manipulação eleitoral que garantiu a vitória de seu sucessor, o civil Roberto Ortiz. A partir de Justo, teremos então a política argentina alternada por democracias frágeis e regimes militares fortes.

Nos governos de Justo (1932-1938) e Ortiz (1938-1942), há de se ressaltar, as Forças Armadas argentinas experimentam uma nova fase de modernização, com o aparelhamento e reorganização e um esforço dos dois presidentes em evitar a politização dos militares. No entanto, o incentivo à profissionalização teve como paralelo a percepção entre os oficiais argentinos de que eles deveriam ser mais atuantes no processo decisório de elaboração de políticas públicas – sejam relacionadas ao âmbito interno quanto externo. Essa propensão à ingerência, baseada em uma visão pouco legitimadora dos políticos, se agudizou com a deflagração da Segunda Guerra Mundial e os seus efeitos no continente, com a renúncia (por motivos de saúde) do presidente Ortiz e a assunção do vice-presidente Ramon Castillo, em 1942.

Em 1943, setores da oficialidade, descontentes com o governo do presidente Ramon Castillo começariam a se articular em torno de mais um golpe. Havia várias razões para o desejo de retorno dos militares argentinos à Casa Rosada: a aliança entre o Brasil e os Estados Unidos na Segunda Guerra aumentara a insatisfação com a neutralidade de Castillo;³⁸² existia a percepção de que era necessário um golpe preventivo para estancar o surgimento de movimentos comunistas;³⁸³ a escolha do empresário e presidente do Senado Robustiano Patrón Costas para ser o candidato à presidência e a maneira como Castillo tentou cooptar os militares para eleger o seu sucessor não era bem vista pelos

³⁸¹ Sobre as tentativas de golpe, elas podem ser melhor compreendidas em GOLDWERT (1972, pp.46-47), ROUQUIÉ (1981, pp.280-281) e POTASH (1982, pp.136-146).

³⁸² Castillo vinha mantendo a neutralidade na Segunda Guerra, o que de certa forma aprofundou a divisão interna das Forças Armadas entre a corrente germanófila e a de apoio aos aliados. O fato de o Brasil ter entrado no conflito ao lado dos Estados Unidos, serviu como uma alerta para os militares de que algo deveria ser feito rapidamente.

³⁸³ Esse ano também foi marcado pela criação da União Democrática, uma entidade antifascista que tinha a participação de movimentos de esquerda, visto com apreensão por oficiais argentinos.

oficiais;³⁸⁴ e, por fim, a mais importante, a atuação de conspiradores dentro das Forças Armadas, em especial a *logía* secreta do Exército argentino que ficaria conhecida como o Grupo de Oficiais Unidos (GOU).³⁸⁵

O GOU foi fundado pelos tenentes coronéis Miguel Ángel Montes e Urbano de la Vega e desde o seu início contou com a participação do coronel Juan Domingo Perón e o tenente coronel Enrique Gonzáles.³⁸⁶ O grupo tinha vários oficiais em postos-chaves da administração militar. Urbano de La Vega, por exemplo, assumira a chefia do Serviço de Informações do Exército. Miguel Ángel Montes era Diretor Geral de Administração. Enrique Gonzáles era, por sua vez, secretário do ministro da Guerra, e o capitão Francisco Filippi, secretário particular do ministro.

O GOU buscava a união dos oficiais em torno de algumas metas, tendo em vista as divisões cada vez mais evidentes nas fileiras (entre germanófilos ou pró-aliados, entre conspiradores e legalistas, entre os radicais e os de extrema direita nacionalista). Para esses oficiais – em geral, coronéis e tenentes-coronéis, o destino dos militares deveria estar nas mãos do chefe do Exército. No âmbito externo, eles deveriam seguir as decisões do governo e no âmbito interno deveriam evitar a todo custo a chegada de comunistas (ou movimentos associados) ao governo. Eles tinham uma visão negativa da política, ao promoverem que deveriam se defender dela, não atuando, mas conhecendo profundamente os seus efeitos para se prevenir.³⁸⁷

Cabe ressaltar que essa visão do Exército como um ente autônomo, reativo a uma suposta ação negativa dos políticos, cristaliza um tipo de pensamento entre os militares que vai ser bem comum durante o século XX nos países da região. Ao buscarem negar a política, os militares procederão a exclusão dos inimigos políticos dentro das Forças

³⁸⁴ O presidente procurou, através de recepções e jantares, trazer para o seu lado os oficiais gerais das duas Forças. Em campanha, fez com que oficiais assinassem manifestos de apoio ao candidato e chegou a levar, de surpresa, Patrón Costas para uma cerimônia militar que acabou se tornando um palanque para candidatura. Essas manifestações de uso das Forças Armadas para a propaganda eleitoral foram, segundo Robert Potash, um dos motivos para que um novo golpe militar irrompesse. POTASH, 1982, pp.263-264.

³⁸⁵ A sigla GOU teve vários significados tais como Grupo Organizador e Unificador, Grupo Obra de Unificação, Grupo Orgânico Unidade, Governo Obra Unidade, e, mais tarde, Grupo de Oficiais Unidos, como ficaria conhecido. POTASH, 1982, p.267. Sobre os documentos desse grupo, a referência usada aqui é o livro POTASH, R.A., *Perón y el G.O.U. Los documentos de una logia secreta*. Buenos Aires: Sudamericana, 1984, 2ªed.

³⁸⁶ Ambos oficiais tinham curso da Escola Superior de Guerra, com experiência em países do Eixo – Perón realizou curso de Montanha na Itália e Gonzáles o curso de Estado Maior na Alemanha. POTASH, 1982, p.272.

³⁸⁷ POTASH, 1984, p.30.

Armadas, sem se dar conta que os aliados remanescentes nas fileiras também fazem política; nas relações institucionais, permitirão que as Forças Armadas sejam cada vez mais o árbitro das crises políticas; no imaginário e no campo ideológico, elas se tornarão fiéis depositárias das qualidades essenciais da república, mesmo que a sua atuação seja a própria negação do sentido republicano e afete a instituição.

O discurso e a fraqueza da democracia, marcada por eleições fraudulentas, legitimaram o golpe de 4 junho de 1943. Esse golpe contou com participação mais expressiva dos militares em relação ao movimento de 1930: oito mil soldados aderiram. Cabe ressaltar que o *putsch* não foi dado pelo GOU – que planejava dar um golpe em setembro, mas por um grupo ligado ao general Arturo Rawson e ao deputado radical Ernesto Sanmartino. Além desses, outros grupos de militares e políticos da UCR conspiravam em torno do golpe. Em que pese a participação desses parlamentares, o mandato de Rawson durou apenas 48 horas: pressionado pelos coronéis, o general entregou o cargo e foi substituído pelo general Pedro Ramirez. Com isso, o GOU assumiu o comando, afastou os políticos da UCR do novo governo, designando militares para os ministérios. No Executivo, dos dezenove ministros e secretários, apenas quatro eram civis. E nas províncias, doze, dos treze interventores, eram militares.³⁸⁸

Com a chegada ao poder, a influência desse grupo de oficiais foi aumentando dentro do Exército argentino. Além de conseguir tirar o general Rawson do poder, foram eles os responsáveis por designar os presidentes que o país teria até 1955: o general Pedro Ramirez, o general Edelmiro Farrell e, sob eleições gerais, o coronel Juan Domingo Perón.

Na sociedade argentina, as reações iniciais ao golpe foram positivas. Como bem lembra Alain Rouquié, os radicais saudaram a quebra da ordem e inclusive uma delegação do partido foi conversar com os militares. Entre os comunistas, também foram vistas manifestações de apoio. Havia a percepção nos estratos menos favorecidos que o golpe tinha caráter popular. Porém, em pouco tempo, a natureza daquela ação militar foi se revelando.³⁸⁹ Nas primeiras semanas os movimentos operários sofreram repressão de toda sorte. Os radicais não puderam participar do governo. A geração que tomava o poder era

³⁸⁸ ROUQUIÉ, A. *Poder Militar y Sociedad Política en la Argentina II*, Tradução de Arturo Iglesias Echegaray, Buenos Aires: Hyspamerica, 1986, p.31

³⁸⁹ ROQUIÉ, 1986, pp.10-11

formada por coronéis do GOU haviam apoiado a quebra da ordem em 1930. O próprio general Pedro Ramirez havia sido auxiliar do general Uriburu.

Se o golpe de 1943 acena a continuidade do pensamento autoritário de 1930, também permite que de dentro do próprio movimento venha surgir uma das lideranças políticas mais expressivas que a Argentina teve. Sob o suporte das Forças Armadas, o coronel Juan Domingo Perón começou sua vertiginosa carreira política na Secretaria Geral do Trabalho onde promoveria um exitoso diálogo com os sindicatos que seriam, em poucos meses, a base que lhe permitiria chegar à presidência em 1946. Aquele oficial da arma de infantaria se tornaria o grande nome da política argentina. Antes de vermos como as Forças Armadas atuaram no governo Perón, voltemos ao caso brasileiro.

Brasil: a crise mundial, a Segunda Guerra e o fortalecimento das Forças Armadas (1930-1945)

No Brasil, depois do golpe de 1930, houve uma reformulação das Forças Armadas, em especial o Exército, que afetou a maneira como os militares pensavam a instituição. Se, durante os 30 anos anteriores, não houve movimentos militares articulados na alta cúpula para derrubar o poder, o que se vê a partir de Vargas, é o fortalecimento do Exército como ator político, tendo os generais e coronéis importante papel em sua consolidação. Essa transformação foi resultado de um processo contínuo que teve início nos primeiros meses do governo Vargas e se cristalizou com a sua saída, através de um golpe dado pelos militares, em 29 de outubro de 1945.

Após se consolidar na presidência, Vargas tinha o desafio de fazer do Exército o seu suporte político. Para isso, mandou para a reserva militares que não mostrassem apoio, promoveu sargentos para o posto de tenente e, para agradar aos revolucionários, fez com que 508 estudantes da escola militar, expulsos por participarem das revoltas da década anterior, fossem readmitidos, o que provocou ressentimento, parcialmente solucionado com a criação de uma lista paralela de promoções.³⁹⁰ Como ressalta José Murilo de Carvalho:

“O Exército que emergiu da revolução era uma organização fragmentada que teve dificuldade em sobreviver no ambiente quase caótico que se seguiu. A divisão interna era agravada pelo conflito externo, que vinha de longa data, entre militares e lideranças civis, sobretudo as dos grandes estados. A rivalidade tinha sido esquecida durante a luta, mas ressurgiu logo depois.”³⁹¹

³⁹⁰ MCCANN, 2007, p.394.

³⁹¹ O Exército estava dividido entre aqueles que obedeciam ao quartel-general revolucionário, sob a liderança do tenente-coronel Góes Monteiro, e o outro grupo, mais solidário à antiga hierarquia e ao ministro da Guerra, o general Fernando Leite de Castro, então o chefe mais “antigo”. Para resolver esse

Especificamente dentro do Exército, essas divisões afetavam a hierarquia e disciplina. O papel de Goés Monteiro na reorganização da instituição foi crucial. Esse líder militar transformaria o Exército da República Velha, dividido e mal equipado, no Exército da era Vargas, centralizado, moderno, ademais, um ator político.³⁹² Uma de suas mais conhecidas reflexões dá a dimensão do que seria a atuação da Força Terrestre na sociedade brasileira:

“(…) sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército e não a política no Exército. A política é a preparação para a guerra, e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material – no que se refere à economia, à produção, aos recursos de toda a natureza – e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha tudo aos interesses da pátria.”³⁹³

Esse processo de fortalecimento das Forças Armadas liderado por Goés Monteiro e executado pelo general Eurico Gaspar Dutra durou, ao menos, sete anos³⁹⁴ e correu em paralelo com os processos de fortalecimento do Estado brasileiro, no âmbito geral, e com a primeira homogeneização ideológica dentro do Exército, em particular.

Em 1932, quando a autoridade de Vargas foi questionada pelas elites de São Paulo, que queriam o retorno da democracia, o estado mais rico da federação entrou em guerra contra o governo federal. A vitória de Vargas na guerra civil assegurou a centralização e a proeminência das Forças Armadas sobre a mais bem preparada força policial do país.

Três anos depois, um incidente envolvendo militares filiados ao Partido Comunista Brasileiro, a chamada Intentona Comunista, aumentaria o poder de Vargas sobre as Forças Armadas. Vargas criou o Tribunal de Segurança Nacional e através dele procedeu

dilema, Vargas acelerou duas promoções de Goés Monteiro, fazendo com que, em menos de dois anos, ele alcançasse a patente de general de brigada. CARVALHO, 2005, p.63.

³⁹² COELHO, E.C. *Em busca de identidade. O Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p.104.

³⁹³ MONTEIRO. P.A.G, *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Adersen Editores, s/d, p.132. Op. Cit In: COELHO, 2000, p. 115.

³⁹⁴ Entre 1930 e 1934, como bem lembra José Murilo de Carvalho, ocorreram 50 movimentos contestatórios dentro das Forças Armadas e das Forças Auxiliares, sendo a maioria no Exército. Entre 1934 e 1938, foram 38. Tais movimentos tratavam-se de agitações, conspirações e revoltas envolvendo tanto oficiais gerais quanto oficiais subalternos e praças, que denotavam a fragmentação interna. Segundo os autores, entre 1930 e 1945, ocorreram 94 movimentos, sendo que, desses, 13 partiram da Marinha e seis das Forças Policiais. Eles não levaram em conta a Revolução de 1932. CARVALHO, 2005, p.65, com base no quadro de Lucia Lahmeyer Lobo apresentado em *Forças Armadas e Política, 1930-1945 in: A Revolução de 30*. Seminário Internacional, Brasília, UnB, 1982, pp.151-179.

a depuração dos comunistas e simpatizantes e estabeleceu, através de forte propaganda, o culto anticomunista nas fileiras.³⁹⁵ Com o uso intensivo da Polícia, a perseguição aos comunistas em todo o país resultou em um número alto de prisões: os policiais adotaram expedientes diversos como a invasão à propriedade, a manipulação das provas, a tortura e assassinatos. Até 1937, entre sete mil e 35 mil pessoas teriam sido presas sob a justificativa de serem comunistas.³⁹⁶

Nesse ano, Vargas centralizou mais ainda o poder, federalizando a Brigada Militar do Rio Grande do Sul e a Força Pública de São Paulo.³⁹⁷ Nas Forças Armadas, ele iniciou o segundo processo de depuração nas Forças Armadas, ao instaurar a ditadura do Estado Novo e deter as ambições da Associação Integralista Brasileira. A AIB contava com 500 vereadores, vinte prefeitos, oito deputados estaduais, um deputado federal e por volta de 850 mil partidários. Entre os militares, tinham o apoio dos generais Castro Júnior e Guedes da Fontoura e de muitos oficiais da Marinha. A repressão policial aos integralistas resultou na prisão 1167 civis e 437 militares.³⁹⁸ Com os comunistas e integralistas julgados e expulsos pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN), Vargas depurou o Exército e centralizou a burocracia.

Com o Estado Novo, a ditadura Vargas expandiu o aparato policial e a repressão. O TSN não só punia comunistas ou integralistas, mas qualquer opositor. Ao longo de seu governo, Vargas estabeleceu acordos na área policial, com a Inglaterra, os Estados Unidos e com a Alemanha, representada nada menos que pela Gestapo, para a troca de informações sobre os comunistas.³⁹⁹

³⁹⁵ SANTOS, E.H.J *Cumprindo ordens ou em nome da fé? O anticomunismo institucionalizado no Cone Sul, e seu efeito entre os militares*, trabalho apresentado no V ENABED, Fortaleza, 2011.

³⁹⁶ ROSE, R.S. *Uma das coisas esquecidas. Getúlio Vargas e o controle social no Brasil – 1930-1945*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p.91 e p.112.

³⁹⁷ O governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, defendia a retomada de eleições presidenciais. Ele teria feito um acordo com os governadores de São Paulo, da Bahia e de Pernambuco para se sublevarem em caso de intervenção federal em um desses estados. Por isso, Vargas, Dutra e Goés Monteiro o neutralizaram. NETO, L. *Getúlio Vargas 1930-1945. Do governo provisório à ditadura do Estado Novo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, pp.295-297.

³⁹⁸ ROSE, 2001, p.168. MAIO, M.C; CYTRYNOWICZ, R. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938) In: FERREIRA, J. DELGADO, L.A.N. (org), *O Brasil Republicano. O Tempo do Nacional-estatismo*. Civilização Brasileira, 2013, 6ª ed. p.43

³⁹⁹ CANCELLI, E. Ação e repressão num circuito integrado internacionalmente. In: PANDOLFI, D., *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p.315.

O apoio explícito de Dutra e Goés Monteiro ao Estado Novo de Vargas não se fundamentava apenas na ameaça ideológica representada pelos comunistas e integralistas: como ressalta Frank McCann, a vulnerabilidade do Brasil diante da tradicional rival Argentina e a necessidade de tomar decisões rápidas que não poderiam ser dadas dentro do Congresso brasileiro ajudariam a permanência de Vargas. As necessidades dessa política de Defesa e a recorrente criação de um Estado mais moderno eram de compreensão comum entre Vargas e os seus oficiais gerais de confiança.⁴⁰⁰

Outro fato importante nesse processo de transformação das Forças Armadas brasileiras foi a decisão de Vargas em apoiar os Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, o que significou a implantação da primeira siderúrgica no país, a de Volta Redonda, e a atualização do material bélico. Todas essas mudanças afetaram também a maneira de pensar dos oficiais e de enxergarem o seu papel na sociedade. A crescente participação dos militares em outras áreas da política nacional modelou uma mentalidade no qual o desenvolvimento do país se vinculava às Forças Armadas e no qual o seu protagonismo político era legítimo, pois era compreendida como a instituição detentora das altas inspirações nacionais. Frank McCann destaca muito acertadamente que, durante o Estado Novo, os militares brasileiros atuaram como:

(...) “interventores (nos estados), empresários industriais, censores e propagandistas; serviram em comissões de estudos econômicos com autoridades civis; negociaram acordos com autoridades estrangeiras; treinaram nos Estados Unidos; prepararam-se para a guerra contra a Argentina; tornaram-se cada vez mais envolvidos com atividades subversivas internas e comandaram uma divisão de combate na Itália”.⁴⁰¹

A parcela desses oficiais brasileiros que teve a experiência de participar de um conflito de grandes proporções, ao seguir com a Força Expedicionária Brasileira (FEB) em apoio aos países aliados, retornou com a percepção brutalmente modificada sobre a

⁴⁰⁰ MCCANN, 2007, 549. Stanley Hilton lembra que, em 1934, o general Pessoa (que foi chefe do Estado Maior e idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras), havia acompanhado Vargas em sua visita a Buenos Aires e constatou que enquanto os argentinos possuíam um grupo de artilharia antiaérea, o Brasil sequer tinha um canhão para aquele tipo de defesa. Um almirante apontou que a armada brasileira tinha a metade da tonelagem da vizinha argentina, sendo seus navios mais velhos, menos velozes e de armamento mais fraco na comparação com as marinhas argentina e chilena. HILTON, *O Brasil e as Grandes Potências. Os aspectos políticos da rivalidade comercial, 1930-1939*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, 185-7. Em 1938, o general Horta Barbosa, oficial do Estado Maior responsável pela mobilização e reabastecimento e que seria um defensor da exploração nacional do petróleo, informou a seus pares que o Exército Brasileiro só tinha oito dias de autonomia de combustível em caso de conflito. Por sua vez, a Argentina e o Uruguai já refinavam o petróleo, matéria-prima ainda escassa no Brasil. COUTINHO, L., *O general Goés depõe*. Rio de Janeiro: Ed. Coelho Branco, 1956, 341-342.

⁴⁰¹ MCCANN, F. *A Aliança Brasil-Estados Unidos*, tradução de Jaime Taddei e José Lívio Dantas, Rio de Janeiro: Bibliex, 1995, p.348.

realidade brasileira e a finalidade do governo. Não bastava lutar na Europa, em nome da democracia, contra os regimes nazifascistas e manter no Brasil um modelo parecido. Como ressalta Frank McCann:

Com a rendição alemã, a FEB se transformou de força combatente em força política. Como o compasso político aumentava no Brasil a cada vitória aliada, muitos viam a FEB como a garantia de que a ditadura de Vargas estava terminada.⁴⁰²

Outro fator que influenciou na crescente rejeição dos oficiais a Vargas foi a maior aproximação do ditador com o sindicalismo. Em que pese o ministério do Trabalho ter sido criado em 1930, foi apenas em 1942 que houve uma relação mais aprofundada entre o governo e os trabalhadores. Marcondes Filho, ministro do Trabalho, chegou a propor que as novas eleições que marcariam fim do Estado Novo poderiam ser feitas através dos sindicatos.⁴⁰³

Goés Monteiro, conspirando com os Estados Maiores das três Forças Armadas, e com a ação decisiva do general Cordeiro de Farias, tirou Vargas do poder com um golpe de Estado em 29 de outubro de 1945.⁴⁰⁴

Se, na década de 1930, foi inegável a capacidade política de Vargas de modernizar e fortalecer o Exército e mantê-lo sob controle, em meados da década de 1940, era o Exército quem enfraqueceria Vargas e teria o poder de árbitro da política. Esse poder, respeitado pela população e por boa parte da opinião pública, seria assediado por opositores, reunidos na União Democrática Nacional (UDN), e pelas legendas pró Vargas como o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), todas criadas ao fim da ditadura. Devemos lembrar que a própria criação dos principais partidos da época fora fruto da pressão que os militares fizeram sobre Vargas.

A imagem e o poder político dos militares revestiu-se de tal importância nesse período da história brasileira que os dois principais candidatos às eleições de 1945, a primeira com o sufrágio universal, eram dois oficiais generais: Eurico Gaspar Dutra e Eduardo Gomes.⁴⁰⁵ Por sua vez, na Assembleia Constituinte de 1946, 28 dos 338

⁴⁰² MCCANN, 1995, p.341.

⁴⁰³ COUTINHO, 1956,396.

⁴⁰⁴ Embora tenha sido um golpe militar planejado por Goés Monteiro (que desde 1944 já mostrava intenção de retirar Getúlio do poder), e executado pelo general Cordeiro de Farias (um veterano da FEB), não quer dizer que havia unidade; o próprio marechal Mascarenhas de Moraes, que fora comandante da FEB, se opunha à ideia de um golpe militar para alijar Vargas do poder. MORAES, M.J.B.M. *Memórias*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984, vol. II, p.484.

legisladores eram ou haviam sido militares. Desses, 14 haviam cursado a Escola Militar.⁴⁰⁶

Os irmãos de Goés Monteiro foram eleitos como deputados por Alagoas e no ano seguinte, o próprio general – que era defensor do profissionalismo no Exército - foi eleito senador; Juracy Magalhães, um dos tenentes da década de 1920, foi eleito deputado, assim como Luiz Carlos Prestes. Salgado Filho, o civil que fora o primeiro ministro da Aviação, elegeu-se senador pelo Rio Grande do Sul.

Como bem lembra Alfred Stepan, os militares tinham tanto respaldo que, nos debates de 1946, foi a colocada a questão de se criar um mecanismo legal para que eles pudessem recusar obedecer qualquer presidente que agisse fora da ordem estabelecida.⁴⁰⁷

Essa ampla participação dos militares na vida política fez com que o Clube Militar, durante a década de 1950, fosse o palco de importantes debates sobre o futuro do país. Outro legado desse período foi a construção, depois da Intentona Comunista, de um culto institucional anticomunista, que teve reflexos na maneira de pensar a política dos oficiais que organizarão os grupos de pressão política, tema de nossa pesquisa.

3.1.3 Argentina e Brasil: A Autonomia e Participação Política das Forças Armadas – (1946-1964)

Argentina - As Forças Armadas e o peronismo (1946-1966)

Muitos generais e coronéis da reserva dos grupos estudados nessa pesquisa iniciaram suas carreiras em um momento de aumento da violência política na Argentina. Ademais dos oficiais, os movimentos da esquerda armada que atuaram no país nas décadas de 1960 e 1970 são em parte tributários das interações entre a cúpula militar e o peronismo, que se revelarão cada vez mais hostis a partir de 1955.

Com sua chegada ao poder através do voto, Perón viveria uma relação com as Forças Armadas na qual a participação e a ingerência militar na política ganhariam novos aspectos.

⁴⁰⁵ Isso sem contar é claro que o terceiro partido em votos da eleição de 1945, o PCB, era dirigido por um dos tenentes da década de 1920, o ex-capitão Luiz Carlos Prestes. Curiosamente, Iedo Fiúza, candidato pelo PCB, não era comunista. Veja também, ROUQUIÉ, 1982, p.329.

⁴⁰⁶ Entre os principais partidos, havia 14 militares no PSD, cinco na UDN, dois no PTB, e dois no PCB. BRAGA, S.S, *Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946. Um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998. Vol I.

⁴⁰⁷ STEPAN, A. *Os militares na política. As mudanças de padrões na vida brasileira*. Trad. de Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p.60.

A ampliação de poder de Perón em diversas esferas da sociedade acabou por criar as condições para que a oposição começasse a reagir, em especial, em seu segundo mandato, buscando desesperadamente apoio dentro de três instituições: o Exército, a Marinha, e a Igreja. A resistência que passaria a se formar em torno dele nas Forças Armadas seria constituída por oficiais de cavalaria e da Marinha, militares de estrato social mais elevado e conservador, contrários à continuidade de uma política de ascensão popular.⁴⁰⁸

Apesar de contar com apoio dos oficiais em sua primeira eleição, as relações entre civis e militares ao longo do governo Perón foram caracterizadas pelo aumento dos movimentos conspiratórios. Em 1951 e 1952, Perón conseguiu sufocar dois golpes de Estado.⁴⁰⁹ Aproveitando a falta de unidade, Perón decretou o Estado de Guerra, afastou os comandantes da Marinha e da Aeronáutica, exonerou e puniu os comandantes da Escola Superior de Guerra, da Escola Superior Técnica e do Colégio Militar da Nação. Foram sentenciados e punidos 111 oficiais. Outros 66 saíram do país e foram condenados por rebeldia.⁴¹⁰

As conspirações não foram bem sucedidas em parte porque Perón contava com o apoio dos militares da infantaria, sua arma de origem, cujo perfil socioeconômico dos oficiais era mais popular e além disso, a sua doutrina de Defesa Nacional, como veremos mais adiante, havia sido bem acolhida no Exército e na Aeronáutica.

Porém o assédio dos militares opositoristas continuou. No segundo mandato de Perón, houve ao menos dois eventos marcantes, nesse aspecto; em abril de 1953, Perón sofreu um atentado a bomba, em um discurso na Praça de Maio no qual seis pessoas morreram e 90 ficaram feridas.⁴¹¹ Em 16 de junho de 1955, na celebração do Corpus

⁴⁰⁸ Vários setores emergentes da sociedade argentina, em especial, os sindicatos, vão conferir legitimidade ao seu governo através do voto e das mobilizações. Para se ter uma ideia, da participação política dos trabalhadores, entre 1946 e 1951, o número de filiados aos sindicatos passa de 520 mil a 2,334 milhões. AMARAL, S. El líder y las masas en los orígenes del peronismo. In: PRADO, M.L.C. Vargas Aproximações & Perspectivas. São Paulo: Memorial da América Latina, 2009, p.29. Veja também JAMES, D. O peronismo e a classe trabalhadora, 1943-1955, In: ROLLEMBERG, D. QUADRAT, S. *A Construção Social dos Regimes Autoritários – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2010. p.312.

⁴⁰⁹ LONARDI, M. *Mi padre y la revolución del 55*. Buenos Aires: Cuenca del Plata, 1980, pp.24-25.

⁴¹⁰ POTASH, R.A. *El Ejército y la política en la Argentina – 1945-1962*. De Perón a Frondizi. Buenos Aires: Sudamericana, 1981, pp.190-191 e LONARDI, 1980, p. 19.

⁴¹¹ LOPEZ, E. *Seguridad Nacional y Sedición Militar*, Buenos Aires: Legasa, 1987, p.92.

Christi, um violento incidente envolveu setores da Igreja Católica⁴¹² e militares rebeldes. Trinta aviões da Marinha⁴¹³ foram utilizados pelos insurretos para bombardear a Praça de Maio, em uma ação que matou ao menos 300 pessoas, deixando mais de 600 feridas.⁴¹⁴ Ato contínuo, os militantes peronistas queimaram a Cúria Metropolitana, entre outros prédios, como retaliação. Os militares contrários a Perón conseguiram tirá-lo do poder em 15 de setembro de 1955, em um novo golpe, dando início a um longo período de violência política.⁴¹⁵

Cabe refletir que as ações na Praça de Maio, voltadas ao jogo político, mostram que a acentuada participação política dos militares na Argentina havia deturpado a identidade e o profissionalismo dos seus comandantes e que a polarização ideológica naturalizou o emprego da força contra os concidadãos. Em vez de se prepararem contra uma agressão externa ao país, seus mapas e operações eram conduzidos contra a população que deveriam proteger.

O líder do golpe, general Eduardo Lonardi, ensaiou um novo governo e definiu um novo padrão de democracia. Com o lema “nem vencedores e nem vencidos”, Lonardi buscou ao seu modo impor a pacificação. Para garantir a sobrevivência de seu mandato, fez um expurgo nas Forças Armadas – 63 dos 83 generais foram para a reserva.⁴¹⁶ A moderação de Lonardi durou pouco: ele acabou sendo alvo de um novo golpe, perpetrado pelo general Aramburu.⁴¹⁷ Com Aramburu no poder, a Marinha passou a aumentar a sua influência, fato que teve forte impacto no sistema partidário argentino. O vice-presidente, almirante Isaac Rojas, destilou como pode o seu ódio ao peronismo, proibindo em decreto qualquer manifestação referente ao partido.⁴¹⁸ Os peronistas foram presos e os sindicatos,

⁴¹² POTASH, 1981, p.239 e p.245. LUNA, F. *Argentina: de Perón a Lanusse (1943-1973)*, trad. de Glória Rodríguez, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974, p.76.

⁴¹³ POTASH, 1981, pp.257-261. Ver também: El 16 de junio de 1955: el día más violento. *La Nación*. Buenos Aires. Domingo 12 de junho de 2005. Disponível em <<http://www.lanacion.com.ar/712033-el-16-de-junio-de-1955-el-dia-mas-violento/>>, acesso em 10 Ago.2013.

⁴¹⁴ Além dos Gloster Meteor, foram utilizados aviões Beechcraft, Catalina e North America AT6. LARRAQUY, M. *De Perón a los Montoneros*, Aguilar: Buenos Aires, 2010, pp.74-75.(e-book)

⁴¹⁵ LONARDI, 1980, pp. 62 e 73-90. LUNA, F. *Argentina: de Perón a Lanusse (1943-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974, pp.82-83

⁴¹⁶ LONARDI, 1980, p.150. LÓPEZ, E. *Seguridad Nacional y Sedición Militar*, Buenos Aires: Legasa, 1987, p.127.

⁴¹⁷ LUNA, 1974, pp.91-93.

por sua vez, sofreram intervenção federal. Tudo em nome de uma mudança de cunho “liberal e democrático”, nas palavras de Aramburu.⁴¹⁹

O exílio de Perón e a proscrição do Partido Peronista das eleições presidenciais, uma medida que perduraria até 1973, geraria um forte ressentimento entre o partido e os militares. Os peronistas eram vistos como a causa da violência política que o país experimentava, mas, ao excluí-los, a Junta Militar da Revolução Renovadora de 1955 alimentou um novo ciclo de violência. Ainda no final da década de 1950, uma conspiração feita por oficiais peronistas foi descoberta e seus líderes foram condenados à morte por fuzilamento – essa seria a primeira sentença capital desse tipo a ser aplicada na Argentina do século XX.

Após o golpe, iniciou-se um processo de substituição da Doutrina de Defesa Nacional, como parte de uma política de eliminar a influência do peronismo no meio militar.⁴²⁰ De acordo com Ernesto López, desde 1944, vigorava nas Forças Armadas argentinas a Doutrina de Defesa Nacional. Essa doutrina havia sido criada por Perón quando era ainda ministro da Guerra e era caracterizada pela hipótese de conflito com o Brasil e/ou o Chile. O modelo de desenvolvimento do país era pautado pela industrialização – em especial, a indústria de base, pela autonomia em relação ao mercado externo, pela melhoria das condições sociais – possibilitando assim o aumento do mercado interno e da capacitação da mão de obra. Essa doutrina previa a subordinação dos militares ao poder político, e apesar de ter sido bem acolhida na recém criada Aeronáutica e em boa parte do Exército, a doutrina sofreu o primeiro revés quando generais e almirantes tentaram por duas vezes dar um golpe em Perón, em 1951 e 1952. Como resposta, o presidente teve de se aproximar de oficiais de confiança e vinculados ao seu projeto político, e expulsou vários oficiais conspiradores, o que alterou sobremaneira a ideia de neutralidade e profissionalização.⁴²¹

⁴¹⁸ O decreto 4161/56 detalha a proibição feita pelo governo no que se refere a utilização de nomes, símbolos e músicas associadas ao peronismo. Uma cópia pode ser encontrada em <http://www.elhistoriador.com.ar/documentos/revolucion_libertadora/decreto_4161.php />, acesso em 9 out. 2013.

⁴¹⁹ LUNA, 1974, pp.95-96 e Romero, 2011, p.136. O peronismo só voltou a ter o controle dos sindicatos em 1957, com o Congresso Normalizador, convocado pelo regime militar e do qual foi eleita o agrupamento chamado *62 organizações*, formado por líderes peronistas e comunistas. Ver El nacimiento de las 62 Organizaciones, *Página 12*, 17 de dezembro de 2007, disponível em <http://www.pagina12.com.ar/diario/dialogos/21-96289-2007-12-17.html>

⁴²⁰ LÓPEZ, 1987, p.133.

⁴²¹ LÓPEZ, 1987, pp.85-90.

A “desperonização” seria inspirada em duas fontes de pensamento sobre os conflitos contemporâneos: a doutrina de Guerra Revolucionária, proveniente da experiência francesa na descolonização, e a doutrina de Segurança Nacional produzida pelos norte-americanos a partir de 1962. Segundo João Roberto Martins Filho, a Guerra Revolucionária foi um conceito criado pelos franceses para lidar com os movimentos de independência na Indochina e na Argélia. Para esses militares, a Guerra Revolucionária, diferente da Guerra Convencional, era caracterizada pela “indistinção entre os meios militares e não militares e a particular combinação entre a política, a ideologia e operações bélicas que ela proporcionava”. A doutrina criada pelos franceses previa um intensivo controle de informações para enfrentar esse novo tipo de conflito, o que pressupunha um comando político-militar unificado e com alto poder de intervenção.⁴²² Prudêncio Garcia e Ernesto López apontam que a influência dessa doutrina no exército argentino começou em 1956 quando foi trazida uma missão militar francesa ao país, por influência do coronel Carlos J. Rosas, que havia feito curso em Paris. Não demoraria muito para que esse primeiro contato institucionalizasse a propaganda francesa. Em 1957, a Escola Superior de Guerra⁴²³ da Argentina organizou, com assessoramento de oficiais franceses, os primeiros estudos sobre a “guerra revolucionária comunista”.⁴²⁴

A doutrina de Guerra Revolucionária resolvia dois problemas: afastava a doutrina de Defesa Nacional inaugurada por Perón e dava uma nova identidade às Forças Armadas argentinas no contexto da Guerra Fria, fazendo com que o peronismo e o comunismo fossem os inimigos. Assim, o nacionalismo popular, como entrave ao modelo econômico liberal, estava afastado das concepções de desenvolvimento.⁴²⁵

⁴²² MARTINS FILHO, J. R. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - vol. 23 Nº 67, p. 41 e SHY, John & COLLIER, Thomas W. “Revolutionary war”, in Peter Paret (org.), *Makers of modern strategy*, Princeton, Princeton University Press, 1986.

⁴²³ A ESG argentina forma os oficiais do Estado Maior. Seria equivalente no Brasil à Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME).

⁴²⁴ GARCIA, P. *El drama de la autonomia militar, Argentina bajo las juntas militares*. Madri: Alianza Editorial, 1995, pp.90-91.

⁴²⁵ Em um artigo escrito em 1962 pelo coronel francês Jean Nougués, *Radioscopia Subversiva de la Argentina*, ele apontava uma série de razões pelas quais o comunismo não se desenvolvia no país. Nougués ressaltava que, embora essa ideologia, “de cara aberta”, tivesse pouca possibilidade de sucesso, os comunistas poderiam usar como “correia de transmissão” o sentimento anti-americano e nacionalista que havia nas massas peronistas, ainda pouco integradas politicamente. LÓPEZ, 1987, p.155-156. A proliferação da doutrina de Guerra Revolucionária na Argentina não se restringiu ao âmbito militar. De acordo com Novaro e Palermo, uma das figuras-chave da propaganda de forte discurso anticomunista, antidemocrático e conservador, seria o capelão francês Georges Grasset, que depois de atuar na força de

Devemos lembrar que o período entre 1958 e 1962, em que os militares argentinos embasam doutrinariamente seu pensamento em termos de defesa, foi marcado por eventos de grande importância geopolítica no tabuleiro da Guerra Fria. O sucesso da Revolução Cubana em 1959 (na qual teve como participante o médico argentino Ernesto “Che” Guevara) incentivou os peronistas à formação de movimentos armados de extrema-esquerda, e aumentou a distância entre a cúpula militar e o peronismo. Além disso, o peronismo continuava ser uma força nos sindicatos e nas universidades, o que despertava a atenção dos militares. Em 1961 e 1962, a frustrada invasão da baía dos Porcos e a crise dos Mísseis, ambas em Cuba, fariam com que o governo norte-americano aumentasse sua atenção aos aliados no continente, promovendo programas de apoio econômico (como a Aliança para o Progresso) e de intercâmbio militar. Nesse período, os exércitos da região receberam mais aportes doutrinários para legitimar o que já vinham fazendo em termos de combate ao comunismo e segurança interna.

A versão da doutrina de Segurança Nacional feita pelos norte-americanos, criada através do Memorando de Ação de Segurança Nacional 124 (NSAM-124), em 18 de junho de 1962, foi irradiada dentro do Exército pela constante participação dos oficiais argentinos nas escolas militares norte-americanas.⁴²⁶ Com a implantação da doutrina, táticas de contra insurgência, operações psicológicas, técnicas de interrogatório e investigação iriam se somar ao já vasto repertório de emprego da violência dos militares argentinos contra os próprios cidadãos. Subjacente à essa lógica de enfrentamento às novas ameaças, a ideia de desenvolvimento, que passaria ser um tema associado à segurança, reforçaria a percepção entre os militares de que as crises políticas refletiam a inferioridade do poder civil em dar soluções ao país e que só os militares poderiam resolver essas questões. Como bem ressalta João Roberto Martins Filho, pode-se considerar que, quando a Casa Branca instituiu a doutrina de Segurança Nacional, estava fazendo para os argentinos e brasileiros “o mesmo que ensinar o Padre-Nosso ao vigário”.⁴²⁷

ocupação na Argélia e de inspirar a Organização do Exército Secreto (OAS), dirigiria em Buenos Aires a revista *Verbo*. NOVARO, M. e PALERMO, V. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983, Do Golpe de Estado à Restauração Democrática*. São Paulo: Edusp, 2007, p.108.

⁴²⁶ Para se ter uma noção da força desse intercâmbio, entre 1950 e 1975, 3676 militares argentinos participaram de cursos oferecidos pelo departamento de Defesa norte-americano. GARCIA, 1995, p.94.

⁴²⁷ Joseph Comblin, um dos primeiros teóricos a buscar mostrar o papel da Doutrina de Segurança Nacional nos países da região, destaca que a versão norte-americana dessa doutrina teve menos influência no Exército argentino do que a doutrina de Guerra Revolucionária. Para ele, o exército argentino era o mais europeu e o menos norte-americano da região. Isso fez que com os militares argentinos adotassem os padrões franceses de combate ao inimigo interno. A ideia de um governo baseado na lógica da Segurança

Sendo o peronismo uma fonte de inquietação para os militares, qualquer tendência à inseri-lo no sistema político poderia ser vista como ameaça: o presidente Arturo Frondizi, eleito democraticamente em 1958, permitiu que os peronistas voltassem a concorrer nas eleições provinciais de março de 1962 e eles acabaram por vencer em 10 das 14 províncias, incluindo a de Buenos Aires (com o líder sindical Andrés Framini). Bastou para que fosse derrubado. Em seu lugar, os militares colocaram o presidente do Senado, José Maria Guido.⁴²⁸ Governando provisoriamente e sob pressão dos militares, Guido não conseguiu impor a participação dos peronistas na eleição de 1963, mantendo-os em nova proscrição e anulou o resultado das eleições de 1962.

A contínua sombra de uma intervenção militar contra o crescimento do peronismo afetava também os militares. Em 1963, duas correntes dentro das Forças Armadas argentinas, os azuis e os vermelhos, iniciaram um ensaio de guerra civil, mobilizando tanques, aviões e navios.⁴²⁹ Os azuis, legalistas, acabaram vencendo o conflito e o general Juan Carlos Onganía se tornou uma eminência parda no Exército e, por extensão, na política argentina. Essa disputa permitiu que a Cavalaria fosse a principal arma do Exército argentino até 1973.⁴³⁰

Pensava-se que o Exército argentino estaria agora no caminho da profissionalização, com a perda da linha dos interventores e que o peronismo voltaria à política. Ledo engano. Exilado, Perón ordenou que seus correligionários recusassem qualquer acordo para participar das eleições. O que poderia ter sido um passo para estabilidade democrática,

Nacional, só ficaria mais clara com o governo do general Juan Carlos Onganía, a partir de 1966. COMBLIN, J. *A ideologia da Segurança Nacional. O poder militar na América Latina*. Tradução de A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p.190-196. Segundo o autor, um dos ideólogos da Doutrina de Segurança Nacional na Argentina foi o general Osirio Villegas, que atuaria com Onganía.

⁴²⁸ POTASH, 1981, pp.498-502.

⁴²⁹Os azuis, legalistas, eram liderados pelo general Juan Carlos Onganía, tinham o apoio dos oficiais da cavalaria e da artilharia, e viam o retorno dos peronistas (desde que sem Perón) como uma forma de diminuição das tensões sociais sendo inclusive uma maneira de conter a irradiação do comunismo na Argentina. Para eles, o processo político deveria ser corrigido e a autoridade presidencial, que estava sendo alvo da pressão dos militares anticomunistas, deveria ser preservada. Os chamados vermelhos, também conhecidos por seus rivais como “gorilas”, representavam a ala mais antiperonista e autoritária no meio militar, desejavam aproveitar a fragilidade do governo Guido e o fato de o Congresso ter sido dissolvido para impor uma nova ditadura ao país. Eram o mesmo grupo que pressionou e depôs o presidente Frondizi. Com apoio da Marinha, eles se mobilizavam para depor o presidente Guido e colocar em seu lugar o general da reserva Benjamín Menéndez, o mesmo que havia tentado tirar Perón do poder em 1951 e 1955 NORDEN, 1996, p.37. LUNA, 1974, pp.145-146.

⁴³⁰ MAZZEI, D. La élite del Ejército argentino (1962-1973), *Cuadernos de Marte*, año 3, nº 4, julho 2013, disponível em <<http://www.iigg sociales.uba.ar/revistacuadernosdemarte/>>. Acesso em 13 Nov.2014.

acabou sendo mais um motivo para os militares desconfiarem dos partidos e ampliarem o seu papel. O próprio Onganía deixaria claro em 1964, em uma palestra na academia de West Point, qual seria o papel das Forças Armadas Argentinas. Elas poderiam intervir a qualquer momento, desde que houvesse ameaça às instituições e ao estilo de vida tradicional, pautado na religião cristã e nos valores ocidentais.⁴³¹

Diversos setores da sociedade argentina legitimavam esse papel. Nesse mesmo ano, líderes sindicais peronistas começaram a buscar um acordo com os militares para o retorno do partido. Eles também organizaram greves e piquetes para desestabilizar o governo do presidente Arturo Illia, eleito em 1963, pela UCR do Povo. O objetivo era criar condições para um novo golpe militar.⁴³² Esse golpe acabou ocorrendo em 1966 e colocou no poder o general Onganía.

Como seus antecessores Frondizi e Guido, Illia se tornou indesejável para os militares por ter permitido aos peronistas participar das eleições legislativas e provinciais.⁴³³ Repetindo o que ocorrera no Brasil em 1964, a confiança depositada nos militares em uma intervenção curta rapidamente se tornou frustração. A chamada Revolução Argentina, estruturada em objetivos e não em prazos, deixava implícito que a intervenção seria mais longa.⁴³⁴

⁴³¹ COMBLIN, 1977, p.189; LÓPEZ, 1987, pp.176-177.

⁴³² Nesse mesmo ano, Perón tentou, sem sucesso, voltar ao país, sendo barrado ainda no Brasil, onde fazia escala, pelos militares brasileiros no Rio de Janeiro. GAMBINI, H. *História del Peronismo III (1956-1983) – La Violência*, Doral: Stockero, 2008, pp.137-138.

⁴³³ De acordo com Rubén Perina, a incapacidade de Illia de responder às demandas trabalhistas e estudantis, e a violência com que as multidões eram contidas “só contribuiu para a sensação geral de caos e de incompetência do governo”. Nos últimos anos de mandato, passou a haver nos principais *media* argentinos uma forte campanha contra o presidente, que chegou a ser chamado de tartaruga, pela lentidão de suas decisões. PERINA, 1983, pp.73-81.

⁴³⁴ Segundo Emilio Dellasoppa, a queda de Illia foi intensamente negociada entre os empresários, os sindicatos e as Forças Armadas. Nesse aspecto, pode parecer contraditório, mas os sindicalistas mais ortodoxos viam com descrédito as manobras para abertura política feitas por Illia. Para eles, tratava-se de uma maneira de dividir o partido. Havia naquele momento um novo peronismo, liderado pelo sindicalista Augusto Vandor que poderia causar problemas ao projeto de retorno ao poder de Perón. Com uma possível abertura, Vandor assumiria a liderança do peronismo enquanto Perón continuaria exilado. Por isso o apoio dos sindicalistas ortodoxos e de Perón para o golpe.

Emilio Dellasoppa ressalta que a preparação para o golpe contou com a divulgação de uma entrevista a Perón na qual, em seu exílio, fez um discurso ambíguo, apoiando Onganía e afirmando que a presença das Forças Armadas era um remédio para o retorno da ordem pré-1955. Logo depois, afirmaria que o governo não duraria muito, pois o general Onganía havia assumido fazer uma reforma constitucional, o que não era da alçada da cavalaria (arma de Onganía). DELLASOPPA, E. *Ao inimigo, nem justiça. Violência Política na Argentina -1943-1983*. São Paulo: Hucitec: EdUsp, 1998, pp.272-273.

Em relação aos partidos, Onganía buscou fazer um governo sem partidos, o que foi minando o seu grau de representatividade. Cabe ressaltar que Onganía evitou também colocar militares ou inserir mais ainda a instituição no governo. Com a clara falência desse sistema, o aumento da violência e a necessidade de isentar a imagem das Forças Armadas do fracasso político, Onganía acabou sendo substituído, através de um golpe militar, pelo general Roberto Levingston e esse, nove meses depois, pelo general Alejandro Lanusse.

Lanusse tentou negociar diretamente com Perón o restabelecimento da democracia e a inclusão do partido peronista. Porém, o próprio Perón se recusou a aceitar os prazos e disposições de Lanusse.

Como resultado desse impasse, tanto Perón quanto Lanusse (que também desejava se tornar candidato) perderam o prazo para lançar suas candidaturas. O peronismo acabou sendo representado pelo dirigente Héctor Cámpora, que venceu o pleito e ficou no poder tempo suficiente para impor uma ampla anistia aos presos políticos, permitir o retorno de Perón e convocar novas eleições.⁴³⁵ Seria mais uma democracia frágil a ser sucedida por um regime militar forte.

Brasil: As Forças Armadas e a herança de Vargas em xeque (1946-1964)

Como na Argentina, esse período histórico tem o seu destaque pois nele é que se formam alguns dos oficiais que criarão ou liderarão os grupos de pressão política que são alvo dessa tese. Se nos demais itens, vimos o crescimento do Exército como instituição e como ator político, entenderemos nesse como doutrinas e concepções vão legitimar esse papel interventor, dando ao partido militar sua ideologia.

No caso brasileiro, em especial, as interações entre os três principais partidos e as Forças Armadas são essenciais para se entender o papel da cúpula militar como árbitro das questões políticas. Em que pese não haver o grau de violência política como visto na Argentina, as Forças Armadas brasileiras vão intervir nas crises políticas em 1954, 1955, 1961, de maneira pontual, e em 1964 de maneira mais prolongada. Isto, sem contar que, em 1956 e 1959, o governo democraticamente constituído foi alvo de rebeliões de militares da Aeronáutica.

Ainda no que tange às relações civis e militares brasileiras, o período da vigência da Constituição de 1946 é tratado por Alfred Stepan como o do Poder Moderador das Forças Armadas. Para agirem como moderadoras, as Forças Armadas deviam sempre

⁴³⁵ DELLASOPPA, 1998, p.305.

contar com o apoio civil. Por esse conceito, ele tenta descartar a interpretação de Samuel Huntington a respeito do controle civil sobre os militares, uma vez que traz um elemento novo, a fraqueza das instituições, para explicar o papel dos militares brasileiros como substitutos das mesmas.

Por sua vez, Edmundo Campos Coelho destaca esse período como o da política laudatória. O Exército, como instituição, foi alvo de grupos políticos que tentaram transformá-lo em “partido potencial”. Para persuadir os oficiais, esses grupos políticos utilizaram a ideia de que os militares exerceriam um poder moderador. A persuasão consistiria em criar essa identidade, uma função social aos militares para fins políticos, o que foi praticamente assimilado e não necessariamente poderia ser verdade.⁴³⁶ Coelho ainda ressalta que a ideia de uma função moderadora seria elástica, ambígua: não poderia ser apropriada pelos grupos que se julgassem circunstancialmente prejudicados.⁴³⁷ Ambas as concepções podem ser utilizadas para os casos argentino e brasileiro.

Para Alain Rouquié, o papel dos militares, seja na Argentina ou no Brasil, estaria ligado à interpretação que eles faziam dos projetos de Estado formado pelo poder civil. Se esses projetos de poder não comprometiam o ideal dos militares do Estado, não seriam objeto de golpe militar.⁴³⁸

Em 1954, as Forças Armadas estavam no meio da crise política que fustigava o governo de Getúlio Vargas. No oficialato, a oposição a Vargas havia ficado mais clara quando ele propôs o aumento de 100% do salário-mínimo, o que causou uma reação de um grupo de oficiais da ativa. Emitido em fevereiro de 1954, o Manifesto dos Coronéis levou a assinatura de 82 coronéis e tenentes-coronéis e tecia duras críticas em relação à política do governo para as Forças Armadas e para a proposta de reajuste do salário-mínimo. A pressão desses militares teve, como principais consequências, a saída do ministro da Guerra, general Ciro do Espírito Santo Cardoso, e a do ministro do Trabalho, João Goulart.

O envolvimento dos militares e de auxiliares do Palácio do Catete na disputa entre Vargas e Carlos Lacerda produziu a grande crise de agosto de 1954. Uma das causas da

⁴³⁶ COELHO, E.C. *Em busca da identidade. O Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p.139.

⁴³⁷ COELHO, 2000, p.83. Por sua vez, Stepan reconhece que o termo moderador, extraído da experiência imperial brasileira, seria uma combinação das ideias de moderador e árbitro, e ele evita chamar as Forças Armadas de juízes (por haver pouco grau de institucionalidade) ou de guardiães (por ressaltar um sentido de benevolência, discutível). STEPAN, 1975, p. 52.

⁴³⁸ ROUQUIÉ, 1982, pp.324-325.

crise fora o atentado da rua Tonelero, um crime planejado por Gregório Fortunato, assistente pessoal de Getúlio, endereçado à Carlos Lacerda e que acabou vitimando o major Rubens Vaz. Esse militar era de uma equipe de oficiais da Aeronáutica que, de maneira informal, passara a escoltar o jornalista. Com a repercussão do caso, aumentou a rejeição a Vargas na Força Aérea e na Marinha. No dia 23, 27 oficiais da cúpula das três forças lançaram o manifesto dos Generais, pedindo a renúncia do presidente.

Na madrugada de 24 de agosto, Vargas convocou uma reunião ministerial para definir os rumos da crise. Informado da falta de apoio, foi instado pelos seus auxiliares a escolher entre a resistência armada, a renúncia, ou um pedido de licenciamento. O presidente não admitia a renúncia e tinha a ciência que não contaria com forças capazes e resistir. Decidiu comunicar que iria se licenciar, mas ao cabo de algumas horas se matou com um tiro no peito. A morte de Vargas no dia 24 de agosto de 1954 e a grande comoção que o impacto do suicídio gerou, acabou evitando o sucesso de uma conspiração que estava em marcha. Não havia apoio popular para a quebra da ordem. E o que poderia ser um golpe, teve de ser adiado por dez anos, não sem tentativas.⁴³⁹

Naquele tempo de proeminência política dos militares, Carlos Lacerda ainda contaria por muito anos com o apoio de oficiais da Aeronáutica. Alguns dos oficiais que apoiaram Lacerda em suas tentativas de chegar ao poder e fariam parte dos grupos de pressão política aqui apresentados.⁴⁴⁰

As Forças Armadas brasileiras atuaram mais uma vez na crise sucessória vinda com as eleições de 1955. Na falta de um claro acordo sobre o respeito às regras democráticas, os oficiais legalistas que faziam parte da cúpula das Forças Armadas, em especial o Exército, agiam como árbitros da democracia, tendendo à intervenções pontuais ou à manutenção do sistema sempre que isso fosse amparado pelo apoio popular. No episódio que ficou conhecido como Novembro de 1955, a alta cúpula, representada pelo general Eduardo Teixeira Lott, teve de intervir para garantir que a chapa vencedora, da coligação PSD/PTB, composta por Juscelino Kubistchek e João Goulart, pudesse tomar posse, em

⁴³⁹ Sobre a crise de agosto, recomendo a leitura de DULLES, J. W.F. *Carlos Lacerda, a vida de um lutador*. Tradução de Vanda Mena Barreto de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, 192; MORAES, M.J.B.M. *Memórias*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984, vol. II, pp. 576-577; SKIDMORE, T.E. *De Getúlio a Castello*. Trad. de Berilo Vargas, São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp.176-177.

⁴⁴⁰ O coronel aviador Juarez de Deus Gomes da Silva, presidente do Ternuma, apoiou o então governador Lacerda no golpe de 1964. O brigadeiro Márcio Coqueiro Leal, do grupo Independente 31 de Março, conspirou a favor de Lacerda. Sobre Lacerda e os oficiais da Aeronáutica, as fontes são STEPAN, 1975, p.69 e DULLES, 1992, pp.169-76 e SANTOS, 2009.

que pesem os constantes assédios da UDN, cujo candidato era o general Juarez Távora. A intervenção foi necessária também para controlar a insubordinação nas próprias fileiras. Havia uma conspiração civil militar que estava em andamento e que poderia afetar a estrutura hierárquica do Exército. A reação à um fator de ameaça da hierarquia foi também um dos motivos para o golpe de 1964.

Em 1961, diante da crise causada pela renúncia de Jânio Quadros, a cúpula militar, representada pelo almirante Silvio Heck, ministro da Marinha, pelo general Odílio Denys, ministro da Guerra e pelo brigadeiro Gabriel Grün Moss, ministro da Aeronáutica, pressionou para que Jango não assumisse. Esses militares anti-getulistas viam a posse do herdeiro político de Vargas como inadmissível, por motivos de segurança nacional.⁴⁴¹ Apesar da pressão, não houve apoio civil para um golpe e Jango acabou assumindo o cargo de presidente. No entanto, as lideranças políticas e militares concordaram em condicionar o seu retorno à implantação do parlamentarismo no Brasil.

Embora tenha sido eleito duas vezes vice presidente, com uma votação expressiva em ambos pleitos, João Goulart, herdeiro político de Vargas, era mal visto por muitos militares brasileiros. As reformas que aquele estancieiro gaúcho desejava para o país afetavam o interesse de grandes empresários da agricultura e da pecuária, além de ser interpretada como um avanço do Brasil para o comunismo. O próprio fato de ele estar na China quando da renúncia de Jânio Quadros fora utilizado para justificar o perigo à segurança nacional alardeado pelos militares opositores.

Essa visão extremamente pejorativa de qualquer política pública ou debate voltado à melhoria das condições sociais, que eram vistos como um sintoma do comunismo, pode ser tributária tanto aos efeitos da propaganda da Guerra Fria, ao papel das elites econômicas brasileiras, e, em especial, a uma parcela do oficialato que se alinhou aos Estados Unidos.

Durante os primeiros anos da década de 1950, era visível a divisão entre os oficiais brasileiros sobre um projeto de desenvolvimento que contemplasse melhorias sociais por reformas e pela intensa atuação do Estado e outra parcela que propunha que a solução deveria vir da livre iniciativa. Essa polarização se fez presente em importantes debates ocorridos no Clube Militar, em especial sobre a participação do Brasil na Guerra da Coreia, em 1950, e sobre a campanha do Petróleo, em 1953. Ao longo da década, com os liberais vencendo as eleições do Clube em 1952 e 1954, a politização dentro dessa

⁴⁴¹ SKIDMORE, 2010, p.251.

entidade iria diminuir, paralelamente ao fato de que a Escola Superior de Guerra, uma entidade criada à imagem do National War College, dos Estados Unidos, passaria a ser um centro irradiador dos valores liberais e das doutrinas que buscavam desenvolvimento e segurança.

Assim como na Argentina, parte da oficialidade brasileira adotou como base doutrinária os conceitos de Guerra Revolucionária, vinda da experiência francesa, e de Segurança Nacional, sob a luz da interpretação norte-americana. Ligeiramente distinto do padrão argentino, mais europeizado, a doutrina brasileira foi muito tributária da intensa relação que os brasileiros tiveram com os americanos desde 1942.

Cabe lembrar que nos princípios gerais da ESG, formulados em 1949 pelo general Idílio Sardenberg, havia a clareza do papel interventor das Forças Armadas no Desenvolvimento e na Segurança Nacional.⁴⁴² Essa lógica permitia que os militares interviessem no processo político, através do Estado Maior das Forças Armadas e prescrevia que a ESG fosse capaz de formar uma elite que administraria os problemas do país.⁴⁴³ Dessa maneira, os conceitos sobre Segurança Nacional que chegam ao Brasil eram apenas, como coloca Eduardo Svartman, a atualização, para os tempos de Guerra Fria, de “um repertório de classificação e de representação do mundo político e social” que já existia entre os militares brasileiros.⁴⁴⁴

Com o passar dos anos, novos elementos foram inseridos àquela doutrina, em especial, os que foram trazidos, a partir de 1962, da influência norte-americana na contenção do comunismo nos governos Truman, Eisenhower e, especialmente, Kennedy.⁴⁴⁵ O aporte norte-americano à doutrina brasileira e aos demais países latino-americanos levava em conta o que o que ocorrera na Revolução Cubana de 1959 e a ameaça devido à crise dos mísseis soviéticos em território cubano.

⁴⁴² Cabe lembrar que os dois primeiros diretores da ESG, o marechal Cordeiro de Farias (1949-1952) e o general Juarez Távora (1952-1954) eram de oposição à Vargas e um de seus principais instrutores era o coronel Golbery do Couto e Silva, um dos autores do manifesto dos coronéis, e que viria a ser um dos articuladores do golpe de 1964.

⁴⁴³ Nos princípios fundamentais da ESG, de autoria do tenente-coronel Idílio Sardenberg, já se previa no seu primeiro corolário, que os órgãos responsáveis pela Segurança Nacional deveriam zelar pelo desenvolvimento potencial da nação. OLIVEIRA, E.R. *Militares: Pensamento e ação política*. Campinas: Papirus, 1987, p.64.

⁴⁴⁴ SVARTMAN, E. M. *Guardiões da nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. Tese defendida na UFRGS, 2006, p. 194.

⁴⁴⁵ CHIRIO, M. *A política nos quartéis. Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p.24.

Outra contribuição ao pensamento dos militares se deu através da geopolítica ministrada pela ESG, onde passou a ficar claramente enraizada a noção de que o Brasil era um aliado inequívoco dos Estados Unidos no continente.⁴⁴⁶

Por sua vez, a Doutrina de Guerra Revolucionária passou a ser conhecida em 1957 no Brasil. Como vimos, a Doutrina de Guerra Revolucionária visava um grau de controle das informações que só poderia ser realizado através da centralização do poder político e militar, em outras palavras, pressupunha forte intervenção militar no governo – o que servia não como uma prescrição do que fazer nas relações civis e militares brasileiras, mas uma justificativa, assim como a doutrina de Segurança Nacional, para aprofundar o que já era feito.⁴⁴⁷

Para todas essas concepções teóricas, o inimigo estava, de alguma forma, contaminado pela ideologia comunista. À propaganda anticomunista vigente com o culto aos mortos na Intentona de 1935, foi agregada a propaganda em larga escala feita pelos Estados Unidos a partir do fim da Segunda Guerra. Essas fontes iriam modelar o pensamento dos oficiais a respeito de quais eram os perigos para a soberania do país. As Forças Armadas estavam cada vez mais voltadas a lidar com um inimigo interno e fazer do seu próprio território o teatro de operações, tendo como aliado externo, os Estados Unidos.

Como ressalta Martins Filho, além de criar um escopo doutrinário de defesa e segurança, a ESG acabou por ser realizadora da *ação psicológica* prevista na Guerra Revolucionária, ao publicar livros e revistas voltados ao grande público para tentar angariar deles a coesão necessária contra um suposto movimento revolucionário.⁴⁴⁸

⁴⁴⁶ Em 1960, na segunda edição da obra *Aspectos geopolíticos do Brasil*, lançada oito anos antes, o coronel Golbery do Couto e Silva utilizava um mapa-múndi com a projeção georreferenciada com centro em São Paulo, sem dúvida, influência direta dos geopolíticos Harold Mackinder e Nicolas Spykman, para mostrar o que ele chamava de hemisférios interior, médio e exterior da América do Sul. Nessa concepção de defesa, as ameaças, por ele chamada de antagonismos, vinham do eixo Moscou-Pequim, localizados no hemisfério exterior e cabia ao país a defesa e segurança do hemisfério interior, em especial o Atlântico Sul. SILVA, G.C. *Conjuntura Política Nacional – O poder executivo e Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980, p.75-87.

⁴⁴⁷ Dois anos depois, o general Augusto Fragoso deu uma palestra sobre o tema na ESG. De acordo com João Roberto Martins Filho, sob a doutrina de Guerra Revolucionária no Brasil, “suas fontes principais são o documento *Contribution a une étude sur la guerre révolutionnaire*, publicado pela Escola Superior de Guerra de Paris (1955-1956); os livros do coronel Gabriel Bonnet, *Les guerres insurrectionnelles et révolutionnaires* (1958); de Pierre Debray, *La Troisième Guerre Mondiale* (1958); de Claude Delmas, *La guerre révolutionnaire* (1959) e artigos de J. Hogard, Lacheroy, Ximenes, Berteil, Cailloux, Renaud e outros, que vieram à luz nas revistas militares francesas, além de uma edição em francês da obra de Mao Tsé-tung, *Os problemas estratégicos da guerra revolucionária na China* ([1936] 1957).” MARTINS FILHO, 2008, 43.

E esse suposto movimento revolucionário começou a tomar vulto quando João Goulart assumiu a vaga deixada por Jânio Quadros na presidência. Para a elite militar da ESG, para a elite econômica e para parte da elite política, a permanência de Jango no poder era uma ameaça ao modelo de desenvolvimento baseado no alinhamento com os Estados Unidos. A intervenção de 1961, com a implantação do parlamentarismo, serviu como um freio para Jango.

Da sua posse ao golpe de 1964, a oposição contaria com a colaboração de grupos empresariais que ajudariam a criar a percepção de que o país estaria caminhando para uma crise que teria como fim a revolução comunista. Em 1963, a possibilidade de golpe era constantemente difundida pelos jornais. Renné Armand Dreifuss, em *1964: A conquista do Estado*, mostra o trabalho de bastidor feito por lideranças militares, empresariais e de comunicação no sentido de criar as condições para o golpe. Sobre o papel específico da ESG, diria então o Marechal Cordeiro de Farias, um de seus fundadores, em entrevista a Dreifuss:

“Em 1948 nós plantamos carvalhos. Não plantamos couve. A couve cresce rapidamente, mas uma só vez. Os carvalhos demoram, mas são sólidos. Quando chegou a hora, nós tínhamos os homens, as ideias e os meios.”⁴⁴⁹

Quando, no início de 1964, o clima de golpe ficou mais evidente, passou a ficar mais viável para os conspiradores militares brasileiros a possibilidade de intervenção. Deve-se lembrar que algumas reformas defendidas por João Goulart eram defendidas pelos praças e a partir do momento em que eles, com apoio de oficiais pró-governo, começaram a se manifestar abertamente a favor de Jango, sugerindo a quebra de hierarquia, o sinal de alerta foi dado para a cúpula golpista.

O golpe foi interpretado de diferentes formas pela classe política. Acostumados com intervenções pontuais, os políticos mal sabiam que o período que se iniciava transformaria as relações civis e militares brasileiras e a percepção que tinham das Forças Armadas como agentes estabilizadores das crises políticas.

Ademais da participação de vários setores da sociedade brasileira, as orquestrações para a quebra institucional também tiveram apoio dos Estados Unidos. A administração Lyndon Johnson estava temerosa com o avanço da esquerda no Brasil. Na visão de

⁴⁴⁸ MARTINS FILHO, 2008,45-46.

⁴⁴⁹ DREIFUSS, R.A., 1964: *A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, 105.

Washington, a continuação do governo Jango poderia significar a aproximação com a União Soviética. A Casa Branca não mediu esforços para propagar os valores norte-americanos, inicialmente, e, em *última ratio*, enviar fuzileiros navais para a costa brasileira para lutar contra o governo.⁴⁵⁰

O golpe, iniciado pelo coronel Olympio Mourão, um oficial que esteve envolvido no conspiração frustrada dos integralistas que resultou no Estado Novo, serviu para que outro grupo de generais, que já conspiravam, proclamasse uma Junta Militar e encerrasse a vigência da constituição de 1946. Nesse novo período da história brasileira, que seria liderado pelo general Humberto Castello Branco, as Forças Armadas, controlando ao máximo o sistema político durante vinte anos, teriam transformadas a sua imagem de ator político confiável: elas saíam do regime sendo alvo de desconfiança dos políticos, em que pese a confiança de parte da população. Em sistema de rodízio, e com relativo apoio civil, a ditadura brasileira contou com cinco generais que em nome da democracia, impuseram um sistema bipartidário, perseguiram militantes da esquerda e exerceram várias formas de autoritarismo, incluindo a censura e a eliminação do voto direto para os principais cargos políticos.

3.2 OS REGIMES AUTORITÁRIOS NA ARGENTINA (1966-1973 E 1976-1983) E NO BRASIL (1964-1984)

Esse período, de pouco mais de vinte anos, é marcado pela expansão e queda da participação dos militares na política argentina e brasileira, e será o período no qual os militares que formam os grupos de pressão política dessa pesquisa terão suas experiências mais marcantes. Muitos deles participaram da quebra institucional e da repressão surgidas no novo regime. Por outro lado, foi também o período em que parte da elite civil teve

⁴⁵⁰ O apoio norte-americano ao golpe e à propaganda que lhe antecedeu, culminando na operação Brother Sam, não foi o fator decisivo para a quebra institucional no Brasil, embora tenha tido muita influência para sua consecução, uma vez que Jango, ao tomar ciência do andamento do golpe e da movimentação militar, decidiu evitar uma guerra civil. A operação Brother Sam previa o envio de uma frota para o litoral brasileiro e o possível desembarque de tropas. A esquadra norte-americana partiu de Porto Rico e era composta pelo porta-aviões *Forrestal*, navios de combate e de apoio, quatro navios tanque, oito caças, oito aviões tanques, uma aeronave de ligação e sete aviões de transporte, carregando 110 toneladas de armas. O comando da operação ficou a cargo do general George S. Brown, e a ele estavam subordinados militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, além do pessoal da CIA. Parte dessa tropa estava no Canal do Panamá sob o comando do general Breitweiser. De acordo com Márcio Moreira Alves, o padre irlandês Patrick Peyton, um dos organizadores da Marcha da Família com Deus pela Propriedade, que reuniu meio milhão de pessoas em 19 de março de 1964, fora financiado indiretamente pela CIA. Ver também TAVARES, C. O dia que durou 21 anos, documentário, 2012. 77 min; ALDRIGHI, C. *Estados Unidos y Uruguay 1964:1966. La Diplomacia de la Guerra Fria*. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 2012, p. LXXIX; SILVA, H. *1964: Golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, 27-30; ALVES, M. M. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979, pp.112-114.

condições de fazer profunda reflexão sobre as relações civis e militares, uma vez que esses regimes agudizaram o isolamento de forças políticas e buscaram disciplinar o sistema partidário.

Longe de querer escrever uma história sobre esses regimes militares, diante da oferta de obras consolidadas sobre o tema, descreveremos apenas alguns aspectos que julgamos ser relevantes para a compreensão do efeito que os regimes autoritários tiveram nas relações civis e militares e na incidência de grupos de pressão política formados por militares da reserva.

3.2.1 Violência Política na Argentina e interações Partidos x Forças Armadas

Com o golpe de 1966 e a continuidade da proscrição do partido peronista, a violência política na Argentina ganhou novos contornos. Cabe lembrar que a tomada do poder foi apoiada pelos sindicatos, partidos (exceto a UCR do Povo, do deposto Illia) que viam a necessidade de o país partir para um novo salto de desenvolvimento, como o que ocorria no Brasil. A resistência veio das universidades e se proliferaria nos sindicatos, devido à repressão. Embora os sindicatos tenham apoiado a queda do governo Illia, a ditadura que começou com Onganía subtraiu vários direitos trabalhistas e instituiu a doutrina de Segurança Nacional na contenção dos movimentos contestatórios. A reação se seguiu não somente nas fábricas e nas universidades, sendo o episódio ocorrido em Córdoba, um dos mais significativos indicadores de crise no governo.⁴⁵¹

A criação dos *montoneros*, uma organização da luta armada em maio de 1970, é bastante peculiar nesse sentido. Ele se formaram a partir de dois pequenos grupos de estudantes da classe média católica, um com sede em Buenos Aires e outro com sede em Córdoba. Ao longo da década de 1970 receberam militantes de outras organizações da luta armada de direita nazifascista e da esquerda comunista. Os *montoneros* interpretaram

⁴⁵¹ Conhecido como *cordobazo*, esse episódio da história argentina foi marcado por protestos em Córdoba, cidade que é um polo industrial e universitário. Em maio de 1969, manifestantes se mobilizaram contra o governo Onganía, que havia decidido impor expediente integral aos sábados. Eles conseguiram controlar pontos importantes da cidade, atacaram prédios de empresas multinacionais e provocaram incêndios. Após reação violenta da polícia, novos protestos foram realizados e a situação só foi controlada com a chegada de tropas do Exército. De acordo com Luiz Alberto Romero, o *cordobazo* afetou a imagem de ordem do governo Onganía, que era o seu principal capital político. O *cordobazo* também incentivou a renovação do ativismo sindical e estudantil que geraria novas manifestações em todo o país. ROMERO, 2011, pp.176-181.

e difundiram os ideais do peronismo – justiça social, independência econômica e soberania política por meio de um discurso anti-imperialista.⁴⁵²

Em seu planejamento confluíam o aprendizado de uma década marcada pelos movimentos contestatórios ao redor do mundo, pela irradiação das guerrilhas no norte argentino (onde houve inclusive a tentativa de estabelecimento de focos), pela mística causada pela morte de Che Guevara e também pela exacerbação do peronismo, no qual um dos incentivadores era John William Cooke, um dos líderes da resistência peronista. Mas também havia a crença entre os *montoneros* de que eles eram a vanguarda revolucionária, a síntese de um processo histórico que surgira desde a Independência.⁴⁵³

Sua primeira ação de porte foi o sequestro e assassinato do ex-presidente Pedro Aramburu, general que foi um dos principais articuladores do golpe que tirou Perón do poder.⁴⁵⁴ A ação, ocorrida entre os dias 29 de maio e 3 de junho de 1970, para vingar Perón e a morte dos 27 sublevados comandados pelo general Valle em 1956, desestabilizou o governo do general Onganía. Os *montoneros* continuaram realizando atentados, sequestros e mortes, sendo uma de suas vítimas o ex-ministro do Interior do governo Lanusse, deputado Arturo Mor Roig. Em que pese a militância peronista, o próprio Perón recusou a reconhecê-los como representante de seus ideais.⁴⁵⁵

Cabe lembrar que em 1970, havia sete guerrilhas atuando na Argentina. Delas, as mais importantes foram os Montoneros e o Exército Revolucionário do Povo (ERP), liderado por Mario Roberto Santucho. Diferentemente dos Montoneros, o ERP não acreditava na proposta democrática do peronismo, era formado pela esquerda trotskista,

⁴⁵² Entre as organizações podemos citar as Forças Armadas Peronistas (FAP), as Forças Armadas Revolucionárias (FAR), os Descamisados e o Movimento Revolucionário Tacuara, uma dissidência de esquerda do movimento nacionalista de direita Tacuara. GILLESPIE, R. *Soldados de Perón, história crítica de los montoneros*, Buenos Aires: Sudamericana, 2008. DELLASOPPA, 1998, p.300.

⁴⁵³ Segundo Beatriz Sarlo, a expressão *montoneros* se refere à formação gaúcha original dos tempos da descolonização, constituída por “montes” de cavaleiros e lanceiros. SARLO, B. *A paixão e a exceção – Borges, Eva Perón, Montoneros*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras: Belo Horizonte: EdUFMG, 2005, p.180. Ver também LARRAQUY, 2010, p.199.

⁴⁵⁴ O grau de divisão das Forças Armadas era tão grande que durante o primeiro mês após a morte de Aramburu, os militares mais próximos do falecido supuseram que o crime tivesse sido executado por seus colegas de farda identificados com o peronismo, atuantes dos serviços de inteligência, e que esses teriam entregue o corpo à guerrilha. Só depois soube-se que os *montoneros* foram os responsáveis por toda a ação. LARRAQUY, 2010, p.199.

⁴⁵⁵ Nas comemorações do 1º de maio de 1974, eles foram alijados da condição que advogavam de vanguarda revolucionária do Peronismo ao serem avisados em público pelo próprio presidente que ele não aceitaria grupo guerrilheiros, ou seja, não precisava de intérpretes para as suas ideias. Após a morte de Perón, os *montoneros* tentaram criar o Partido Peronista Autêntico, sem êxito. ROMERO, 2010, pp.203-204.

e se afastou do peronismo logo da renúncia de Hector Cámpora.⁴⁵⁶ Atuando quase que exclusivamente no norte argentino, também teve elevada importância na desestabilização dos governos Onganía, Levingston e Lanusse.

O retorno de Perón não acabou com a violência política na Argentina. A complexidade dos movimentos que foram criados em sua defesa trouxe elementos intrigantes quando pensamos não somente nas correntes de extrema esquerda que a ele convergiram, mas quando agregamos a organização de extrema direita Aliança Anticomunista Argentina, *Triple A*. Criada em 1973 por José Lopez Rega, secretário de Perón desde os tempos de exílio e ministro do Bem Estar Social quando de seu retorno, essa organização realizou atentados, sequestros e assassinou entre 900 e duas mil pessoas em 30 meses de atuação. Contava a *Triple A* com 154 membros. Tendo como alvos tanto políticos radicais quanto dirigentes, sindicalistas, policiais legalistas, jornalistas e membros da resistência peronista, a *Triple A* tinha como objetivo reduzir a voz da esquerda dentro do novo peronismo. Dentre suas vítimas mais notórias, estavam o general chileno Carlos Pratts, Silvio Frondizi, irmão do ex-presidente Arturo Frondizi e o padre Carlos Mugica.⁴⁵⁷ Em muitos casos a *Triple A* atuou como esquadrão da morte, com a conivência de setores das Forças Armadas que viam a possibilidade de terem seus companheiros de farda vingados.

Segundo Emilio Dellasoppa, as organizações da esquerda armada cometeram o erro de priorizar a ação em vez da política, através de uma leitura simplificada da complexa sociedade argentina. No momento em que Perón chegou novamente ao poder, o objetivo político estaria consolidado, mas eles insistiram em uma transformação social que tinha como base a manutenção do conflito. O ERP, por exemplo, passou, a partir de 1972 a atacar quartéis para roubar armamentos. Com a volta de Perón, eles declararam que não atacariam o governo, mas continuariam suas ações contra as Forças Armadas e as empresas estrangeiras. Ou seja, enquanto o peronismo estava sendo finalmente integrado ao sistema, as guerrilhas mantinham suas operações, se isolando do sistema.

⁴⁵⁶ ROMERO, 2001, p.202.

⁴⁵⁷ NOVARO E PALERMO (2007, p.105) defendem que o número de mortos seja em torno de 900. O jornalista Ignacio González Janzen defende que tenham sido duas mil vítimas. AMATO, A. La Triple A, el embrión que alumbró el terrorismo de Estado en la Argentina. Clarin, 14 de janeiro de 2007, disponível em <http://edant.clarin.com/diario/2007/01/14/elpais/p-00601.htm>. Segundo Zaverucha, a *Triple A* foi a responsável pela morte do sindicalista José Ignacio Rucci, da Central Geral dos Trabalhadores. Para Larraquy, a autoria coube aos montoneros. ZAVERUCHA, 1994, p.84. LARRAQUY, 2009, pp.198-200.

Com a morte de Perón, em 1974, a violência ampliaria. No curto período de dois meses após a morte do velho líder, segundo uma estatística brutal pontuada por Andrew Graham –Yooll, do *Buenos Aires Herald*, uma pessoa era morta, a cada 19 horas, pelas guerrilhas.⁴⁵⁸ Em uma lista de vítimas das guerrilhas para a década de 1970, a maior parte dos 688 mortos eram integrantes das Polícias (372) e do Exército (105), o que explica em parte a forte reação do governo que será vista em 1975.

No plano da segurança pública, houve importantes mudanças no ano de 1975 que ampliaram as funções das Forças Armadas. Desde o início do ano, o governo de Isabelita Perón decretou a Operação Independência, uma ofensiva sob o comando das Forças Armadas para conter as atividades guerrilheiras do Exército Revolucionário do Povo na província de Tucumán. O governo havia aprovado a participação dos militares após o ERP ter atacado guarnições militares e assassinado oficiais do Exército e da Marinha. Deve-se lembrar que desde o final de 1974, a Argentina estava sob Estado de Sítio.⁴⁵⁹

No período entre 13 de setembro e 17 de outubro, em que Isabel Perón pediu licença por motivos de saúde e assumiu o senador Ítalo Luder, houve outra transformação das funções das Forças Armadas. Através de quatro decretos⁴⁶⁰, o governo civil criou as condições para que as Forças Armadas controlassem os órgãos de segurança regional, a Polícia Federal e a Secretaria de Informações do Estado na guerra contra a subversão. Com esses quatro dispositivos aprovados no Congresso, os militares obtiveram a autorização legal, com um decreto secreto, para *aniquilar* a guerrilha, ou seja perseguir, prender e matar. Não haveria possibilidade de anistia aos presos políticos, como a concedida por Hector Cámpora. O governo civil havia criado mecanismos irreversíveis para o aumento da repressão por parte das Forças Armadas.

Para os militares, a ineficiência de Isabel Perón no combate às guerrilhas deixava mais evidente a necessidade de um golpe. O sucesso obtido em 1975 no enfrentamento ao ERP e aos montoneros aumentou a credibilidade das Forças Armadas e do comandante do Exército, general Videla.

O último golpe militar foi dado no dia 24 de março de 1976. A fala dos militares liderados pelo general Videla preconizou o velho discurso da moralização da coisa

⁴⁵⁸ DELLASOPPA, 1998, p.335.

⁴⁵⁹ NOVARO E PALERMO, 2007, p.95.

⁴⁶⁰ O decreto 261/75, assinado em fevereiro por Isabel Perón ordenava o aniquilamento dos focos guerrilheiros em Tucumán.

pública, sob um novo manto, denominado por eles Processo de Reorganização Nacional. Com a proposta de uma ampla reforma nacional, aquele período se iniciou com certo suporte da sociedade e da classe política, e com ampla unidade dentro das Forças Armadas. De acordo com Rosendo Fraga, o golpe de 1976 foi o que teve maior apoio dentro das Forças Armadas:

O [golpe] de 1930 foi protagonizado por um milhar de homens, frente a neutralidade da maioria. O de 1943 só por uma parte do Exército. O de 1955 por uma fração de oficiais jovens e militares da reserva. Nos três houve enfrentamentos armados. Em 1966, embora houvesse opinião majoritária favorável, uma Força (a Marinha) não se sentia protagonista do movimento e dois dos quatro comandantes de Corpo de Exército eram contra, produzindo-se a detenção de um deles, o general Carlos A. Caro. No entanto, em 1976, a decisão de tomar o poder foi unânime nas Forças Armadas. Não houve enfrentamentos nem deserções e participaram ativamente no emprego militar todas as unidades, com os quadros e conscritos.⁴⁶¹

As razões desse consenso eram a deterioração do governo de Isabelita Perón e a luta antissubversiva, que haviam estimulado uma grande coesão entre os militares.⁴⁶² A classe política por sua vez não criou contratempos para o novo regime. Cerca de 700 empresários deram apoio aos militares.⁴⁶³

A ditadura que começou em 1976 foi a mais violenta da história argentina. Segundo Marcelo Fabián Sain, entre os anos de 1976 e 1979, foram computados 9 mil desaparecidos e 1898 mortos. O autor ressalta que ainda haveriam entre 5 mil e 9 mil casos de desaparecimento em que não houve denúncia, o que faz com que o número de mortos esteja entre 16 mil e 21 mil.⁴⁶⁴

Antes mesmo que a ditadura do Processo de Reorganização Nacional fosse iniciada, a violência e os desaparecimentos já haviam se tornado comuns no país. Como bem lembram Marcos Novaro e Vicente Palermo, em março de 1976, mês do golpe, o jornal *La Opinión*, de centro-esquerda, alertava a seus leitores que a cada cinco horas ocorria um assassinato político e a cada três explodia uma bomba. Nos três meses anteriores, 256 pessoas haviam sido vítimas dos guerrilheiros.⁴⁶⁵ Ceferino Reato por sua vez ressalta um

⁴⁶¹ FRAGA, 1988, p.261.

⁴⁶² FRAGA, 1988, p.261.

⁴⁶³ REATO, 2012, p.31.

⁴⁶⁴ SAIN.M.F. Democracia e Forças Armadas – entre a subordinação miliar e os “defeitos” civis. In: CASTRO, Celso e D’ARAÚJO, M.C (orgs) – *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Ed FGV: Rio de Janeiro, 2000, p.22.

⁴⁶⁵ NOVARO E PALERMO, 2007, pp.23-28.

informe da embaixada norte-americana em Buenos Aires, que alertava que mais de dois mil argentinos haviam sido mortos entre 1973 e 1975, a maioria deles vítimas das ações armadas da esquerda e da direita. Ainda em 1975, de acordo com Andrew Graham-Yooll, do *Buenos Aires Herald*, 1065 pessoas haviam assassinadas.⁴⁶⁶ Em 2006, em uma edição revisada do relatório *Nunca Más*, o governo argentino afirmou oficialmente que antes do regime militar teriam havido 500 mortes e 600 desaparecimentos, números ainda contestados por entidades de Direitos Humanos.⁴⁶⁷

Apesar de alívio de alguns com o golpe, a violência aplicada no Processo de Reorganização Nacional contra aqueles considerados subversivos validaria uma frase de Perón dita em 1974, do qual ele mesmo vivera os dois lados: “Aos amigos, tudo. Aos inimigos, nem a Justiça!”⁴⁶⁸

Em meio à diminuição aparente da violência, o vocábulo “desaparecido” gradativamente passou a fazer parte da sociedade argentina, criando uma temática que teria amplo impacto na política e na relação da sociedade com as Forças Armadas. Para essa prática ter se tornado vigente no regime militar, há pelo menos duas explicações. Na avaliação de Novaro e Palermo, a prática dos desaparecimentos na ditadura do Processo de Reorganização Nacional esteve relacionada à repercussão negativa dos fuzilamentos cometidos no Chile, ocorridos por ordem do general Augusto Pinochet em 1973. O silenciamento, as operações clandestinas, o ocultamento dos cadáveres e a própria repressão seriam as formas pelas quais os militares argentinos evitariam a condenação da opinião pública interna e a pressão internacional em um período que os Direitos Humanos passaram a fazer parte da agenda de países como os Estados Unidos.⁴⁶⁹ Para Rosendo Fraga, a prática dos desaparecimentos teve a ver com a descrença em relação ao poder Judiciário e ao sistema político no enfrentamento à guerrilha, devido à anistia de 1973, o que acabou por influenciar os métodos repressivos na Argentina de tal maneira que, entre 25 de maio de 1973 e 25 de março de 1976, nenhum guerrilheiro foi condenado

⁴⁶⁶ REATO, Ceferino. Disposición Final. La confesión de Videla sobre los desaparecidos. Sudamericana: Buenos Aires, 2012, pp.29-30.

⁴⁶⁷ SUED, G. Hubo 600 desaparecidos antes del 76. La Nación, Buenos Aires, 13 de janeiro de 2007, disponível em <http://www.lanacion.com.ar/875007-hubo-600-desaparecidos-antes-del-76>

⁴⁶⁸ GETINO, O. SOLANAS, P. Entrevista a Juan Domingo Perón. *Crisis*, 1974, disponível em <http://www.elhistoriador.com.ar/entrevistas/p/peron_crisis.php/> , acesso em 15 Out.2014.

⁴⁶⁹ NOVARO E PALERMO, 2007, pp.138-140.

judicialmente.⁴⁷⁰ Ressalta o autor que 5182 pessoas foram detidas e ficaram à disposição do Poder Executivo Nacional, sem processo algum associado a elas.⁴⁷¹

Outro fato importante é que as intervenções militares na Argentina sempre tinham como resultado o fechamento do Congresso. Entre 1966 e 1972 e entre 1976 e 1982, os cidadãos argentinos não podiam contar com o Poder Legislativo. Diferentemente do caso brasileiro, em que a manutenção do Congresso era uma forma de legitimar o regime, na Argentina, o Poder Executivo se tornara mais centralizado e sem constrangimentos para empreender ações enérgicas contra os seus opositores.

Dentro da sociedade argentina, a percepção sobre a violência do Estado depois do golpe militar demorou a ser notada. Quando seus primeiros sinais foram descobertos, a reação à barbárie empreendida pelo Estado não saiu dos partidos, então proscritos pelos generais: acabou surgindo de um grupo de mães, avós e familiares dos desaparecidos que, semanalmente, empreenderam marchas na Praça de Maio em nome da justiça. Algumas dessas mães seriam alvo de agentes do Estado, porém a marcha que as tornou símbolo de resistência na Argentina teria um efeito devastador sobre a retórica dos militares em eliminar os inimigos internos.

3.2.2 A Violência Política no Brasil e interações Partidos x Forças Armadas

No que tange à violência política, ela esteve presente desde o início da ditadura no Brasil. O governo suprimiu os antigos partidos e criou um sistema bipartidário, com a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que era o partido governista, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reunia a oposição.

Ainda nos idos de abril de 1964, as estruturas dos movimentos de esquerda⁴⁷² haviam sido desmanteladas, militares e servidores públicos, em um total de dez mil, foram expulsos da administração pública e, na ausência de vagas em prisões comuns, navios-presídios foram utilizados para conter os adversários do regime.⁴⁷³ Nas Forças Armadas,

⁴⁷⁰ FRAGA, 1988, p.40.

⁴⁷¹ NOVARO E PALERMO, 2007, p.95

⁴⁷² Entre as primeira vítimas da tortura estava Gregório Bezerra, ex-sargento, deputado cassado e militante do PCB que em 1935, participou da Intentona Comunista, matando um oficial.

⁴⁷³ GORENDER, J. *Combate nas trevas*, São Paulo: Ática, 1987, p.70.

24, dos 91 generais, foram para a reserva. Ao total, 421 oficiais e 1701 praças foram afetados pelo governo, deixando o serviço ativo.⁴⁷⁴

A reação ao regime se tornou mais evidente a partir de 1965 e veio de várias organizações políticas da esquerda. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), que evitara até então a luta armada, passou a sofrer perseguição por parte do governo e um processo de disputas internas, do qual surgiram várias dissidências. Cabe lembrar que em 1961, militantes da esquerda haviam criado a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária como alternativa, teórica e doutrinária, ao PCB⁴⁷⁵. Em 1962, surgira, de uma cisão do PCB, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), com perfil mais aguerrido e que viria a propor a estratégia de luta revolucionária tendo como teatro de operações a área rural, como na China maoísta.⁴⁷⁶

Além dessas, outras organizações da esquerda passaram a atuar de maneira mais expressiva com o apoio de militares que haviam sido expulsos das Forças Armadas. No dia 23 de março de 1965, o coronel Jefferson Cardim saiu do Uruguai, onde estava exilado, e, na companhia de 22 militares, tentou sublevar o sul do Brasil, sem sucesso.

Outros militares que haviam sido expulsos em 1964 e ainda viviam no país vizinho, haviam se reunido em torno do Movimento Nacional Revolucionário (MNR), sob a liderança de Leonel Brizola, um dos líderes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Eles planejaram focos de guerrilha em Caparaó e Uberlândia. Porém, esses dois focos foram desmantelados pela polícia em 1967, antes mesmo de iniciarem qualquer operação.⁴⁷⁷

Em 1967, também foi formada a Aliança Libertadora Nacional, sob a liderança de Carlos Marighella, ex-deputado, dissidente e importante quadro do PCB. Alimentada majoritariamente pela dissidência estudantil de São Paulo, essa organização, que recebia

⁴⁷⁴ GASPARI, E. *As Ilusões Armadas. A Ditadura Envergonhada*. Intinseca: Rio de Janeiro, 2014 (a), pp.133, 182.

⁴⁷⁵ De acordo com o Relatório Brasil Nunca Mais, a POLOP deu mais importância ao debate teórico e doutrinário do que a se tornar alternativa política ao PCB. ARQUIDIOCESE, 1985, p.102.

⁴⁷⁶ Em 1961, o Partido Comunista do Brasil, então PCB, mudou seu nome para Partido Comunista Brasileiro, para evitar que fosse tratado como uma seção do Partido Comunista Soviético. No ano seguinte, o PCB sofreu uma cisão, da qual surgiu o Partido Comunista do Brasil, que se apropriou do nome antigo da legenda, embora empregasse outra sigla (PC do B). Entre as motivações para a dissidência estava a recusa à linha adotada pelo PCB após o 20º Congresso Soviético e a necessidade de organização para o enfrentamento armado, opção que o PCB descartara. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, *Brasil Nunca Mais*, Petrópolis: Vozes, 1985, pp.91, 98.ROLLEMBERG, D. *Esquerdas revolucionárias e luta armada*. In: Jorge Ferreira; Lucilia de Almeida Neves Delgado. (Org.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 43-91.

⁴⁷⁷ GORENDER, 1987, p.125. GASPARI, 2014 (a), pp.178-201.

apoio direto do governo cubano, tinha como método valorizar a ação armada e revolucionária. Em 1969, apoiando os dissidentes do Rio de Janeiro, nucleados no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), eles sequestraram o embaixador norte-americano Charles Elbrick.⁴⁷⁸

Outra organização atuante naquele período foi a Ação Popular (AP). Formada em 1962, por estudantes da Juventude Universitária Católica (JUC), a AP teve expressiva presença na UNE e procurou estabelecer laços entre os operários e trabalhadores rurais. A organização passou à luta armada em 1966, com o atentado frustrado ao general Costa e Silva, então candidato à presidência, no Aeroporto de Guararapes, que matou duas pessoas e feriu outras 14. Depois desse episódio, que ocorrera sem o conhecimento da direção geral, a AP se afastou da influência cubana e ampliou o contato com os chineses para fazer a revolução. Em 1973, acabou se integrando ao PC do B.⁴⁷⁹

O Comando de Libertação Nacional (Colina) surge também nesse período de uma fusão de ex-militares subalternos, brizolistas do MNR e de dissidentes da Política Operária (Polop). Para esses militantes de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (entre eles, a futura presidenta Dilma Rousseff), a via revolucionária e violenta era a única forma de transformação social. Em uma tentativa de ação espetacular, que era vingar a morte de Che Guevara matando o capitão boliviano Gary Prado, eles acabaram vitimando um major do exército alemão. Outra ramificação do Polop, do MNR e dos ex-militares subalternos, com atuação em São Paulo e em especial do movimento sindical em Osasco, iria formar a Vanguarda Revolucionária Popular – VPR. Essa organização, que tinha como líderes Onofre Pinto e o capitão Carlos Lamarca, seria a responsável pela tentativa de assalto ao Quartel General do II Exército que vitimou o soldado Mario Kozel. Reunidas, essas duas organizações geraram a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR – Palmares) e uma nova reformulada VPR. A VAR, ciente da fraqueza

⁴⁷⁸ Os dissidentes do Rio de Janeiro adotaram o nome Movimento Revolucionário 8 de outubro, que na verdade era o nome do grupo de Niterói que havia sido desarticulado pela polícia. Segundo Gorender, sete entre dez militantes estudantis do PCB apoiavam Marighela. GORENDER, 1987, pp.98, 107,167. Gaspari estima que mil estudantes tenham aderido a Marighela. GASPARI, 2014 (a), p.249.

⁴⁷⁹ No atentado morreram o almirante Néelson Gomes Fernandes e o jornalista Edson Régis de Carvalho. GORENDER, 1987, p.112. Segundo Gaspari, desde de década de 1950, a militância católica das universidades passara do centro para a esquerda, daí para o marxismo e depois para a militância armada. Segundo ao autor, havia duas AP: uma que funcionava como partido e outra clandestina. GASPARI, 2014 (a), pp.242-243. ARQUIDIOCESE, 1985, p.100.

das organizações da esquerda armadas, buscou manter duas frentes de atuação: a luta armada e o partido político. Por sua vez, a nova VPR insistia na luta revolucionária.⁴⁸⁰

A ditadura brasileira ampliou seu caráter repressivo como resposta ao gradativo aumento das atividades das organizações armadas de esquerda em 1968, quando foi lançado o Ato Institucional nº 5, que aumentou os poderes do presidente da República e limitou uma série de direitos constitucionais – como o direito de manifestação política, de voto nos sindicatos e o *habeas corpus*. O Ato vigorou até 1978 e deu amparo legal a uma série de procedimentos de investigação e repressão dos movimentos sociais, sindicatos e organizações da luta armada.

Em 1969, as Forças Armadas passaram a ter maior controle sobre as atividades de repressão com a criação da Operação Bandeirante. A estrutura de repressão foi fortalecida com a presença de militares das três Forças e o apoio de empresários. Devido ao sucesso da operação em São Paulo, o governo federal criou, baseado na OBAN, o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).⁴⁸¹ Nesse período, segundo Jacob Gorender, as organizações da esquerda armada também sofreram uma crise devido à diminuição dos seus efetivos e à incapacidade de produzir base social. Ademais, o crescimento econômico diminuía as tensões sociais, o que afetava a mobilização de novos integrantes.⁴⁸²

Em 1972, quase todas as organizações de luta armadas brasileiras haviam sido desmanteladas pela polícia ou pelos DOI-CODIs. A única restante era o grupo guerrilheiro formado por 69 militantes do PC do B na região do Araguaia, de inspiração maoísta. Depois de duas incursões militares malsucedidas, a Guerrilha do Araguaia foi finalmente vencida em 1973.

Diferentemente do caso argentino, a repressão da ditadura brasileira, segundo Anthony Pereira, “usou os tribunais militares dos tempos de paz para processar dissidentes e opositores políticos, sem jamais abolir a Constituição”.⁴⁸³ Isso nos faz recordar uma frase atribuída à Vargas: “aos amigos tudo, aos inimigos, a lei”. Era de certa

⁴⁸⁰ GORENDER, 1987, p.137.

⁴⁸¹ GORENDER, 1987, p.157.

⁴⁸² GORENDER, 1987, pp.158-159.

⁴⁸³ PEREIRA, A.W. *Ditadura e Repressão. O Autoritarismo e Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina*, São Paulo: Paz e Terra, 2010, p.34.

forma a continuidade do padrão brasileiro, violento, mas com a necessidade de se amparar na legalidade. No caso argentino, a lógica da repressão política, estava bem resumida na frase de Perón: “Aos inimigos, nem a Justiça”.

No entanto, de acordo com Jacob Gorender, a partir de 1971, os casos de desaparecimentos se tornaram mais comuns, o que mostra que mesmo com o aparato legal em funcionamento, os aparatos de repressão brasileiros optaram pelos justicamentos. Ainda segundo Gorender, no caso específico do Araguaia, os processos deixaram em completo silêncio o que ocorrera na região. Para se ter uma ideia, o processo de um dos sobreviventes, José Genoíno, não mostra a ligação dele com a guerrilha.⁴⁸⁴ Stepan acrescenta por sua vez que houve um aumento do número de desaparecidos em 1973, por obra dos extremistas da comunidade de informações que queriam com isso pressionar o governo para não liberalizar o regime.⁴⁸⁵ Depois da eliminação de membros do PC do B no Araguaia, o governo voltou-se aos integrantes do PCB para dar o golpe de misericórdia. O ex-presidente Geisel, em um dos poucos depoimentos disponíveis, afirmou que a repressão foi realizada mesmo com a oposição enfraquecida, para evitar o recrudescimento do comunismo.⁴⁸⁶

A tortura havia se tornado generalizada; os métodos utilizados para fazer os guerrilheiros falarem traziam uma ou outra inovação de fora à macabra lista de opções já existente no país. Nesse aspecto, o Brasil exportou procedimentos policiais e influenciou a violência política nos países da vizinhança.

No entanto, comparado ao número de vítimas na Argentina, os números brasileiros são menores. De acordo com o relatório *Brasil Nunca Mais*, estima-se que entre 284 e 364 pessoas tenham sido mortas, 25 mil pessoas tenham sido presas e 10 mil tenham emigrado com a repressão.⁴⁸⁷ A Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, criada em 2000, reconheceu 356 casos. A Comissão Nacional da Verdade (CNV), em seu

⁴⁸⁴ GORENDER, 1987, p.211.

⁴⁸⁵ STEPAN, A. *Os militares: da abertura à nova república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.52.

⁴⁸⁶ D´ARAÚJO, M. C, CASTRO, C. (orgs). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997, p.366.

⁴⁸⁷ PEREIRA, 2010, pp. 34 e 56.

relatório difundido em dezembro de 2014 apontou 421 casos ocorridos entre 1964 e 1985, sendo 208 desaparecidos e 213 mortes confirmadas.⁴⁸⁸

Entre os mortos e desaparecidos políticos, devem ser computados não somente os militantes de esquerda mortos pela repressão do Estado, como aqueles que foram justificados pelos colegas de organização ou emboscados por entidades de extrema-direita, como o Movimento Anticomunista (MAC) e o Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

O MAC teve sua primeira ação registrada em julho de 1962, no atentado que vitimou estudantes da UNE no Hotel Quitandinha, em Petrópolis. Como ressalta Gaspari, apesar da fama inicial, sua atividade ficou restrita à pichações nos muros do Rio de Janeiro. De acordo com depoimentos colhidos por Gustavo Esteves, esse movimento contava com apoio de militares, entre eles, o almirante Silvio Heck e teria sido responsável, com o CCC, pelo ataque à sede da UNE, no Rio de Janeiro.

O CCC também foi criado em 1962, em São Paulo, por João Marcos Monteiro Flaquer e Cássio Scatena, estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), ao qual se juntaram colegas do curso, da Faculdade Presbiteriana Mackenzie, militares das Forças Armadas e da Polícia. Inicialmente, os militantes do CCC tentavam se contrapor à esquerda dentro da universidade. Com o regime militar, passaram a ampliar sua atuação, perseguindo esquerdistas e colaborando com a repressão policial. Eles chegaram a ter 150 integrantes, sendo 90% militares do Exército. Contavam com o apoio de professores conservadores, como Alfredo Buzaid (ministro da Justiça no governo Médici) e Luiz Antônio Gama e Silva (ministro da Justiça no governo Costa e Silva). Embora sua atuação fosse menos violenta do que a da Aliança Anticomunista Argentina, pouco se sabe sobre o exato de mortos vítimas de organização.⁴⁸⁹

⁴⁸⁸ A CNV ressaltou ainda que o número poderia ser maior, devido às dificuldades que teve em realizar a apuração. Segundo a CNV, 13 pessoas haviam sido vítimas da ação do governo entre 1946 e 1964. Um dado novo, que deve ser levado em consideração, é a grande quantidade de indígenas que teriam sido mortos no regime militar, em torno de 8.300, devido ao processo de ocupação e integração da Amazônia empreendido pelo governo. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: mortos e desaparecidos políticos*, Brasília: CNV, 2014 (vol.3). BENTES, A. Comissão identifica 421 mortos e desaparecidos durante a ditadura, *El País*, 13 de novembro de 2014, disponível em <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/13/politica/1415898466_812379.html>, acesso em 20 dez. 2014. SERVA, L. Índios, as maiores vítimas da ditadura. *Folha On Line*, 31 de março de 2014, <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/leaoserva/2014/03/1433409-indios-as-maiores-vitimas-da-ditadura.shtml>>, acesso em 20 dez. 2014.

⁴⁸⁹ Entre suas ações, o Comando de Caça aos Comunistas foi o responsável pelo tumulto que impediu a exibição no teatro Galpão, da peça *Roda Viva*, de autoria de Chico Buarque. Esse movimento passou a reduzir a sua atuação após o AI-5. No entanto, em 1969, um grupo de Recife, com o mesmo nome, foi o responsável pela tortura e morte do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, assessor de Dom Hélder Câmara. Além do MAC e do CCC, havia a Frente Anti-Comunista, com atuação em Bauru e ligação com o governador Adhemar de Barros. LOPES, G. E. *Ensaio de Terrorismo: história oral da atuação do*

Ainda no que tange à extrema-direita, ela se tornara um problema também para o governo, embora a repressão a ela tenha sido bem mais tímida, pelo fato de ser integrada por militares da reserva com fortes vínculos aos serviços de inteligência. Ademais do CCC, havia o chamado Grupo Secreto, atuante entre 1968 e 1981 e constituído por oficiais do Exército e da Aeronáutica, além de civis e estrangeiros.⁴⁹⁰ Esse grupo foi o responsável por assassinatos e explosões em bancas de revistas, livrarias, jornais, teatros, embaixadas, universidades, na Associação Brasileira de Imprensa e na Ordem dos Advogados do Brasil. Entre os mortos em suas ações, consta o bispo de Nova Iguaçu, dom Adriano Hipólito.

Eles chegaram a distribuir panfletos contra o general Golbery do Couto e Silva, que além de ideólogo do golpe de 1964, defendia a abertura do regime no governo Geisel. E confabularam um plano para matar o presidente, para eles, considerado como um traidor por ser afastar do espírito que norteou o movimento de 1964.⁴⁹¹ Mais recentemente, foi descoberta a associação do coronel Freddie Perdigão, integrante do Grupo Secreto, com o fracassado atentado ao Riocentro, em 1981.⁴⁹²

A repercussão do caso Riocentro e de outros crimes envolvendo militares, como a morte no cárcere do jornalista Wladimir Herzog, do operário Manuel Fiel Filho e o desaparecimento do jornalista Alexander Baumgarten, ajudaram a piorar a imagem do governo militar brasileiro. Esses crimes cometidos tanto pela extrema direita quanto pelo repressores do governo, ocorridos quando as guerrilhas de esquerda já haviam sido vencidas, expuseram o descontentamento com o regime militar e contribuíram para a diminuição da aceitação do regime militar.

Comando de Caça aos Comunistas. Salvador: Editora Pontocom, 2014, p.136. GASPARI, 2014, pp.251 e 297.

⁴⁹⁰ Participava desse grupo, como ideólogo, o general Ferdinando de Carvalho. Na parte tática, atuavam os coronéis Alberto Carlos Costa Fortunato, Freddie Perdigão Pereira, Luiz Helvécio Leite da Silva (ex-chefe de Contra-Inteligência do CIE) e Alexander Murillo Fernandes, esse último, um dos fundadores do CIE e responsável pelo inquérito que apontou a morte do jornalista Vladimir Herzog como resultante de suicídio. Outro oficial presente no grupo era o general Octávio Moreira Borba. Entre os estrangeiros, fazia parte Pierre Richell Pellegrin, oficial reformado do exército francês que atuara no Vietnã. ARGOLO, J.A., RIBEIRO, K., FORTUNATO, L.A.M., *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996, pp.245 e 254; e CHIRIO, 2012, p.186.

⁴⁹¹ ARGOLO, RIBEIRO, FORTUNATO, 1996, pp.306,308.

⁴⁹² GOMBATA, M. Como deveria ser o ataque a bomba no Riocentro. *Carta Capital*, São Paulo, 20 de Fev.2014, disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/como-era-para-ser-o-ataque-do-riocentro-506.html>>, acesso em 01 Out. 2014.

A violência política no Brasil, em que pese ter sido menor que na Argentina, também afetou a imagem dos militares como apaziguadores dos conflitos políticos. Embora tenha tido sucesso em sufocar as organizações de esquerda, a ostensiva censura, mais presente a partir de 1968, criou entre os formadores de opinião a percepção negativa sobre a presença dos militares na política e fortaleceria o discurso dos sobreviventes da repressão do Estado. Além disso, a incapacidade de os governos militares controlarem as organizações de extrema-direita surgidas nos órgãos de inteligência, apontava para uma futura ruptura dentro das Forças Armadas e seria um dos motivos para que o processo de abertura fosse iniciado.

Os militares brasileiros, imersos na lógica da repressão interna, não se deram conta que estavam perdendo apoio de parte da elite política e intelectual. Embora tenham vencido militarmente o conflito, a derrota política viria aos poucos.

Os regimes militares na Argentina e no Brasil e uma tipologia

Os regimes que passam a vigorar na Argentina (1966/1973 e 1976/1983) e no Brasil (1964/1984)⁴⁹³ conceituamos como regimes autoritários, tendo como referência a tipologia empregada por Alfred Stepan e Juan Linz, que descrevemos no primeiro capítulo.

Na Argentina, cujas Forças Armadas eram afeitas a intervenções mais longas, teria duas fases. A primeira em 1966, quando o general Juan Carlos Onganía tomou o poder e deu início a um regime autoritário que durou até 1973, sendo substituído ao longo desse período pelos generais Roberto Levingston e Alejandro Lanusse; a segunda, a partir de 1976, com o Processo de Reorganização Nacional. No Brasil, o regime autoritário que começou em 1964 iniciou uma experiência inédita nas relações civis e militares. Os militares deixam de realizar intervenções pontuais na política para colocarem a instituição como governo.

Antes de analisarmos o caso paraguaio e uruguaio, podemos, depois dessa descrição de algumas condicionantes existentes na Argentina e no Brasil, estabelecer uma base de comparação, como está na tabela 3.1. Essa comparação reforça o paralelismo entre os dois países.

O período de autonomia das Forças Armadas na política foram maiores e mais expressivos na Argentina e no Brasil do que no Paraguai e no Uruguai. Diante do desgaste dessa autonomia e da percepção da emergente sociedade civil da necessidade de se

⁴⁹³ Sem dúvida, essa definição também pode ser dada ao período do Estado Novo (1937-1945) e aos ciclos autoritários na Argentina (1930-1932; 1943-1945; 1955-1958; 1962).

estabelecer um novo Estado democrático de Direito, as Forças Armadas passariam, em um lento processo, a serem isoladas da política. Mostraremos no próximo capítulo como esse processo ocorreu na Argentina e no Brasil.

Tabela 3.1 . Controle civil sobre os militares e influência dos militares na política ANTES da transição		
	ARGENTINA	BRASIL
Controle civil das Forças Armadas antes da quebra institucional	Controle civil subjetivo entre 1900 e 1930 que foi sucedido por longo período de atuação dos militares	Controle civil subjetivo entre 1900 e 1930 que foi sucedido por longo período de atuação dos militares
	<p>Processo inicial de autonomia iniciado em 1930 e marcado pela chegada de Perón ao poder em 1943.</p> <p>Desde 1955 se tornaram autônomas politicamente em relação ao meio civil, a ponto de escolher qual o partido se manteria no governo.</p>	<p>Processo inicial de autonomia realizado a partir de 1930 e com destaque para 1945 quando Vargas, que mantinham o país sob regime autoritário, é alijado do poder.</p> <p>Autônomas em relação ao meio civil desde 1945, em que pese as tentativas de serem instrumento por parte da UDN e da coligação PSD-PTB. São capazes de decidir o processo eleitoral.</p>
Período sob influência dos militares na política	Longo período	Longo período
	53 anos (1930-1983)	55 anos (1930-1985)
Intervenções militares	Moderadas, com governos entregues a civis e mais longas a partir de 1966	Curtas, com governo entregue aos civis e longa, a partir de 1964
	1930-1932 1943-1945 1955-1958 1962 1966-1973 1976-1983	1930 1945 1954 1955 1961 1964-1984
Último período ditatorial	1966-1973(a) 1976-1983(b)	1964-1985
Tipo de regime	Autoritário	Autoritário
Participação dos partidos	Limitada	Limitada
Apoio civil	Existia apoio civil no início que foi sendo reduzido ao longo do regime	Existia apoio civil no início que foi sendo reduzido ao longo do regime

4 - O ISOLAMENTO POLÍTICO DAS FORÇAS ARMADAS E OS GRUPOS DE PRESSÃO POLÍTICA FORMADOS POR MILITARES DA RESERVA

Como vimos, a participação política dos militares na Argentina e no Brasil, iniciada em 1930, não somente aumentou o papel das Forças Armadas como ator político, como afetou diretamente o sistema partidário. Ao longo de meio século, as sociedades desses países permitiram um *status quo* no qual a intervenção militar era uma espécie de *ultima ratio* diante das crises políticas.

Entre as décadas de 1960 e 1980, as Forças Armadas desses países deixaram de agir como árbitros e passaram a agir de forma mais abrangente, assumindo o controle do Estado em várias áreas e de maneira mais prolongada. Ao substituírem a mediação política pela diminuição dos direitos e pelo emprego da violência, a imagem das Forças Armadas passou a sofrer questionamentos por parte da sociedade.

Veremos adiante que, após os períodos de maior repressão, setores importantes dessas sociedades passaram a ver a necessidade de reduzir o papel das Forças Armadas como ator político e aumentar o poder civil. A esse processo de fortalecimento do poder civil e negação do modelo pretoriano, denominaremos aqui de processo de isolamento político das Forças Armadas. Esse processo é essencial para explicar o surgimento, na redemocratização, dos grupos de pressão política formados por militares da reserva.

Entendemos que o surgimento desses grupos é uma reação ao novo *status quo* construído ao longo do processo de transição que resultou no isolamento político das Forças Armadas. Aos poucos o poder civil (com apoio de militares institucionalistas) foi criando e fortalecendo instituições, estabelecendo um discurso que se tornaria hegemônico, ampliando sua legitimidade na sociedade e passando a representar um novo modelo de governança; nessa transformação, novas demandas para conter um retrocesso autoritário foram possibilitadas, entre elas, a criação de uma nova noção do Estado de Direito, a abertura de processos contra os crimes cometidos na repressão e a negação dos valores do modelo pretoriano. Os militares que defendiam a continuidade do regime militar ou as práticas da sociedade pretoriana foram os primeiros a reagir a esse isolamento.

4.1 O CASO ARGENTINO

As Forças Armadas argentinas atuaram contra a UCR personalista em 1930, tirando do poder Yrigoyen; contra o Partido Conservador em 1943, sacando do poder Ramon Castilhos; contra o Partido Justicialista em 1955, apeando o coronel Perón do poder;

contra a UCR-Intransigente, removendo Frondizi em 1962; contra a UCR do povo, em 1966, desbancado o presidente Illia, e finalmente, em 1976, destituindo a presidente Isabelita Perón e os peronistas do poder. Além disso, entre 1930 e 1983, o Poder Legislativo foi alvo de várias intervenções. Somando-se o tempo em que esteve fechado nesse período, o Congresso deixou de funcionar por 22 anos.⁴⁹⁴

A constante arbitragem das Forças Armadas afastou qualquer possibilidade efetiva de controle sobre os militares. E esse processo culminou na mudança do padrão de intervenção, que acabou resultando em regimes autoritários mais longos, com amplo enraizamento dos militares na burocracia estatal. Ao chegar em seu clímax, na década de 1970, esse padrão de intervenção começou a mostrar contradições e fragilidades.

Nesse sentido, as ditaduras iniciadas em 1966 e 1976 são emblemáticas. Na primeira, iniciada com o general Onganía e terminada pelo general Lanusse, a ideia de um governo sem partidos não resolveu o desafio do crescimento econômico e acabou ajudando para que houvesse o aumento das tensões sociais e da violência política. Para evitar prejudicar a imagem das Forças Armadas, o general Lanusse, buscou, por meio do Grande Acordo Nacional, o retorno ao sistema de partidos

Com o retorno à democracia e a volta de Perón, a violência política seguiu uma dinâmica no qual o único ator político capaz de contê-la era o velho líder das massas. Porém, a ambiguidade de seu discurso e a sua morte, em 1974, produziram inércia dos enfrentamentos que só pode ser diminuída com o aumento da intervenção militar direta.

Com o golpe de 24 de março de 1976, o Processo de Reorganização Nacional iniciado pelo general Videla proibiu qualquer tipo de manifestação política e aumentou a presença militar na burocracia estatal. Diferentemente do regime de Onganía, a Junta Militar criada em 1976 tinha poderes para escolher o presidente da República e os demais ministros, assim como os membros da Suprema Corte. Acumulava dessa forma o controle sobre os poderes Executivo e Judiciário e ainda tinha o privilégio de dar o parecer final nos assuntos do Legislativo: a Junta ordenou o fechamento do Congresso e colocou em seu lugar um Conselho de Assessoramento Legislativo, que seria o responsável por elaborar as leis do Processo.⁴⁹⁵

⁴⁹⁴ JONES, M.P., *et al. Políticos profesionales, legisladores" amateurs": el Congreso argentino en el siglo XX*. Centro de Estudios para el Desarrollo Institucional, 2000, p.15.

⁴⁹⁵ Esse conselho era composto por civis e três militares de cada uma das Forças. Funcionou até 1983. SAVOIA, C. Doce militares impusieron 1.800 leyes, *Clarín*, Buenos Aires, 24 de março de 2006, disponível em <<http://edant.clarin.com/suplementos/especiales/2006/03/24/1-01164121.htm/>>. Acesso em 20 Dez. 2014.

Sobre a ditadura que começa em 1976, Maria Susana Ricci e Samuel Fitch, oportunamente afirmam que a divisão dos poderes e do governo entre as três Forças Armadas trouxe um arranjo difícil de manejar e instável. Graças ao poder de veto conferido à cada Força, transformou o processo de tomada de decisões em atividade extraordinariamente dificultosa e ineficiente. Como resultado, ocorreu um processo de fragmentação do aparato estatal e a subordinação do processo decisório aos interesses corporativos, aos conflitos internos e à cadeia de poder dentro de cada arma.⁴⁹⁶

Essas divisões se tornaram mais evidentes assim que a luta contra as guerrilhas foi vencida e o debate sobre a continuidade do Processo de Reorganização Nacional retornou à Junta Militar. Durante as quatro Juntas Militares que governaram a Argentina, a disputa pelo poder se deu em dois níveis: entre o Exército e a Marinha⁴⁹⁷, e entre a linha dura e os moderados do Exército.⁴⁹⁸ Ademais dessas fraturas dentro das Forças Armadas, dois importantes aspectos afetariam sobremaneira o papel dos militares na sociedade argentina: a Guerra das Malvinas e a descoberta de como havia sido feito a guerra contra a subversão.

A guerra no Atlântico Sul começou no dia 2 de abril de 1982 com amplo apoio e grande expectativa por parte da sociedade argentina. Mesmo com a vigência de um regime autoritário, com a vigilância do aparato repressivo, com a perda do poder de compra minado pela inflação, a Praça de Maio ficou lotada para ouvir o pronunciamento do general Leopoldo Galtieri. Levava em conta o general presidente uma avaliação singular sobre a situação argentina: acreditava, erroneamente, na neutralidade norteamericana e que as Nações Unidas lhe dariam apoio; confiava nos meios que dispunha; e não tinha em conta que a reação inglesa seria tão impactante.⁴⁹⁹

A conquista do arquipélago, feita quase sem resistência, alimentou o sentimento patriótico e parecia ocultar as mazelas do regime. Mas em poucas semanas, o quadro mudou. A Inglaterra reagiu rapidamente, em um grande esforço de logística, enviando

⁴⁹⁶ RICCI e FITCH, 1990, p.109. Segundo os autores, os ministérios das Relações Exteriores e Segurança Social couberam à Marinha; o do Interior e o do Trabalho, ao Exército; O de Defesa e Justiça, à Força Aérea. O Exército mantinha ainda influência nos ministérios da Economia e Educação, e intervinha na metade dos governos provinciais.

⁴⁹⁷ O almirante Emilio Massera, oficial da primeira Junta Militar, perseguia o cargo de presidente da República.

⁴⁹⁸ A linha dura era representada pelos generais Carlo Guillermo Suarez Mason e Luciano Benjamín Menendez.

⁴⁹⁹ NOVARO e PALERMO, pp. 548-549.

tropas que percorreram os 13 mil quilômetros que separam os arquipélagos da Grã-Bretanha e das Malvinas. Já no dia 2 de maio, a frota argentina foi neutralizada com o afundamento do cruzador Belgrano; no dia 21, as tropas britânicas, profissionais, mais treinadas e adaptadas ao clima, desembarcaram com 7.500 homens e demoraram apenas três semanas para reconquistar as ilhas. Os 12.500 soldados argentinos, muitos deles provenientes do serviço militar, recrutados nas regiões mais quentes do país e mal treinados, não resistiram por muito tempo. O conflito contra a Inglaterra durou apenas 74 dias e causou a morte de 655 militares argentinos, 255 militares ingleses e três civis.⁵⁰⁰ Seus efeitos foram determinantes para o fim do Processo de Reorganização Nacional.

O governo militar ocultou por quase toda guerra o revés que estava sendo imposto pelos ingleses. O triunfalismo que tomara conta do país por semanas foi abruptamente interrompido pelo anúncio da derrota militar e da rendição, ocorridas no dia 14 e divulgadas através de oito comunicados no dia seguinte.⁵⁰¹ Após a rendição, a praça de Maio estava lotada de pessoas que se queixavam contra a derrota militar e a ocultação da verdade. Com a derrota, a própria escolha pela invasão da ilha, antes considerada como um ato de coragem, passou a ser associada como desatino.⁵⁰²

Vistas por seus integrantes como mantenedoras da ordem política e das virtudes da Nação, as Forças Armadas argentinas se mostraram incapazes de realizar a missão a qual eram destinadas, vencer o inimigo externo. Imersas na doutrina de Segurança Nacional, mostraram completo despreparo para lidar com a guerra convencional. Como bem lembra Prudêncio Garcia, a Força menos envolvida na repressão, a Aeronáutica, teve o desempenho mais destacado no conflito, enquanto o Exército, imerso na luta antissubversiva, teve as maiores derrotas.⁵⁰³

⁵⁰⁰ Key facts: The Falklands War, *BBC News*, Londres, disponível em <<http://news.bbc.co.uk/2/shared/spl/hi/guides/457000/457033/html/>>, acesso em 20 Dez. 2014.

⁵⁰¹ Conta Prudêncio Garcia que no dia 15 de junho, o tenente Luis Tibiletti, oficial de infantaria de uma guarnição em Buenos Aires fez, pela manhã, um discurso para a tropa instando sobre a proximidade da expulsão definitiva dos ingleses. Ao final do dia, ele seria comunicado da rendição argentina. GARCIA, P., *El drama de la autonomia militar, Argentina bajo las juntas militares*. Madri: Alianza Editorial, 1995, p.235.

⁵⁰² NOVARO e PALERMO, p.607. Segundo os autores, o que era inicialmente chamada de façanha, passou a ser chamada de aventura, para depois ser denominada de loucura.

⁵⁰³ GARCIA, 1995, p.245.

As divisões políticas de cada força e os problemas de coordenação e controle foram cruciais para o insucesso argentino na tomada do arquipélago. As fraturas entre a Força Terrestre e a Marinha se tornaram públicas, com acusações mútuas pelo fracasso, aumentando o grau de desmoralização dos generais argentinos. A avaliação sobre a participação dos generais do alto comando no esforço de guerra fez com que, segundo Novaro e Palermo, se instalasse nas fileiras “um quadro de rebelião permanente e de questionamento à autoridade hierárquica”.⁵⁰⁴

O fim do status quo pretoriano na Argentina

A crise representou a oportunidade de forçar a abertura do regime. Desde 1976, com a instauração do Processo de Reorganização Nacional, os partidos estavam engessados por limitações de toda a sorte.⁵⁰⁵ Em 1981, com a leve abertura dada pelo general Roberto Viola, os políticos se reuniram em torno da Frente Multipartidária para tentar reforçar a abertura, evitar a reação da linha dura militar e negociar a transição.⁵⁰⁶ Com a rendição na Guerra das Malvinas e a queda de Galtieri, embora não aumentassem a pressão sob o frágil governo do general Bignone, o papel da Multipartidária foi importante por dar um novo tratamento à questão dos militares. Como bem lembram Novaro e Palermo, embora esse arranjo tivesse suas deficiências, a disposição em recuperar a representatividade dos partidos, sem exceção, tendo como denominador comum a saída dos militares da cena política passou a ter mais força com a derrota militar nas Malvinas.⁵⁰⁷

O apoio civil

A pressão pela saída dos militares ganhou os espaços públicos com as mobilizações sendo organizadas por diversos movimentos sociais. No final de 1982, um novo aspecto aumentou a percepção negativa da sociedade em relação aos militares: a imprensa passou a divulgar informações de como havia sido feita a repressão durante o Processo de Reorganização Nacional. Desmoralizadas pela derrota na guerra, pela incapacidade de gerar prosperidade econômica e bem-estar social, as Forças Armadas argentinas passavam a ser também criticadas pela maneira violenta como conduziram a luta contra

⁵⁰⁴ NOVARO e PALERMO, 2007, p.613.

⁵⁰⁵ O sexto parágrafo do ato institucional que implementou o Processo de Reorganização Nacional proibia a atividade política. No governo do general Roberto Viola, ele deu início ao diálogo com os partidos políticos e incluiu quadros dos partidos conservadores nos ministérios, províncias e prefeituras. NOVARO e PALERMO, 2007, pp.470-471 e 674.

⁵⁰⁶ NOVARO e PALERMO, 2007, pp.489-491.

⁵⁰⁷ NOVARO e PALERMO, 2007, p.620.

a subversão, com métodos cruentos que atingiram não somente os guerrilheiros, mas inocentes. Como ressalta Deborah Norden, os militares haviam falhado em governar, falharam na guerra externa e falharam em convencer a população sobre os métodos empregados na guerra interna.⁵⁰⁸

A transição

Entre 1982 e 1983, a Junta Militar tinha pouco para negociar. Como observam Novaro e Palermo, por executarem os inimigos políticos, a Junta Militar não tinha prisioneiros ou refugiados para barganhar em torno de uma agenda eleitoral. Seu apoio político era cada vez mais precário, porque os partidos haviam sido proscritos durante a maior parte do regime e assim os militares não poderiam dividir a culpa pelos fracassos. E os resultados da economia afetavam ainda mais o regime. A transição não foi tutelada como no Brasil ou no Uruguai, mas feita por colapso da estrutura militar.

A justiça de transição

A insatisfação com os militares e a repercussão dos casos de tortura deu margem à sociedade a irradiação de novas narrativas que condenavam o papel dos militares na política argentina. A questão dos Direitos Humanos, que estava presente desde 1978, passou a ganhar maior dimensão e sentido, dando legitimidade à mudança que afastaria os militares da política. Como observam Novaro e Palermo, parte da intelectualidade argentina passou a tratar a maioria das vítimas da repressão como inocentes, o que estava longe de ser verdade. Da mesma maneira, como uma espécie de transação para a mudança, parte da sociedade adotou o discurso dos dois demônios, que conferia a responsabilidade pela violência política apenas às Forças Armadas e aos grupos revolucionários, o que deixava esquecido que a sociedade e as instituições democráticas também haviam apoiado a violência em diferentes momentos.⁵⁰⁹ Basta lembrarmos que o golpe de 1976 havia sido feito, como os demais, com o apoio civil e que boa parte das leis mais autoritárias – entre elas a que decretou o Estado de Sítio, em 1974, haviam sido criadas pelo Congresso no governo democrático.

O isolamento político

O papel de Alfonsín foi crucial para o isolamento político dos militares. Sendo um dos principais líderes da Multipartidária, Alfonsín foi um dos poucos homens que

⁵⁰⁸ NORDEN, 1996, p.76.

⁵⁰⁹ NOVARO e PALERMO, 2007, pp.644-650.

conseguiram refletir, ainda em 1978, nos primeiros anos do início do Processo de Reorganização Nacional, sobre a necessidade de se estabelecer a democracia como o único caminho para a prosperidade do país. Alfonsín também foi um dos poucos que se opuseram à aventura militar no Atlântico Sul e antes mesmo do conflito terminar, tentou buscar, sem sucesso, uma transição como havia sido feita na Grécia.⁵¹⁰

Fundador da Assembleia Permanente de Direitos Humanos em 1975, ele aumentara sua presença política na UCR graças à morte de importantes líderes radicais como Ricardo Balbín (1981) e Arturo Illia (1983) e representava uma renovação dentro do partido radical. Nas internas do partido, vencera com grande vantagem Fernando de La Rúa, e se projetava como o principal nome da UCR para as eleições de 1983. Sua campanha fora marcada por um discurso de mudança da sociedade argentina que teve como alvo não somente a punição dos agentes que cometeram excessos na repressão, mas de todo o padrão político que permitia as constantes intervenções militares. Nessa interpretação, a crítica era também feita ao partido peronista, que fora incapaz de solucionar pacificamente suas tendências na década anterior. Essa crítica se cristalizou na denúncia que fizera sobre um suposto pacto entre os sindicatos, a cúpula militar e o partido peronista em prol das eleições.⁵¹¹ Alfonsín vivera em seu início de militância na UCR e conhecia as maquinações que os sindicatos haviam feito para tirar o presidente Illia do poder.

Segundo Novaro e Palermo, o partido peronista, ciente do seu poder no eleitorado, estava, entretanto, profundamente dividido e acabou lançando como candidato Ítalo Luder, presidente do Senado no governo de Isabel Perón, autor das leis de aniquilamento que aumentaram a repressão. Com bom trânsito entre os militares e os sindicatos, Luder estava longe de representar os novos anseios da sociedade argentina, que demandavam a saída das Forças Armadas, a punição aos envolvidos na repressão e nas decisões que redundaram no fracasso nas Malvinas. Mas os peronistas pretensiosamente acreditavam em seu histórico eleitoral, no qual nunca haviam perdido para os radicais.

⁵¹⁰ A Grécia, sob controle ditatorial dos coronéis, havia perdido a guerra contra a Turquia pelo controle do Chipre, o que permitiu um processo de transição que foi conduzido por um civil. Alfonsín chegou a indicar Arturo Illia para essa tarefa, mas a proposta foi recusada pelo próprio ex-presidente. NOVARO e PALERMO, 2007, p.618.

⁵¹¹ LANDI, O. *Reconstruções, las nuevas formas de la cultura política*, Buenos Aires: Puntosur, 1988 Apud VOMMARO, G. *¿Lo que quiere la gente?. Los sondeos de opinión y el espacio de la comunicación política en Argentina (1983-1999)*, Buenos Aires: Prometeo, 2008, p. 26.

Mesmo com o maior número de filiados, a falta de um discurso mais incisivo em relação aos militares fez com que o peronismo viesse a perder a sua primeira eleição. A UCR, capitaneada por Alfonsín, daria início a um novo governo com importantes mudanças nas relações civis e militares e, pela primeira vez, com o apoio popular para um governo civil forte que enquadrasse as Forças Armadas e reduzissem o seu papel.

A memória sobre o regime

Esse isolamento político, construído pela sociedade ao longo da transição, foi reforçado pelo governo Alfonsín com a aplicação de punição à Junta Militar, aos chefes militares que produziram o fiasco nas Malvinas e aos principais oficiais envolvidos na repressão. Esse isolamento foi construído com base em um discurso que ocultou o papel da sociedade na manutenção do status quo pretoriano. Longe de querer dar um julgamento moral a essa prática, é fato que esse isolamento acabou permitindo que as relações civis e militares argentinas sofressem grande transformação no caminho da consolidação das instituições democráticas. As Forças Armadas, que tinham extravasado o seu papel político ao atuarem como partido, que tinham conduzido mal o governo, que haviam perdido a guerra e cometido excessos contra os seus conterrâneos, pareciam pagar a conta, ter toda a responsabilidade pela situação em que a Argentina se encontrava.

O isolamento político e a formação de grupos de pressão política

A esse processo de fortalecimento do poder civil e negação do *status quo ante*, que denominamos aqui de isolamento político das Forças Armadas, houve vários tipos de reação e o surgimento de grupos de pressão política formados por militares da reserva foi uma delas. O que buscavam esses grupos defender o *status quo* do período pretoriano. Não à toa, essas entidades criticam o viés do discurso presente na sociedade que responsabiliza os militares pelas mazelas e violência política do regime. Sem querer reconhecer sua parcela de responsabilidade e tampouco a oferecida pela sociedade na transição, esses militares buscavam advogar pela não condenação por parte da Justiça.

Há de se salientar que o isolamento foi uma construção do poder civil que contou com apoio de militares institucionalistas. Vimos o papel do general Martín Balza em reforçar as medidas em prol de um controle civil objetivo e evitar a reivindicação positiva da memória do regime. Houve tantos outros que, de maneira silenciosa, advogaram pela mesma causa.

Por fim, o apoio da população foi importante para consolidação do isolamento político das Forças Armadas. Ao longo da década de 1980, multidões ocuparam as ruas não somente para pedir o fim do regime militar, mas para condenar as rebeliões militares

que se seguiram nos primeiros anos da democracia. O poder civil, mesmo confrontado, tinha legitimidade e apoio da população como nunca antes.

Nos anos que se seguiram, esse isolamento foi ganhando força.

Na década de 1990, o isolamento político das Forças Armadas se estabeleceu com mais solidez com a neutralização dos *carapintadas*, com a divulgação de denúncias relacionadas à repressão no Processo de Reorganização Nacional e com a assunção do general Balza ao cargo de chefe do Estado Maior do Exército. Como vimos no segundo capítulo, esses fatores, ao diminuírem a legitimidade do regime militar, seria o mote para o surgimento dos grupos de pressão política formados por militares da reserva.

Esse isolamento teve, com um dos efeitos, a não intervenção das Forças Armadas na crise do governo Fernando de La Rúa. O presidente renunciou e o corpo político, sob pressão, buscou todas as vias dentro do arcabouço legal para solucionar a vacância do cargo. Em um confuso momento, depois de quatro parlamentares utilizarem a faixa presidencial, Eduardo Duhalde assumiu o mandato inteiramente. Diferentemente das experiências que marcaram o século XX, o presidente interino não foi uma escolha do Estado-Maior. A sociedade, por sua vez, escolheu o caminho institucional, sem alimentar pretensões golpistas.

Com a eleição de Nestor Kirchner, o processo de isolamento político das Forças Armadas ganhou nova dinâmica com a reabertura de casos ligados aos crimes de lesa-humanidade. E, como resposta, os grupos de pressão política formados por militares da reserva passaram a atuar mais uma vez.

4.2 O CASO BRASILEIRO

Veremos que uma dinâmica semelhante esteve presente no surgimento de grupos de pressão formados por militares da reserva no caso brasileiro. Porém, no caso brasileiro, a classe política e boa parte da população foram, gradativamente, perdendo a confiança nos militares como árbitros do processo político e não de maneira brusca, como no caso argentino.

O fim do status quo pretoriano no Brasil

Como vimos, no Brasil, as Forças Armadas intervieram na política de forma mais pontual, com respaldo da sociedade entre 1930 e 1961. Entre 1937 e 1945, foram a base da ditadura do Estado Novo. A partir de 1964, assumiriam o protagonismo, governando o país por 21 anos. Nos primeiros dias após o golpe, a oposição, que havia apoiado a queda do governo de João Goulart, dava como certo o restabelecimento da democracia

nos meses seguintes. Parte da população, inclusive, foi para as ruas saudar a quebra institucional.

O golpe, que começou com uma quartelada do general Olympio Mourão, acabou sendo conduzido por um grupo do alto oficialato, que já conspirava com civis, e que escolheria o general Humberto Castello Branco como mandatário. No poder, o ex-chefe do Estado Maior do Exército deu início a uma série de medidas autoritárias, entre elas, o fechamento do Congresso, a perseguição aos políticos da extrema esquerda e a imposição de eleições indiretas para a presidência. Cabe lembrar que essas medidas foram legitimadas pelos políticos e grandes empresários da imprensa, que ajudaram na redação do Ato Institucional I.

A partir de 1965, com o AI-2, e 1966, com o AI-3, e em 1967, com a nova Constituição, a ditadura brasileira gradualmente foi fortalecendo o poder Executivo e mantendo a continuidade das Forças Armadas no comando. O que parecia ser apenas uma intervenção curta mostrava-se uma ditadura sem tempo para terminar. Embora Castello Branco desejasse entregar o poder aos civis, havia uma forte corrente dentro do Exército, liderada pelo general Costa e Silva, que defendia a continuidade e que acabou prevalecendo.

Com Costa e Silva na presidência, o governo militar perdeu alguns aliados antigos políticos. O governador Carlos Lacerda foi um deles. Lacerda tentou inclusive criar a Frente Ampla, com a adesão de Juscelino Kubistchek e João Goulart, para tentar se candidatar à presidência, mas a linha dura não permitiria tão cedo a prevalência de políticos civis. Em 1968, assim como vários congressistas, Lacerda teve cassados os direitos políticos. O regime autoritário, enquanto isso, se fortalecia, em especial a linha dura. Quando Costa e Silva foi, por motivos de saúde, impossibilitado de continuar no cargo, os militares impediram a assunção do vice-presidente, o civil Pedro Aleixo, e anunciaram o controle da Junta Militar. Através da Junta, foi escolhido o novo presidente, o general Emílio Garrastazu Médici. Com o sucesso econômico, popularidade e agenda voltada à eliminação das guerrilhas de esquerda, Médici conseguiu manter a legitimidade, mesmo com ações arbitrárias, afastando qualquer pretensão dos civis.

O apoio civil

De acordo com Francisco Weffort, desde 1968 começou no Brasil a se pensar a necessidade de estabelecer o Estado de Direito. A repressão do Estado no governo Médici havia deixado o medo, como legado, como denominador comum na sociedade. A esse medo do terrorismo de Estado, foi surgindo, de maneira embrionária, a ideia de uma

sociedade civil. Com o passar dos anos, essa sociedade civil balizaria seu apoio em entidades como a Igreja, a Associação Brasileira de Imprensa e a Ordem dos Advogados do Brasil, as associações estudantis e sindicatos. Foram aderindo à essa resistência civil tanto os liberais quanto os de esquerda.⁵¹²

Nesse contexto, podemos entender que a ideia de sociedade civil em contraposição ao Estado prescrevia também uma distância maior das Forças Armadas do processo democrático. Dessa maneira, ainda incipiente, parte da elite intelectual brasileira, cujos privilégios eram reduzidos nesse período devido à repressão, iam se afastando da lógica pretoriana. Em outras palavras, a nova ideia de democracia não permitiria mais a política laudatória ou a moderação dos militares.

A transição

No meio militar, também havia a percepção da necessidade de abertura, em que pese a desconfiança sobre os civis. A corrente militar mais moderada, representada pelos generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, chegou ao poder em 1974 e seria a responsável pelo que foi chamado de distensão do regime.

Geisel havia se empenhado em lutar em duas frentes, contra a oposição militar, representada pelos setores da linha-dura, e contra a oposição política, concentrada no MDB. Como lembra Alfred Stepan, naquele período, “a comunidade de segurança prosperava em uma atmosfera de trevas e mistério”. A crescente autonomia dos órgãos de inteligência e a radicalização ideológica eram desnecessárias e perigosas ao final de 1973. Desnecessária, pois as guerrilhas já estavam derrotadas, e perigosa, pois a radicalização poderia criar fissuras dentro das Forças Armadas, as tornando instáveis como seus referentes na Argentina ou em outros países da América Central, além de afastar a instituição das forças moderadas da sociedade.⁵¹³

A distensão refletia uma necessidade da emergente sociedade civil, dos militares moderados e também dos políticos, em especial do MDB. Para Weffort, foi a partir de 1974 que a conquista da democracia se tornou um *leitmotif* para a política brasileira.⁵¹⁴ O

⁵¹² WEFFORT, F. Por que democracia? In: STEPAN, A (org). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 516.

⁵¹³ STEPAN, 1986, pp.44 e 48. Segundo Jorge Zaverucha, a ingerência dos oficiais de inteligência nas promoções aumentava a politização e era motivo de queixa dos militares “profissionais”, fato que teria ajudado ao processo de transição. ZAVERUCHA, 1994, p.164. Sobre a transição brasileira, ver SOARES, Samuel A. *Controles e Autonomia: As Forças Armadas e o Sistema Político Brasileiro (1974-1999)*. São Paulo, Editora da UNESP, 2006, pp. 67-72 e MATHIAS, S.K. *Distensão no Brasil, o Projeto Militar (1973-1979)*, Campinas: Papyrus, 1995, pp.44-46 e LINZ E STEPAN, 1999, p. 204.

⁵¹⁴ WEFFORT, 1988, pp.497-498.

partido da oposição, o MDB, começou a assentar forte campanha em torno da reconquista dos direitos políticos. Calçados em denunciar a injustiça social, a limitação das liberdades civis e a presença do capital estrangeiro na indústria nacional, o MDB conseguiu expressiva votação para o Congresso e obteve maioria nas assembleias legislativas de importantes estados da federação, como a Guanabara, o Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Como observa Thomas Skidmore, o apoio crescente ao MDB deslegitimava o regime, e apesar de a legenda apoiar mais do que a ARENA o projeto de distensão, Geisel via com muito cuidado as ações da oposição e fez o que pode para diminuir o papel do partidos nas eleições seguintes.⁵¹⁵

À sua maneira, Geisel atuou nesse processo como chefe militar, tendo como objetivo suscitar um crescente respeito pela autoridade do presidente da República. Essa necessidade de impor respeito tanto aos militares da linha dura quanto aos civis fez com que a dinâmica do processo de transição apresentasse avanços e retrocessos, no qual foram evitados recuos irreversíveis, segundo o próprio Geisel.⁵¹⁶ Nas Forças Armadas, as medidas mais efetivas para impor sua autoridade foram a destituição do comandante do II Exército, general Ednardo Mello, e do próprio ministro do Exército, Sylvio Frota. A primeira foi resultado da repercussão das mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, ocorridas após terem sido torturados por agentes do DOI-CODI. A segunda teve como causa não somente o fato de Frota ter permitido a continuidade dos casos de tortura e morte, mas também por ter sido escolhido pelos setores de extrema-direita do Exército como representante e presidenciável.⁵¹⁷

No meio político, o receio com o fortalecimento da oposição nas eleições para governador fez com que ele, em 1977, impusesse uma série de medidas que ficariam conhecidas como o pacote de abril. Entre as principais mudanças, estavam fechamento temporário do Congresso, a imposição de maioria absoluta para aprovação dos projetos

⁵¹⁵ SKIDMORE, T. A lenta via brasileira para democratização: 1974-1985. In: STEPAN, A (org). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 34-35.

⁵¹⁶ Qualquer flexibilização que fizesse e que afetasse a sua imagem em prol da abertura era suficiente para que ele fizesse recuos na agenda da liberalização do regime. STEPAN, A. *Os militares: da abertura à nova república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.47.

⁵¹⁷ FROTA, Sylvio. *Ideais Traídos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, p.84. O general Sylvio Frota, em seu livro de memórias, relata que havia os ortodoxos, que eram os fiéis aos ideais da revolução de 1964, liderados pelo general Costa e Silva; os nacionalistas, “com forte tintura socialista”, liderados pelos generais Euler Bentes e Afonso Albuquerque Lima, e os castelistas, liderados pelos generais Ernesto Geisel, Golbery do Couto e Silva e Cordeiro de Farias.

de lei, o aumento do mandato presidencial para seis anos e a manutenção das eleições indiretas para governador e presidente da República.

As principais medidas em prol da abertura do regime, entre elas, a anistia, só acabaram sendo efetivadas depois de Geisel ter entregue o cargo para o general João Baptista Figueiredo em 1979.⁵¹⁸ Em que pese a sociedade ter discutido o projeto de anistia, Geisel impôs o seu modelo, que acabava por perdoar não somente os militantes de esquerda, mas os militares que atuaram na repressão. Devido à lei de Anistia, militares e agentes do Estado que cometeram violações dos Direitos Humanos ficaram impunes.

Outra medida importante em torno da abertura foi a nova legislação eleitoral. Se é por um lado verdade que a nova lei diminuiu o poder da oposição ao permitir a criação de novos partidos (*divide et impera*), por outro lado, criou condições para melhor representação partidária de vários setores então excluídos – em especial a nova esquerda e o sindicalismo do ABC, com a criação do Partido dos Trabalhadores, e a velha esquerda trabalhista com o Partido Democrático Trabalhista, de Leonel Brizola.

O governo de João Batista Figueiredo fechou o regime autoritário iniciado em 1964 em uma transição tutelada pelo Alto Comando e, como o seu antecessor, com desafios em duas frentes, a partidária e a militar. Ele teve de lidar com uma série de atentados perpetrados por setores extremistas entre 1979 e 1981, e a solução encontrada foi a de não entrar diretamente em confrontação. O mais polêmico desses atentados ocorreu na festa do dia do Trabalhador em 1981, quando uma bomba estourou no estacionamento do Rio Centro, matando um sargento e ferindo um capitão. A falha no sistema de segurança do explosivo acabou revelando um meticuloso plano dos militares ligados ao serviço de inteligência para criar pânico na população e culpar organizações de esquerda.⁵¹⁹ O atentado, uma vez frustrado, isolou ainda mais os extremistas e afastou a possibilidade de o general Octávio Medeiros, chefe do SNI, primo e favorito de Figueiredo, ser considerado para sucedê-lo.⁵²⁰

⁵¹⁸ De acordo com a ata secreta da reunião do Conselho de Segurança Nacional de junho de 1978, desclassificada recentemente, para Geisel a anistia, naquele momento, era “inoportuna, porque eles continuam a conspirar; eles continuam a querer subverter, continuam a agitar”. VALENTE, R. Ata revela veto de Geisel a anistia ampla. *Folha de São Paulo*, 29 de agosto de 2009, disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2908200910.htm/>>. Acesso em 4 Out. 2014.

⁵¹⁹ ZAVERUCHA, 1994, pp. 172-173.

⁵²⁰ REGO, A.C.P., *O Congresso Brasileiro e o Regime Militar (1964-1985)*, Rio de Janeiro: FGV, 2008, p.247.

De acordo com Antônio Carlos Pojo do Rego, mesmo com a divisão da oposição, devido à nova lei dos partidos, nas eleições de 1982 houve expressiva mudança no Legislativo, com a renovação de 60% dos deputados. Pela primeira vez desde 1964, o governo não detinha a maioria absoluta na Câmara dos Deputados.⁵²¹ Além disso, dentro do Partido Democrático Social (PDS, novo nome da ARENA) surgiram líderes políticos mais jovens e independentes do governo.⁵²² As divisões dentro do PDS seriam importantes para diminuir a legitimidade do regime e dar apoio à proposta de eleições diretas feita pelo PMDB.

Figueiredo fez o que pode para impedir a vitória da emenda Dante de Oliveira: decretou estado de emergência em Brasília, proibiu o deslocamento de pessoas à capital federal, e impediu a cobertura dos meios de comunicação. O general-presidente conseguiu fazer com que as eleições diretas só fossem realizadas em 1989. A campanha pelas diretas, mesmo derrotada no Congresso, serviu para mostrar o apoio da população ao retorno da democracia. Grandes manifestações haviam sido realizadas nas principais cidades do país, em especial, no Rio e em São Paulo. A mobilização contou tanto com o principal partido da oposição, o PMDB, liderado por Ulisses Guimarães, quanto com os partidos emergentes, como o PDT de Leonel Brizola e o PT de Luís Inácio Lula da Silva, ademais da dissidência do PDS chamada Pró-Diretas.⁵²³

A outra vitória do governo foi paradoxal. Mesmo com forte apelo popular, os principais líderes políticos da oposição, entre eles, Ulisses Guimarães, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Leonel Brizola e Luís Inácio Lula da Silva, sequer puderam disputar a eleições presidenciais. O sistema de eleições indiretas concentrou a disputa em dois nomes apenas. A composição das duas chapas que disputaram a presidência no Colégio Eleitoral trouxe um candidato governista, Paulo Maluf, e o opositor Tancredo Neves. A oposição venceu, mas com um candidato de perfil moderado que sequer chegou a assumir. Seu vice, José Sarney, havia sido do PDS até o momento em que foram realizadas as primárias e perdera para Maluf, formando o Partido da Frente Liberal. O novo presidente, embora não fosse militar, tratava-se de um civil com grande afinidade aos postulados conservadores.

⁵²¹ REGO, 2008, p.237.

⁵²² Pela lei eleitoral, as legendas deveriam colocar o nome partido para identificação. Com isso, Arena passou a se chamar PDS, o MDB, PMDB. REGO, 2008, p.234.

⁵²³ REGO, 2008, p.238.

Para boa parte da classe política, os vinte anos de regime militar haviam trazido algumas lições. Em 1964, os políticos confiaram na intervenção militar, pois elas haviam sido curtas. Não levaram em conta os projetos da corrente castelista e tampouco as ambições da corrente linha-dura. A partir de 1974, o processo de distensão foi iniciado e guiado com forte controle de Geisel e de Figueiredo, garantindo certas prerrogativas às Forças Armadas. Visto sob a ótica da oposição, o processo havia sido carregado de incertezas. A ausência de um calendário para a passagem do poder, a imposição de medidas de enfraquecimento da oposição, as relações duvidosas entre a linha dura e os generais-presidentes, ambos com raízes nos órgãos de informações, entre tantas outras particularidades, haviam fornecido aos políticos o aprendizado de que o sistema político não poderia contar mais com intervenções militares para sua correção. O Congresso, que legitimara o regime autoritário, também seria fonte de sua deslegitimação. Por meio dele, de maneira indireta, foram eleitos os presidentes militares. Em 1985, seria ali eleito o primeiro presidente civil desde 1964.

Por outro lado, dentro das Forças Armadas, Geisel e Golbery, entre outros oficiais, já notavam a necessidade de a instituição sair da poder. Cabe lembrar que mesmo antes do regime militar, Castelo Branco se colocava de maneira contrária à participação dos militares na política. Ao assumir o poder, ele acabou criando a lei de promoções, feita para evitar o surgimento de lideranças personalistas e carismáticas dentro da instituição.⁵²⁴

Na coleção de História Oral do Exército, com depoimentos de oficiais sobre o regime militar, é comum ver a (auto)crítica em razão do longo tempo em que se estendeu os governos militares. Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército no governo Sarney, em depoimento a pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas, afirmou que a “Revolução” deveria ter dado cinco anos de mandato a Castelo Branco e terminar logo depois.⁵²⁵

Em prol da abertura, havia ainda o problema relacionado à comunidade de informações. Segundo Alfred Stepan, o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado

⁵²⁴ Castelo Branco fez com que o tempo máximo em cada um dos três postos do generalato não excedesse quatro anos. FERREIRA, O.S. *Vida e Morte do Partido Fardado*. São Paulo, SENAC, 2000, e NAPOLITANO, M. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 201, 2014, p.77.

⁵²⁵ CASTRO, C., D'ARAUJO, M. C., SOARES, G. A. D., *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1995, p.178. MOTTA, Aricildes (coord). *1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e a sua História*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003. Tomos 1 a 15.

em 1964, havia monopolizado mais funções do que a Central de Inteligência Americana (CIA), a Agência Federal de Investigações (FBI), ambos norte-americanos, ou o Comitê de Segurança do Estado (KGB), soviético. De acordo com Stepan, o SNI era o órgão de inteligência mais importante, dentro e fora do Brasil. Era um órgão sem controle institucionalizado, com grande autonomia burocrática, presente em repartições públicas, cujo chefe tinha de status de ministro.⁵²⁶ Paralelo ao SNI, havia também Centro de Informações da Marinha (Cenimar), o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa), os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e o Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Esses dois últimos foram criados após a Operação Bandeirantes (OBAN) e eram subordinados ao CIE. O maior problema é que esses órgãos competiam entre si e seus agentes tinham autonomia suficiente para não respeitar a hierarquia militar, o que afetava as Forças Armadas.⁵²⁷ A abertura se tornara necessária para recuperar a unidade dos militares.

A participação das Forças Armadas na política e sua presença no poder seriam reduzidas ao longo da transição. Seja pela necessidade de autopreservação institucional, como defendiam os militares; pelo restabelecimento do sistema democrático e da competição partidária, como queriam os líderes políticos; pelo fim do autoritarismo e o respeito aos Direitos Humanos, como queria os emergentes da sociedade civil; pelo fim da censura, como queriam os jornais; pelo retorno do voto direto, como desejava a população que havia se mobilizado.

O isolamento político das Forças Armadas, que sinaliza o fim do *status quo* pretoriano na sociedade, foi resultado da pressão de diversas correntes da sociedade. Afetava em especial os que defendiam a continuidade do antigo regime.

A justiça de transição

Distintamente do que ocorrera em 1945, ao fim do Estado Novo, as práticas repressivas, a tortura, o assassinato de adversários políticos, passaram a ser condenadas pela sociedade civil. Deve-se, essas mudanças, à própria formação de um consenso político e à entrada em pauta da questão dos Direitos Humanos (um tema que passou a ter legitimação das grandes democracias ocidentais e da Igreja). As Forças Armadas e os

⁵²⁶ STEPAN, A. *Os militares: da abertura à nova república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 28-31.

⁵²⁷ STEPAN, 1986, pp.34-39.

órgãos da polícia foram alvos de investigação por parte da imprensa e dos movimentos sociais.

Nesse sentido, não devemos deixar de levar em consideração os efeitos da transição argentina para o caso brasileiro. Como era de se esperar, para os militares brasileiros da extrema-direita, as medidas de Alfonsín para julgamento dos militares argentinos envolvidos na repressão eram um alarme para que o poder não fosse entregue aos civis em 1984.

Cabe lembrar que setores da Igreja Católica, em especial da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), movimentos sociais e entidades de defesa dos Direitos Humanos já vinham buscando a elucidação de crimes cometidos na ditadura. À semelhança do que ocorrera na Argentina, embora em menor escala, o drama dos desaparecidos foi acrescentado à pauta da democracia e da reconstrução do modelo de relações civis e militares vigente após a ditadura.

Distinto do caso argentino, as Forças Armadas brasileiras saíram da transição com certas prerrogativas. De acordo com Maria Celina D'Araújo, apesar de haver tensões dentro do Exército e entre as Forças Armadas, houve uma coesão militar, ao menos no discurso, ao longo da transição. O objetivo era proteger-se em bloco das possíveis demandas judiciais.⁵²⁸

A memória sobre o regime

A mudança de percepção da sociedade sobre o seu papel e sobre o papel dos militares na política, resultado de um longo processo de reflexão iniciado em 1968, resultou em uma nova visão do poder civil e a imposição de novas narrativas que legitimariam o novo padrão político da sociedade brasileira. Nesse novo padrão, não haveria mais espaço para o discurso laudatório aos militares, à sociedade pretoriana. A própria designação do período que se inicia ao fim da ditadura, a Nova República, simboliza não somente esse novo pensamento a respeito da democracia, como em relação ao fortalecimento das demais instituições democráticas.

Nesse aspecto, cabe salientar que houve uma transformação da classe política e da intelectualidade brasileira. Diferentemente dos governos civis iniciados após às intervenções castrenses no qual se cultuava o papel dos militares como *ultima ratio* para contornar as crises políticas, antes mesmo de 1984, qualquer possibilidade de retorno de

⁵²⁸ D'ARAÚJO, M.C. *Militares, democracia e desenvolvimento. Brasil e América do Sul*. Ed. FGV: Rio de Janeiro, 2010.p.108-109.

um golpe militar passou a ser vista como retrocesso. Isso porque a longevidade da ditadura militar, a falta de clareza sobre a transição (o próprio Geisel ao assumir, não tinha um cronograma em mente sobre a abertura)⁵²⁹, que avançou e retrocedeu em vários momentos, transformou a credibilidade das Forças Armadas como fiel da balança das crises políticas.

O isolamento político e a formação de grupos de pressão política

Nas eleições ocorridas a partir de 1986 (e antes mesmo), não havia mais líderes militares capazes de receber o apoio dos parlamentares.⁵³⁰ Para os políticos mais expressivos, ganhava corpo a expressão “remover o entulho autoritário”. A Nova República apresentava o PMDB, o Partido da Frente Liberal (PFL) e em menor escala, o PDT e PT como forças políticas na Constituinte. Em parte a construção do novo discurso que vimos, entre os políticos e entre as entidades civis, houve também uma sensível mudança dentro das Forças Armadas

A tendência ao isolamento das Forças Armadas e dos seus militares mais expressivos do sistema de competição eleitoral e a construção de um novo *status quo* não pretoriano deram um importante passo para a subordinação das Forças Armadas ao poder civil, em uma lógica que se aproxima do controle civil objetivo de Huntington, com as peculiaridades apontadas, para os países latinos, por Ernesto López.

É esse relativo isolamento, após o longo período pretoriano (1930-1985) que explica o surgimento dos grupos de pressão política formados por militares da reserva na Argentina e no Brasil.

Durante a década de 1990, esse isolamento mostrou alguns resultados. Na crise do governo Collor, manifestantes foram às ruas pedir uma saída legal para o fim do mandato do presidente, baseada na lei *impeachment*, e não uma intervenção militar. Por outro lado, os militares que tinham identificação com o regime militar passaram a se posicionar, por meio dos grupos de pressão política, em prol de uma solução radical, com a participação das Forças Armadas. Todo o processo foi conduzido por órgãos da sociedade civil e pelo Congresso, sem qualquer tutela, participação ou ingerência dos militares. Os ministros militares daquele período descartaram qualquer tipo de intervenção. A sociedade brasileira mostrou, naquele momento, o fortalecimento de suas instituições democráticas.

⁵²⁹ STEPAN, 1986, p.47

⁵³⁰ Octávio Medeiros, general, Jarbas Passarinho, Mario Andreazza, coronéis da reserva, haviam sido cotados para a presidência, mas foram preteridos pelos civis.

A crise política e econômica, embora fosse atenuada com a renúncia de Collor, se manteve no governo de Itamar Franco, devido às denúncias de corrupção e a hiperinflação. Mais uma vez, o poder civil utilizou todos os recursos disponíveis dentro do âmbito jurídico/político para solucionar a crise. Curiosamente, foi nesse período de forte crise que surge expressiva quantidade de grupos de pressão formados por militares da reserva. Dos 20 grupos listados nessa pesquisa, nove foram constituídos entre os governos Collor e Itamar. Além disso, outros grupos criados anteriormente continuaram a atuar. Não raro, reivindicavam uma ação militar para o fim da crise. A defesa do pretorianismo não teve muitos adeptos na sociedade. Embora tentassem utilizar a crise como oportunidade de mudar o status quo, o isolamento político das Forças Armadas evitou um retrocesso.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, o isolamento político das Forças Armadas passou a afetar também a autonomia institucional. A criação do Ministério da Defesa, a criação das Comissões de Mortos e Desaparecidos entre outras medidas, reforçaram a ampliação do poder civil. Nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, o isolamento político das Forças Armadas prosseguiu, com a criação da Comissão Nacional da Verdade, com o estímulo para que civis estudassem a Defesa, com a resolução das crises políticas dentro do ordenamento legal, etc. Algumas dessas medidas ensejaram reações dos grupos de pressão política formados por militares da reserva, como mostramos no segundo capítulo.

Para finalizar, vimos como o isolamento político das Forças Armadas explica o surgimento e a atuação dos grupos de pressão política formados por militares da reserva na Argentina e no Brasil. Passemos agora aos estudos de caso do Paraguai e do Uruguai, países que apresentaram outra dinâmica em relação à participação das Forças Armadas na política e ao isolamento após a transição.

5 - O CASO PARAGUAIO

5.1 CONDIÇÕES ANTECEDENTES

Como vimos no primeiro capítulo, levando em conta o período de redemocratização no Paraguai, iniciado em 1989, apenas em 2011 surgiram grupos de pressão formados por militares da reserva. Ao olharmos a história das relações civis e militares nesse país, notamos que, de maneira distinta do que ocorrera na Argentina e no Brasil, no Paraguai, as Forças Armadas tiveram um papel peculiar na política.

Embora tenham se modernizado e entrado na política paraguaia na década de 1930, na década de 1940, elas foram importantes mas não o principal ator político: dividiram com a Associação Nacional Republicana, o Partido Colorado, a base de sustentação do longo período autoritário que se inicia em 1940 e que abrange a longa ditadura do general Alfredo Stroessner (1954-1989).

As Forças Armadas e o Partido Colorado também atuaram juntos na redemocratização do país em 1989. Percebe-se, com isso, que os militares não foram isolados do jogo político, como ocorreu nos dois países vizinhos. Eles ainda permaneciam com fortes ligações e representatividade dentro do Partido Colorado. Um dos principais atores políticos paraguaios foi um general da reserva, que, liderando uma facção colorada, chegou a fundar um partido com militares da reserva entre os seus correligionários. Dessa forma, a ausência de isolamento político explica a pouca frequência de grupos no Paraguai. As demandas dos militares da reserva sobre representatividade foram canalizadas para o Partido Colorado e para o Partido da União dos Cidadãos Éticos (UNACE).

Vejamos agora como era o *status quo ante* da abertura democrática de 1989, analisando o controle civil dos militares existente no Paraguai desde o início do século XX .

5.1.1 O controle civil subjetivo das Forças Armadas no Paraguai (1900-1936)

A Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) e a conseqüente influência argentina e brasileira foram as responsáveis pela formação dos primeiros e mais influentes partidos políticos do Paraguai e pela reorganização das Forças Armadas paraguaias. Se, por um lado, essa influência ajudou a institucionalizar um novo governo, o Paraguai ficou muito vulnerável no âmbito externo às disputas geopolíticas empreendidas por esses países. Os

interesses de Buenos Aires e do Rio de Janeiro apoiaram tanto a estabilidade quanto golpes de estado.

Antes da guerra, o país vivia sob uma ditadura e, após o conflito, o país pouco avançou na criação e consolidação das instituições democráticas. De acordo com Ceres Moraes, entre 1869 e 1904, o Paraguai teve 14 presidentes, ou seja, cada mandato durou, em média, dois anos e meio. Esses presidentes não foram eleitos de forma direta e em alguns casos os mandatos foram encerrados de maneira trágica, com a dissolução do Congresso pelos presidentes eleitos, golpes, assassinatos e as ingerências argentina e brasileira.⁵³¹ A democracia ao estilo paraguaio vigorava marcada pelo autoritarismo e pela ausência de eleições diretas para a presidência. Além disso, lembra José Aparecido Rolon, a história política paraguaia foi marcada pela figura do *provisorio*, o que significa que era comum os vice-presidentes assumirem o poder para completar o mandato.⁵³²

Entremeado por várias crises e guerras civis, o período que se inicia em 1904 pode ser caracterizado como o de hegemonia do Partido Liberal. O seu início é tributário à Revolução Liberal, ocorrida no mesmo ano e que teve como mediadores a Argentina e o Brasil. Como resultado dessa mediação, o partido Colorado foi impedido de participar das eleições seguintes.⁵³³ Apenas em 1928 houve uma candidatura do principal partido de oposição em eleições para a presidência da República.⁵³⁴

⁵³¹ MORAES, C. *A consolidação da ditadura de Stroessner. Coleção História nº34*. Porto Alegre: Ed.PUCRS, 2000, p.16. Segundo Francisco Doratioto, com a autorização para o funcionamento do governo provisório, foram criados o Clube do Povo, de onde sairia o Centro Democrático (depois Partido Liberal), e o Clube União, que originaria o Partido Colorado. DORATIOTO, F.F.M. A participação brasileira no golpe de Estado de 1894 no Paraguai: a Missão Cavalcanti. *Textos de História*, Brasília, v. 2, n. 4, 1994. E WARREN, H.G. The Paraguayan Revolution of 1904, *The Americas*, Vol. 36, No. 3, Jan, 1980. O Partido Liberal Radical foi fundado em 1887 por jovens intelectuais e emigrados da Argentina que não viam o Brasil com bons olhos. Por sua vez, o Partido Colorado era constituído por militares conservadores e admiradores de Lopez, como os generais Bernardino Caballero e Patricio Escobar, e civis, como o diplomata Candido Bareiro, e tinham aproximação com o Brasil. ARCE, 1981 e MERIDA, 1987, apud MORAES, 2000, p.21.

⁵³² ROLON, J. A. Política e poder no Paraguai. *Cadernos PROLAM/USP*, São Paulo, Ano 9, Vol.2, 2010, p.50.

⁵³³ DORATIOTO, F.F.M. *Relações Brasil Paraguai: Afastamento, tensão, aproximação (1889-1954)*, Brasília: Ed.Funag, 2012, pp.101-102.

⁵³⁴ Carlos Martini nos lembra que até 1936, ano de término da hegemonia do partido Liberal, o Paraguai teve 18 presidentes. Desses, apenas oito chegaram ao poder por meio de eleições, sendo que três foram depostos. MARTINI, C. Carlos. In: CASTRO, Celso e D'ARAÚJO, M.C (orgs) – *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Ed FGV: Rio de Janeiro, 2000, 159.

Os liberais se revezaram na presidência do país até 1936. Essa hegemonia, feita sem a concorrência do Partido Colorado, estimulou várias divisões dentro do partido Liberal e, não raro, crises institucionais.

As Forças Armadas paraguaias, ainda com baixo grau de institucionalização, eram também vulneráveis a essas crises e viram-se, por influência dos líderes liberais, divididas em alguns episódios que resultaram em guerra civil, como em 1904, 1908, 1910, 1911 e 1922-23.

Essa última, provocou grande acefalia nas fileiras ao dismantelar o quadro de oficiais do Exército paraguaio e destruir parte do equipamento bélico. A partir daí, as Forças Armadas passaram por um período de reconstrução e fortalecimento.⁵³⁵ De acordo com Marcial Riquelme, o Exército que surge em 1924 no Paraguai:

(...) ante a iminência de um conflito com a Bolívia, foi eminentemente profissional e institucionalista. Seu papel específico era a defesa e a integridade da soberania nacional; estava subordinada ao poder civil e, em que pese haver oficiais com preferências por distintos partidos ou correntes políticas, as Forças Armadas como instituição não estavam alinhadas com os partidos políticos.

536

Esse processo de profissionalização das Forças Armadas acabou sofrendo o seu batismo de fogo em 1932, quando o Paraguai se envolveu em um contencioso com a Bolívia pela disputa de terras do Chaco Boreal. A região limítrofe entre os dois países, supostamente rica em petróleo, foi alvo de invasão das tropas bolivianas. A beligerância boliviana resultou em uma guerra que durou até 1935, terminando sem vencedores. As baixas de ambos lados chegaram a 90 mil mortos. O exército paraguaio, com efetivo menor e táticas modernas de combate, conseguiu rechaçar a ofensiva, retomar o território e invadir a porção boliviana. Mas, no plano político, o governo do presidente Eusébio Ayala evitou impor uma paz cartaginesa, o que ajudou a criar um ambiente de insatisfação nas fileiras e alimentou a politização dos militares.

Ao fim do conflito, os veteranos da guerra organizaram um movimento político para reivindicar uma política de indenizações mais justa, além da reforma agrária.

⁵³⁵ SAMANIEGO, M. *Las FFAA de la Nación en el decênio de la pre-Guerra del Chaco hasta la Victoria de Boqueirón*. Imprenta Militar, Assunção, 1979, p.33 Apud SPAINI, L.N. *Las Fuerzas Armadas y su profesionalidad, realidade y perspectivas. Uma interpretación nacional y regional*. Assunção: Intercontinental Editora, 2008, p.77.

⁵³⁶ RIQUELME, M.A. *Stronismo, Golpe Militar e Apertura Tutelada*. RP Ediciones, Asunción, 1992, p. 45. Apud SPAINI, 2008, p.78.

Circulavam à época boatos de que o comandante do Exército, general José Félix Estigarribia, ordenaria a passagem para a reserva, sem indenização, dos oficiais envolvidos no conflito.⁵³⁷ O desgaste do governo liberal e as desconfianças em relação ao presidente Eusébio Ayala fizeram com que os veteranos deixassem de protestar e escolhessem a via armada.⁵³⁸ Em fevereiro de 1936, o coronel Rafael Franco tomou o poder. Os militares se viam agora envolvidos em um partido político, o movimento *Febrerista*. As Forças Armadas entravam na política com um projeto próprio, mas não teriam a autonomia observada na Argentina e no Brasil. Elas acabariam sendo a base, junto com o Partido Colorado, dos governos autoritários que se seguiram.

5.1.2 A efêmera autonomia das Forças Armadas e a influência do Partido Colorado (1936-1954)

Os febreristas tentaram fazer reformas e negociar com o Partido Colorado, com os poucos sindicatos existentes, mas o governo durou apenas um ano e meio. A fragilidade das instituições se fez presente mais uma vez quando o coronel Ramon Paredes deu um golpe de Estado e devolveu o poder aos liberais. Porém, os liberais não ficaram muito tempo no poder. O presidente Felix Paiva, governando provisoriamente, perdeu as eleições para o general José Félix Estigarribia, herói da Guerra do Chaco.

Estigarribia, para evitar novos golpes, impôs o Estado de Exceção, governou três meses como ditador, encomendou a juristas uma nova constituição, que foi aprovada por plebiscito, transformou o Congresso em unicameral e criou, sob inspiração do corporativismo italiano, um conselho de Estado formado por representantes da Igreja, das universidades, dos agricultores, dos pecuaristas, do empresariado e das Forças Armadas. Além disso, suprimiu o cargo de vice-presidente.

Estigarribia acabou por não concluir o mandato - morreu em um acidente de avião. Em seu lugar, outro militar, o general Higinio Morínigo, veterano da revolta de 1922 e da

⁵³⁷ MOREIRA, M.M.L. *Historia del Paraguay*. Assunção: Servilibro, 2014, p.289.

⁵³⁸ Eles desconfiavam de Ayala, pois em 1913 quando era o negociador diplomático do impasse sobre o Chaco, ele fizera vista grossa para as violações de La Paz à soberania paraguaia. Ao assumir sua segunda presidência, ele demorou a declarar guerra e chegou a sugerir que o Chaco se tornasse uma área desmilitarizada sob controle internacional. A propensão de Ayala em evitar impor uma paz cartaginesa à Bolívia insuflou a insatisfação com o governo. Além de ser criticado por não negociar firmemente com os bolivianos, em especial naquele momento em que poderiam aproveitar a vantagem militar obtida, o governo também era acusado de não ter dado melhores condições para as Forças Armadas. BETHELL, L. *História de America Latina. El Cono Sur desde 1930*, Cambridge: Cambridge University Press; Barcelona: Crítica, 2002, Tomo 15, p. 188.

Guerra do Chaco e então ministro da Guerra e da Marinha, assumiu a presidência, escolhido por uma Junta Militar.

Morínigo governou de 1940 a 1948, sendo a maior parte do mandato como ditador, aproveitando os poderes que a Constituição de 1940 dava ao presidente. Logo no início de seu governo, ele conseguiu afastar a única corrente liberal que apoiara seu antecessor (os velhos liberais), e passou a desenvolver um governo apoiado nas Forças Armadas.

Morínigo tinha boa recepção entre as massas e se aproximou do partido Colorado. Com amplos poderes, manteve aprisionados os líderes políticos da oposição e exerceu censura nos jornais. Fora eleito para um segundo mandato em 1943, em mais uma eleição sem oposição.

Em 1946, sob os efeitos do fim da Segunda Guerra Mundial e a pressão que surgiu em torno do fim do Estado de sítio, Morínigo reuniu colorados, febreristas e militares para dar início a um governo de coalizão, sob a promessa de liberalização do regime e a convocação de uma Assembleia Constituinte. Esse governo de coalizão durou muito pouco, pois os febreristas desconfiavam das intenções do general. E estavam certos, pois o general acabou fechando mais ainda o regime com um novo estado de sítio.⁵³⁹

Com isso, em março de 1947, os febreristas, entre eles muitos militares, iniciaram uma nova guerra civil com apoio de comunistas. O general conseguiu sufocá-los graças a ajuda do Partido Colorado e do apoio do presidente Perón. Para se contrapor aos febreristas, os colorados arregimentaram camponeses, os chamados *py nandí* (pés descalços, do guarani), além da facção colorada nacionalista chamada *Guiones Rojos*, que já vinha atuando como polícia política. Com isso, Morínigo reduziu o poder dos militares febreristas e aumentou a influência do Partido Colorado.

Tais medidas tiveram efeito crucial nas relações civis e militares paraguaias. Ao diminuir a força da corrente institucionalista dentro do Exército e permitir a influência de militantes colorados na oficialidade, Morínigo alimentou as bases daquela que seria conhecida como a unidade granítica entre as Forças Armadas e o partido Colorado. Essa relação seria a sustentação para a longa ditadura do general Alfredo Stroessner. De acordo com Carlos Martini:

Se em 1936 o ator militar se tornou central no sistema político, a vitória colorada em 1947 frente a uma aliança de liberais, febreristas e comunistas, delineou o início da partidarização militar no esquema do denominado pacto

⁵³⁹ MORAES, C. A guerra civil de 1947 nas relações do Brasil com o Paraguai. *Diálogos & Confrontos*. / Vol 2 – I Foro, Jan – Jul 2013. Disponível em <http://www.uems.br/dialogoseconfrontos/Arquivos/vol2_2013/iforo/04.pdf/>. Acesso em 6 out. 2014.

civil-militar, isto é, colorado-militar. Foram banidos das Forças Armadas oficiais, suboficiais e soldados do grupo perdedor e reorganizaram-se os quadros com militares simpatizantes do Partido Colorado. Essa aliança entre o Partido Colorado e as Forças Armadas constituiu-se, a partir de então, em eixo fundamental para se entender a evolução política paraguaia até o presente.⁵⁴⁰

Trinta mil paraguaios morreram na cruenta guerra civil de 1947, a mesma quantidade registrada na guerra do Chaco. Ao final do conflito, os colorados se enraízam mais ainda no poder, ocupando a máquina pública. Esse período inicial de retorno da ANR ao poder também foi marcado pela perseguição aos opositores políticos, o chamado “terror colorado”. Quatro mil pessoas foram presas e um terço da população paraguaia emigrou do país.⁵⁴¹

Nas Forças Armadas, a guerra de 1947 destruiu todo o esforço de institucionalização que havia sido feito desde 1924. Durante a guerra civil, o governo, na busca de consolidar a defesa contra os militares rebeldes, além de dar prioridade aos oficiais colorados, havia incorporado cidadãos com baixa escolaridade, incluindo analfabetos, que iriam fazer parte do novo corpo de oficiais. Com o fim do conflito, 80% dos oficiais vinculados ao febrerismo, de perfil institucionalista, pediram a passagem para a reserva.⁵⁴²

Em 1952, alguns desses veteranos iriam formar, em Buenos Aires, o Movimento Institucionalista Militar, para se posicionarem contra o Partido Colorado.⁵⁴³

O crescimento do Partido Colorado, e de suas facções, também foi responsável pelo golpe que alijou Morínigo do poder em 1948 e da crise que se seguiu depois de sua queda, com cinco políticos ocupando a presidência da República. A grande divisão dentro do partido e o desrespeito com que as facções coloradas tratavam a democracia iriam afetar também o razoável período de estabilidade experimentado no Paraguai entre 1949 e 1954, quando Frederico Chaves foi presidente do país.

Aproveitando as divisões dentro do Partido Colorado entre os democráticos e os *guiones*, o general Alfredo Stroessner se tornou o principal operador político desse

⁵⁴⁰ MARTINI, C. Carlos. In: CASTRO, Celso e D'ARAÚJO, M.C (orgs) – *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Ed FGV: Rio de Janeiro, 2000, 159.

⁵⁴¹ De acordo com Alfredo de Mota Menezes, entre 200 e 400 mil pessoas, ou seja, um terço da população paraguaia na época, abandonou o país. Segundo Maria Rosária Stabili, a guerra deixou 30 mil mortos. MENEZES, A.M. *A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980*. Campinas: Papirus, 1987, p. 45. STABILI, Maria Rosaria. Opareí. La justicia de transición en paraguay. *América Latina Hoy*, vol. 61, agosto, 2012, p.139. Sobre as prisões, os dados são de MORAES, 2013, p.49.

⁵⁴² GOIRIS, F.A.J. *Autoritarismo e Democracia no Paraguai Contemporâneo*. Curitiba: Ed. UFPR, 2000, p.21.

⁵⁴³ Como vimos no 1º capítulo.

período. Em sua meteórica carreira militar, Stroessner, veterano da Guerra do Chaco, promovido a tenente coronel em 1945, aos 33 anos de idade, se envolveria, entre 1948 e 1949 em quatro golpes de Estado, sendo três bem sucedidos. Em maio de 1954, ele participaria de seu quinto golpe, sendo que, dessa vez, utilizaria as disputas coloradas para tirar o presidente Frederico Chaves do poder e se colocar como candidato ao novo governo de transição.

5.1.3 O regime sultanista de Stroessner e o controle total das Forças Armadas e do Partido Colorado (1954-1989)

Depois do golpe bem-sucedido e após eleições as quais foi o único candidato, Stroessner assumiu a presidência do Paraguai em agosto de 1954, com 41 anos, no posto de general de divisão. Ele se tornou o 45º presidente do Paraguai desde a morte de Solano Lopez em 1870.⁵⁴⁴

Visto de maneira pragmática, o período Stroessner acabou, de maneira drástica e autoritária, com a instabilidade política vigente no país. Stroessner tinha a seu favor um Congresso corrompido e uma sociedade civil pouco organizada, além de um partido cada vez mais enraizado na burocracia.

O crescimento econômico experimentado pelo país, a abertura de vagas no funcionalismo público e a filiação obrigatória ao Partido Colorado fizeram com que ele aumentasse o seu poder de controle sobre a sociedade.

Diferente dos seus antecessores, sua visão de política externa permitiu se aproveitar da disputa geopolítica entre a Argentina e o Brasil para obter recursos desses países. Desde que assumiu, Stroessner implantou uma política de aproximação com o Brasil. Essa política favoreceu o desenvolvimento do leste paraguaio, com o crescimento de Ponta Porã e Ciudad del Este, com a conexão rodoviária entre os dois países e a construção da usina de Itaipú. Em resposta a esse movimento brasileiro, a Argentina construiu a usina de Yaciretá, em situação que também beneficiou os paraguaios. O aumento da influência brasileira tinha um aspecto especial para Stroessner. Além de diminuir a dependência em relação a Buenos Aires, tornava-se uma espécie de proteção ao governo, uma vez que a oposição a Stroessner havia emigrado para a Argentina.⁵⁴⁵

⁵⁴⁴ MENEZES, 1987, p. 49.

⁵⁴⁵ MENEZES, 1987, p. 50.

Nas relações civis e militares, Stroessner foi o responsável por reforçar a interação entre o partido Colorado e as Forças Armadas, a chamada unidade granítica, que vinha vigorando desde 1940. Como presidente de honra da ANR, Stroessner implantou um discurso político no qual permitiu, por um lado, a “coloradização” das Forças Armadas, e, por outro, o enquadramento vertical do partido, sua “militarização”. O primeiro se deu com a filiação obrigatória dos militares da ativa e da reserva das três Forças ao Partido Colorado, a partir de 1955. E o segundo, com a perseguição dos colorados das correntes dissidentes.⁵⁴⁶ Com isso, ele subordinou ambos a sua autoridade, fazendo o papel de disciplinador do partido e politizador dos quartéis.

Stroessner também fez com que a filiação ao partido fosse condição necessária para a passagem ao serviço público, criando uma relação clientelista entre a presidência e a máquina pública, intermediada pelo partido Colorado.⁵⁴⁷

No longo período em que esteve na presidência, Stroessner criou uma cúpula militar de homens fiéis ao ditador e não ao país. Estes oficiais leais, que eram também filiados ao partido Colorado, passaram a ocupar cargos importantes em vários setores do governo. Como ressalta Carlos Martini, a falta de um controle civil sobre os militares criou um “Estado onívoro”.⁵⁴⁸ Neste Estado, as relações de confiança com o ditador e com a ANR é que moldavam as promoções nas Forças Armadas.⁵⁴⁹

Stroessner controlou o quanto pode os militares. De acordo com Alain Rouquié, assim que assumiu a presidência, o ditador:

Para assegurar o seu poder, Stroessner tomou o cuidado de afastar do comando todos os oficiais que tivessem prestígio próprio, heróis da Guerra do Chaco, entre outros, para substituí-los por homens que tivessem grandes dívidas para com ele, quando lhe devessem tudo o que tinham.⁵⁵⁰

⁵⁴⁶ RODRÍGUEZ, José Carlos. Los laberintos de la obediencia. Paraguay 1954/1989. *Nueva Sociedad* Nº.112 Março-Abril 1991, pp. 49-55. Ver também LEZCANO, C. M. O Estado Militar no Paraguai. In: *Política e Estratégica*, outubro-dezembro de 1987, volume V, número 4, p.427.

⁵⁴⁷ Em 1955, Stroessner determinou, após sugestão da ANR, que todo o funcionário público se filiasse ao partido, enraizando a legenda no funcionalismo. A mesma determinação foi feita aos oficiais, suboficiais e sargentos das Forças Armadas, instituição onde ocorreu um novo expurgo (MARTINI, 2000, 160 e LEZCANO, 1987, 428). Veja também a circular número 24, de 22 de julho de 1955.

⁵⁴⁸ MARTINI, 2000, p.161.

⁵⁴⁹ De acordo com Lezcano (1989), dos onze ministérios, nove eram ocupados por colorados. Aos militares cabiam à chefia de três pastas, além da presidência de sete das doze estatais. (Op. Cit In: MARTINI, idem)

⁵⁵⁰ ROUQUIÉ, 1984, p.217.

É interessante notar que em todo o período discricionário, com base nas Forças Armadas e no Partido Colorado, não existiu lei que assegurasse um tempo máximo para a permanência no posto para os generais e coronéis – era Stroessner quem definia as promoções e o tempo de serviço. Não estar próximo ao ditador significava a impossibilidade de ascender na carreira, ou mesmo manter privilégios no governo. Os generais e políticos mais próximos de Stroessner eram beneficiados com a distribuição de terras, cargos públicos, incluindo ministérios, e assim ele se mantinha no poder. Esses fatores explicam de certa forma a falta de autonomia das Forças Armadas paraguaias quando comparadas com seus similares na Argentina e no Brasil. Embora os militares fizessem parte do regime, eles estavam sob o controle rígido de Stroessner e sob a vigilância do Partido Colorado.

5.14 A Violência Política no Paraguai

A disputa pelo poder no Paraguai gerou uma série de golpes de Estado, quarteladas e guerras civis. O período que antecede ao golpe de Stroessner havia sido marcado por oito anos de regime autoritário, por uma guerra civil, por uma crise política no qual cinco políticos assumiram o poder e por um governo, que relativamente estável, foi deposto pelo general. A necessidade de uma constituinte, para a reforma da Carta de 1940, havia sido um dos motivos pelos quais febreristas, comunistas e colorados dissidentes haviam pressionado o governo. Ao assumir o seu mandato, Stroessner era inclusive cotado para ser o responsável pela ampliação dos direitos e a convocação de uma nova constituinte. No entanto, ele deu início a uma ditadura com amplos poderes.

O governo de Stroessner também foi caracterizado por um forte anticomunismo. Em 1955, ele criou a lei de Defesa Nacional, cuja essência não era somente punir quem levantasse armas contra a nação, mas também quem professasse a ideologia comunista. Apesar de já haver uma lei que punia as atividades comunistas, a nova lei de Stroessner tinha um alcance mais amplo, dentro da lógica da segurança nacional.⁵⁵¹

Como nos demais países da região, a revolução Cubana inspirou o surgimento de movimentos contestatórios. Em 1959, febreristas e liberais, reunidos no exílio, organizaram o Movimento 14 de Maio (M-14). Eles tentaram invadir o país com cinco colunas de guerrilheiros, dispersas em Misiones, ao longo da fronteira argentina com o

⁵⁵¹ Lei 294/1955 e Decreto 5484/1936. PARAGUAY. Comisión de Verdad y Justicia. Informe Final, Assunção, tomo I, 2008, p.32.

Paraguai, e também no Estado de Mato Grosso, no Brasil. Esses liberais tinham o apoio do governo argentino do presidente Frondizi, que não viu com bons olhos o asilo político dado por Stroessner ao ex-presidente Perón. Além disso, Stroessner se aproximava do Brasil, o que na visão de Buenos Aires era um perigo geopolítico. Em que pese o apoio argentino, os guerrilheiros do M-14 estavam mal equipados e desorganizados. Rapidamente foram sufocados pelas tropas do governo.

Outro movimento que tentou derrubar o governo de Stroessner foi constituído por comunistas no exílio, também na Argentina, e se chamou Frente Unida de Libertação Nacional (Fulna). Em 1960, a Fulna se juntou aos sobreviventes do M-14 e lançou um ataque, partindo de Misiones, na Argentina, para Vila Rica, no Paraguai. Como seus antecessores, em poucos meses foram desmantelados pelo governo.

O terceiro movimento contido pelo governo Stroessner foi constituído por militantes da ANR ainda no Paraguai, em 1959, que se organizaram em torno do Movimento Popular Colorado (Mopoco). Esses colorados desejavam o fim do regime e acabaram sendo exilados. Com perfil mais moderado, uma parte desse grupo acabaria voltando ao país, em 1983.⁵⁵² Cabe lembrar que a primeira dissidência colorada, a Associação Nacional Republicana do Exílio e Resistência, já atuava na Argentina desde 1955.⁵⁵³

De acordo com Ceres Moraes e Evaristo Cólman, o sucesso de Stroessner em conter os grupos revolucionários esteve fincado no discurso anticomunista, na legitimação interna do regime e no apoio externo que ele recebera. Em uma época marcada pela polarização ideológica, a propaganda anticomunista do governo serviu para que a repressão se instalasse e fosse apoiada pelos cidadãos. A legitimação do regime vinha do fato de que Stroessner foi o primeiro presidente a estabelecer eleições diretas, em 1959. Em 1963, ele autorizou o funcionamento dos partidos de oposição. As eleições que se seguiram, apesar de serem diretas, se deram em um ambiente no qual as legendas partidárias autorizadas a funcionar estavam destituídas de suas principais lideranças. Além disso, todos os pleitos que correspondem ao período em que esteve no poder foram marcados pela fraude.

⁵⁵² Muitos militantes do Mopoco, da Fulna e do M-14 foram presos ou mortos no exílio por conta da operação Condor. Sobre esses casos, a fonte de informação é MARIANO, N. *As Garras do Condor*. Petrópolis, Vozes, 2003.

⁵⁵³ PARAGUAY, 2008, p.36.

No plano internacional, Stroessner recebeu apoio dos Estados Unidos e do Brasil. A aproximação com os brasileiros permitiu que oficiais paraguaios tivessem contato com as doutrinas de Guerra Revolucionária e de Segurança Nacional.⁵⁵⁴ E o Estado de sítio se tornou rotina na vida dos paraguaios. Devido ao arraigado anticomunismo, ele acabou estreitando relações com Taiwan e fazia do seu país um bastião do anticomunismo nas Américas.⁵⁵⁵

Cabe ressaltar que a repressão no período de 1959 a 1960 teve a participação do Exército. No entanto, a Polícia e militantes colorados tiveram bastante atuação na repressão política nos demais anos. O sistema repressivo paraguaio contava com os *pyragues*, os informantes do governo. Relatório de 2008 da Comissão de Verdade e Justiça apontou que 2800 pessoas teriam agido como torturadores e/ou informantes do regime.⁵⁵⁶ Entre elas, profissionais liberais, artistas e professores universitários.

A repressão do Estado ao longo de toda ditadura resultou em 425 mortes e/ou desaparecimentos e a prisão de 20 mil cidadãos. Assim como no Brasil, a tortura se tornou generalizada no Paraguai.

Tipologia do regime militar de Stroessner

A influência do general Alfredo Stroessner moldou o que cientistas políticos chamam de regime sultanista, uma variante extrema do regime patrimonialista. O regime patrimonialista é uma forma de dominação que surge quando o poder tradicional, baseado nas ordenações e nas regras herdadas de tempos imemoriais, desenvolve a administração e o aparato militar. No patrimonialismo, a dominação se orientaria pela tradição, dentro de um direito próprio. Na vertente sultanista, o poder seria ainda maior, pois a dominação não seria limitada pela força da tradição, sendo produto apenas do livre arbítrio. Uma de suas características é a falta de distinção burocrática entre a esfera "privada" e a "oficial".

⁵⁵⁴ A crescente influência brasileira possibilitou também uma nova fonte de divisas para os paraguaios, com a construção da hidrelétrica binacional de Itaipu, a partir de 1973. Medida que levou o governo argentino a construir, com os paraguaios, a binacional de Yaciretá. Ambas empresas, se tornaram postos importantes do governo, que eram ocupados por correligionários e militares de confiança do ditador.

⁵⁵⁵ MORAES, C. COLMAN, E. A Guerrilha da Fulna. Considerações Preliminares. Centro de Documentación de los Movimientos Armados, disponível em <http://www.cedema.org/uploads/moraes_colman.pdf>. Acesso em 07. Out. 2014. Segundo os autores, o Brasil doou oito aeronaves para o Paraguai. O forte anticomunismo no Paraguai fez com que o país sediasse a reunião de cúpula da Liga Anticomunista Internacional (WACL, na sigla em inglês).

⁵⁵⁶ Más de 2.800 torturadores y pyrague tuvo el autoritario sistema stronista. *ABC Color*, Assunção, 20 de setembro de 2008. Disponível em <<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/mas-de-2800-torturadores-y-pyrague-tuvo-el-autoritario-sistema-stronista-1104022.html>>.

Para Juan Linz e Alfred Stepan, que adotam essa tipologia para explicar a situação dos regimes autoritários, ela se assemelha a situação de países como o Haiti sob o domínio dos Duvalier, a Romênia de Nicolai Ceausescu, a República Centro Africana dos Bokassa, as Filipinas de Marcos, o Irã dos Xás e a Coréia do Norte de Kim II Sung (cujo regime continua hoje com o seu neto Kim Jong Un). Juan Linz, em obra de 1975, já buscava associar esse modelo weberiano para explicar a natureza do regime paraguaio. O cientista político paraguaio Marcial Antonio Riquelme também defende essa interpretação, denominando-a como neossultanismo.⁵⁵⁷

Diferente dos regimes autoritários vigentes na Argentina e no Brasil, no regime paraguaio o ditador esteve presente em todas as esferas do poder.⁵⁵⁸ Essa característica é interessante para o nosso trabalho, pois ela explica o grau de legitimidade que as Forças Armadas e o Partido Colorado obtiveram no golpe de Estado que acelerou a transição democrática no Paraguai. Explica também a falta de autonomia das Forças Armadas paraguaias, mesmo que tenham sido a base das ditaduras de Morínigo e Stroessner. Ao serem vistos como libertadores e parceiros políticos, não haveria a necessidade de isolamento político das Forças Armadas no Paraguai. Isso explica por que não houve, durante a redemocratização e sob vigência da hegemonia do Partido Colorado, a formação de grupos de pressão política constituídos por militares da reserva. Vejamos em detalhes como isso ocorreu.

5.2 O ISOLAMENTO POLÍTICO TARDIO DAS FORÇAS ARMADAS

5.2.1 A ausência de isolamento político das Forças Armadas do Paraguai no período de transição

A transição por golpe no caso paraguaio, feita por duas dissidências (uma civil, outra militar) da base de sustentação do regime Stroessner em 1989, deu à política paraguaia uma dinâmica bem diferente dos demais vizinhos. O fato de militares e colorados terem conseguido tirar do poder o general Stroessner e imediatamente terem iniciado o processo de redemocratização como principais porta-vozes da nova ordem paraguaia, fez com que eles saíssem do regime de Stroessner com amplo respaldo e com forte apoio dos partidos políticos.

⁵⁵⁷ ROLON, 2010, p.64.

⁵⁵⁸ ROUQUIÉ, 1984, p.219.

O general Andrés Rodríguez, ao assumir o poder, incentivou o diálogo e a participação dos partidos políticos e dos movimentos sociais e estabeleceu um cronograma para as eleições presidenciais e a convocação de uma Constituinte. A imprensa, como nunca no Paraguai, teve liberdade de expressão e passou a ser importante ator político nesse processo. Os operários criaram, a partir desse ano, a Central Única (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e os trabalhadores do campo organizaram a Federação Nacional de Camponeses. O partido Colorado recebeu os exilados, os demais partidos, inclusive o comunista, tiveram liberdade de atuação.

Durante esse período, um grupo formado por militares da reserva em 1952, o Movimento Institucionalista Militar, passou a atuar, defendendo a profissionalização dos militares. Embora o MIM fosse reativado no retorno à democracia, nenhum outro grupo de pressão política foi formado por militares da reserva.

O caso paraguaio, por sua diferença com os demais, acaba mostrando que a quase ausência de grupos de pressão formados por militares da reserva está ligada diretamente ao não isolamento político das Forças Armadas durante a redemocratização. Podemos melhor explicar essa correlação, ao enumeramos alguns fatores que comprovam o não isolamento. Vamos a eles:

O status quo - A mudança de *status* na sociedade paraguaia não afetou negativamente as Forças Armadas. Devido à maneira como os militares foram vistos após o golpe de 1989, não foi estabelecida uma narrativa contrária às Forças Armadas que se tornasse hegemônica e que gerasse ressentimento na oficialidade com a sociedade.

A transição - De certa maneira, os militares, representados pelo general Andrés Rodríguez, tinham o controle da transição. Em que pese o curto prazo de três meses para a oposição se organizar e disputar a presidência, o general Andrés Rodríguez ganhou o pleito de maneira incontestável, com 74% dos votos, contra 20% do liberal Domingos Laino.

O apoio civil - As atitudes de Rodríguez em prol da abertura política e do fim do autoritarismo no Paraguai receberam a aprovação de movimentos sociais e partidos políticos. E permitiram a confecção de uma nova constituição, o fortalecimento das instituições e o surgimento de entidades da sociedade civil.

A justiça de transição - A questão dos Direitos Humanos teve destaque somente a partir de 1992, quando uma das vítimas de Stroessner, o advogado Martín Almada, conseguiu encontrar, depois de meses de investigação, os arquivos sobre a repressão, que ficaram conhecidos como os arquivos do terror. Esses documentos relacionavam em geral

a atuação da polícia na repressão e revelavam a existência da Operação Condor. Os principais repressores conhecidos àquela época era, autoridades civis, como o ex-ministro da Justiça, Sabino Montanaro, o ex-chefe do Departamento de Investigações, Pastor Coronel.⁵⁵⁹ Embora organizações de Direitos Humanos tenham reivindicado a instauração de uma Comissão da Verdade, não houve a aprovação do Congresso. Somente a partir de 2003, no governo de Nicanor Duarte Frutos, essa Comissão seria criada.⁵⁶⁰

A memória sobre o regime - Embora tenha havido ampla divulgação e uma grande comoção com a descoberta, a memória sobre o regime, construída após a queda de Stroessner, não havia mudado muito a imagem do ex-ditador. Carlos Martini apontou, na época, baseado em dados de pesquisa de opinião, que um terço dos entrevistados avaliaram o governo Stroessner como favorável ou muito favorável.⁵⁶¹ Devemos lembrar que o regime de Stroessner condicionou a filiação partidária para os servidores públicos. De certa forma, todo funcionário público no Paraguai, estava, mesmo que não intencionalmente, ligado à estrutura repressiva.

O anticomunismo – O surgimento de organizações e partidos de esquerda que fossem capazes de se constituir fortes adversários foi em muito afetado pela repressão no regime, pelo baixo grau de mobilização social e pela hegemonia do Partido Colorado. Em que pese a criação e o retorno do Partido Comunista, a maior parte da população estava filiada ao Partido Colorado e ao Partido Liberal Radical Autêntico. Dessa forma, não havia para os militares anticomunistas a percepção de ameaça no campo político-partidário. Essa percepção só ganhou forma devido à vitória da esquerda nas eleições de 2008.

O contrapoder militar – Como vimos no segundo capítulo, o surgimento do general Lino Oviedo como operador político afetou o processo de isolamento político das Forças Armadas paraguaias. Atuando inicialmente dentro do Partido Colorado e depois no Partido da União dos Cidadãos Éticos, Oviedo foi o pivô de várias crises vividas no Paraguai.

O general esteve envolvido em fraude nas internas de 1993 do Partido Colorado; liderou a malograda tentativa de golpe, com efetivos da cavalaria, em 1996; foi acusado

⁵⁵⁹ Stroessner foi condenado à prisão por seus crimes somente em 1991. Além dele, uma rede de auxiliares diretos receberam ordem de prisão. Porém tanto Stroessner quando Montanaro, já estava exilados, respectivamente, no Brasil e em Honduras.

⁵⁶⁰ STABILI, 2013, p.148.

⁵⁶¹ ALMADA, 1993, p.280.

de ser o mandante do assassinato do vice-presidente Luís María Argaña, em 1999; e, por fim, seus correligionários se envolveram em uma nova e malsucedida tentativa de golpe, em 2000. Esses acontecimentos pontuam os efeitos negativos da continuidade do padrão de interação entre o Partido Colorado e as Forças Armadas.

Por outro lado, servem para explicar porque não houve a formação de grupos de pressão política formados por militares da reserva logo da redemocratização, como vimos na Argentina e no Brasil. Os vínculos dos militares com o Partido Colorado facilitavam a resolução de demandas, impediam a instauração de um controle civil objetivo. De certa forma, a UNACE também servia como alternativa de canal político aos militares, o que neutralizava a necessidade de se estabelecer grupos de pressão política. O partido criado por Oviedo é a terceira legenda com mais representantes no Congresso, ficando apenas atrás dos tradicionais Partido Colorado e Partido Liberal Radical Autêntico.

Os colorados mantiveram-se no poder até 2008, perfazendo uma hegemonia de 60 anos. O único grupo de pressão política que operou nesse período, o Movimento Institucionalista Militar, era formado por oficiais que haviam sido expulsos ou que pediram licença das Forças Armadas depois da guerra civil de 1947 e que se posicionavam contra a influência da ANR nos quartéis.

Se esses fatores explicam a ausência da formação de grupos até 2008, as mudanças ocorridas com a vitória de Fernando Lugo reforçam o fato de o isolamento político ter relação direta com o surgimento de grupos de pressão política formados por militares da reserva no Paraguai.

5.2.2 O isolamento político das Forças Armadas no governo Lugo

Tendo o partido Colorado fortes laços com os militares, é no período que a ANR sai do poder que podemos notar que ocorre certo isolamento político dos militares. O governo de Fernando Lugo várias vezes renovou a cúpula militar, criando ressentimento entre os oficiais e causando incertezas e apreensões nas fileiras.

Além disso, Lugo pode aprofundar a questão da justiça transicional, que tivera certo avanço no governo de Nicanor Duarte Frutos, quando foi instaurada a Comissão de Verdade e Justiça. A Comissão, que havia sido criada a pedido da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), pode realizar os seus trabalhos com mais liberdade no governo Lugo e assim entregar o relatório final, com sete tomos e informações valiosas obtidas a partir do depoimento de 9.923 vítimas do regime. A Comissão de Verdade e Justiça estabeleceu não somente a responsabilidade das instituições do Estado como a responsabilidade de cada um dos repressores. Ainda em seu desenvolvimento foram

abertos processos contra agentes do Estado. Ao final de sua conclusão, uma das medidas adotadas foi o estabelecimento de uma disciplina sobre a história recente do autoritarismo no Paraguai nos bancos escolares do ensino médio.⁵⁶²

No que se refere ao anticomunismo, ele acabou ressurgindo devido ao perfil de esquerda de Lugo e as suas políticas públicas. O governo Lugo foi marcado pela surgimento de uma guerrilha de esquerda, o Exército do Povo Paraguaio, que atuou na região do Chaco. Na política externa, o presidente buscou se aproximar dos governos de esquerda da região, como havia feito Nicanor Duarte Frutos. No entanto, a eleição de Evo Morales na Bolívia e suas relações com Hugo Chávez alimentaram nova onda anticomunista entre os militares da reserva paraguaios. Nesse sentido, a proposta de assinar o Protocolo Adicional da Unasul⁵⁶³ foi vista como uma ameaça à soberania.

Esse isolamento relativo explica o surgimento do Fórum de Generais e Almirantes como grupo de pressão em 2011. A preocupação desses oficiais, diferentemente dos seus pares nos outros países do Mercosul, era com a politização à esquerda dos militares, tendo como parâmetro, o modelo bolivariano. Um de seus coordenadores foi o general Bernardino Soto Estigarríbia, oficial de uma família tradicional, com influência nas Forças Armadas e no Partido Colorado, que foi para a reserva no governo de Fernando Lugo. Um mês antes, alguns dos oficiais do Foro foram chamados pelo Partido Colorado para fazer parte do Conselho Assessor de Defesa e Segurança da ANR.⁵⁶⁴

Quando Lugo, após 23 processos de juízo político, saiu do poder, o Foro de Generais e Almirantes praticamente deixou de funcionar. Já na reserva, o general Soto Estigarríbia havia sido membro do Conselho Assessor e tesoureiro da campanha do colorado Horácio Cartes à presidência. Com a vitória de Cartes nas eleições de 2013, Estigarríbia foi nomeado ministro da Defesa. Outros oficiais de destaque do grupo passaram a fazer parte da administração pública em empresas como Yaciretá. Estavam, de certa forma, reintegrados ao sistema.

⁵⁶² STABILI, 2013, p.156.

⁵⁶³ O Protocolo Adicional dispunha sobre o compromisso com a democracia e embora tenha sido assinado pelo presidente Fernando Lugo na cúpula da Unasul, foi vetado pelo Senado paraguaio. O acordo funcionaria como a cláusula democrática do Mercosul, criada em 1998.

⁵⁶⁴ ANR integró Consejo Asesor de Defensa. *Abc Color*, Assunção, 27 de junho de 2011. Disponível em <<http://www.abc.com.py/articulos/anr-integro-consejo-asesor-de-defensa-276414.html/>>. Acesso em 8. Out. 2014.

6 - O CASO URUGUAIO

6.1 CONDIÇÕES ANTECEDENTES

Levando em conta o período de redemocratização no Uruguai, iniciado em 1984, apenas em 2006 surgiram grupos de pressão formados por militares da reserva. Essa situação se assemelha com o exemplo paraguaio. A resposta para explicar esse comportamento, como nos demais casos, é o grau de isolamento político conferido às Forças Armadas. Mas temos também, nesse caso, um aspecto interessante em relação aos demais países dessa pesquisa: o Uruguai é o que apresenta o maior período de normalidade democrática dentro do século XX e militares identificados com o poder civil. Vejamos como isso influenciou na formação de grupos de pressão formados por militares da reserva.

6.1.1 A tradição democrática e o controle civil subjetivo das Forças Armadas (1900-1967)

As relações civis e militares no Uruguai foram caracterizadas ao longo do século XX pela submissão das Forças Armadas ao poder civil e uma forte institucionalidade e consenso dos partidos políticos. Essa submissão, acompanhada por um processo de profissionalização dos militares, se iniciou no final do século XIX, com a centralização e modernização do Estado uruguaio ocorrida entre o fim da guerra do Paraguai e as guerras civis que afligiram o país até 1904.⁵⁶⁵ Em termos teóricos, essa subordinação se enquadra no conceito de controle civil subjetivo. Os militares eram utilizados pelos grupos políticos e a eles se subordinavam por convergência de valores.

A guerra civil de 1904 colocou *blancos* e *colorados*, não somente como partidos opositores, mas como lideranças militares. Os *blancos* dominavam os militares insurretos e milícias no interior, enquanto os *colorados*, mais urbanos, contavam com a maior parte do Exército.⁵⁶⁶ Com a morte do caudilho *blanco* Aparício Saravía⁵⁶⁷, o conflito terminou

⁵⁶⁵ CHIRICO, S.L. *Estado y Fuerzas Armadas en el Uruguay del siglo XX*. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 1985, p.26.

⁵⁶⁶ Os partidos Blanco e Colorado foram criados em 1836. BARAHONA, E. M. Uruguay. In: ALCANTARA, M. FREIDENBERG, F. (org). *Partidos políticos de América Latina. Cono sur*. Cidade do México:ICE:FCE, 2003, p.426.

⁵⁶⁷ Aparício Saravía e seu irmão Gumercindo fizeram parte dos Maragatos, que lutaram contra o governador do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilho, na Revolta Federalista de 1893-1895. SOUZA, M. A. *A cultura política do "batllismo" no Uruguai, 1903-1958*. São Paulo: Annablume, 2003, pp.39-41. Sobre as guerras civis ver também ARDAO, A., CASTRO, J. 1875-1935. Sesenta Años de Revolución. (Vida de Basilio Muñoz). *Cadernos de Marcha*, 56, nov. 1951 e ODDONE, J.A., La Formación del Uruguay Moderno, C.1870-1930 In: BETHELL, L. *História de América Latina. El Cono Sur desde 1930*, Cambridge: Cambridge University Press; Barcelona: Crítica, 1992, Tomo 10, pp.125-126.

com a vitória colorada e a assinatura da Paz de Aceguá. Essa previa que nas eleições o partido minoritário teria ao menos 1/3 de representação na Câmara dos Deputados.⁵⁶⁸

O Partido Colorado se consolidou de vez como hegemônico, mantendo-se assim até 1958, ou seja 93 anos no poder. A vitória colorada na Grande Guerra serviu para que o Estado uruguaio alcançasse, pela primeira vez em sua história, o monopólio do uso da força, centralizando as decisões em Montevideu sob o aparato de Forças Armadas unificadas e com poder de dissuasão suficiente para evitar o sucesso de um novo levantamento vindo do campo, como ocorrera nos anos anteriores.⁵⁶⁹

A partir dos mandatos presidenciais de Jorge Batlle y Ordonez (1903-1907 e 1911-1915) e de Carlos Williman (1907-1911), iniciou-se um período de 25 anos (1904-1929) de transformação da sociedade uruguaia, que foram caracterizados pela inclusão social e política, baseada na educação, na distribuição de renda, no crescimento econômico e ampliação de direitos e no consenso entre os dois principais partidos. A forte liderança de Batlle no Partido Colorado foi crucial para dar impulso a uma série de reformas sociais que tiveram como resultado a formação do primeiro Estado de Bem-Estar social nas Américas. Entre os seus vizinhos, o Uruguai foi o primeiro a adotar eleições livres e com voto secreto.

Em relação às Forças Armadas, por ser um pacifista e internacionalista, tendo inclusive representado o país em Haia no intervalo entre as duas presidências, Batlle utilizou os militares apenas dentro do marco legal de proteção ante uma ameaça externa e na segurança pública.⁵⁷⁰ E os demais presidentes, com a aprovação do Conselho Nacional de Administração, na constituição de 1917, mantiveram a limitação do chefe do Poder Executivo em deliberar apenas sobre assuntos externos e a segurança interna.

⁵⁶⁸ Um dos motivos para a guerra civil era o fato de Batlle desejar unificar o país. Desde a guerra civil de 1897, o Uruguai estava dividido em duas capitais. A chamada política de exclusivismo colorado havia reduzido o poder da oposição que reagiu, estabelecendo um governo no norte do país. Novas leis eleitorais foram assinadas após 1904 para aumentar o grau de representação dos partidos minoritários.

⁵⁶⁹ HENTSCHKE, J. R. Artiguista, White, Cosmopolitan and Educated: Constructions of Nationhood in Uruguayan Textbooks and Related Narratives, 1868-1915. *Journal of Latin American Studies*, 44, 2012, p.736 e CHIRICO, 1985, 68.

⁵⁷⁰ AZÚA, C. R. Ejército y Política en el Uruguay In: Militarismo. *Cadernos de Marcha*. Montevideu: Marcha, 1969, nº 23, p.17. Esse processo de centralização, que está atrelado ao fortalecimento do partido colorado, tem suas origens no período “militarista” (1882-1886) quando foram dados os primeiros passos para a modernização do país, com ferrovias e telégrafos, com o aumento da urbanização e da ampliação do poder do Estado nas Forças Armadas

Outras medidas também podem ajudar a explicar a ausência de intervenções militares: segundo Juan Rial, o governo Batlle fracionou o Exército em 45 unidades equivalentes a batalhão e as distribuiu em todo território, impondo forte ingerência do ministério da Defesa, o que dificultou a articulação e integração entre os comandantes. Além disso, foi criada uma lei de promoções que mandava para a reserva oficiais sem destino, o que aumentou a profissionalização.⁵⁷¹ De acordo com Selva Lopez Chirico, com a Paz de Aceguá, que encerrou a guerra civil de 1904, os revoltosos foram perdoados e reincorporados à tropa. E Batlle, além de dispersar as tropas pelo território, providenciou o rodízio dos comandantes, para evitar a criação de “feudos”. Outro fator importante, segundo a autora, era a grande quantidade de oficiais colorados, o que ajudou na subordinação dos militares ao poder civil, embora nem todos fossem batllistas. Chirico ressalta que a subordinação dos militares não foi apenas legado de Batlle, mas também fruto da lógica do consenso na sociedade uruguaia daquele período.

Com o enfraquecimento do coloradismo no Exército no fim da década de 1930, a argamassa que unia os oficiais, assim como parte da elite, foi a maçonaria.⁵⁷² Segundo a autora, foi dessa forma a transição do Exército partidário ao Exército como instrumento do poder civil. Aqui, retornamos os conceitos de controle civil subjetivo de Huntington e López. Em um primeiro momento, a chave é huntingtoniana: Batlle e o partido contam com oficiais colorados, maximizam o poder do Exército para exercer o poder, vencer a guerra civil e dar início ao novo governo. Com a passagem de duas décadas, os oficiais foram aderindo às diversas correntes coloradas e se mantiveram unidos entre si e à elite pela maçonaria. Temos aqui, um quadro melhor explicado pela interpretação de López: os oficiais, no controle civil subjetivo, se submetem ao poder civil por uma convergência de valores.

As reformas efetuadas por Batlle e seus seguidores colorados resultaram em um interessante efeito entre os militares uruguaiois. Em vez de se advogarem como os líderes e tomadores de decisão para as mudanças políticas, econômicas e sociais, como ocorrera na Argentina, Brasil e Paraguai, os militares uruguaiois acabaram deixando ao grupo civil o manejo da transformação que passaria o país. De acordo com Selva Lopez Chirico,

⁵⁷¹ RIAL, J. *Las Fuerzas Armadas ¿Soldados-políticos garantes de la democracia?* Montevideu: CIESU: CLADE: EBO, 1986, pp.12-13.

⁵⁷² CHIRICO, 1985, pp. 41-44.

houve dentro das casernas um forte sentimento democrático, no qual a missão histórica delegada às Forças Armadas foi entendida pelos militares como a salvaguarda do sistema democrático.⁵⁷³ Por isso, eles pouco afetaram a política até 1958.

Entre os fatores apontados pela autora está o fato de que o Exército não era utilizado para realizar ações de polícia que eram comuns para os militares na vizinhança, como conter movimentos sociais e greves. Como vimos, na Argentina, o Exército era responsável pelas eleições, e assim como no Brasil, militares foram utilizados na repressão aos sindicatos. Outro fato interessante era a inexistência do Serviço Militar Obrigatório, em que pese os debates no Congresso, os políticos uruguaios não viam a necessidade desse tipo de atividade militar.⁵⁷⁴ No plano externo, segundo Chirico, a desproporção do país em relação aos seus vizinhos, desautorizava qualquer pretensão de reivindicação territorial.⁵⁷⁵

A modernização do país, a diminuição das tensões sociais e a criação do Estado de bem estar social legitimavam o poder civil. Uma vez que não tinham uma função social visível, havia baixo prestígio da profissão militar. Nos primeiros anos após a Grande Guerra de 1904, chegou-se a discutir no Congresso a possibilidade de abolir as Forças Armadas.⁵⁷⁶ Essa falta de prestígio corria em paralelo com o chamado mimetismo civilista: os militares iam buscar nos cursos universitários novos caminhos e o respeito que não encontravam na profissão militar.⁵⁷⁷

A ausência dos militares na política deu estabilidade ao sistema, mas isso não quer dizer que nesse período não houvesse golpes. Os efeitos do batllismo na sociedade uruguaia, apesar de positivos, não foram suficientes para impedir as consequências da grande crise mundial de 1929. Nas eleições de 1930, foi eleito Gabriel Terra, um colorado que traria um ponto de inflexão à democracia uruguaia. Em 31 de março de 1933, com apoio de integrantes do Corpo de Bombeiros e da Polícia, a omissão do Exército e da população, Terra deu um autogolpe e iniciou a ditadura, a primeira em 46 anos. Embora tenha aumentado o poder do presidente, com o fechamento do Conselho Nacional de

⁵⁷³ CHIRICO, 1985, p. 97.

⁵⁷⁴ CHIRICO, 1985, p. 45. Um dos entraves ao serviço militar era a lembrança do período militarista uruguaio (1876-1888). Sobre esse período, recomenda-se a leitura de AZÚA, 1969.

⁵⁷⁵ CHIRICO, 1985, p. 87.

⁵⁷⁶ RIAL, 1986, p.12.

⁵⁷⁷ CHIRICO, 1985, p. 88.

Administração, o novo regime permitiu o funcionamento dos partidos. Terra convocou uma Assembleia Constituinte, manteve representantes da minoria no Conselho dos Ministérios e no Congresso. Mesmo com a participação política, o governo foi alvo de um intento revolucionário em 1935, organizado pela oposição, formada por colorados battlistas e *blancos* independentes. Embora seja chamada por muitos de “ditablanda”, o regime Terra foi marcado por uma série de violações dos direitos humanos, em especial aos sindicalistas e operários.

Segundo Benjamin Nahum, o governo de Terra foi marcado por ambiguidades. Eis algumas delas: a nova constituição, em que pese o conservadorismo, tinha como novidade o voto das mulheres. Por sua vez, o apoio de setores econômicos não impediu o aumento do papel do Estado.⁵⁷⁸ Seu sucessor, o general Alfredo Baldomir, ex-chefe da Polícia de Terra, militar e arquiteto⁵⁷⁹, assumiu a presidência e— sob pressão da oposição - deu um golpe pelo qual acabaria sendo anulada a constituição outorgada por Gabriel Terra.⁵⁸⁰ Depois do intervalo autoritário de oito anos, a democracia retornou ao país.

A década de 1940 foi caracterizada pelos efeitos da transição democrática, no âmbito interno, e da Segunda Guerra Mundial, no âmbito externo. Com o retorno à democracia, os oficiais que haviam se colocado contra a ditadura Terra foram reincorporados à tropa; os que haviam apoiado o ex-ditador tiveram suas promoções e tempo de serviço afetados.

Em relação ao aspecto militar, devido à derrota francesa em 1940, as Forças Armadas uruguaias, em especial, o Exército e a Aeronáutica, passaram a adotar o modelo norte-americano como exemplo para formação de seus efetivos. Essa transformação, gradual, abriria as portas das fileiras uruguaias ao anticomunismo.

A guerra também trouxe outros efeitos ao país: a acumulação de divisas, fruto das exportações, e o aumento do poder de renda da população. A política battlista retornou ao país, sob a liderança de Luís Batlle Berres, sobrinho do ex-presidente.⁵⁸¹ O

⁵⁷⁸ NAHUM, B. *Breve historia del Uruguay independiente*. Montevideu: Banda Oriental, 1999, pp.116-117.

⁵⁷⁹ Baldomir representa de certa forma a figura do militar universitário. Atuava tanto como militar quanto como arquiteto.

⁵⁸⁰ FINCH, H. Uruguay, 1930-c.1990, In: BETTEL, L. *Historia de America Latina, Tomo 15, El cono sur desde 1930*. Cambridge: Cambridge University Press; Barcelona: Crítica, 2002, p.161.

⁵⁸¹ Eleito vice, Luis Batlle Berres assumiu como primeiro mandatário após a morte do presidente Tomás Berreta, em agosto de 1947.

neobatlismo impulsionou a criação de subsídios e proteção aos trabalhadores, o que foi visto pelos adversários como uma política populista.

Se a década de 1940 foi marcada pelo aumento da riqueza, a década de 1950 seria caracterizada pela redução das exportações, devido à Guerra da Coreia, pela crise do bipartidarismo uruguaio, incapaz de resolver as demandas geradas com o desequilíbrio econômico, e pelo fim da hegemonia colorada.⁵⁸²

Em 1952, com a nova Constituição, o poder Executivo seria representado pelo presidente do Conselho de Estado, eleito de maneira direta. Esse Conselho reunia seis representantes do partido vencedor e três representantes do partido minoritário.

A hegemonia colorada se manteve até 1958, quando, pela primeira vez, em 93 anos, os *blancos* venceram as eleições e assumiram o controle do Conselho de Estado. Assim que o Partido Nacional assumiu o controle, oficiais ligados ao partido foram designados para o comando do Estado Maior do Exército, da Inspetoria do Exército e da 1ª Região Militar. Esses oficiais *blancos* apresentavam um perfil mais conservador que o dos colorados e se viam cada vez mais envolvidos nas doutrinas de Guerra Revolucionária e Segurança Nacional irradiadas pela França, pelos Estados Unidos e pelo Brasil. Desde a década de 1950, os oficiais uruguaio participavam dos cursos promovidos pelas Forças Armadas dos Estados Unidos dentro do que previa a Junta Interamericana de Defesa.⁵⁸³

Nas Forças Armadas, a vitória *blanca* afetaria sobremaneira a lista de promoção de oficiais, trazendo nova dinâmica em relação à formação dos laços de confiança dentro da oficialidade, até então majoritariamente colorada. Juan Rial ressalta que nesse período, os *blancos*, para obterem a adesão dos oficiais, diminuiram o interstício de promoções, fazendo com que a idade mínima para chegar ao generalato fosse reduzida⁵⁸⁴. Com a nova lei, aprovada em 1963, houve modificação na pirâmide de promoções do oficialato, em especial no escalão dos oficiais superiores. Segundo o autor, como não havia cargos para todos esses oficiais, a medida acabou desprofissionalizando o Exército.

⁵⁸² NAHUM, 1999, pp.124-127.

⁵⁸³ ROUQUIÉ, 1984, 294. Segundo Alain Rouquié, o fato de o Uruguai não possuir indústrias bélicas tornava o país dependente da ajuda norte-americana, o que se refletia no número de militares treinados nos Estados Unidos: entre 1950 e 1970, foram 1723, o que em termos relativos colocava o país em primeiro do ranking regional.

⁵⁸⁴ Cabe lembrar que após o governo de Juan José de Amézaga, também houve problemas na lista de promoções. Esse presidente anistiou e reincorporou os militares que haviam tentado dar o golpe em Terra.

O perfil dos oficiais *blancos* reproduzia a ideologia conservadora do partido. Em uma época de forte polarização ideológica da Guerra Fria, os seus subprodutos, a lógica do anticomunismo, da segurança nacional e da guerra revolucionária, foram difundidos por esses oficiais. Entre eles, cabe destacar a liderança do coronel Mário Oscar Aguerro, chefe da Polícia de Montevideo entre 1959 e 1963, e que criaria em 25 de agosto de 1965 a *Logia de los Tenientes de Artigas*, um grupo secreto dentro do Exército uruguaio de caráter anticomunista e com viés intervencionista. Por sua vez, nessa época havia também um líder no Exército, o general Líber Seregni, oficial de fortes convicções civilistas, representante da tradição colorada no Exército uruguaio, e que ao ir para a reserva seria um dos fundadores da Frente Ampla. Havia também a *Logía Corriente 1815*, dos coronéis Pedro Aguerre e Pedro Montañez, de caráter legalista e que apoiara Seregni; Segundo Samuel Blixen, nessa época de forte polarização, Aguerro e Seregni representavam as duas posturas dentro do Exército uruguaio.⁵⁸⁵

6.1.2 Autoritarismo civil e participação política das Forças Armadas (1967-1973)

Em 1967, o partido Colorado conseguiu voltar à presidência do país vencendo o Partido Nacional. As eleições consagraram para a presidência a chapa formada pelo general da reserva Oscar Gestido, um oficial que tinha se destacado na gestão das ferrovias como interventor e cuja fama de eficiente e honesto foi utilizada para completar o vácuo deixado pela morte de um importante líder colorado, o ex-presidente Luís Batlle Berres. Em um ambiente no qual a política tradicional estava desgastada, a própria escolha de um militar para ser candidato colorado era baseada na ideia de que ele não estaria, aos olhos do eleitor, contaminado pelo ambiente político. Lembremos que a imagem dos partidos já vinha sofrendo desgaste e isso ficou mais evidente na década de 1950, quando tanto a maioria colorada quanto a minoria blanca, ambas enraizadas no burocracia, estavam sendo minadas pela corrupção e pelo clientelismo. E esse seria um dos motivos pelos quais os *blancos* haviam vencido em 1958. Em 1967, a aposta colorada em um candidato com uma imagem mais austera para atrair o eleitorado iria ter alto custo.

Gestido governou por apenas nove meses – foi vítima de um ataque cardíaco fulminante em dezembro, sendo substituído pelo seu companheiro de chapa, o deputado

⁵⁸⁵ BLIXEN, S. *Líber Seregni, el general del pueblo. Militares contra la dictadura en Uruguay. Los otros militares - Le Monde Diplomatique*. Buenos Aires, Capital Intelectual, 2010, p.31, e CHIRICO, 1985, p.142.

Jorge Pacheco Areco.⁵⁸⁶ O novo presidente enfrentou uma série de manifestações motivadas pela perda do poder de compra em um país cuja a inflação alcançaria 139,5% em 1967 e 180% no ano posterior. Ele substituiu os políticos da base dos principais cargos nos ministérios por representantes do empresariado uruguaio e lançou um plano de congelamento de preços e salários, o que afetou mais ainda os trabalhadores, que passaram a pressionar cada vez por mudanças.

Pacheco Areco teve seu governo marcado por utilizar, sempre dentro dos ditames legais, as ferramentas de repressão para tentar sufocar as crescentes greves e manifestações. Baseado nos artigos da Constituição, ele adotou várias vezes as Medidas Prontas de Segurança, que restringiam os direitos constitucionais. A gênese desse novo autoritarismo no Uruguai, que começa com governos de presidentes civis, daria as condições para o golpe de Estado de 1973.

De acordo com Álvaro Rico, ocorreu nesses seis anos a institucionalização do Estado de Exceção, com o presidente aumentando o seu poder através da assinatura de decretos.⁵⁸⁷ E o principal alvo da repressão eram as correntes de esquerda. Logo no início de seu mandato, Pacheco Areco proscreveu sete organizações esquerdistas e mandou fechar duas publicações, o diário *Época* e o *Semanário Sol*. A polícia aumentou a repressão nos sindicatos e na Universidade e, nesse período, estudantes foram presos, torturados e mortos.

O presidente também deu início a um estranho processo de militarização do funcionalismo público, que vinha reagindo com paralisações à política de congelamento de preços e salários. A partir da greve dos bancários, ele ordenou que os grevistas fossem tratados como desertores; os que não aderiram foram tratados como soldados. Suas atividades passaram então a ser avaliadas por inspetores militares. Coube à Marinha exercer o controle dos bancos no centro antigo de Montevideú, na *Ciudad Vieja*, onde ficavam as sedes dessas empresas, enquanto o Exército cuidou das sucursais existentes no resto da cidade e no campo. Os grevistas, tratados como traidores da pátria, passaram

⁵⁸⁶ Esse retorno foi fruto da reforma ocorrida no ano anterior, que permitiu o fim do regime de colegiado e a fortalecimento das funções do presidente da República. A reforma de 1966, pactuada entre os partidos e conhecida como reforma *Naranja*, deu origem à sexta Constituição do país. BRUSCHERA, O. *Las décadas infames, análisis político. 1967-1985. Hoy es historia*, Montevideú: Linardi Y Rissio, 1986, p.15.

⁵⁸⁷ RICO, A. Sobre el autoritarismo y el golpe de Estado. La Dictadura y el Dictador. In: DEMASI, C. MARCHESI, A. MARKANIAN, V., RICO, A., YAFFÉ, J. *La Dictadura Cívico-Militar. Uruguay 1973-1985*. Montevideú: Ediciones de la Banda Oriental: CEIU, 2009, 188-189.

a ser levados para o 9º Regimento de Cavalaria.⁵⁸⁸ Pacheco Areco buscou envolver o quanto pode o Exército e um de seus generais mais prestigiados, Líber Seregni, nas atividades de repressão aos movimentos sociais. Porém, o que conseguiu foi apenas o pedido de demissão desse general do comando da 1ª Região Militar, que acabou sendo secundado pela saída do comandante da 3ª Região, general Victor Licandro. Até então, o comando de três das quatro regiões havia sido modificado e o presidente buscava aumentar sua influência nas Forças Armadas. Pouco disposto ao diálogo, Pacheco Areco ainda as utilizava indiretamente para desafiar o Congresso, ao visitar unidades militares nas épocas em que havia pouco apoio parlamentar à Presidência.⁵⁸⁹

Tornou-se latente o descontentamento de correntes do Partido Colorado com o giro autoritário do governo. A esses colorados se juntariam políticos dos partidos *Blanco*, Democrata Cristão, Socialista e Comunista. Revalorizando a tendência uruguaia ao consenso, esses políticos viriam a criar, em 5 de fevereiro de 1971, a Frente Ampla, um novo partido com reais chances de vitória eleitoral no pleito que ocorreria naquele ano. Em seu primeiro ato público, no mês de março, a Frente Ampla realizou um comício que teve a presença de cem mil pessoas e que ficou marcado pelo anúncio do general Seregni como candidato para concorrer ao Palácio Estevez. O poder de mobilização daquele novo partido que buscava, nas palavras de Seregni, uma saída “legal, democrática e pacífica” para a encruzilhada em que vivia o país, desfechou um sinal de alarme para as forças conservadoras uruguaias.⁵⁹⁰

Até as eleições, a Frente Ampla seria alvo de 200 ataques perpetrados pela extrema-direita. Seregni, segundo Samuel Blixen, teria sofrido ao menos três atentados. Os planos para a sua eliminação contavam com apoio de oficiais da Argentina, Brasil, Estados Unidos e Paraguai e de policiais, paramilitares e militares uruguaios. Na perspectiva

⁵⁸⁸ BLIXEN, *Líber Seregni, el general del pueblo. Militares contra la dictadura en Uruguay*. Los otros militares - 4. Le Monde Diplomatique. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010, p.54.

⁵⁸⁹ BRUSCHERA, 1986, pp.22-23. BLIXEN, 2010, pp. 56-60.

⁵⁹⁰ BLIXEN, 2010, 68. Entre os nomes da Frente Ampla, estavam o dos senadores ex-colorados Zelmar Michellini, Alba Roballo, intelectuais da Universidade da República e da prestigiada revista *Cadernos de Marcha*, líderes dos movimentos sociais e dos sindicatos. Nas Forças Armadas, apenas os oficiais de confiança de Seregni puderam aceitar que a constituição da Frente Ampla com a presença dos comunistas não se tratava de um giro em direção à Moscou e sim a valorização do nacionalismo econômico. No entanto, parte da oficialidade adotara a visão anticomunista enraizada pela Doutrina de Segurança Nacional.

desses oficiais, além do suposto comunismo da Frente Ampla, havia a preocupação com as constantes atuações dos Tupamaros.

6.1.3 A violência política

A guerrilha tupamara foi fundada por Raúl Sendic, em 1962, com a participação de militantes da extrema-esquerda⁵⁹¹ como resposta à violência exercida pela militância fascista e anticomunista que cresciam no Uruguai. Sendic, que era advogado e militante do partido socialista, já havia organizado sindicatos e marchas com os pequenos agricultores nucleados em torno da União Trabalhadores Açucareiros de Artigas, no norte do país, para contestar as decisões do governo. A ele se aliaram José Mujica, que seria, no futuro, presidente do Uruguai, Eleutério Fernandez Huidobro e militantes tanto do partido Socialista, quanto do Comunista, do Movimento de Apoio Campesino, do Movimento de Ação Revolucionária, entre outros que convergiram à guerrilha.

Os tupamaros se caracterizavam pela liberdade de movimentos e de decisão de seus integrantes e adotavam o impacto de suas ações como forma de difundir a guerrilha.⁵⁹² Para arrecadar fundos, eles organizaram assaltos a bancos e passaram a adotar algumas táticas que fizeram com que parte da população lhe oferecesse apoio, uma vez que as medidas econômicas e repressivas do governo causavam insatisfação popular. Com o tempo, os tupamaros passaram a utilizar de sequestros para negociar com o governo a libertação de presos políticos.⁵⁹³ Entre as autoridades capturadas pelos tupamaros estavam o impopular Ulysses Pereyra, diretor da Companhia Telefônica, o consul geral brasileiro Aloysio Gomide, o embaixador britânico Geoffrey Jackson, o agrônomo norte-americano Claude Fly, e o também norte-americano Dan Mitrione, agente da CIA que teria ensinado técnicas de tortura para os policiais e militares uruguaios e que acabou sendo executado pela guerrilha. Além dos sequestros que tinham como objetivo a

⁵⁹¹ A referência histórica para o nome dessa guerrilha é o imperador inca Tupac Amaru.

⁵⁹² Eles tiveram sua primeira operação em julho de 1963, no roubo de armas da Sociedade de Tiro Suíço de Nova Helvécia. A ação ocorreu no mesmo mês em que se comemorou os dez anos do assalto ao Quartel de Moncada, em Cuba. As armas roubadas eram 20 fuzis checos modelo 1934, duas carabinas calibre 22, cinco fuzis com ferrolhos e canos descalibrados e um fuzil Martini. Embora o material fosse antigo e de pouca eficiência, a ação serviu para projetar a fama do grupo. CABRAL, J.P.C. *Trajectoria do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros–, 1962-1973: algumas questões de identidade e poder. Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, dezembro 2007, v. XXXIII, n. 2, p. 158-160.

Sobre Sendic, há uma pequena biografia baseada em informações do MNL-T, disponível em <<http://www.latinamericanstudies.org/uruguay/sendic.pdf>>, acesso em 4 Out. 2014.

⁵⁹³ CABRAL, 2007, 156-171.

negociação política, os tupamaros, influenciados pelo francês Régis Debray, que atuara com Che Guevara na Bolívia, passaram a adotar a estratégia baseada no foquismo, ou seja a criação de focos guerrilheiros para desestabilizar o governo.

Apesar de estar ligada a partidos e movimentos em sua origem, os tupamaros foram gradativamente se tornando autônomos diante dessas entidades políticas e criaram seu próprio movimento, o Movimento de Liberação Nacional. Quando da criação da Frente Ampla, em 1970, os tupamaros, embora declarassem sua descrença em relação à solução eleitoral, apoiaram o novo partido, através do movimento 26 de março, seu braço legal. Como explica Cabrera Cabral, com a prisão dos principais líderes do movimento, os tupamaros passaram a se tornar um grupo mais militarizado e buscaram o recurso da cooptação das massas para uma guerra revolucionária. Embora tenham realizado operações de vulto, que mostravam sua força como movimento armado mesmo com a prisão de seus líderes, os tupamaros começaram a experimentar a queda a partir de 14 de abril de 1972, numa tentativa de vingar os seus mortos que teve forte repercussão nas relações civis e militares do Uruguai.⁵⁹⁴ A partir dessa data, as Forças Armadas, sob as ordens do novo presidente eleito, Juan María Bordaberry, entraram diretamente no conflito. Em menos de cinco meses, os Tupamaros foram desarticulados.

A repressão, que antes tinha como alvo os tupamaros e os militantes de esquerda abriu o seu leque para todo e qualquer político que se colocasse contra o governo constituído. O Uruguai, que diferentemente dos países pesquisados, não apresentara intervenções pontuais ou constantes dos militares, vivia agora sob a égide de um regime discricionário que transformou as Forças Armadas numa força de ocupação dentro do próprio país. De acordo com Alain Rouquié, houve cinco mil prisioneiros políticos e 15 mil cidadãos em liberdade vigiada. Além disso, 60 mil passaram pelas prisões nos

⁵⁹⁴ Uma dessas ações de vulto foi a fuga do Presídio de Punta Carretas, conhecida como *el abuso*, em 1971, que resultou na saída de 111 presos. No dia 14 de abril de 1972, foi realizada uma operação para se vingar a morte de militantes e familiares assassinados pelo Comando de Caça aos Tupamaros. Esse tipo de esquadrão da morte vinha atuando desde 1970, e era articulado na própria presidência da República, com a participação de oficiais das três forças, da polícia e de integrantes de organizações fascistas. Suas vítimas variavam desde pessoas recrutadas para fazer parte dos tupamaros como familiares que nada tinham a ver com a guerrilha. BLIXEN, 2010,76.

procedimentos de investigação.⁵⁹⁵ Dados do governo uruguaio publicados recentemente apontam que 465 pessoas foram vítimas da repressão.⁵⁹⁶

6.1.4 A autonomia das Forças Armadas e o regime militar (1973-1985)

No Exército, a crescente influência dos *tenentes de Artigas* afetaria sobremaneira as relações civis e militares. A crise começou no final de janeiro de 1973 quando os coronéis ligados a essa corrente pediram a intervenção na Junta Departamental de Montevideu, devido à acusação de corrupção. No início de fevereiro, o senador Amílcar Vasconcellos fez um discurso no qual denunciava que estava sob marcha uma tentativa das Forças Armadas de tomar o poder. No dia 8 de fevereiro, Bordaberry nomeou como novo ministro da Defesa o general da reserva Antônio Francese, em lugar de Armando Malet, cuja missão era trazer de volta para os quartéis as Forças Armadas, depois de terem sido empregadas com êxito contra os tupamaros. Os *Tenientes de Artigas* se contrapuseram, conseguindo orientar o alto escalão do Exército na direção de um golpe de Estado.

Na Marinha, o contra-almirante Juan José Zorrilla, ligado ao partido Colorado, tomou a decisão de defender o presidente.⁵⁹⁷ Tropas de ambas as forças começaram a se posicionar para um conflito iminente. No campo político, em que pese lideranças blancas e coloradas se colocarem contra um golpe, a Frente Ampla se posicionou a favor da deposição do presidente, pois acreditavam suas lideranças que entre os oficiais haviam aqueles que eram contrários ao autoritarismo de Bordaberry. O presidente chegou a convocar a população para um ato em sua defesa, mas recebeu pouca adesão.

Na reunião do chefe do Estado Maior Conjunto, general Gregório Alvarez, com os comandantes das quatro regiões militares e de chefes da Aeronáutica, foi acordado que eles lançariam o documento nº4, de 9 de fevereiro de 1973, na qual desconheciam a autoridade do ministro Francese. Tal decisão levou em conta o posicionamento de 12 coronéis pertencentes à *Logia Tenientes de Artigas*. Esse documento propunha, além da

⁵⁹⁵ ROUQUIÉ, A. 1984, p. 302.

⁵⁹⁶ DELICADO, A. Uruguay publica un listado de víctimas de la dictadura. *Público*, Madri, 2 de setembro de 2009, disponível em <<http://www.publico.es/internacional/394149/uruguay-publica-un-listado-de-victimas-de-la-dictadura/>>.

⁵⁹⁷ BLIXEN, 2010, pp.101-110. Ele acionou o plano Efestos, originalmente criado para se defender dos tupamaros, e ordenou aos fuzileiros navais a ocupação da Ciudad Vieja, bloqueando com barricadas e ônibus a região central de Montevideu para evitar um possível avanço das tropas do Exército e Aeronáutica. Esse plano havia sido elaborado após uma bem sucedida ação dos tupamaros no qual o Centro de Instrução da Marinha foi tomado sem ser dado um único tiro.

retirada do ministro, o aumento e aprofundamento do papel das Forças Armadas em várias áreas da política uruguaia, entre eles promover a reforma agrária, diminuir a dívida externa e aumentar a oferta de emprego. No dia 10 de fevereiro, outro documento, o de número 10, foi lançado a público. Nesse, o Exército e a Aeronáutica tentavam suavizar a nota anterior, reiterando o papel das Forças Armadas como garantes da soberania e da defesa nacional.

Embora a Marinha não tenha assinado a nota, o contra-almirante Zorrilla acabaria por pedir a renúncia no dia 11 de fevereiro, o que fortaleceu a pressão do Exército e da Aeronáutica.

O presidente Bordaberry não renunciou e tampouco mandou para a reserva os generais envolvidos. Sob pressão, ele negociou com a cúpula das três Forças o chamado Pacto de Boiso Lanza, feito na base aérea de mesmo nome, e pelo qual aceitaria a ingerência ampliada das Forças Armadas. Entre as medidas que visavam maior participação dos militares estava a criação do Conselho de Segurança Nacional, que incluía, além do presidente e dos ministros da Defesa, do Interior, das Relações Exteriores e da Economia e Finanças, os comandantes das três forças e do Estado Maior Conjunto.⁵⁹⁸

A vida da sociedade uruguaia estava atrelada não mais ao Estado de bem estar social, mas ao Estado cada vez mais policial, cuja lógica era o binômio desenvolvimento e segurança nacional. Bordaberry governava, mas na verdade quem mandava eram as Forças Armadas, cada vez mais autônomas, em um tipo de regime que ficou conhecido como ditadura comissarial.⁵⁹⁹ Como ressalta Oscar Bruschera, o governo eleito em 1966 embora fosse presidido por um militar (Gestido) foi um governo civil, e o de Bordaberry embora fosse civil, foi se transformando paulatinamente em um governo militar.⁶⁰⁰ Em abril de 1973, os militares passaram a controlar algumas empresas públicas e em 27 de

⁵⁹⁸ BLIXEN, 2010, 108.

⁵⁹⁹ Segundo Norberto Bobbio, o termo ditadura comissária foi criado por Carl Schmitt para diferenciar a ditadura clássica da ditadura dos tempos modernos ou revolucionária, que seria para ele uma ditadura soberana. Ele toma emprestado a expressão de Jean de Bodin e nomeia a ditadura dos tempos antigos no qual o ditador exerceria seu dever extraordinário dentro dos limites da comissão recebida. BOBBIO, N. *Estado, Governo e Sociedade. Para uma teoria geral da política*. Trad. de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010, p.161.

⁶⁰⁰ BRUSCHERA, 1986, p.19.

junho, sob o argumento de o Senado ter negado o juízo político do senador Enrique Erro, da Frente Ampla, o Congresso foi fechado.⁶⁰¹ Estava consolidado o golpe de Estado.

No governo, a presidência civil era apenas um cargo com pouca relevância. Tanto que, em 1976, após uma nova crise, o presidente Bordaberry foi destituído e em seu lugar assumiu o chefe do Conselho de Segurança Nacional, o deputado Alberto Demicheli. Bordaberry pretendia proscriver os partidos políticos, enquanto os militares, que viam Bordaberry com desconfiança, queriam a proscricção apenas das lideranças políticas. Por esse motivo, os militares o tiraram do poder.

Demicheli, por sua vez, se recusou a proscriver os direitos políticos dos antigos opositores. Foi retirado do cargo e em seu lugar assumiu Aparício Méndez. Dentre as medidas que foram impostas e que entraram em vigência entre junho de 1976 e julho de 1977, estavam a supressão dos partidos (defendida por Bordaberry), a exclusão, por quinze anos, dos candidatos a cargos políticos eleitos nas duas últimas eleições, a sujeição do Poder Judiciário ao Poder Executivo e o fim da estabilidade do servidor público.⁶⁰² A descrença e o desprezo pela democracia eram tantos que, no Ato nº4, o Poder Executivo justificava a proscricção das legendas à “situação criada no país por obra da subversão e pela inércia dos partidos”.⁶⁰³ Com a submissão dos poderes legislativo e judiciário, a influência dos militares na vida uruguaia se tornou maior. A repressão seguiu com a depuração dos partidos e o sequestro, tortura, prisão e desaparecimento de suspeitos.

Tipologia do regime uruguaio

Assim como na Argentina e no Brasil, podemos considerar como regime autoritário a ditadura uruguaia. Aqui retomamos os conceitos de Linz e Stepan, que definem o autoritarismo como um regime no qual há uma limitação do pluralismo; no qual não há uma ideologia complexa que os guie; em que há baixo grau de mobilização social, no qual um líder ou um pequeno grupo exerce o poder dentro de limites mal definidos, embora previsíveis.⁶⁰⁴

⁶⁰¹ Enrique Erro foi um dos que saíram do partido Blanco para fundar a Frente Ampla. Ele era acusado de ter ligações com os tupamaros.

⁶⁰² ROUQUIÉ, 1984, 298-301; BRUSCHERA, 1986, pp.99-104, e CAETANO, G., RILLA, J. *Breve História de la Dictadura*. Montevideú: Ediciones de la Banda Oriental, 2011, pp. 63-64.

⁶⁰³ CAETANO e RILLA, 2011, pp. 82-85.

⁶⁰⁴ A definição de autoritarismo foi inicialmente elaborada por Juan Linz em 1964, no artigo “*An Authoritarian Regime: Spain*”.

O regime autoritário uruguaio foi resultado tanto da experiência de viés autoritário nos governos Pacheco Areco e de Juan María Bordaberry, quanto do surgimento das Forças Armadas como atores políticos. A erosão do estado de bem-estar social provocados pela crise econômica nas décadas de 1950 e 1960, o desgaste do sistema bipartidário, o surgimento de novos atores e o aumento da violência política, e de certa maneira o crescimento de setores militares identificados com a lógica da segurança nacional e da guerra revolucionária, permitiu a quebra de um padrão democrático e legalista nas Forças Armadas.

6.2 O ISOLAMENTO POLÍTICO TARDIO DAS FORÇAS ARMADAS

6.2.1 A ausência de isolamento político das Forças Armadas no Uruguai no período de transição

Os militares uruguaio buscarem a sua legitimação inicialmente controlando um presidente civil. Em 1977, eles criaram um projeto de reforma do Estado que seria alvo de consulta popular. A escolha pelo plebiscito, segundo Stepan e Linz, tem suas razões pela própria cultura política uruguaia. A população, incluindo os militares, tinha forte identificação com os dois principais partidos e o índice de participação nas eleições alcançava mais de 75%. Para os autores, havia sido difícil para a Junta declarar que não “queriam compartilhar a responsabilidade histórica de abolir os partidos”. Ainda segundo os autores, com o resultado desfavorável ao projeto militar, houve uma cisão entre os militares-como-governo e os militares-como-instituição.

Naquele momento, as Forças Armadas, além de não terem a legitimidade amparada no plebiscito, sequer tinham uma ameaça presente, uma vez que a guerrilha havia sido liquidada antes do regime militar.⁶⁰⁵

Iniciou-se dessa forma a transição uruguaia. Trata-se de um processo muito parecido com o brasileiro. Podemos classificar essa transição como tutelada, levando em conta a capacidade de as Forças Armadas negociarem sua saída do governo mantendo certas prerrogativas. Porém, vale lembrar que os partidos tiveram papel importante nas negociações, e a própria tradição democrática permitiu que eles negociassem em melhores condições. Diferente do caso brasileiro, em que a ARENA e o MDB foram criados pelos militares como projetos de um novo sistema partidário, ou da Argentina no

⁶⁰⁵ LINZ e STEPAN, 1999, pp. 188-189.

qual a UCR e o partido peronista foram alvo da perseguição militar, no Uruguai, as Forças Armadas tinham fortes vínculos com os tradicionais partidos.

A primeira abertura foi formalizada através de um plebiscito, realizado em 30 de novembro de 1980. O projeto de governo proposto pelas Forças Armadas, gestado desde agosto de 1977, previa a criação de um Tribunal de Controle Político, formado por nove membros, que poderia destituir políticos; a mudança do padrão eleitoral proporcional para majoritário; a indicação de candidato único à presidência e dava às Forças Armadas a competência única em assuntos de Segurança Nacional, entre outros. A proposta foi recusada por 57,9% dos 885.824 eleitores.⁶⁰⁶

Diante do resultado, a Junta Militar uruguaia esboçou um novo plano de aproximação com os partidos políticos. De acordo com Gerardo Caetano e José Rilla, os generais perceberam que “não era possível tarefa política alguma sem a mediação dos partidos”. A partir de então, foi criada uma Comissão de Assuntos Políticos para organizar o governo de transição, com um presidente escolhido pela cúpula militar (que seria o candidato caso o sim tivesse ganho), para guiar todo o processo.⁶⁰⁷

O escolhido foi o general Gregório Alvarez, ex-comandante do Exército e oriundo da turma de 1940 da cavalaria da Escola Militar. Ele assumiu o cargo em 1981 com o mandato de três anos. Aqui cabem algumas peculiaridades do processo uruguaio, no que tange às Forças Armadas: a primeira é que Gregório Alvarez foi o primeiro presidente de origem militar nos doze anos de ditadura uruguaia, o que quebrou um acordo feito entre os próprios oficiais em 1973. A segunda é o fato de que embora tenha exercido um forte poder nas Forças Armadas uruguaias ao longo da década de 1970, ele, assim como todos os oficiais generais, cumpriram rigorosamente seu tempo de serviço e acabou transferido para a reserva em 1979. Durante seu tempo na ativa, ele havia criado dois órgãos, a Junta de Oficiais Generais e a Junta de Comandantes em Chefe, que serviam para limitar e condicionar os poderes presidenciais. A terceira é que sua escolha foi definida após três jornadas em um processo que venceu com pouca margem, devido ao grau de desconfiança dos comandantes do Exército, Marinha e, em especial, da Aeronáutica na Junta de Oficiais Generais sob o seu objetivo de completar a transição.⁶⁰⁸ Dentro das fileiras,

⁶⁰⁶ CAETANO, RILLA, 2011, p.75.

⁶⁰⁷ CAETANO, RILLA, 2011, p.94 e LESSA, A. *La Primera Orden*. Montevideu: Random House Mondadori: Sudamericana, 2009, p.214-215.

⁶⁰⁸ LESSA, Op.Cit., p.223. Esse órgão era composto por 26 oficiais generais.

apesar de ser de filiação blanca, *Goyo*, como era conhecido, não participava da principal força dos nacionalistas dentro das fileiras, a *Logia Tenientes de Artigas* ⁶⁰⁹ sendo inclusive desafeto deles.⁶¹⁰ Isso explica em parte porque sua eleição dentro da Junta foi tão apertada.

Em maio, as Forças Armadas uruguaias, representadas pelo general Julio Rapela, para evitar a pressão internacional devido a visita do rei da Espanha, resolveram negociar uma saída, no chamado acordo do Parque Hotel, com os partidos *Blanco*, Colorado e a União Cívica, que acabou sendo rejeitada pelos líderes partidários, por conter forte ingerência dos militares e pela recusa do principal líder *blanco*, o senador exilado Wilson Ferreira Aldunate, em voltar para o país para negociar com os militares.⁶¹¹

Embora houvesse impasse político, os sindicatos e movimentos sociais buscavam pressionar o governo para abrir o regime. Em que pesem esses esforços, no final de 1983, o governo ampliou a censura sobre jornais e revistas. E, no início do ano seguinte, havia rumores de que o governo estava elaborando um plano político para adotar uma “solução à brasileira” – um transição mais longa com eleições locais em 1984 e com eleições diretas para presidente apenas em 1987.⁶¹²

Nesse período, surgia como uma das vozes militares para o diálogo o general Hugo Medina. Oficial formado na arma de cavalaria e integrante dos *Tenientes de Artigas*, esse militar buscou manter as Forças Armadas fora das ambições do general presidente Gregório Alvarez ao mesmo tempo em que defendia uma saída digna para a instituição.⁶¹³

⁶⁰⁹ Entre 1958 e 1966, período que marca a entrada do partido Blanco na presidência após 98 anos de hegemonia colorada, começa o surgimento de grupos secretos dentro do Exército, com uma mentalidade baseada no anticomunismo da guerra fria, e com viés intervencionista. O mais famoso grupo ou *logía*, como eram chamados, foi a *Logía Tenientes de Artigas*, criada em 1964 pelo coronel Mário Aguerrondo, chefe da Polícia de Montevideú. Contra essa *logía*, foi formada a Corrente 1815, de claro viés legalista.

⁶¹⁰ LESSA, 2009, p.43. Sua eleição acabou gerando atritos e conflitos de interesses também entre o Conselho de Estado e Comissão de Assuntos Políticos das Forças Armadas sobre a possibilidade de estender novamente o direito de voto aos militares. Ver também CAETANO, RILLA, 2011, p.101.

⁶¹¹ Desse encontro, participaram pelas Forças Armadas, além do general Rapela, o general Hugo Medina, o contra-almirante Jorge Fernandez e brigadeiro Fernando Arbe. O coronel Jorge Martinez Levaggi, um dos redatores dos comunicados 4 e 7 de 1973, secretariou o evento. Um dos problemas, segundo o ex-presidente Julio Maria Sanguinetti, que emperrou a discussão foi a prisão de Carminillo Mederos Galván, filho de um influente político blanco de mesmo nome e a concessão do prêmio Lenin ao general Liber Seregni, por parte da URSS. No partido blanco, o dirigente Juan Pivel Devoto adotava uma atitude diferente de Aldunate, mas o partido se inclinara pelo último. SANGUINETTI, 2012, p.115 e CAETANO, RILLA, 2011, p.109.

⁶¹² SANGUINETTI, 2011, p.156.

⁶¹³ Segundo o ex-presidente Juan María Sanguinetti, para obstruir o trabalho de transição, oficiais ligados à inteligência do Exército providenciaram o sequestro, a tortura e execução do médico Wladimir

Tratava-se de um processo difícil, pois embora os militares tivessem permitido o retorno de Liber Seregni e da Frente Ampla à política, havia a ordem de prender o senador Wilson Ferreira Aldunate, caso ele retornasse ao Uruguai.

A detenção de Aldunate logo no dia de seu retorno acabou por trazer uma nova dinâmica ao processo de transição. As lideranças do partido *Blanco* se recusaram a negociar enquanto Aldunate estivesse preso, causando um racha no bloco partidário, uma vez que os demais partidos, incluída agora a Frente Ampla, desejavam aproveitar o momento político para obter o pronto restabelecimento da democracia. O partido *Blanco* havia coletado 600 mil assinaturas em vinte dias para que fosse realizado um plebiscito, sem sucesso. Por sua vez, o partido Colorado, aliado à pequena União Cívica, e com todos os seus quadros à disposição, buscava uma solução mais rápida, assim como a Frente Ampla, que voltou a fazer parte da política.

No dia 31 de julho de 1984, em um encontro conhecido como Pacto do Clube Naval,⁶¹⁴ representantes do partido Colorado, da União Cívica e da Frente Ampla negociaram com Medina. Estava em pauta a restauração de direitos suprimidos, a restituição da Constituição de 1967, a convocação de eleições para o dia 25 de novembro e a instauração de uma Constituinte em 1985, a subordinação dos militares ao Poder Executivo, o enfraquecimento do Conselho de Segurança Nacional, as regras para promoção dos generais, o alcance da Justiça Militar e a inclusão dos Direitos Humanos. Entre os pontos não concedidos, estava o relaxamento da prisão do ex-senador Aldunate.

O apoio civil

Embora houvesse impasse político, os sindicatos e movimentos sociais buscavam pressionar o governo para abertura do regime. Diferente do Paraguai, a sociedade uruguaia, assim como seus vizinhos argentinos e brasileiros, viam as Forças Armadas como as responsáveis pelos crimes ocorridos na ditadura. De acordo com Julián Gonzales Guyer, em nenhum momento desde 1985, as personagens da ditadura reuniram manifestações de apoio público. Outro sinal de rejeição ao autoritarismo é o fato que o ex-presidente Pacheco Areco, que vencera as eleições de 1971, praticamente perdeu a

Roslik, militante do Partido Comunista, em um área do III Exército, sob jurisdição de Medina. SANGUINETTI, 2012, pp.172,183.

⁶¹⁴ Segundo o próprio Medina o sucesso do Pacto do Club Naval e deu graças ao ambiente de informalidade em comparação com as reuniões do Parque Hotel. BOEKER, P. H. *Lost Illusions, Latin America's Struggle for Democracy, as Recounted by its Leaders*. Nova York: Markus Wiener Publishing, La Jolla: Institute of Americas, 1989, p.80.

influência no partido colorado. Segundo Guyer, o setor ligado a ele dentro do partido praticamente desapareceu.⁶¹⁵

A justiça de transição

Segundo Stepan e Linz, embora não tenha sido formalizada, havia a crença generalizada que uma interpretação informal do Pacto do Club Naval deixava claro que não haveria punição aos militares envolvidos na repressão. A questão acabou sendo resolvida através de um plebiscito. Nessa consulta, a maioria dos uruguaios optou pela anistia aos militares. De acordo com Roniger e Sznajder, a opção uruguaia levou em conta a polarização causada na Argentina devido ao julgamento dos militares.⁶¹⁶ Segundo os autores, depois do plebiscito de 1989, as demandas referentes aos direitos humanos praticamente desapareceram da agenda dos grandes partidos.⁶¹⁷

A tradição política democrática uruguaia mostra um exemplo diametralmente oposto ao que vimos na trajetória paraguaia, marcada por forte autoritarismo e pela quase inexistência de alternância política. Porém, os dois casos guardam uma semelhança; tanto no caso paraguaio quanto no caso uruguaio, os militares continuaram a manter relações com os tradicionais partidos. No caso paraguaio, a participação foi mais intensa que no Uruguai. No primeiro, os militares, em especial os da reserva, ligados a Oviedo, chegaram a formar um partido. Nos casos argentino e brasileiro, o sistema de partidos e de competição eleitoral foi tão afetado pelos militares que, ao ressurgir, evitou qualquer tipo de influência dos militares e das Forças Armadas.

No Uruguai, o sistema de partidos vigente após a transição manteve os partidos tradicionais e a Frente Ampla. Com a continuidade desse sistema, algumas práticas, como a escolha por parte do presidente de oficiais simpatizantes ao partido no poder foram mantidas.

O cientista político Fernando Amado, deputado colorado e filho de um general que exerceu o cargo de comandante do Exército, mostra que desde o retorno à democracia, a ascensão ao generalato no Uruguai foi influenciada por acordos entre os presidentes e pela suposta afinidade político partidária dos oficiais.

⁶¹⁵ GUYER, J. G, Relações entre forças armadas e sociedade no Uruguai: exercício comparativo com o Chile. In: SAINT-PIERRE, H. (org) Controle civil sobre os militares e política de Defesa na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, São Paulo: Ed.Unesp, 2007, p. 97 e p.104.

⁶¹⁶ RONIGER, L., SZNAJDER, M. *O legado de violações dos direitos humanos no cone sul*. São Paulo: Perspectiva, 2004, p.203.

⁶¹⁷ RONIGER, SZNAJDER, 2004, p. 149.

Em 1990, antes de sua saída da presidência, o colorado Julío María Sanguinetti negociou com o seu sucessor, o *blanco* Luis Alberto Lacalle, a promoção ao generalato de oficiais com afinidades aos colorados. Lacalle, por sua vez, manteve o diálogo com os colorados nas demais promoções que ocorreram em seu mandato. Isso fez com que ao longo de seu governo, um dos três comandantes em chefe do Exército fosse *blanco*. Dos demais generais promovidos entre 1990 e 1992, dois quintos tinham afinidade com os *blancos*. E os outros tinham afinidade com os colorados mas de uma corrente rival a do ex-presidente Sanguinetti.⁶¹⁸ Esse esquema de consulta e consenso entre *blancos* e colorados, foi mantido no segundo mandato de Sanguinetti (1995-2000).

Porém, no mandato de Jorge Batlle (2000-2005), embora ambos fossem colorados, o sucessor escolheu militares não vinculados a Sanguinetti e além disso, evitou que o coronel Carlos Silva, dos Tenientes de Artigas, chegasse ao generalato.⁶¹⁹ Com isso, deu o primeiro passo para mudar o tipo de controle dos militares, de caráter subjetivo e baseado na acomodação pós ditadura. Nesse governo, a *Legión Tenientes de Artigas*, influente no Exército, perdeu posto no generalato.

Aqui temos outro fato importante sobre a acomodação política no Uruguai. Em 1998, representantes da *Legión Tenientes de Artigas* e do Movimento Tupamaro, ligados à Frente Ampla, tentaram negociar, com a presença do Monsenhor Castillo e de integrantes da Maçonaria, um ponto final sobre a questão dos desaparecidos, fazendo com que eles fossem tratados como mortos em combate. As poucas e polêmicas informações sobre esse encontro indicam que os dois lados chegaram a produzir uma nota. Porém, o presidente eleito em 1999, Jorge Batlle preferiu instituir a Comissão da Paz, o que significou avanço em direção ao controle objetivo.⁶²⁰

⁶¹⁸ AMADO, F. *Desconfianza Infinita. Lacalle, Sanguinetti, Batlle y Vásquez y la elección de sus cúpulas militares*. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2007, pp.26-33,49-50; O autor ressalta que embora essa regra fosse exitosa em relação ao Exército, com relação à Marinha, não houve consenso entre Sanguinetti e Lacalle. Esse último designou o recém promovido almirante James Coates como comandante em chefe da Marinha. Na Aeronáutica, escolheu tenente brigadeiro Carlos Pace como comandante da Força Aérea. Tais escolhas causaram ressentimento na alta oficialidade. Na época, chegou-se a afirmar que estariam partidizando as promoções e isso resultou na crise de 1993, como vimos anteriormente.

⁶¹⁹ Duro golpe a los Tenientes de Artigas en el Ejército, LaRed21, Montevideo, 6 de dezembro de 2001, disponível em <<http://www.lr21.com.uy/politica/64525-duro-golpe-a-los-tenientes-de-artigas-en-el-ejercito/>>. Acesso em 15 Nov. 2014.

⁶²⁰ GIL, V. Caducidad: hoy definen si aplazan la votación; Saravia enviado a tribunal.El País, 26 de abril de 2011, disponível em <<http://historico.elpais.com.uy/110426/pnacio-562465/nacional/caducidad-hoy-definen-si-aplazan-la-votacion-saravia-enviado-a-tribunal/>> Acesso em 18 Nov. 2014.

A Comissão da Paz, embora não tenha obtido todas as informações das Forças Armadas sobre a repressão, foi importante para dar início a investigações sobre os crimes ocorridos na ditadura. O Exército reconheceu que houve mortes e que, logo da redemocratização, os corpos enterrados em unidades militares foram incinerados para dificultar as buscas. A Força Aérea reconheceu a existência dos voos da morte no âmbito da operação Condor. E a Marinha, a mais reticente, informou que apenas havia trocado informações com a Escola da Armada argentina (Esma), conhecido centro de tortura.

Ao longo das investigações sobre os desaparecidos, a sociedade uruguaia tomou conhecimento dos cemitérios clandestinos existentes em unidades militares e de detalhes sobre a repressão não somente das Forças Armadas do país, como da região, no âmbito da operação Condor. O reconhecimento dos crimes deu fôlego para o poder civil punir os responsáveis. O governo da Frente Ampla, eleito em 2005, teria importante papel nesse aspecto.

6.2.2 O isolamento político das Forças Armadas no primeiro governo da Frente Ampla (2005-2010)

A partir desse momento, o controle civil sobre os militares passou por um novo teste, uma vez que a nova liderança política representa uma mudança no padrão bipartidário. Em relação ao generalato, Tabaré Vasquez mudou o padrão de escolha dos oficiais, tirando a questão da afinidade com as correntes dos partidos tradicionais como critério de promoção, o que reduziu a influência partidária nas Forças Armadas para as novas medidas que ele iria tomar.⁶²¹

Vasquez deu os primeiros passos para o julgamento dos militares ligados à repressão e para a subordinação mais efetiva das Forças Armadas. Desde o dia de sua posse, o presidente havia sinalizado a abertura de casos que não estariam amparados pela lei de Caducidade. Entre eles, o caso Gelman, visto no primeiro capítulo, que envolvia delitos cometidos fora do Uruguai. Como parte das demandas da Frente Ampla, foi dada prioridade a investigação sobre os crimes cometidos na repressão. Havia também a pressão internacional pela investigação do caso, uma vez que o Uruguai é membro da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

⁶²¹ Em termos de escolha dos mandos militares, a opção de Tabaré Vasquez, uma vez que não se sabia da existência de oficiais com afinidades com a Frente Ampla, foi adotar a antiguidade como critério de promoção, o que foi bem visto pelos militares. Depois de um ano de governo, Vasquez, maçom, promoveu oficiais ligados à maçonaria. Não se tratava de algo novo na política uruguaia, mas acabou tendo um efeito curioso: o aumento do ingresso de oficiais nas lojas maçônicas. AMADO, 2007, pp.79-84, 97-100.

Com isso foram presos os ex-presidentes Juan Maria Bordaberry, Gregório Alvarez e o embaixador Juan Carlos Blanco. Já em 2006, o coronéis Tomás Cassella, Wellington Sarli e o tenente coronel Eduardo Radaelli foram presos e extraditados ao Chile, pela morte de Eugênio Berríos.

Nesse mesmo ano, cinco militares da reserva e um policial aposentado foram presos pela atuação repressiva no âmbito da Operação Condor. Foram os familiares desses militares, entre eles os do coronel José Nino Gavazzo, que criariam o grupo de pressão política *Unidos por la Libertad de los Prisioneros Políticos de Uruguay*. Como vimos, esse grupo realizou propaganda contra a eleição de José Mujica. É também a partir desse ano que a *Legión Tenientes de Artigas*, um grupo herdeiro da *logía* influente na década de 1960, passou a atuar como grupo de pressão política, expondo suas opiniões por meio do periódico *Nacional* e do programa de um rádio, sendo também solidários ao grupo de Gavazzo.

Embora Mujica sinalizasse um diálogo em torno do futuro, havia pressão na Frente Ampla pela punição dos militares envolvidos na repressão. Os deputados governistas conseguiram a aprovação no Congresso de um decreto que permitia a investigação de 88 casos relacionados à violação dos Direitos Humanos. Mesmo se posicionando contra a mudança da lei de Caducidade, Mujica acabou aprovando o decreto.⁶²²

Nesse mesmo ano, após os investigadores descobrirem os restos mortais do professor Júlio Castro em um batalhão de Infantaria, houve um fato importante nas relações civis e militares uruguaias. Pela primeira vez, um comandante do Exército, o general Pedro Aguerre⁶²³, apoiou as investigações e anunciou para imprensa que não aceitaria, toleraria ou encobriria homicidas ou delinquentes nas fileiras. Ele afirmou também que era covardia negar o passado. Aguerre, filho de um general perseguido pela ditadura, acabou por legitimar as medidas de controle exercidas pelo governo civil.

⁶²² Semanas antes a Corte Interamericana de Direitos Humanos havia declarado que o Estado uruaio deveria tomar providências para que a lei de Caducidade não atrapalhasse as investigações. SAN MIGUEL, M.L. Mujica da un paso por la justicia en Uruguay, *Página 12*, Buenos Aires, 28 de junho de 2011, disponível em <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-170973-2011-06-28.html>>. Acesso em 6 Nov. 2011.

⁶²³ O novo comandante do Exército é filho do general Pedro Aguerre Albano, da *Logía Corriente 1815*, e foi professor de Direitos Humanos da Escola Militar. BECK, L. C. Asume Aguerre en tiempos de profundos cambios en el Ejército, *LaRed21*, Montevideu, 31 de outubro de 2011, disponível em <<http://www.lr21.com.uy/politica/477927-asume-aguerre-en-tiempos-de-profundos-cambios-en-el-ejercito/>> Acesso em 13 Nov.2014.

Mujica parece ter obtido a confiança das Forças Armadas para a reconstrução das relações civis e militares. A legitimação da Corte Interamericana de Direitos Humanos e a mobilização de setores da sociedade em torno dos julgamentos dos crimes, assim como a alternância política observada em 2005 foram essenciais em prol do isolamento político das Forças Armadas em seu governo. Mesmo que, por motivos pessoais, ele tenha tentado a conciliação, o novo marco jurídico que puniu os militares indica o fortalecimento do controle civil objetivo, ou seja, como explica López, a tentativa de subordinar os militares em termos de ordem racional/legal.

7 – CONCLUSÃO

Ao longo desse trabalho, mostramos como o isolamento político das Forças Armadas foi fator preponderante para o surgimento dos grupos de pressão política formados por militares da reserva nos países do Mercosul. Esses grupos eram constituídos por militares da reserva de alta patente, que vivenciaram os regimes militares e as crises políticas existentes nos períodos democráticos anteriores às ditaduras. Muitos deles fizeram parte dos órgãos de inteligência, atuaram na área de informações, na repressão direta ou em conspirações, e não raro, seus nomes aparecem nas listagens produzidas pelas entidades de Direitos Humanos.

No primeiro capítulo, descrevemos 30 grupos, sendo a maior parte deles encontrada no Brasil e na Argentina. O fato de a maioria dos grupos ter sido formada na Argentina e no Brasil logo da redemocratização relaciona-se com a mudança do perfil das Forças Armadas nas interações com o sistema político.

O afastamento das Forças Armadas e a rejeição do sistema político partidário a lideranças militares foi fruto do amadurecimento das elites políticas, intelectuais e militares ao *status quo* pretoriano. Nesses países, os militares e a instituição tiveram, por muito tempo, a aceitação da sociedade em geral e, dos partidos em particular, para serem árbitros das disputas eleitorais e das crises políticas.

O processo de autonomia das Forças Armadas, que tem, como marco, o ano de 1930 na Argentina e no Brasil, ajudou a formação de sociedades pretorianas, nas quais a descrença na democracia e nos partidos era compensada na confiança nas Forças Armadas e nos militares.

O processo de ruptura com a democracia teve como causa, no meio castrense, o pouco respeito por parte das lideranças civis aos princípios basilares das Forças Armadas, a hierarquia e disciplina. A utilização política dos oficiais e as falhas na lei de promoções ajudaram a criar instabilidade e de ressentimento em relação ao poder civil.

Outra razão que podemos apontar era percepção de ameaça que argentinos e brasileiros tinham um do outro. Essa percepção justificava a urgência dos militares em modernizar e reformar o Estado, algo que a democracia parecia não dar conta. Foi essa percepção que incentivava, ainda no início do século, a implantação do serviço militar. Com essa medida, a instituição se enraizaria nos grotões e nas cidades, reforçando a mítica imagem de formadora e depositária da nacionalidade. Além disso, as Forças

Armadas eram intermediárias para obtenção da cidadania - a inscrição no serviço militar era o primeiro passo para que o cidadão pudesse ter seus direitos políticos.

No meio civil, o processo de ruptura com democracia foi resultado não somente do desrespeito por parte das lideranças às regras do jogo, mas dos desgastes do sistema representativo democrático-liberal em solucionar as crescentes demandas sociais. O assédio aos militares, a construção midiática de um ambiente propício à quebra institucional e a omissão (quando não participação) nos golpes teve um alto custo para as elites civis.

Em 1930, os militares foram apenas parte do processo de negação sistema vigente. Na década seguinte, eles definiram com mais autonomia a imposição de um novo sistema político. Em 1946, como vimos, os militares, nesses dois países, foram os candidatos mais votados à presidência. Nesse período, eles estiveram presentes não somente na política, mas na burocracia estatal, com apoio popular.

A tradição de participação política criada nesse período baseava-se em uma lógica de superioridade dos militares em relação aos políticos civis. No imaginário social, a legitimidade tinha como razão o apego aos valores morais, à disciplina, à hierarquia; o respeito à ordem e aos regulamentos. Diferentemente dos processos judiciais que envolvem as lideranças civis, fartamente publicizados e sob o escrutínio permanente da imprensa, as sindicâncias e os inquéritos policiais militares (IPM) que ocorriam nas instalações castrenses raramente eram levados à público, o que reforçava a ideia, um tanto ilusória, de que não havia corrupção nas Forças Armadas.

Diante das crises políticas, o discurso moralizador era importante ferramenta para abrir as cancelas e para que os militares se percebessem como árbitros do sistema político. Líderes civis e militares sabiam disso.

A autonomia das Forças Armadas teve um alto custo para o sistema de partidos. A partir da década de 1950, embora houvesse eleições, regras e partidos, essas sociedades viveram sobre a iminência de uma intervenção militar. No caso argentino, mais prolongada. No caso brasileiro, mais pontual. A intervenção, desde que com apoio popular, era vista como recurso para os políticos e para os militares.

A proscricção, na Argentina, e a extinção de partidos, no Brasil, deu condições para que políticos repensassem o apoio que costumavam dar aos militares. A ingerência e o controle do sistema político-partidário alimentou um processo gradativo de rejeição das elites políticas e intelectuais à atuação política das Forças Armadas. Mas não se tratou de um processo iniciado de maneira imediata. Por muito tempo, políticos, sindicalistas,

donos de jornais, mesmo prejudicados, ainda viam a possibilidade de usar as Forças Armadas para tomar o poder. Sequer se deram conta que os militares é que estavam controlando como árbitros (e de forma arbitrária) o sistema político.

O poder das Forças Armadas havia se tornado abrangente. A presidência era um problema do Estado Maior. A política de Defesa deixou de ser fruto do processo decisório das lideranças políticas para se tornar o reflexo apenas da doutrina alimentada nos estabelecimentos militares. O desinteresse dos civis e a incapacidade do sistema representativo da época em negociar com as forças sociais emergentes fizeram com que essa equivocada percepção, fruto da Guerra Fria, transformasse as Forças Armadas em forças de ocupação em seu próprio país. A visão peculiar da segurança e do desenvolvimento como solução para a polarização ideológica e o atraso econômico deram motivo para as intervenções mais longas. Porém, diferente dos anos anteriores, os militares como governo pagariam o mesmo preço dos políticos civis: mesmo que buscassem realizar o projeto modernizador do Estado e obtivessem êxitos em algumas iniciativas, deixariam, aos poucos, de serem vistos como os salvadores da pátria.

Esse processo de rejeição se tornou mais evidente muito por causa dos efeitos da repressão ostensiva nos regimes militares, em especial, nos períodos em que não havia mais a ameaça das guerrilhas. Sem motivos para vigorar, a repressão passou a ser condenada. Se considerarmos os conflitos entre as Forças Armadas e a guerrilha como uma guerra não convencional de baixa intensidade, podemos afirmar que os generais venceram no âmbito militar os opositores; porém perderam no âmbito político para uma oposição não militarizada, com berço na classe média, que passou a crescer.

Embora as práticas autoritárias e violentas não fossem novidade, o surgimento de organizações e entidades para se contrapor ao poder do Estado, em nome da democracia e dos Direitos Humanos, teve um papel fundamental na legitimação do afastamento das Forças Armadas do sistema político. Essa legitimação se deu tanto no nível interno, quanto no nível externo: a pressão de países como Estados Unidos, Espanha, França e Vaticano, e de entidades de caráter humanitário e regional, como a Organização dos Estados Americanos e diversas Organizações Não Governamentais, foram cruciais nesse aspecto.

Não podemos deixar de analisar nesse processo de isolamento das Forças Armadas os próprios militares. Como vimos, Forças Armadas não são organização homogênea. Se ao início dos regimes militares os expurgos davam mostra das facções existentes, ao longo do governo, as disputas pelo poder evidenciavam as divisões entre e

dentro de cada uma das Forças Armadas. A participação política afetava dois fundamentos básicos, a hierarquia e disciplina. Para parte da elite militar, a continuação das Forças Armadas como governo minava as Forças Armadas como instituição. No Brasil, por exemplo, a crescente influência dos militares da serviços de Inteligência passou a ser um problema no governo Geisel. Na Argentina, as disputas internas se refletiram dentro do Exército e entre o Exército e a Marinha.

O cenário internacional e as percepções de ameaças influíram na mentalidade da classe política e dos militares, afetando o processo de abertura. Na década de 1980, foi do cenário externo que vieram as condições para aceleração do processo de afastamento das Forças Armadas do sistema político. A segunda crise do petróleo expôs a fragilidade do planejamento econômico conduzido pela burocracia civil-militar, redundando em aumento da dívida externa, hiperinflação e perda do poder aquisitivo. A derrota na guerra das Malvinas pela Argentina revelou de maneira drástica, cruenta e traumática que os militares não tinham competência para cumprir sua função elementar. E a descoberta dos crimes cometidos na ditadura, ato contínuo ao fiasco no Atlântico Sul, causou uma comoção popular e possibilitou que um líder político, o radical Raul Alfonsín, tivesse a legitimidade para reconstruir a democracia. As Forças Armadas argentinas, sem poder de barganha, foram submetidas ao poder civil e afastadas da política.

O sistema político-partidário assumiu sua responsabilidade e suas limitações para a construção de um novo país. A responsabilidade estava ligada ao respeito às leis. E o reconhecimento das limitações jurídicas, à promoção e o fortalecimento das instituições dentro do marco legal. Esse controle foi legitimado pelo consenso entre as elites civis que o respeito às regras do jogo era fundamental para se evitar um retrocesso político. Na Argentina, país em que o Congresso foi fechado por longos períodos, esse consenso teve a influência direta de Raul Alfonsín, liderança emergente da UCR. No Brasil, em especial, o Congresso havia sido um legitimador do regime autoritário, foram fundamentais para a mudança de percepção o crescimento da oposição e o racha dentro do partido governista.

De certo que as Forças Armadas, no caso brasileiro, devido à transição tutelada, ainda mantiveram certas prerrogativas, mas o papel da classe política, em especial na Constituinte, foi importante para garantir o controle civil objetivo e o isolamento político das Forças Armadas.

Nos dois países, o controle civil objetivo foi expresso pela prevalência da constituição sobre a legislação castrense, pela definição, por parte dos civis, das funções

das Forças Armadas relativas à segurança interna e à defesa do território e pela construção de uma submissão dos militares ao Estado e não aos partidos.

Para afastarem de vez os militares da política e construir um novo tipo de democracia, as elites intelectual e política produziram um novo discurso no qual as Forças Armadas e as guerrilhas foram vistas como as principais responsáveis pelo caos e violência causado no país. Uma análise mais afastada e menos apaixonada nos revela que não somente os militares e os guerrilheiros, mas diversas correntes da sociedade (imprensa, igreja, partidos, universidade) tiveram sua cota de responsabilidade pelos tempos mais sombrios da repressão.

No Brasil, esse processo guardou semelhanças com o que ocorreu na Argentina, mas foi mais demorado, pois a transição tutelada brasileira impediu, por exemplo, o julgamento dos militares acusados de violação dos Direitos Humanos. No entanto, apesar da retomada do controle civil ter sido mais gradual no Brasil, vemos que nos dois casos as Forças Armadas saíram da cena política com o passar dos anos. No caso brasileiro, a evidência incontestável é o ano de 1992, com o processo de *impeachment*. Na Argentina, é a crise de 2001, com a renúncia de Fernando de La Rúa.

A criação do Mercosul foi crucial para a estabilização regional, uma vez que os antigos adversários passaram a assumir a potencialidade da parceria econômica, política e estratégica. O fortalecimento do bloco modificou a percepção de ameaças, os gastos e as políticas de Defesa. E introduziu a cláusula democrática, como um freio às aspirações golpistas. Cabe lembrar que antes mesmo da criação do Mercosul, como reflexo das mudanças no plano internacional do fim da Guerra Fria, houve significativa redução dos gastos militares e perda de influência dos militares na burocracia como um todo. Além disso, os setores ligados à inteligência, onde se concentrava a linha dura, foram desarticulados pelo poder civil.

Essas mudanças trouxeram uma crise de identidade aos militares. Sem uma ameaça para justificar os gastos; sem lideranças carismáticas militares para continuar se projetando como ator político; rejeitados pelos partidos e por entidades da emergente sociedade civil; com crescente perda de influência na máquina pública; tratados como violadores da liberdade e não como veteranos da guerra suja e modernizadores do Estado, os militares retornavam aos quartéis. As Forças Armadas como instituição ainda tinham poder, mas os militares como moderadores não tinham mais a legitimidade das elites intelectuais e políticas. Em que pese a continuidade de prerrogativas (no caso brasileiro),

as Forças Armadas de ambos países se encontravam no caminho sem volta da subordinação ao poder civil.

Cabe lembrar que no Brasil ainda vigora a lei de anistia. Apesar de advogados terem formulado novas interpretações sobre essa lei, até o momento nenhum militar foi punido por crimes cometidos na repressão. Mesmo que não tenham sido alvo de condenação, esses militares identificados com o regime e com a autonomia militar passaram a viver em situação de alerta. A sociedade brasileira que emergiu após o regime não era mais a da política laudatória de meados do século XX. A qualquer momento, os militares envolvidos em delitos contra humanidade poderiam ser punidos. O controle civil objetivo brasileiro, no aspecto da justiça transicional, não se deu pelo estabelecimento de leis mais rígidas para punição dos militares e sim pela tensão entre a narrativa de conciliação e as pressões das organizações de Direitos Humanos, de ex-militantes da esquerda armada e até mesmo do governo para a quebra das prerrogativas militares.

Para cada passo desse caminho de isolamento ao sistema político, os militares da reserva, em especial os mais identificados com antigo regime passaram a reagir. Diferentemente das décadas anteriores, esses militares não tinham mais o apoio das lideranças políticas, a legitimação e o prestígio que a instituição recebia. Para eles, só havia o ressentimento. Os grupos de pressão política aqui analisados são frutos desse processo de afastamento das Forças Armadas da política. No caso da Argentina e do Brasil, eles reagem às tentativas do poder civil em impor subordinação aos militares. Ou seja como resposta ao que Ernesto López conceitua como controle civil objetivo.

Ao olhar o processo de redemocratização no Paraguai e no Uruguai, notamos que, em um primeiro momento, não ocorreu o isolamento político como ocorreu na Argentina e no Brasil. Isso se deve aos distintos padrões de participação política das Forças Armadas nesses dois países.

No Paraguai, a tradição de participação das Forças Armadas na política teve características bem peculiares. A recuperação pela derrota da grande guerra de 1864-1870 foi lenta e a democracia implantada, alvo de constantes crises que redundaram inclusive em guerras civis, com efeitos cruciais para a instituição castrense. Os militares chegaram ao poder em 1936, com um projeto próprio, autônomo, mas rapidamente sucumbiram aos tradicionais partidos. O que se viu depois de 1940, foi o início da hegemonia do Partido Colorado, com a continuidade de regimes autoritários, e uma curta experiência democrática entre a guerra civil de 1947 e o golpe de 1954. A partir desse ano, a hegemonia do partido foi condicionada à ditadura personalista do general Alfredo

Stroessner, que submeteu os militares e os colorados à lógica da unidade granítica por 35 anos. As Forças Armadas tinham importância, mas diferente do que acontecia na Argentina e no Brasil, não tinham autonomia.

Com o golpe de 1989, a democracia retornou ao país graças às divisões dentro da base do regime: os institucionalistas das Forças Armadas e os tradicionalistas do Partido Colorado. Esses dois atores que representavam a elite militar e política seriam fundamentais no restabelecimento da democracia e, diferentemente do que ocorria na vizinhança, capitalizaram forte apoio popular. Em vez de isolamento das Forças Armadas, houve acomodação. Durante quase duas décadas, as principais crises que o país viveu tiveram relação com o meio militar. Dos países pesquisados, o Paraguai foi o único que após a redemocratização sofreu duas tentativas de golpe de Estado por militares. O general da reserva Lino Oviedo e a Unace, facção colorada, tiveram protagonismo nesse período. Só a partir do ano 2000, as elites civis puderam reduzir a influência das Forças Armadas e caminhar na direção de um controle civil objetivo.

No governo de Fernando Lugo, abriu-se nova etapa das relações civis e militares. Lugo representava o fim da hegemonia colorada e o impacto nas Forças Armadas se produziu nas constantes renovações da cúpula. A reação dos militares da reserva foi a formação do *Foro de Generales y Almirantes*, um grupo de pressão política um tanto distinto dos demais dessa pesquisa – pois não envolvia a questão dos Direitos Humanos. Com o retorno do Partido Colorado à presidência, e a renovação dos velhos vínculos entre a legenda e a caserna, o grupo deixou de atuar e seus integrantes foram integrados à burocracia.

No Uruguai, o isolamento das Forças Armadas da política também teve dinâmica diferente dos demais países. Em que pese o retrocesso autoritário no governo Terra (1933-1938), o país experimentou um longo período de estabilidade democrática com os militares submetidos ao poder civil, dentro da lógica do controle civil subjetivo. Os militares só começaram a participar efetivamente da política a partir da década de 1960, quando o sistema de partidos, desgastado, não conseguiu lidar com as constantes crises econômicas. Parte da elite civil uruguaia teve atuação importante, aumentando as medidas autoritárias e delegando às Forças Armadas a direção da repressão. Os militares passaram a governar, por meio de presidentes civis, e a principal preocupação não eram as guerrilhas, já neutralizadas, e sim a continuidade ou não do sistema político partidário.

A sociedade uruguaia rejeitou a proposta dos militares. Os partidos tradicionais ainda tinham forte identificação com a nacionalidade oriental. O sistema político-

partidário, mesmo desfalcado de seus principais líderes, conseguiu negociar a transição e refundar a democracia. O histórico democrático das Forças Armadas, interrompido entre 1973 e 1985, e a tradição de anistia, deram aos militares a fundamentação para a conciliação. O poder civil, ciente de suas dificuldades em punir os militares, estabeleceu a lei de caducidade, que seria referendada em 1989 pela população.

Os militares retornaram aos quartéis, mas o controle civil só passaria a se tornar efetivo e objetivo a partir do ano 2000, quando a agenda de Direitos Humanos passou a contestar a lei de Caducidade. Em 2005, a alternância política permitiu mudança na relação das Forças Armadas com o partidos. Se antes os *blancos* e *colorados* faziam acordos para a promoção dos generais, a partir de Tabaré Vasquez, outro tipo de elo, já existente na sociedade uruguaia, passou a ser utilizado: a participação na maçonaria. Essa sutil mudança no controle civil dos militares não poderia ser considerada *per se* uma medida em prol do controle objetivo. Mas deu condições para que outras mudanças que vinham sendo sinalizadas desde o governo de Jorge Batlle se efetivassem nesse sentido, entre elas, a punição dos militares que cometeram violações dos Direitos Humanos. A reação ao isolamento, veio, como nos demais países, na formação de grupos de pressão política.

Em todos os casos, mostramos que o isolamento político das Forças Armadas é a variável que explica o surgimento deste tipo de grupos de pressão política formados por militares da reserva. Entendemos o isolamento como um dos efeitos do controle civil objetivo. Retomando a interpretação de Ernesto Lopez, esse tipo de controle é a tentativa do poder civil subordinar os militares em termos de legitimidade de ordem racional/legal. Podemos dizer que esses grupos de pressão política são um sinal de que o controle civil objetivo está sendo construído na Argentina, Brasil e Uruguai, uma vez que eles reclamam do novo *status quo*, no qual as Forças Armadas não tem mais o papel político de outrora e no qual eles são passíveis de punição. O caso paraguaio mostra que os militares continuam com fortes vínculos ao Partido Colorado, dentro do que podemos chamar de controle civil subjetivo, mas há percepção dentro das lideranças políticas da necessidade de mudança.

Antes de finalizar, cabe alguns apontamentos.

Como foi visto ao longo desse trabalho, quase a totalidade dos grupos de pressão política tinham militares da reserva que atuaram nos serviços de Inteligência ou na área de informações. Esses militares conhecem as técnicas de discurso e persuasão voltadas à angariar o apoio da população.

Outra característica comuns a esses grupos é a preocupação de se legitimar dentro do marco legal – os maiores grupos são constituídos como entidade jurídica. Diferem das *logías* e grupos conspiradores que vimos superficialmente nos quatro países, e se colocam como entidades democráticas – embora em alguns casos tenham defendido intervenções.

Se, por um lado, são resultado do isolamento político das Forças Armadas, do controle civil objetivo, por outro lado, esses grupos podem, devido ao corporativismo, influenciar jovens militares em torno de sua agenda.

Incentivamos aos pesquisadores que desejam abordar essa temática a realizar investigações sobre a influência desses grupos de pressão política não somente entre os civis, mas entre os militares da ativa.

A parte mais sensível desse processo de persuasão é a perpetuação do discurso de superioridade das Forças Armadas em relação às demais instituições civis, além, é claro, da ideologização dentro de parâmetros anacrônicos da Guerra Fria. A naturalização dessa narrativa, pode, no futuro, demandar maior atenção do poder civil sobre a formação de seus militares e o estabelecimento de políticas públicas voltadas à valorização da democracia.

8 - BIBLIOGRAFIA

Livros e capítulos de livros

ABREU, João Batista., *As manobras da informação. Análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)*, Rio de Janeiro: Mauad; Niterói: Ed.UFF, 2000.

ACUÑA, Carlos H.; SMULOVITZ, Catalina. Militares en la transición argentina: del gobierno a la subordinación inconstitucional. In: *Juicios, castigos y memorias*, Buenos Aires: Nueva Visión, 1995.

ALBANO, Pedro A., *Hermano, trabajaremos de presos. El coronel Pedro Montañez y la Corriente 1815*. Montevideú: Banda Oriental, 2012.

ALCANTARA, Manuel. FREIDENBERG, F. (Org) *Partidos Políticos de América Latina*. Cono Sur. Cidade do México: IFE: FCE, 2003.

ALDRIGHI, C. *Estados Unidos y Uruguay 1964:1966. La Diplomacia de la Guerra Fria*. Montevideú: Ediciones de la Banda Oriental, 2012.

ALFONSÍN, R. *Memória Política, Transición a la democracia y derechos humanos*. Buenos Aires: Fundo de Cultura Econômica, 2009.

ALMADA, Martin. *Paraguay, La carcel olvidada, el pais exilado*, Assunção: Internacional Editora, 1989, 3ª ed.

ALMIRÓN, F. *Campo Santo*. Buenos Aires: Editorial 21, 1999.

ALFONSO, A. *Jugando a las escondidas, conversaciones secretas entre tupamaros y militares*. Montevideú: Altamira, 2004.

ALVARENGA, A.O. Las Fuerzas Armadas de La Nación. Evolucion Histórica y Organica 1811-1935, In: Academia Militar do Paraguai. *História Militar del Paraguay*. Anuário de la Academia de Historia Militar del Paraguay. Volumen IV,1991.

ALVES, M. M. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ALVES, V.C. *Da Itália à Coréia: decisões sobre ir ou não à guerra*. Rio de Janeiro: Ed. Iuperj; Ed.UCAM; Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2007.

_____. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. História de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: Ed.PUC Rio: Edições Loyola, 2002.

AMARAL, S. *El líder y las masas en los orígenes del peronismo*. In: PRADO, M.L.C. *Vargas Aproximações & Perspectivas*. São Paulo: Memorial da América Latina, 2009.

AMADO, F. *Bajo Sospecha: Militares en el Uruguay democrático*, Montevideú: Random House Mondadori, 2013.

_____. *Desconfianza Infinita. Lacalle, Sanguinetti, Batlle y Vázquez y la elección de sus cúpulas militares.* Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2007.

ANZIEU, D. *O grupo e o inconsciente: imaginário grupal.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 1990.

ARAGÃO, M. *Grupos de Pressão no Congresso Nacional. Como a sociedade pode defender licitamente seus direitos no poder legislativo,* São Paulo: Maltese, 1994.

ARGOLO, José. RIBEIRO, Kátia. FORTUNATO, Luís. *A Direita Explosiva no Brasil.* Mauad: Rio de Janeiro, 1996, p.75.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, *Brasil Nunca Mais,* Petrópolis: Vozes, 1985.

AUNAR, *Subversión La Historia Olvidada,* Aunar: Buenos Aires, 1998

BALZA, M. *Mi historia argentina.* Buenos Aires: Norma, 2011.

BARAHONA, E. M. Uruguay. In: ALCANTARA, M. FREIDENBERG, F. (org). *Partidos políticos de América Latina. Cono sur.* Cidade do México:ICE:FCE, 2003, 426.

BASTOS, P.M., *A caixa preta do golpe de 1964.A República sindicalista que não houve,* Família Bastos Editora, 2006, p.56.

BATTAGLINO, J. La política militar de Alfonsín: la implementación del control civil en un contexto desfavorable. In: GARGARELLA, R., MURILLO, M.V., PECHENY, M. *Discutir Alfonsín,* Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 2010.

BENTLEY, Arthur F. *The process of government: a study of social pressures,* University of Chicago Press: Chicago, 1908.

BINNEDJIK, H. *Authoritarian Regimes in Transition,* Washington: Center for the Study of Foreign Affairs, 1987.

BLIXEN, S. *Líber Seregni, el general del pueblo. Militares contra la dictadura en Uruguay. Los otros militares - 4.* Le Monde Diplomatique. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010, 41 e CHIRICO, 1985, 1423

_____. *Operación Condor: Del archivo del Terror y el asesinato de Letelier al caso Berrios,* Montevideo: Brecha: Barcelona: Vírus, 1998.

BOBBIO, Norberto et al, *Curso de Introdução à Ciência Política. Unidade VI. Elites, Grupos de Pressão e Mudança Política.* Brasília: Ed.UnB, 1984.

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política.* Brasília: Ed. UNB, 2004. v. 1 e 2.

BOEKER, P. H. *Lost Illusions, Latin America's Struggle for Democracy, as Recounted by its Leaders.* Nova York: Markus Wiener Publishing, La Jolla: Institute of Americas, 1989 .

BRADY, Henry e COLLIER, David, *Rethinking social inquir., diverse tools, shared standards*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2004.

BRAGA, S.S, *Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946. Um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998.Vol I.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, Brasília: CNV, 2014 (vol. 1).

_____. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: textos temáticos*, Brasília: CNV, 2014, (vol.2).

_____. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: mortos e desaparecidos políticos*, Brasília: CNV, 2014 (vol.3).

BRASLAVISKY, G. *Enemigos Intimos. Los Militares y Kirchner. De la purga a los juicios. Crónica de una confrontación (2003-2008)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

CAETANO, G., RILLA, J. *Breve História de la Dictadura*. Montevideú: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

CAMACHO. F, *Memorias enfrentadas: reacciones a los informes Nunca Más de Argentina y Chile. Persona y Sociedad. Vol XXII.nº2*, 2008.

CANCELLI, E. Ação e repressão num circuito integrado internacionalmente, In:PANDOLFI. D. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CANELO, Paula. Consideraciones sobre la subordinación de las Fuerzas Armadas argentinas durante los años noventa. in:PUCCIARELLI, Alfredo (coord). *Los Años de Menem, la construcción del orden neoliberal*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2011.

CANTARINO, G. *Segredos da propaganda anticomunista*. Rio de Janeiro, Mauad, 2011.

CARDOSO, L. C. Os discursos de celebração da ‘Revolução de 1964’. Revista Brasileira de História, vol. 31, nº 62, pp,132-133 e CASTRO, C. Comemorando a “revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros. In: FICO. C. et al (orgs.), *Dictadura e Democracia na América Latina: Balanço histórico e perspectivas*, Ed.UFRJ: Ed.FGV: Rio de Janeiro, 2008.

CARVALHO, J.M. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2005.

CASTELLO BRANCO, C. *Os militares no poder de 1964 ao AI-5*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

CASTRO, C. Comemorando a “revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros. In: FICO, C., ARAÚJO, M.P.N., FERREIRA, M. M., QUADRAT,

S.V., *Ditadura e democracia na América latina: balanço histórico e perspectivas*, FGV, 2008, p. 128.

CASTRO, C., D'ARAUJO, M. C., SOARES, G. A. D., *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1995.

_____. *Visões do golpe: memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 2004.

CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. *O Espírito Militar-Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

_____. *Os militares e a memória do regime de 1964*. In: 1964-2004 – 40 anos do golpe – Ditadura militar e resistência no Brasil, Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora, 2004.

CASTRO, C. e D'ARAÚJO, M.C (orgs) – *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2000.

_____. _____. *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.

CHASQUETTI, D. El proceso constitucional en el Uruguay del siglo XX. In: NAHUM, B., CAETANO, G. (Orgs) *El Uruguay del siglo XX*. Tomo II. La Política. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 2003.

CHIRICO, S.L. *Estado y Fuerzas Armadas en el Uruguay del siglo XX*. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 1985.

CHIRIO, M. *A política nos quartéis. Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro:Zahar, 2012.

COMBLIN, J. *A ideologia da Segurança Nacional. O poder militar na América Latina*. Tradução de A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

COUTINHO, L., *O general Goés depõe*. Rio de Janeiro: Ed. Coelho Branco, 1956.

CUNHA, P. *Os militares e a guerra social*. Porto Alegre: Artes e ofícios, 1994.

CUNHA, P. R., CABRAL, F. *Nelson Werneck Sodré, entre o sabre e a pena*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

D'ARAÚJO, M. C. *Militares, democracia e desenvolvimento. Brasil e América do Sul*. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 2010, pp. 127-176.

- D'ARAÚJO, M. C, CASTRO, C. (orgs). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.
- DELLASOPPA, E. *Ao inimigo, nem justiça. Violência Política na Argentina -1943-1983*. São Paulo: Hucitec: EdUsp, 1998.
- DEMASI, C. MARCHESI, A. MARKANIAN, V., RICO, A., YAFFÉ, J. *La Dictadura Cívico-Militar. Uruguay 1973-1985*. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental: CEIU, 2009.
- DIAMINT, R. La historia sin fin: el control de los militares en Argentina. *Nueva Sociedad*. Janeiro-fevereiro de 2008, nº 213, p.105.
- DINGES, John. *Os anos do condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- DORATIOTO, F.F.M. A participação brasileira no golpe de Estado de 1894 no Paraguai: a Missão Cavalcanti. *Textos de História*, Brasília, v. 2, n. 4, 1994.
- _____. *Relações Brasil Paraguai: Afastamento, tensão, aproximação (1889-1954)*, Brasília: Ed.Funag, 2012.
- DREIFUSS, R. A. *O jogo da direita*, Vozes: Rio de Janeiro, 1989.
- _____. 1964: *A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981
- DULLES, J. W.F. *Carlos Lacerda, a vida de um lutador*. Tradução de Vanda Mena Barreto de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992
- EARLE, E.M. Adam Smith, Alexander Hamilton, Friedrich List: Fundamentos Econômicos do Poder Militar. In: PARET, P. (org.) *Construtores da Estratégia Moderna*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2010, Tomo I
- ESCUADERO, L. Argentina. In: ALCANTARA, M. FREIDENBERG, F. (Org) *Partidos Políticos de América Latina*. Cono Sur. Cidade de México: IFE: FCE, 2003.
- FARINA, F. *El golpe de 4 de mayo de 1954*. Colección Guerras Y Violencia Política en el Paraguay - Número 15. Assunção: El Lector: ABC Color, 2013.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*, São Paulo: EdUSP, 1994.
- FERRARI, G. *Símbolos y fantasmas. Las víctimas de la guerrilla: de la amnistía a la "justicia para todos"*. Buenos Aires. Sudamericana, 2009.
- FERRAZ, Francisco César Alves. As Guerras Mundiais e seus veteranos: uma abordagem comparativa. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 28, n. 56, 2008.

FERREIRA, J.J.B. O militar e o cidadão e as relações civis e militares, *Nação e Defesa*, Instituto de Defesa Nacional, Portugal, nº 57, 1991.

FERREIRA, J. DELGADO, L.A.N. (org), *O Brasil Republicano. O Tempo do Nacional-estatismo*. Civilização Brasileira, 2013, 6ª ed.

FERREIRA, Oliveiros S. *Vida e Morte do Partido Fardado*. São Paulo, SENAC, 2000.

FIGUEIREDO, E.L. (org), *Os militares e a Revolução de 1930*, tradução de José Augusto Drummond, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Os militares e a democracia. Análise Estrutural da Ideologia do Pres. Castello Branco*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FIGUEIREDO, L. Ministério do Silêncio, *A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula, 1927-2005*, Rio de Janeiro, Record, 2005.

FINCH, H. Uruguay, 1930-c.1990, In: BETTEL, L. *Historia de America Latina, Tomo 15, El cono sur desde 1930*. Cambridge: Cambridge University Press; Barcelona: Crítica, 2002

FISICHELLA.D. *Partito e gruppi di pressione*. Il Mulino, Bologna, 1972.

FON, A. C. *Tortura, a história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1980, 5ª ed.

FORO DE GENERALES RETIRADOS, *Las Fuerzas Armadas y la crisis militar*. Buenos Aires: Edivern, 2006.

FRAGA, R. *Ejército: del escárnio al poder, 1973-1976*. Buenos Aires: Planeta, 1988.

FRAGA, R. LESLIE, V. *La Cuestión Militar 1987-1989*, Buenos Aires: Centro de Estudios para la Nueva Mayoría, 1989.

FRAGA, R. OVALLES, E. *Menem y la Cuestión Militar*. Buenos Aires: Centro de Estudios para la Nueva Mayoría, 1991.

FROTA, Sylvio. *Ideais Traídos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GAMBINI, H. *História del Peronismo III (1956-1983) – La Violência*, Doral: Stockero, 2008.

GARCIA, P. *El drama de la autonomia militar, Argentina bajo las juntas militares*. Madri: Alianza Editorial, 1995.

GARGARELLA, R., MURILLO, M.V., PECHENY, M. *Discutir Alfonsín*, Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 2010.

GASPARI, E. *As Ilusões Armadas – A Ditadura Envergonhada*, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. (a)

_____. *As Ilusões Armadas – A Ditadura Escancarada*, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.(b)

_____. *As Ilusões Armadas – A Ditadura Encurralada*, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. (c)

_____. *As Ilusões Armadas – A Ditadura Derrotada*, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. (d)

GAVAZZO, J. N. *Mi Testimonio*. Montevideú: Artemisa, 2012

GIBBON, E. *Declínio e Queda do Império Romano*, Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GILLESPIE, R. *Soldados de Perón, história crítica de los montoneros*, Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

GIRARDET, R. *A Sociedade Militar, de 1815 até nossos dias*. Rio de Janeiro, Bibliex, 2000.

GOIRIS, F.A.J. *Autoritarismo e democracia no Paraguai contemporâneo*, Curitiba: Ed. UFPR, 2000.

GOLDWERT, M. *Democracy, Militarism, and Nationalism in Argentina (1930-1966), An interpretation*. Institute of Latin American Studies. Austin: University of Texas Press, 1972.

GOODMAN, L.W., MENDELSON, J.S.R., RIAL, J. *Los militares y la democracia. El futuro de las relaciones cívico-militares en América Latina*. Montevideú: PEITHO, 1990.

GORENDER, J. *Combate nas trevas*, São Paulo: Ática, 1987.

GUYER, J. G. *Relações entre forças armadas e sociedade no Uruguai: exercício comparativo com o Chile*. In: SAINT-PIERRE, H. (org) *Controle civil sobre os militares e política de Defesa na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai*, São Paulo: Ed.Unesp, 2007.

HAHNER, J.E. *Relações entre Civis e Militares no Brasil (1889-1898)*, tradução de J.S. Witter. São Paulo: Pioneira Editora, 1975.

HENTSCHKE, J. R. *Artiguista, White, Cosmopolitan and Educated: Constructions of Nationhood in Uruguayan Textbooks and Related Narratives, 1868-1915*. *Journal of Latin American Studies*, 44, 2012.

HERSHBERGER, E., AGÜERO, F. *Memorias Militares sobre la represión en el Cone Sur: Visiones em disputa em dictadura y democracia*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2005.

HILTON, S. *A Rebelião Vermelha*, Rio de Janeiro: Record, 1986.

_____. *O Brasil e as Grandes Potências. Os aspectos políticos da rivalidade comercial, 1930-1939*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HUNTER, W. *Eroding Military Influence in Brazil. Politicians against Soldiers*. Chapel Hill and London: University of North Carolina Press, 1997.

HUNTINGTON, S. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: EdUSP, 1975.

_____. *A Terceira Onda: A democratização no final do século XX*, São Paulo: Ática, 1994.

_____. *O Soldado e o Estado. Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

ISRAEL, S. *Silencio de Estado: Berríos y el poder político uruguayo*. Montevideo: Aguilar, 2008.

JAMES, D. O peronismo e a classe trabalhadora, 1943-1955, In: ROLLEMBERG, D. QUADRAT, S. *A Construção Social dos Regimes Autoritários – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2010.

JAUNARENA, H. *La casa está em orden. Memoria de la transición*. Buenos Aires: Treda Libros, 2012.

JONES, M.P., et al. *Políticos profesionales, legisladores" amateurs": el Congreso argentino en el siglo XX*. Centro de Estudios para el Desarrollo Institucional, 2000.

KERN, I. *Não há anjos no poder: histórias vivas de um repórter: nos tempos de Borges de Medeiros, Getúlio, Jango, Jânio, Brizola, da Carta Brandi, dos generais e da vida na Moscou soviética*. Porto Alegre: AGE Editora, 2007

LABIN, S. *Em cima da Hora: a conquista sem guerra*. Trad. de Carlos Lacerda. Rio de Janeiro: Record, 1963.

LANDI, O. *Reconstrucciones, las nuevas formas de la cultura política*, Buenos Aires: Puntosur, 1988

LANUSSE, A. *Mi testimonio*, Buenos Aires: Lasserre, 1977

LARRAQUY, M. *De Perón a los Montoneros*, Aguilar: Buenos Aires, 2010

LASSWELL, H.D. The Garrison State, *The American Journal of Sociology*, Vol. 46, No. 4, Jan. 1941.

LENIN, V.I. *Las Fuerzas Armadas Soviéticas*, tradução de Joaquín Rodríguez. Moscou: Progreso, 1973.

LESSA, F., FRIED, G., Las múltiples máscaras de la impunidad: la Ley de Caducidad desde el Sí Rosado hasta los desarrollos recientes. In: _____. *Luchas contra la impunidad*. Uruguay 1985-2011. Montevideo: Trilce, 2011.

LESSA, A. *La Primera Orden*. Montevideo: Random House Mondadori: Sudamericana, 2009.

LEZCANO, C.M., MARTINI, C. *Fuerzas Armadas y democracia. A la búsqueda del equilibrio perdido*. Paraguay 1989-1993. Assunção: CDE:CGS, 1994.

LEZCANO, C. M. O Estado Militar no Paraguai. In: *Política e Estratégica*, outubro-dezembro de 1987, volume V, número 4, p.427

LIJPHART, A. Comparative Politics and the Comparative Method. *The American Political Science Review*, Vol. 65, No. 3. (Sep., 1971),

LINZ, J., STEPAN, A. *A transição e consolidação da democracia - A experiência do sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999

LOCKHART, W. Las guerras civiles. *Enciclopedia Uruguaya*, nº19. Montevideo: Arca: Editores Reunidos, 1968, 177.

LONARDI, M. Mi padre y la revolución del 55. Buenos Aires: Cuenca del Plata, 1980.

LOPES, G. E. *Ensaio de Terrorismo: história oral da atuação do Comando de Caça aos Comunistas*. Salvador: Editora Pontocom, 2014.

LOPEZ, E. *Seguridad Nacional y Sedición Militar*, Buenos Aires: Legasa, 1987

_____. *Ni la ceniza, ni la gloria: actores, sistema político e cuestión militar en el gobierno Alfonsín*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1994.

_____. Objective and Subjective Control Revisited. In: PION-BERLIN, D. (Org). *Civil-Military Relations in Latin-America: New Analytical Perspectives*. North Carolina Press, 2001.

LUNA, F. *Argentina: de Perón a Lanusse (1943-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974

_____. *Breve História de los Argentinos*. Buenos Aires: Planeta, 2008

MAIO, M.C; CYTRYNOWICZ, R. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938) In: FERREIRA, J. DELGADO, L.A.N. (org), *O Brasil Republicano. O Tempo do Nacional-estatismo*. Civilização Brasileira, 2013, 6ª ed.

MARCHESI, A. Vencedores Vencidos. In: HERSHBERGER, E., AGÜERO, F. *Memorias Militares sobre la represión en el Cone Sur: Visiones em disputa em dictadura y democracia*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2005.

MARSH & STOKER, *Theory and Methods in Political Science*, New York; Hampshire: Palgrave MacMillan, 2010, terceira edição, 2010

MARTINI, C., Paraguai: O fim da era Stroessner: militares, partidos e a rota para a democracia. In: CASTRO, C., D'ARAÚJO, M. C. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

MARTINS FILHO, J. R. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - vol. 23 No 67

MATHIAS, S.K. *Distensão no Brasil, o Projeto Militar (1973-1979)*, Campinas: Papyrus, 1995

MATTOS, C.M. *A geopolítica e as projeções do poder*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977

MAZZEI, D. *El Cemida, militares argentinos para la transición democrática*, Buenos Aires: Ediciones Le Monde Diplomatique: Capital Intelectual, 2011.

_____. La élite del Ejército argentino (1962-1973), *Cuadernos de Marte*, año 3, nº 4, julho 2013, disponível em <<http://www.iigg sociales.uba.ar/revistacuadernos demarte/>>. Acesso em 13 Nov.2014.

MCCANN, F. *A Aliança Brasil-Estados Unidos*, tradução de Jaime Taddei e José Lívio Dantas, Rio de Janeiro: Bibliex, 1995.

_____. *F. Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro (1888-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MENEZES, A.M. *A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980*. Campinas: Papyrus, 1987.

MEYNAUD, J. *Os Grupos de Pressão*. Trad. de Pedro Lopes de Azevedo. Coleção Saber. Lisboa: Publicações Europa-América, 1966.

MONTAÑO. E. A. *Batallas por la memoria. Los usos políticos del pasado reciente en Uruguay*. Motevidéu: Trilce, 2010.

MONTEIRO. P.A.G, *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Adersen Editores. s/d.

MORAES, C. *A consolidação da ditadura de Stroessner*. Coleção História nº34. Porto Alegre: Ed.PUCRS, 2000.

MORAES, J.Q., Costa, W. P., OLIVEIRA, E. R. *A tutela militar*. Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987.

MORAES, M.J.B.M. *Memórias*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984, vol. II.

MORAIS, R. Q. Newton Estillac Leal: O Militar de Esquerda e o Exército na Frágil Democracia Brasileira do Pós-Guerra. *Revista Escritas*, vol. 1, 2008

MORANDINI, N. *El harén. Menem-Zuleima-Seineldín. Los árabes y el poder político en Argentina*. Buenos Aires, Sudamericana, 1998.

MORETTO, C. C.; TERZIS, A. O mito e o grupo: algumas compreensões psicanalíticas. *Revista da SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo* Jul.-Dez. 2010, Vol. 11, No. 2.

MOTTA, Aricildes (coord). *1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e a sua História*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003. Tomos 1 a 15.

MOTTA, Rodrigo P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

NAPOLITANO, M. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NAHUM, B. *Breve historia del Uruguay independiente*. Montevidéo: Banda Oriental, 1999.

_____. La estancia alambrada, *Enciclopedia Uruguaya*, nº 24. Montevidéo: Arca: Editores Reunidos, 1968.

NAHUM, B. ,CAETANO, G. (Orgs) *El Uruguay del siglo XX. Tomo II. La Política*. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 2003.

NETO, L. *Getúlio Vargas 1930-1945. Do governo provisório à ditadura do Estado Novo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NETO, M.D. Acerca da Modernização do Exército. *Revista Comunicação e Política*, Rio de Janeiro: CEBELA, v. 22, n. 3. 2004.

NEUMANN, S. VON HAGEN, M. *Engels e Marx: Revolução, Guerra e o Exército na Sociedade*. In: PARET, P. (org.) *Construtores da Estratégia Moderna*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2010, Tomo I.

NORDEN, D.L. *Military Rebellion In Argentina. Between Coups and Consolidation*. University of Nebraska Press: Lincoln: London, 1996.

NOVARO, M. e PALERMO, V. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983, Do Golpe de Estado à Restauração Democrática*. São Paulo: Edusp, 2007.

ODDONE, J.A., La Formación del Uruguay Moderno, C.1870-1930 In: BETHELL, L. *História de America Latina. El Cono Sur desde 1930*, Cambridge: Cambridge University Press; Barcelona: Crítica, 1992, Tomo 10.

OLIVEIRA, P.A.M. *Atos Institucionais. Sanções Políticas*. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, Brasília, 2000.

OLIVEIRA, E.R. *De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia*. Campinas: Papirus, 1994.

_____. *Militares: Pensamento e ação política*. Campinas: Papirus, 1987.

OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: EdUSP, 2011.

ORTEGA y GASSET, J. *A Rebelião das Massas*. Martins Fontes: São Paulo, 1987.

PANDOLFI, D. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

PAREDES, R. *25 años de democracia, 1989-2014*. Assunção: Caballo de Troya, 2014.

_____. *Operación 33, la versión de los protagonistas*. Assunção: Servilibros, 2009, p.205.

_____. *Stroessner y el stronismo*. Assunção: Servilibro, 2011.

PARET, P. (org.) *Construtores da Estratégia Moderna*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2010, Tomo I e II.

PEIXOTO, A.C. *O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964)*. Tradução de Otávio Alves Velho. In: ROUQUIÉ, A. (Coord.) *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

PEREIRA, A.W. *Ditadura e Repressão. O Autoritarismo e Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina*, São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PERINA, R.M. *Onganía, Levingston, Lanusse. Los militares en la política argentina*. Buenos Aires: Belgrano, 1983.

PION-BERLIN, D. (Org.) *Civil-Military Relations in Latin-America: New Analytical Perspectives*. North Carolina Press, 2001.

POTASH, R.A. *El ejército y la política em la Argentina 1928-1945. De Yrigoyen a Perón*. Trad. de Aníbal Leal. Sudamericana: Buenos Aires, 1982.

_____. *El Ejército y la política en la Argentina – 1945-1962. De Perón a Frondizi*. Buenos Aires: Sudamericana, 1981.

_____. *Perón y el G.O.U. Los documentos de una logia secreta*. Buenos Aires: Sudamericana, 1984, 2ªed.

PUCCIARELLI, A. (Coord). *Los años de Menem. La construcción del orden neoliberal*, Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2011.

RAMIREZ, G. *El factor militar. Genesis, desarrollo y participación política (I)*. Montevidéo: Arca, 1988.

_____. *La cuestión militar. Democracia tutelada o democracia asociativa? El caso uruguayo (II)*. Montevidéo: Arca, 1988.

REAL DE AZÚA, C. *El Impulso y Su Freno. Tres décadas de batllismo y las raíces de la crisis uruguaya*. Montevidéo: Ediciones de Banda Oriental, 1964.

_____. Ejército y Política en el Uruguay In: Militarismo. *Cadernos de Marcha*. Montevidéo: Marcha, 1969, nº23.

REATO, C.. *Disposición Final. La confesión de Videla sobre los desaparecidos*. Sudamericana: Buenos Aires, 2012.

REGO, A.C.P., *O Congresso Brasileiro e o Regime Militar (1964-1985)*, Rio de Janeiro: FGV, 2008.

RIAL, J. *Las Fuerzas Armadas ¿Soldados-políticos garantes de la democracia?* Montevidéo: CIESU: CLADE: EBO, 1986.

RICCI, M.S., FITCH, J.S. *Los últimos regímenes militares en Argentina. 1966-1973 y 1976-1983*. In: GOODMAN, L.W., MENDELSON, J.S.R., RIAL, J. *Los militares y la democracia. El futuro de las relaciones cívico-militares en América Latina*. Montevidéo: PEITHO, 1990.

RICO, A. Sobre el autoritarismo y el golpe de Estado. La Dictadura y el Dictador. In: DEMASI, C. MARCHESI, A. MARKANIAN, V., RICO, A., YAFFÉ, J. *La Dictadura Cívico-Militar. Uruguay 1973-1985*. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental: CEIU, 2009.

RIQUELME, M. A. *Negociacion de corredores democráticos en el Paraguay*. Pittsburgh: LASA, 1994.

RIQUELME, M.A. *Hacia la transicion a la democracia en el Paraguay. Entrevistas, análisis y documentos*. Assunção: Histórica, Fundación Friedrich Naumann, 1989.

RIZ, L. Los dilemas de la democracia paraguaya. In: *Cultura Política y Alternancia en América Latina*, Editorial Pablo Iglesias, 2008.

RIVAROLA, D. CAVAROZZI, N, GARRETÓN, M.A., *Militares y políticos en una transición atípica*. Buenos Aires: Clacso: GTPP, 1991.

RIVAROLA, M. *Escritos sobre el oviedismo. (1996/2001) La herencia de largas dictaduras*. Assunção: Servilibros, 2013.

RODEGHERO, C.S. *Capítulos da Guerra Fria. O Anticomunismo brasileiro sob o olhar norte americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

ROLLEMBERG, D. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 43-91.

ROLLEMBERG, D. QUADRAT, S. *A Construção Social dos Regimes Autoritários – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROLON, J. A. *Paraguai: Transição Democrática e Política Externa*. São Paulo, 2010.

ROMERO, L.A. *Breve História Contemporânea da Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2011.

RONIGER, L., SZNAJDER, M. *O legado de violações dos direitos humanos no cone sul*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ROSE, R.S. *Uma das coisas esquecidas. Getúlio Vargas e o controle social no Brasil – 1930-1945*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

ROUQUIÉ, A. *O Estado Militar na América Latina*, São Paulo: Alfa Ômega, 1982.

_____. *Poder Militar y Sociedad Política en la Argentina I – hasta 1943*, Tradução de Arturo Iglesias Echegaray, Buenos Aires: Emecé, 1987.

_____. *Poder Militar y Sociedad Política en la Argentina II*, Tradução de Arturo Iglesias Echegaray, Buenos Aires: Hyspamerica, 1986.

SAIN.M.F. Democracia e Forças Armadas – entre a subordinação militar e os “defeitos” civis. In: CASTRO, Celso e D’ARAÚJO, M.C (orgs) – *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Ed FGV: Rio de Janeiro, 2000.

SAIN, M.F. *Entre los votos y las botas. Estudios sobre la defensa nacional y las relaciones civiles-militares en la democracia argentina*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

SAINT-PIERRE, H. MATHIAS, S.K. *Entre votos e botas. As Forças Armadas no labirinto latino-americano do novo milênio*. Franca: Unesp, 2001.

SAINT-PIERRE, H. (org) *Controle civil sobre os militares e política de Defesa na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai*, São Paulo: Ed.Unesp, 2007.

SALVI, V. Memoria en las aulas. Comisión provincial de la Memoria. Memorias Militares. Dossier 11, 2008-a. Acesso em 24 de Jun. 2013. Disponível em: <<http://www.comisionporlamemoria.org/investigacionyense%20C3%B1anza/dossiers/con%20issn/dossier11-%20Memorias%20militares.pdf>>.

_____. *Nem burocratas nem cruzados: militares argentinos. Memórias castrenses sobre a repressão*. Campinas, SP: [s. n.], 2008.

_____. La memoria institucional del Ejército Argentino sobre el pasado reciente (1999-2008). *Revista Militares e Política*, n.º 8, jan-jun. 2011.

_____. Violencia, olvido y victimización colectiva. El discurso de las agrupaciones de “Memoria Completa”, 2010, disponível em http://www.derhuman.jus.gov.ar/conti/2011/10/mesa_24/salvi_mesa_34.pdf, acesso em 25 Fev. 2013.

SANGUINETTI, J.M. *La Reconquista. Proceso de la Restauración Democrática em Uruguay (1980-1990)*. Montevidéo, Taurus, 2012.

SANTOS, E.H.J. *Das trincheiras à guerra de atrito: a batalha pela memória entre os militantes da esquerda e o militares da reserva de extrema-direita deixou, enfim, de ser silenciosa?* Trabalho apresentado no GT 23 – Forças Armadas e Sociedade. In: 36º Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais – Anpocs, 2012.

_____. *Extrema-direita volver! Os grupos formados por civis e militares da reserva*. Dissertação de Mestrado, PPGCP-UFF, 2009.

_____. *Forças Armadas, o Estado laico e a “ameaça vermelha”*: o papel do conservadorismo religioso nas relações civis militares do cone sul no século XX.VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), 2012.

_____. *Memória dos militares sobre as ditaduras do cone sul: uma perspectiva comparada acerca das iniciativas contra o esquecimento*. Trabalho apresentado no GT 23 – Forças Armadas e Sociedade. In: 33º Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais – Anpocs, 2009.

SANTOS, E.H.J., ALVES, V. C., FIGUEIREDO, E. L.. *O velho e o novo no discurso das Forças Armadas*. Trabalho apresentado no GT 32 – Forças Armadas e Sociedade. In: 32º Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais – Anpocs, 2008.

SARLO, B. *A paixão e a exceção – Borges, Eva Perón, Montoneros*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras: Belo Horizonte: EdUFMG, 2005

SIMÓN, J.L. *El Paraguay después de Stroessner: ¿ de la transición incompleta a la democracia?*, In: RIVAROLA, D. CAVAROZZI, N, GARRETÓN, M.A., *Militares y políticos en una transición atípica*. Buenos Aires: Clacso: GTPP, 1991.

SILVA, G.C. *Conjuntura Política Nacional – O poder executivo e Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980

SILVA, H. *1964: Golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975

SKARR, E. Impunidade versus responsabilidad jurídica: el rol de la ley de caducidad em Uruguay. In: LESSA, FRIED. *Luchas contra la impunidad*. Uruguay 1985-2011. Montevidéo: Trilce, 2011.

SKIDMORE, T.E. *De Getúlio a Castello*. Trad. de Berilo Vargas, São Paulo: Companhia das Letras, 2010

_____. A lenta via brasileira para democratização: 1974-1985. In: STEPAN, A (org). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

SMITH, M. Pluralismo, em MARSH, D. & STOKER, G. *Teoria y Métodos de la Ciencia Política*, Madri: Alianza Editorial, 1995, pp.217-234.

SOARES, S. A., *Controle e autonomia. As Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999)*. São Paulo: Ed.Unesp, 2006.

SOARES, S. A. A Defesa na política externa na era Lula: de uma defesa elusiva a uma liderança proclamada. In: FREIXO et al (Orgs). *A política externa brasileira na era Lula: um balanço*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011, pp.71-88.

SOARES, S. A., MATHIAS, S.K. Forças Armadas, Orçamento e Autonomia Militar, *Perspectivas*, São Paulo 24-25: 85-113,2001-2002.

SOPRANO, G.F. Los militares como grupo social y su inscripción en el Estado y la sociedad argentina. Batallas intelectuales y políticas por la construcción de un objeto de estudio en las ciencias sociales.; *Revista Digital Universitária do Colégio Militar da Nação*, Ano 8 Número 22, Set. 2010, pp,1-28.

STABILI, Maria Rosaria. Opareí. La justicia de transición en paraguay. *América Latina Hoy*, vol. 61, agosto, 2012

STACCHINI, J. *Março 64: Mobilização da audácia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

STEPAN, A. LINZ, J. *A Transição e Consolidação da Democracia. A Experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. Trad. de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

STEPAN, A. *Os Militares da Abertura à Nova República*, Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1996.

_____. *Os militares na política. As mudanças de padrões na vida brasileira*. Trad. de Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

_____. (org). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STUART MILL, J. *Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva*, trad. De J.M. Coelho, in *Os Pensadores*, 2ª ed., Abril Cultural, São Paulo, 1989.

SVARTMAN, E. M. *Guardiões da nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. Tese defendida na UFRGS, 2006.

TELESCA, I. (coord). *História do Paraguay*. Assunção: Taurus, 2011.

TELLA, T. La lógica de las evoluciones ideológico-políticas del peronismo. In: PRADO, M.L. (coord.) *Vargas & Perón: aproximações e perspectivas*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2009

TRUMAN, David B., *The Governmental Process: Political interests and Public Opinion*. New York: Alfred A. Knopf, 1951.

VERBISTSKY, H. *Doble Juego. La Argentina Católica e Militar*, Sudamericana: Buenos Aires, 2006, pp.30-31.

_____. *El vuelo. Una forma cristiana de muerte*”. *Confesiones de um oficial de la Armada*. Buenos Aires: Sudamericana. 2004.

VOMMARO, G. *¿Lo que quiere la gente?. Los sondeos de opinión y el espacio de la comunicación política en Argentina (1983-1999)*, Buenos Aires: Prometeo, 2008, p. 26.

WASMOSY, J.C. *Contra viento e marea. Se institucionalizaron las fuerzas armadas de la nación*. Assunção: Servilibros, 2006.

WAKSMAN, G. Uruguay. La gran derrota de Lacalle. *Nueva Sociedad*, nº124, Março-Abril, 1993, pp. 17-21.

WEFFORT, F. Por que democracia? In: STEPAN, A (org). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

YANOW, D. et al. Case study research in Political Science. In: MILLS, A., DUREPOS, G. Wiebe, E. (editores) *Encyclopedia of Case Study Research*, London: Sage Publications, 2009.

YEGROS. R.S, Guerra Internacional y Confrontaciones Políticas (1920-1954). In: TELESKA, I. (coord). *História do Paraguai*. Assunção: Taurus, 2011

YUSTE, J.C., VALIENTE, H. Fuerzas Armadas. In: *Derechos Humanos em Paraguay*, 2000, Assunção, Codehupy, 2000.

YUSTE, Juan Carlos. Informe sobre derechos humanos em Paraguay, SERPAJ, 1997. Disponível em <<http://www.derechos.org/nizkor/paraguay/ddhh1997/ffaa.html>>. Acesso em 17 Nov. 2013.

ZANATA, L. E *Del Estado liberal a la nación católica. Iglesia y Ejército en los orígenes del peronismo*, Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1996.

ZAVERUCHA, J. *Rumor de sabres*, São Paulo: Ática, 1994.

_____, *Frágil democracia. Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Artigos em jornais, revistas e documentos

A ESPERTEZA das esquerdas. *Ombro a Ombro* dezembro de 1988 p.1.

ARES, C. Alfonsín destituye a un general tras la ofensiva militar contra los tribunales civiles. *El País*, 6 de setembro de 1986. Disponível em <http://elpais.com/diario/1986/09/06/internacional/526341624_850215.html/>. Acesso em 3 Abr. 2013.

ARES, C. Manifiestos de Videla y otros 67 altos oficiales en defensa de la 'guerra sucia' en Argentina. *El País*, Madrid, 13 de abril de 1984. Disponível em <http://elpais.com/diario/1984/04/13/internacional/450655201_850215.html/>, acesso em 10 Jul.2014.

AUNAR, breve historia y motivaciones de su creación. Disponível em <http://aunar.org.ar/breve%20historia_motivaciones%20de%20su%20creacion.htm/> Acesso em 15 Fev.2013.

AZEVEDO, Z. Jornal ligado a militares não combate mais Tancredo, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1984, p.2.

BECK, L. C. Asume Aguerre en tiempos de profundos cambios en el Ejército, *LaRed21*, Montevideo, 31 de outubro de 2011, disponível em <<http://www.lr21.com.uy/politica/477927-asume-aguerre-en-tiempos-de-profundos-cambios-en-el-ejercito./>> Acesso em 18 Nov.2014.

_____. La ultraderecha le declaró una 'guerra psicopolítica' al 'gobierno del mundo", *Caras y Caretas*, Montevideo, 7 de setembro de 2007, pp.24-28.

BENTES, A. Comissão identifica 421 mortos e desaparecidos durante a ditadura, *El País*, 13 de novembro de 2014, disponível em <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/13/politica/1415898466_812379.html/>, acesso em 20 dez. 2014.

BOECHAT, R. e BOJUNGA, C. Em marcha contra a esquerda. *Jornal do Brasil*, 5 de junho de 1987, caderno B, p.12.

BRAGA, T. Golpe levaria país à guerra civil. *Jornal do Brasil*, 15 de agosto de 1993, p.13.

_____. Informe JB, *Jornal do Brasil*, 23 de março de 1994, p.6.

Brigadieres piden “signos de sensatez”, *La Nación*, 26 de julho de 2003.

Câmara quer ouvir Corrêa sobre o golpe. *Jornal do Brasil*, 7 de janeiro 1994, p.3.

Campiantico tendrá que tomarse el buque, *Página 12*, 22 de julho de 2009, disponível em <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-128639-2009-07-22.html/>>. Acesso em 5 Abr.2013.

CAPELÁN, A. ¡Alerta! Vuelven los militares "progresistas". Comcosur, Montevideo, 7 de setembro de 2002. Disponível em <<http://www.derechos.org/nizkor/uruguay/doc/milit.html/>>. Acesso em 18 Out. 2014.

CELAYA, F. El Foro Libertad y Concordia reclamó un pronto esclarecimiento del caso “Dalmao”, *El Diálogo*, Montevideo, 21 de dezembro de 2012, Disponível em <<http://eldiario.com.uy/2012/12/21/el-foro-libertad-y-concordia-reclamo-un-pronto-esclarecimiento-del-caso-dalmao/>>. Acesso em 10 Nov.2014.

CENTRO NAVAL. Diez Años de Existencia del Foro de Almirantes Retirados. *Boletim do Clube Naval*. Buenos Aires, nº 823, 2008. Disponível em <<http://www.centronaval.org.ar/boletin/BCN823/823foro.pdf/>>. Acesso em 03 de Abr. 2013.

Comissão Especial só assume em fevereiro. *Folha de São Paulo*, 25 de janeiro de 1994, p.4.

Cubas neutralizó a Corte. *La Nación*, San José, Domingo 14 de fevereiro de 1999. Disponível em <http://www.nacion.com/ln_ee/1999/febrero/14/mundo14.tml/>. Acesso em 2 jul.2014.

Curriculum de los Ministros del Gabinete. Página de Horácio Cartes. Disponível em <<http://www.hcpresidente.com/articulo/1521-curriculum-de-los-ministros-del-gabinete-.html>>. Acesso em 27 Mai. 2014.

DELICADO, A. Uruguay publica un listado de víctimas de la dictadura. *Publico*, Madri, 2 de setembro de 2009, disponível em <<http://www.publico.es/internacional/394149/uruguay-publica-un-listado-de-victimas-de-la-dictadura/>>

DESAPARECIDOS. Documento del Jefe del Ejército Teniente General Martín Balza. Disponível em <<http://www.desaparecidos.org/arg/doc/Arrepentimiento/balza.ht>

Después de resistir, Cabanillas tuvo que ser relevado por decreto, *Clarín*, Buenos Aires, 08 de junho de 1999.

DIAMINT, R. La historia sin fin: el control de los militares en Argentina. *Nueva Sociedad*. Janeiro-fevereiro de 2008, nº 213, p.105. Disponível em <http://www.nuso.org/upload/articulos/3496_1.pdf/>. Acesso em 14 Fev.2013.

Diário do Congresso Nacional, 11 de agosto de 1984, Seção 1, p.7631.

Diário do Congresso Nacional, 14 de agosto de 1984, Seção 1, p.7700.

Diário do Congresso Nacional, 21 de outubro de 1987, p. 3156.

Diário Oficial da União de 25/07/1984, p. 7. Seção 1.

Diário Oficial da União de 28/09/1966, p. 3. Seção 1.

DIREITA militar inaugura nova entidade no Rio. *Jornal do Brasil*, 16 de março de 1988, p.3.

Ditadura militar não suportava rebeldia. *Jornal Opção*, edição 1992, de 8 a 14 de setembro de 2013. Disponível em <<http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/ditadura-militar-nao-suportava-rebeldia>>. Acesso em 13 Mai. 2014.

DOCUMENTOS REVELADOS. Lista de torturadores. Disponível em <<http://www.documentosrevelados.com.br/nome-dos-torturadores-e-dos-militares-que-aprenderam-a-torturar-na-escola-das-americas/lista-dos-torturadores/>>. Acesso em 13 Mai. 2014.

Do outro lado, *Veja*, edição de 9 de maio de 1984, p.17.

Duro golpe a los Tenientes de Artigas en el Ejército, Montevideú, 6 de dezembro de 2001. Disponível em <<http://www.lr21.com.uy/politica/64525-duro-golpe-a-los-tenientes-de-artigas-en-el-ejercito/>>. Acesso em 15 Nov. 2014.

ÉBOLI, E. Amorim manda punir cem oficiais da reserva. *O Globo*, 1º de março de 2012, p.15.

El caso de Floreal Avellaneda llega a juicio. *Página 12*, Buenos Aires, 18 de abril de 2009, Disponível em <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-123441-2009-04-18.html>, acesso em 16 Fev. 2013.

El recuerdo de los caídos en acciones terroristas. *La Nación*, Buenos Aires, 30 de abril de 2002, disponível em <http://www.lanacion.com.ar/392846-el-recuerdo-de-los-caidos-en-acciones-terroristas>, acesso em 25 de Fev. 2013.

El Senado anuló las leyes de Punto Final y Obediencia Debida. *Clarín*, 21 de agosto de 2003. Disponível em <http://edant.Clarin.com/diario/2003/08/21/p-01001.htm/>. Acesso em 4 Mai. de 2014, às 15:20h;

EN VOZ ALTA. Quienes Somos, disponível em <http://www.envozalta.org/quienessomos.html/> acesso em 6 de abr. 2009.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, turma de 1959. Informação disponível em <http://www.esg.br/a-esg/diplomados-da-esg/turma-de-1959/>. Acesso em 2 Mai. 2014.

Familiares de militares presos iniciaron ofensiva mediática, *Últimas Noticias*, Montevideu, 8 de setembro de 2007. Disponível em <http://www.ultimasnoticias.com.uy/hemeroteca/080907/prints/act09.html>. Acesso em 29 Mai. 2014.

Fernando Exequiel Verplaetsen. TRIAL PROFILES. Disponível em <http://www.trial-ch.org/en/resources/trial-watch/trial-watch/profiles/profile/1026/action/show/controller/Profile/tab/legal-procedure.html/>. Acesso em 16 Fev. 2013.

FILHO, A. Oficiais alertam para a atuação de facções nos quartéis. *Jornal do Brasil*, 7 de julho de 1991, p.4.

FILHO, E. Farsa bombástica, *Veja*, 1º de maio de 1991, edição nº 1180, pp.62-63.

Folha de São Paulo, 28 de março de 1984.

Folha de São Paulo, 9 de fevereiro de 1985. Disponível em <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R02989.pdf>

FORO “LIBERTAD Y CONCORDIA”, carta ao comandante do Exército. Montevideu, 25 de janeiro de 2011, disponível em <http://ciperchile.cl/wp-content/uploads/Carta-enviada-al-Comandante-en-Jefe-del-Ej%C3%A9rcito-Jorge-W.-Rosales.pdf/>, acesso em 10 de Nov. 2014

Generais defendem impeachment. *Jornal do Brasil*, 5 de setembro de 1992, p.2.

Generales retirados se organizan para hacer frente al bolivarianismo. *ABC Color*, 10 de julho de 2011, disponível em <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/generales-retirados-se-organizan-para-hacer-frente-al-bolivarianismo-281639.html>. Acesso em 18 Dez. 2013.

Gente, *Veja*, edição de 23 de abril de 1986, p.77.

GETINO, O. SOLANAS, P. Entrevista a Juan Domingo Perón. *Crisis*, 1974, disponível em http://www.elhistoriador.com.ar/entrevistas/p/peron_crisis.php/ , acesso em 15 Out.2014.

GIL, V. Caducidad: hoy definen si aplazan la votación; Saravia enviado a tribunal. *El País*, 26 de abril de 2011, disponível em <<http://historico.elpais.com.uy/110426/pnacio-562465/nacional/caducidad-hoy-definen-si-aplazan-la-votacion-saravia-enviado-a-tribunal/>>. Acesso em 12 Nov. 2014.

Gobierno revoca actos administrativos amparados por la Ley de Caducidad. *El País*, Montevidéo, 27 de junho de 2011. Disponível em <<http://historico.elpais.com.uy/110627/ultmo-575947/ultimo-momento/gobierno-revoca-actos-administrativos-amparados-por-la-ley-de-caducidad/>>. Acesso em 6 Nov. 2014.

GOMES, Laurentino, PORRO, Alessandro. Foi fundado letras do B. Radar. *Veja*, 6 de julho de 1988, p. 49.

GOMBATA, M. Como deveria ser o ataque a bomba no Riocentro. *Carta Capital*, São Paulo, 20 de Fev. 2014, disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/como-era-para-ser-o-ataque-do-riocentro-506.html/>>, acesso em 01 Out. 2014.

GONZÁLEZ, P. Montoneros se arrependem, *Jornal do Brasil*, 4 de maio de 1995, p.11.

GRUPO ANHAGUERA, Mais que um alerta, Goiânia, 14 de abril de 1993. *Ombro a Ombro*, Maio de 1993, p.6.

GRUPO GUARARAPES, Resumo do grupo, disponível em <<http://www.fortalweb.com.br/grupoguararapes/resumo-do-grupo/>>, acesso em 13 Nov 2014.

GRUPO INCONFIDÊNCIA, Quousque tandem...? Até Quando? *Ombro a Ombro*, agosto de 1993, p.3.

Grupos independentes agem em todo o país, *O Globo*, 11 de junho de 1993, p.4.

HERDY, T. General que escreveu manifesto não teme ser punido por Amorim. *O Globo*, 9 de março de 2012, disponível em <<http://oglobo.globo.com/pais/general-que-escreveu-manifesto-nao-teme-ser-punido-por-amorim-4265503>>. Acesso em 13 Mai. 2014.

Incitación de un sacerdote y crítica a Alfonsín. *Clarín*, Buenos Aires, 25 de outubro de 1984, p.10.

Informativo Especial nº7, Grupo Independente 31 de Março, Ago/Set 1993.

JORNAL acusa imprensa de fazer campanha contra órgãos de informações. *Jornal do Brasil*, 5 de junho de 1981, p.4.

JORNAL de militares acusa Tancredo de comunista e critica Frente Liberal. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 de novembro de 1984, p.10.

Jornal do Brasil, 10 de fevereiro de 1976, p.16.

Jornal do Brasil, 16 de novembro de 1958, p.5.

Jornal do Brasil, 17 de março de 1988, p.4.

Jornal do Brasil, 20 de outubro de 1987.

Justicia condena con 28 años de prisión a general Miguel Dalmao por dar muerte a Nibia Sabalsagaray, *LaRed21*, Montevideo, 6 de maio de 2013, disponível em <<http://www.lr21.com.uy/comunidad/1102674-dictadura-justicia-condena-con-28-anos-de-prision-a-general-miguel-dalmao-por-dar-muerte-a-nibia-sabalsagaray-la-jueza-penal-dolores-sanchez-condeno-a-28-anos-de-prision-al-general-miguel-dalmao-po/>>. Acesso em 16 Nov. 2014.

Key facts: The Falklands War, *BBC News*, Londres, disponível em <<http://news.bbc.co.uk/2/shared/spl/hi/guides/457000/457033/html/>>, acesso em 20 Dez, 2014.

Kirchner apela a un decreto para forzar los juicios contra militares. *La Nación*, 12 de agosto de 2003, disponível em <<http://www.lanacion.com.ar/518729-kirchner-apela-a-un-decreto-para-forzar-los-juicios-contra-militares/>>, acesso em 3 de maio de 2014.

Kirchner relevó a toda la cúpula militar y adelantó los cambios, *Clarín*, 28 de maio de 2003, acesso em 3 de maio de 2014. Disponível em <http://edant.Clarin.com/diario/2003/05/28/p-00601.htm>.

LA NACIÓN, Arresto de 20 días a Verplaetsen, *La Nación*, Buenos Aires, 19 de fevereiro de 1998. Disponível em <http://www.lanacion.com.ar/88354-arresto-de-20-dias-a-verplaetsen>

_____, El recuerdo de los caídos en acciones terroristas, 30 de abril de 2002, disponível em <<http://www.lanacion.com.ar/392846-el-recuerdo-de-los-caidos-en-acciones-terroristas/>>. Acesso em 13 Mai.2014.

LEÔNIDAS critica militares do jornal ‘Letras em Marcha’, *O Globo*, 1º de outubro de 1986, recorte disponível na página virtual da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Arquivo Ana Lagoa. <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R06158.pdf>, acesso em 26 de janeiro de 2009, às 21h.

LETRAS EM MARCHA aponta comunicação, *O Globo*, 30 de setembro de 1986, <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R06152.pdf>

Letras em Marcha, junho de 1989.

Letras em Marcha, março /abril de 2000.

Letras em Marcha, outubro de 1986.

LIMA, M. Não há paralelo com 1964, *O Globo*, 27 de março de 1994, p.10.

Llegan las sanciones para retirados, *Página 12*, 17 de outubro de 2006. Disponível em <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-74615-2006-10-17.html>>. Acesso em 4 Mai. 2014.

Los analistas dicen que los cambios castrenses son un error político, *Infobae*, Buenos Aires, 24 de maio de 2003, disponível em <http://www.infobae.com/2003/05/24/58293-los-analistas-dicen-que-los-cambios-castrenses-son-un-error-politico>, acesso em 3 Mai. de 2014.

Lugo ya barrió con ochenta generales, *ABC Color*, Assunção, 9 de julho de 2011, disponível em <<http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/politica/lugo-ya-barrio-con-ochenta-generales-281340.html>>, acesso em 13 Nov. 2014.

Marcha en rechazo de las extradiciones. *La Nación*, Buenos Aires, 9 de agosto de 2003. Disponível em <<http://www.lanacion.com.ar/518116-marcha-en-rechazo-de-las-extradiciones/>>. Acesso em 16 Fev. 2013.

MARCHAS da família viram fiasco em todo o país. *Brasil 247*. Disponível em <<http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/134113/Marchas-da-Fam%C3%ADlia-viram-fiasco-em-todo-o-Pa%C3%ADs.htm>>. Acesso em 20 Mai. 2014.

Más de 2.800 torturadores y pyrague tuvo el autoritario sistema stronista. *ABC Color*, Assunção, 20 de setembro de 2008. Disponível em <<http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/politica/mas-de-2800-torturadores-y-pyrague-tuvo-el-autoritario-sistema-stronista-1104022.html>>.

MELENDREZ, P. El general Dalmao fue condenado a 28 años de prisión. *El País*, Montevideú, 9 de maio de 2013, disponível em <<http://www.elpais.com.uy/informacion/el-general-dalmao-fue-condenado-a-28-anos-de-prision.html>>. Acesso em 18 Nov.2014.

Menor e menos poderoso, o Doi volta à cena. *Veja*, 3 de junho de 1981, p.26

MEYER, A. Guerra Sucia en la web. *Página 12*, Buenos Aires, 8 de agosto de 1999. Disponível em < <http://www.pagina12.com.ar/1999/99-08/99-08-08/pag04.htm>>. Acesso em 2 de Jun.2014.

Militares chamam políticos de vadios, *O Globo*, 3 setembro de 1993, p.4.

Militares inquietos, *Jornal do Brasil*, 8 de dezembro de 1993, p.5.

Morte Suspeita. *Isto é*. 19 de abril de 2000. Disponível em http://www.istoe.com.br/reportagens/34410_MORTE+SUSPEITA

MONTEIRO, T. Dilma orienta Defesa a não comemorar os 50 anos do golpe militar, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 de março de 2014, disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,dilma-orienta-defesa-a-nao-comemorar-os-50-anos-do-golpe-militar,1140999,0.htm>>. Acesso em 20 Mai. 2014.

MOVIMENTO NATIVISTA, Ao povo brasileiro: em favor da democracia e em defesa da nação ameaçada. *Jornal do Brasil*, 19 de janeiro de 1994, p.13.

Múltiples afiliados de ANR y PLRA superarían los 700.000 votantes. *ABC Color*. Assunção, 1º de fevereiro de 2013, disponível em <http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/politica/multiples-afiliados-de-anr-y-plra-superarian-los-700000-votantes-534131.html/>. Acesso em 2 Jul.2014.

Murió el ideólogo de los Tenientes de Artigas, *Lared21*, Montevideú, 6 de abril de 2005. Disponível em <http://www.lr21.com.uy/politica/172207-murio-el-ideologo-de-los-tenientes-de-artigas/>. Acesso em 11 Nov. 2014.

Na Imprensa, *Ombro a Ombro*, edição de julho de 1988, p.3.

Nueva brecha a la Ley de Caducidad. La República, Montevideú, 7 de março de 2010. Disponível em <http://www.larepublica.com.uy/politica/402267-nueva-brecha-a-la-ley-de-caducidad/>. Acesso em 20 Mai. 2014.

Oficiais da reserva criticam os políticos pela falência do Estado. *Folha de São Paulo*, 4 de junho de 1993, p.1-4.

Oficiais da reserva discutem apoio em 94, *Folha de São Paulo*, 3 de setembro, p.4.

Ombro a Ombro, edições de julho de 1988, p.1 e abril de 2005 p.1.

Ombro a Ombro, julho de 1988, p.1.

PARAGUAY. Comisión de Verdad y Justicia. Informe Final, Assunção, tomo I, 2008.

PORTAL DOS SENADORES. Senado Federal. Disponível em http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1764&li=48&lcab=1987-1991&lf=48/. Acesso em 13 Mai. 2014.

PRIETO, M. Se encuentran ya en la cárcel los tres miembros de la junta militar que derribó al régimen democrático argentino en 1976, *El País*, 28 de outubro de 1987. Disponível em http://elpais.com/diario/1984/10/27/internacional/467679616_850215.html/. Acesso em 13 Jul. 2013.

PRIETO, M. 'Suave' insurrección militar en un regimiento argentino, *El País*, Madri, 29 de setembro de 1987. Disponível em http://elpais.com/diario/1987/09/29/internacional/559868418_850215.html/. Acesso em 02 Jul. 2014.

Primera fase del chavismo en la milicia está en marcha. *ABC Color*, 22 de julho de 2011, disponível em <http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/politica/primera-fase-del-chavismo-en-la-milicia-esta-en-marcha-286505.html/>. Acesso em 18 Dez. 2013.

PRIMEIRO número. *Ombro a Ombro*, junho de 1988. p.1

Pugna en los Tenientes de Artigas por el control político del Centro Militar. La República, Montevideú, 25 de maio de 2013. Disponível em <http://www.lr21.com.uy/politica/115212-pugna-en-los-tenientes-de-artigas-por-el-control-politico-del-centro-militar/>. Acesso 29 Mai. 2014.

Relatório do Departamento de Estado dos EUA sobre Direitos Humanos no Paraguai, 1999, disponível em <http://www.state.gov/www/global/human_rights/1999_hrp_report/paraguay.html/>. Acesso em 10 de maio de 2011.

Represores contra la reelección, *La Republica*, Montevidéo, Uruguai, 18 de janeiro de 2008. <http://www.larepublica.com.uy/politica/293897-represores-contra-la-reeleccion>

REZENDE, S. Tribuna da Imprensa, 17 de março de 1988.

ROCHA, J. A. Las Madres acusan a Balza de hipócrita y al presidente de electoralista. *El País*, Madri, 28 de abril de 1995. Disponível em <http://elpais.com/diario/1995/04/28/internacional/799020001_850215.html/>, acesso em 16 Fev. 2013.

RODRIGUEZ, R. Guerra “Psicopolítica” declaran militares uruguayos implicados en crímenes, *Centro de investigación Periodística*, Chile, 4 de fevereiro de 2011. Disponível em <<http://ciperchile.cl/2011/02/04/guerra-%E2%80%9Cpsicopolitica%E2%80%9D-declaran-militares-uruguayos-implicados-en-crímenes/>>. Acesso em 10 Nov. 2014

SAIN, M.F., Alfonsín, Menem e as relações cívico-militares. A construção do controle sobre as Forças Armadas na Argentina democrática (1983-1995). Disponível em <<http://www.resdal.org/Archivo/sain-cap3-4.htm> />. Acesso em 2 Jul. 2014.

Salimos de nuestros cuarteles em defensa de la dignidad y del honor. *Última Hora*, Assunção, 3 de fevereiro de 1989, p.6.

Sancionaron a dos generales, *Clarín*, 05 de maio de 1998, disponível em <<http://edant.Clarín.com/diario/1997/07/05/t-01503d.htm/>>. Acesso em 20 Fev. 2013.

SAN MIGUEL, M.L. Mujica da un paso por la justicia en Uruguay, *Página 12*, Buenos Aires, 28 de junho de 2011, disponível em <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-170973-2011-06-28.html/>>.

SAVOIA, C. Doce militares impusieron 1.800 leyes, *Clarín*, Buenos Aires, 24 de março de 2006, disponível em <<http://edant.clarin.com/suplementos/especiales/2006/03/24/1-01164121.htm/>>, acesso em 20 Dez. 2014.

SAVOIA, C., CALVO, P., 20 años del Nunca Más, un legado que perdura. *Clarín*, Buenos Aires, 19 de setembro de 2004. Disponível em <<http://edant.clarin.com/suplementos/zona/2004/09/19/z-03015.htm/>>, acesso em 1º de jul.2014.

Sentencia por crímenes contra la humanidad cometidos por el General Riveros y otros en el caso de Floreal Edgardo Avellaneda y otros, disponível em <http://www.derechos.org/nizkor/arg/doc/riveros8.html>, acesso em 15 Fev. 2012.

SERVA, L. Índios, as maiores vítimas da ditadura. *Folha On Line*, 31 de março de 2014, <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/leaoserva/2014/03/1433409-indios-as-maiores-vitimas-da-ditadura.shtml/>>, acesso em 20 dez. 2014.

SHOLL, D., ‘Perigo Vermelho’, versão 94, *Jornal do Brasil*, 20 de agosto de 1993, p.5.

_____, Ameaça de golpe não assusta, *Jornal do Brasil*, 24 de agosto de 1993, p.3.

SOLA, J.M. Panorama Político. *Clarín*. 28 de outubro de 1984, pp.14-15.

Soto Estigarribia dice que el presidente es indigno de las FF. AA. *Última Hora*, 1º de julho de 2011, disponível em <<http://www.ultimahora.com/soto-estigarribia-dice-que-el-presidente-es-indigno-las-ff-aa-n442613.html>>. Acesso em 27 Mai. 2014.

TOGNOZZI, M. DIAS, E. FILHO, E., Linha dura do Exército se une para fazer política. *Jornal do Brasil*, 18 de outubro de 1987, p.8.

TORRES, S. Grupo quer investigar esquerda. *Folha de São Paulo*, 23 de outubro de 2000, p.6.

Três horas de tensão. *Jornal do Brasil*, 21 de março de 1994, p.3.

UNIÓN DE PROMOCIONES, Boletim Informativo nº1, dezembro de 2005; Boletim Informativo nº 2, fevereiro de 2006. Disponível em <<http://uniondepromociones.info/boletines.htm>>. Acesso em 4 Mai. 2014.

URUGUAY: chantaje terrorista, *ABC Espanha*. Madri, 17 de maio de 1992, p.33.

Uruguay: Investigan ataque contra casa de ex presidente Sanguinetti, *El Universo*, Guayaquil, 20 Set 2003. Disponível em <<http://www.eluniverso.com/2003/09/20/0001/14/4AEF662582194AB09D32FEA3D8524211.html/>>, acesso em 18 Out.2014.

VALENTE, R. Ata revela veto de Geisel a anistia ampla. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 de agosto de 2009, disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2908200910.htm/>>. Acesso em 4 Out. 2014.

Veja linha do tempo do impeachment de Collor. *Último Segundo*. São Paulo, 18 de maio de 2012, disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-05-18/veja-linha-do-tempo-do-impeachment-de-collor.html/>>, acesso em 4 Out. 2014.

Veja, 8 de abril de 1981, p.21.

Veja, 23 de abril de 1986, p.77.

VIDALLET, J. B. Lino Oviedo desapareció de la agenda de rutina de los altos jefes militares. Lugo de Obispo a presidente, traspaso de mando. Especial. *ABC Color*, Assunção, 15 de março de 2007. Disponível em <<http://abcradio.com.py/especiales/lugopresidente/articulos.php?fec=2007-03-15&pid=316980/>>. Acesso em 2 Jul. 2014.

VIDALLET, J. B. Los militares ahora se atribuyen funciones policiales en el campo. *ABC Color*, Assunção, 8 de fevereiro de 2007. Disponível em <<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/los-militares-ahora-se-atribuyen-funciones-policiales-en-el-campo-961491.html/>>. Acesso em 2 Jul. 2014.

VIZEU, R. VELEDA, R. Coronel da reserva diz que seu jornal fala a 'verdade'. *Folha On-Line*, 14 de fevereiro de 2011. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/>>

poder/2011/02/875359-coronel-da-reserva-diz-que-seu-jornal-fala-a-verdade.shtml/>.
Acesso em 14 Mai. 2014.

ZAVERUCHA, J. Itamar e os militares. *Jornal do Brasil*, 14 de janeiro de 1994,
p.11.

ANEXOS

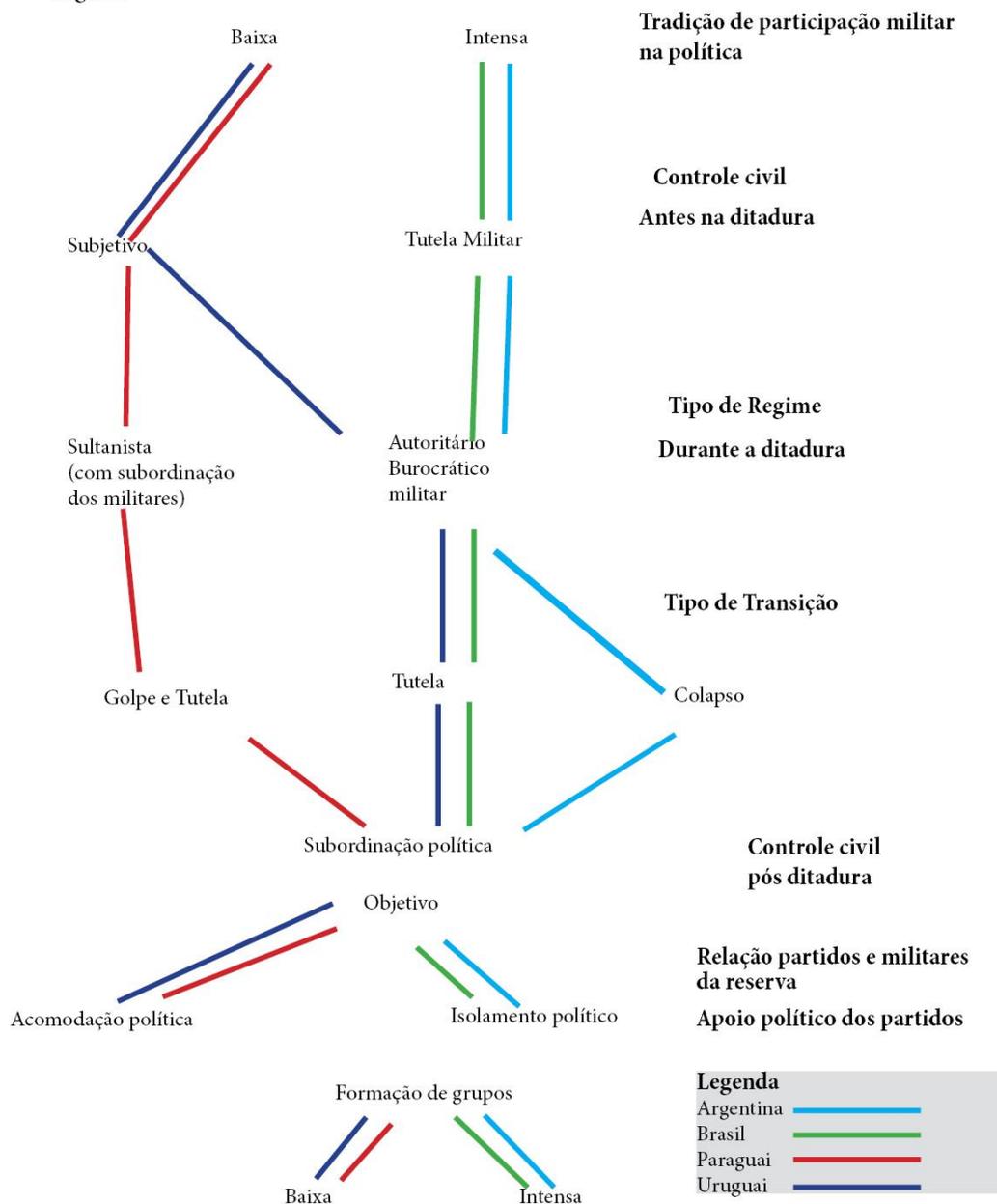
Tabela 9.1 Condições antecedentes, variáveis independente e dependente					
	Fenômeno	ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI	URUGUAI
Condições antecedentes	Tradição dos militares na política	Alta	Alta	Média	Baixa
	Ingerência das Forças Armadas no sistema político partidário	Alta	Alta	Média	Baixa
	Intervenções militares	Constantes, por autonomia	Constantes, por autonomia	Moderadas, por controle subjetivo	Raras, por controle subjetivo
Variável independente	Isolamento político das Forças Armadas	Imediato	Imediato	Tardio	Tardio
Variável dependente	Surgimento dos grupos	Imediato	Imediato	Tardio	Tardio

Tabela 9.2 Controle civil subjetivo, autonomia militar, transição e controle civil objetivos, alguns aspectos comparados					
Controle civil subjetivo	Status Quo Ante	ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI	URUGUAI
	Partidos disputam a confiança dos militares	SIM	SIM	SIM	SIM
	Militares utilizados para fins políticos	SIM	SIM	SIM	SIM
Autonomia militar	Tradição de participação dos militares na política	Pretoriana Presente desde 1930 Autônoma desde 1943 Vigente até 1983	Pretoriana Presente desde 1930 Autônoma desde 1945 Vigente até 1984	Personalista Período militarista entre 1936 e 1948 Unidade Granítica após 1954	Democrática e Civilista Presença das FFAA a partir de 1967 Autonomia em 1973 Vigência até 1985
	Forças Armadas no poder e o sistema político	Proscrição em 1932 (UCR) e 1955- 1973 (PJ)	Criação de partidos (1945), supressão de partidos (1964), imposição do bipartidarismo (1965) e do multipartidarismo (1979)	Proscrição de partidos opositores, forte interação com o Partido Colorado	Proscrição de partidos, mas vínculos entre os partidos colorado e blanco
	Forças Armadas na política	Autônomas, intervenções constantes	Autônomas, intervenções pontuais até 1964	Controladas por Stroessner	Civilistas até 1967 Autônomas a partir de então
	As Forças Armadas e a Violência Política	Exercida contra as guerrilhas nos governos civis e militares	Exercida contra as guerrilhas no governo militar	Exercida contra as guerrilhas no governo militar	Exercida contra as guerrilhas no governo civil
	Tipologia do regime	Autoritário	Autoritário	Sultanista	Autoritário
Transição	O fim do <i>status quo ante</i>	Pretoriano	Pretoriano	Personalista	Comissarial
	Memória do regime	Negativa para as FFAA	Negativa para as FFAA	Positiva para FFAA	Negativa para as FFAA
	Visão dos políticos sobre as FFAA após o regime	Rejeição	Rejeição	Apoio	Conciliação
	Apoio civil	Contra as FFAA	Contra as FFAA	A favor das FFAA	Contra as FFAA
	Transição	Colapso	Tutelada	Golpe	Tutelada
	Justiça de Transição	Anistia, revogada	Anistia imposta	Sem anistia, repressores julgados maior parte da polícia	Anistia, sob plebiscito
Controle civil objetivo	Isolamento político	Imediato	Imediato	Tardio	Tardio
	Reabertura de processos	Anulação da lei de anistia	Discussão sobre a lei de anistia	Sem discussão	Lei de Caducidade
	Surgimento de grupos	Desde 1984	Desde 1984	Desde 2011	Desde 2006
	Número de grupos	6	26	1	1
	Interesses dos grupos	Anistia e status quo ante	Anistia e status quo ante	Status quo ante	Anistia e status quo ante
	Participação de oficiais	Alta >100	Alta >100	Média 10>100	Baixa <20
	Alternância dos partidos no poder	Imediata	Imediata	Tardia	Imediata

Esquema teórico para análise do problema apresentado nessa tese.

Hipótese

Surgimento desses grupos de pressão política formados por militares reserva está relacionada diretamente ao isolamento político desses militares no novo status quo nos países da região?



Recortes de noticias dos jornais Clarín, La Nación e La Vanguardia a respeito da Famus.

Clarín

Edición de 734 páginas para Capital y Gran Buenos Aires
Precio de este ejemplar: \$6.55 — Recargo via aérea: \$6.55

Alta 41 - Nº 13.920 - Domingo 28 de octubre de 1984
Buenos Aires - República Argentina

ALFONSIN DENUNCIO "SOSPECHOSAS COINCIDENCIAS"

VINCULO SU AUSENCIA CON RECIENTES EPISODIOS POLITICOS Y MILITARES

INFORMACION EN LAS PAGINAS 200 Y 201



ESTALLO UNA BOMBA EN LA IGLESIA DONDE OFICIO TRIVIÑO

La foto muestra las restos del pórtico de madera doblado por el explosivo que estalló en la iglesia donde se registró en el templo donde el sacerdote Julio Triviño

CLARIN ★ Buenos Aires, lunes 29 de octubre de 1984

Misa de FAMUS: no descartan posibles sanciones a militares

El Gobierno establecerá hoy los cursos de acción a seguir a raíz de la misa organizada la semana pasada por FAMUS, y en la que, ante militares en actividad, un sacerdote llamó a tomar las armas. Así lo anticipó el subsecretario de Defensa, Horacio Jaunarena, quien dijo que a partir de ahora no puede haber más distraídos.

El subsecretario de Defensa, Horacio Jaunarena, no descartó ni afirmó la posibilidad de sancionar al personal militar en actividad que el miércoles asistió a la misa organizada por FAMUS, en la que el sacerdote Julio Triviño exhortó a la utilización de las armas contra la democracia, a la que calificó de "pornográfica" y "corrupta".

El funcionario señaló que a actos como el de FAMUS asiste "gente que va a tratar de hacer manifestaciones políticas y lo más grave es que esa gente tiene responsabilidades concretas por acontecimientos recientes", aunque también, dijo, "hay gente que asiste a esos actos con una legítima motivación religiosa".

Jaunarena reconoció que a la misa del miércoles último asistieron "algunos" militares en actividad.

Lo que sigue es el diálogo telefónico del subsecretario con algunos militares, había muchos, había algunos, sí. Vamos a tener la información completa esta semana.

—¿Comparte las interpretaciones del ex cabo de la Marina, Raúl Villarino, quien asegura que el reciente atentado contra la iglesia en que se llevó a cabo la misa de FAMUS tiene el sello de un "grupo de tareas"?

—No tengo elementos todavía, cualquier evaluación o juicio sería apresurado, mañana (por hoy) podremos establecer el curso de acción.

—¿Habrá sanciones?

—Lo importante es que tiene que tenerse en cuenta que a partir de ahora no puede haber más distraídos. En este momento, cuando es evidente que determinada gente quiere darle a estas reuniones un carácter político, todo el mundo que vaya a la próxima (misa) va a saber perfectamente cómo y a qué va.



Horacio Jaunarena

Fábrica de Tejidos de Punto P/Ventas de Telas de Máquinas Circulares

A MAYORISTAS Y CONFECCIONISTAS Necesita

JEFE DE VENTAS

Come y vive tranquilo en el campo

Viernes 13 de abril de 1984

Comunicado del FAMUS por la carta de Videla

Firmado por la señora Hebe Solará de Berdina, presidenta, y el doctor Luis María Paiva, vicepresidente, la entidad Familiares de los Muertos por la Subversión (FAMUS) difundió un comunicado cuyo texto es el siguiente:

"FAMUS hace saber a la opinión pública que el 10 de abril próximo pasado recibió en su sede una correspondencia remitida por el teniente general Jorge Rafael Videla, cuyo texto fue reproducido en algunos vespertinos y matutinos de esta capital.

"Al respecto cabe aclarar que la carta de referencia se encuentra en poder de la comisión directiva de la entidad a la espera de ser tratada con otras de similar tenor en la próxima reunión de dicho órgano, descontándose que bajo ningún motivo se dio a publicidad el contenido de la misma."

Los ex jefes castrenses dejaron sentido su apoyo "y nuestra solidaridad con los camaradas que, decidida y valerosamente, lucharon contra el flagelo apá-

El general Videla reclama en público el honor militar

Buenos Aires. (De nuestro corresponsal). — Después de cuatro años de silencio —dejó la presidencia en manos del general Viola en 1980—, el teniente general Jorge Rafael Videla, uno de los artífices del golpe de Estado de marzo de 1976, reapareció públicamente en la Argentina, reclamando "el honor de la victoria" para las Fuerzas Armadas en la lucha contra la guerrilla.

Las expresiones del ex primer mandatario coinciden con lo que parece ser un resurgimiento de los sectores militares más radicalizados. Este miércoles un grupo de 67 oficiales del Ejército y la Aviación en situación de retiro, identificados con un nacionalismo a ultranza, emitieron un bando en el cual alertaron sobre la existencia de "una campaña de desprestigio" contra las Fuerzas Armadas, vinculada al tema de los Derechos Humanos.

Los ex jefes castrenses dejaron sentido su apoyo "y nuestra solidaridad con los camaradas que, decidida y valerosamente, lucharon contra el flagelo apá-

trida y desintegrante" de la guerrilla izquierdista que operó en la Argentina.

Videla y otras prominentes figuras del régimen militar, concluido el 10 de diciembre pasado, asistieron también a una misa celebrada en memoria de los muertos por la subversión, que congregó a casi un millar de personas. El oficio religioso fue organizado por familiares y amigos de los muertos por la subversión (FAMUS), una organización promilitar que mantiene una actitud crítica hacia el Gobierno de Alfonsín, a raíz de las investigaciones que se llevan a cabo por la violación de los derechos humanos.

Videla, en su carta pública, también puso en entredicho la política oficial al denunciar la insistencia "en deformar el sentido y alcance de las acciones bélicas (así denominada a la lucha contra la subversión) emprendida por las Fuerzas Armadas".

Las manifestaciones del primer presidente del régimen militar provocaron "honda inquietud" en ambientes del Go-

bierno democrático y no sería extraña una sanción que consistiría en un arresto domiciliario. Pero, en realidad, éste constituiría sólo un estallido de una cadena de episodios registrados en ámbitos militares, que parecen querer atender contra la estabilidad democrática. Dias pasados, un grupo de oficiales de la Aviación, en estado de ebriedad, mantuvieron una disputa con militares radicales mientras cantaban "Se va a acabar esa costumbre de votar". Los militares fueron expedientados y les fue aplicado un arresto.

El clima de intranquilidad militar también ha sido motivo de análisis entre parlamentarios del Gobierno y la oposición, que aún no lograron acordar los ascensos sugeridos por el Ministerio de Defensa. En el ámbito del Congreso, incluso, un diputado peronista confesó a este corresponsal haber asistido, días pasados, a una reunión con la participación de oficiales de la Marina y el Ejército, durante la cual se fustigó "cierto izquierdismo" emergente en la Administración de Raúl Alfonsín. Incluso un

capitán de Fragata habría asegurado que, cuando se produzca la próxima intervención militar, los desaparecidos no serán denominados "NN", como ahora, sino "MM". Ante la sorpresa de los presentes, el militar aclaró: quiere decir "muchos más".

Los militares también han elevado quejas al Gobierno por sus bajos salarios, tema que tendría una pronta definición, tendiente a neutralizar la visible efervescencia.

SANTIAGO PALACIOS

MEGAL

HOSPITALET Barcelona: Colaba, 50-52 - Tel. 331 60 20
BARCELONA: Consellera Benítez, 29 - Tel. 339 77 00
GIRONA: Tel. 22 37 51
PALMA DE MALLORCA: Tel. 23 12 67
MADRID: Isurri, 8 - Tel. 227 30 64

ARMARIOS ROF

DISTRIBUCIÓN GRATUITA

AÑO XVIII - Nº 235 - JUNIO - 2012



AUNAR

ASOCIACION UNIDAD ARGENTINA

Esmeralda 634, 1º "D"
Ciudad Autónoma de
Bs. As. (1007)
Tel/Fax: 5239-0088 -
aunar@iplanmail.com.ar

INVOCAMOS A LA PAZ, RECONCILIACIÓN, TOLERANCIA Y CONCORDIA DE LOS ARGENTINOS, DEJANDO ATRÁS LAS DIVISIONES Y BUSCANDO POR TODOS LOS CAMINOS LA GRANDEZA QUE MERECE NUESTRA AMADA PATRIA..

EN ESTA EDICIÓN:

LA REBELION CIVIL SE PUSO EN MARCHA

Pág.1 - 2

ODIO CRECIENTE: MÁS PERSECUCIONES

CON MENTALIDAD NEFASTA SE ORIENTA LA INVESTIGACION DEL PASADO

Pág. 1 - 3

EL PODER COMO IDEOLOGIA Y CORRUPCIÓN

Pág. 2

PROTESTAS POR LA VISITA DE BOUDOU A LOS EE.UU

EL VICE PTE. GENERÓ MALESTAR EN SU VISITA A ESE PAÍS

Pág. 2

¿QUÉ SUPONE USTED NOS VA A SUCEDER?

CON LAS RESERVAS DEL BCRA A SU LIBRE ALBERDIO

Pág. 3

¿DERECHOS HUMANOS Y JUSTICIA PARA TODOS?

CON SU VISION ACOTADA, ODIO Y REVANCHISMO

Pág. 4

LA CLAVE SECRETA DE LA DESTRUCCIÓN LAS CONSECUENCIAS, TIENEN UN RESPONSABLE

Pág. 4

LA REBELION CIVIL SE PUSO EN MARCHA ...



RESUMEN DE HECHOS QUE MOVIERON A LOS CIUDADANOS A MOVILIZARSE

Finalmente, algunos de los más íntimos allegados a Cristina Fernández - de la operación no fue ajeno su hijo Máximo - lograron convencerle de la necesidad política de quitarlo a Amado Boudou de la escena cada vez más complicada. La idea consistió en exigirle que pida una licencia que deberá concederle el Congreso, a los efectos de liberar el camino para encontrar una solución a la crisis que el gobierno ya se le descontrola. Para colmo, desde unas horas antes la estabilidad emocional de la Presidente de la República enferma, tuvo un ataque de descontrol al compás de su desilusión por los niveles y jóvenes funcionarios en los que había depositado su esperanza. Todo se le viene abajo, la incautación de YPF se convirtió no sólo en un fiasco sino en un camino virtualmente sin salida, el inútil Canciller es más un lastre que un consejero en busca de soluciones; el vínculo con Tornada - ministro clave ante el problema de la CGT que también se le fue de las manos -, enfriado, ya no es el de antes; el propio De Vido quiso más de una vez tomar distancia en las últimas semanas y hasta el propio Carlos Belfari, a quien tiempo atrás hizo venir de la embajada en España, había sido cortante cuando rechazó el plan que la viuda estaba dispuesta a llevar adelante y se volvió a Madrid. No aceptó ser su mano derecha en nombre de una vieja amistad revolucionaria y viajó para seguir con los negocios que favorecían a muchos ubicados en la cúspide del poder.

Empedrada, la Presidente siguió adelante con su proyecto que ahora vino a definir como «cultural» es decir, un cambio profundo, total, en la sociedad argentina, sus modalidades y costumbres. Intuye que «La Cámpora» no cumple ese rol modificador que se había propuesto y ahora hasta el mismo Horacio Verbitsky tomaba distancia. Su ausencia en el acto de celebración por el aniversario de Página 12 le resultó inexplicable y comenzó a escuchar las sugerencias en el sentido de que debe tomarse un descanso. Así, la mañana de ayer registró movimientos febriles en la Quinta de Olivos, mientras reclamaba «los papeles» que inclinaban a Amado Boudou en complejos negocios. El candidato elegido a dedo también fallaba en la arquitectura que pensaba armar, dirigir y utilizar para lanzarse

al estrellato continental y llenar el vacío que dejaría la muerte de Hugo Chávez.

Mientras se deciden las medidas que aseguran la salida del guitarrista para convertir a la Presidente Provisional del Senado, señora de Alperovich, en segunda en la sucesión, llegaban las noticias de las dificultades en que había derivado la maniobra contra Daniel Scioli: el campo resistiría hasta lo imaginable el denominado «impuesto» que debía contribuir a las arcas que maneja el Poder Central y en su intimidad se reconstruía el fantasma de «la 125», la primera y gran demora que marcó un punto de inflexión en la marcha ascendente de Néstor Kirchner.

Sus asesores de inteligencia le daban cuenta de grupos activos de productores ubicados sobre las rutas importantes que desembocan en la Capital Federal, las entidades de la Mesa de Enlace no ocultaban los planes para extender el conflicto a todo el país por el profundo contenido ideológico que implicaba el peso impositivo que acató Scioli. Los economistas «desafiantes» destacaban que las reservas genuinas del Banco Central no superaban los diez mil millones de dólares y nadie sabía responderle con qué recursos se pagarían los combustibles que habrá que importar. Los números de Axel Kicillof no cerraban, los dólares que esperaba de la cosecha no alcanzarían por culpa de la sequía y debió aceptar grandes quitas a los envíos de fondos a las provincias. Sólo favorecería - como siempre - a los gobernadores más fieles, pero lo concreto lo tenía delante de las narices y debía tomar decisiones. «Too much» se dijo a sí misma y la idea de sus hijos en el sentido de tomarse un descanso era tentadora. La mujer de Alperovich era «del palo» y no modificaría el rumbo que quería imponer a los argentinos.

En La Plata Scioli, siempre dudoso, se debatía entre la necesidad de los recursos que le debían y la cesación de pagos en que incurriría si no llegaban. Pero lo más caro para su futuro sería agachar la cabeza ante las exigencias de la

Cont. pág. 2

ODIO CRECIENTE: MÁS PERSECUCIONES

!!BASTA DE ODIO QUE DESTRUYE!! RECONSTRUYAMOS EL GRAN PAÍS QUE SUPIMOS SER EN EL MUNDO



de Seguridad y ahora han elegido a empresarios para el nuevo circo de citaciones y acusaciones en sede judicial por hechos «que dicen» han ocurrido en el mencionado período.

La presión política sobre la justicia de ciertos sectores oficialistas para conseguir se condene a empresarios, ha crecido mucho; y los chifones de siempre se unen: en Jujuy (caso Ledesma) la Agrupación Tupac Amari con la batuta de Milagro Sala brega con empeño para obtener condenas.

Como si les sobrase tiempo (y no existieran en la Argentina problemas acuciantes a resolver), con la batuta del

marxista «cráneo económico» Axel Kicillof, coordinación de Esteban Kipar (del Centro de Estudios Políticos de la Cámpora) y participando Vázquez Blanco (USAM y CONICET), investigan «supuestos» delitos económicos que «se habrían cometido» entre 1976 y 1983 (antes y después de esas fechas: ¿Qué sucedió?).

En la Comisión Nacional de Valores - para no ser menos - en el transcurso de 2010, crearon un grupo con iguales objetivos .

En la lista de empresas y directivos a

Cont. pág. 3

Repercussão da autocrítica do general Balza

Precio de tapa en Capital y Gran Bs. As.: \$ 1,00
Precio de tapa en Interior: \$ 1,00
Recargo envío al interior del país: \$ 0,20
Precio en Uruguay: \$ 10,- - Precio en Brasil: R \$ 1,50,-
Precio en Paraguay: G \$ 3.000,-. Precio en Chile: \$ 1.000,-

Diario de la mañana
Clarín X
De temas de actualidad para la solución analítica de los problemas argentinos.

Fuerte apoyo político al mensaje de Balza

Tanto Menem cuanto Alfonsín, Bordón y Massaccesi respaldaron la autocrítica del jefe del Ejército a la represión ilegal • Dijeron que es bueno todo lo que ayude a esclarecer lo que ocurrió en el pasado • También, Ernesto Sábato y la mayoría de los organismos de derechos humanos, excepto un sector de las Madres de Plaza de Mayo, que criticó a Balza

(INFORMACIÓN EN LAS PÁGINAS DOS A NUEVE)

Material de divulgação dos Foro de Generales e do Grupo de Almirantes Retirados

Nº 01

FORO DE GENERALES RETIRADOS

Con la adhesión de más de 200 Generales que respondieron afirmativamente al objetivo de la convocatoria oportunamente formulada a la totalidad de los 305 que con esa jerarquía revistan en situación de retiro, se ha constituido el "FORO DE GENERALES RETIRADOS".

Este nucleamiento surgido luego de un prolongado proceso de maduración, fue motivado por el propósito de impulsar y concretar, desde un ámbito de integración solidaria, un accionar orientado a fortalecer la presencia de las Fuerzas Armadas como Instituciones fundacionales de la República; y a revitalizar la imagen de sus integrantes, como miembros naturales de la sociedad argentina.

Una Asamblea realizada el pasado 4 de diciembre de 1996, aprobó su Estatuto y eligió la Comisión Directiva por un lapso de dos años.

Es un agrupamiento autónomo, que se encuadrará en las pautas legales vigentes y que dada su naturaleza, específicamente institucional y jerárquica, su magnitud y objetivos, constituye un emprendimiento que no registra antecedentes en el historial militar del país.

Con una proyección integradora ha decidido invitar oportunamente a las máximas jerarquías de la Armada y Fuerza Aérea, en situación de retiro, a participar de un accionar conjunto.

En el momento inicial de su cometido, el FORO DE GENERALES RETIRADOS considera necesario efectuar públicamente una clara definición de la concepción que regirá sus procedimientos.

70

La iniciativa de crearlo se precipita ante la grave crisis por la que actualmente atraviesa la estructura de la Defensa Nacional, cuya magnitud afecta el destino histórico del país y nuestra identidad como Nación.

Sus consecuencias negativas se evidencian en el más amplio espectro, desde la indiferencia y falta de motivaciones hacia un auténtico y sano sentido de nacionalidad, hasta el ponderable deterioro anímico y material de las Fuerzas Armadas.

Se advierte con preocupación dicho deterioro, que ha alcanzado proporciones alarmantes como consecuencia de decisiones político-institucionales, de dos gobiernos de distinto signo partidario, que luego de trece años han colocado al país en un virtual estado de indefensión, desdeñando la obligación de "proveer a la defensa común" que señala el Preámbulo de nuestra Constitución Nacional.

El 10 de diciembre de 1983, las Fuerzas Armadas hicieron entrega del poder político a un gobierno constitucional, luego de ejercerlo durante ocho años consecutivos, situación anómala, ajena a su misión específica, que produjo graves daños al ejercicio de la actividad profesional militar.

Para reparar ese estado de convalecencia se imponía que el nuevo Gobierno implementara un tratamiento especial, con el objeto de que aquellas se restablecieran en el menor tiempo posible, para poder cumplir con eficiencia el rol que legítimamente les corresponde.

Lejos de ello, el Gobierno instrumentó un accionar agresivo de corte ideológico, montando una formidable campaña de desprestigio hacia todo lo que tuviera vinculación con lo militar, produciendo hechos como los que se puntualizan a continuación:

Se suprimieron los Comandos en Jefe de las Fuerzas Armadas, provocando un vacío en el sistema de relaciones político-institucionales, por cuanto no se implementó una me-

71

Diez años de existencia del Foro de Almirantes Retirados

El 24 de agosto próximo pasado el Foro de Almirantes Retirados ha cumplido diez años de existencia. Es una buena ocasión para hacer un repaso de las razones que motivaron su existencia y la mención, a título de ejemplo, de algunas de las actividades más importantes realizadas desde entonces.

Antecedentes

La Historia del Centro Naval nos ha enseñado que durante sus 126 años de existencia ha cumplido con eficiencia y dedicación su objetivo primario de facilitar los vínculos de camaradería, teniendo como norte el culto de la tradición naval, contribuyendo con los medios a su alcance al constante engrandecimiento de la Armada y estableciendo vínculos de protección recíproca entre sus asociados (Art. 2 del Estatuto).

No podemos entonces, al establecer los antecedentes de la creación del Foro de Almirantes Retirados, dejar de mencionarlo en primer término por cuanto ese mismo objetivo ha sido la razón de su creación, en el pensamiento de que constituya una herramienta más para su cumplimiento efectivo.

desde entonces hasta prácticamente nuestros días, con particular énfasis desde el comienzo hasta que la concepción de los indultos parecía dar por terminada las secuelas de la lucha contra la subversión, al concederse la libertad a todos los detenidos.

El inicio de dichos procesos ese año dio origen a una solicitada, publicada por el diario La Nación el 20 de marzo de 1987, firmada por 89 Almirantes que integraron el Consejo entre los años 1975 y 1981, período durante el cual ejercieron la conducción superior de la Armada y se libró la guerra legítima contra el terrorismo subversivo. Podemos considerar a ésta la primera manifestación pública de los Almirantes Retirados

Cabe destacar entre las afirmaciones efectuadas en esa solicitada que: "se está efectuando una revisión parcial e injusta de los hechos ocurridos; la Armada actuó en forma institucional y orgánica a través de su cadena de comando; existe una total identificación con los integrantes de la Armada condenados o sometidos a proceso por las responsabilidades de las funciones que circunstancialmente les tocó ejercer; lesionará gravemente los principios de disciplina y subordinación una eventual condena a Jefes, Oficiales y Suboficiales por haber cumplido funciones militares en situación de guerra".



Unión de Promoções

83er DOCUMENTO

BOLETIN INFORMATIVO Nro. 73

SEPTIEMBRE 2012

Quando el enemigo te acusa, el silencio del Camarada te condena

● **EFEMÉRIDES**

Víctimas de la Guerra contra el Terrorismo Subversivo

El listado cronológico de los asesinatos, atentados indiscriminados; asaltos, copamientos de localidades y Unidades de las Fuerzas Armadas, Fuerzas de Seguridad, Fuerzas Policiales y Fuerzas Penitenciarias, saqueos y secuestros, perpetrados por el terrorismo subversivo durante las décadas del '60 y '70 en los meses de Septiembre, puede observarse visitando nuestra Página WEB, ingresando por el Link **Efemérides Guerra contra el Terrorismo Subversivo**.

1. **INTRODUCCIÓN**

– **Situación de Presos Políticos en todo el País – Cifras Totales**

El avance de las causas judiciales, que se llevan a cabo en distintos Juzgados de nuestro País, en perjuicio de Camaradas de las FFAA, Fuerzas de Seguridad, Fuerzas Policiales y Fuerzas Penitenciarias, presenta a la fecha, el siguiente cuadro de situación:

- ✓ **Presos Políticos muertos en cautiverio: 171.**
- ✓ **Procesados: 832.**
- ✓ **Imputados No Procesados: 2.**
- ✓ **Condenados: 226.**

Letras em Marcha, campanha contra Tancredo Neves (1984) e contra Luís Inácio Lula da Silva (1989)

Letras em Marcha
CULTURA & NOTICÁRIO MILITAR
ANO XIV
BRASIL, NOVEMBRO DE 1984
Nº 158

Da Intentona Comunista até Tancredo Neves

Almirante brevetado pára-quadista do Exército

Inativo, uma conversa!

Música e Militança

Em 13 de novembro, foi brevetado Para-quadista militar o Coronel Almirante (PA) Luiz Carlos de Sá Cavalcanti, Comandante da Tropa de Reserva do Corpo de Forças Aéreas, após concluir com aproveitamento o 134.º Especial Curso Básico de Para-quadista, realizado nos 15 dias de instrução em 13 de novembro.

Ele foi o primeiro a ser brevetado no Brasil pelo Comandante da Brigada Para-quadista, Gen. Edm. Gomes Romão (R) (1964), sua esposa e mulheres, sob o nome de Sargento de Para-quadista e o Cdt. Art. (GEMA) Carlos Souza Oliveira, Comandante do Centro de Instrução Para-quadista General Pólvora Brasil, entregando um álbum de fotografias que registra o percurso deste Sargento Oficial-Geral de nova Marcha de Guerra por todos os difíceis lares do Ceará.

Na sexta "Campanha de Maria - Desportos Militares", o Ten. Cel. Ugo de Barros Barreto, agora Cavaleiro do Ordem de Mérito Militar, dá sugestões interessantes sobre o aproveitamento dos militares, das suas famílias, no setor Sudoeste da vida de cada um. E, revela-se contra o tempo inativo...

Apresentando o que em que se inserem (Dra. de Santa Cecília, Editora dos Militares, em dos mais apreciados cronistas de "Letras em Marcha", Tenente-Coronel Assis de Góes Mota, irmão de seu leitor, nesta edição, com agradável trabalho sobre os militares militares, enfocando casos vividos que ele nos seus últimos anos de carreira. O leitor vai ter o prazer (esperamos) com o que está escrito à página 13.

Letras em Marcha

Programa do PT para as Forças Armadas

O candidato do PT, Lula, em entrevista a O Globo (15/11/89), de reações com o Brasil, com a sociedade civil em sua própria forma de organização.

"Reforma radical na estrutura das Forças Armadas, viabilizando propostas de controle da sociedade sobre a corporação, sem desmilitarização e sua descorporativização".

"Para que essa supervisão e controle possa efetivamente ser exercido são necessárias alterações no interior da estrutura que exige a incorporação militar, o que exige a decisão política nas instâncias de decisão das Forças Armadas de representantes da sociedade desmilitarizados, quando no interior da estrutura das Unidades militares, serão uma concretização da intenção que devemos anunciar: a sociedade civil organizada representando no instituto que quer controlar". (É a criação, no Brasil, da figura do "Comissário do Povo", existente nos países comunistas).

"O ensino militar deve sofrer uma profunda reforma curricular".

"O autoritarismo na vida militar é desmesurado. A disciplina exigida, a obediência cega não tem justificativa. Assim o regulamento interno das Forças Armadas deve ser reelaborado de maneira a rever as características disciplinares autoritárias".

"O direito à sindicalização não pode ser proibido. O direito democrático da livre organização. É, ainda, outro aspecto da democratização das Forças Armadas é a inclusão de um processo de eleição de representantes do conjunto da tropa para atuar junto ao comando".

Em resumo, Lula, caso consiga ser eleito Presidente da República, pretende, em relação às Forças Armadas:

- Modificar sua MISSÃO, retirando-lhes a responsabilidade pela MANUTENÇÃO DA LEI E DA ORDEM;
- Questioná-las como Instituição, isto é, em suas relações com o Estado, com a Sociedade e em sua própria forma de organização;
- Reformular, radicalmente, sua estrutura, viabilizando propostas de controle da Sociedade sobre elas, em todos os níveis, desde o nível de decisão até o nível de execução, através de

representantes do povo (comissários) e representantes da tropa, de democratização e descorporativização;

Estabelecer profundas modificações no Ensino Militar, com revisão dos Regulamentos Internos das Forças Armadas, a fim de diminuir o que chama de autoritarismo;

Estabelecer o direito à sindicalização e à livre organização, como o de eleição de representantes da tropa junto ao Comando.

O PT é o Partido de intelectuais que lêem mas não trabalham, de trabalhadores que trabalham mas não lêem e de líderes sindicais que não fazem nem uma coisa nem outra.

Roberto Campos

Em 1935, as Forças Armadas Brasileiras, parcela fardada de nosso povo, gente alegre e sem ódios, tomou uma decisão histórica, ratificada inteiramente em 1964: nenhuma tolerância com o comunismo.

JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro - Domingo, 19 de outubro de 1987 - Ano XXVII - Nº 193 - Preço: CZ\$ 30,00

Associação é fachada da linha dura

Tempo

No Rio e em Niterói, encobertos em chapas de metal e toldos, os soldados vigiam a movimentação noturna. Temporária em 11 pontos de controle, a rotina de rotina: 24 h em Barão e 16 h em São João de Meriti. Para do silêncio e tempo ao silêncio, página 24.

Escolas têm acordo

Associação de professores do 1º e 2º graus aceita a proposta das escolas privadas aumento de cerca de 16% sobre salário de agosto.

DOMINGO



Os Apoteios, produção de 20 milhões de dólares dirigida por Sérgio de Paula, estreia quinta-feira nos cinemas de Rio. Escrito por Robert de Niro (Cléo) e Sean Connery, e dirigido por John Badham.



Quercia (D) tenta conter argumentos de Simon contra nota

Governadores após com

Os 22 reatados no Rio após Sarney de regime pro partido Congresso uma reunião 1988 transmitidos estados.

Na próxima de F dos se no redigir um atual Cens na tribuna pelo relatório, B Constituição.

O presidente Guimarães volta em q curam sua "Declaração como foi d da ao final com a pos tra do PM que tem "bernia da

A linha dura militar está fazendo política através da Associação Brasileira de Defesa da Democracia

Bernardo Cabral (PMDB-AM), diante da necessidade haverá como aprová-la.



Coeelho Neto (D) ouve Boaventura chamar os políticos de "traidores do povo"

Direita militar funda UNDD com críticas à Constituinte

Com discursos de críticas à Constituinte e aos políticos, em especial ao deputado Ulysses Guimarães, e manifestações de desgosto aos membros da Junta Militar de 1969, — chamados por Ulysses de "três patetas" —, a União Brasileira de Defesa da Democracia realizou ato público de fundação na pérgula da piscina do Iate Clube do Rio de Janeiro. Cerca de 400 pessoas, entre civis e militares da reserva, assistiram à solenidade, encerrada pelo presidente da UNDD, professor Jorge Boaventura de Souza e Silva, com um solene "Viva o Brasil!"

O brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, vice-presidente da entidade, não quis dar entrevista. A seu lado, na mesa, estavam outros membros dos conselhos da UNDD, como o general Sebastião Ramos de Castro e o brigadeiro Márcio Coqueiro. Este, aliás, foi o responsável pela presença de César Cals, ministro das Minas e Energia do governo João Figueiredo. "Não estou no movimento, vim apenas convidado pelo meu amigo Coqueiro. Só entendo política exercida através dos partidos", explicou Cals, que tem comparecido a todas as reuniões da UNDD e ficou até o fim da festa.

Canapés — Regado a água mineral e refrigerantes, o coquetel servido depois da solenidade teve 1 mil 500 canapés e muita troca de tapinhas nas costas de velhos companheiros que relembavam o golpe militar de 1964, saudado nos discursos de Boaventura e do secretário municipal de Educação de São Paulo, Paulo Zingg.

Boaventura lamentou que "as forças progressistas no poder tenham destruído em três anos o que a Revolução levou 20 anos para construir". Zingg foi mais além: "Ou jogamos uma cartada decisiva como a de 64 ou seremos engolidos por essa onda avassaladora de desagregação."

Não se falava explicitamente em golpe, mas o presidente da UNDD foi claro, nas entrevistas após a solenida-

de. "A UNDD está disposta a prestigiar a ação das Forças Armadas se elas precisarem intervir se houver a famosa convulsão social que não pedimos nem queremos. Mas, no momento, não há possibilidade de golpe."

Na plateia, discreta, estava Eudóvia Ribeiro Dantas, presidente da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), que apoiou o golpe de 1964. Ali também estavam o procurador de Justiça Carlos Di Mello, que em 1981, mandou recolher e queimar milhares de revistas eróticas, e o ex-deputado Nina Ribeiro, que fez inflamado discurso citando o jornal Letras em Marchas, mantido por militares.

Aluguel simbólico — Os políticos foram chamados de "traidores do povo" por Jorge Boaventura, para quem nenhum partido político poderia ser apoiado pela UNDD. "O povo não está com eles", Boaventura fez pesadas críticas à Constituinte "que extinguiu a censura, dificultou os meios de repressão aos crimes e aprovou oito dias de licença para os pais de mulheres que dão à luz, ressuscitando uma das mais antigas práticas tribais dos índios brasileiros".

A UNDD apóia cinco anos de mandato para o presidente José Sarney. "Seria um caso a realização de eleições agora "diante do dramático quadro político que vivemos em que só os partidos marxistas atuam dentro de uma coerência. Além disso, uma campanha paralisaria ainda mais a atividade econômica do país e afastaria de vez os investidores estrangeiros", explicou Boaventura.

O aluguel da pérgula, pela qual o Iate Clube costuma cobrar CZ\$ 500 mil, custou à UNDD o preço simbólico de CZ\$ 500,00, segundo Boaventura. Ele explicou ainda que a entidade tem em seu núcleo 100 pessoas, "mas estamos trabalhando em todos os estados e esse número poderá subir para 4 mil."

Entidade só tem de novo o nome

A recém-lançada União Brasileira de Defesa da Democracia nada mais é do que a Associação Brasileira de Defesa da Democracia criada dentro do Centro de Informações do Exército (CIE) em 84, como instrumento de aglutinação da direita militar e porta-voz da pregação anti-comunista. A ABDD foi formalizada num cartório de Brasília em 9 de janeiro de 85, com uma lista de 45 fundadores, a maioria de militares da ativa. Alguns deles atuaram na repressão política durante o regime militar e outros estiveram envolvidos na tentativa de desestabilizar a candidatura de Tancredo Neves, associando-o aos comunistas.

Presidida inicialmente pelo coronel da reserva José Leopoldino e Silva, responsável pelo jornal Letras em Marcha, tablóide que defende pontos de vista da direita e é distribuído nos quartéis, a ABDD reuniu, entre seus fundadores, o ex-chefe do Departamento de Subversão do CIE, coronel da ativa Agnaldo Del Nero, o coronel e ex-comandante do Doi-Codi paulista (à época em que morreram em suas dependências o jornalista Vladimir Herzog e o operário Manoel Fiel Filho), Aadir Santos Maciel, e o

coronel José Augusto da Silveira Andrade Netto, chefe do Departamento de Contra-Inteligência e Contra-Propaganda do CIE durante a gestão do general Iria Latorzi. O CIE patrocinou, em 84, uma série de manifestações denominadas de operação Brusas, visando incompatibilizar Tancredo com os militares e políticos conservadores.

Em outubro do ano passado, a ABDD promoveu no Clube da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, conferência do professor Jorge Boaventura, do corpo permanente da Escola Superior de Guerra. O atual presidente da UNDD alertou, então, para o perigo de crise institucional deflagrada, segundo ele, pelas esquerdas na Constituinte. Na plateia atenta, personagens como o brigadeiro João Paulo Burnier, o general Coelho Neto, o ex-ministro Armando Falcão, o general Eudóvia Figueiredo e o brigadeiro Luiz Felipe Carneiro de Lacerda, ex-comandante da ESG. Em várias outras ocasiões, a ABDD reuniu seus associados para palestras, nos quais o presidente José Sarney e a Assembleia Constituinte foram criticados.



A inédita reunião da Câmara dos Deputados, que, para o goáudio do povo brasileiro, aprovou a admissibilidade do impeachment do Presidente da República, leva-nos a reflexões que oscilam entre a alegria e a tristeza.

Por conta da alegria alinhavamos o fato de que pela primeira vez em nossa vida política abriu-se o caminho para o afastamento do cargo pela força do voto e não pelas armas, um Presidente da República acusado de não honrar o mandato outorgado pelas urnas. Tal episódio é prova de amadurecimento político de uma

Foi também um alerta para pretendentes e mesmo atuais detentores de mandatos eleitorais, que o voto das urnas não confere imunidade para crimes contra o patrimônio público.

Tristeza é constatar que dentre os grandes articuladores do impeachment, falando em nome da honra e da moralidade, estavam donos de fortunas pessoais que nunca exerceram atividades empresariais privadas, única fonte para amealhar riqueza honesta, mas tão somente funções públicas.

A mentira foi uma constante. Desde as alegações do Presi-

tividade para encabeçar o processo.

O Presidente afastado mentiu até o último momento ao apregoar, como o jogador que blefa, que possuía o número de votos suficiente para defendê-lo. O que se viu é que teve escassos 38 votos, número que contrasta com os quase 36 milhões de votos que o elegeram e dos quais se jactava e fazia escudo.

A pusilanidade também esteve presente, com destaque para o anfitrião do "jantar do palavrão", que na derradeira hora mudou o voto.

lutismo, de forma exibicionista, após apoteóticas subidas e descidas da rampa do Palácio do Planalto, teve que deixá-lo sob as vaia dos mesmos eleitores que o levaram àquele cargo.

Espera-se, agora, que os nossos congressistas e juizes não dêem a tarefa por terminada, até mesmo para não permitir a ilação de que se pretendia apenas trocar o grupo que ocupa o Poder.

Que se vá fundo na busca da moralidade, procurando esclarecer outros problemas pendentes, tais como a privatização de uma companhia de transportes

Rozbet
Monar
O Mo
temen
diferen
brasile
para e
quila, e
de um
meça
glânco
neces
sleira,
do C
Vieira

Lei de
Pelo
"técni
soldo
mo p
deva
clivis
em g
"téc

INFORMATIVO Nº 7
(Especial)

"Quando os nazistas passaram a prender os comunistas eu nada disse porque não era comunista; quando prenderam os social-democratas continuei calado, porque não era social-democrata; quando passaram a perseguir os católicos também não protestei, já que não sou católico. Quando, finalmente, vieram prender-me, já não existia mais ninguém que permanecesse para poder protestar".

Martin Niemuller, teólogo luterano em Berlim preso de 1937 a 1945, quando foi libertado, afinal, pelos norte-americanos em Dachau.

1. APRESENTAÇÃO

Dentre as diversas publicações difundidas pelos vários grupos de brasileiros indignados com outros brasileiros, não é, o nosso Informativo, das mais frequentes.

Como já dissemos em oportunidade anterior, isso é fácil de compreender, já que não dispomos de recursos excusos, sejam provenientes de origens financeiras não evidentes, de empresas estatais a promoverem ideologicamente supostos "nacionalismos", sejam decorrentes de oferta futura de "proteção", de entidades internacionais que, em suas origens arrecadam de cidadãos de boa fé, sejam ainda de plutocratas eternamente em cima de um muro circular - porque sem facetas - ou de extremistas que se auto-proclamam de "esquerdas" sem assumirem perante a grande massa de influenciáveis suas verdadeiras convicções extremistas.

Os recursos de que dispomos são, exclusivamente, retirados espontaneamente de nossos próprios bolsos (!). Ao contrário, no entanto, do que a muitos possa parecer, estamos em assembleia permanente, com a presença física de nosso "Núcleo-Base" de trinta civis e militares, ou, sempre que necessário, em intensa ligação telefônica. E "bradando" sempre em defesa de nossos ideais.

../.

os facinoras querem.

Outra questão magistralmente levantada por participante até então não integrante do G.I. referiu-se ao ressurgimento da esperança de "transplante" do extremismo marxista para o Brasil, com o reavivamento das idéias do filósofo Gramsci: com o desmoronamento da suposta "União", a alta sensibilidade do brasileiro ao ridículo, e a precariedade de informação cultural, tem-se com frequência ouvido de muitos desavisados e muitos outros verdadeiramente extremistas presentes em toda a nossa sociedade, especialmente no meio estudantil, a expressão "...ora, não seja ridículo, o comunismo acabou!". Desarmado, desprovido de contra-argumentação, deixa o pobre compatriota de identificar, em inúmeras ações já subversivas de toda ordem, o "dedo" da pequena mas ativa corja saudosista. Mesmo entre os presentes foi possível notar algum desarmamento inocente de espírito, logo despertado. Muito do que se passa hoje no país, especialmente em matéria de degradação moral, de desencontro administrativo, de espionagem embutida em todos os órgãos governamentais, de demolição de esforços para o reequilíbrio econômico do país, de saques organizados, de badernas de rua de toda ordem, sob todos os pretextos, de greves indevidas, tem o "dedo" criminoso dessa auto-denominada "esquerda" aparentemente "hibernada".

...ação constitucional, legítima e legalmente debatida.

ALERTA À NAÇÃO

Manifesto do Grupo Independente 31 de Março

O GRUPO INDEPENDENTE 31 DE MARÇO, por seus objetivos básicos e por sua própria denominação, continua fiel aos ideais da Revolução de Março de 1964 e aos princípios que determinaram a revolta armada da época, em atendimento ao clamor popular e aos apelos da sociedade civil brasileira, então seriamente ameaçada — como o está agora —, pelos mesmos e eternos inimigos da Pátria.

Coerentemente com seus objetivos, o GRUPO INDEPENDENTE 31 DE MARÇO não vacilará em continuar lutando pela preservação dos valores históricos da nossa nacionalidade, consubstanciados pelos princípios democráticos da Soberania, da Integridade Territorial, da Unidade Nacional, da Liberdade e da Paz Social, sem o ranço da demagogia esquerdista.

Da mesma forma, manter-se-á atento, vigilante e intransigentemente postado — como sentinela intransponível — às tentativas de implantação em nosso país de um regime de governo socialista de inspiração marxista ou da transferência para a nossa terra, através da divulgação ideológica, dessas idéias políticas amplamente fracassadas em diversos países do Oriente.

Tais propósitos que caracterizam nitidamente a posição política do GRUPO INDEPENDENTE 31 DE MARÇO definem, concomitantemente, suas opções nos campos econômico e psicossocial na defesa dos princípios básicos do capitalismo democrático, da livre iniciativa e da economia de mercado em apoio a uma economia competitiva pela

melhoria da qualidade de vida do povo e do bem-comum.

Fica, assim, bem caracterizada nossa total oposição às tentativas, sempre presentes, e, agora, mais do que nunca atuantes, de monopolização, além de evidenciar o desprestígio aos direitos da propriedade privada e com o visível aviltamento de propostas de uma reforma agrária, rural e urbana em termos totalmente descabidos.

Tais investidas e ameaças são consideradas como parte de um plano elaborado pelos herdeiros do marxismo internacional, buscando reagrupar-se na América Latina — tendo o Brasil como sede —, cujas lideranças "barbudas" insistem na conquista do poder como o fizeram em Cuba, e lá permanecem numa ditadura de 25 anos.

Deliberada e tenazmente, infiltram seus tentáculos mistificadores nos mais variados segmentos da sociedade brasileira anestesiando o povo, já tão enfraquecido em suas reações pelo sofrimento cotidiano que a situação caótica do país lhe impõe, econômica e socialmente falando. Agravando a situação, pontificam a descrença e a total falta de confiança nos políticos e nos homens públicos do Governo, por seus desmandos, incompetência e corrupção de forma generalizada, além da falta de ética e de decoro parlamentar e pessoal demonstrados — frequentemente e sem a menor cerimônia — no Congresso Nacional ou fora dele.

É compromisso de honra do GRUPO INDEPENDENTE 31 DE MARÇO lutar com todas as suas forças e meios disponíveis

pela defesa das reais aspirações e expectativas da sociedade e do povo brasileiro, para evitar que mais uma desgraça venha acontecer no pleito de 1994, com um desastroso resultado das eleições, beneficiando as esquerdas pela inconseqüência de uns, pela ambição e insensatez de outros, e, ainda, pela omissão de muitos.

Por outro lado, o GRUPO INDEPENDENTE 31 DE MARÇO sente-se no dever inadiável de alertar a todos os segmentos da sociedade brasileira (e, particularmente, aos empresários, aos trabalhadores, aos estudantes, aos ruralistas, aos bancários, aos funcionários públicos, ao meio sindical, aos militares, ao meio eclesástico e aos homens e mulheres deste país) quanto aos graves riscos que a Nação e os brasileiros estão correndo, e conchamar a todos para participarem dessa luta de salvação nacional.

O Brasil não tem mais condições psicológicas, morais e materiais para resistir a uma experiência governamental com o poder em mãos totalmente despreparadas intelectualmente, sem a mínima prática administrativa, e de tendências políticas e ideológicas não condizentes com as expectativas do mundo moderno.

— O que poderá um político de esquerda, imbuído de teorias retrógradas, ultrapassadas e comprovadamente fracassadas, oferecer, por exemplo, em termos de um capitalismo democrático moderno, reconhecidamente desenvolvimentista?

— Que garantias e que confiança poderão ter investidores, nacionais e estrangeiros?

— O que poderá acontecer ao país sob a égide da estatização, com mais de 80% dos serviços públicos em mãos da Central Única dos Trabalhadores (CUT)?

— O que poderão esperar os empresários e os ruralistas com o cutelo das desapropriações espúrias e demagógicas, fazendo rolar suas cabeças?

— Como poderão as Forças Armadas manterem-se fiéis a uma Constituição que venha a ser elaborada e imposta sua promulgação, contendo teses, normas e prescrições que contrariem — frontalmente — nossas tradições e nossos valores históricos, nossos cultos religiosos cristãos, nossa cultura secular, enfim, os próprios interesses e objetivos nacionais?

Um mau julgamento e uma imatura e despreparada posição política pessoal poderão lançar o país — inapelavelmente — nas mãos de um governo embasado em teorias políticas e econômico-sociais desatualizadas e falidas, como é o caso do socialismo e do comunismo.

DEVEMOS DIZER NÃO À MARCHA DA INSENSATEZ PROGRAMADA PELAS ESQUERDAS NA CONTRAMÃO DA HISTÓRIA!

Devemos nos unir e somar esforços nesse sentido, despidos de quaisquer ambições pessoais e partidárias, livres de idéias políticas pré-concebidas que só levam à derrota eleitoral. Estejamos todos irmanados em um só propósito: **SALVAR O BRASIL.**

Este é o grito de alerta do GRUPO INDEPENDENTE 31 DE MARÇO.

Grupos de pressão política atuando nos governos Collor e Itamar Franco

JORNAL DO

© JORNAL DO BRASIL S.A. 1991 Rio de Janeiro — Domingo, 30 de junho de 1991 Ano CI — Nº

TEMPO



No Rio e em Niterói, céu nublado com chuvas esparsas. Temperatura em declínio. Máxima e mínima de ontem: 30,7 e 19,7, em Bangu. Mar agitado e visibilidade moderada. Foto do satélite, mapa e tempo no mundo, página 30.

Idéias
ENSAIOS

□ "O capitalismo brasileiro está dando errado por não seguir as regras básicas de uma sociedade moderna e por tentar evitar o conflito social e a livre competição." É o que afirma João Paulo dos Reis Velloso, ex-ministro do Planejamento do governo Geisel e atual presidente do Ibamec (Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais). Segundo ele, tanto o governo quanto os empresários, os sindicatos e os partidos políticos só aceitam do capitalismo aquilo que lhes interessa.

Quartéis já têm panfletos contra soldo de militar

O Movimento de Salvação Nacional, organização clandestina que protesta contra os baixos soldos dos militares, distribuiu nos últimos dias pelos quartéis do Rio um panfleto com um desenho do presidente Collor na força e uma ameaça: "fuzilar a quadrilha tecnocrata comunista que serve à Presidência".

O panfleto é um dos sinais da insatisfação dos militares com a derrota da Medida Provisória 296 no Congresso e com a situação salarial do setor. Com o aumento de 71% prometido por Brizola, em breve um coronel da PM do Rio estará ganhando Cr\$ 850 mil mensais, ou seja, Cr\$ 70 mil a mais que o salário do comandante militar do Leste.

Na próxima quarta-feira, o presidente Collor poderá sentir o clima de insatisfação dos militares quando vier ao Rio para uma solenidade na Brigada de Para-Quedistas do Exército. Além do Movimento de Salvação Nacional, o Grupo Independente e a Centelha Nativista protestam contra os baixos salários. (Página 5)

fastas
ados
zar
ados

Cerqueira: críticas de militares são patrióticas

ADRIANA BARSOTTI

tribunal de afastou 18 depois de into deles os rouba-suspensos processo dos fiéis to no iní-ido o De-enunciou roubados com docu-ros eram al com tí-ios.

o dono de de viajar r incomo-magistra-inaram os um relató-indicância ria do Tri-elatório, a pela juíza ia a gravi-da um dos s que vão ura à de-s os juízes ram notifi-convocação. Esse uprido por decidiu a-pondam a

O presidente do Clube Militar, general Nilton Cerqueira, considera válida, democrática e inspirada no patriotismo a recente divulgação de manifestos de grupos formados principalmente por militares da reserva — como o Araucária, do Paraná — que protestam contra o Governo, os políticos, a corrupção e o que chamam de caos social. Embora discorde eventualmente do conteúdo ou do tom desses manifestos, o general Cerqueira observa que é legítima e legal a expressão dos militares da reserva sobre assuntos políticos. Muitos oficiais que pertencem a esses grupos são, inclusive, sócios do Clube Militar, como os generais Euclides Figueiredo e Sebastião Ramos de Castro.

— Por que o Governo pode ter um líder que é presidente de um partido comunista e que tem uma bancada inexpressiva e os militares não podem divulgar suas opiniões? — pergunta Cerqueira.

Apesar de discordar das previsões alarmistas de alguns desses grupos — como o Guararapes, que prevê a "fujimorização" do Brasil, numa alusão ao recente golpe no Peru — o presidente do clube acredita que todos eles têm uma motivação comum: o



Cerqueira: a defesa do direito de manifestação dos militares da reserva

patriotismo. Para Cerqueira, Itamar chegará ao término de seu mandato "sem traumatismos na ordem constitucional".

Segundo outro oficial da direção do Clube Militar, todos os grupos têm dois objetivos principais: a luta por melhores soldos e pelo reaparelhamento das Forças Armadas. O que os distingue, segundo ele, é o tom empregado por cada um em suas reivindicações e a divisão geográfica.

O mesmo oficial diz acreditar que a principal diferença entre o

modo de atuar dos grupos independentes e o do Clube Militar se deve à informalidade desses movimentos, que não têm estatuto e, conseqüentemente, são mais descompromissados. Além disso, ele lembra que nem sempre a hierarquia em relação aos ministros militares e a reverência é respeitada pelos grupos.

— O clube é veemente, mas evita a agressão porque tem um estatuto. Não somos subordinados, mas nunca tomamos medidas sem comunicá-las aos ministros militares — diz o oficial.

Grupos independentes agem em todo o país

Os militares reconhecem a existência de nove grupos com atuação no país. São eles:

■ **GUARARAPES** — Embora reúna principalmente oficiais de Fortaleza, o grupo tem ramificações em outros estados. No Rio, conta com o general Euclides Figueiredo. É liderado pelo general de divisão Francisco Batista Torres de Melo. Enviou recentemente manifestos ao presidente Itamar e ao presidente do Senado protestando contra as gratificações do Legislativo.

■ **CENTELHA** — Formado por integrantes da Divisão de Infantaria Pará-quedista, o grupo funcionou do fim dos anos 60 até o início dos anos 70, mas voltou a se organizar no Rio.

■ **FARROUPILHA** — Reúne cerca de cem militares Rio Grande do Sul. É um dos mais moderados.

■ **INDEPENDENTE** — Foi organizado durante a campanha presidencial de 1989 e é liderado pelo general da reserva Sebastião Ramos de Castro, ex-chefe do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI). Também conta com a participação de civis com curso na Escola Superior de Guerra (ESG). Defende a moralização da política. Foi o grupo que pediu a convocação da última assembleia do Clube Militar para tratar da remuneração dos militares.

■ **MOVIMENTO DE SALVAÇÃO NACIONAL** — É o mais

Decreto assinado por Sarney garante direito de crítica

Um decreto assinado em 1985 pelo então presidente José Sarney permite que os militares da reserva possam participar de atividades partidárias e manifestar publicamente opiniões sobre quaisquer assuntos, com exceção de temas sigilosos da área militar. Segundo o Centro de Comunicação Social do Exército, os militares da reserva dos grupos Guararapes e Araucária têm o respaldo do decreto e não podem ser punidos por terem criticado o Governo e o Congresso e alertado para o risco de "fujimorização" no país.

— Os movimentos de mili-

tares da reserva são entendidos como qualquer outra da sociedade civil. Assim como a OAB, os movimentos podem fazer críticas sobre qualquer assunto — disse um oficial do Ministério do Exército.

"Não constituem transgressão aos princípios da disciplina, do respeito à hierarquia e do decoro militar a participação, no meio civil, em atividades político-partidárias e as manifestações sobre quaisquer assuntos, inclusive sob a forma crítica, excetuados os de natureza militar", diz o decreto número 92.092, de 9 de dezembro de 1985.

radical dos grupos, mas seus membros não se identificam. Defendem que os militares voltem ao poder. Todos os manifestos do grupo encerram com a frase "Castelo II vem aí" e têm um desenho do ex-presidente Fernando Collor na força.

■ **ARAUCÁRIA** — Formado recentemente por oficiais do Paraná, divulgou semana passada um duro manifesto contra o Governo e os políticos.

■ **ANHANGUERA** — Composto

por oficiais e sargentos de Goiás, funciona desde 1989.

■ **CATAVENTO** — Criado este ano no Rio Grande do Sul por oficiais da reserva, o grupo conta com a participação do capitão-de-fragata da reserva Dario Giordano.

■ **CONSELHO DE MOBILIZAÇÃO NACIONAL** — Tem como vice-presidente o general Euclides Figueiredo. O grupo, do Rio, foi criado durante a CPI do caso PC para defender "novos valores éticos e morais".

Não poderão participar dessa promoção os funcionários do Clube e da UIR.

Ombro a Ombro e o caso Avólio, no governo FHC



Capa do jornal Folha de São Paulo, com reprodução de imagem difundida por grupos de pressão política formados por militares a reserva



Proclamação do general Andrés Rodríguez, *Ultima Hora*, 3 de fevereiro de 1989



Forças Armadas pedem harmonia entre os partidos. *ABC Color*, 22 de setembro de 1989



Foro de Generales denunciando fragilidad de país



Archivo Servicios Clasificados Redes Iniciar sesión Registrarse Rad

17 de noviembre de 2014
11:33 (ACTUALIZADO HACE 5 MIN)



29 °C
PAR. NUBLADO

NOTICIAS EDICIÓN IMPRESA NACIONALES DEPORTES ESPECTÁCULOS ESPECIALES MUL

Inicio > Edición Impresa > Política > Paraguay está indefenso, afirma general retirado

14 DE SETIEMBRE DE 2012 | MILITAR DESTACA QUE BOLIVIA REPOTENCIA SUS FF.AA.

Paraguay está indefenso, afirma general retirado

Nuestro país está en un “estado de indefensión” porque carece de unas Fuerzas Armadas operativas, en un contexto de amenazas internas y externas, entre las q está el refortalecimiento que está haciendo el gobierno boliviano de sus fuerzas castrenses, según señaló ayer el Gral. Div. (sr) Alcides Navarro, coordinador del Foro de Generales y Almirantes Retirados.



Periódico Nación criticando Mujica, Huidobro e Justiça uruguaya

PERIODICO NACION MENSUARIO
 NOVIEMBRE 2007
 AÑO 113 Nº 12

ORGANO DE PRENSA NACIONAL Y POPULAR

MENTIRAS

EL SEÑOR OSCAR PEREIRA
 (Pág. 7)
 ¿POR QUÉ NO PRESENTÓ EL PROYECTO CUANDO ESTABA EN ACTIVIDADES?

EL 11-M Y EL ERROR DE AZNAR
 (Pág. 12)

ARTÍCULO 52: «PROHÍBESE LA USURA»
 (Pág. 4)

SE NOS FUE UN GRANDE DE LA CULTURA POPULAR: COTE SARAVIA
 (Pág. 16)

PERIODICO NACION MENSUARIO
 FEBRERO 2009 - AÑO IV - Nº 37
 40

ORGANO DE PRENSA NACIONAL Y POPULAR

Soy poeta y soldado; si me inspira lo bueno y bello de la vida amable yo cuelgo el sable por pulsar la lira; Pero cuando una causa miserable vuelve lo bello y el amor mentira ¡cuelgo la lira y desenvaino el sable!
 GRAL. EDOUARDO FERRELLI

EL FIN DE LA JUSTICIA TRADICIONAL URUGUAYA:

EL DERECHO PENAL COMO ARMA DE GUERRA

Himno Nacional en Ritmo de Murga

¿Fidelidad o Deconstrucción de los Símbolos Nacionales?

Himno Nacional
 de Eusebio Quiroga y Marzotto
 Juan Carreras

PÁG. 9

RESCATAR LA GRANDEZA DEL MONZÓN

UNA NECESIDAD: FUERZAS ARMADAS OPERATIVAS Y ORGANIZADAS

PÁG. 6

PÁG. 12

CAOFA

CRÉDITOS EN EFECTIVO A LAS TASAS MÁS BAJAS
EJIDO 1407 - 902 3015
 caofa@adinet.com.uy - www.caofa.com

Carta do Grupo Unidos por la libertad de los presos políticos em Uruguay ao presidente José Mujica



Señor Senador de la República Don José Mujica
Presente

En los últimos días han circulado versiones periodísticas que informan que Usted ha expresado que si accede a la Presidencia de la República, está dispuesto a otorgar algún tipo de medida que beneficie a aquellos militares y/o policías, que "digan la verdad", respecto a hechos que, ciertos o falsos, se pretende esclarecer.

Más allá de la buena voluntad que en lo personal pueda tener al respecto, no es ninguna novedad que hoy día encarna Usted la figura de un importante político, y por ende, sus actos en ese campo se encuentran acotados por los márgenes que le impone la colectividad a la cual pertenece.

Esa colectividad política, no Usted, no se ha caracterizado por el cumplimiento de sus promesas en general, especialmente las pre-electorales, por el contrario, las ha incumplido en forma pertinaz, a veces con disimulo, a veces con impune arrogancia.

Del cumplimiento de la Constitución y la Ley ni hablemos. Bastaría recordar a título de ejemplo, el nombramiento "de facto" de una Fiscal de Corte; la injerencia ilegal en asuntos de un Poder del Estado, por parte de otro; el incumplimiento de la Ley de Caducidad, justamente razón por la cual estoy ilegalmente prisionero y variopintos ejemplos más, imposibles de describir en esta, pero conocidos por toda la población.

Recuerde que el Frente Amplio fue uno de los participantes del Pacto del Club Naval, donde "subyacentemente" o "sobrevolando" se consumó el acuerdo que derivó en la promulgación de la Ley de Caducidad" ¿No es así? Sin embargo, ahora en el Gobierno, su fuerza política no titubea en incumplir su palabra.

Si alguien llega a creer en esas promesas le va a pasar lo mismo que a aquellos que le creyeron a Tabaré Vázquez, a Gonzalo Fernández, a Ángel Bertolotti y compañía.

¡Pobre de ellos!

Usted y Yo nos conocimos hace muchos años en circunstancias muy distintas, de las cuales tengo vívidos recuerdos, tanto mentales como escritos, y al analizarlos hoy día, no puedo evitar que una sonrisa aflore en mis labios cuando recuerdo la cantidad de mentiras que me dijo, para evitar decir la verdad, pues en aquel momento era Usted un Soldado con armas en la mano, enemigo, pero un Soldado.

Usted no se transformó entonces en un Amodio Pérez, un Píriz Budes, ni en una Pilar Nores, entre infinidad de ejemplos, y como gusta Usted decir, "se la bancó".

Ahora tratan de conocer hechos, algunos ciertos otros inventados, pero imperativamente sin medir daños colaterales y sin importar precio alguno a pagar quieren "avanzar" y si no pueden, inventan, ya que tienen una politizada Fiscal que conducirá los hechos que se investigan hasta consumir el acto crucial: la venganza

En lo personal, le agradezco la oferta, pero como nada sé, nada le podré aportar, y si lo supiera también estaría inhibido de decírselo, ya que de hacerlo, me convertiría en un traidor, que es sinónimo de ruindad, bajeza moral, infamia e infinidad de calificativos que ostenta la personalidad de esa clase de individuos.

No me pida que yo haga lo que Usted no quiso hacer y déjeme terminar mis días en prisión, pero con la conciencia tranquila y el orgullo de mi esposa, hijas y nietas al saber que, como dice Usted a menudo, "este viejo" sabe morir con las botas puestas.

Yo se que Usted, me entiende, y que como un día Usted arriesgó su vida por lo que creía y por la misma razón fue preso, yo, del lado contrario, su enemigo, hice lo que mi condición de militar (milico para usted) me imponía para defender la Patria.

Así lo creí y por eso obedecí y combatí, así que hoy, para liberarme de esta ilegal prisión que vivo, no voy a renegar de mis actos del Servicio, y convertirme en lo estoy seguro, Usted y yo despreciamos de la misma manera.

Saluda a Usted atentamente,

Tte. Cnel.
José Nino Gavazzo